O Lugar do Contestado na História do Brasil

Copyright © 2022, Márcia Janete Espig, Alexandre Assis Tomporoski,
Delmir José Valentini, Paulo Pinheiro Machado, Rogério Rosa Rodrigues.
Copyright © 2022, Editora Milfontes.
Rua Carijós, 720, Lj. 01, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.
Compra direta e fale conosco: https://editoramilfontes.com.br
editor@editoramilfontes.com.br
Brasil

Editor Chefe
Prof. Dr. Bruno César Nascimento

Conselho Editorial
Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) • Profª. Drª. Aline Trigueiro (UFES) • Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES) • Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido) • Prof. Dr. Antônio Leal Oliveira (UVV) • Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP) • Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) • Prof. Dr. Arthur Octávio de Melo Araújo (UFES) • Profª. Drª. Caterine Reginensi (UENF) • Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM) • Cilmar Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES) • Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) • Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) • Prof. Dr. Edson Maciel Junior (UFES) • Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) • Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) • Prof. Drª. Flavia Nico Vasconcelos (UVV) • Drª. Flavia Ribeiro Botechia (UFES) • Profª. Drª. Fernanda Mussalim (UFU) • Prof. Dr. Hans Urich Gumbrecht (Stanford University) • Profª. Drª. Helena Miranda Mollo (UFOP) • Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie) • Profª. Drª Janice Gusmão (PMS-Gestão) • Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) • Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) • Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) • Profª. Drª. Karina Anhezini (UNESP - Franca) • Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica) • Profª. Drª. Lucia Bogus (PUC/SP) • Profª. Drª. Luciana Nemer (UFF) • Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva (UNICAMP) • Profª. Drª. Maria Beatriz Nader (UFES) • Profª. Drª. Maria Cristina Dadalto (UFES) • Profª. Drª. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal) • Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) • Profª. Drª. Marta Zorzal e Silva (UFES) • Prof. Dr. Nelson Camatta Moreira (FDV) • Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV) • Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ) • Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR) • Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari) • Profª. Drª. Rebeca Gontijo (UFRRJ) • Prof. Dr. Renato de Almeida Andrade (UFES) • Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) • Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (UFES) • Profª. Me. Sátina Priscila Pimenta Mello (Multivix/ Estácio) • Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (UFES) • Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido) • Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) • Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP) • Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV) • Profª. Drª Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires) • Profª. Drª. Záira Bomfante dos Santos (CEUNES - UFES) • Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES) • Prof. Dr. William Berger (UFES) •Profa. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) • Profa. Dra. Carla Noura Teixeira (UNAMA) • Prof. Dr. Carlos Garriga (Universidad del Pais Vasco, Esp) • Prof. Dr. Claudio Jannotti da Rocha (UFES) • Prof. Dr. Claudio Madureira (UFES) • Prof. Dr. Daniel Mitidiero (UFRGS) • Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira Santos (UFBA) • Prof. Dr. Gilberto Stürmer (PUC/RS) • Prof. Dr. Juliano Heinen (FMP) • Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha (UFPE) • Prof. Dr. Marco Antônio Rodrigues (UERJ) • Prof. Dr. Márcio Cammarosano (PUC/SP) • Profa. Dra. Mariana Ribeiro Santiago (UNIMAR) • Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto (UFG) • Prof. Dr. Ricardo José de Britto Pereira (UIDF) • Profa. Dra. Viviane Coelho de Sellos-Koerr (UNICURITIBA)

Márcia Janete Espig
Alexandre Assis Tomporoski
Delmir José Valentini
Paulo Pinheiro Machado
Rogério Rosa Rodrigues

O Lugar do Contestado na História do Brasil

Editora Milfontes
Vitória, 2022

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão
De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa
Imagem da capa: *Gerson Witte*
Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada - *aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração
Bruno César Nascimento

Impressão e Acabamento
Maxi Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L951 O Lugar do Contestado na História do Brasil/ Márcia Janete Espig, Alexandre Assis Tomporoski, Delmir José Valentini, Paulo Pinheiro Machado, Rogério Rosa Rodrigues (organizadores)
Vitória: Editora Milfontes, 2022.
586 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-5389-004-6

1. Movimento do Contestado 2. História do Brasil 3. Movimentos sócio-religiosos. I. Espig, Márcia Janete II. Tomporoski, Alexandre Assis III. Valentini, Delmir José IV. Machado, Paulo Pinheiro V. Rodrigues, Rogério Rosa VI. Título.

CDD 904

Sumário

Prefácio 9
Cláudia Viscardi (UFJF)

Apresentação: Diálogos do Contestado com o Brasil 15
Alexandre Tomporoski, Delmir José Valentini, Márcia Janete Espig, Paulo Pinheiro Machado & Rogério Rosa Rodrigues

Ressonâncias do tempo: processo criativo da ilustração para o VI Simpósio Nacional sobre o Contestado 25
Gerson Witte

I PARTE:
Universo religioso e insurgências religiosas no Brasil 33

O protagonismo feminino no messianismo no extremo sul do Brasil: uma análise sobre Jacobina Mentz Maurer 35
Daniel Luciano Gevehr

O mundo do Contestado visto do Belo Monte de Antônio Conselheiro 61
Pedro Lima Vasconcellos

Caldeirão: uma ideia para adiar o fim do mundo 81
Francisco Régis Lopes Ramos

Peregrinos e demonófobos: uma nova interpretação sobre Pau de Colher 101
Filipe Pinto Monteiro

João Maria de Agostini e a tradição dos padres do deserto 125
Cleber Duarte Coelho

A santa religião do Contestado: contribuição para um debate....145
Márcia Janete Espig

Monges e frades: rezas e curas na região do Contestado 171
Delmir José Valentini & Josiane Suelen Kamin

II PARTE:
O passado revisitado: reflexões sobre historiografia e fontes históricas.....183

Os militares e a questão agrária no Contestado.....185
Paulo Pinheiro Machado

O pedido de habeas corpus de Deocleciano Martyr a favor de Francisco Paes de Farias 201
Ana Crhistina Vanali

O nevoeiro do epílogo da guerra: o judiciário em Curitibanos (SC).....227
João Felipe Alves de Morais

Fotografias e representações: os caboclos nas teses sobre o Contestado 247
Vanderlei Cristiano Juraski

Ética do testemunho: para que a barbárie da guerra do Contestado não se repita.....269
Sandro Luiz Bazzanella

O poeta e o historiador: reflexões sobre linguagem e messianismo na obra o Último Jagunço, de Euclides Felippe.....291
Rui Bragado Sousa

III PARTE:
A guerra contínua: conflitos e disputas políticas pré e pós-Contestado.....319

A Lumber Company e as disputas políticas no pós-Contestado (1916-1920).....321
Alexandre Assis Tomporoski

Conflitos no pós-Contestado: o movimento dos Alonsos (Timbó Grande, 1942).....341
Évelyn Bueno

George Bleyer: estudos sobre os indígenas na região do Contestado..353
Eloi Giovane Muchalovski & Flavio Braune Wiik

O lugar da Guerra da Pitanga na história dos movimentos sociorreligiosos: um monge entre indígenas Kaingang em 1923, Paraná.....373
Grazieli Eurich

No limiar da fronteira: luta pela terra e direitos de propriedade no Território Federal do Iguaçu (1943-1946).....391
Viviani Poyer

IV PARTE:
História pública e ensino de História: diálogos sobre o Contestado.....417

A Guerra do Contestado por meio do samba-enredo Contestado, *100 anos da Insurreição Xucra*, da Protegidos da Princesa (2012): usos do passado e o ensino de História.....419
Fabiolla Falconi Vieira

Relíquias do Contestado: a produção de material didático sobre a guerra sertaneja.....437
Felipe Augusto Werner dos Reis

O mediador dos tempos: a Guerra do Contestado entre o passado e o presente.....453
Rogério Rosa Rodrigues

Diálogos estéticos entre imagem e história: a Guerra Sertaneja do Contestado pelas aquarelas de Manih.....471
Rita Inês Petrykowski Peixe, Márcia Elizabéte Schüler & Analice Dutra Pillar

A região do Contestado nas fotografias de August Suiter: o rural, o cotidiano e a ferrovia (1907-1911).....495
Luiz Carlos da Silva

Repertórios de ação e atores sociais no território do Contestado.....517
João Cláudio Casara

V PARTE:
Ensinar História em território do Contestado: relatos de professores.....541

Ensino de História fora da caixa: uma experiência com aprendizagens significativas sobre a Guerra do Contestado.....543
Mateus Henrique Torcatto

O Contestado em imagens e letras.....551
Roseclei Golynski Nogueira

O Contestado, vídeos e educação: uma ideia na cabeça.....559
Arthur Luiz Peixer

Os bastidores da arte no coração do Contestado.....569
Hellen Heine Barreto Ferreira

Sobre os autores.....579

Prefácio

Cláudia Viscardi (UFJF)

"Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora. Cospem e mandam a gente sumir antes de secar o cuspo".

Torto Arado (Vieira Jr, 2019).

No início dos anos 2000, recebi um convite de dirigentes de um acampamento do MST, localizado no centro-norte de Minas Gerais, para oferecer um curso aos camponeses que lá residiam acerca de um tema bastante específico: o movimento do Contestado. Confesso que fui surpreendida pelo convite. Quais fatores justificariam o interesse de camponeses assentados no interior de Minas Gerais pela luta de outros trabalhadores que haviam se mobilizado há quase cem anos atrás, ao sul do Brasil?

Passados vinte anos deste acontecimento, me vejo de novo convidada a me envolver com o tema, ao escrever o prefácio de uma das mais completas obras que já li sobre o movimento. Importante dizer que ao me sentir honrada, atendi prontamente aos dois convites, mesmo reconhecendo minhas limitações acadêmicas, compensadas pela minha curiosidade em compreender o recorrente interesse de diferentes gerações pelo tema, em diversas regiões do Brasil.

Entre os movimentos sociais brasileiros, que no campo e na cidade, ao longo de toda a nossa história, lutaram contra as arbitrariedades de nossas elites, eternamente oligárquicas e violentas, talvez seja o Contestado o mais significativo deles. Quero justificar tal afirmação por meio de algumas reflexões,

que vi reforçadas após a leitura desses 28 capítulos, escritos por um conjunto de pesquisadores de variadas formações, gerações e regiões.

A meu ver, a importância do Contestado está na forma como o movimento expressa e sintetiza o comportamento do sertanejo brasileiro, habitante daquele "Brasil profundo", ou da face indiana da "Belíndia" de Edmar Bacha,[1] que transcende o tempo e os espaços. Trata-se de um evento de longa duração e os capítulos que compõem esse livro reforçam a hipótese. Ademais, ele não se limita às fronteiras regionais entre os dois estados cujo litígio lhe deu o nome, mas se repete por boa parte do território nacional, como observado pelos capítulos que tratam de movimentos correlatos, tais como Canudos, Caldeirão, Pau de Colher, entre outros.

Seja pela sua diacronia ou sincronia, o movimento assumiu um protagonismo maior que os demais, o que nos remete a um outro fator responsável: a diversidade da produção sobre o tema. As análises sobre Contestado são amplas e interdisciplinares, o que se revela não só por este livro, mas pelo conjunto das produções que lhe antecederam. São abordagens feitas por historiadores, sociólogos, filósofos, linguistas, artistas, teólogos, intelectuais em sentido stricto ou intelectuais mediadores, nos valendo aqui da categoria recentemente popularizada por Gomes e Hansen (2016).

Sobre as permanências cabe destacar três, embora haja outras: a luta pela terra, a violência e a ética da salvação. Resta claro que o Brasil nunca implantou uma política justa de distribuição de terras. A concentração fundiária - existente desde a ocupação colonial, reforçada pela Lei de Terras de 1850 e das iniciativas sempre tímidas dos sucessivos governos em fazer a reforma agrária - se manteve ao longo de séculos, ensejando constantes lutas pelo direito de plantar e produzir. O atual embate entre a agricultura familiar e o agronegócio, com clara prevalência

1 Edmar Bacha é um economista brasileiro (1942), que durante a ditadura militar escreveu uma crônica chamada "O Rei da Belíndia", que apontava que o aumento da desigualdade social ocorrida durante a ditadura tinha resultado na formação de dois brasis: um tão pobre quanto a Índia e outro tão rico quanto a Bélgica.

do segundo, tem contribuído não só com a manutenção dos altos índices de desigualdade, como ampliado a fome e a destruição do meio-ambiente. A presença de empreendimentos capitalistas, reforçados por interesses financeiros, com inserção privilegiada nas instâncias de poder, atesta que, consideradas as proporções hoje muito maiores, ainda estão mantidas as condições que levaram sertanejos de diferentes regiões do Brasil a se mobilizarem pela obtenção do direito mínimo de acesso à terra, por menor que fosse.

As respostas às lutas por direitos também se mantiveram na longa duração. A violência por parte dos agentes do Estado, bem como por parte dos novos coronéis, grileiros, ou dos representantes do "agropop" reproduz ao longo do tempo práticas ancestrais. Incontáveis são os episódios de assassinatos e perseguições daqueles que lutam pela terra, desde os remanescentes dos povos originários até os quilombolas, os ambientalistas, os pequenos proprietários. É no Brasil profundo que se dão tais lutas, só conhecidas com os assassinatos de lideranças, cujos responsáveis são isentados em julgamentos promíscuos, ao serem defendidos por advogados associados aos eternos "Donos do Poder" dos quais nos falava Faoro.

Por fim, a permanência da ética da salvação entre os que ousam se rebelar. Girardet (1987), em seu esforço de compreensão do imaginário político francês na longa duração, nos chama atenção para a recorrência de vários mitos, entre eles, o da salvação. O historiador francês entende o mito como fabulação e deformação do real, que auxilia a compreensão do presente e tem papel mobilizador. O mito do salvador, por sua vez, se configura na fabricação de um herói redentor, que para seu advento precisa ser desejado e reconhecido como tal. Trata-se sempre de uma resposta às crises de legitimidade, que ocorrem quando se rompem o exercício regular do poder e os liames de confiança e adesão do povo nas instituições.

Qualquer analista, mesmo que desatento, é capaz de identificar uma série de salvadores ao longo da História do Brasil. Sejam eles líderes religiosos, políticos, celebridades de ocasião

ou outsiders elevados à condição de heróis. Basta haver crises de legitimidade, que são recorrentes, para que novas lideranças sejam alçadas à condição de salvadores nacionais. A recorrência e permanência dos ideais salvacionistas entre nós integram nosso imaginário, desde tempos imemoriais.

Dessa forma, a luta pela terra, o expediente da violência como resposta e a expectativa salvacionista compõem a nossa trajetória como nação. Por essa razão o tema do Contestado permanece sempre atual, porque é a expressão dessa identidade.

No que tange às narrativas construídas em torno dos sertanejos e em específico do Contestado, para além do caráter interdisciplinar dos estudos e da variedade de fontes e enfoques sobre o tema, comprovados pelos textos reunidos neste volume, cabem alguns destaques derivados de minha leitura. A historiografia, tal como a História, é filha de seu tempo. Chamam atenção no livro as abordagens sobre os movimentos sertanejos por meio dos recortes identitários, tais como o gênero e as questões raciais. Ao mesmo tempo, o debate sobre a memória do movimento e as diferentes narrativas em disputa, sobretudo nas salas de aula e nos livros didáticos. A análise da iconografia dos movimentos traduz outros olhares, muito próprios da renovação historiográfica operada a partir do final do século passado. Tais especificidades atestam o caráter inovador e contemporâneo do livro, assente nos paradigmas mais correntes no Brasil e fora dele.

Durante muitas décadas, toda pesquisa de recorte espacial que extrapolasse as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo era englobada no conceito de "História Regional". Não que o epíteto correspondesse necessariamente à uma avaliação pejorativa pelos pares, embora não se possa contestar que tenham existido em algumas ocasiões. Como é sabido, os estudos monográficos regionais compunham a maior parte das produções acadêmicas durante a chamada "segunda geração dos Annales franceses", que sob a batuta de Braudel, preconizavam que a tão almejada "síntese" resultaria da multiplicação de estudos parciais, capazes que eram de "esgotar" o levantamento de fontes empíricas, que

uma vez seriadas, nos proporcionariam um olhar vertical sobre o objeto de estudo e horizontal sobre a diversidade das experiências. Portanto, o que definia a História Regional não era somente seu recorte espacial, mas sobretudo, uma forma de abordagem do objeto, o tipo de fonte que se usava, o seu trato, os conceitos utilizados e uma visão bastante específica de História, que não cabe aprofundarmos aqui.

As mudanças que ocorreram na própria historiografia francesa e em demais centros acadêmicos levaram ao abandono da chamada história estrutural. Com elas vieram a descrença em se construir sínteses a partir da multiplicidade de estudos regionais, e como resultado, o avanço de análises culturais por meio do contato com a Antropologia, a Linguística e a Psicologia, além do próprio questionamento do estatuto científico da História. Em que pesem tais mudanças, os trabalhos produzidos fora do eixo Rio-São Paulo continuaram a ser tratados como abordagens regionais, à revelia dos temas escolhidos, de suas fontes, métodos, recortes e visão de história. O que quero dizer é que é possível estudar os sertanejos do Brasil profundo sem se fazer história regional, em que pesem avaliações equivocadas. Prevalecem neste livro abordagens desse tipo, muito próximas às mudanças recentes pelas quais passou a historiografia.

Por outro lado, a discussão acerca das diferentes formas de apresentação do tema no ensino básico nos incita a refletir acerca da recepção das pesquisas acadêmicas fora dos centros de sua produção, apontando caminhos de superação dos já conhecidos distanciamentos entre a academia e a sala de aula. O relato desses professores, que atuando enquanto intelectuais mediadores, nos põem a par de experiências compartilhadas no ensino básico, que enriquece ainda mais este livro.

Por fim, é difícil compreender o Brasil, conhecer nossas diversas identidades, variadas culturas políticas, diferentes movimentos sociais e seus múltiplos repertórios sem voltarmos nosso olhar para os sertanejos em suas relações com as elites oligárquicas ou burguesas, produtoras ou financiadoras em

sua dimensão pública ou privada. Só assim se torna possível compreender as permanências e as rupturas, avanços e retrocessos políticos, a emergência e o desaparecimento de salvadores, a força ou a fraqueza de nossa cidadania. Certamente este livro nos dá a chance de ampliar tal compreensão e espero ter convencido os leitores a aceitar o convite de compartilhá-la.

Juiz de Fora, setembro pandêmico de 2021.

Referências

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas.* São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de C.; HANSEN, Patrícia (org.). I*ntelectuais mediadores:* práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (Apresentação)

VIEIRA Jr., Itamar. *Torto arado.* São Paulo: Todavia, 2019.

Apresentação:

Diálogos do Contestado com o Brasil

Os estudos sobre a Guerra do Contestado têm recebido grande incremento nas últimas duas décadas. Seja mediante teses e dissertações defendidas, seja por meio de simpósios, congressos, palestras e demais atividades acadêmicas, não há como negar o avanço quantitativo de trabalhos em diversas áreas disciplinares, e o tema segue empolgando historiadores, cientistas sociais, antropólogos, entre outros. A variedade de temáticas pesquisadas, de documentações utilizadas e de reflexões aprofundadas sobre os mais diferentes recortes chama a atenção e contribui para o interesse crescente a respeito do assunto. A presente publicação vem refletir esse contexto, e os leitores e as leitoras vão encontrar, ao longo de suas páginas, breves instantâneos de uma parte importante dessa produção.

Todavia, este trabalho vai além. Respondendo a uma preocupação existente no Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado (GIMC) desde sua criação como grupo certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2011, busca-se estabelecer diálogos além-fronteiras e posicionar o movimento do Contestado solidamente no contexto mais amplo da história do Brasil. Por muito tempo, certo senso comum historiográfico considerava algumas temáticas de estudo como nacionais, enquanto outras eram marginalizadas, tidas como relevantes apenas do ponto de vista regional. Essa perspectiva ajuda a explicar, por exemplo, as questionáveis soluções trazidas por alguns livros didáticos que eventualmente abordam processos complexos em dois ou três parágrafos. Diante disso, o GIMC desde cedo se inquietou

em debater a Guerra do Contestado relacionando-a a uma conjuntura mais ampla da história do país.

O amadurecimento das reflexões provocadas pelo GIMC ao longo dos simpósios e das publicações na última década levou ao trabalho que agora o leitor ou a leitora tem em mãos. Entre 19 e 22 de outubro de 2020, em plena pandemia causada pelo coronavírus e agudizada pela má gestão governamental, o grupo promoveu, de forma totalmente *online*, o VI Simpósio Nacional sobre o Contestado: o Lugar do Contestado na História do Brasil. Esse evento distinguiu-se dos demais promovidos, pois, além de convidar para participar pesquisadores de várias áreas das ciências humanas ligados a estudos não apenas a respeito da guerra propriamente dita, mas também da vida e das tradições das populações do planalto e do extenso território de tradições culturais ligado à batalha, estimulou a inscrição de trabalhos sobre outros movimentos sociorreligiosos ocorridos no Brasil. Palestrantes especialmente convidados apresentaram sólidas pesquisas nessa mesma linha, conferindo destaque para os movimentos Muckers, Canudos e Caldeirão, cuja interlocução com o Contestado foi realizada por uma proveitosa discussão.

Dessa forma, criou-se o perfil de um simpósio que veio proporcionar interessantes debates acerca da inserção desses movimentos na história do Brasil. O livro que agora apresentamos à comunidade acadêmica reflete uma seleção de trabalhos de pesquisa de autores que participaram da sexta edição do simpósio e possui como espinha dorsal não apenas pesquisas relevantes sobre o movimento do Contestado em variadas abordagens e em perspectiva ampla, mas ainda produções referentes a outros movimentos sociorreligiosos muito importantes. Assim, a reflexão sobre o lugar do Contestado na história do Brasil também é a reflexão sobre o lugar de Muckers, Canudos, Caldeirão, Pau de Colher, Santa Dica, entre outros.

O VI Simpósio e esta publicação receberam o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e do CNPq, por meio do Edital do Programa

de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem) 2019. Agradecemos também o apoio institucional dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC), *Campus* Canoinhas.

Além das verbas recebidas, também recebemos uma colaboração espontânea do colega Gerson Witte, que, além de professor do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Chapecó, e pesquisador do tema Contestado, é um talentoso artista gráfico. Gerson criou uma arte para a divulgação do VI Simpósio inspirada na temática do evento e em suas particularidades, como o fato de ser *online*. Ainda, escreveu um breve artigo sobre essa produção, intitulado "Ressonâncias do tempo: processo criativo da ilustração para o VI Simpósio Nacional sobre o Contestado", e que abre esta publicação. Agradecemos ao amigo Gerson Witte sua gentileza e a disponibilização dessa bela arte, que serviu ainda como capa para este livro.

Nossa coletânea foi dividida em cinco partes. A primeira delas, intitulada "Universo religioso e insurgências religiosas no Brasil", reúne textos de especialistas que refletem quanto a diferentes movimentos sociorreligiosos ocorridos em diversos tempos e espaços em nosso país. Contribuindo para o debate acerca da inserção desses fenômenos em uma perspectiva de média duração na história do Brasil e dialogando com os documentos e a historiografia até aqui produzidos, tais trabalhos vêm ao encontro da pretensão que destacamos anteriormente, posicionar esse tipo de movimentos sociais em um debate mais amplo e qualificado, repensando de forma crítica seus usos sociais e acadêmicos.

Nesse sentido, encontramos nas páginas seguintes o trabalho de Daniel Luciano Gevehr, que reflete acerca do protagonismo feminino no movimento Mucker por meio da figura de Jacobina Mentz Maurer. Convidamos também o leitor a apreciar a análise de

Pedro Lima Vasconcellos, que problematiza aproximações entre o mundo do Contestado e o de Belo Monte, de Antônio Conselheiro, e de Francisco Régis Lopes Ramos, que destaca a comunidade do Caldeirão em seu histórico de gênese, desenvolvimento e destruição pela experiência comunitária de camponeses devotos de Padre Cícero. Já Filipe Pinto Monteiro elabora uma nova proposta de interpretação do movimento messiânico-milenarista de Pau de Colher, que ocorreu no sertão da Bahia entre os anos de 1934 e 1938.

Voltando-nos aos elementos sociorreligiosos presentes no movimento do Contestado, ressaltamos os estudos que virão a seguir. Em seu artigo, Cleber Duarte Coelho relaciona a figura de João Maria d'Agostini à tradição ascética e peregrina dos padres do deserto, especialmente Santo Antão, em uma perspectiva interdisciplinar. Já Márcia Janete Espig reflete acerca da gênese da expressão *santa religião*, comumente utilizada para designar a religiosidade existente nas cidades santas do Contestado, chegando a uma sugestão quanto a seu uso pela historiografia. A primeira seção desta obra encerra-se com o artigo de Delmir José Valentini e Josiane Suelen Kamin, que salienta as rezas e curas protagonizadas pelos monges que atuaram na região do Contestado e pelos frades franciscanos, com destaque a Frei Rogério Neuhaus.

A segunda parte de nossa coletânea foi denominada "O passado revisitado: reflexões sobre historiografia e fontes históricas". Aqui os textos estão focados no debate historiográfico específico quanto ao movimento do Contestado, com base no balanço e na reavaliação de contribuições de antigos e novos autores, além do exame mais detido de determinadas fontes, como processos judiciais, fotografias e depoimentos orais. Relatos, documentos, fotografias e depoimentos orais sempre podem revelar novos aspectos e conhecimentos, sendo submetidos a novas preocupações e questionamentos.

As reflexões da segunda parte fazem um reexame de fontes antigas, reparando em aspectos anteriormente deixados em plano secundário. Paulo Pinheiro Machado analisa os problemas

fundiários do Contestado levantados pelos primeiros cronistas militares. Além disso, trajetórias de determinadas personagens são seguidas antes e depois do conflito, apresentando aspectos importantes da vida política e judiciária na Primeira República. Ana Crhistina Vanali estuda a trajetória do jornalista Deocleciano Martyr desde o tempo em que dirigia o jornal *O Jacobino* até a época em que foi responsável pelo *habeas corpus* em nome dos sertanejos do Contestado, antes do derradeiro ataque a Taquaruçu. João Felipe Alves de Morais estuda a atividade judiciária da Comarca de Curitibanos, principalmente na criminalização de sertanejos que participaram do movimento rebelde. Vanderlei Cristiano Juraski analisa o emprego de determinadas fotografias icônicas do Contestado pela historiografia mais recente sobre o movimento. Uma reflexão filosófica a respeito da violência do Estado como parte da tragédia da modernidade, que resultou no grande massacre, é conduzida pelo texto de Sandro Luiz Bazzanella. As fontes orais e memoriais também são avaliadas em seus contextos de produção e recepção. É o que Rui Bragado Sousa faz sobre a relevante obra do topógrafo e memorialista Euclides José Felippe, que por décadas reuniu grande acervo de depoimentos orais acerca das diferentes fases da Guerra do Contestado.

A terceira parte de nosso livro foi denominada "A guerra contínua: conflitos e disputas políticas pré e pós-Contestado", e seu objetivo consistiu em analisar aspectos pertinentes à história do Contestado que transcendem o recorte cronológico costumeiramente definido, entre os anos de 1912 e 1916. A eclosão de confrontos armados, em 1912, foi precedida por um processo caracterizado pela marginalização de parte da população e pelo consequente incremento da tensão social. Nesse sentido, o encerramento oficial da Guerra do Contestado, no ano de 1916, não resultou na superação dos problemas que afligiam a região antes do início do conflito. Pelo contrário, a hegemonia dos coronéis, as disputas fundiárias e a atuação da ferrovia e da Lumber marcaram os anos subsequentes ao término dos combates.

Em contraposição, o incremento da insatisfação popular resultou no surgimento de outros movimentos sociais em toda a antiga área contestada, muitos deles marcadamente vinculados à tradição de São João Maria.

Assim, os cinco textos reunidos nessa seção abordam aspectos dos conflitos e das disputas que se desenvolveram antes e depois da Guerra do Contestado. O primeiro texto, de Alexandre Assis Tomporoski, analisa as disputas políticas resultantes do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, bem como o papel da Lumber em tais embates. Em seguida, o texto de Évelyn Bueno apresenta o mais tardio dos movimentos com vinculação à tradição de São João Maria, o movimento dos Alonsos, deflagrado em Timbó Grande no ano de 1942. O terceiro texto dessa seção, de Eloi Giovane Muchalovski e Flavio Braune Wiik, analisa textos e documentos produzidos pelo médico alemão Georg Carl Adolf Bleyer, funcionário da Brazil Railway Company, acerca dos indígenas da região do Contestado e discute as investigações de Bleyer sobre os jê meridionais, especialmente os xoclengue, contribuindo para sua visibilização. O texto de autoria de Grazieli Eurich investiga o conflito entre indígenas caingangue e colonizadores na Vila da Pitanga, região central do Paraná, em 1923, e sua conexão com o Monge São João Maria. Essa seção é encerrada com o texto de Viviani Poyer a respeito das manifestações e dos movimentos vinculados à luta pela terra e ao direito de propriedade protagonizados por caboclos, colonos e indígenas na região do ex-Contestado catarinense durante a vigência do Território Federal do Iguaçu, entre os anos de 1943 e 1946. Esse importante conjunto de textos expressa a diversificação cronológica e temática dos estudos vinculados ao Contestado, o que contribui para o fortalecimento dessa área de conhecimentos.

A história e a memória da região do Contestado têm mobilizado setores da sociedade e campos do conhecimento que não se restringem à academia. No conjunto de textos reunidos na unidade denominada "História pública e ensino de História: diálogos sobre o Contestado", é possível refletir sobre a temática

do Contestado nas passarelas de escolas de samba, nas artes plásticas, nos museus e livros didáticos, nos registros fotográficos que circulam em exposições, nas redes sociais, nos arquivos e museus do país, em desenhos infantis. Inclui-se nesse rol a análise de organizações sociais criadas em municípios atingidos pelo conflito, nos intuitos de rememorar os homens e as mulheres que lutaram na guerra e atuar em prol dessa memória.

Em todos esses casos se encontra a participação da universidade, seja prestando assessoria a carnavalescos e escavando arquivos para tornar públicos documentos pouco conhecidos, seja estimulando pesquisas científicas que geram produtos relacionados à arte, à cultura e às políticas públicas. Para além disso, escolas e associações sociais não cumprem papel menor nessa produção e circulação de conhecimento sobre o Contestado, pois, assim como essas instituições acompanham as produções escritas e audiovisuais acerca do conflito, também se apropriam desse material e o reelaboram em narrativas e linguagens outras. Apesar das *fake news*, da desinformação e até de certo descrédito que as ciências humanas têm tido na estrutura curricular oficial, os trabalhos aqui apresentados reforçam que o conhecimento histórico é construído de diversas formas, mas, quando envolve linguagens e públicos diferenciados, quando feito com responsabilidade ética e compromisso social com a memória e a história dos mortos, ele se faz mais efetivo na sua ação, difusão e circulação do saber.

Por fim, mas não menos importante, temos a quinta parte desta publicação, que se distingue das demais por não tratar estritamente de artigos acadêmicos no formato tradicional, mas sim por ser composta de relatos de professores do ensino de anos iniciais e ensino médio acerca de suas experiências educacionais. Gestada por meio de uma produtiva mesa-redonda sobre o assunto, que abordou com detalhes diferentes atividades ocorridas no período anterior à pandemia do coronavírus, e mesmo algumas produzidas durante o isolamento social, essa parte de nosso livro concorre para um debate muito presente em

nossa comunidade acadêmica nos últimos anos: o ensino escolar sobre a Guerra do Contestado.

Intitulada "Ensinar História em território do Contestado: relatos de professores", essa parcela de trabalhos discorre sobre alguns exemplos de aprendizagens significativas que produziram excelentes resultados. Uma delas foi relatada pelo professor Mateus Henrique Torcatto, cuja turma de 3.º ano do ensino médio de uma escola da rede estadual da cidade de Arroio Trinta (SC) foi convidada a visitar o sítio histórico de Irani, onde realizaram a gravação de um curta-metragem. Já os discentes de Roseclei Golynski Nogueira, professora do ensino público em Fraiburgo (SC), foram estimulados à criação e produção de uma peça teatral, bem como atuação nela, inspirada no livro infantil da professora Karoline Fin intitulado *O dia em que viajei no tempo: minha família e o movimento do Contestado*, livro este nascido como resultado de pesquisa que desenvolveu no Mestrado Profissional em Ensino de História. A professora Hellen Heine Barreto Ferreira brinda-nos com o relato de experiência desenvolvida na Escola de Educação Básica Trinta de Outubro, localizada do município de Lebon Régis (SC), em um assentamento de reforma agrária denominado Rio dos Patos, e que envolveu um amplo projeto que exigiu dos discentes várias habilidades, tais como escrita, música, poesia, interpretação, declamação e dança. O relato do professor Arthur Luiz Peixer, da rede pública de Rio das Antas (SC), apresenta um conjunto de atividades realizadas por alunos do 9.º ano, tanto de visitações como de experiências de criação e de interpretação, que tiveram como resultado a produção de alguns filmes. Após o início da pandemia e com o isolamento social, esse docente passou a atuar fortemente nas redes sociais, por intermédio de um canal no YouTube, atuação que também analisa em seu escrito.

É importante ressaltar que, em todas as atividades abordadas, houve envolvimento direto dos discentes com suas comunidades, especialmente na apresentação dos resultados (filmes, vídeos ou peças teatrais), reforçando, além de aprendizagens significativas

sobre a história do Contestado, sentimentos de pertencimento e identidade regional.

Como forma de amplificar o impacto social e o acesso público das reflexões aqui propostas, criamos e deixamos aberto ao público um canal no YouTube contendo as falas de todos e todas que tiveram seus textos contemplados nesta publicação. Embora com temáticas parecidas, há que se destacar que a estrutura das palestras exige uma organização narrativa diferente da do texto. Portanto, trata-se de outro produto. Lá, podemos introduzir imagens, sons e vídeos e também estão disponíveis os debates e questões formuladas. Visite-nos e inscreva-se em: VI Simpósio Nacional - Contestado.[1]

Alexandre Tomporoski
Delmir José Valentini
Márcia Janete Espig
Paulo Pinheiro Machado
Rogério Rosa Rodrigues

1 VI SIMPÓSIO NACIONAL - Contestado. *YouTube*, 15 out. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC5ajvkFgjySSZMYsbw6L4sg/featured.

Ressonâncias do tempo:

processo criativo da ilustração para o VI Simpósio Nacional sobre o Contestado

Gerson Witte

Este texto trata do processo criativo e da pesquisa em arte na produção da ilustração para o VI Simpósio Nacional sobre o Contestado: o Lugar do Contestado na História do Brasil, organizado pelo Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado (GIMC) e realizado em outubro de 2020, por meio de uma série de desenhos que investigaram a iconicidade nas representações formais das figuras históricas ligadas à conjuntura do Contestado e sua ressignificação na contemporaneidade das relações em ambiente virtual.

Contextualizando, a ilustração em questão não surgiu de uma demanda por parte dos organizadores do evento, nem mesmo de um desejo pessoal. Foi uma imagem que surgiu espontaneamente no início de outubro de 2020, como parte de uma pesquisa pictórica sobre a iconicidade das figuras históricas do movimento do Contestado. Confesso que o processo começou em plena pandemia, na sala de espera de um consultório médico, onde uma lapiseira, uma caneta nanquim e um caderno de esboços me fizeram companhia enquanto aguardava a consulta, de máscara e besuntado em álcool em gel, para evitar a Covid-19. A primeira imagem produzida foi sobre a mulher sertaneja e sua participação como figura de liderança no conflito (Imagem 1).

Imagem 1: Maria Rosa, por Gerson Witte. Nanquim e grafite azul sobre papel. Fonte: arquivo pessoal, 2020.

Foi um estudo mais livre, porém com o intuito de pensar a figura da jovem sertaneja que, ainda adolescente, liderou o movimento insurgente por alegar ter visões com o Monge José Maria, morto em 1912, em Irani (SC). Na sua representação, busquei um padrão que escapasse da idealização europeia, tanto em bases artísticas quanto religiosas, da iconologia católica das pessoas santas como etéreas e inalcançáveis. Imaginei a jovem como uma sertaneja vivendo o drama de assumir um papel de destaque durante um conflito de tal escala. Talvez pelo ambiente em que foi produzido, ou pelo ambiente social e histórico da pandemia, representei uma figura triste e com certa raiva. Nesse caso, não sei elucidar por que ela tem esse olhar. Sei que aprendi a respeitar que às vezes meus desenhos têm suas próprias intenções.

Em sequência, desenvolvi uma imagem do Monge João Maria monolítico, ou seja, interpretando o desenho como a representação de uma escultura em pedra (Imagem 2). Inspirei-me no *art déco* do início do século XX, buscando perceber se a representação simbólica da personagem histórica funcionaria nesse estilo escultório específico.

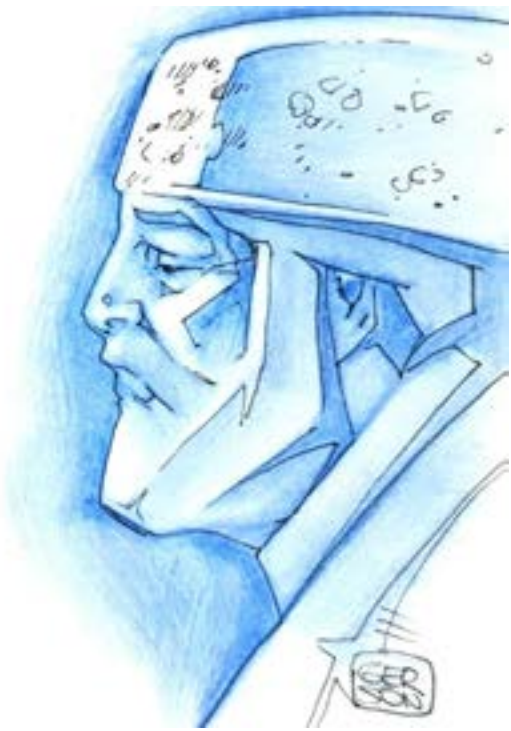


Imagem 2: Monge João Maria, por Gerson Witte. Nanquim e grafite azul sobre papel.
Fonte: arquivo pessoal, 2020.

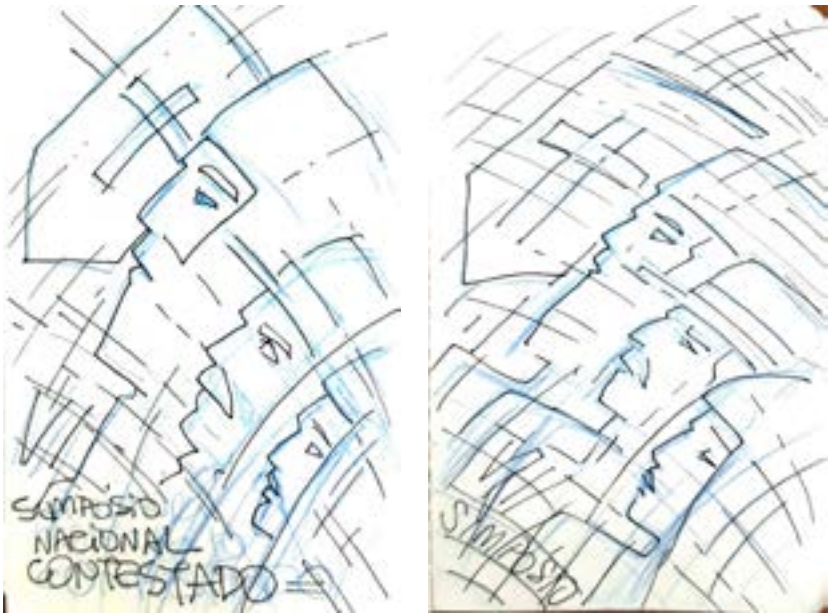
Nesse desenho, comecei a pensar como, tradicionalmente, as imagens representativas sobre o conflito se apegam às lideranças religiosas como a de João Maria de Jesus, cuja passagem pelo planalto meridional brasileiro antecede em muitos anos a Guerra do Contestado. Pensei em expandir a ideia, mostrando também a mulher como figura simbólica da população sertaneja em luta, cabendo ao desenho do homem fardado o papel do antagonista. Dessa reflexão, surgiu o estudo da Imagem 3.

Imagem 3: Monge João Maria, Maria Rosa e o exército, por Gerson Witte. Nanquim e grafite azul sobre papel. Fonte: arquivo pessoal, 2020.

Considero a representação do Monge João Maria como a mais importante sobre o tema Contestado, contudo ele não participou da Guerra do Contestado, papel exercido por seu autodeclarado sucessor, José Maria. A respeito dessa questão, já havia desenvolvido outros estudos de como deveria diferenciar sua apresentação icônica, agora sim baseado nas representações de figuras santas do catolicismo. Então, esbocei uma nova silhueta (Imagem 4), cujo resultado apresentou linhas mais curvas, mais sinuosas e com mais ângulos agudos que as do Monge João Maria, que na minha concepção funciona melhor com linhas mais retas, quadráticas. Em grafite azul aparece o número 6 em romanos, por ser o primeiro momento em que vislumbrei a possibilidade de utilizar a imagem como material de divulgação do VI Simpósio Nacional.

Imagem 4: Monge José Maria, por Gerson Witte. Nanquim e grafite azul sobre papel, Fonte: arquivo pessoal, 2020.

Logo em seguida, desenvolvi dois esboços baseado na iconicidade das personagens do Contestado (Imagens 5A e 5B), colocando a figura do exército entre a imagem da religiosidade dos monges e a mulher sertaneja, representação dos atingidos pelo conflito, e inserindo a bandeira com a cruz verde, usada como estandarte pelo movimento revoltoso. Na composição da imagem, utilizei uma grade circular concêntrica como base, para apresentar um conceito de propagação de ondas eletromagnéticas de internet wireless, tendo em conta que o VI Simpósio Nacional aconteceria em ambiente virtual.



A B

Imagem 5 (A e B): Estudos para a ilustração do VI Simpósio Nacional sobre o Contestado: o Lugar do Contestado na História do Brasil, por Gerson Witte. Nanquim e grafite azul sobre papel. Fonte: arquivo pessoal, 2020.

Já em casa e com o equipamento necessário, digitalizei os esboços e finalizei a ilustração no programa de desenho digital Clip Studio Paint (Imagem 6), em que trabalhei os contrastes e as transparências entre as figuras e os círculos concêntricos para aumentar a pregnância da imagem como um objeto de *design* com fim de divulgação. A cor está ligada ao ícone utilizado para representar o sinal de *wi-fi*, geralmente associado ao azul e também por ter sido usado durante todo o processo criativo. Para a cruz verde, optei pelo matiz azulado, para manter a harmonia da composição.

Imagem 6: Ilustração do VI Simpósio Nacional sobre o Contestado: o Lugar do Contestado na História do Brasil, por Gerson Witte. Arte digital. Fonte: arquivo pessoal, 2020.

Encaminhei a ilustração com elementos textuais aos organizadores do VI Simpósio Nacional sobre o Contestado: o Lugar do Contestado na História do Brasil, que gentilmente a utilizaram com grande destaque no evento e agora como capa da presente publicação. Agradeço a oportunidade de poder apresentar este relato do processo criativo da ilustração, com a reflexão sobre as escolhas estéticas e históricas necessárias para a sua produção.

Um dos objetivos do evento era envolver participantes além das áreas de história e ciências humanas, incluindo também os estudos nos campos literário e artístico. O presente texto visou demonstrar como a pesquisa em arte possui instrumentos diferentes de investigação, mas que igualmente busca inspiração na análise e valoração das fontes de pesquisa variáveis para a produção e divulgação do rico e necessário conhecimento e reconhecimento sobre o Contestado e sua gente.

I PARTE

Universo religioso e insurgências religiosas no Brasil

O protagonismo feminino no messianismo no extremo sul do Brasil:
uma análise sobre Jacobina Mentz Maurer

Daniel Luciano Gevehr

O movimento Mucker ocorreu no fim do século XIX, mais precisamente entre os anos de 1868 e 1874, na antiga Colônia de São Leopoldo, atual município de Sapiranga, Rio Grande do Sul, envolvendo um grupo de colonos formado por imigrantes e descendentes de imigrantes alemães. Esse grupo, supostamente, estaria formando uma nova seita religiosa, de caráter messiânico, liderada por Jacobina Mentz Maurer e por seu marido, João Jorge Maurer. O conflito encerrou-se com o extermínio desses colonos, em nome *da ordem e do progresso*, pelas forças oficiais, lideradas pelo Coronel Genuíno Olympio de Sampaio, no ano de 1874.

Jacobina Mentz Maurer foi considerada a líder religiosa dos Mucker e, juntamente com seu marido, João Jorge Maurer, conhecido como o curandeiro, liderava o grupo de colonos denominado Mucker,[1] com talvez cerca de 150 pessoas.[2] A denominação foi difundida na região, ao que tudo indica, pelo pastor evangélico Frederico Boeber, que teria utilizado esse

1 O termo Mucker apresenta diferentes significados, podendo indicar santarrão, embusteiro ou fanático religioso. O termo pode ainda ser associado ao zumbido das abelhas, quando estão trabalhando na colmeia. Essa última acepção tinha como intenção a identificação dos Mucker como um grupo que, quando reunido em culto, demonstrava todo o seu fervor e fanatismo religioso.

2 Não podemos oferecer dados precisos quanto ao número de colonos participantes do grupo denominado Mucker, uma vez que não existem documentos que se refiram com exatidão a esses dados. O que conhecemos são estimativas, que consideram dados aproximados, com base em famílias que participaram do conflito e em estudos realizados sobre o tema.

termo para se referir em seus cultos ao grupo organizado no Morro Ferrabraz.

Jacobina teria conferido ao grupo um caráter de fanatismo, já que, segundo relatos da época, era acometida de desmaios, desaparecimentos e visões que não eram explicados. Segundo a versão oficial, esses episódios eram intencionais e teatralizados, com o objetivo de enganar os colonos que compareciam aos cultos por ela ministrados.

Uma terceira personagem de destaque nesse movimento teria sido João Jorge Klein, cunhado de Jacobina Maurer. Klein era conhecido como o mentor intelectual do grupo. Por sua condição de pastor-colono e professor-colono na região, possuía maior grau de instrução entre os seguidores e, por isso, orientava as práticas religiosas de Jacobina e João Maurer.

O contexto em que se desenrolaram os acontecimentos foi marcado por grandes dificuldades, tanto de caráter econômico quanto social e religioso. Janaína Amado (1978) defende a tese de que os Mucker foram, antes de tudo, o resultado das transformações econômicas que romperam de forma definitiva com a estrutura vivenciada na região de São Leopoldo, em 1845. De acordo com a autora, antes dessa data, os imigrantes alemães viviam numa sociedade em que as diferenças sociais não eram tão acentuadas. Mesmo reconhecendo as diferenças existentes entre ricos e pobres, Amado (1978) destaca que, ao final do século XIX, teria ocorrido um aumento significativo das desigualdades sociais na área de imigração do Vale do Sinos.

Esse desenvolvimento econômico de São Leopoldo deu-se entre 1845 e 1874 e decorreu de sua maior ligação com Porto Alegre (RS), promovendo a dinamização e a consequente estratificação social, que acabaria criando grandes desigualdades sociais entre os colonos. Constituía-se, naquele momento, uma sociedade local marcadamente desigual do ponto de vista socioeconômico, na qual se encontravam, de um lado, os ricos e, de outro, os pobres. O primeiro grupo era formado de proprietários de terra, comerciantes

e proprietários de estabelecimentos manufatureiros, enquanto o segundo era constituído de pequenos proprietários e artesãos.

Conforme os dados apresentados pela historiadora, em São Leopoldo houve um progressivo aumento das exportações, constatado no crescimento de mais de 80% em 1870 se comparado aos resultados alcançados no ano de 1842. Além disso, percebeu-se maior diversificação das atividades desenvolvidas em São Leopoldo, como, por exemplo, a construção de atafonas, engenhos de cana, moinhos de moer grãos, fábricas de charutos e louças, entre várias outras atividades que dinamizaram consideravelmente a economia de São Leopoldo.

Esse cenário demonstra a progressiva importância de São Leopoldo para a economia do Rio Grande do Sul, visto que se tornava não apenas um consumidor de produtos, mas também um fornecedor. Os tempos eram de mudança na colônia alemã de São Leopoldo, e o movimento Mucker vinculou-se diretamente às mudanças em curso.

O movimento Mucker (1868 a 1874) é explicado por Amado (1978) com base na análise marxista, na qual sobressai o plano econômico (a estrutura), que provoca as transformações no plano social, político e também religioso (a superestrutura). Do seu ponto de vista, os Mucker seriam o resultado de uma tentativa de negação, não aceitação das mudanças que São Leopoldo estava passando naquele momento. Eles formariam um bloco de resistência, cujo ponto de convergência era a religião e comandado pelo casal Maurer e pelo cunhado de Jacobina, João Jorge Klein.

Soma-se a esses fatores predisponentes o desamparo religioso em que se encontravam os colonos. Entregues aos pastores-colonos e padres-colonos, que tinham forte atuação, em razão da inexistência de clérigos formados e do desleixo por parte das instituições religiosas, tanto católicas quanto protestantes, esses colonos voltaram-se para a religião pregada pelos Maurer, aderindo às novas formas de espiritualidade.

A análise desenvolvida na tese de doutorado em Antropologia Social de Maria Amélia Schmidt Dickie (1996) amplia a discussão

em torno dos fatores responsáveis e das condições em que se deu o movimento, como também ressalta a construção dos discursos que pretenderam justificar o massacre ocorrido no Ferrabraz ao final do século XIX.

Dickie (1996), por meio de uma longa análise da documentação, que se constitui principalmente de autos do inquérito, registros de terras, correspondências e relatórios provinciais, levantou novas questões e propôs outras explicações para o conflito ocorrido em uma área típica de imigração alemã no sul do Brasil. Caracterizando o movimento como sociorreligioso, a autora ressalta que ele se deu em uma área de identidade étnica homogênea, isto é, composta de habitantes formados de uma mesma etnia e provenientes da mesma pátria-mãe, a Alemanha. A autora revela-nos ainda as diferentes formas de detração dos Mucker, formuladas pelos colonos moradores da região.

Segundo sua análise, a maioria desses colonos alemães (ou descendentes de alemães) tinha como objetivo desqualificar o grupo Mucker, desvinculando-o dos demais colonos e atribuindo-lhe uma origem não germânica. Isso os levava a reforçarem que o verdadeiro alemão era pacífico, ordeiro e trabalhador, cumpridor das leis e das suas obrigações e que essas qualidades não poderiam ser encontradas entre os Mucker do Ferrabraz.

Um segundo aspecto relevante considerado por Dickie (1996) foi a atuação da Igreja em defesa da boa-fé, da moral e da união entre os colonos alemães. Tanto os padres como os pastores eram a fonte da verdade e somente a eles competia proferirem palavras sagradas e a interpretação da Bíblia. Foram as leituras e a interpretação da Bíblia realizadas por Jacobina que conferiram aos Mucker seu caráter mais desqualificador. Segundo os colonos de seu tempo, como poderia uma mulher semianalfabeta ter a capacidade de interpretar as escrituras sagradas, papel destinado apenas aos religiosos com formação?

Esse nos parece ser um ponto fundamental a ser considerado em relação à construção das representações sociais sobre os Mucker,

que apontam para a intenção de desqualificar Jacobina pelo fato de ela ser mulher. Jacobina estava inserida numa sociedade sulina do fim do século XIX, na qual havia significativa dominação masculina. Além disso, o surgimento de uma nova religião poderia provocar o enfraquecimento das duas Igrejas, tanto da católica quanto da evangélica, o que acarretaria o fracasso de suas missões religiosas na região de colonização alemã no Rio Grande do Sul.

Segundo Dickie (1996), a construção da representação dos Mucker como fanáticos ocorreu especialmente por não serem portadores nem defensores da cultura[3] trazida pelos imigrantes alemães, por sua desclassificação e falta de erudição.[4] A autora destaca a edição publicada em 17 de maio de 1873 do *Deutsche Zeitung*, na qual Karl Von Koseritz[5] aponta para esse processo de desqualificação dos Mucker, apresentando-os como "não alemães".

O caráter depreciativo com que a imprensa da época se referia aos Mucker torna clara a intenção de tentar imprimir na população determinada visão acerca desse grupo, representando-o de forma bastante parcial. Os artigos veiculados pela imprensa permitem-nos observar como não havia preocupação em esclarecer os condicionantes envolvidos no conflito Mucker.

A antítese mencionada pela autora revela que os Mucker representavam, acima de tudo, um perigo para a continuidade do desenvolvimento da região colonial alemã, uma ameaça tanto para sua segurança quanto para sua integridade religiosa.

---

3 Nesse caso, a cultura trazida pelos imigrantes refere-se, especialmente, aos valores como família, convívio em sociedade, participação nos cultos e missas das igrejas, bem como a valorização do trabalho, elemento essencial em suas vidas.

4 Os Mucker são apontados como responsáveis pela desorganização social de toda a colônia. Dessa forma, identificam-se como não portadores de erudição, como sujeitos rudes, cujas qualidades não se assemelham àquelas dos demais moradores da colônia que continuam frequentando as festas, os cultos, as missas e todas as outras atividades sociais.

5 Karl Von Koseritz teve grande atuação no cenário político do Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, especialmente ao lado dos liberais. Na década de 1860 foi chamado para dirigir o *Deutsche Zeitung*, por meio do qual publicava seus pensamentos e posicionamentos políticos.

Os alemães civilizados, isto é, os não Mucker, representavam, assim, o seu oposto, pois, como referido no discurso de Koseritz, seriam os responsáveis pela prosperidade econômica, social, política e religiosa da colônia. Evidenciam-se aqui a força e a manipulação das representações sociais, visando imprimir no imaginário social coletivo determinada visão dos fatos por intermédio da imprensa.

O mesmo processo dava-se entre os Mucker ao formularem representações de seus inimigos. Dickie (1996) chega à conclusão de que havia um sentimento de autodefesa por parte dos Mucker, que sobressaiu nas situações em que estes não mais confiaram nas autoridades locais, indo buscar ajuda fora da região, até mesmo no Rio de Janeiro, como quando se dirigiram ao Imperador D. Pedro II.[6]

Porém, ao não terem obtido resposta aos seus pedidos de ajuda e surpreendidos com a notícia de sua possível deportação,[7] concluíram que não havia outra saída a não ser responder aos ataques sofridos. Foi nesse momento que começaram a se intensificar as notícias de ataques às casas dos colonos, de assassinatos e de emboscadas promovidas pelos Mucker, o que pode ser entendido como reação às ofensas e às humilhações públicas sofridas.

Merece destaque, ainda, a forma como foram encaminhados os inquéritos e julgamentos, que mais pareceram a legitimação de sua condenação. Isso pode ser verificado por meio das próprias testemunhas arroladas,[8] em sua maioria pessoas em busca de

6 Não temos informações precisas a respeito dessa viagem ao Rio de Janeiro. Sabemos que o documento oficial entregue ao imperador está assinado por 31 integrantes do grupo e datado em 10 de dezembro de 1873. Teria sido entregue possivelmente por uma pequena delegação formada de no máximo quatro pessoas, entre elas possivelmente João Jorge Maurer como líder do grupo. O documento encontra-se atualmente no Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro.

7 Em 28 de novembro de 1873, foi encaminhada à presidência da província uma representação assinada por diversas pessoas da região (entre elas o próprio pastor evangélico, Boeber) pedindo a deportação dos Mucker, em virtude dos últimos acontecimentos da região.

8 O processo de investigação e julgamento dos Mucker correu entre 17 de fevereiro de 1876 (quase dois anos depois do fim do conflito) e 1.º de março do mesmo ano. Nesse processo, que contou com diversas testemunhas contrárias aos Mucker, foram condenados João Jorge Klein, Carlos Luppa e seu filho e mais sete denunciados. Os outros acusados foram todos absolvidos pela justiça.

vingança, pois eram parentes de vítimas ou estavam envolvidas no caso de uma maneira ou de outra. Esses aspectos evidenciam as limitações da justiça no fim do século XIX e as arbitrariedades possivelmente praticadas pelos seus representantes. Dickie (1996) constatou que se construiu determinada representação social, um rótulo que inseriu os Mucker no imaginário coletivo como os *não civilizados*, como aqueles que, ao ocupar o banco dos réus, foram também alvo de condenação moral.

O movimento terminou, oficialmente, em 2 de agosto de 1874, quando Jacobina Mentz Maurer e mais 16 adeptos foram assassinados nas matas de Ferrabraz.[9] Sobre a morte de seu marido, João Jorge Maurer, pouco sabemos, uma vez que seu corpo teria sido encontrado, após o fim do conflito, enforcado nas matas do Ferrabraz. Porém, como o corpo estava em estado adiantado de decomposição, o seu reconhecimento foi prejudicado, cabendo apenas a versão apresentada pelo alfaiate, que teria confirmado ser de Maurer a roupa usada pelo cadáver. Concretamente, nada sabemos sobre seu paradeiro após o conflito.

Em linhas gerais, podemos afirmar que existem dúvidas sobre os acontecimentos que envolvem o movimento Mucker. Essas dúvidas referem-se tanto à atuação das pessoas envolvidas quanto aos próprios acontecimentos, sobre os quais não temos comprovações documentais, já que não dispomos de testemunhos orais dos integrantes do movimento.

O Morro Ferrabraz: cenário do conflito e morada de Jacobina

O Morro Ferrabraz, localizado em Sapiranga, é o cenário do conflito Mucker e, portanto, compreendido como um símbolo da maior importância, uma vez que é identificado, antes de tudo, como o local de moradia de Jacobina. As descrições do Morro Ferrabraz enquanto espaço hostil e distante da civilização serviram,

9 Esses colonos viveram escondidos nas matas do Ferrabraz desde o dia 19 de julho de 1874, quando naquela noite as tropas oficiais saquearam e destruíram a casa de Jacobina e João Jorge Maurer no Ferrabraz.

em alguns casos, para justificar o surgimento do conflito e como elemento para sustentar a desqualificação moral de Jacobina.

Com sua geografia recortada, o Morro Ferrabraz sugeria aos tropeiros de gado que por ali passavam, ainda no século XVIII, a imagem de um monstro sarraceno Fier-*à-bras*, que mais lembrava a imagem distante do gigante sarraceno que aparecia nas canções de gesta da Europa medieval. Atualmente, é um dos cartões-postais da cidade e atrai muitos turistas em função da prática do voo livre, conferindo à cidade o título de capital do voo livre.

O Morro Ferrabraz conta com 634 metros de altitude e impõe-se soberano sobre os moradores de Sapiranga, que de qualquer lugar da cidade podem observá-lo com facilidade. A descrição física do Ferrabraz construída e difundida ainda no fim do século XIX como um lugar de *fronte carrancuda*, *mal-assombrado* e coberto por *mato escuro* remetia o leitor a uma interpretação única em relação ao local. Com essas características pouco atrativas, devemos pensar na recepção desse texto, por parte dos seus leitores, que receberam informações sobre o cenário do conflito e, de maneira especial, sobre seus moradores.

Descrito inicialmente como uma região de vegetação densa e de difícil acesso, a *cidadela dos Mucker* representava a resistência aos valores defendidos pelos demais moradores da localidade. Ao mesmo tempo, simbolizava uma ameaça à segurança dos moradores, que passaram a ver a casa do casal Maurer como uma espécie de fortaleza armada no Ferrabraz. Somente na segunda metade do século XX é que o morro passaria a ser visto de forma mais positiva, sobretudo em razão do desenvolvimento da prática do voo livre.

Jacobina Mentz Maurer e sua liderança no movimento Mucker

Em relação a Jacobina Mentz Maurer, sabe-se que nasceu em data desconhecida do mês de junho de 1842, na localidade de Hamburgo Velho, atual município de Novo Hamburgo (RS).

Era filha do casal de imigrantes alemães André Mentz e Maria Elisabeth Muller, que, além de Jacobina, tiveram mais sete filhos. Jacobina foi confirmada em 4 de abril de 1854 na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Hamburgo Velho, onde viria a se casar com João Jorge Maurer. Foi assassinada em 2 de agosto de 1874, quando foi descoberta, pelas forças oficiais, em seu esconderijo na mata fechada, ao pé do Morro Ferrabraz.

Sobre suas características físicas, pouco sabemos, em razão de não termos nenhum retrato[10] seu, o que torna sua personagem ainda mais enigmática, despertando o imaginário da população acerca de como seria a imagem real de Jacobina. Como seriam seu rosto, seus cabelos, seu corpo? São perguntas para as quais até o momento não temos respostas confiáveis, tendo em vista que as descrições feitas sobre ela são bastante distintas.

A Jacobina criança teve sérias dificuldades na escola, não tendo conseguido aprender a ler nem a escrever.[11] Segundo os diagnósticos do doutor João Daniel Hillebrand, Jacobina apresentava, desde criança, sinais de transtornos nervosos que haviam se agravado em sua fase adulta, quando iniciou a leitura e interpretação da Bíblia.[12] Segundo o médico, esses transtornos teriam provocado uma *verdadeira mania religiosa e sonambulismo espontâneo*.

Hillebrand apontava o marido de Jacobina, João Jorge Maurer, natural de São José do Hortêncio (RS), como o responsável pela doença da mulher, já que, segundo seu entendimento, ele a obrigava a praticar charlatanismo. Além disso, João Jorge Maurer era descrito

10 A única fotografia que representaria Jacobina é aquela atribuída ao casal Maurer, cuja autenticidade é amplamente questionada. Acredita-se que a fotografia não retrate Jacobina nem seu marido, João Jorge Maurer. A não existência de uma imagem concreta de Jacobina Mentz Maurer torna sua personagem ainda mais misteriosa. A fotografia, contudo, é constantemente empregada, especialmente pela imprensa, para conferir um rosto à personagem.

11 Jacobina aprendeu a ler em alemão já adulta, com o professor Hardes Fleck, sobre quem pouco sabemos. Ela nunca aprendeu a escrever em português nem a falar a língua portuguesa.

12 Embora Jacobina seja apresentada na historiografia como analfabeta, devemos repensar essa afirmação, tendo em vista o fato de que lia a Bíblia e cantava os hinos em alemão.

pela maioria das pessoas de sua época como alguém que não gostava de trabalhar. Agricultor e marceneiro de profissão, Maurer tinha aprendido a manipular ervas medicinais, que eram empregadas no preparo de chás e remédios para a cura de várias doenças que assolavam os colonos. A denominação de Doutor Maravilhoso surgiu entre as pessoas que nele procuravam ajuda e acabou tornando-se bastante conhecida na colônia.

Foi, portanto, em torno de Jacobina e João Jorge Maurer que se deu a organização do grupo dos Mucker. Há, no entanto, inúmeras outras personagens envolvidas, entre as quais uma nos chama a atenção. Referimo-nos a João Jorge Klein,[13] cunhado de Jacobina, casado com sua irmã, Catarina Mentz. Sobre a atuação de Klein, restam muitas dúvidas, já que ora é apontado como mentor intelectual do grupo, ora – como indicado em seus escritos[14] – tenha essa atuação desacreditada.

Na publicação do artigo "A Fraude Mucker na colônia alemã: uma contribuição para a história da cultura da germanidade daqui", de 1875, encontramos a primeira imagem idealizada de Jacobina. Publicado por Carlos Von Koseritz em seu *Koseritz Kalender*, o artigo procurava alertar as pessoas para os fatos que ocorriam, consistindo num ato de denúncia em relação ao grupo que se organizava no Ferrabraz. Para Von Koseritz (1875), o movimento não se enquadrava na realidade da colônia alemã de São Leopoldo, o que justificava a denúncia: *estes fatos lançam luz terrível sobre nosso progresso e que são motivo das mais sérias preocupações para o futuro* (VON KOSERITZ, 1875, p. 1).

13 João Jorge Klein nasceu no Hunsrück, Alemanha, no dia 14 de maio de 1820. Era filho de João Jorge Klein e Maria Ana Klein. Teria chegado ao Brasil em 1854, vindo a exercer a atividade de pastor na Comunidade Evangélica de Sapiranga no período entre 1858 e 1859, quando em seguida assumiu a Comunidade de Picada 48, onde permaneceu de 1859 a 1864, quando foi sucedido por pastores com formação religiosa. Klein faleceu em 6 de outubro de 1915, com 95 anos de idade.

14 Em seus escritos "Sobre a história dos 'Mucker' nos anos de 1872 e 1874", João Jorge Klein (1966) busca se inocentar das acusações de que ele teria sido o mentor intelectual dos Mucker. Neles, procura responsabilizar Jacobina e João Jorge Maurer, assim como as autoridades corruptas, pelo conflito.

Apresentando os Mucker como fanáticos religiosos e avessos aos avanços da ciência, Von Koseritz (1875) tece críticas severas a eles, na medida em que não praticavam os valores da verdadeira germanidade.[15] Em sua exposição, o autor também aproveita para atacar de forma direta a ação da Companhia de Jesus, por ele denominada de *agourenta Ordem de Jesus*, o que expõe a rivalidade entre católicos e protestantes existente à época.

O alvo preferido de Von Koseritz, no entanto, foi Jacobina Mentz Maurer. Para ele, Jacobina representava a demência religiosa que havia se instaurado na colônia, em razão da *indigestão crônica de passagens bíblicas, aliada a temor cuidadosamente nutrido ante inferno e diabo e crença demente em revelação, vocação divina e milagres de toda a espécie*. Para Von Koseritz, a mulher era a responsável pelos acontecimentos que assolavam a colônia: "Uma mulherzinha doida, histérica como Jacobina Maurer teria sido simplesmente ridicularizada, sem jamais encontrar adeptos que se deixassem inflamar a tais atos macabros" (VON KOSERITZ, 1875, p. 1).

A desqualificação de Jacobina no texto de Von Koseritz fica bem evidente no emprego do diminutivo *mulherzinha*. Ela é descrita como uma desajustada socialmente e responsável por *atos macabros*. Para ele, se a população da colônia não tivesse vivido no desamparo religioso, Jacobina jamais teria alcançado o prestígio e a credibilidade que teve entre seus adeptos. Von Koseritz ressaltou, de forma irônica, sua inconformidade com o pensamento das autoridades religiosas, que, segundo ele, logo iriam criticar suas opiniões. Procurou, ainda, tornar pública a origem familiar da líder dos Mucker:

> todas as mulheres da família Mentz eram mais ou menos levadas ao excesso e propensas ao entusiasmo religioso; [...] uma espécie de epidemia de reza – as forçavam a permanecer, por horas, ajoelhadas. (VON KOSERITZ, 1875, p. 6).

15 Lembramos que essa publicação ocorreu em meio às comemorações do 50.º jubileu da cidade de São Leopoldo, que, segundo Von Koseritz (1875), eram alusivas à *coragem alemã e pelo trabalho alemão*. Ainda como exemplo da exaltação da germanidade, Von Koseritz (1875) refere-se aos imigrantes e seus descendentes como portadores do *cerne operoso da natureza alemã* e de *natureza sadia da raça alemã*.

Interessante observar que, ao inserir Jacobina no seio de uma família, suas características psicológicas foram atribuídas a certa tradição das mulheres Mentz. A leitura e a interpretação da Bíblia teriam sido as causas do fanatismo e do seu excesso de devoção, que, somadas à sua compleição física e a seus atributos, teriam tornado-a uma desequilibrada:

> às consequências dessa educação pode ter sido acrescida em Jacobina Maurer predisposição física a casos de histeria que, mais tarde, degenerou em sobreexcitação nervosa ligada a sintomas de sonambulismo, no entanto e por outro lado, hoje está comprovado que Jacobina Maurer tinha uma natureza desmesuradamente sensual que, afinal, degenerou em ninfomania formal; pois só assim pode ser explicada a curiosa mistura de excessos sensuais e terríveis crueldades que conquistaram esta mulher no último estágio de sua vida notoriedade tão detestável. (VON KOSERITZ, 1875, p. 6).

Vale ressaltar que a questão de gênero aparece como um elemento desqualificador de Jacobina, ao ser apontada como *mulherzinha*, de quem eram esperadas determinadas características psicológicas. A conduta da família Mentz e a educação familiar que recebia os filhos, sobretudo as filhas, aparecem como itens que procuram justificar o estado de *histeria* de Jacobina.

Von Koseritz (1875) destacou também a atuação conjunta de Jacobina e João Jorge Maurer. Na versão dele, João Jorge era um *charlatão* que ganhava dinheiro com a ignorância das pessoas que se dirigiam ao Ferrabraz em busca de cura e salvação. A prática do curandeirismo, segundo o autor, trouxe prosperidade financeira, já que muitos dos que se dirigiam à casa de Maurer levavam dinheiro como forma de pagamento pelo atendimento. Von Koseritz (1875) chegou a acusar Maurer de não ter curado ninguém, reforçando a representação de João Jorge Maurer como *charlatão*, que enganava as pessoas. Para o autor, Jacobina não passava de uma enganadora que dizia proferir palavras divinas aos seus adeptos do Ferrabraz. A atitude de Jacobina foi associada ao ambiente rude e hostil – de pouca formação intelectual – e à ausência de amparo científico, que a privaram do conhecimento mínimo das *leis que regem o universo*.

Von Koseritz (1875) concluiu seu artigo enumerando os motivos que teriam levado à formação dos Mucker no Ferrabraz. Para ele, a personagem Jacobina surgiu num contexto de fanatismo religioso, em decorrência de uma educação deficiente, que transformou todos os crédulos em potencial. No século XIX, as narrativas de Carlos Von Koseritz exerceram papel fundamental, na medida em que, ao tornar pública sua interpretação sobre o conflito, ele não somente apresentou a sua versão como a versão oficial dos fatos, como também inspirou os trabalhos de Petry (1966) e Domingues (1977).

Concordando com a visão detratora dos Mucker apresentada por Von Koseritz (1875), o padre jesuíta Ambrósio Schupp afirmou que Jacobina e João Jorge Maurer eram os principais responsáveis pela formação do grupo, apresentando-os como o "casal misterioso do Ferrabrás [que] se deixou penetrar e possuir dessa convicção" (SCHUPP, [19--], p. 42), ao aliar a cura de doenças à prática religiosa. Para o autor, o mistério envolvia as personagens João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer, que não teriam outra pretensão senão a de enganar os colonos com supostas curas milagrosas realizadas por Maurer, por meio de palavras da Bíblia proferidas por Jacobina.

De forma semelhante a Von Koseritz (1875), Schupp ([19--]) apresentou Jacobina como a principal responsável pelos acontecimentos do Ferrabraz, que, segundo ele, teriam resultado do desamparo e da ignorância dos moradores da localidade. Nesse contexto de dificuldades, Jacobina desempenhou seu papel de líder religiosa, ao presidir cultos e ditar regras de convívio do grupo. Schupp ([19--]) procurou ainda apresentar Jacobina como uma pessoa dotada de capacidades limitadas e praticante de atos criminosos.

O jesuíta manteve a versão detratora de Jacobina iniciada pelo artigo de Von Koseritz (1875), ao ressaltar que a mulher, ao final do conflito, teria sido descoberta ao lado de seu suposto amante. Na descrição de uma Jacobina totalmente fora de si, percebe-se a intenção do autor de explorar o horror e o medo dos leitores:

> Jacobina, toda escabelada, o olhar desvairado, precipita-se para fora da choupana. De um salto acha-se a seu lado Rodolfo, pronto a sacrificar a vida por ela. Com olhar de louco, bramindo como um tigre, parecia querer defendê-la de todos os lados, a um tempo. (Schupp, [19--], p. 299).

Segundo o autor, o fanatismo religioso e o desregramento das relações familiares foram consequências da doutrina imposta aos colonos do Ferrabraz por Jacobina. A falta de orientação e de esclarecimento tinha favorecido a adesão de alguns colonos, e Jacobina havia se aproveitado disso. Para fundamentar essa percepção, Schupp ([19--)] descreve a relação conturbada entre Jacobina e João Jorge Maurer.

Já a publicação da obra de Leopoldo Petry, cuja primeira edição é de 1957, oferece outra versão do conflito, contrapondo-se às visões difundidas por Schupp ([19--)]. De acordo com Petry (1966), a formação do grupo do Ferrabraz deu-se como consequência do desamparo em que viviam esses colonos, que, carentes de orientação religiosa adequada, encontraram nas palavras acolhedoras de Jacobina conforto e esperança de que dias melhores deveriam vir.

Diferentemente das versões apresentadas até aqui, Petry (1966) lançou um novo olhar ao tentar compreender a personagem no seu contexto. Para o autor, foram três os principais protagonistas do conflito: João Jorge Maurer, sua mulher, Jacobina Mentz Maurer, e seu concunhado, João Jorge Klein. Nessa percepção, procurou analisar as ações das três personagens, que, de acordo com seu entendimento, foram responsáveis pela organização dos Mucker.

O casal Maurer foi descrito pelo autor como trabalhador, já que entre os moradores do Ferrabraz possuía as plantações e a moradia mais bem organizadas. Maurer foi descrito como alguém de *traquejo social* e que teria agido de boa-fé no tratamento de doentes que atendia em sua própria residência no Ferrabraz, apontando as fofocas entre vizinhos como causadoras de boatos que procuravam difamar sua reputação.

Ainda segundo Petry (1966), paralelamente à manipulação de ervas medicinais, ofício aprendido com o curandeiro Buchorn, Maurer contava com a ajuda de sua mulher, Jacobina, apresentada pelo autor como trabalhadora e colaboradora nas atividades desenvolvidas pelo marido.

A Jacobina de Petry (1966) é uma mulher que pertencia *à classe das mulheres trabalhadoras*, que ajudava o marido nas atividades agrícolas e também em sua nova profissão. A imagem de boa dona de casa e de colaboradora do marido foi enfatizada pelo autor, na medida em que este procurou destacar suas virtudes. Além dessas qualidades, o caráter religioso de Jacobina também foi ressaltado. Para tanto, Petry (1966) recorreu às suas raízes familiares, afirmando que a família de Jacobina já havia trazido fortes convicções religiosas da Alemanha, razão pela qual procurava sempre respeitar e praticar os princípios de sua Igreja:

> Jacobina pertencia à classe das mulheres trabalhadoras, ajudava nas lides da roça o marido e agora, em sua nova profissão, procurava tornar-se-lhe útil, esforçando-se em tratar bem e alimentar convenientemente os clientes que apareciam. Além de boa dona de casa, a mulher de João Jorge Maurer era muito devota. Descendente de uma família evangélica, que lá na Alemanha se mostrara intransigente na defesa de suas convicções religiosas, procurava praticar, em todas as ocasiões, os mandamentos de sua igreja. (PETRY, 1966, p. 44).

A essa descrição da personagem, Petry (1966) acrescenta que foram os ataques epiléticos que Jacobina sofria desde a infância que acabaram despertando a curiosidade de muitas pessoas, que os interpretavam como manifestações sobrenaturais. Esses elementos, aliados à inclinação religiosa da mulher, acabaram criando e difundindo uma imagem que não se assemelhava à das demais mulheres da colônia. Ao depararem com os desmaios e com o sono profundo de Jacobina, as pessoas espantavam-se, não conseguindo explicar o que de fato acontecia com ela. De acordo com o autor, essas notícias, muitas vezes fantasiosas, acabaram repercutindo negativamente na região, contribuindo de forma direta para a construção de um imaginário fantasioso sobre Jacobina.

Os cultos que Jacobina ministrava no Ferrabraz e as práticas de curandeirismo de João Jorge Maurer acabaram atraindo cada vez mais pessoas para o local, fato que desencadeia, segundo a versão de Petry (1966), a participação do cunhado de Jacobina, João Jorge Klein, no movimento. Para o autor, Jacobina era a representação da mulher dona de casa que aliava suas atividades domésticas às de líder religiosa dos Mucker e que, ao lado do marido, o qual praticava o curandeirismo, se preocupava em amparar espiritualmente os adeptos que a procuravam em sua casa, no Ferrabraz.

Já Moacyr Domingues, que publicou sua obra em 1977, apresentando um verdadeiro compêndio repleto de documentos e informações sobre o conflito, considerou os estudos realizados até aquele momento, dedicando-se sobretudo a trazer as diferentes interpretações construídas sobre a personagem Jacobina. Valeu-se, principalmente, dos estudos realizados por Von Koseritz e dos relatos de Hillebrand e do próprio João Jorge Klein, apontado por Petry (1966) como mentor intelectual dos Mucker. O autor ressaltou que, ao reunir as diferentes interpretações sobre a personagem, tinha a intenção de lançar um olhar desprovido de preconceitos e que procurava avaliar o papel desempenhado por Jacobina em uma versão que não a tratava como "anormal".

O autor inicia as apresentações sobre Jacobina transcrevendo um trecho escrito por João Jorge Klein no qual se evidencia a tentativa de sua desqualificação:

> a protagonista de tantas desgraças para numerosas famílias chamava-se Jacobina Mentz, casada posteriormente com João Jorge Maurer. Poderia ser comparada a feiticeira Circe que, à maneira das sereias, atraía as pessoas para transformá-las em animais. Ninguém ainda se deu ao trabalho de realizar um estudo acurado sobre esta enigmática criatura com suas manifestações anormais e com isto revelar sua individualidade própria. Só assim o povo iludido e arrastado ao sofrimento poderia ser reconduzido ao caminho reto. (KLEIN, 1966[16] *apud* DOMINGUES, 1977, p. 39).

16 Tradução de Leopoldo Petry. O mesmo artigo de Klein foi publicado, em língua alemã, no Anuário da Editora Rotermund em 1913.

Na descrição feita por Klein, sua cunhada, Jacobina, podia ser comparada a uma *feiticeira* ou *sereia*, que enganava as pessoas e as levava para o caminho do desconhecido em função de seus interesses pessoais. A personagem teria sido, ainda, responsável pela degradação moral dos moradores da colônia, que, ao adotarem seus ensinamentos religiosos, teriam se transformado em *animais*.

Domingues (1977) transcreveu mais um trecho do relato de Klein, no qual se evidenciam as características físicas de Jacobina:

> a conformação craniana de Jacobina Maurer e de muitos parentes seus pelo lado materno, denotava, desde a mais tenra infância, disposição para o cretinismo e idiotismo (leia-se idiotia). Essas duas anormalidades manifestam-se em tantos graus e variações como os indivíduos que delas são atacados. A predisposição para as mesmas é inata. A caixa craniana de Jacobina e de grande número de seus parentes era relativamente de pequenas dimensões e as fontanelas se fechavam prematuramente na mais tenra idade. O crânio, demasiadamente reduzido e suas dimensões, comprime a massa encefálica sempre irritada e em agitação, causando certas moléstias parecidas com convulsões, epilepcia e moléstias nervosas que despertam no paciente desejos de suicídio. (KLEIN, 1966 *apud* DOMINGUES, 1977, p. 39).

Segundo Klein, as características físicas anormais de Jacobina, especialmente a conformação craniana, eram as causadoras dos ataques que sofria. Klein também apresentou a cunhada como uma *criatura tarada*, o que nos leva a concluir que sua intenção era de fato a de desqualificá-la, ao mesmo tempo em que procurava inocentar-se das acusações que recaíram sobre ele.

Conforme já analisamos na primeira parte do capítulo, Von Koseritz (1875) procurou representar Jacobina de forma negativa, enfatizando suas ações como resultado de sua doença e de seu fanatismo religioso, que, somado ao ambiente de ignorância, teria produzido o grupo do Ferrabraz. Contrapondo-se a essa opinião, Domingues (1977) oferece-nos a versão apresentada por Hillebrand, para quem Jacobina era uma paciente de difícil diagnóstico, embora afirmasse com convicção a sua *boa-fé*.

Finalmente, Domingues (1977) faz as suas considerações sobre a personagem. Para ele, Jacobina não podia ser caracterizada

como paranormal, já que muitas de suas atitudes eram fruto de sua própria mente:

> por necessidade, aprendeu – sem ter disso consciência – a auto-hipnotizar-se ou auto-sugestionar-se: foi o coroamento de constante exercício de autodomínio, que ademais, deve ter contribuído poderosamente para fortalecer seu estoicismo e força de vontade, de que daria extraordinárias provas mais tarde. E parece-nos indubitável que nem ela própria, nem outro contemporâneo qualquer, chegou a se dar conta de que era a verdadeira causa de seus 'ataques'. (DOMINGUES, 1977, p. 44).

Bastante significativa para a análise que estamos fazendo é a publicação das memórias de Miguel Noé na obra de Domingues (1977). Na versão de Noé, são apresentados novos elementos para sua condição de maior responsável pelo conflito. Para ele, a construção da imagem de Jacobina como fanática religiosa resultou da rede de intrigas existente na colônia naquele momento. Segundo seu depoimento, a rivalidade e o ódio instalados entre os moradores de São Leopoldo chegaram a tal ponto que

> a campanha difamatória atingiu o ponto culminante. A agitação já havia atingido as crianças. Elas ouviam tudo de seus pais. Quando elas eram portadoras de uma faca, diziam orgulhosas: '– Com esta faca queremos fazer linguiça de Jacobina!'. (NOÉ, 1977, p. 391).

Segundo Noé (1977), o clima de difamação de Jacobina havia tomado proporções impressionantes à época do conflito, no entanto devemos pensar nas consequências que esse fato exerceu sobre a construção dos imaginários sociais a respeito de Jacobina após o desfecho do conflito. Aquelas crianças do tempo do conflito – entre as quais se achava o próprio Miguel Noé –, mais tarde, quando adultas, acabaram reproduzindo grande parte da imagem que tinham de Jacobina quando crianças. Esse aspecto agiu de forma preponderante na construção das representações sobre a personagem ao longo do tempo, perceptíveis nos diferentes veículos analisados.

Concluindo suas reflexões sobre a biografia da personagem, Domingues (1977, p. 44) afirma:

> cremos que assim se explicam racionalmente a síndrome e o comportamento de Jacobina; desvenda-se o mais desconcertante enigma do episódio; reconstitui-se o mecanismo mental que a arrastou para seu trágico fim.[...]Por ignorância, má-fé, intolerância, levantaram-se na época as acusações mais torpes contra ela, no geral infundadas. Evitemos, nós outros, incidir no mesmo pecado: procuremos encarar os fatos objetivamente, sem preconceitos. (DOMINGUES, 1977, p. 44).

A posição assumida por Domingues (1977) quando se referiu a Jacobina deixou clara sua intenção de lançar um olhar mais crítico que aqueles observados até então. Cabe ressaltar que sua obra se insere no contexto da década de 1970, quando ocorreu a publicação da tese de doutorado em História defendida por Janaína Amado, em 1978,[17] e do lançamento do primeiro filme sobre os Mucker, em 1978, que promoveram novas interpretações sobre o conflito.

Conforme já afirmamos anteriormente, a obra de Domingues (1977) insere-se em um contexto – o da década de 1970 – no qual novas questões e abordagens estavam sendo lançadas sobre o tema Mucker. Considerando a divulgação do estudo de Janaína Amado e do filme de Gauer e Bodansky, nesse período, a versão apresentada por Domingues (1977) mostrou o uso de novas fontes, que procuraram elucidar vários pontos ainda obscuros sobre a história do conflito Mucker.

O início da década de 1990, no entanto, foi marcado pela grande transformação na apresentação dessas representações. Nesse contexto se insere a obra *Videiras de cristal* (1997), de Luiz Antônio de Assis Brasil. Publicada em 1990, a obra consiste num romance cujo cenário e personagens se referem aos Mucker. Ao apresentar uma versão diferente dos fatos ao público, acaba repercutindo de maneira decisiva e positiva na criação de um novo

17 Reafirmamos a importância da publicação da Tese de Doutorado de Janaína Amado como um divisor de águas. Antes de 1978, possuímos apenas estudos realizados por pesquisadores não ligados diretamente à academia, e que, em muitos casos, resultavam em análises pouco elucidativas, recorrendo tanto à defesa quanto ao ataque dos Mucker. Após o período inaugurado por Amado, surgiram novos estudos de caráter acadêmico, como são os de Maria Amélia Dickie e João Guilherme Biehl, que apresentaram análises sob diferentes perspectivas.

imaginário social sobre o movimento Mucker. Se antes os Mucker eram apresentados como desordeiros e fanáticos, com *Videiras de cristal*, deixam de ser detratados e rotulados negativamente.

O livro desempenhou, nesse sentido, importante papel na divulgação de uma nova interpretação e forma de representar socialmente os Mucker, descritos até então praticamente como os únicos culpados pelo conflito – com exceção da obra de Leopoldo Petry (1966). Em razão disso, consideramo-la como um dos marcos na construção de novas representações que incidiram sobre o imaginário social a respeito dos Mucker.

Na obra de Assis Brasil (1997), encontramos uma representação da personagem Jacobina bastante diferente daquelas exibidas até o momento. Essas diferenças devem ser compreendidas com base nas características do texto do autor, que não se propôs a recontar a história dos Mucker. Trata-se de uma obra de literatura, em que as personagens, ainda que baseadas em fatos reais, não têm o compromisso de estar de acordo com aquilo que de fato aconteceu.

A análise que fazemos da obra *Videiras de cristal* leva em conta as descrições física e psicológica feitas de Jacobina, visando analisar a recepção da representação da mulher construída por Assis Brasil (1997) numa obra que teve grande repercussão na década de 1990.

Na obra em questão, Jacobina é inicialmente apresentada por meio do diálogo travado entre seu marido, João Jorge Maurer, descrito pelo autor como alguém analfabeto e de pouca inteligência, e Ana Maria Hofstäter, personagem que acompanhará Jacobina ao longo da história. Ana Maria questiona Maurer sobre como era sua esposa. O marido imediatamente responde, de forma curta e direta: "Tem seu gênio, mas é uma boa mulher. Você logo se acostumará" (ASSIS BRASIL, 1997, p. 20).

Considerando a resposta de Maurer, deduz-se que o temperamento de Jacobina era difícil, o que tornava as expectativas de Ana Maria ainda maiores, pois a visão do Ferrabraz para ela já

era algo que assustava. Chegando à casa de Maurer, no Ferrabraz, Ana descobre que o local mais se parecia com uma enfermaria, em função do número de doentes que lá estavam. Em seguida, é apresentada à sua nova patroa, Jacobina. Nesse momento, o narrador descreve Jacobina: "Frau Maurer tinha um perfil suave e pálido e estava deitada sobre a cama ao centro do quarto, os braços caídos sobre o lençol, os olhos fixos no teto" (ASSIS BRASIL, 1997, p. 24).

Jacobina teve algumas de suas características físicas e de seu comportamento destacadas nesse trecho, sobretudo as que evidenciam seu perfil suave, embora pálido, característica de quem estava adoentada e passava a maior parte do tempo dentro de casa. O aspecto de doente foi enfatizado, na medida em que o relato dizia que Jacobina foi encontrada com os braços caídos e olhando fixamente para o teto da casa, como se estivesse em transe. Apesar dessas características iniciais, logo em seguida o narrador ressalta a força do seu olhar: "Frau Maurer trazia os cabelos aparados muito baixos, em caracóis dourados que se colavam ao crânio e às têmporas. A lividez do rosto não esmaecia a força dos olhos, brilhantes, azuis e temerários" (ASSIS BRASIL, 1997, p. 24).

A força e o brilho dos olhos de Jacobina representavam a força interna da personagem, que, embora frágil fisicamente, se mostrava forte em seus princípios. Também são ressaltadas suas condições psicológicas, evidenciadas no tratamento dispensado ao filho:

> Jacobina acolheu ternamente o filho, e a cama se transformou naquele momento em um ninho onde cabiam apenas aquela estranha ave e seu filhote voraz. João Jorge levantou-se, foi até o berço ao lado da janela, arrumou-o, afofou o travesseiro. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 24).

Jacobina é apresentada como uma boa mãe, que contava com o carinho de seu marido, João Jorge Maurer, sempre preocupado com o bem-estar da esposa, adoentada. A forma como cuidava do filho, em idade de amamentação, deixava claro o quanto era uma mãe dedicada. Em outro trecho da obra, no entanto, Jacobina é representada como "essa mulher tão estranha, com ataques desde

criança" (ASSIS BRASIL, 1997, p. 30), sobre a qual recaía a herança familiar, de transes e êxtases religiosos que assolavam a família Mentz.

A ênfase dada à religiosidade da personagem fica evidente na descrição feita sobre sua aparição durante as festividades realizadas no Ferrabraz. Em um ambiente festivo, Jacobina surge na porta de sua casa

> vestindo uma camisola branca, os cabelos congidos por flores, dando o braço a Rodolfo Sehn. Por instinto todos dobraram os joelhos. Robinson o Ruivo foi até ela e, ajoelhando-se nos degraus da porta, beijou os pés desnudos. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 311).

O autor associou a personagem à imagem de uma líder religiosa que se parecia com Jesus Cristo. Na obra, são recorrentes as narrativas que demonstram que os adeptos de Jacobina a identificavam com a imagem do próprio Cristo. Recria-se o ambiente de devoção e fervor religioso, com cenas em que todos os presentes se ajoelhavam, em sinal de respeito e adoração à sua líder espiritual.

Cabe ressaltar que Jacobina não aparece sozinha na cena que mencionamos. Ela surge aos seus adeptos na companhia de Rodolfo Sehn, que lhe segurava o braço. A simbologia da cena leva-nos a refletir sobre seu significado, já que remete à ausência do marido, João Jorge Maurer, e a sua substituição pela personagem Rodolfo, amante de Jacobina.

À personagem são atribuídas a persistência e a força nas horas mais difíceis da história, especialmente nas cenas de desfecho da trama. Na obra de Assis Brasil (1997), Jacobina não esmoreceu nem mesmo nas horas mais difíceis, em que os soldados atacaram violentamente o Ferrabraz e incendiaram sua casa, localizada ao pé do morro. Em decorrência desse ato, ela e parte de seus adeptos se refugiaram na subida do morro, onde procuraram se esconder dos inimigos e encontrar abrigo para sobreviverem ao ambiente hostil, somado ao frio do inverno.

Diante das atitudes e das dificuldades que levaram o grupo a

fraquejar, Jacobina teria se mantido firme, confortando seus fiéis, que não a tinham abandonado:

> na encosta do morro a floresta era tão espessa que os diferentes pontos de vigia não se enxergavam uns aos outros. A comunicação com a choupana de Jacobina dava-se através de trilhas abertas a facão e serrote. O chão úmido não era firme o suficiente, e era preciso agarrar-se aos troncos das árvores para vencer a forte inclinação do terreno.Apenas a Mutter os confortava. Envolta no capote de Rodolfo Sehn, percorria os pontos de guarda como um anjo da esperança, só voltando para a choupana depois de encorajar com o ósculo da paz a cada um dos homens trespassados de frio. Mais de uma vez ela os substituiu em tempos de vigília. Viram-na então imóvel, o olhar fixo no emaranhado vegetal da floresta, a espingarda pronta. Nada dizia, e quase juravam que não respirava. Se chegassem perto, ela fazia um peremptório sinal de que estava bem, podiam deixá-la. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 518).

Como podemos observar, a Mutter, como era chamada pelos seus adeptos, desempenhou papel comparado ao de um *anjo da esperança*, que, por meio da prática do ósculo (beijo), incentivou o grupo a seguir em frente, na luta pela defesa de seus ideais. Também o caráter guerreiro da personagem foi destacado na obra, uma vez que Jacobina precisava ser forte para suportar os ataques de seus inimigos. Sensibilidade e força são duas das características enfatizadas por Assis Brasil (1997) nesse trecho da obra.

Na descrição do desfecho do conflito, mais uma vez o autor se remete à ausência do marido, Maurer, e ao apoio dado por Rodolfo Sehn, cujo *capote* protegia Jacobina do frio e da chuva do Ferrabraz:

> se a Mutter era esta presença iluminada, assegurando que apesar das sombrias previsões ela ainda era deles e que com eles compartilharia os dias futuros, o nome do *Wunderdoktor* nunca mais fora pronunciado, tornando-se uma sombra de existência incerta, perdida nos desvãos do passado (ASSIS BRASIL, 1997, p. 518).

A representação de Jacobina veiculada pela obra de Assis Brasil (1997) não a incrimina, nem a seu grupo. Pelo contrário, o perfil biográfico construído pelo escritor para a personagem evidencia sua pretensão de lançar um novo olhar não apenas acerca

do tema, mas de maneira especial sobre Jacobina, cuja imagem era predominantemente negativa até a publicação de sua obra, na década de 1990.

Conclusão

A análise que realizamos sobre Jacobina no conflito permitiu que percebêssemos como, em diferentes momentos e por variados meios, se difundiram diversas representações de Jacobina Maurer. A maioria das representações construídas contribuiu para a construção da imagem de Jacobina como responsável pelas atrocidades cometidas pelos Mucker. Pode-se dizer que a personagem sobressaiu nas narrativas sobre o conflito, tornando-se mais importante do que ele. Isso pode ser comprovado na evidência dada à mulher nas várias fontes que analisamos.

Defendemos a ideia de que Jacobina Maurer e Genuíno Sampaio encontravam-se em campos opostos não apenas por sua condição de inimigos. Essa oposição deu-se também após a morte dos dois, em 1874, momento inaugural das representações construídas sobre eles. À medida que se construía uma imagem gloriosa para Genuíno, Jacobina teve sua atuação diminuída, foi transformada em vilã. Cabe destacar, mais uma vez, a vitalidade da imagem gloriosa de Genuíno, que mais facilmente se difundiu entre os sapiranguenses.

O olhar crítico que lançamos às fontes analisadas teve como objetivo avaliar as transformações ocorridas no processo de construção das representações sociais a respeito da líder do Mucker, buscando compreender as diferentes imagens e representações difundidas sobre ela e que chegam até nós, na atualidade. Enfatizamos que nossa intenção não foi a de julgar, mas sim a de compreender como se deram as construções narrativas de que foram alvo Jacobina, inserindo-as em seu contexto de produção.

Referências

AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil:* a revolta dos "Mucker". São Paulo: Símbolo, 1978.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Videiras de cristal:* o romance dos Muckers. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. *Afetos e circunstâncias:* um estudo sobre os Mucker e seu tempo. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

DOMINGUES, Moacyr. *A nova face dos Muckers.* São Leopoldo: Rotermund, 1977.

KLEIN, João Jorge. Sobre a história dos "Mucker" nos anos de 1872 e 1874. *In*: PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabraz:* os Mucker. 2. ed. São Leopoldo: Rotermund, 1966, p. 121-151.

NOÉ, Miguel. História do ano de 1874. O que meu pai João Daniel Noé gravou do ano de 1874 e do que eu mesmo ainda me lembro. Apontamentos de Miguel Noé. Tradução de Eleonore Érika Weber. *In*: DOMINGUES, Moacyr. *A nova face dos Muckers.* São Leopoldo: Rotermund, 1977.

OS MUCKERS: o massacre da seita do Ferrabraz. Direção: Jorge Bodansky e Wolf Gauer. São Paulo: Estúdio Stopfilm/Embrafilm, 1978.

PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabraz:* os Mucker. 2. ed. São Leopoldo: Rotermund, 1966.

SCHUPP, Ambrósio. *Os Muckers*. 2. ed. Porto Alegre: Selbach & Mayer, ([19--]).

VON KOSERITZ, Carlos. *A Fraude Mucker na colônia alemã:* uma contribuição para a história da cultura da germanidade daqui. Koseritz Kalender, 1875.

O mundo do Contestado visto do Belo Monte de Antônio Conselheiro

Pedro Lima Vasconcellos

Já nas primeiras linhas deste artigo, trato de situar onde e a qual direção estas páginas são concebidas, pois não sou um estudioso da temática Contestado. Dedicado ao Belo Monte de Antonio Conselheiro (sendo o Belo Monte mais conhecido como Canudos) há mais de 20 anos, desde o começo de meu mergulho nesse universo tomei contato com abordagens comparativas aproximando essas duas expressões da invenção popular esmagadas, em última instância, pelas forças repressoras, primeiramente dos estados envolvidos, depois do poder central. Desde pelo menos quando Maria Isaura Pereira de Queiroz (2003) pretendeu, com o apelo à categoria do messianismo, vincular ambos os temas e definir um eixo comum que perpassaria por eles em termos de visão de mundo e de expectativas quanto ao porvir, estabeleceu-se como que uma tradição interpretativa que vem sendo realimentada: Canudos e Contestado seriam talvez as expressões mais destacadas, aqui no Brasil, do que então ficou designado como movimentos messiânicos. Afinal de contas, a despeito da distância geográfica e em relação a tudo que daí decorre, são poucos os anos que os separam. Do ponto de vista da história política do país, são eles, juntamente ao que ocorreu por várias décadas em torno de Juazeiro do Padre Cícero e de Caldeirão do beato José Lourenço, tomados como expressões explosivas da convergência entre "religião e política no alvorecer da República", como expressa Jacqueline Hermann (2003).

Seja como for, tomando distância, sem deixar de reconhecer méritos, que não são poucos, tanto da perspectiva estabelecida por

Maria Isaura de Queiroz (2003), que julgo, ao final, reducionista, como daquela que pensa uma e outra mobilização popular ponderando o cenário político mais geral, miro, postado no mundo do Belo Monte, para o do Contestado. Tomo como referência os trabalhos daquele que reputo tenha sido pioneiro num caminho analítico primordial, que toma as palavras e as perspectivas dos sujeitos que fizeram a vida das vilas e morreram com elas como ponto de partida para a consideração dos eventos, avançando para além das exterioridades representadas pelos elementos da conjuntura para alcançar a "interpretação dos códigos inerentes à linguagem, impressa ao movimento pelos rebeldes" (GALLO, 2001, p. 144), num movimento epistemológico que se desloca, numa feliz expressão que retomo e ajusto, da "sociologia dos eventos" para a "antropologia dos sentidos dos eventos" (POMPA, 1998, p. 187). Refiro-me a Duglas Teixeira Monteiro (2011, p. 7) e sua obra sobre aqueles "errantes do novo século", que trataram de viabilizar as vilas santas na convicção de que nelas, particularmente em seus redutos, "tinha mistério",[1] e se vivia por antecipação a efervescência da salvação prestes a se manifestar, em termos perante os quais aquelas que deram a tônica do vilarejo conselheirista só podem ser vistas em termos de "confronto" (MONTEIRO, 1990, p. 39).

É preciso fazer a constatação e o registro: quanto mais as lentes da teoria e da metodologia se aproximam da gente que inventou um Belo Monte ou das cidades santas do Contestado, para ouvir as vozes e captar as lógicas de significação do mundo e da existência, mais nos vamos dando conta de como estava correto Carlos Rodrigues Brandão (1983, p. 8) quando constatava: "Alguns dos maiores levantes populares foram surtos religiosos, revoltas de devotos". Faz-se necessário mirar, portanto, os meandros da religião popular, do mundo do Belo Monte conselheirista, do mundo errante dos monges e dos tempos que viram florescer as cidades santas contestadoras. Tarefa hercúlea que, a despeito do tanto que

1 A referência aos mistérios presentes nos redutos é a epígrafe com que Duglas Teixeira Monteiro (2011) abre seu livro, indicadora eloquente da perspectiva adotada na obra, na medida em que é expressão de gente envolvida na viabilização das vilas santas do Contestado.

já se fez, costuma ser encarada em nosso âmbito acadêmico como algo menor, simples e eventualmente de pouca relevância.

Nessa perspectiva, então, desde longe, onde me situo, espero que do Belo Monte se possa vislumbrar bem a direção do mundo caboclo do sul. Se ao final acabar tendo refletido mais sobre aqui do que aí, antecipadamente já me desculpo: a força do hábito terá falado mais alto. Seja como for, vou ao caminho, em quatro passos.

Um espectro ronda o planalto: Canudos

Cabe sermos justos: não se deve a Maria Isaura de Queiroz (2003), ou a nenhum acadêmico antes dela, a responsabilidade primeira pela aproximação entre os dois dramáticos episódios da história das utopias e lutas do povo brasileiro, o Belo Monte e o Contestado. O fantasma do arraial conselheirista, enquanto existente, tirava o sono de coronéis, fazendeiros, políticos e eclesiásticos da Bahia e, depois da opinião pública nacional – com honrosas exceções, é bom que se diga –, e continuou a assombrar as forças e os segmentos representantes daquilo que Ariano Suassuna (2002, p. 21) costumava designar como o "Brasil oficial e mais claro" no trato, praticamente na perspectiva do choque, das demandas e invenções do outro Brasil, aquele "real e mais escuro".[2] Poder-se-ia mesmo dizer que Canudos se tornou logo, contemporaneamente aos ataques que o vilarejo sertanejo vinha sofrendo, uma senha de alerta: há movimentações populares a serem reprimidas pelos meios que estejam à disposição – que o diga o ocorrido ao que sugestivamente foi chamado Canudinho de Lages, desbaratado à mesma época em que se punha ao chão a cidade erguida por Antonio Conselheiro e sua gente (QUEIROZ, 1981, p. 65-67; MACHADO, 2004, p. 173-174).

Canudos no século XX como que toma o lugar antes ocupado, nos pensamentos e temores de quem vivia do trabalho escravo no

2 Ao fazer referência ao "agora", Ariano diz respeito ácida e criticamente às mistificações produzidas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso em torno do tal Plano Real e sua agenda privatista. Quanto ao Belo Monte, tomo a liberdade de remeter a meu trabalho de 2015 (VASCONCELLOS, 2015).

Brasil oitocentista, bem como se empoderava e enriquecia por causa dele, inicialmente pelo Haiti e depois pelos malês rebelados na Salvador de 1835 (REIS, 2003, p. 509-543). Se, portanto, a saga do Contestado há de ter seu lugar na história brasileira, que o seja pela via do estigma, chaga a ser debelada: um mesmo general Mesquita tanto atacou as vilas santas do sul quanto havia combatido o arraial mais ao norte, e antecedeu aos cercos policiais e militares cá e lá aquilo que, no tocante ao Belo Monte, foi apropriadamente denominado de "cerco discursivo" (expressão de Dawid Danilo Bartelt, 1997). A catilinária tecida por banditismo, blasfêmia, desordem, loucura, atraso, ignorância, heresia e outros epítetos nada lisonjeiros deu a senha para os ataques a quem se mostrasse – ou mesmo parecesse – insubordinado e ganhou as letras – que o diga a obra maior de Euclides da Cunha sobre a campanha de Canudos.

Se a saga da gente rebelde do Contestado não ganhou registro similar, nem por isso o lugar que se pretendeu que enfim viesse a ocupar foi distinto daquele que se apontou para o Belo Monte: o da vala comum, o do esquecimento. Tanto no caso do sul como no do mais ao norte, estava-se diante de expressões daquilo que nem deveria constar que houvera existido, comprometendo o futuro de uma nação que via a si mesmo na direção do progresso e da civilização. A fossa em que, segundo incômodos registros, foram incinerados alguns milhares de corpos contestadores em Lebon Régis (SC) é eloquente expressão do não lugar em que se esperou confinar a memória do levante sertanejo, assim como com as águas de um açude imaginaram poder afogar os fragmentos de recordação do que havia sido a experiência conselheirista: fora do retrato que o Brasil faz de si mesmo.

Entre a armadilha dos conceitos, a ilusão teórica e o complexo da religião popular

A saída que Maria Isaura de Queiroz (2003) buscou para retirar o Belo Monte do universo do fanatismo e da patologia – da

"loucura epidêmica", diria um Nina Rodrigues (2006) –, bem como as vilas do Contestado e tantas outras das alternativas populares inventadas pela articulação criativa dos seus saberes e fazeres referentes à terra e ao céu, como se sabe, pela via do conceito *messianismo*, ficou, ao final, refém dessa cilada que extravasou o campo do enfrentamento retórico-bélico para padronizar e uniformizar, pela descaracterização e desqualificação, o que no fim das contas eram invenções muito peculiares, cada qual dotada de especificidades nas quais cabe cada vez mais mergulhar.[3]

A atenção ao religioso como elemento constitutivo do Belo Monte, das vilas contestadoras e de um sem-número de articulações populares sociorreligiosas exige enfrentar o delicado problema da classificação convencional desses movimentos como messiânicos e/ou milenaristas, cujo escopo é destacar a relevância desse tipo de ideário na constituição de movimentos sociais e de protesto político. Problematizo a questão baseando-me já em certa imprecisão nos termos, apesar de ressalvas de Maria Isaura de Queiroz (2003) a respeito. Numa das notas da introdução de seu clássico, a autora alerta para a tendência de tomar os termos "messianismo" e "milenarismo" como sinônimos, "preferindo hoje o segundo termo ao primeiro" (QUEIROZ, 2003, p. 31). Embora censure esse procedimento, sua opção terminológica acaba por não ajudar muito, ao vincular necessariamente ambos. No fim, os termos acabam por se tornar intercambiáveis. É interessante notar como no caso do Contestado os termos oscilam: para Maria Isaura de Queiroz (2003), Maurício Vinhas de Queiroz (1981) e Laís Mourão (1974), trata-se de "messianismo"; já para Duglas Teixeira Monteiro (2011) e Ivone Gallo (1999; 2001), estamos diante de uma manifestação milenarista.[4]

Suspeito que os termos em questão sejam o mais das vezes tomados de modo genérico, sem se atentar suficientemente para a especificidade que cada um deles sugere. Vejamos de maneira

3 Sobre os limites que identifico no trabalho de Maria Isaura de Queiroz (2003), ver: Vasconcellos (2015, p. 56-59).

4 Embora Gallo (1999; 2001) faça uso da expressão composta "messiânico-milenarista".

particular o conceito *messianismo*, marcado por imprecisões e dificuldades não pequenas. Tomo a seguinte definição:

> essencialmente a crença na vinda de um Redentor que porá fim à ordem atual de coisas, quer seja de maneira universal ou por meio de um grupo isolado, e que instaurará uma nova ordem feita de justiça e de felicidade. (KOHN *apud* DESROCHE, 2000, p. 20).

Descontado o tom "bibliocêntrico e cristianocêntrico", denunciado por Lanternari (1994), de definições desse teor (embora os termos sejam imprecisos, como se na Bíblia, e mesmo no interior do cristianismo, pudéssemos contar com uma única conceituação de messias), tomemos a sugestão do estudioso italiano:

> são, com efeito, parte constitutiva das mais variadas civilizações religiosas algumas figuras míticas que atuam na época mítica das origens como criadores ou como heróis civilizadores. Em certos casos, prediz-se que hão de voltar e trazer ao mundo riqueza, bem-estar e a cessação de todos os males. São mitos messiânicos e figuras messiânicas pertencentes às mais arcaicas tradições. A sua presença não incide de modo relevante nos comportamentos coletivos enquanto não surge, em relação a eventos históricos que envolvem a comunidade como tal, um movimento messiânico. (LANTERNARI, 1994, p. 280-283).

Se, seguramente, uma descrição como essa não guarda quase nenhum ponto de convergência com o que a documentação permite conhecer sobre o Belo Monte de Antonio Conselheiro,[5] tenho a

5 Deixo de lado uma possível *petitio principii* nessa definição mais elástica (o que define o messias? A eclosão de um movimento messiânico? Mas este só pode ser assim caracterizado pela presença de uma figura messiânica. No fim das contas, quem define quem?) e pergunto-me sobre a aplicabilidade dessas conceituações ao que sabemos de Antonio Conselheiro e Belo Monte: quem seria o redentor a pôr fim à ordem atual de coisas? O próprio Conselheiro? Mas que nova ordem feita de justiça e de felicidade é essa, que não se encontra mencionada em nenhum dos pronunciamentos de Antônio Maciel? Se passo ao conceito menos "bibliocêntrico" de Lanternari (1994), o impasse continua: que figura da mitologia sertaneja o Conselheiro estaria encarnando? O bom Jesus? Moisés? Essas identificações (reais, diga-se de passagem) devem ser entendidas à luz de profecias que anunciam o retorno dessas figuras ancestrais? Ou seria mais adequado entendê-las como explicitações da compreensão das atribuições de que o Conselheiro é investido como líder de Belo Monte? A fortuna messiânica do arraial conselheirista deve seus créditos a Euclides da Cunha (2002), pelo fato de o escritor entender, na esteira do suposto milenarismo belomontense, a centralidade da figura de D. Sebastião, que, segundo as pregações atribuídas, em *Os sertões*, ao Conselheiro, estaria para voltar? Quem seria o messias, então: o Conselheiro ou D. Sebastião? Como se vê, o emaranhado é mais que suficiente para nos deixar a suspeita de que, talvez, qualificar o Belo Monte como movimento messiânico mais atrapalha do que ajuda.

nítida sensação de que o mesmo ocorre, por razões distintas, com a dinâmica encarnada na experiência radical vivida nas vilas santas do Contestado. Ao final, parece ter razão a antropóloga Alba Zaluar Guimarães (1986) quando alerta para os riscos de se trabalhar com movimentos como os do Belo Monte e do Contestado por categorias assim tão abstratas e genéricas:

> o risco que se corre é de passar de um fenômeno definido abstratamente a uma teoria tão geral que muitas vezes as determinações do movimento concreto escapolem à tentativa de entendê-los. Focaliza-se a atenção nas semelhanças entre os vários movimentos e não nas suas diferenças, nas suas particularidades. As semelhanças consideradas dizem respeito exclusivamente aos movimentos previamente incluídos nessa classe geral. Perde-se, portanto, a oportunidade de encontrar os mecanismos comuns a todos os movimentos que partem de uma recusa da ordem social vigente e se propõem a mudá-la, sejam movimentos religiosos ou políticos, já que nestes também não faltam líderes carismáticos, concepções maniqueístas e até mesmo crenças escatológicas. Por outro lado, as diferenças na organização, no projeto e na trajetória dos vários movimentos religiosos não sendo examinadas, mantêm-se obscurecidas as conexões entre elas e a composição social dos vínculos que os originaram, bem como seus diferentes vínculos com os aparelhos institucionais presentes. (GUIMARÃES, 1986, p. 144-145).

É o problema que se assume ao lidar com conceitos construídos de maneira apriorística, que tendem a mascarar as particularidades do(s) fenômenos(s) sob análise (POMPA, 1998, p. 191). A conclusão da autora é, a meu ver, certeira:

> esses problemas não solucionados, longe de negarem o necessário vínculo entre o geral e o particular, apontam para os percalços no uso do método comparativo não controlado e as armadilhas a evitar na construção de conceitos teóricos [...]. Não estaremos nós [no caso do messianismo] diante de mais uma ilusão teórica? (GUIMARÃES, 1986, p. 146).[6]

6 Adriana Romeiro (2001, p. 70) pondera da mesma maneira cautelosa sobre um fenômeno muito menos abrangente, o "sebastianismo", expresso numa terminologia ainda ambígua ao se referir a milenarismo e messianismo: "O conceito de sebastianismo usado para englobar todas estas manifestações de caráter messiânico, desde as trovas do Bandarra até as formulações da cultura popular, passando pelas concepções do padre Antônio Vieira, não resiste a uma análise mais atenta. Afinal, estão em jogo elementos tão díspares que a tentativa de os abarcar sob um conceito demasiadamente rígido nada acrescenta ao seu estudo, antes produz uma concepção generalizante e atemporal. Se é necessário buscar definições mais amplas e elásticas – como a de milenarismo messiânico

Ao fim e ao cabo, o conceito *messianismo* mais encobre que revela. Manifesta em não poucos casos em que é utilizado pequena disposição em mergulhar no mundo da religião popular, com seus saberes e práticas, e avançar para além do rótulo.[7]

Entre a reminiscência e a expectativa, a realização

Já *milenarismo*, o termo que, desde Euclides da Cunha (2002), passou a qualificar a religiosidade e as esperanças conselheiristas, soa promissor para caracterizar o horizonte que sustentava as convicções e as esperanças da gente contestadora, contanto que bem definido para além das generalidades promotoras de equívocos, como me parece ser o caso supracitado de *messianismo*. Nessa afirmação reside um postulado que, se não é de aceitação unânime, foi estabelecido, a meu ver, de forma definitiva na obra maior de Duglas Teixeira Monteiro (2011), que também não teve dúvidas em identificar aí um ponto decisivo a diferenciar as vilas santas inspiradas nas memórias populares sobre os monges desaparecidos daquela que era a aldeia conselheirista animada pela atuação e proclamação feita por seu líder.[8]

Com efeito, a "busca de uma salvação total, iminente, derradeira, terrena e coletiva"[9] seguramente não define de forma

–, uma tal empresa somente terá sentido dentro de uma análise bastante particularizada, submetendo-as ao refinamento de uma abordagem que privilegie as especificidades de cada fenômeno". Como se vê, a confusão é grande e, a meu ver, de pouca valia.

7 Para avançar na discussão a respeito dessa inadequação conceitual, ver meu artigo: Vasconcellos (2014).

8 "Dos três movimentos que vêm sendo estudados, a Guerra do Contestado foi o único que tomou, inequivocamente, um caráter milenarista" (MONTEIRO, 1990, p. 75).

9 Expressão sucinta pela qual Robert Levine (1995, p. 29) parece sistematizar as considerações mais amplas desenvolvidas por Norman Cohn (1996) em seu clássico a respeito do assunto. Com ela, amplia-se o alcance do conceito para além dos cenários marcados de uma forma ou de outra pelo referencial bíblico. Com efeito, é sabido que o conceito de milenarismo deriva da leitura de uma passagem do livro do Apocalipse (20:1-6) e designa a "crença num reino terrestre vindouro de Cristo e seus eleitos – reino este que deve durar mil anos, entendidos seja literalmente, seja simbolicamente" (DELUMEAU, 1997, p. 17-18). É preciso não desconsiderar uma distinção fundamental que Euclides da Cunha (2002), por exemplo, não foi capaz de fazer, entre expectativas milenaristas e aguardo de um juízo final iminente: aquelas supõem este, mas nem todo julgamento escatológico é pensado na perspectiva de um milênio vindouro (DELUMEAU, 1996, p. 207-215).

adequada as esperanças nem os empenhos em vistas ao *éschaton* por parte da gente do Conselheiro, muito menos dele. Belo Monte não era, para seus habitantes, uma comunidade de pessoas ansiando pela vinda do milênio, de uma nova era. O anúncio do reino dos mil anos e suas delícias só passou a configurar a pregação do Conselheiro após a morte dele, quando lhe foram atribuídas características de um líder cristão do século II, Montano, por obra e equívoco monumentais de Euclides da Cunha (2002), algo que teima em perdurar em obras recentes a respeito de Belo Monte.[10] O rótulo *milenarista* desfigura a religiosidade conselheirista, desvirtua a compreensão dos motivos que levaram tanta gente ao arraial. Afinal de contas, abandonar seus lugares de origem em direção a outro, onde se pudesse "aguardar o advento iminente do milênio" (LEVINE, 1995, p. 327), é bastante diferente de um deslocamento motivado por razões de ordem socioeconômica, aliadas ao desencantamento com a instituição administradora do sagrado, incapaz de gerir de forma confiável a política da salvação.[11]

10 Veja-se o seguinte parágrafo, tão elucidativo (do pensamento de Euclides da Cunha) quanto pouco operacional, no esforço de compreender a religiosidade sertaneja e, especificamente, belomontense: "Uma grande herança de abusões extravagantes, extinta na orla marítima pelo influxo modificador de outras crenças e de outras raças, no sertão ficou intacta. Trouxeram-na as gentes impressionáveis, que afluíram para a nossa terra, depois de desfeito no Oriente o sonho miraculoso da Índia. Vinham cheias daquele misticismo feroz, em que o fervor religioso reverberava à cadência forte das fogueiras inquisitoriais, lavrando intensas na Península. Eram parcelas [...] da mesma gente que após Alcácer-Quibir, em plena 'caquexia nacional' [...] procurava, ante a ruína iminente, como salvação única, a fórmula superior das esperanças messiânicas" (CUNHA, 2002, p. 240). Como se sabe, Alcácer-Quibir é o nome da batalha em que desapareceu, em 1580, o rei D. Sebastião, cujo retorno passou a ser esperado em amplos setores da população portuguesa e mesmo no Brasil. As referências ao rei português nas prédicas atribuídas ao Conselheiro inexistem, e mesmo nas trovas populares recolhidas por Euclides da Cunha sua presença é no mínimo secundária. Mas esse sebastianismo suposto Euclides da Cunha mesclou com um messianismo que não entendeu e com um milenarismo postiço.

11 Levine (1995) tem enormes dificuldades para manter-se no paradigma milenarista que *a priori* impôs ao Belo Monte. Isso explica as constantes ressalvas que se vê obrigado a fazer: "Se sua visão [do Conselheiro] era messiânica e milenarista, do ponto de vista de sua teologia e do comportamento social que pregava, ele não oferecia nenhum tipo de ameaça" (LEVINE, 1995, p. 320); "a maioria de seus sermões [do Conselheiro] não era nem apocalíptica nem taumatúrgica: pedia simplesmente que todos trabalhassem duro e dentro da moral, para que assim obtivessem proteção espiritual contra o mundo secular corrompido" (LEVINE, 1995, p. 322); "a cidade era um refúgio organizado em bases teocráticas, mas ligado de forma pragmática ao ambiente circundante, um fato que por si só já demonstra a flexibilidade do Conselheiro e de seus auxiliares" (LEVINE, 1995, p. 323; não vão faltar oportunidades em que é destacada a intransigência deles!); "antes do

Todavia, o reconhecimento do caráter fundamentalmente milenarista do experimento contestador não representa o fim do caminho nem a solução dos problemas. Pelo contrário, coloca esses problemas em outro patamar e outra perspectiva. Não há que cessar a investigação aí, mas desse patamar daí identificar as questões e os caminhos que propiciem o mergulho no universo de referências que permitam as invenções do que ali era gestado sem modelos prévios, na conjuntura de um novo século que se alterava velozmente no curso dos embates que iam sendo exigidos e se sucediam. Na impossibilidade de apontar todos, indico apenas uma pergunta: como o ideário milenarista se articulava com as lidas referentes à sobrevivência imediata no cotidiano? A questão há de ser respondida indo além de formulações rápidas, como a seguinte, a despeito do cuidado de seu autor no empenho em caracterizar com justeza uma diferença fundamental entre a dinâmica do Belo Monte e a das vilas santas do Contestado:

> a estrutura econômica de Canudos esteve sempre longe do mero parasitismo, como o da economia do Contestado, por exemplo (emprego o termo sem qualquer conotação pejorativa, mas apenas para ilustrar que uma coletividade na espera iminente do *eschaton* se permitiria uma economia que viva somente do saque e que desperdice tal como os rebeldes do Contestado fizeram; Canudos manteve, tanto quanto pôde, atividade econômica regular). (DOBRORUKA, 1997, p. 129).

Nem no Belo Monte se pode falar, sem mais, de uma atividade "regular" – se se toma em conta que lá se experimentou, até onde foi possível, uma lógica alternativa àquela do latifúndio e do trabalho semiescravo (VASCONCELLOS, 2015, p. 124-147) –, nem será o caso de caracterizar a economia das vilas santas contestadoras como basicamente perdulária e dada apenas ao

cerco a Canudos, seus moradores estavam demasiado entregues à tarefa de construir a comunidade e de seguir os austeros preceitos do Conselheiro para se preocuparem com fantasias de fim de mundo" (LEVINE, 1995, p. 325); "não sabemos até que ponto suas pregações apocalípticas [do Conselheiro] não eram concretas ou eram simplesmente simbólicas. E, mesmo que ele desse tanta ênfase a visões proféticas como queriam seus inimigos, tais imagens não eram estranhas nem ao cristianismo nem ao sertão" (LEVINE, 1995, p. 329); "em Canudos, simplesmente desconhecemos qual a importância dada pelo Conselheiro à iminência do Apocalipse" (LEVINE, 1995, p. 330). Para a "política da salvação" no Belo Monte, ver: Vasconcellos (2018, p. 344-369, especialmente da página 357 em diante).

saque. Por isso, o termo *parasitismo* soa discutível. A despeito das matizações necessárias, contudo, a provocação de Dobroruka (1997) permite problematizar um caráter "quietista" e "parasita" que por vezes se supõe inerente, intrínseco aos milenarismos. Registros do próprio mundo caboclo que vivia em vistas ao novo século desmontam essa associação rápida e superficial. À expectativa milenarista não corresponde necessariamente o imobilismo. Por outro lado, o saque pode ter motivação "escatológica" de outra ordem, transcendental, a fome:

> os problemas de abastecimento foram cruciais para o desenrolar do movimento. Embora muitos depoimentos confirmem a existência de criações e lavouras trabalhadas pelos moradores dos redutos, a rapidez da guerra, o cerco militar e a crescente população desses povoados impedia uma autossuficiência alimentar e reclamava por outras soluções. (MACHADO, 2011, p. 181).

O saque foi uma delas. Seja como for, o ideário milenarista, por exótico que possa soar a quem se dedica à pesquisa, não há que cegar os olhos. Pelo contrário, há que ser visto como patamar com base no qual caberá entender como eram redefinidos os trabalhos e os dias, ao mesmo tempo em que tanto os trabalhos quanto os dias se configuram na articulação com outros traços das histórias que faziam a presença humana naqueles territórios contestados e cobiçados, na decorrência de conflitos externos e nas formas possibilitadas pelas relações com o entorno.

O apocalipse na configuração da invenção contestatária

No processo colonizador que se impôs, com as particularidades próprias a cada tempo e circunstância, a todos os territórios que fazem o que hoje tomamos por Brasil, um elemento está presente, tanto quanto costuma ser ignorado pelos olhares que se põem a analisá-lo: o texto bíblico. Não apenas o cristianismo católico, de forma geral, mas a letra, a palavra, a sonoridade do enunciado sagrado. Não foi só na

Inglaterra protestante e revolucionária do século XVII estudada por Christopher Hill; também aqui, no Brasil popular católico de tantos séculos, "a Bíblia se faz presente na linguagem cotidiana" (HILL, 1994, p. 32) e "numa extensão que demanda esforço para se aquilatar" (HILL, 1994, p. 31). O antropólogo Carlos Alberto Steil (1996), diante das manifestações religiosas que presenciou no Santuário do Bom Jesus da Lapa, interior da Bahia, teceu considerações que apontam para um quadro muito mais amplo que o sertão nordestino:

> as estórias [ali ouvidas] revelam uma presença da Bíblia entre os romeiros que aponta para uma *cultura bíblico-católica*, onde pode-se ver realizada, embora em permanente tensão, a síntese entre o texto *bíblico* e *a teia* de sentidos que os romeiros vão tecendo para sustentá-los na difícil arte de viver. (STEIL, 1996, p. 151, grifos do original).

Logo adiante, o estudioso fala de "uma apreensão da Bíblia no catolicismo popular tradicional brasileiro que é profundamente comunitária e oral, apesar de se tratar de um texto escrito" (STEIL, 1996, p. 151).[12] É viável, portanto, procurar os vínculos existentes entre as tradições populares autóctones e os mitos bíblicos, além das *bricolages* estabelecidas entre eles durante tanto tempo e em formas as mais variadas.

No caso do Belo Monte, a Bíblia teve papel significativo na configuração dos processos de tessitura e entendimento dos sujeitos envolvidos a respeito de sua existência e da necessidade de sua eliminação, as narrações centradas no êxodo dos hebreus, e configuraram a mais significativa maneira de a gente sertaneja dar sentido a sua fuga das fazendas: a venda dos bens e o deslocamento para junto de Conselheiro. As terras à beira do Vaza-Barris se converteram em ribanceiras de cuscuz de milho, jorraram leite, em plena recriação da terra prometida em solo sertanejo. Foi só com a proximidade do massacre que se ativaram antigas e reiteradas afirmações sobre um fim iminente dos tempos. O relato bíblico do dilúvio e as promessas proféticas alimentaram a resistência

12 Steil (1996) deve o conceito de "cultura bíblico-popular" a Otávio Velho (1995, p. 13-43).

aguerrida, à espera do julgamento final, que não tardaria. A esperança da salvação não morreu.

Já para Conselheiro, as coisas trilhavam rumos significativamente distintos. Temores apocalípticos, ativados quando dos eventos que precederam o Belo Monte, teriam sido dissipados quando com sua gente se fixou no velho arraial de Canudos. Novos tempos, novo nome. Belo Monte sinalizava para seus habitantes o enorme amor de Deus e apontava para a necessidade de corresponder a tamanha graça. O peregrino, que atualizava em suas andanças intermináveis o modo de ser de Jesus e seus primeiros seguidores e refizera suas opções ao ir ao encontro dos mal-aventurados, em vistas à salvação eterna, fazia do arraial, que vivia da força de suas igrejas, o lugar em que os pobres do sertão podiam alimentar tanto o corpo quanto a alma. Rompia-se assim, de alguma forma, a lógica que exigia o sacrifício para que se pudesse alcançar seu destino salvífico. Mesmo a guerra não alterou substancialmente tal modo de pensar nem de conduzir seu povo. Pelo contrário, certificou Conselheiro de que não havia outro caminho senão resistir e, se necessário fosse, morrer com sua gente. Nessas diversas facetas do pensamento e ação de Conselheiro, a leitura e a transcrição de passagens bíblicas foram iluminadoras.

A única menção ao livro bíblico do Apocalipse encontrada nos dois cadernos de notas e meditações assinados por Antônio Conselheiro é relativa a isto: "morrer no Senhor" (14:13). Ora, isso deve surpreender a quem mira o Belo Monte pelas óticas impostas a ele pela pena de Euclides da Cunha (2002)[13] se se recorda que o último livro do Novo Testamento é o inspirador por excelência das visões e dos projetos de cunho milenarista que emergiram nos ambientes em que o cristianismo imprimiu suas marcas. Muito diferente, nesse tópico específico, é o cenário encontrado no mundo das vilas santas do Contestado. Se João Maria bem merecia o epíteto com que alguém, em dado momento, caracterizou o

13 Euclides da Cunha chega a qualificar o Conselheiro como um "bufão arrebatado numa visão de Apocalipse" (CUNHA, 2002, p. 274).

Conselheiro, um "homem biblado", nas falas do monge adquire centralidade não encontrada no peregrino cearense o anúncio sobre o fim do século proclamado por Jesus no Apocalipse (GALLO, 1999, p. 50). Constatá-lo faz perceber o "instigante problema de, em pleno século das luzes, uma multidão, estimada em torno de 20 mil pessoas, insurgir-se contra o regime, inspirada, não como se suporia, no pensamento racionalista, mas nos temas bíblicos" (GALLO, 1999, p. 173).

Até aqui a convergência com a articulação conselheirista. Daqui por diante, o movimento vai noutra direção, o que conduz Ivone Gallo (1999) a buscar as raízes do pensamento apocalíptico na tradição judaico-cristã, consagrando uma atenção especial ao livro do Apocalipse de João. Consciente de que, no mundo caboclo pelo qual se movimenta, "os textos bíblicos convertem-se em um apelo fundamental para a interpretação do presente, tanto quanto para a formulação de novos parâmetros para a convivência comunitária" (GALLO, 1999, p. 175), e que um elemento de particular importância era o fato de que pelo menos um dos monges inspiradores da saga contestadora possuía "um considerável conhecimento dos textos bíblicos, ou, então, uma *maneira pessoal* de interpretação da palavra revelada" (p. 71, grifo do autor), Ivone Gallo (1999) lança-se a essa tarefa que poderia parecer absurda a muitos olhos. Os resultados são significativos:

> dentre os temas bíblicos, o que ocupa um lugar de destaque no imaginário popular do Contestado é essa história da certeza da extinção do tempo imperfeito do calendário oficial, agonizando às portas do Paraíso na Terra [...]. O fato de a guerra derradeira não ter ocorrido também contribui para uma leitura sempre atualizada sobre o livro do *Apocalipse*. (GALLO, 1999, p. 46-50).

A autora exemplifica: "Entre as inúmeras utilizações práticas dos símbolos do *Apocalipse* no Contestado, encontra-se a projeção, para os inimigos da causa santa, das características das Bestas do livro da revelação" (GALLO, 1999, p. 53); "a imagem da nova Jerusalém descrita no livro do *Apocalipse* encontra também um paralelo nas comunidades estabelecidas pelos rebeldes" (GALLO,

1999, p. 54).[14] Não foi só à letra do livro derradeiro do Novo Testamento que se fez referência: o espírito que animou sua escrita de alguma forma era apropriado pela gente contestadora. Tanto no horizonte de João como no das vilas santas havia "a consciência de que a guerra, e apenas ela, pode constituir o prólogo de uma nova era" (GALLO, 1999, p. 53). Nas vilas caboclas, concebidas

> a partir do compromisso de todos os seus membros com um mesmo objetivo, organizam-se com a finalidade não apenas de praticar os princípios da igualdade fraterna, mas, principalmente, de estabelecer um modelo, a partir do qual a nova ordem que será estabelecida num futuro próximo possa ser pensada e planejada. (GALLO, 1999, p. 53-54).

Em seu seio ganhava corpo a articulação do "conflito de classes", que "encontra uma expressão ritual na caricatura imputada ao inimigo, apelidado de besta ou peludo" (GALLO, 1999, p. 54).

Não foi só o Apocalipse que alimentou a mística e a cosmovisão da gente do Contestado. As indicações apontadas aqui servem de exemplo que evidencia a importância de se fazer a pergunta pelas raízes (também bíblicas) das concepções que contribuíram decisivamente na articulação do referido projeto popular para que se possa aquilatar o sentido que seus participantes lhe imprimiram. Também aqui vale o alerta de Christopher Hill (1994, p. 4): "A Bíblia jogou papel central no conjunto da vida e da sociedade: arriscamo-nos ao ignorá-lo".

Conclusão

A trajetória ensejada pelas vilas santas no território contestado tinha ela mesma caráter contestador, na invenção ameaçadora que representava aos ordenamentos advindos do planalto em movimentos não necessariamente coordenados, mas seguramente convergentes, dos representantes do Brasil oficial a que já fiz referência. Por isso, tencionou-se – e continua-se a fazê-

14 Ver também a página 147, em que Ivone Gallo (1999) fala da configuração arquitetônica do reduto de Taquaruçu, que a gente do Contestado chamava de Nova Jerusalém.

lo – eliminar-lhe os vestígios. A exacerbação das disputas políticas, com os nem um pouco requintados lances de negacionismo histórico compondo seu repertório, só vem mostrar como a convocação feita pelo samba-enredo da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, campeão do carnaval carioca de 2019, soa como verdadeiro manifesto historiográfico: a recuperação dos meandros da saga cabocla é tarefa urgente para quem não se contenta com a representação cínica e estreita que se tem delineado do Brasil, representação feita de incontáveis apagamentos de rastros, seja das alternativas populares tecidas, seja das brutalidades perpetradas contra elas.

Assim recuperada, e na medida em que se avance além de conceitos preconcebidos e pouco ou nada funcionais, a saga cabocla no território planaltino contestado se revela como marco impactante na história das invenções do povo brasileiro que se afirmaram em tons e entranhas milenaristas, talvez a mais expressiva das construções desse teor em nossa história, demandando ainda muito empenho investigativo e analítico para que alguns de seus segredos mais recônditos possam ir desvelando-se. Será muito frutuoso perscrutar as formas que assumiu no cotidiano e no horizonte das vilas santas a recepção dos textos e temas do livro sagrado cristão, com a centralidade marcadamente estabelecida em seu fim, o Apocalipse.

Se, finalmente, não é possível atribuir ao mundo caboclo do Contestado, sem mais, características do Belo Monte de Antônio Conselheiro em nome de supostos messianismo e/ou milenarismo que compartilhariam, nem por isso, assim espero, os pés fincados no chão do vilarejo baiano impedirão mirar desde longe e vislumbrar na saga contestadora tão particular, de contornos radicalmente inéditos em solo brasileiro – desaconselhando, portanto, quaisquer paralelos estabelecidos de modo rápido e superficial –, aquilo que, sim, as aproxima: ambos são invenções populares em chave utópica, em processos de feitura violentamente ceifados.

Referências

BARTELT, D. D. Cerco discursivo de Canudos. *Caderno do CEAS*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 117-127, 1997.

BRANDÃO, C. R. Sobre homens e seus deuses. *In*: ZALUAR, A. *Os homens de Deus:* um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular. São Paulo: Zahar, 1983, p. 7-10.

COHN, N. *Caos, cosmo e o mundo que virá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, E. *Os sertões:* campanha de Canudos. São Paulo: Ateliê/ Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2002.

DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente:* 1300-1800 – uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELUMEAU, J. *Mil anos de felicidade*: uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DESROCHE, H. *Dicionário de messianismos e milenarismos*. São Bernardo do Campo: Editora da Unesp, 2000.

DOBRORUKA, V. *Antônio Conselheiro:* o beato endiabrado de Canudos. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

FIRMINO, D. *et al*. *Mangueira:* samba-enredo 2019 ("História para ninar gente grande"). Disponível em: https://www.letras.mus.br/sambas/mangueira-2019/. Acesso em: 20 jul. 2021.

GALLO, I. C. A. *Contestado:* o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GALLO, I. C. A. O Contestado e o seu lugar no tempo. *Tempo*, Niterói, v. 6, n. 11, p. 143-155, 2001.

GUIMARÃES, A. Z. Os movimentos "messiânicos" brasileiros: uma leitura. *In*: Anpocs (org.). *O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil.* São Paulo: Cortez / Anpocs, v. 1. p. 141-157, 1986.

HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da república: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. *In*: FERREIRA, J. F.; DELGADO, L. A. N. (org.). O Brasil republicano: o tempo do

liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930. *Civilização Brasileira*, SRio de Janeiro, v. 1, p. 121-160, 2003.

HILL, C. *The English Bible and the seventeenth-century revolution*. Londres: Penguin, 1994.

LANTERNARI, V. *Messias*. *In*: *ENCICLOPÉDIA EINAUDI. [s.l.]*: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, v. 30. (Religião, Rito), 1994, p. 280-302.

LEVINE, R. *O sertão prometido:* o massacre de Canudos. São Paulo: Edusp, 1995.

MACHADO, P. P. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 178-186, 2011.

MACHADO, P. P. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MONTEIRO, D. T. *Os errantes do novo século:* um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Edusp, 2011.

MONTEIRO, D. T. Um confronto entre Canudos, Juazeiro e Contestado. *In*: FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira.* 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t. 3, v. 2, p. 39-92, 1990.

MOURÃO, L. Contestado: a gestação social do messias. *Cadernos*, São Paulo, n. 7, p. 77-94, 1974.

POMPA, M. C. A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil "rústico". *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 177-212, 1998.

QUEIROZ, M. I. P. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2003.

QUEIROZ, M. V. *Messianismo e conflito social:* a guerra sertaneja do Contestado. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil:* a história do levante dos malês em 1835. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, N. *As coletividades anormais.* Brasília: Senado Federal, 2006.

ROMEIRO, A. *Um visionário na corte de D. João V:* revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

STEIL, C. A. *O sertão das romarias:* um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia. Petrópolis: Vozes, 1996.

SUASSUNA, A. *Euclydes da Cunha, Canudos e o exército. In*: FERNANDES, R. (org.). O clarim e a oração: cem anos de *Os sertões*. São Paulo: Geração, p. 21-23, 2002.

VASCONCELLOS, P. L. Antônio Conselheiro: entre a caricatura euclidiana, o anátema eclesiástico, o olhar de sua gente e a obra escrita que deixou. *In*: COSTA, C. L. F.; COSTA, L. A. F. P.; SILVA, V. (org.) *Justiça e santidade:* entre o ideal humano e o divino. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018, p. 344-369.

VASCONCELLOS, P. L. Messianismo: problemas de um conceito. *In*: ARAGÃO, G.; CABRAL, N.; VALLE, E. (org.). *Para onde vão os estudos da religião no Brasil?* São Paulo: ANPTECRE, p. 121-138, 2014.

VASCONCELLOS, P. L. *O Belo Monte de Antônio Conselheiro:* uma invenção "biblada". Maceió: Edufal, 2015.

VELHO, O. *Besta-fera:* recriação do mundo – ensaios críticos de antropologia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

Caldeirão:
uma ideia para adiar o fim do mundo

Francisco Régis Lopes Ramos

Vidas paralelas

Por volta de 1890, enquanto as romarias para Juazeiro do Norte (CE) estavam começando – e não paravam de crescer –, José Lourenço viu então que tudo era verdade: os conselhos do Padre Cícero, as curas que ele fazia, a hóstia que se transformava em sangue quando a beata Maria de Araújo recebia a comunhão. Eram tantas as verdades que ele decidiu ficar. Aí foi que se iniciou a sua história em Juazeiro.

No princípio, José Lourenço não se distinguia muito de outros romeiros que também eram migrantes. Com o passar do tempo, a sua vida foi ficando menos comum: tornou-se beato, mas, diferentemente dos beatos, ele saiu da cidade para o campo. E foi no campo, mais precisamente no Sítio Baixa Dantas, que ele organizou e orientou uma comunidade de camponeses. Nada muito grande, porém, com a sua orientação, pôs-se em prática o que em outros lugares se restringia à palavra: a igualdade entre os filhos de Deus.

Em 1926, Lourenço transferiu a comunidade de Baixa Dantas para o Caldeirão, onde continuou a ter a mesma vida de antes, trabalhando, rezando, contando os exemplos e as profecias do Padre Cícero. Ou seja, no Caldeirão, trabalhava-se e dividia-se o que saía do trabalho. Falava-se que "tudo era de todos e nada era de ninguém". A polícia, como era de se esperar, não gostou. Lembrava Canudos e, para as forças de repressão, Canudos era um perigo que poderia voltar. O governo do estado,

a Igreja Católica e os latifundiários também não gostaram, pelo mesmo motivo. A solução foi simples e corriqueira: no dia 11 de setembro de 1936, um destacamento militar invadiu e massacrou o Caldeirão.

De acordo com o relatório policial, tudo ocorreu conforme a lei:

> o Capitão Cordeiro explicou, a todos, o que viera fazer. Era necessário que cada um voltasse ao seu lugar de origem, levando o que lhe pertencia, porque o Estado não podia permitir aquele agrupamento perigoso. As famílias deveriam abandonar a região dentro de cinco dias e os solteiros dentro de três. (BARROS, 1937, p. 23).

O capitão Cordeiro explicou também que cada casa seria destruída e os bens seriam entregues ao município. Disse, ainda, que ele e parte da tropa voltariam para Fortaleza (CE), mas alguns homens ficariam ali sob o comando do tenente Alfredo Dias e do capitão Bezerra, para darem continuidade ao trabalho: "Incendiar as choupanas, à medida que fossem desocupadas por seus miseráveis habitantes" (BARROS, 1937, p. 26).

No dia 11 de setembro, tudo foi arrasado. Diante de ordens e baionetas da polícia, cada um se viu obrigado a voltar para a sua terra. Mas muitos não o fizeram, e o motivo era simples: não possuíam a sua terra. Tinham ido para o Caldeirão porque eram sem-terra. Então, sem ter para onde ir, e na esperança de voltar para o Caldeirão, essas pessoas escaparam pela vizinhança, sobretudo pela Chapada do Araripe, à procura de lugares mais escondidos. Formaram pequenos núcleos de sobrevivência. Na urgência e no improviso, surgiram forquilhas em filas paralelas que sustentavam o teto de palha e algumas redes de dormir.

Em maio de 1937, um desses núcleos entrou em conflito com o destacamento do capitão José Bezerra. Desse confronto, saíram oito mortos, quatro de cada lado, inclusive o próprio capitão. Os jornais do Ceará noticiaram o caso e, logo a seguir, as autoridades reagiram, lastreadas nos despachos e nas bênçãos do governo do estado. Eufóricos, os jornais da região não economizaram na redação de notícias em torno das providências oficiais. Como

era de se esperar, o que eles não publicaram foi a quantidade de mortos em razão dessas providências, que a rigor não foram apenas oficiais. Houve um massacre de camponeses, e até hoje não se sabe ao certo a quantidade de corpos enterrados sem atestado de óbito. A tradição oral refere-se a dezenas e dezenas de sepulturas coletivas, estrategicamente "perdidas no meio do mato" (RAMOS, 2016).

Enquanto o Caldeirão era liderado por José Lourenço, o núcleo de remanescentes do Caldeirão espalhados na serra do Araripe depois do ataque de 1936 ficou sob a liderança de Severino Tavares. Vidas paralelas. Paralelas que se tocam no infinito, pode-se imaginar. Vidas que se encontraram no desencontro, também se pode pensar. Enquanto o beato José Lourenço se fixava no Caldeirão, o conselheiro Severino Tavares caminhava pelo nordeste, pregando a palavra do Padre Cícero e avisando que quem quisesse conhecer a verdade bastaria ir ao Caldeirão do beato José Lourenço. No dia 11 de setembro de 1936, a polícia invadiu o Caldeirão e tentou prender José Lourenço, mas não conseguiu. Em 10 de maio de 1937, policiais atacaram os ex-habitantes do Caldeirão que estavam na serra do Araripe e tentaram prender o conselheiro Severino Tavares, mas não conseguiram de novo.

Dito isso, devo dizer que em 1989 comecei a entrevistar pessoas que moraram no Caldeirão ou conheceram o local. De lá para cá, são 30 anos de pesquisa mais ou menos continuada e o que apresento aqui é, em parte, o resultado desse tempo (RAMOS, 1991; 2005; 2010; 2016).

O convento, a tribo e o quilombo

Pensando e repensando sobre essas entrevistas, fui percebendo que se tratava de um agrupamento católico. Havia algo de convento ao redor da casa do beato José Lourenço, onde ficavam as moças sem família, semelhante às experiências das casas de caridade do Padre Ibiapina no século XIX. Ao redor desse convento, estendendo-se pelas terras cultivadas, núcleos de família

abasteciam os armazéns de onde saía o alimento de cada dia, para o consumo de todas e de todos.

Eram tão católicos que, durante a seca de 1932, não interromperam o levante de uma pequena igreja de alvenaria perto da casa do beato. Para abençoar o término da construção, o beato foi ao bispo do Crato (CE) pedir para um padre celebrar missa e ouviu: "Padre nenhum vai nesse inferno". Em 1936, quando tudo foi destruído, a Igreja abençoou a destruição. "A polícia transformou o quarto de oração do beato em um vaso sanitário", lembrou um dos entrevistados, que não deixou de ser católico por causa das perseguições, mas passou a entender que a Igreja que incentivava esse tipo de violação era a mesma que havia perseguido o Padre Cícero.

Religiosidade popular? Sim, mas apenas se o termo for visto com muitas ressalvas. A principal delas é questionar o alto grau de generalidade por onde o termo costuma resvalar. Por isso é preciso ver, por exemplo, que esse catolicismo odiado pela Igreja não era apenas católico. Nos tópicos a seguir, trato do vínculo do Caldeirão com o cristianismo, mas esse vínculo, apesar de decisivo, não decidiu nada sozinho. Nada se deu no deserto.

Daí ser necessário lembrar que, antes de tudo, a igualdade pregada pelo beato José Lourenço era cristã, mas igualmente se vinculava a uma narrativa dos índios cariris, por exemplo. De acordo com a tradição oral, o Vale do Cariri estava em um tempo edênico (exemplo de uma idade de ouro no passado). Depois, a infelicidade chegou com o branco colonizador, que expulsou, massacrou e escravizou os nativos. Em face dos sofrimentos, os cariris abandonaram o espaço, que tinha sido farto e dadivoso. Mas, antes de abandonar o vale, um índio tapou as principais nascentes d'água que brotavam nos pés de serra com cera de abelha e troncos de angico. No futuro, a dádiva da terra mãe voltaria, depois de uma inundação que destruiria os maus. A inundação teria origem no rompimento das nascentes tapadas. As nascentes, por sua vez, traziam água da serra do Araripe, onde havia um mar de águas puras e calmas. Um mar tão grande que até servia de "cama de

baleia". O Caldeirão, nesse sentido, não deixava de ser a realização dessa profecia, que, a depender do narrador, podia até envolver a construção de uma igreja não mais dos poderosos, e sim "de todo mundo".

O que pode ser chamado de religiosidade popular não é, portanto, um conjunto de crenças passíveis de compor uma coleção, tal como pensavam os folcloristas. Não há esse conjunto, e sim a multiplicidade de tensões que vai se constituindo no encontro e no desencontro de culturas diferentes. As relações de poder, ora silenciadas, ora eloquentes, não podem ser desconsideradas. As várias cruzes de madeira e imagens de santos católicos que a polícia encontrou no Caldeirão são – e não são – as mesmas que estavam nas igrejas oficialmente abençoadas. Daí ser impossível não vincular o Caldeirão com a formação de quilombos, que, aliás, também poderiam ter as suas imagens católicas. Em resumo, para evitar simplificações apressadas, será preciso não esquecer pelo menos três perguntas: qual convento? Qual tribo? Qual quilombo?

A pedra que cai e outras quedas

Severino Tavares conhecia José Lourenço desde 1926, quando ambos foram para o Caldeirão. Era comboieiro, mas resolveu peregrinar pelos sertões. Chegava a um sítio, pedia abrigo e, quando anoitecia, falava sobre o evangelho, o Caldeirão, o fim dos tempos, as mensagens e os milagres do Padre Cícero. Curiosos, os vizinhos iam vê-lo e ouvi-lo, ora acreditando mais, ora acreditando menos, a depender da circunstância.

O rico, ele teria muita dificuldade para "se salvar". A ganância, explicava Severino, estava acabando com o mundo. Era preciso saber que "vem aí um homem em cavalo de sela, trocando cordão de ouro por rosário bento". "Num troque, não", avisava Severino, "é do partido sanguinário!", conforme o depoimento de dona Clementina (*apud* RAMOS, 1991, p. 141).

Havia semelhança entre o que era dito pelo Padre Cícero e o que Severino dizia. Tratava-se de uma rede de semelhanças,

um imaginário comum e mais ou menos compartilhado. Além dos romeiros, surgiam beatos como José Lourenço, beatas como Maria de Araújo, pregadores como Severino Tavares e fiéis que, entre rezas e penitências, escreviam pedidos. Com maior ou menor intensidade, todos se viam como participantes dos milagres de Juazeiro. Milagres que não se resumiam ao sangramento das hóstias, mas abarcavam um variado conjunto de graças, vividas e contadas no cotidiano. No centro de tudo, estava Padre Cícero. Potente e, antes de tudo, protetor. Criador e criatura de uma tradição religiosa.

Tereza da Conceição (*apud* RAMOS, 1991, p. 140) recorda que Severino convocava ouvintes da seguinte maneira: "Eu sou um penitente, venho fazendo pregação pra num deixar meus filhos se perderem. Tirar da devassidão, da orgia... Toda noite, eu tenho uma missão. Vocês convidem seus amigos pra vim assistir eu dá o exemplo para largarem da cachaça, largarem do jogo". Além de dizer que o mundo estava perto de acabar, reclamava das "roupas curtas" e dizia: "A roda grande vai correr dentro da pequena. E os ricos vão passar como os pobres tão passando. Vai cair *as pedras* dos montes mais elevado!" (CLEMENTINA, 1989 *apud* RAMOS, 1991. Grifo do autor).

O cajado e o bastão

Os depoimentos de Marina Gurgel foram gravados entre 1989 e 1991 . O destino, ela lembrou, tinha sido a viagem:

> Severino dizia que era um penitente, que tinha feito a penitência no pé da cruz do beato José Lourenço. Então, depois que ele fez a penitência, que compreendeu o amor de Deus e se encheu de amor de Deus, então aquela graça que Deus deu a ele ele queria dizer nos quatro cantos do mundo. (GURGEL, 1989-1991 *apud* RAMOS, 1991).

Perguntei a Marina Gurgel se ela se lembrava da pregação. "Lembro", ela respondeu, "só dizia o que era certo". "E o que é que ele dizia?", perguntei. Ela repetiu: "Somente o que era certo". E passou a contar uma história:

> Eu estava numa sala, sentada mais ele, o dono da casa, a dona da casa e muita gente. Severino estava conversando, não estava fazendo o sermão ainda. [...] Aí o delegado entrou pela porta. O delegado chamava-se Ontônio Eugênio. Quando o delegado foi entrando, foi dizendo:
>
> – Esteje preso, seu cachorro!
>
> Aí Severino disse:
>
> – Sim, senhor.
>
> Aí, levantou-se e se entregou sem fazer questão. Aí os soldados pegaram ele e jogaram em cima de um caminhão. Foi quando o delegado disse:
>
> – Sabe que você vai morrer? Sua cova já ficou cavada. Quando chegar lá, você entra pra dentro da cova e a gente baixa fogo em você! Depois ajoga areia em cima.
>
> Aí Severino disse:
>
> – Sim, senhor. Certo.
>
> Levaram pra Caraúbas [RN]. Aí quando chegou lá uma parte dos grandes lá de Caraúbas era contra, mas a outra parte era a favor. Aí não deixaram judiar mais com ele. Mas passou não sei quantos dias preso. (GURGEL, 1989-1991 *apud* RAMOS, 1991).

Fui perguntando e ela foi respondendo, até chegar à pergunta sobre a morte de Severino Tavares. A respeito disso, ela disse que não sabia e voltou a explicar o que aconteceu depois do dia 11 de setembro. O foco deixou de ser o conselheiro Severino e passou a ser o beato José Lourenço:

> o dia que as tropas passou lá [no Caldeirão], a gente ficou por lá. Quando terminou, todo mundo já tinha ido pra suas terras. Eu num tinha pai, nem mãe, nem tinha ninguém. Aí, acompanhei um povo que foi pra serra do Araripe. [...]O beato tinha desaparecido. Ninguém sabia onde era que ele tava. E aí a gente foi procurar um lugar pra se esconder, porque num sabia o que fazer. Num tinha pai, num tinha mãe. Num tinha uma orientação. A conversa era essa: 'Todo mundo vá simbora pra suas terras'. Mas todo mundo era chefe de família. Pegava sua família e ia. Mas uma moça, com quem eu tinha vindo de lá do Rio Grande, tava aí, num tinha família, num tinha ninguém. Eu num ia meter o pé no caminho e ir mimbora pro Rio Grande.

> E mesmo eu num queria ir. Que eu já tinha vindo e disse que num voltava. Aí eu fui pra lá [serra do Araripe]. Por lá passei... Me encostei numas pessoas de lá mesmo, que também foram pra lá, uma família de João Inácio. Uma família que ia lá pra serra do Araripe. Aí eu fui pra lá. E, depois, o beato foi lá para o Maracujá. Fizeram uma casa pra ele. Uma casa de palha. Aí ele ficou passando uns dias por lá. Enquanto cessassem as perseguições. Eu fiquei lá por perto. Nem fiquei com ele. Que ele lá, só tinha mais ele home. (GURGEL, 1989-1991 *apud* RAMOS, 1991).

Voltei a insistir sobre a morte de Severino. Alonguei-me no assunto, e a entrevista fragmentou-se:

> – A morte de Severino... A senhora me disse que também estava lá na serra. Como foi a morte de Severino? Foi na serra do Araripe?
>
> – Foi.
>
> – Tinha mais gente com ele? Ele estava só? Ou estava com o beato José Lourenço?
>
> – Num sei... Não, ele tava mais outras pessoas, que tinha o povo que ficou lá.
>
> – E a senhora também estava lá na serra do Araripe quando ele morreu?
>
> – É...
>
> – Tinha soldado?
>
> – Eu não vi, graças a Deus. Mas teve muita perseguição. Ave Maria!
>
> – E, pelo que as pessoas contavam, como foi essa perseguição? Assim, eu queria saber como foi que Severino morreu?
>
> – Num sei... Uns encontraram com outros... e foi como Deus permitiu. Quem sabe é Deus. (GURGEL, 1989-1991 *apud* RAMOS, 1991).

Já que da morte Marina não queria saber, mudei de direção. Como ela conheceu Severino, perguntei sobre isso, e a conversa voltou a fluir. Afinal nunca é fácil falar sobre morte, pensei na ocasião. Hoje, mais de 20 anos depois, além de pensar nisso, imagino com que mistério tudo veio a acontecer. Imagino como

Severino a fez sair do seu mundo para entrar em outro. Imagino como ela, talvez, já esperasse por ele.

O Caldeirão era outro mundo, diferente de tudo. Marina mudou-se para o Caldeirão por causa de Severino. Foi ele, no fim das contas, o motivo para ela sair de casa. Pelo menos é assim que ela lembra:

> Eu sou do município de Caraúbas, do estado do Rio Grande do Norte. Então, eu era uma moça nova [...] E chegou uma conversa de um conselheiro que andava pelo mundo. Uns diziam que era isso, que era aquilo, que era enganação pra isso, pra num sei quê. Aquela conversinha toda [...] Eu digo:
>
> – Só acredito quando eu ver.
>
> Que eu sempre tive assim uma inteligençazinha, né? [risos]. O povo tudo com conversa, e eu disse:
>
> – Não, não é assim, eu vou ver e ouvir.
>
> Vi e ouvi, fui num vizim onde ele tava. Vi e ouvi e gostei. Meu parente disse que tava era ficando doida. (GURGEL, 1989-1991 *apud* RAMOS, 1991).

Sobre a vida de Severino, Marina gostava de prolongar o assunto. Aproveitei e fui fazendo mais perguntas, num jogo em que houve, por motivos diferentes, uma grande vontade de perguntar em sintonia com uma grande vontade de responder. Não sei se percebi isso na hora da entrevista. Só posso dizer com maior segurança que fui esticando a conversa até terminar a fita, de 60 minutos. Perguntei, por exemplo, por que ora ela chamava Severino de penitente, ora de conselheiro. Ela respondeu:

> Penitente e conselheiro. Penitente porque tinha feito a penitência no pé da cruz. E depois da penitência ele dava conselho, chamava-se o conselheiro. O povo disse:
>
> – Tá vindo aí um conselheiro [...]
>
> Ele chegou numa casa perto e eu fui. Ele rezava, cantava, dizia pra respeitar e tinha todas as histórias do Padre Cícero. E no final ele pedia:

> – Quem puder e quiser, faça uma visita ao meu beato, José Lourenço, que lá é a salvação.
>
> Eu fui pro Caldeirão, porque eu ouvi essas verdades. Conselheiro Severino Tavares, chamava assim. Na pregação, ele pediu pra eu ler um livro, das profecias, o que há de acontecer pra o fim das eras. (GUIRGEL, 1989-1991 *apud* RAMOS, 1991).

A cruz e o cruzeiro

José Lourenço chegou a Juazeiro do Norte por volta de 1890, e o primeiro encontro dele com o Padre Cícero acabou ficando na memória de Henrique Ferreira:

> Meu padim José Lourenço, quando chegou, garotinho novo, com a família, e o Padim Ciço disse:
>
> – Tu viesse José?
>
> – Vim, meu Padim Ciço.
>
> – Tu está escolhido há tempo, José. Tu está escolhido há tempo, para me ajudar a carregar o peso da cruz, para salvação do gênero humano.
>
> Ele disse:
>
> – Qual meu Padim Ciço, quem sou eu? O sr. procure outro de mais apresentação, de mais galanteria.
>
> – É tu mesmo José, é tu mesmo José!
>
> Aí disse. Ele tinha chegado, quando ele chegou, aí meu Padim Ciço entregou-lhe a Santa Cruz, deixou ele na penitência dos penitentes ocultos. Ele passou nove anos na penitência oculta. (*apud* ALVES, 2008, p. 100).

Depois da "penitência oculta", como dizia Henrique Ferreira, José Lourenço foi morar no Sítio Baixa Dantas e tornou-se o líder de uma comunidade de camponeses. Lá permaneceu até 1926, quando se mudou para o Caldeirão. A mudança para o Caldeirão também ficou na memória dos devotos. Em 1989, Alípio Gomes disse-me o seguinte:

> Meu tio, sogro meu, véi com a barba branca, muito mais de que eu, ele foi em Juazeiro, que ele sempre conversava com meu Padrim Cícero. Quando chegou no Juazeiro, meu Padrinho Cícero fez uma pergunta:
>
> – Olha, seu Mariano, olha, seu Mariano. Seu Zacarias me fez uma coisa muito mal feita no Caldeirão.
>
> Aí ele perguntou:
>
> – E o que foi?
>
> – Ele me derrubou um pé de árvore no Caldeirão, um pé de braúna, que morrero dois padres jesuítas lá naquele tempo. Tá com 250 anos e foram santo. Ele derrubou essa braúna pra comer um aripuá em 1915. Num podia derrubar de machado, que o pau era muito grosso, e ele também era um véi fraco [...]
>
> Eram umas matas mais esquisitas do mundo. E ele ajuntou muita madeira, tocou fogo, botou uma coivara no pé da braúna. Largou lenha até que o fogo invadiu [...] A braúna caiu. Aí meu Padrinho Cícero disse a esse véi, meu sogro:
>
> – Ele me fez uma coisa muito mal feita, que aquele pé de árvore foi lá onde morreu dois padres jesuítas, tá com 250 anos [...].
>
> Lá no canto aonde era o pé de árvore dessa braúna, abriu [...] O fogo invadiu aqui, nessa raiz, pra acolá, seguindo essa praqui, seguiu essa praqui. Você dê por visto que era uma cruz mais bem feita do mundo, da obra da natureza, que o inverno nem acabava. Quando a gente chegava campeando em tempo de inverno, tava aquela cruz feita no chão por obra da natureza.
>
> Hoje, tem aquele cruzeiro do cemitério lá no Caldeirão [...] Aquele cruzeiro ainda foi obra de Zé Lourenço, mandado pelo meu Padrim Cícero! Ele disse:
>
> – Zé Lourenço, você me faz um pilar lá adonde morrero uns padres jesuítas, tá com 250 anos. Queria que você indicasse se ainda acha algum mortal da braúna pra você colocar um cruzeiro. (*apud* RAMOS, 1991, p. 59).

Mas a história não para por aí. Marina, em um de seus depoimentos, falou-me que aos pés dessa cruz houve a cena mais dramática da expulsão dos camponeses do Caldeirão:

> Eles davam voz de prisão. Fazia medo a gente. Mas comigo mesmo eles não fizeram violência, não [...] Vi quando uma moça

se queimou, Maria. Maria Vieira era uma moça do Piauí, uma moçona bonita. Porque ela era como eu, num tinha pai nem mãe, num tinha ninguém. Eu tava assim em pé, quando ela chegou e disse assim:

– Marina, os soldados tão dizendo que toda moça que num tiver pai nem mãe aqui eles vão carregar tudo pra Fortaleza, pra fazer o que quiserem! Marina, o que é que a gente faz?

Eu digo:

– Maria, nós vamo fazer o que Deus nos ensinar pra nós fazer.

Aí ela saiu. Eu vi quando ela saiu com a garrafa na mão. Eu nunca pensei que ela ia se queimar. Ela foi se queimar no pé do cruzeiro! Lá mesmo no pé do cruzeiro do cemitério ela se ensopou de gás e tocou fogo com medo de ir simbora mais os soldados. Quando eu vi, foi o fogão e o povo dizendo:

– Oh! Virgem Maria, tem uma pessoa se queimando.

Eu corri. Quando eu cheguei lá, ela já tava toda queimada. Os soldados correram tudim. Quando chegaram, aí disseram:

– Olhe, essa moça se incendiou. Agora [...] Depois, com pouco mais vão dizer que foi nós que botemo gás e tocamo fogo na moça, mas vocês são testemunhas que foi ela com as mãos dela.

Chegou um sargento e disse:

– Tá satisfeita?

– Tô, sim, senhor. Num tô no pé do cruzeiro?

Aí ele respondeu:

– Tá.

– Pois, pronto. Tô satisfeita.

– Quer acabar de morrer?

– Quero.

– Você quer morrer de tiro ou de cacetada?

– Do que vocês quiserem me matar.

> Mas eles num mataram, não. Ela morreu mesmo da queimadura, porque queimou toda mesmo. Ela ainda tava falando, num sei por quê. Mas queimou! Tava queimada, os óio tudo descendo sangue, toda sapecada, que a roupa pegou fogo. Tava só aquele horror! Ela dizia que tava satisfeita, porque morria por Deus. Morria no pé da cruz. (GURGEL, 1989-1991 *apud* RAMOS, 1991, p. 62).

Do fogo na árvore ao fogo do suicídio, da cruz que o beato recebeu do Padre Cícero ao cruzeiro que o beato construiu no Caldeirão, em tudo isso está em jogo o sentido que se dá. Ou seja, os mistérios e as coincidências formam-se no sentido que se dá ao que se conta. Para quem conta, o Caldeirão não é um espaço qualquer. Trata-se de um lugar que faz parte da história do Padre Cícero, e é possível ver isso no que se conta. A cruz, então, torna-se central para a vida que precisa ser narrada e, de igual modo, para a narrativa que precisa ser vivida.

Se o sentido a ser levado em conta é a vida do beato José Lourenço, há um trajeto da cruz ao cruzeiro. Em primeiro lugar, a madeira é ambulante, pode ser levada ao sabor da ocasião. Depois, é presa ao chão, para ficar plantada e, sobretudo, enraizada. Se o sentido é a vida do beato Severino Tavares, o sentido em princípio é o mesmo: ele começou carregando a sua cruz. Mas, diferentemente do beato José Lourenço, ele não recebeu do Padre Cícero a ordem de fazer um cruzeiro e ali se fixar. Ele começou nômade e nômade continuou.

Há aí dois apelos: o gregário e o andante. Dois destinos: o comunitário e o missionário. Duas figuras de Cristo: no cruzeiro e na cruz. Dois espaços: o lugar marcado e o lugar cercado, onde se planta e se espera o fruto – a quase falta de lugar de quem segue o horizonte, essa linha a qual nunca se chega, impossível de tocar, mas quase sempre tocante.

Severino não precisa da cerca nem do cultivo. Ele é andante por princípio, precisa andar com a paciência e a urgência que cada dia solicita. Precisa se exaurir em uma sacralidade intempestiva. Como se o espaço o limitasse e ele precisasse de tempo para viver o destino trágico e salvador dos últimos tempos. Não cabendo no

espaço do Caldeirão, ele escapa no horizonte. Seu grande trajeto é pelo tempo. Pelo tempo do fim do mundo, que ele anuncia, andante e preocupado, tal como deve ser aquele que vê coisas antes da hora. É por esse excesso de tempo que ele precisa de mais espaço.

O fim nosso de cada dia

Em 1926, quando o dono pediu de volta o Sítio Baixa Dantas, o beato José Lourenço não fez questão. Foi pedir ajuda ao Padre Cícero e conseguiu uma terra mais distante, ao lado da serra do Araripe, quase isolada de tudo e conhecida como Caldeirão (o nome vem de uma formação natural de pedra que parece uma grande panela e represa uma pequena corrente de água). Mais ou menos 800 hectares. Ainda em 1926, os camponeses para lá se mudaram.

O mais difícil foi enfrentar a irregularidade do relevo, como comentou o sr. João Silva:

> o trabalho das roças, às vezes, ficava longe [das casas]... Lá o que eu achava mais ruim era subir aquelas ladeiras. Ave Maria! O Caldeirão era um local de penitência. O povo já vivia tudo enfadado de subir e descer aquelas ladeiras. (*apud* RAMOS, 1991, p. 62).

Um dos primeiros trabalhos foi a construção da casa do beato, que ficou conhecida como a casa-grande. Erguida com tijolo e coberta com telha, tornou-se diferente. As outras que foram surgindo eram de taipa, o piso feito de barro batido.

Em 1931, chegou um mestre de obras para orientar a construção da capela. O beato queria a capela para que algum padre fizesse o que ele não poderia fazer: missas, batizados, casamentos. Também por volta de 1931, dois açudes foram construídos.

Nos primeiros anos, era uma comunidade agrícola. Com o passar do tempo, os trabalhos foram diversificando-se. Entre os migrantes, chegavam pedreiros, carpinteiros, ferreiros, além de fabricantes de objetos de flandre (copos, panelas, baldes etc.) e

couro (chinelos, arreios, entre outros). Em 1932, os carpinteiros ora estavam nos trabalhos da capela, ora fazendo um engenho de madeira. Sempre na labuta, com mesas, cadeiras, baús [...].

Passaram a fazer farinha, beiju e tapioca. Enquanto uns cuidavam das galinhas, outros se dedicavam à criação de porcos. Do engenho de madeira, tiravam o caldo da cana e fabricavam rapadura. Se um grupo cuidava do gado, outro trabalhava nas roças, a maioria longe de casa. Costuravam roupas, sacos, redes, lençóis, toalhas e sacolas, quase sempre com tecidos produzidos no tear manual que lá existia. Por motivos religiosos, costumavam tingir as roupas de preto e, seguindo a tradição, fabricavam sabão com uma planta nativa do sul cearense chamada tingui. Em muitos lugares do Caldeirão, o mato tornou-se plantação. Tudo coordenado pelo beato e por algumas pessoas de confiança.

Vendia-se parte do excedente, guardava-se outra parte e comprava-se o que não se podia produzir. O dinheiro quase não circulava. Os produtos eram guardados e distribuídos de acordo com a necessidade de cada um. Afinal, sabia-se que "a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro" (1 Timóteo 6:10). Sabia-se que "quem ama o ouro não se conserva justo, e quem corre atrás do lucro, com ele se perderá" (Eclesiástico 30:5). Sabia-se que "aqueles que ambicionam tornar-se ricos caem na tentação e no laço do demônio..." (1 Timóteo 6:9). Sabia-se que "um rico dificilmente entrará no Reino do Céu", porque "é mais fácil um camelo entrar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus" (Mateus 19:23,24). Sabia-se que assim estava escrito:

> você conhece os mandamentos: 'não cometa adultério; não mate; não roube; não levante falso testemunho; honre seu pai e sua mãe'. O homem disse: 'Desde jovem tenho observado todas essas coisas'. Ouvindo isso Jesus disse: 'Falta ainda uma coisa para você fazer: venda tudo o que você possui, distribua o dinheiro aos pobres, e terá um tesouro no céu. Depois venha, e siga-me'. Quando ouviu isso, o homem ficou triste, porque era muito rico. (LUCAS 18:20-23).

A vida não haveria de ser em vão. Rezavam e cantavam: "Dai-me, meu Jesus, / um doce coração / pelas cinco chagas / da vossa

paixão". Segundo Maria Lourença, essa era a estrofe mais conhecida. Ela não se recorda dos benditos, mas afirma que eram muitos e que cantavam principalmente nas procissões, para purificar a carne e o espírito:

> tinha dias que era de oração só dentro do quarto, mas o povo tudo se reunia pra rezar. Agora, tinha dia que ele ia fazer a penitência dele. Ele botava a cruz nas costas e saía. Agora, o povo acompanhava. Tudo rezando, cantando. O povo acompanhava. Os home eram encostados a ele e, quando terminava a fila dos home, era a fila das mulher. Aí, ele fazia penitência por todo canto, por dentro dos matos. Quando ele terminava, vinha para o quarto de oração... As penitências eram andando e cantando os benditos. [...] Eu achava bom, porque era um regime do meu Padrim Cirço, eu gostava demais. Tinha muita fartura, todo mundo comia bem. Vivia todo mundo feliz. Feliz que ninguém se lembrava que existia mundo lá fora. (*apud* RAMOS, 1991, p. 72).

Planos, metas, objetivos. Nada disso faz sentido quando se quer compreender a organização do cotidiano do Caldeirão. Trabalhar era uma virtude, mas era um vício acumular os frutos do trabalho. Trabalhar mais e melhor poderia trazer felicidade, mas não a riqueza, nem muito menos a pobreza. Como disse Marina Gurgel (1989-1991 *apud* RAMOS, 1991), "o que era de um era de todos e nada era de ninguém".

Trabalhava-se para viver e não para acumular. O horizonte era Deus, e não o lucro. Ao cristão, caberia viver decentemente, algo que não combinava com a ânsia pelo amor ao dinheiro. "O pão nosso de cada dia nos dai hoje", rezava-se. E a reza tinha um sentido que parece cada vez mais distante de hoje, quando cada vez mais se reza a mesma oração, mas para conseguir algo oposto. Em vez do tempo de cada dia, não cumulativo, cultua-se o amor pelo acúmulo de dinheiro, como se a oração fosse: "O pão nosso dos próximos 40 anos nos dai hoje".

Quando o beato chegou ao Caldeirão, não havia nada. Tudo foi surgindo aos poucos, ao longo de dez anos. Com a seca de 1932, a população foi multiplicada por dois. Depois dessa seca, as romarias começaram a crescer. As prédicas do beato não eram dirigidas apenas para as pessoas da comunidade, mas também para

os romeiros. Muitos passaram alguns dias de visita. Dos romeiros, o beato recebia de presente cargas de produtos agrícolas e os mais variados objetos.

O volume das romarias também foi aumentando por causa do trabalho de Severino Tavares. Enquanto José Lourenço se fixava na comunidade, Severino resolveu "pregar pelos quatro cantos do mundo", como me disse Marina Gurgel (1989-1991 *apud* RAMOS, 1991). Apresentava-se como enviado do Padre Cícero, falava sobre o fim dos tempos, alertava contra o pecado e convidava o povo a visitar o Caldeirão.

Na primeira vez que viu Padre Cícero, José Lourenço deve ter sentido o que os outros romeiros sentiram. Não a sensação de ver uma novidade, mas a certeza de ter a realização daquilo que os antigos diziam. Diziam, por exemplo, que o mundo poderia acabar em 1900 e, se não fosse em 1900, seria em 2000. Mas, antes disso, haveria o escurecimento do sol e muitas cabeças para poucos chapéus. Combatendo o pecado e aliviando as dores, haveria protetores e conselheiros. O Padre Cícero era um deles.

Recapitulando: se José Lourenço, ao chegar a Juazeiro em 1890, não se distinguia muito de outros romeiros, sua vida com o tempo foi tornando-se menos comum. Ao contrário da maioria, ele permaneceu solteiro e, além disso, celibatário. Tampouco seria empregado ou patrão. Também como alguns romeiros, José Lourenço tornar-se-ia beato. Mas, diferentemente dos beatos, ele sairia da cidade para o campo. E foi no campo, no Sítio Baixa Dantas e depois no Caldeirão, que ele organizou e orientou uma comunidade de camponeses, seguindo o regime de Padre Cícero.

Tudo feito por lá era comum a vários outros lugares. Se a hierarquia católica passou a condenar a vida daqueles camponeses, taxando-os de fanáticos perigosos, ela teria, por coerência, de combater aquilo que ela mesma ensinava: rezar, entoar benditos, fazer promessas, penitências, procissões. No Caldeirão, como lembra Marina Gurgel (1989-1991), não havia nada de mais nem de menos:

> o beato era católico apostólico romano. Agora, foi coisa mal-entendida. E eu num sei o que foi, de fazerem essa pressiguição. Porque a gente num tava matando. Num tava roubando. Num tava desonrando. Num tava fazendo mal. Tava trabalhando e rezando. Aí, por isso somos pressiguidos e sentenciados de morte. Ninguém sabe. Quem sabe é Deus, né? Que o que eu tenho a dizer é isso. Tava lá cantando, rezando, tão feliz! Trabalhando, comendo, bebendo, vestindo, calçando. Sem ninguém precisar ocupar, pedir. Porque tudo tinha. Nada faltava, tudo era comum. O que era de um era de todos e tudo. E aí, quando dava-se fé, uma pressiguição! Ninguém num sabe o que é nem o que num é. Quem sabe é Deus. [...] Quando nós chegamo no Caldeirão, era uma riqueza extraordinária. Tinha ouro. Louça boa de todo tipo. Tudo tinha e era muito. Mas com as perseguição foi tudo por terra. Muito gado. Acabaram com tudo. Foi ruim. Foi assim como uma seca. Aí acabaram com tudo, tudo, tudo. Tocaram fogo em cerca. Tocaram fogo em casa. Corria gente pra todo canto. Menino, sei não! Foi uma coisa muito medonha do mundo. [...] Desculpe eu não falar direito, porque eu não sou adiantada. Num posso falar melhor. Só posso dizer o que vi. Só vi o que era bom. Só recebi bons ensinamentos e reconheço que tudo foi feito por inveja, por calúnia, história mal contada, e não vou dizer que foi só de gentinha baixa, foi mesmo dos maiores. (GURGEL, 1989-1991 *apud* RAMOS, 1991).

Portanto, uma cultura comum, vivida de forma radical. Até aquilo que era mais incomum – a negação do amor ao dinheiro – era algo que a Bíblia pregava não só em um trecho ou em dois, mas em muitos e de forma radical. Aliás, não é exagero dizer que o Caldeirão colocou em prática aquilo que está em evidência na vida dos primeiros cristãos, como se vê, por exemplo, nos Atos dos Apóstolos (Atos 2:43-47). No lugar do "amor ao dinheiro", que matava a alma, o correto era a busca pela vida eterna, que só poderia ser alcançada com a "partilha dos bens".

É por isso que o quinto capítulo da Didaqué – o primeiro catecismo cristão – se dedica ao caminho da morte. O caminho que mata é trilhado pelos pecadores. Por exemplo, aqueles que "oprimem os aflitos e defendem os ricos". É completamente outra a direção do bom discípulo. O bom discípulo "põe tudo em comum com o seu irmão", porque só se entra em comunhão nos "bens imortais" quando se está em comunhão nos "bens perecíveis" (HOORNAERT, 1986, p. 215).

Inspirando-me em Ailton Krenak (2019), imagino que relembrar o Caldeirão hoje pode ser uma ideia para adiar o fim do mundo. No lugar da contabilidade dos lucros amarrando as relações entre passado, presente e futuro, a partilha do comum pode ser a dádiva que se conta ao fim de cada dia. Aqui, também há vidas paralelas: a conclusão de tudo, tão anunciada pelo catolicismo popular, paralelamente com o fim que vai sendo adiado quando se vive a utopia da irmandade. Ao lado, memórias sobre a chegada do apocalipse, memórias para uso diário, adiando a última queda.

Referências

ALVES, Tarcísio Marcos. *A santa cruz do deserto:* a comunidade igualitária do Caldeirão, 1920/1937. Recife: Néctar, 2008.

BARROS, José Góes de Campos. *A ordem dos penitentes.* Fortaleza: Imprensa Oficial, 1937.

HOORNAERT, Eduardo. *A memória do povo cristão.* Petrópolis: Vozes, 1986.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A peleja do tempo nas memórias do Caldeirão. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, n. 21, 2005.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. As utilidades do passado na biografia dos objetos. *In*: RAMOS, Francisco Régis Lopes; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (org.). *Futuro do pretérito:* história do museu e escrita da história. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010, p. 50-77.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão:* um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades. Fortaleza: Eduece, 1991.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O massacre do Caldeirão:* história oral do 11 de setembro de 1936. Fortaleza: Escola Livre de História, 2016.

Peregrinos e demonófobos:
uma nova interpretação sobre Pau de Colher[1]

Filipe Pinto Monteiro

O município de Casa Nova (BA), na região do Baixo-Médio São Francisco, recebeu a visita de um beato peregrino em meados da década de 30 do século XX. Severino Tavares, como foi reportado por jornais baianos, perambulou pelo semiárido nordestino e nas suas andanças passou por várias localidades, incluindo um povoado chamado Pau de Colher,[2] nos sertões casanovenses (POMPA, 1995, p. 102). Profetizava ele uma "chuva de sangue" a inundar o sertão e que apenas os "bem-aventurados" sobreviveriam ao apocalipse (O POVO, 1935; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1938; O JORNAL, 1938). Ali, onde, presume-se, esteve entre 1932 e 1934, suas homilias causaram enorme alvoroço.

Anos antes, no Ceará, Tavares conhecera José Lourenço Gomes da Silva, líder de um grupo de penitentes que se autoflagelavam e um dos homens de maior influência de Padre Cícero. Zé Lourenço havia recebido do sacerdote, em 1926, um pequeno sítio conhecido como Caldeirão dos Jesuítas, ou Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, localizado no sopé da serra do Araripe, no município do Crato, Ceará (SILVA, 2009, p. 61). Líder carismático, tornou-se ele próprio fonte de veneração intensa, o que possibilitou o estabelecimento de uma hierarquia entre seus seguidores e a delegação de atribuições específicas aos mais próximos. As habilidades oratórias de Severino Tavares lhe renderam a missão de aliciar fiéis para o Caldeirão.

1 Este trabalho contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 O nome faz referência a uma árvore ou arbusto, planta típica da caatinga, de casca grossa e resistente, muito utilizada para a confecção de colheres de pau. Ver: Estrela (1998).

Em Pau de Colher, Severino impressionou muito os moradores. Puxava textos inteiros pela memória, apresentava crises, entrava em êxtases e tinha visões proféticas sobre o fim do mundo (HISTÓRICO DE PAU DE COLHER, 1983). Dizia-se o Espírito Santo ou a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, colocando-se em lugar de destaque ao lado das figuras de Padre Cícero e Zé Lourenço (O PHAROL, 1938). Recomendou a todos pelo menos uma visita ao Caldeirão para melhor se inteirarem dos ensinamentos proféticos (MELLO, 1991, p. 52-59), e, logo, a ideia de peregrinação ao Caldeirão ganhou força na comunidade (O JORNAL, 1938).

Com a destruição do Caldeirão em fins de 1937, os moradores de Pau de Colher – comunidade que ainda não havia se revelado uma ameaça expressiva, mesmo coexistindo com Caldeirão desde 1934 – receberam a visita inesperada de outro beato, Quinzeiro. Seu Quim, ou Seu Joaquim, como também era chamado, intensificou os preparativos para o projeto original de peregrinação àquela antiga comunidade, agora com o objetivo de reerguê-la.

Compenetrados na missão de levantar Caldeirão uma vez mais, os habitantes de Pau de Colher criaram para si um mito muito particular e intrigante: era possível a construção do paraíso terreal no Ceará. Lá uma personagem semelhante a um messias haveria de retornar, e uma era marcada pela paz, prosperidade e concórdia haveria de romper.[3] Com essa constatação, a interpretação de Pau de Colher como uma espécie de extensão do Caldeirão, como se fosse uma simples etapa do movimento que se sucedeu no Ceará, sob o comando de Zé Lourenço, se tornou uma abordagem corriqueira nos estudos antecedentes a este. Essa perspectiva permitiu uma confrontação muito proveitosa entre as duas irmandades e revelou importantes crenças e valores compartilhados por ambas.

3 No Brasil, algumas das mais valiosas reflexões sobre o retorno do messias – aqui especificamente na pessoa de D. Sebastião, em meio ao catolicismo popular, que incorporou o sebastianismo de Portugal – podem ser encontradas nas obras de Jacqueline Hermann (2001; 2004). Para a tipificação histórica do conceito de messias, ver: Kohn (1950), Talmon (1992), Lanternari (1994a), Bruce (1995) e Bobsin (2008).

Nós, por outro lado, pensamos que os integrantes de Pau de Colher criaram uma utopia escatológica única, e, para alcançá-la, novos padrões de comportamento autônomos, criativos e violentos emergiram, estabelecendo uma fronteira mais definida com a comunidade do Caldeirão. Dois importantes fatores que analisamos mais à frente nos oferecem dados essenciais para a defesa da nossa hipótese autonomista, por assim dizer. O primeiro foi a gestação da esperança da *peregrinação* dos moradores de Pau de Colher para o Caldeirão, algo que funcionou não como um elemento de desarticulação (tal qual parece ser a hipótese mais provável nos estudos precedentes), mas sim de coesão e integração do grupo, ainda que preservasse seu caráter de deslocamento, circulação e transformação.

A jornada nunca aconteceu. Foi interrompida após o primeiro assalto à comunidade, em janeiro de 1938, como também veremos adiante. A força simbólica e a possibilidade concreta da viagem, entretanto, estimularam os integrantes do movimento a adotarem regras e modelos de comportamento que vamos explicitar. Viajar ao Caldeirão se tornou, em essência, sinônimo de salvação e redenção. Aqueles que não consentissem com esse propósito – e não foram poucos – eram invariavelmente considerados impuros, blasfemos, ímpios, influenciados por forças malignas e ameaçadoras constantes do imaginário popular do sertão.

O segundo fator, portanto, foram o sentimento de frustração e a reação violenta dos moradores da comunidade diante da manifestação de entidade(s) demoníaca(s), um subproduto do projeto de peregrinação. A agressividade só apareceu nos momentos finais do movimento por razões que também vamos apontar.

Esses são os elementos que, em nosso entendimento, diferenciam Pau de Colher dos movimentos anteriores, identificados em Juazeiro do Norte (CE) e, sobretudo, no Caldeirão.

Repensando a peregrinação

A questão da peregrinação dos habitantes de Pau de Colher para o Caldeirão não é um assunto inédito entre os especialistas do assunto. O grande evento aguardado por toda a comunidade, como dissemos, nunca se concretizaria. A lembrança viva de Canudos, a tragédia recente do Caldeirão, o rápido crescimento de Pau de Colher atraindo sertanejos de vários povoados da região e, por fim, os atos violentos de seus integrantes – estes analisados mais à frente – levaram as autoridades a se mobilizarem.

Uma primeira diligência formada por quatro praças da Polícia Militar da Bahia e 30 civis, sob o comando do terceiro-sargento e comandante do destacamento geral da Polícia Militar da Vila de Casa Nova, Geraldo Bispo dos Santos, foi enviada à comunidade em 10 de janeiro de 1938 e derrotada. Um segundo destacamento – a Brigada Militar de Pernambuco, comandada pelo temido caçador de cangaceiros capitão Optato Gueiros [4] – alcançou a comunidade em 19 de janeiro do mesmo ano, quando esta foi definitivamente eliminada (DUARTE, 1972).

A peregrinação à comunidade de Zé Lourenço foi, portanto, uma utopia abortada. A força e a importância da expectativa de retorno ao Caldeirão, entretanto, geraram em Pau de Colher uma estrutura comunitária substancialmente distinta das outras que lhe serviram de inspiração. A ideia essencial da peregrinação, os seus sentidos e suas significações, as suas injunções e consequências, ainda que não tenham se tornado uma realidade concreta no que tange ao deslocamento físico de pessoas, permanecem um valioso objeto de estudo, o qual não se pode ignorar.

Raymundo Duarte, professor universitário baiano e o primeiro a estudar o caso de Pau de Colher, sob orientação de Tales de Azevedo, afirmou que os esforços empreendidos na

4 Optato Gueiros foi o grande nome da repressão a Pau de Colher. Nasceu em 1894 em Palmares, sertão de Pernambuco. Ingressou nas forças policiais do Pará, mas em 1915 voltou à polícia de Pernambuco. Em 1917 se tornou oficial da Força Volante de Nazaré, em que foi duas vezes nomeado comandante-geral, tendo sob suas ordens mais de 800 homens. Combateu Lampião, enfrentou a Coluna Prestes e o movimento de Pau de Colher. Ver: Gueiros (1952) e Grunspan-Jasmin (2006).

preparação da viagem ao sítio arrasado do Caldeirão tiveram impactos decisivos nos integrantes do movimento ao abandonarem o objetivo de estabelecer uma organização definitiva no lugar em que viviam. Entraram, assim, em um período que classificou, oportunamente, de *transitoriedade* (DUARTE, 1972, p. 334). Esse é um conceito-chave para todos os trabalhos subsequentes.

Outro autor, Roberto Malvezzi, reproduz a fórmula de Duarte (1972) e enxerga em Pau de Colher não "um fim em si mesmo", mas a antessala da marcha para o Caldeirão. Zé Lourenço, desaparecido desde os acontecimentos de 1936, haveria de voltar com a reconstrução de sua próspera irmandade. Diz o teólogo: "Caldeirão, então, era uma 'saudade' " do povo. No momento oportuno ocorreria o deslocamento. Havia em Pau-de-Colher "um caráter transitório, preparando o povo para a marcha até o Crato, Ceará" (MALVEZZI, [*s.d.*], p. 4).

Tentamos aqui nos contrapor a essas opiniões. De acordo com nossos levantamentos, a peregrinação foi sim uma realidade, sempre como um projeto vindouro, porém as mudanças pelas quais o plano passou ao longo da existência do movimento tiveram um significado bem diferente do que os autores mencionados anteriormente apontaram. Uma de nossas hipóteses, talvez a mais importante, é a que estabelece a redefinição do conceito de *transitoriedade*, tal como definiu Duarte em diversos de seus textos. Em nosso juízo, a iniciativa de peregrinar ao Caldeirão não tira de Pau de Colher a sua capacidade de inovação, a sua autonomia no campo da criação religiosa. Pelo contrário, serve como crença primordial, como uma forma de manter seus membros ativos, alimentando uma utopia que os definia como o grupo de eleitos.

De maneira bastante clara, trabalhos como o de Duarte, em geral, entreveem uma forma de sujeição das ações e atividades de Pau de Colher ao Caldeirão. Ainda que essa abordagem, pioneira, traga a possibilidade, muito rica por sinal, de revelar laços inquebráveis entre os dois movimentos, ignora, por outro prisma, características novas que foram se agregando ao projeto inicial de peregrinação e que mudaram completamente a sua fisionomia.

Aparentemente, há certa contradição nos trabalhos de pesquisadores que se mantiveram na linha de raciocínio iniciada por Duarte. Digo isso de maneira provisória, tendo em mente que, se por um lado eles demonstraram e descreveram, por meio da coleta de testemunhos e de documentos variados, de modo pormenorizado, ritos e crenças religiosos diferenciados na comunidade, insistiram na tese de que o movimento de Pau de Colher não apresentava *nada além* de características transitórias efêmeras, sendo assim classificado sempre como uma experiência instável e fugidia. Tentamos, portanto, confrontar ideias que não admitem uma autonomia de gestos, crenças, atitudes e atuações de caráter religioso e mítico que se estabeleceu e foi se renovando ao longo dos quatro anos de história de Pau de Colher.

O comportamento peregrinatório possui sentidos variados e liga-se a determinado mito ou rito religioso dos quais se servem as pessoas que participam do processo de deslocamento. Peregrinar é sinônimo de movimento e caminhada. Também representa uma prova espiritual e física e, em certas ocasiões, recebe uma conotação de festa e celebração. Geralmente, a marcha em si, isto é, o período de deslocação por dado espaço físico de curta ou longa duração, recebe um sentido próprio, distinto do desfecho da viagem. A rota a ser vencida é como um sacrifício, uma espécie de ascese, uma "oferenda a Deus, aproximando o peregrino do sacrifício que é fonte de salvação – a do Cristo no Calvário" (SOT, 2002, p. 354).

Carlos Alberto Steil (1996, p. 95-96), servindo-se de Alphonse Dupront, retoma a ideia de que "a peregrinação é uma terapia no espaço", como se abrisse um campo de experiências no qual os romeiros pudessem entrar em contato com a intimidade de seu mundo interior. O autor analisa a romaria de São Manuel ao Santuário de Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Apesar do caráter regular e anual dessa travessia, alguns apontamentos do pesquisador podem servir ao nosso caso de estudo, que prometia, de modo inverso, um sentido não repetitivo, definitivo e sem volta da travessia religiosa.

Steil (1996) observa, por exemplo, que os romeiros alimentavam a esperança de que no epicentro da cidade de Bom

Jesus encontrariam a salvação de suas almas, a purgação dos pecados pessoais e a realização de seus sonhos. Todavia, a romaria em si deveria ser um ritual à parte, uma *performance* particular que demandava organização e comprometimento. Diz o autor:

> aqueles homens e aquelas mulheres assumiam a romaria não apenas como um meio para o cumprimento de uma promessa ou a busca de uma graça ou milagre, mas como um fim que se realizava na própria peregrinação. Assim, para além das motivações, que eram reais e decisivas para que se colocassem em movimento, a própria peregrinação era vivida como um ato que tinha um propósito em si mesmo. (STEIL, 1996, p. 109).

Em Pau de Colher, como afirma Duarte (1972), as ações dos participantes da comunidade revelavam uma aspiração comum, a ida para o Caldeirão. Para isso, organizaram-se. "Todos tinham reservada uma alpercata de xilé à espera do dia da viagem" (DUARTE, 1972, p. 334), aponta o autor. A própria seleção antecipada daqueles que deveriam entrar para a comunidade indicava o seu caráter preparatório. As diversas regras ditadas por Severino Tavares e depois implementadas e modificadas pelos integrantes da comunidade, especialmente pelo líder José Senhorinho Costa, que se tornou amigo de Severino, funcionavam como um mecanismo de depuração e organização antes da jornada. Eram medidas necessárias. Caso contrário, os caboclos não poderiam se "apresentar a Deus" no Caldeirão (DUARTE, 1969, p. 9).

Os integrantes da comunidade convenciam-se, assim, da necessidade de preparação e aplicação imediata dos ensinamentos e ditames antes da viagem, que não ocorreu. Ao longo desse período, portanto, a possibilidade de peregrinar ao Caldeirão criou o que Victor Turner (2008) chamou de *communitas normativa*. Esta se diferenciava de outra, a *communitas existencial*, ou *espontânea*, caracterizada por uma concepção da existência humana desestruturada e livre. A *normativa*, por sua vez, se constituiria como uma rede de relações sociais:

> sob a influência do tempo, da necessidade de mobilizar e organizar recursos para manter os membros de um grupo vivos e prosperando

> e a necessidade de controle social entre aqueles membros que buscam esta e outras metas coletivas – a communitas original e existencial é organizada num sistema social permanente. (TURNER, 2008, p. 158).

A definição de Turner (2008), a princípio, não estaria de acordo com a própria natureza inconstante da ideia de peregrinar, afeita a mudanças e transformações. Afinal, estamos falando de pessoas transferindo-se de um local para outro, afastando-se de uma área de origem e aproximando-se de um novo destino, permitindo-se vivenciar novas experiências religiosas e reveladoras, mesmo que apenas como um ideal futuro. A sua concepção de *communitas* normativa, entretanto, arquiteta uma forma muito singular de ver os processos sociais. Os empreendimentos sociais seriam, no seu entender, dependentes tanto de movimentos quanto de estruturas, tanto de persistência quanto de mudança. Como resultado de uma negociação entre arranjos estacionários e fluxos contínuos, seriam concretos, porque dinâmicos.

Há que se ressaltar que, para os sertanejos baianos, o deslocamento para o Caldeirão era uma expectativa real, viva e ansiosamente aguardada. Aparentemente, eles nunca negligenciaram essa possibilidade. Caso contrário, não teriam se preparado com tanto afinco. Como resultado, comportamentos novos e criativos foram criados e pensados para se alcançar esse propósito.

Na *communitas* de Senhorinho, o tempo preparatório para a viagem foi marcado por votos de penitência e homenagens aos santos, rezas eram intercaladas com cantos e benditos, como "Maria, valei-me", "ato da contrição", entre outros (DUARTE, 1997, p. 136). Segundo Turner (2008), a *communitas*, tal como a descreve em sua forma normativa, seria um meio de interligar diversidades e superar divisões entre grupos e indivíduos. Não obstante, também libertaria o indivíduo de suas obrigações cotidianas, oferecendo-lhe a capacidade "do livre arbítrio e, dentro dos limites da sua ortodoxia religiosa, constitui para ele um modelo vivo de fraternidade humana" (TURNER, 2008, p. 193). Trabalhar a terra, plantar e colher o sustento da família

eram algumas dessas "obrigações cotidianas" abandonadas pelos moradores de Pau de Colher. Segundo Duarte (1997, p. 135), havia despreocupação crescente

> para com as atividades econômicas que iam garantir a subsistência. O grupo se mantinha graças ao esforço de lavradores como José Camilo, Luis Dentão e o próprio Senhorinho, que tinha armazenado em seus depósitos produtos de primeira necessidade. (DUARTE, 1997, p. 135).

Os peregrinos de Pau de Colher, ou melhor, os pretendentes à peregrinação, imaginavam serem conduzidos de um *tempo* para um outro. Acreditamos que a irrupção de uma temporalidade sagrada no longo percurso da Bahia para o Ceará se relaciona aqui com a fábula *milenarista* (LANTERNARI, 1994b, p. 303-324; MOTA, 2008, p. 642-645). É a esperança de viver no Caldeirão ao lado de Zé Lourenço que faria emergir um período de paz, liberdade e felicidade, antes do Apocalipse – uma temporalidade que, à luz dos textos bíblicos, teria, em geral, a duração de mil anos.[5] Duarte (1997), por exemplo, diz que Severino, ao transitar por Pau de Colher, afirmava que, quando Deus andou no mundo, assegurou: "Adeus mundo velho, até mil que dois mil não há de chegar" (*apud* DUARTE, 1997, p. 126).

A crença no advento do milênio – uma forte tradição escatológica de origem judaico-cristã – trazia, em essência, uma novidade capital: uma sequência temporal com começo e fim a se verificar na história do mundo (TALMON, 1968; DELUMEAU, 1997), e não mais em uma realidade exterior às comunidades humanas, como a observada nas sociedades ditas arcaicas e primitivas da Europa, da Ásia e das Américas, que viviam sob a regulação de um tempo considerado cíclico e reversível (ELIADE, 2001). Aqui essa sequência se confunde com o comportamento

5 Não é consenso entre os teólogos o tempo de duração do reino *quiliasta* na Terra, mas, de acordo com fontes bíblicas e apócrifas, é presumível que se prolongue por mil anos. Durante o referido reinado, Satanás será acorrentado por um anjo, impedido de atuar sobre os homens, e Cristo ressuscitará com seus mártires e confessores. Ao fim de seu governo, Satanás será solto, reagrupará suas forças, porém uma vez mais será vencido pela intervenção divina e lançado ao lago de enxofre. Cumpre-se, assim, o juízo universal, com a ressurreição de todos os mortos e a condenação dos pecadores. Ver: Woschitz (2000).

peregrinatório, que a coloca em marcha, lhe serve de combustível e, de acordo com Turner (2008), incentiva os viajantes a reencenar as "sequências temporais sacralizadas e permanentes pela sucessão de eventos nas vidas de deuses encarnados, santos, gurus, profetas e mártires" (TURNER, 2008, p. 193).

Turner (2008) também encontra entre o elenco de aspirantes a *communitas* movimentos religiosos descritos na contemporaneidade como milenaristas e messiânicos. Seus integrantes constantemente renunciam aos bens materiais e adotam a abstinência sexual e a padronização da ornamentação, da vestimenta. Em Pau de Colher, o sexo era proibido, mesmo entre casais. Todos perambulavam de preto, em luto pela morte de Padre Cícero, ocorrida em 1934. Para o autor, nessas ocasiões os profetas carismáticos reafirmam os valores da *communitas*, muitas vezes de formas extremas, e criam um modelo comportamental representado de maneira seletiva. Em Pau de Colher, essas atitudes eram medidas necessárias para a eleição daqueles que desejavam abraçar o projeto de peregrinação ao Caldeirão.

A jornada, portanto, era tomada pelos peregrinos não apenas como um modo de cura do espírito e redenção dos pecados, mas, em última instância, um esforço que os levaria ao momento crucial da redenção ao Jesus libertador ou a alguém que apresentasse forte ligação com ele, como se dizia de José Lourenço (O JORNAL, 1938). Raimundo Estrela, médico que acompanhou os combatentes militares em Pau de Colher, afirma:

> é um assunto a discutir, esse de se ter elegido o Sítio do Caldeirão como a terra da promissão, onde se assentava num trono o papa negro do messianismo emergente no Ceará: o beato José Lourenço [...]. Surpreendeu a atitude tomada de eleger o sítio do Caldeirão, não a meca que o Juazeiro do Padre Cícero representava e continuava sendo, mas o reino prometido da Salvação! (ESTRELA, 1998, p. 81).

Muitos valores e crenças de Juazeiro professadas no Caldeirão, o reino celeste, foram transmitidos a Senhorinho por intermédio das pregações de Severino, profeta dos sertões, e diversos articulistas

continuaram a ressaltar o eterno eco da voz de Zé Lourenço – o messias – em Pau de Colher:

> no seio de uma gente que vive inteiramente ás escuras, não é de admirar que a voz de um beato Lourenço – voz decerto carregada de uncção apostolar e provavelmente cheia de accentos apocalypticos – consiga despertar todo um movimento mystico de revolta. (GAZETA DE ALAGOAS, 1938).

A conclusão da caminhada dos moradores de Pau de Colher se daria com o milagre da reconstrução do Caldeirão e da volta de José Lourenço. A realização desse feito assenta-se em concepções religiosas cristãs. Caldeirão é a terra do Éden, um lugar paradisíaco, o espaço, por excelência, da bem-aventurança, onde a boa-nova será transmitida a todos os crentes, e o beato Lourenço, o enviado do Senhor, servo e penitente, comandará a luta contra as forças obscuras e sombrias do mundo profano.

Observa-se que os conselhos de Severino encontraram grande receptividade na comunidade, e a peregrinação, ou, no nosso caso, a sua ideia essencial, como um propósito coletivo futuro, desenvolveu-se posteriormente à sua passagem pelo povoado e gerou novos padrões de comportamento para separar aqueles que poderiam continuar na marcha daqueles que decidiram permanecer sob influência do *anticristo*, numa terra maldita, seca e miserável. Embebidos por um catolicismo multifacetado, popular e, por meio de agregados diversos, inegavelmente violento, furioso e coercitivo, os membros de Pau de Colher despertaram inquietação entre as autoridades.

"Havia o conhecimento da preparação de uma marcha dos místicos para as cidades vizinhas, o que poderia resultar num trágico confronto", escreveu Manoel de Souza Ferraz (*apud* FERRAZ, 1978, p. 471), conhecido como Manoel Flor, ex-prefeito de Floresta (PE) e subcomandante da volante pernambucana que atacou a comunidade. O agrupamento preparava-se, assim, para a grande peregrinação ao Caldeirão e, para isso, tentou reunir grande número de fiéis. Como a meta final era a comunidade de Zé Lourenço, inúmeros pesquisadores seguiram o fértil caminho

trilhado por Duarte, que entrevia em Pau de Colher uma experiência indistinguível daquela do Caldeirão, como se fosse uma realidade momentânea, passadiça e não tivesse somado a essa característica específica e bastante curiosa outros significantes próprios, como os que veremos a seguir.

Violência e demonização

Uma onda de violência descomedida, uma grande explosão de agressividade, foi documentada nas primeiras semanas de 1938 no interior do município de Casa Nova, nos arredores de Pau de Colher. Os responsáveis, tal como relatado por jornais da época e documentos privados, eram integrantes do movimento *fanático* de Pau de Colher. Dissemos anteriormente que toda a preparação para a peregrinação ao Caldeirão demandou intenso cuidado e zelo por parte dos que se aventurariam pela caatinga. Só entrariam no grupo aqueles que aceitassem as regras, obedecessem aos ditos religiosos, acreditassem na salvação. Posicionamentos contrários não eram admitidos, e sim interpretados como uma forma de manifestação de poderes demoníacos e combatidos com as *cacetadas*. Para Duarte (1972, p. 334-335):

> 0s homicídios e a grande disposição para a luta entre os 'fanáticos' encontram explicação no próprio dinamismo religioso do grupo; nada mais eram do que um mecanismo de repressão e seleção. Matar os que estavam 'virando fera' e os que eram contra a causa significava obter maiores possibilidades e melhores dias, pois a eliminação dos maus aumentava as credenciais para os bons poderem atingir o 'novo reino' tão almejado: o sítio do 'Caldeirão'. (DUARTE, 1972, p. 344-335).

Essa postura agressiva que se sucedeu na comunidade teve repercussão imediata entre as autoridades e também nos veículos de comunicação. Por causa de muitas dúvidas levantadas, já se sabe hoje, pelos estudos de Duarte, Pompa e outros pesquisadores, que esses episódios não eram apenas parte do discurso para incriminar o grupo e justificar uma ação militar organizada. De fato, aconteceram, e com o nosso trabalho procuramos fundamentar sua razão de ser em uma concepção de mundo *demonizada* por

parte dos agressores. Assim sendo, os que preferiam permanecer vivendo em um mundo profano, marcado pela presença e atuação da besta-fera, do diabo, sofreriam consequências terríveis.

No dia 4 de janeiro de 1938, ocorreu o primeiro dos ataques de um grupo de integrantes do movimento a um lugar vizinho, a Fazenda da Barra, distante uma légua ao sul do povoado de Pau de Colher. O jornal noticiava:

> um morador de S. José, município de Casa Nova, informou-nos que José da Barra, e um irmão foram assassinados e que outros dois também tinham sido victimas da sanha dos fanáticos. (O PHAROL, 1938).

O sargento Geraldo Bispo dos Santos, em telegrama ao coronel Tito Lamego, comandante-geral da polícia militar baiana, também relata:

> havendo chegado ao meu conhecimento que um crescido numero de indivíduos, não só deste como dos municípios visinhos de S. Raymundo Nonato, Estado do Piauhy e de Remanso, deste Estado, estavam se reunindo no dito logar para praticar actos e cultos religiosos sob a direção de um individuo natural do Estado do Ceará, geralmente conhecido pela designação de consilheiro Severino, os quaes desde o dia 4 de janeiro, passando os limites do fanatismo religioso para o de criminalidade, estavam commetendo assassinatos, roubos, incêndios e depredações outras nas propriedades dos fazendeiros e criadores mais próximos de Pau de Colher. (SANTOS, 1938).

Quatro dias depois da primeira incursão, a 8 de janeiro, outro massacre deu-se no sítio de um indivíduo de nome Janjão, em Olho D'água, no Piauí (O PHAROL, 1938). Esses foram os dois episódios que marcaram a população de Casa Nova, não obstante outros também tenham sido registrados pelos jornais, antes e depois de ambos, mas ao que parece não investigados. As incursões dos sertanejos pela região geraram muita apreensão na sede do município, e rapidamente se espalhou o boato de que já estavam planejando uma ação de maior vulto:

> os rebanhos eram roubados, as propriedades devastadas e seus donos capturados. Também havia o conhecimento da preparação de uma marcha dos místicos para as cidades vizinhas, o que poderia resultar num trágico confronto. As cidades importantes

> mais próximas, como Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia provavelmente seriam atingidas em primeiro lugar; temia-se que os desmandos e sobressaltos decorrentes fossem infinitamente superiores aos desencadeados por Lampião. (FERRAZ, 1978, p. 471).

Os grupos de assalto partiam de Pau de Colher para tentar angariar o maior número possível de fiéis, tendo à frente Senhorinho ou um de seus comandados, como Silvério José Camillo (seu sobrinho e segundo em comando), José Vicente, João Baraúna e Ângelo Pio Cabaça (ESTADO DA BAHIA, 1938). Os que não os acompanhassem eram mortos ou levados forçadamente ao acampamento. Aproveitavam a oportunidade também para roubar tudo o que podiam carregar para o reduto, que a cada dia crescia e necessitava de armas e mantimentos – já que nada mais se produzia, afinal estavam de partida para o Caldeirão. Os estudos anteriores a este entendem que esses episódios tinham por objetivo forçar outras pessoas a participar da irmandade, tendo em vista que os sentidos apocalíptico e salvífico ali gestados anunciavam a proximidade do fim do mundo e todos deveriam expurgar seus pecados.

Embora já atestado, o mito messiânico-milenarista de Pau de Colher não justifica, em nossa concepção, o nível de violência empregado de forma sistemática pelos sertanejos. Temos a sensação de que as análises ignoraram toda uma linguagem alegórica, um conjunto de ações performáticas ligadas a uma visão de mundo demonizada, que se manifestou ruidosamente no período mais agudo da trajetória do movimento: nos momentos que antecederam a viagem ao Caldeirão. Após quatro anos de esforços e intensa preparação, apuração e organização, era chegada a hora da jornada e, para que isso se desse a contento, de acordo com os ensinamentos de Severino, ninguém deveria permanecer para trás. As tentativas de convencimento, entretanto, esbarravam na recusa de outros tantos sertanejos que não desejavam abandonar seus lares, suas terras, seus afazeres, gerando frustração generalizada.

Suspeitamos que aqueles que aderiram ao movimento e se comprometeram com sua visão de mundo acreditavam na atuação de forças ocultas capazes de impedir ou dificultar a adesão

de sertanejos ao movimento e a conclusão de todo um esforço de organização para a caminhada ao Caldeirão. A certeza da aproximação do Apocalipse forçou os seguidores de Senhorinho a empregarem formas mais persuasivas de convencimento, com respaldo em uma visão negativa e demonizada do universo ao redor de Pau de Colher (CORREIO DO BONFIM, 1938).

Há também relatos de episódios em que indivíduos se entregavam deliberadamente ao sacrifício. Um ataque à Fazenda de Santa Cruz, também em Casa Nova, comandado por Quinzeiro em 1938, gerou um auto de processo no Superior Tribunal Federal para apuração das devidas responsabilidades. No relatório final, o ministro Carvalho Mourão escreveu:

> esse mesmo bando praticou outras mortes, inclusive de alguns membros da própria quadrilha. Consta do inquérito, o que é significativo, que, em geral, as vítimas se entregavam com jubilo ao sacrifício. Eram abençoadas e encomendadas antes de morrer, por Quinzeiro, ajoelhando-se para receberem os golpes dos carrascos, designados pelos chefes do bando. [...] Um dos condenados à morte, cuja execução fora adiada, chegou a suplicar insistentemente ao carrasco designado que o matasse logo; ao que se recusava o bandido, dizendo que só à tardinha o mataria. (*apud* REVISTA DE CRÍTICA JUDICIÁRIA, 1938).

Caldeirão era a terra sagrada por excelência, almejada como único refúgio para a salvação. Naturalmente, tudo o que se encontrava fora desse território santificado deveria ser corrompido e maculado por forças funestas, e estas agiam sobre os homens, convencendo-os, ardilosamente, a não se juntar ao grupo de Pau de Colher para realizar a viagem à antiga comunidade de Zé Lourenço. Havia, portanto, porções, fragmentos, parcelas de espaço qualitativamente diferentes das outras. Mircea Eliade (2001) oferece algumas ideias para a compreensão desse fenômeno:

> há, portanto, um espaço sagrado, e por conseqüência 'forte', significativo – e há outros espaços não-sagrados, e por conseqüência sem estrutura nem consistência, em suma: amorfos. Mais ainda: para o homem religioso esta não homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado – o único que é real, que existe realmente – e todo o resto, a extensão informe que o cerca. (ELIADE, 2001, p. 35).

O resto, as sobras, enfim, a terra que não é consagrada, ou seja, que é dessacralizada, era palco para a manifestação do *capeta*, entidade constantemente presente no imaginário popular nordestino, de modo geral, e baiano, particularmente. Vinha de longo tempo uma percepção mágica do mundo, construída, de um lado, por elementos populares e, de outro, pela insistência da Igreja e da Inquisição em escarafunchar na colônia "diabos, diabinhos e diabretes" (MELLO E SOUZA, 1986, p. 136). A demonização do mundo, na ótica eclesiástica – e, por consequência, no devocionário popular –, era decorrência da presença de forças sobrenaturais, indomáveis e muito perigosas. A colônia assumia com frequência essas feições de inferno, em que "várias forças trabalhavam no sentido de demonizar o cotidiano", um espaço privilegiado para a exacerbação de sentimentos e angústias ligados à ação demoníaca (MELLO E SOUZA, 1986).

Segundo Mello e Souza (1993, p. 28), com as guerras religiosas, a evangelização europeia expulsara o malvado da Europa para terras longínquas, provocando a migração de humanidades monstruosas e fantásticas para as Índias e as Américas. A nova missão civilizadora passava então pela perseguição às forças ocultas e pela cristianização de continentes rudes e selvagens.

Aqui no Brasil, imiscuído entre os seres da natureza, o diabo podia aparecer sob a forma de cavalos, gatos, sapos, macacos, ursos, peixes e cobras (MOTT, 1985, p. 73). As composições diversas serviam ora para assombrar, ora para seduzir os homens. "Sua própria natureza tende à diversidade e às metamorfoses que os tornam imperceptíveis e perigosos" (BASCHET, 2002, p. 322). Em Pau de Colher, essa tradição teve repercussão, e o diabo foi visto em muitas de suas faces. O capitão Maurino Cezimbra Tavares, comandante do esquadrão motorizado da polícia militar baiana (uma das forças mobilizadas para a eliminação da comunidade), relatou ainda em 1938 as operações em Pau de Colher (TAVARES, 1938). Anos mais tarde, em um estudo de criminalidade e saúde pública, área à qual passou a se dedicar, escreveu:

> a abstinência completa de carne de qualquer natureza, ao par da guerra que moviam aos porcos, gatos e cães, na superstição de que esses animais se transformassem em serpentes, firma a convicção de que, na realidade, a religiosidade mórbida foi um dos fatores preponderantes, senão o único, da reunião de indivíduos ignorantes, que, sem o discernimento perfeito das cousas santas, se deixaram sugestionar por promessas sómente concebíveis em imaginações doentias. (TAVARES, 1954).

O demônio opunha-se, segundo a tradição medieval que cruzou o Atlântico, a todas as figuras e imagens positivas do cristianismo ocidental. A força da simbologia imagética da cruz, por exemplo, era presente e sempre resgatada na irmandade, pois não se tinha dúvida de que "há um gesto de poder infalível, que salva de todos os perigos: o sinal da cruz" (BASCHET, 2002, p. 322). Foram então confeccionados longos *cacetes* sagrados, com cruzes talhadas, utilizados como instrumentos de punição e castigo divino, voltados para aqueles considerados sob influência do *angelus malignus*. (O JORNAL, 1938; SANTOS, 1938a; SANTOS, 1938b).

Não foi obra institucionalizada da Igreja essa disseminação de crenças sobre o diabo. Costa e Silva (1982) afirma, por exemplo, que para os missionários do século XIX a terra continuava contaminada por inumeráveis iniquidades. Grassavam as maledicências, as libertinagens, os escândalos torpes. Impudicos e avarentos, muitos homens dessa terra, acreditavam alguns sacerdotes, eram ludibriados pelo *acusador* e se entregavam a uma vida desgraçada.

Pensamos que há de certa forma coerência nas posturas violentas dos membros da irmandade de Pau de Colher. A recompensa seria um mundo livre de almas endiabradas, liberto dos servos do *imperfeito*. As notícias dos ataques às fazendas e aos sítios das redondezas chegaram rapidamente à sede do município de Casa Nova e, em seguida, à capital do estado, Salvador, levando as autoridades a reagir aos acontecimentos que se passavam no sertão.

Desde os primeiros boatos em torno da concentração de *fanáticos* em Pau de Colher, ainda em 1936, os políticos do

município vinham pedindo ajuda ao governo do estado. Sem retorno nenhum, o prefeito Raymundo Santos resolveu então organizar a primeira expedição contra o reduto – já citada –, que terminou em grave confronto. O maior impacto dessa primeira ofensiva foi a interrupção dos preparativos para a viagem ao Caldeirão. A suspeita de que mais soldados pudessem voltar à comunidade, alimentada por boatos, fez com que os integrantes de Pau de Colher reconsiderassem o plano e procurassem se defender de uma nova investida.

Sob intervenção interina do coronel Antônio Fernandes Dantas, comandante da 6.ª Região Militar em Salvador e executor do Estado de Guerra na Bahia, o executivo estadual uniu forças policiais e militares da Bahia, de Pernambuco, do Piauí e de Sergipe para uma segunda ação em Pau de Colher ainda no mês de janeiro de 1938. Formava-se o Destacamento do Vale do São Francisco, que englobava entre as suas tropas a brigada militar pernambucana, a qual, sob o comando do capitão Optato Gueiros, lançou uma ofensiva a Pau de Colher antes do restante das tropas, sucedendo-se um conflito que perdurou por dois dias e duas noites, deixando centenas de vítimas fatais, entre elas homens, mulheres e crianças (ESTADO DA BAHIA, 1938; O POVO, 1938).

Considerações finais

O fenômeno messiânico-milenarista aqui discutido apresentou características instigantes para análise de vários pesquisadores que dele se ocuparam. Pau de Colher, como se tornou conhecido na literatura especializada, alimentou a meta de reunir grande número de sertanejos e rumar para o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, onde seus participantes assistiriam ao retorno do beato José Lourenço. No decorrer da pesquisa, notamos que a bibliografia tradicional sobre o tema afirmava a existência desse esboço de peregrinação, porém utilizava-o para sustentar a dependência quase irrestrita de Pau de Colher ao Caldeirão, não

reconhecendo as transformações que tal projeto sofreu ao longo da história da irmandade.

Logo, criou-se, entre os primeiros pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto, a tradição de apresentar Pau de Colher sempre em função do Caldeirão, como se deste fosse apenas um fragmento, uma etapa, um apêndice. Não há como negar que Pau de Colher surgiu na esteira de dois fenômenos de grande impacto no sertão nordestino: Juazeiro do Norte e Caldeirão. A esperança de peregrinação a este último foi estimulada e incrementada, agregando, numa primeira leitura, características *transitórias* a Pau de Colher, como definiu Duarte (1972).

Entretanto, ao analisar Pau de Colher nessa perspectiva, ele se perde como um fenômeno com dinâmica própria, como se não fosse nada além de uma formação social provisória, evanescente. Ignora-se o fato de que, ao longo de sua existência, padrões de comportamento e concepções de mundo inéditos foram criados e colocados em prática. Pensar o movimento apenas como uma extensão do Caldeirão pode se revelar uma estratégia explicativa limitante. Era isso também, mas não apenas. Os vínculos com a comunidade de Zé Lourenço se fizeram sempre presentes, mas não ocultaram manifestações religiosas distintas que caracterizavam o movimento enquanto experiência com lógica própria. Daí a sua originalidade, aqui exemplificada sobretudo pelo projeto peregrinatório e pela demonização do cotidiano. Outras existiram e fizeram parte do dia a dia de Pau de Colher – tais como as honrarias santorais –, mas deixemos essas reflexões para outra oportunidade.

Referências

Fontes primárias

Periódicos

CORREIO DO BONFIM. Salvador, 1938.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Fortaleza, 1938.

ESTADO DA BAHIA. Salvador, 1938.

GAZETA DE ALAGOAS. Maceió, 1938.

O JORNAL. Salvador, 1938.

O PHAROL. Petrolina, 1938.

O POVO. Fortaleza, 1935.

Manuscritos

HISTÓRICO DE PAU DE COLHER. *Carta anônima ao bispo de Juazeiro D. José Rodrigues*. Juazeiro da Bahia, maio 1983.

Telegramas, relatórios e folhetos

SANTOS, Geraldo Bispo dos. *Telegrama ao Senhor Coronel Comandante Geral da Polícia Militar Tito Coelho Lamego.* Boletim do commando da Policia Militar do Estado da Bahia, Salvador, 25 fev. 1938.

SANTOS, Zacharias Justiniano dos. *Relatório apresentado ao Dr. Landulfo Alves de Almeida, interventor do Estado da Bahia,* 30 jun. 1938a.

SANTOS, Zacharias Justiniano dos. *Telegrama ao Senhor Coronel Comandante Geral da Polícia Militar Tito Coelho Lamego.* Boletim do commando da Policia Militar do Estado da Bahia, Salvador, 14 fev. 1938b.

Fontes secundárias

ESTRELA, Raimundo. *Pau-de-colher:* um pequeno Canudos. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1998.

FERRAZ, Marilourdes. *O canto do Acauã:* das memórias de Manuel de Souza Ferraz (Manuel Flor) – um comandante das forças volantes. Belém: Falangola, 1978.

GUEIROS, Optato. *Lampeão:* memória de um oficial ex-

comandante de forças volantes. Recife, 1952.

REVISTA DE CRÍTICA JUDICIÁRIA. Rio de Janeiro, jul. 1938.

TAVARES, Maurino Cezimbra. *Fatos históricos de criminalidade:* estudo médico social. Trabalho apresentado ao Instituto Baiano de Medicina. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1954.

TAVARES, Maurino Cezimbra. Operações militares em Pau de Colher. *Revista Policial-Militar,* p. 49-50, dez. 1937-mar. 1938.

Livros e artigos

BASCHET, Jérôme. Diabo. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, v. 2., p. 319-331, 2002.

BOBSIN, Oneide. Messianismo. *In*: *Dicionário Brasileiro De Teologia*. São Paulo: Aste, 2008, p. 624-627.

BRUCE, Frederik F. *Messias. In*: *O Novo Dicionário Da Bíblia*. São Paulo: Via Nova, 1995. p. 1030-1038.

CARIRY, Rosemberg. O beato José Lourenço e o Caldeirão de Santa Cruz. *Revista Itaytera*, Crato, n. 26, p. 189-199, 1982.

COSTA E SILVA, Cândido da. *Roteiro da vida e da morte:* um estudo do catolicismo no sertão da Bahia. São Paulo: Ática, 1982.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade:* uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DUARTE, Raymundo. Notas preliminares de estudo do movimento messiânico de Pau de Colher. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4. *Anais*, Salvador, 1969.

DUARTE, Raymundo. O movimento messiânico de Pau de Colher. *Cadernos do Ceas*, Salvador, 1997.

DUARTE, Raymundo. Um movimento messiânico no interior da Bahia. *In*: SCHADEN, Egon (org.). *Homem, cultura e sociedade no*

Brasil. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 338-339. (Seleções da Revista de Antropologia).

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano:* a essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, 2001.

GRELOT, Pierre. Messias. *In*: *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Petrópolis: Vozes, p. 578-583, 1987.

GRUNSPAN-JASMIN, Elise. *Lampião, senhor do sertão:* vidas e mortes de um cangaceiro. São Paulo: Edusp, 2006.

HERMANN, Jacqueline. D. Sebastião e a Cidade do Paraíso Terrestre: um estudo sobre o movimento da Serra do Rodeador. Pernambuco, primeira metade do século XIX. *In*: MUSUMECI, Leonarda (org.). *Antes do fim do mundo:* milenarismos e messianismos no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004, p. 58-78.

HERMANN, Jacqueline. Sebastianismo e sedição: os rebeldes do Rodeador na "Cidade do Paraíso Terrestre", Pernambuco, 1817-1820. *Tempo*, Niterói, v. 6, n. 11, p. 131-142, 2001.

HOLANDA, Firmino. Nos tempos do Caldeirão. *Cadernos do Ceas*, Salvador, 1997.

KOHN, Hans. Messianism. *In*: *Encyclopaedia Of The Social Scienses*. Nova York: MacMillan, v. 9, p. 356-363, 1950.

LANTERNARI, Vittorio. Messias. *In*: *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994a, p. 280-302.

LANTERNARI, Vittorio. Milênio. *In*: *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994b, p. 303-324.

MALVEZZI, Roberto. *A história de Pau de Colher:* o último grande movimento messiânico do Brasil. *[s.d.]*. (mimeo.).

MELLO E SOUZA, Laura. *Inferno Atlântico:* demonologia e colonização. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MELLO E SOUZA, Laura. *O diabo e a terra de Santa Cruz:* feitiçaria

e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MELLO, Maria Alba Guedes Machado. O movimento messiânico de Pau de Colher (uma reconstituição histórica). *Revista da Bahia*, Salvador, v. 33, n. 19, p. 52-59, 1991.

MOTA, Sônia Gomes. Milenarismo. *In*: *Dicionário Brasileiro De Teologia.* São Paulo: Aste, 2008. p. 642-645.

MOTT, Luiz. Etnodemonologia: aspectos da vida sexual do diabo no mundo ibero-americano (séculos XVI ao XVIII). *Religião e Sociedade*, v. 12, n. 2, out. 1985.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O messianismo no Brasil e no mundo.* São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

POMPA, Maria Cristina. *Memória do fim do mundo:* para uma leitura do movimento *sócio-religioso de Pau de Colher*. Tese (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão.* Fortaleza: Eduece, 1991.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. *O discurso religioso no processo migratório para o Caldeirão do beato José Lourenço*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SOT, Michel. Peregrinação. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval.* São Paulo: Edusc, v. 2. p. 353-366, 2002.

STEIL, Carlos Alberto. *O sertão das romarias:* um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia. Petrópolis: Vozes, 1996.

TALMON, Shemaryahu. The concepts of mashiach and messianism in early Judaism. *In*: CHARLESWORTH, James H. *The Messiah:* developments in earliest Judaism and Christianity. Mineápolis: Fortress Press, 1992, p. 79-115.

TALMON, Yonina. Milenarism. *In*: *Internacional Encyclopaedia Of*

The Social Scienses. Nova York e Londres, v. 9. p. 104-115, 1968.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas:* ação simbólica na sociedade humana. Rio de Janeiro: Eduff, 2008.

WOSCHITZ, Karl M. Milenarismo. *In*: *Dicionário Bíblico-Teológico.* São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 263-265.

João Maria de Agostini e a tradição dos padres do deserto

Cleber Duarte Coelho

Objetiva-se neste trabalho analisar o itinerário teológico e religioso desenvolvido por João Maria de Agostini, bem como sua devoção a Santo Antão, célebre padre do deserto que viveu nos primeiros séculos do cristianismo. Agostini, dito monge, peregrino pelos países da América no século XIX, teve forte influência na tradição religiosa cabocla no contexto que antecedeu a Guerra do Contestado. Quer-se aqui mapear as principais concepções teológicas que nortearam o caminho vivenciado por Agostini, o que está diretamente relacionado a *Vida e conduta de Santo Antão*, escrita por Santo Atanásio.

O caminho trilhado por Agostini na região contestada envolve o culto a Santo Antão, que viveu numa época denominada na história da filosofia de período patrístico. Assim, pretende-se aqui desenvolver uma interface entre história e filosofia, relacionando os preceitos de Agostini às raízes antoninas e suas implicâncias na fé, religiosidade e devoção dos caboclos da região contestada. Desse modo, enfatizando que o eremita Agostini fez sua jornada pela região contestada algumas décadas antes da eclosão da guerra, nosso foco aqui está mais voltado para a tradição inaugurada por ele, uma vez que o chamado monge Agostini é o primeiro dos monges que os historiadores apontam como ligados ao imaginário caboclo referente à Guerra do Contestado.

O que esse homem que saiu da Europa rumo às Américas trouxe em suas provisões teológicas que tanto influenciaram a religiosidade cabocla? Qual é a origem de sua devoção tão intensa a Santo Antão? De que forma essas raízes antoninas se instalaram

no caminho percorrido por Agostini, sobretudo no sul do Brasil? São questões que aqui abordamos.

O monge João Maria de Agostini

Quem foi João Maria de Agostini? Antes de dissertarmos sobre essa figura tão emblemática, precisamos aqui especificar que nossa abordagem se baseia em um recorte bem específico: a formação e o interesse teológico de Agostini e os princípios determinantes que o guiaram em sua jornada antonina.[1] Assim, não intencionamos apresentar uma ordem cronológica que dê conta da complexa vida dessa personagem histórica. Nosso intento consiste em apontar aspectos de sua existência que foram determinantes para seu modo de vida e suas escolhas pessoais, na condição de devoto do Abade Antão.

João Maria de Agostini (1801-1869), natural de Piemonte, na Itália, como nos aponta Karsburg (2014, p. 404), almejou ao sacerdócio em sua mocidade. Teria ele optado por ser um sacerdote em uma comunidade local num país europeu, até o fim de seus dias, caso não possuísse uma deficiência física? Seu espírito andarilho e eremítico nos leva a crer que não. Agostini teve como primeira opção, enquanto desenvolvia seus estudos na Europa, abraçar o sacerdócio, entretanto uma deficiência na mão esquerda o impediu de ordenar-se, como atesta Karsburg:

> antes de fazer votos de eremita e se tornar seguidor de Santo Antão, Agostini, de acordo com seus papéis, almejou o sacerdócio, no caso ser monge cartuxo e trapista, tentativa essa que aconteceu na Espanha no início da década de 1830. No entanto, em que pese a não adaptação à vida de recluso, Agostini tinha um 'defeito físico' na mão esquerda que o impedia de ser ordenado, pois as regras da Igreja Católica, desde Trento (1545-1563), talvez antes, colocavam empecilhos a alguém com deformidades físicas aparentes que causassem escândalo ou nojo a quem as visse. (KARSBURG, 2014, p. 404).

1 Não temos aqui a intenção de darmos conta dos inúmeros e riquíssimos detalhes que envolvem a jornada de João Maria de Agostini por tantos países das três Américas. Para quem busca uma visão mais ampla e completa da vida de Agostini, recomendamos a excelente biografia escrita pelo professor Alexandre Karsburg (2014), *O eremita das Américas*.

João Maria de Agostini, alguns anos após essa negativa da Igreja para ordenar-se sacerdote, saiu da Europa, como peregrino, para nunca mais voltar. Compete-nos ressaltar, portanto, que Agostini exercia um ministério leigo, embora tenha sido denominado monge pelo imaginário popular nos lugares por onde passou. Ele, portanto, não era sacerdote ou monge peregrino a serviço de alguma ordem religiosa. Embora seja conhecido como o primeiro monge João Maria que peregrinou pela região contestada, seu ministério era leigo, ressaltamos.[2] Agostini usava vestimentas que o confundiam com um religioso ordenado (talvez propositalmente) e "tinha uma relação bastante próxima com a estrutura oficial da Igreja católica" (MACHADO, 2004, p. 164). Essa boa relação foi muito importante para a trajetória de Agostini no Brasil, pois um estrangeiro autodenominado solitário eremita, que fazia pregações por onde passava e atraía devoção em seu entorno poderia representar perigo à ordem estatal oficial.

Agostini veio ao Brasil em 1843, após ter chegado a Caracas, na Venezuela, em 1838. "Entre grutas, cavernas e montanhas, ele esteve em vilas e povoados da Colômbia, do Equador e do Peru, antes de iniciar a travessia amazônica em território brasileiro" (KARSBURG, 2014, p. 111). Karsburg (2014, p. 112) também atesta que o peregrino "entra na Amazônia brasileira por Tabatinga, uma pequena aldeia na divisa entre Brasil, Peru e Colômbia". O peregrino italiano passou por Belém do Pará, onde embarcou num navio rumo ao Rio de Janeiro. Após permanecer cerca de quatro meses na então capital do Império, dirigiu-se ao interior paulista, "chegando a Sorocaba em 24 de dezembro de 1844" (KARSBURG, 2014, p. 126).

A chegada de Agostini a Sorocaba é de extrema importância no que se refere à fonte documental. Nessa cidade o viajante oriundo da Europa registrou sua chegada em cartório, disse ter a profissão de "solitário eremita", e atestou-se a deficiência que possuía na mão esquerda. Vejamos o que consta desse documento:

2 Na tradição que remete à Guerra do Contestado, três personagens são classificadas como monges: João Maria de Agostini, João Maria de Jesus (cujo presumido nome era Atanás Marcaf) e José Maria (o único que teve contato direto com a guerra e que se acredita se chamava Miguel Lucena de Boaventura).

> Frei João Maria d'Agostinho, natural de Piemonte, Itália, idade 43 anos, solteiro, profissão de solitário Eremita, vindo para exercer o seu Ministério. Declarou residir nas matas do Termo desta cidade, muito principalmente na do Morro da Fábrica de ferro de Ipanema, e ter chegado no dia 24 de dezembro de 1844. Veio do Rio de Janeiro, onde chegou do Pará no Vapor Imperatriz a 19 do mês de Agosto do presente anno de 1844: apresentou um documento que fica arquivado neste Cartório: e para constar lavrei este termo d'apresentação que assigno como o apresentado, eu Procópio Luiz Leitão Freire, Escrivão Serventuário o escrevi e assigno. (LIVRO DE REGISTROS DE ESTRANGEIROS, 1842-1865 *apud* KARSBURG, 2014, p. 139).

O documento foi assinado pelo escrivão e pelo próprio Agostini. Karsburg (2014) atesta que, da margem esquerda do termo de apresentação, consta a descrição física do autodeclarado solitário eremita: "Estatura baixa, Cor clara, Cabelos grisalhos, Olhos pardos, Nariz regular, Boca dita (regular), Barba cerrada, Rosto comprido, Sinais particulares: Aleijado dos três dedos da mão esquerda" (KARSBURG, 2014, p. 139-140).

O fato de João Maria de Agostini declarar que sua profissão era solitário eremita é bastante importante para tentarmos traçar um itinerário teológico vivenciado não apenas teoricamente, mas sobretudo de modo prático, pelo andarilho vindo da Europa.

Como já vimos, Agostini teve contato com a Ordem dos Cartuxos e a dos Trapistas, na Espanha, enquanto ainda vivia no continente europeu. É relevante destacar que ambas as ordens possuem características voltadas para o recolhimento, o silêncio e a abnegação do mundo. Teria sido por mero acaso que Agostini buscou essas ordens? Acreditamos que não. Se a ordenação ao sacerdócio foi negada a Agostini, muito provavelmente por conta de seus aleijões nos dedos da mão esquerda, sua índole eremítica e andarilha não lhe fora tirada, e esse peregrino afirmou tantas vezes ser devoto de Santo Antão.

Além de afirmar ser devoto desse santo padre do deserto, Agostini lutou fortemente para difundir seus ensinamentos, sua imagem e seu culto, como ocorreu de modo bastante destacado no Campestre, em Santa Maria (RS), no ano de

1848. No que se refere a esse episódio, Alves (2008, p. 2) diz que Agostini "desenvolveu o culto a Santo Antão, instalou-se mais propriamente em um boqueirão denominado Campestre, que, a partir daquele momento, passa a ser conhecido popularmente como Campestre de Santo Antão". Das muitas andanças de Agostini pelo Brasil, passando por tantas cidades (tais como Belém, Rio de Janeiro, Sorocaba, Porto Alegre, Rio Pardo, Lapa, Desterro (hoje Florianópolis), São Borja etc.) e deixando marcas indeléveis para a cultura local, escolhemos aqui nos concentrar nessa sua passagem pelo Campestre, na então Santa Maria da Boca do Monte, pelo fato de Agostini ter fundado ali o culto a Santo Antão. Esse culto é cultivado até hoje na localidade. Em 2001, a própria localidade se tornou um distrito com o nome de Santo Antão, desmembrando-se do Distrito da Boca do Monte.

Para tentarmos ter a noção precisa do tamanho da devoção de Agostini por Santo Antão, convém salientar que o eremita muito provavelmente atravessou grande parte do território do Rio Grande do Sul caminhando, em 1848, para ter acesso a uma imagem de Antão e poder alocá-la nessa capela erguida no Campestre. Agostini, como se evidencia, não queria devoção a si, mas àquele que seguia e considerava verdadeiramente santo. Afirma Machado (2004, p. 165):

> o padre Thomé Luís de Souza, em Porto Alegre (vigário-geral do Rio Grande do Sul, subordinado ao bispo do Rio de Janeiro), autorizou João Maria de Agostinho a retirar uma imagem de santo Antão das antigas missões jesuíticas e levá-la à capela que o mesmo monge erguera em homenagem a este santo no cerro do Campestre, próximo a Santa Maria em 1848. (MACHADO, 2014, p. 165).

Foi nesse cerro do Campestre que Agostini, "com a ajuda de moradores, ergueu uma ermida para colocar nela a imagem de Santo Antão Abade" (KARSBURG, 2014, p. 20). Algumas questões importantes a serem levantadas aqui: Agostini era estrangeiro, e suas pregações, bem como sua descoberta das águas que passaram a ser consideradas santas pelo suposto poder curativo que tinham, começaram a atrair pessoas para a localidade, que visavam buscar essas águas santas para encontrar

a cura para as suas enfermidades. Agostini, como já dissemos, não objetivava autopromoção ou reconhecimento. Sua intenção era fundar o culto ao seu santo de devoção, Antão do deserto. As águas santas, no entanto, atraíram imensa quantidade de pessoas, o que gerou desconfiança por parte do poder constituído em relação ao eremita, que, para o Estado, estava promovendo ajuntamentos (algo muito perigoso na época, aos olhos do Estado, em função de possíveis rebeliões populares) e, provavelmente, difundindo falsas curas.

Karsburg (2014) atesta que Agostini ditou regras acerca do cuidado que os zeladores designados por ele deveriam ter com o local na sua ausência:

> o documento *Aos do Campestre*, possivelmente ditado pelo eremita em 1848, inicia desejando 'Saúde Eterna em Jesus Cristo Nosso Salvador'. Na sequência, Agostini confirma o 'Sr. Américo no seu emprego de Procurador do grande Santo Antão Abade, este grande Santo solitário nos desertos do Egito é protetor dos animais cavalares e contra as cobras e animais ferozes, protetor do fogo divino e material'. Auxiliado por dois ajudantes, o procurador devia ser um 'dos mais dignos', visto a importância do cargo. (KARSBURG, 2014, p. 177).

Segundo Karsburg (2014, p. 177-178), o referido documento menciona 12 zeladores e ajudantes. Além disso, os zeladores poderiam empossar um novo procurador, proveniente de uma eleição da qual participaria todo o povo do Campestre.

Diante dos rumores acerca das aglomerações e supostas curas promovidas pelas águas santas do monge no Campestre e no Botucaraí (localidades distantes cerca de cem quilômetros), Agostini passou a ser vigiado pelas autoridades locais. Havia receio estatal de que o peregrino fosse um espião estrangeiro, e ajuntamentos ao redor de um suposto monge tido como milagreiro não eram algo prudente aos olhos do general Francisco José de Sousa Soares de Andrea, então presidente da província rio-grandense. Desse modo, Agostini teve sua liberdade restrita em outubro de 1848. Karsburg (2014, p. 69, grifo do original) detalha o ocorrido:

> ao ser 'detido' no dia 17 de outubro de 1848 no cerro Botucaraí, por ordens do chefe de polícia da província – tarefa executada pelo delegado local e alguns soldados (talvez Guarda Nacional, já que o cerro ficava próximo a quilombos que se procurava exterminar) –, o *monge* foi escoltado até a vila de Rio Pardo, pois dali tomaria o vapor para Porto Alegre. Embarcou para a capital e lá chegou dia 21 de outubro de 1848, sendo colocado nas dependências do quartel do Corpo Policial, aguardando ser interrogado pelo presidente da província. (KARSBURG, 2014, p. 69).

O presidente da província percebeu que o eremita não era um espião, "mas o considerou um 'impostor religioso', talvez por não ter ordens sacras nem pertencer a qualquer comunidade monástica" (KARSBURG, 2014, p. 70). Não seria muito prudente manter esse líder tido como milagreiro e ajuntador de devotos em sua província, e o general Andrea decidiu então enviar Agostini para Santa Catarina, com ordens expressas de que não voltasse ao Rio Grande do Sul.

Apresentamos aqui, de modo reduzido, a trajetória de Agostini em território brasileiro a partir disto: o eremita chegou à cidade de Desterro (SC) em dezembro de 1848. Seguindo seu espírito eremítico, solicitou às autoridades ficar isolado na ilha do Arvoredo e teve seu pedido atendido. Permaneceu na ilha por volta de quatro meses, onde pescadores de comunidades locais o visitavam e o reverenciavam. Em maio de 1949 recebeu o aval das autoridades locais e um passaporte: dirigiu-se num vapor para a cidade do Rio de Janeiro, onde lá travou contato com D. Pedro II. Buscou abrigo na serra dos órgãos em Petrópolis (RJ).

Karsburg (2014) indica que é provável que Agostini tenha tomado o caminho do interior paulista após deixar o Rio de Janeiro no fim de 1849, "vivendo nos sertões meridionais do Brasil – passando por lugares que já conhecia, como Sorocaba, Castro, Lapa e região oeste do Paraná e Santa Catarina – até decidir entrar no Paraguai" (KARSBURG, 2014, p. 298). Como não tinha documentos para permanência no Paraguai, o eremita retornou ao Brasil em busca de um passaporte. No natal de 1851 estava em São Borja (RS), e caminhou até Porto Alegre (RS) "em aproximadamente quarenta dias" (KARSBURG, 2014, p.

302). Quando conseguiu seu passaporte na capital da província rio-grandense, Agostini fez o caminho inverso, com ordens de se retirar do Rio Grande do Sul no prazo máximo de 30 dias (uma vez que em 1848 fora enviado para Desterro com ordens expressas de jamais regressar). Em novembro de 1852 deixou o território brasileiro para nunca mais voltar.

Após sair do Brasil, Agostini percorreu vários países, grande parte desse trajeto feito como eremita andarilho. Podemos afirmar categoricamente que o peregrino caminhou milhares de quilômetros ao longo de sua vida, incluindo lugares ermos, montanhosos e inóspitos. Após deixar o território brasileiro, passou por Paraguai, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Panamá, Guatemala, México, Cuba, Canadá e Estados Unidos. Em todos esses países, exerceu seu ministério de eremita, andarilho e pregador. A exceção foi o Canadá, em 1862, onde o poliglota Agostini esbarrou na barreira da língua e sofreu em demasia:

> a verdade é que o homem que dominava várias línguas, impressionando seus interlocutores, experimentou, da pior maneira, o distanciamento do idioma. Foi tratado com indiferença pelos canadenses, que não conseguiram compreendê-lo, fazendo-o se sentir um mendigo. (KARSBURG, 2014, p. 386).

Do Canadá, Agostini regressou aos Estados Unidos, onde teve sua vida abruptamente interrompida por assassinato, em abril de 1869, no estado do Novo México. Após deixar sua terra natal, o peregrino eremita jamais retornou ao seu país de origem, portanto.

O legado de Agostini no Brasil é inegável. Cultuado como santo popular em diversas comunidades do interior dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, inaugurou uma tradição vinculada à fé nos monges do Contestado. A tradição que inaugurou no Campestre do culto a Santo Antão Abade é divisora de águas para a localidade, pois "é um importante ponto de peregrinações até os dias atuais" (LINO, 2012, p. 356).

Santo Antão

Como vimos anteriormente, Agostini instituiu o culto a Santo Antão Abade no Campestre, em Santa Maria, entre os anos de 1846 e 1848. Por que o peregrino italiano tinha devoção tão intensa a esse santo? Quem foi Antão? Santo Antão, também chamado de Santo Antão Abade, Antão do Deserto ou Santo Antônio de Tebas (entre outras denominações), é considerado um dos pais do anacoretismo. O livro *Vida e conduta de Santo Antão*, escrito por Santo Atanásio (2010), descreve as asceses, a forma de vida, os combates aos demônios, a espiritualidade desse santo do deserto.

O verbete do *Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs* descreve Antão da seguinte forma:

> Antônio Abade (Antão). Um dos pais do anacoretismo, o mais célebre, e considerado o fundador por um considerável ramo de tradição, que converge na sua Vida, escrita por Atanásio. Nascido em 251, aos 20 anos de idade aproximadamente se entrega à vida ascética, primeiro numa aldeia (sob a orientação de um ancião), depois numa sepultura cavada na encosta de um monte, não longe do Nilo, e finalmente em pleno deserto, em ruínas abandonadas. Num segundo tempo, surgem ao redor de sua pessoa um sistema de pequenos mosteiros, uma comunidade da qual ele é o 'pai'. Mais tarde, ele se desloca rumo ao Mar Vermelho, num lugar onde ainda hoje se ergue o mosteiro a ele dedicado, e no qual iria passar grande parte da vida, até a morte (a. 355 apr.). As suas intervenções em Alexandria parece que ocorreram no tempo da perseguição de Diocleciano (Maximino) e, depois, na controvérsia ariana, para prestar seu apoio a Atanásio. Este, na biografia à qual acenamos, o tomaria como exemplo para a vida monástica, descrevendo amplamente suas asceses, a forma de vida, os combates com os demônios do deserto, a espiritualidade. Ao próprio A. é atribuído um *corpus* de cartas, transmitido em várias línguas e em número variado. Um *corpus* de sete cartas, cujo original grego está perdido, é transmitido em georgiano, latim, e parcialmente em copta e siríaco; um *corpus* de vinte cartas é transmitido em árabe. O conteúdo é geralmente de exortação, mas alguns trechos são também teológicos. Além disso, é-lhe atribuída uma carta a Teodoro de Tabennesi, uma série de Regras e uns vinte sermões. Parecem autênticos somente o *corpus* de sete cartas e a carta a Teodoro. (ORLANDI, 2002, p. 79).

Como vemos, Antão nasceu no século III, período em que muitos dogmas da ortodoxia cristã estavam sendo fundamentados. Havia muitas controvérsias teológicas no próprio cristianismo e contendas com manifestações cristãs consideradas heréticas (como, por exemplo, o arianismo, o montanismo, o valentianismo, o marcionismo etc.). Antão parece se preocupar pouco com a fundamentação teórica de dogmas voltados à ortodoxia. Sua trajetória de vida demonstra que ele estava muito mais empenhado com a vivência prática e com uma vida santa. O abade não tinha o vulto intelectual de um Santo Agostinho (seu quase contemporâneo), mas tornou-se referência em todo o medievo sobre como viver santamente. Importante ressaltar que a escola à qual Antão se vinculou na juventude tinha estes princípios filosóficos como fundamento: o desenvolvimento moral do indivíduo, os exercícios espirituais (a ascese), a busca pela sabedoria prática. Acerca do caráter formativo das escolas monacais do Oriente, mencionando Antão (aqui chamado de Santo Antônio de Tebas), diz-nos Ullmann:

> os padres do deserto egípcio, na quarta centúria, acolhiam meninos e adolescentes, para, sob a direção de um venerando ancião, educá-los na ascese e na virtude. Incutiam-lhes uma formação mais espiritual do que intelectual. Como educadores exímios, relevam São Pacômio (292-342) e Santo Antônio de Tebas (251-356), ferrenhos opositores do orgulho intelectual dos gnósticos. (ULLMANN, 2000, p. 32).

Faz-se importante destacar que Antão é vinculado pela história da filosofia a essa escola monacal do Oriente, no entanto houve diversas escolas (monacais do Oriente e do Ocidente, presbiteriais, episcopais, palatinas) em que os saberes se organizavam antes do surgimento das universidades, no período medieval. Santo Antão é considerado o maior ícone, o paradigma, de uma escola que buscava fazer do cristianismo um modo de vida, uma forma de ser no mundo, pela qual os seguidores buscavam fazer da própria existência um testemunho da fé e do exemplo cristão. A influência antonina ultrapassou os séculos, adentrou no medievo e na modernidade e guiou até mesmo o modo de vida

de um eremita peregrino italiano que chegou ao Brasil no século XIX, instituindo seu culto numa localidade do Rio Grande do Sul, culto este que perdura até hoje na localidade, com festas, novenas, celebrações e pagamentos de promessas. Nesse sentido, falando do legado deixado por Antão do Deserto, Leclercq (2012) orienta-nos que a Idade Média monástica recebeu do período patrístico muitos tesouros:

> são eles, em primeiro lugar, modelos: 'os instituidores' da vida monacal que, quase todos, e singularmente os primeiros, eram orientais. *O maior dentre eles havia sido Santo Antão, 'o Pai dos monges'*. Ele permanecia realmente o Pai de todos os monges: em todos os meios e em todas as épocas da Idade Média ocidental, consideravam-se seus verdadeiros filhos; em todas as partes reivindicavam seu patrocínio, por vezes uns contra os outros. A cada renovação monástica foi evocado o antigo Egito: queremos, diziam, reviver o Egito, instaurar um novo Egito; *e recorria-se a Santo Antão, a seus exemplos, a seus escritos*. Isso se verifica na época carolíngia, depois, no século XI, em Monte Cassino, em Cluny, em Camaldoli; no século XII, em Cister, em Tiron, na Inglaterra, assim como na França e na Itália. (LECLERCQ, 2012, p. 122-123. Grifos meus).

Como percebemos, a influência antonina espalhou-se pela Europa e tornou-se o exemplo a ser seguido por aqueles que queriam levar uma vida monástica pautada na santidade. É extremamente importante elucidar que estamos nos referindo aqui a um período histórico (patrístico e medieval, pela terminologia filosófica) em que não havia dicotomia entre pensamento e vida. Diferentemente da Idade Moderna, quando a filosofia passou muitas vezes a ser uma disciplina somente especulativa sem relação necessária com o modo de ser no mundo, desde os gregos até o fim do medievo a filosofia em geral estabelecia um vínculo quase que indissociável entre teoria e vida, concepção intelectual e existência prática. Nesse contexto se encontra Santo Antão Abade, que é considerado modelo, sobretudo, de busca prática pela vida cristã e sábia.

> Portanto, para os monges medievais, a *Vida* de Santo Antão não é simplesmente um texto histórico, uma fonte de informações acerca de um passado definitivamente morto: é um texto vivo, um meio de formação da vida monástica. (LECLERCQ, 2012, p. 123, grifo do original).

E *Vida e conduta de Santo Antão*, escrita por Santo Atanásio (2010), o que nos diz? Podemos inferir com tranquilidade que João Maria de Agostini leu minuciosamente essa obra, pois o abade era seu santo de devoção. Atanásio recebeu formação clássica tradicional e tinha cultura filosófica ampla. Viveu numa época de muitas controvérsias e conflitos em um cristianismo que, de certo modo, ainda buscava sua identidade ortodoxa e lutava contra heresias. Esteve presente no Primeiro Concílio Ecumênico de Niceia, realizado em 325, como assessor de seu bispo. Escreveu *Vida e conduta de Santo Antão*, entre outros livros, nos seis anos que viveu na clandestinidade no Egito, em função de perseguições (a partir de 356). Liébaert (2004, p. 176) orienta-nos:

> A *Vida* foi, em seu tempo, um verdadeiro *best seller*, logo traduzido para o latim e difundido em toda a cristandade. Segundo o testemunho de Agostinho em suas *Confissões*, a leitura dessa obra, para muitos de seus contemporâneos e para ele mesmo, suscitou um número considerável de 'conversões' espirituais e de vocações monásticas. Graças a Atanásio, Antão tornou-se um modelo, e até um campeão da vida do deserto, que muitos cristãos quiseram imitar e com o qual se esforçaram, com entusiasmo, para competir. (LIÉBAERT, 2004, p. 176).

O livro que fez de Antão um paradigma de vida monástica a ser seguido não foi escrito pelo próprio Antão, ressaltamos. Assim como o Sócrates que conhecemos é fundamentalmente aquele que surgiu como personagem nos livros de Platão (além de Platão, Xenofonte e Aristófanes foram também contemporâneos de Sócrates que escreveram sobre ele), o Antão que conhecemos (e que Agostini conheceu) é aquele descrito por Atanásio em sua *Vida*. Então, compete-nos alertar ao leitor o que aponta Liébaert (2004, p. 176): "Que Atanásio tenha feito passar, em seu retrato de Antão, alguma coisa de sua própria concepção do ideal e da vida monástica, não há dúvida".

Vejamos então algumas das principais características que são apresentadas por Santo Atanásio a respeito de Antão em sua *Vida*. No prefácio do livro, Atanásio alerta os leitores que ao ouvirem falar de Antão passarão a admirá-lo e também querer imitar a sua conduta: "Isso porque, para os monges, a vida de Antão é suficiente

como exemplo de ascese" (ATANÁSIO, 2010, p. 293). Como vemos ao longo de nossa investigação, o termo *ascese* é constantemente vinculado à existência do abade. A palavra é originária do grego ἄσκησις. De acordo com o dicionário grego–português de Isidro Pereira (1998, p. 86), a palavra significa "exercício prático". Entender o sentido original do termo é fundamental para sabermos a que Antão dedicou sua vida: exercícios espirituais de renúncia dos prazeres corpóreos, domínio de si, controle de emoções e pensamentos, a luta contra os demônios que o tentavam. Desse modo, a vida de Antão Abade foi toda dedicada a essa ascese, a esses exercícios espirituais que se tornaram modelo de vida santa para sua época e para tantos séculos vindouros.

Antão nasceu no Egito, era proveniente de família nobre, com muitas posses. Ao tornar-se órfão, com aproximadamente 20 anos, renunciou a todos os bens. Começou sua ascese exercitando atenção a si mesmo e forte disciplina. Trabalhava com as mãos para ganhar o pão. Distribuía aos necessitados. "O diabo lhe sugeria pensamentos obscenos e Antão os repelia pela oração" (ATANÁSIO, 2010, p. 299). Por volta dos 35 anos, Antão dirigiu-se a uma montanha. Aqui se evidencia por que o abade é conhecido pela tradição como um anacoreta, um dos fundadores do anacoretismo:

> cada vez mais firme em seu propósito, lançou-se em direção à montanha. Depois do rio, encontrou um castelo fortificado, deserto, cheio de répteis desde o tempo em que deixou de ser habitado. Lá se estabeleceu definitivamente. Os répteis se retiraram logo, como se alguém os perseguisse. Antão tapou a entrada. Levara pão para seis meses (os tebanos fazem pães que se conservam por um ano). Como havia água aí dentro, ele não saía, nem via aqueles que lá iam. Exercitou-se assim por longo tempo, recebendo somente pão, por cima, duas vezes por ano. (ATANÁSIO, 2010, p. 306).

Um anacoreta é alguém que resolve renunciar ao convívio das gentes, retirar-se para viver em solidão, desprender-se do mundo. A origem dessa palavra nos remete ao grego ἀναχωρέω, que pode ser traduzido por "retirar-se, retroceder, afastar-se" (PEREIRA, 1998, p. 46). Foi o que Antão Abade fez com sua própria existência.

Viveu cerca de 20 anos assim, recluso, levando vida ascética, não saindo, não se mostrando. "No fim, muitos queriam imitar sua ascese" (ATANÁSIO, 2010, p. 307).

A extensão da influência antonina foi imensa, pois não havia em sua prática separação entre pensamento e vida. O abade anacoreta arrastou, pelo seu exemplo, multidões e persuadiu muitas pessoas a abraçarem a vida solitária: "Foi assim que mosteiros se ergueram nas montanhas e o deserto se povoou de monges, tendo muitos homens renunciado a todos os bens e dado seu nome à cidade dos céus" (ATANÁSIO, 2010, p. 308). Enfatizando a necessidade da oração e da ascese, dos constantes exercícios espirituais de renúncia no que se refere às tentações rasteiras dos prazeres, das tentações do demônio, Antão Abade conduziu toda a sua vida pautado na frugalidade, no ideal ascético, considerado o caminho para a santidade. Eis as estratégias utilizadas para superar as tentações do demônio: "Arma poderosa contra eles são a vida reta e a fé em Deus. Dos ascetas temem o jejum, as vigílias, as orações, a mansidão, a calma, o desprezo do dinheiro e da vanglória, a humildade, o amor aos pobres, as esmolas, a bondade e, acima de tudo, a piedade em relação a Cristo" (ATANÁSIO, 2010, p. 320).

Viver em renúncia era uma estratégia caríssima para o abade, o seu próprio modo de vida, e isso incluía também a convivência com as pessoas. Quando tinha aproximadamente 50 anos, por volta do ano 311, Antão dirigiu-se a Alexandria para confortar alguns confessores e procurar seu martírio. Sem querer ser exaltado, consciente dos imensos perigos inerentes à lisonja, o anacoreta sentia-se importunado pela multidão, que não estava conseguindo viver no retiro, conforme suas crenças e como queria. Além disso, temia cair na tentação do orgulho, pois era constantemente exaltado pelos seguidores. Eis um novo momento decisivo em sua vida:

> ouviu então uma voz do alto: 'Para onde vais, Antão, e por quê? Ouviu sem se perturbar, habituado a ser assim interpelado, e respondeu: 'Não me deixaram viver como eremita, quero ir para a alta Tebaida, a fim de evitar que frequentes importunações, tanto mais que me pedem coisas que ultrapassam meus poderes'.

> A voz lhe disse: 'Irias para a Tebaida, como pensas, mas até entre os bois terias de suportar faina maior e ainda dobrada. Se queres realmente ser eremita, vai para o deserto interior'. (ATANÁSIO, 2010, p. 334).

Então seguiu seu caminho para o deserto com um grupo de sarracenos, os quais tomou como guias para poder chegar ao destino almejado. Durante o itinerário, ocorreu um fato a ser destacado:

> na estrada, faltou a água. O calor era extremo: todos estavam em perigo. Nos arredores não encontraram água. Incapazes de continuar, deitaram-se, deixando o camelo caminhar sozinho, não tendo mais esperanças em si mesmos. Vendo-os em perigo, o ancião se entristeceu e gemeu; em seguida, afastou-se um pouco, pôs de joelhos, estendeu as mãos e orou. Logo o Senhor fez jorrar água no mesmo lugar em que ele estava orando. Todos beberam e se refizeram. (ATANÁSIO, 2010, p. 338).

Esse episódio narrado por Atanásio (2010) possui um simbolismo imenso. Primeiramente, porque atesta a santidade do anacoreta e também porque nos faz lembrar o episódio das águas santas descobertas por Agostini no Campestre. A água é elemento fundamental da vida, unindo duas personagens distantes por tantos séculos, mas bastante próximas na conduta escolhida para imprimir às próprias vidas. Não gratuitamente, o peregrino Agostini foi devoto desse Abade conhecido como o pai dos monges do deserto.

Então, o abade anacoreta, fez da sabedoria prática sua provisão para a jornada terrena. Viveu em constante ascese, exercícios espirituais para buscar viver conforme os desígnios divinos. Atanásio (2010) atesta que o padre do deserto morreu aos 105 anos de idade, e seus discípulos encarregaram-se dos ritos fúnebres.

Como vimos, o modo de vida adotado por Santo Antão fez dele o pai de uma tradição que arrastou multidões em busca de uma vivência santa, a renúncia às ilusões do mundo, uma devoção inaugurada no século III e que chegou até nós, que estudamos a Guerra do Contestado, por meio de Agostini.

Considerações finais

Afinal, por que tentar estabelecer uma análise histórica e filosófica acerca de duas personagens afastadas por 15 séculos? A envergadura alcançada pelas práticas de vida de Antão e de Agostini, por si só, parece responder a essa pergunta, mas o que definiu essa análise foi o fato de que o italiano do século XIX era devoto fervoroso do anacoreta que viveu no século IV. Agostini inaugurou uma tradição antonina no Campestre, em Santa Maria, que perdura até hoje. A localidade, atualmente, possui *status* de distrito do município de Santa Maria, e seu nome é Distrito de Santo Antão. Lá, o peregrino italiano, além de fundar na localidade, em 1846, a devoção ao anacoreta do deserto, inaugurou a tradição das águas santas e com poder de cura. Essa devoção também persiste até hoje, e muitos devotos creem no poder salvador das águas do monge, assim como tinham poder as águas que brotaram no deserto mediante a oração feita por Santo Antão, salvando a vida dos sarracenos.

Agostini encarnou um ideal de santidade que recusava os valores dominantes da época – poder, cargos, riqueza, dinheiro, vida citadina –, para se refugiar na solidão e levar uma vida totalmente religiosa, consagrada à penitência e à oração. Viveu até o fim de seus dias desse modo. As semelhanças entre suas escolhas e a vida de Santo Antão Abade são muitas: anacoretismo e ascese, solidão voluntária, a vida no ermo das montanhas e cavernas, exercícios espirituais (oração, frugalidade, penitência), buscando a conexão constante com o divino. Tanto Antão quanto Agostini estavam atentos para não sucumbir aos apelos do orgulho diante daqueles que os reverenciavam. Não à toa, Agostini demonstrava incômodo quando era exaltado, retirando-se em sua escolha eremítica.

Em sua trajetória escolhida, cumprindo sua profissão de solitário eremita, o peregrino italiano fabricava o próprio artesanato e vendia-o para comprar provisões, aproveitando para difundir o evangelho e os ensinamentos antoninos entre as pessoas. Agostini

vivenciava sua religiosidade atrelada ao modo de vida eremítico e andarilho. Karsburg (2014) atesta que, ao longo de sua vida, o peregrino italiano num único momento hesitou "entre ser peregrino ou ordenar-se padre, conforme convite de um bispo chileno, Dom Justo Donoso, que em 1854 convida Agostini a deixar os votos de viver solitariamente e tornar-se sacerdote" (KARSBURG, 2014, p. 374). Como todo homem de caráter elevado e fiel às próprias convicções íntimas, Agostini agradeceu a proposta e seguiu seu caminho, percorrendo novas andanças e pregações itinerantes.

É extremamente importante ressaltarmos que, embora João Maria de Agostini não tenha tido relação direta com a Guerra do Contestado, pois não viveu no tempo histórico do conflito, ele teve forte influência sobre ela, pois fundou aquilo que Welter (2018) chama de tradição joanina: "A afirmação a respeito de sua simplicidade vem geralmente acompanhada de uma autoidentificação: 'era simples, como nós'" (WELTER, 2018, p. 97). Agostini, ao percorrer o caminho dos tropeiros, deixou seus ensinamentos no imaginário popular caboclo. A religiosidade vivenciada pelos caboclos, imbuída de simbolismos sincréticos, atenta aos sinais da natureza e alicerçada na simplicidade de um povo oprimido e expropriado, pouca relação tinha com o catolicismo oficial que tentava se impor. "A solidariedade e os compromissos coletivos, valores fundamentais dos modos de vida dos caboclos, encontram inspiração numa ética própria do catolicismo popular, do qual o monge é uma referência importante" (MARCON, 2008, p. 152).

Como todo homem de gênio peculiar e raro entre o vulgo, Agostini muitas vezes sentiu necessidade de retirar-se do convívio com as pessoas, sobretudo quando o povo o enaltecia demasiadamente. Sua intenção não era criar um culto ao redor de si, mas exaltar a figura de Santo Antão. Acreditamos que suas andanças por tantas cidades no Brasil, percorrendo milhares de quilômetros com as próprias pernas, não se devem apenas ao seu espírito peregrino, mas à necessidade de não permanecer muito tempo num mesmo lugar, em função da santidade que lhe era

atribuída. Numa atitude que explicita sua humanidade e sua índole de eremita, Agostini em determinado momento, em seus manuscritos, "chamou de 'ignorantes' aqueles que o consideravam santo" (KARSBURG, 2014, p. 378). Somos levados a inferir que Agostini, em seus exercícios espirituais, orava a Deus para que sempre o orientasse em sua missão e não sucumbisse à tentação da lisonja.

Percorrer um itinerário quase que inimaginável pelo Brasil e por tantos países das três Américas, grande parte com as próprias pernas, como pregador itinerante, faz de Agostini uma personagem excepcional. Embora haja muitas semelhanças entre Antão e Agostini, o abade não foi um peregrino como o italiano: viveu 20 anos dentro de uma caverna; não foi um andarilho.

Reiterando sempre que era devoto de Santo Antão e que buscava viver à luz de seu exemplo, a vida itinerante de Agostini merece também um paralelo com as ordens mendicantes medievais, como a dos franciscanos, mas essa tarefa será buscada numa pesquisa futura. Por ora, registramos que Agostini tem forte influência no catolicismo popular dos caboclos da região contestada e que Antão ali permanece, juntamente com o peregrino italiano que difundiu seus preceitos.

Referências

ALVES, R. F. A grande festa das graças: pessoas, ritos e milagres na romaria de Santo Antão, em Santa Maria, RS. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 1-19, 2008. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/764/523. Acesso em: 10 set. 2020.

ATANÁSIO, S. *Vida e conduta de Santo Antão*. Tradução: Orlando Tiago Loja Rodrigues Mendes. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

KARSBURG, A. *O eremita das Américas:* a odisseia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

LECLERCQ, J. *O amor às letras e o desejo de Deus:* iniciação aos

autores monásticos da Idade Média. Tradução: Maurício Pargotto Marsola. São Paulo: Paulus, 2012.

LIÉBAERT, J. *Os padres da Igreja:* séculos I-IV. 2. ed. Tradução: Nadyr de Salles Penteado. São Paulo: Loyola, v. 1, 2004.

LINO, J. T. Monges sacralizando a paisagem: grutas, fontes d'agua e outras formações naturais no viés da arqueologia do sagrado. *In*: VALENTINI, D. J.; ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. (org.). *Nem fanáticos, nem jagunços:* reflexões sobre o Contestado. Pelotas: Editora UFPel, 2012, p. 353-373.

MACHADO, P. P. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MARCON, T. Cultura e religiosidade: a influência dos monges do Contestado. *In*: ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. (org.). *A guerra santa revisitada.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 139-168.

ORLANDI, T. Antão. *In*: DI BERARDINO, A. (org.). *Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 474.

PEREIRA, I. *Dicionário grego:* português e português – grego. 8. ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998.

UILLMANN, R. A. *A universidade medieval*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

WELTER, T. *Encantado no meio do povo:* a presença do profeta São João Maria em Santa Catarina. São Bonifácio: Edições do Instituto Egon Schaden, 2018.

A santa religião do Contestado:
contribuição para um debate

Márcia Janete Espig

A religiosidade popular existente na região em que se passou a guerra sertaneja do Contestado desde muito cedo provocou a curiosidade de jornalistas, militares, intelectuais e demais sujeitos produtores de documentação histórica. Isso ocorreu no calor do momento e se repetiu nas primeiras obras historiográficas sobre a temática. Não seria exagero dizer que persiste até os dias de hoje, visto que a religiosidade cabocla constitui elemento ideológico fundamental para a análise do movimento e necessário para a compreensão das ações e reações expressas pelos agentes históricos que dele participaram.

Em parte da bibliografia produzida acerca do movimento do Contestado, esse traço cultural marcante tornou-se um estigma. Entendendo a religiosidade do caboclo como *fanatismo* ou *aberração*, por algum tempo certas obras reproduziram e acentuaram preconceitos existentes em parte das fontes documentais.[1] Essa tendência foi paulatinamente sendo superada. Algumas obras produzidas entre as décadas de 1950 e 70 muito contribuíram para discussões mais consistentes nesse campo, especialmente os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz

1 Essa perspectiva considerava a religiosidade regional um traço definidor da "inferioridade cultural" daquelas personagens. Aujor Ávila da Luz (1952), por exemplo, considerava que a sua religiosidade "está impregnada de misticismo estúpido, pronto a descambar para o fanatismo" (LUZ, 1952, p. 67). Seguindo na mesma linha, Oswaldo Rodrigues Cabral (1960) afirmava que a campanha do Contestado "foi uma guerra de fanáticos, uma consequência da ignorância do nosso sertanejo, preparada e seduzida pelos desvios psíquicos de um monge" (CABRAL, 1960, p. 338). Tal análise influenciou vários autores, que utilizaram expressões semelhantes, tais como Brasil Gerson (1955), Beneval de Oliveira (1986), Paulo Ramos Derengoski (1986), Walter Tenório Cavalcanti (1995), entre outros.

(1957; 1977), Maurício Vinhas de Queiroz (1966) e Duglas Teixeira Monteiro (1974). Cada qual a seu modo, todos redimensionaram os debates a respeito de diferentes aspectos religiosos no contexto do Contestado. Monteiro (1974), sobretudo, assinalou que todos os aspectos da vida cotidiana, desde os hábitos e costumes até a resolução de conflitos, se encontravam permeados por uma compreensão religiosa do mundo.

As produções desses autores acabaram por estimular reflexões sobre a condição religiosa dos caboclos tanto no período pré-movimento quanto nos processos que ocorreram durante o conflito – e mesmo posteriormente. Pesquisadores mais recentes se apoiaram (muitas vezes de forma crítica) em seus estudos. Como tendência, podemos assinalar o respeito à cultura regional e a valorização das crenças locais. Termos como *fanatismo* ou *aberração*, antes muito usados para definir a religiosidade e a cultura regional, foram definitivamente abandonados (VALENTINI; ESPIG; MACHADO, 2012).

Superando preconceitos, percebemos várias tentativas de compreender tais aspectos por meio de trabalhos que deles tratam diretamente, ou que circundam alguns de seus atributos.[2] Como destaca Paulo Pinheiro Machado (2004), o discurso religioso dos rebeldes andava par a par com uma profunda consciência sobre sua marginalização: "Estas duas faces do movimento do Contestado (a religiosa e a crítico-social) não foram excludentes, nem mesmo devemos separá-las para efeito didático" (MACHADO, 2004, p. 26). Concordo com tal afirmação. Assim, a reflexão acerca da religiosidade do Contestado se amplifica, pois adentra em questões cotidianas e práticas da resistência ocorrida nos sertões catarinenses e as esclarece. O discurso religioso permeia

2 Podem-se mencionar trabalhos de autores como Márcia Espig (1998), Ivone Gallo (1999), Paulo Pinheiro Machado (2004), entre outros. Mais recentemente, Jair de Almeida Júnior (2011) publicou uma obra que trata exclusivamente da religião contestada. Sobre a devoção ao Monge João Maria, personagem profundamente relacionada a essa religiosidade, e sua trajetória histórica, existe farta produção. Vide, por exemplo, Cabral (1960), José Fraga Fachel (1995), Célio Alves de Oliveira (1992), César Hamilton Brito Góes (2007), Tânia Welter (2007), Eloy Tonon (2010), Alexandre de Oliveira Karsburg (2014), entre vários outros.

questionamentos sociais e percepções concernentes à opressão política e econômica e instrumentaliza ações de resistência social. Logo, debates acerca da *santa religião* do Contestado são e serão bem-vindos e acabam por contribuir para a elucidação de um espectro bem mais amplo de fenômenos.

Mas o que é a *santa religião* do Contestado? Essa tem sido a expressão utilizada em produções acadêmicas e não acadêmicas[3] para dotar de contornos próprios as variadas práticas religiosas ligadas ao movimento do Contestado. Guarda uma relação complexa com a religião católica apostólica romana, sendo vista eventualmente como uma *simplificação* ou *deturpação* da pureza doutrinária dela e por vezes identificada como *catolicismo rústico*.[4] A equação entre a autonomia da religiosidade cabocla e sua subserviência à ortodoxia católica é bastante complexa e, ao que tudo indica, alternava-se em diferentes momentos e situações. Embora ao longo da guerra a religião rústica tenha passado por um processo de radicalização que compreendeu uma progressiva autonomia diante do catolicismo oficial (MONTEIRO, 1974, p. 71), parece não ter sido suficiente para uma ruptura completa com a *religião dos padres*.

Talvez o maior diferencial da *santa religião* em relação ao catolicismo oficial seja a devoção ao Monge João Maria, ou *São* João Maria. Se hoje essa crença é tolerada por parte da hierarquia católica, o mesmo não acontecia no início do século, sendo então considerada como a principal causa do *fanatismo* daquele povo. Características importantes da cultura popular anteriores ao movimento, tais como a intensa devoção a alguns santos (São Jorge, São Sebastião), a realização de festas em honra a esses santos, o uso de patuás, a valorização da pureza etc., durante a guerra vão a extremos.

3 Penso em atividades culturais variadas, tais como teatro, música, artes plásticas, literatura etc.

4 Na formação de um catolicismo popular, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1968, p. 106, grifos meus) considera: "Elementos novos surgiram; elementos antigos ou pertencentes a religião oficial sofreram transformações; dogma e liturgia foram *deformados* por necessidades locais ou pela *imaginação* de líderes religiosos inteiramente falhos de qualquer instrução".

Nesse período, a religiosidade regional esteve sujeita a um processo de aceleração na produção de imaginários sociais (ESPIG, 2002), motivo pelo qual passou a abranger manifestações inovadoras que, no entanto, se encontravam perfeitamente ajustadas à visão de mundo local. Assim, a devoção a São Sebastião se une a crenças sebastianistas e a leituras como *A história de Carlos Magno e os Doze Pares de França* na composição de itens como o Exército Encantado, a formação da guarda de honra intitulada Doze Pares de França, a visão de monarquia como *lei de Rei* a ser resgatada por meio da guerra, entre outros. O valor dado à pureza e ao universo sobrenatural expresso em visões ajuda a explicar a existência das *virgens* e dos *meninos deus*. Noções de solidariedade e reciprocidade auxiliam-nos a compreender a formação da *irmandade* cabocla, em que todo mundo era irmão, irmã e na qual *quem tem, móis; quem não tem, móis também*. Boa parte das expressões utilizadas para manifestar o que era *novo*[5] no movimento se valeu de terminologias religiosas – guerra santa, quadro santo, Exército Encantado etc. Não causou estranhamento, portanto, o uso da expressão *santa religião* para definir esse conjunto de aspectos culturais. Nas páginas que se seguem, discuto a origem dessa expressão e as condições de seu uso pelos rebeldes e, posteriormente, por seus estudiosos.

As pesquisas relacionadas à história das religiões possuem longas raízes e devem bastante à colaboração de filósofos, cientistas sociais e antropólogos. Pouco a pouco, a área descolou-se da teologia e, ao aprimorar seu objeto, aproximou-se do estudo das crenças – ou seja, das religiosidades (HERMANN, 1997, p. 342). Tradicionalmente, utiliza-se o termo *religião* para expressar sistemas de crenças e valores que possuem característica coletiva e associados a uma instituição religiosa. Já as religiosidades estão alicerçadas nas crenças populares e prescindem desse caráter. Contudo essa visão dicotômica recebe críticas. Patricia Alejandra Fogelman (2015) argumenta nesse sentido, ao censurar o uso "ambiguo, deformante o – más o menos, sin quererlo – peyorativo"

5 Algumas práticas podem ser consideradas *novas* em relação às ações, contudo encontram respaldo em estruturas mentais anteriores e complexas.

(FOGELMAN, 2015, p. 8), dado à noção de religiosidade, muitas vezes acrescida do adjetivo *popular*. Recusando sobretudo a hierarquização, velada ou aberta, atribuída aos termos *religião* e *religiosidade*, a autora opta por aproximar ambos, assim como foi feito também no presente artigo:

> darle a la religión un carácter oficial o superior respecto de la religiosidad, es considerar a esta última como una variable práctica o performática, y desconocer que la religión también conlleva una serie de gestos exhibidos como ritualizaciones o no, con distintos grados de espectacularidad, para mostrar una presencia o representación de lo sagrado e inducir a la creencia (FOGELMAN, 2015, p. 9).

As escolhas teórico-metodológicas tomadas ao longo deste escrito devem bastante à inspiração de autores da micro-história e da história social. Aproximando-me do método indiciário e, sobretudo, do "rigor flexível" preconizados por um conhecido historiador italiano, deixei-me levar pelo "faro, golpe de vista, intuição" (GINZBURG, 1989, p. 178-179), ao encontrar na documentação evidências que sugeriam um novo caminho de reflexão. No tratamento dessas fontes, autores como Carlo Ginzburg (1991; 2002; 2014), Giovanni Levi (1992; 2015), Edward Palmer Thompson (1981; 2001) e Jacques Le Goff (1996) foram fortes influências. Embora não os cite a cada passo do caminho, seus trabalhos foram estímulo constante para esta breve pesquisa.

Uma *santa religião*?

Qualquer leitor curioso e atento percebe facilmente que, ao longo da Guerra do Contestado, muitas expressões ligadas ao componente religioso do movimento se popularizaram. Guerra santa, Exército Encantado, quadro santo, cidade santa, santo monge, menino deus, entre outras permanecem até os dias de hoje na escrita dos pesquisadores e, em alguns casos, na fala dos descendentes dos caboclos ou praticantes da cultura cabocla na região. As expressões citadas podem ser localizadas em documentos da época que reproduzem falas de rebeldes e também em diferentes vestígios de memórias, recolhidas mediante entrevistas, ou por meio

da coleta de expressões culturais.[6] Como destaca Machado (2004), essa linguagem tornou-se a linguagem da rebelião e, mesmo que pudesse receber apropriações diversas entre os diferentes grupos que existiam no movimento, conferia um campo semântico próximo e proporcionava o diálogo. Mesmo lideranças ditas *de briga* se apropriavam dessa linguagem e dessas expressões para fazer-se ouvir e obedecer. Sobre isso, vê-se, por exemplo, uma *proclamação* cuja autoria é magicamente atribuída ao Monge João Maria e teria sido encontrada no reduto de Pedras Brancas, no ano de 1915. Cito apenas um trecho:

> precisa que a *irmandade* saibam que esta *Guerra Santa* que é guiada pela minha vontade não é a *Guerra de São Sebastião*. A qual ainda falta muitos anos para começar. Esta é a guerra que eu falava a 30 anos passados da liquidação dos limites dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Como sabem todos os que tiveram a felicidade de convelsar comigo que sempre disse que havia de vencer Santa Catarina pelo motivo seguinte: 1) porque tem o nome de uma santa muito milagrosa e protegida de São Sebastião; 2) porque sendo menor em terras não se pode e nem se deve tirar de quem tem menos para dar ao mais rico que este é o ponto principal da religião de Deus; 3) porque foi no tempo da revorta para o sertão de Santa Catarina que eu mandei o ajutorio desta santa; era o único lugar onde a irmandade acharam sucego e agasalhos; 4) porque é onde se acha situado o divino e encantado serro que se chama Taió que eu pretendo repartir com todos os irmãos que até aqui tem trabalhado com fé e corage e com resignação; 5) porque é emfim o unico lugar onde a irmandade poderá escapar quando começar a falada *Guerra de São Sebastião* e quem morar neste estado ficará livre das pestes e mais castigos horriveis que Deus mandará contra os ereges. (O ESTADO, 4 nov. 1915 *apud* MONTEIRO, 1974, p. 255-256. Grifos do autor).[7]

O uso de um discurso e de uma linguagem religiosa com a criação de expressões próprias é, portanto, uma característica desse movimento e se preservou pela documentação gerada no calor da hora e por fontes produzidas posteriormente. Dito isso, gostaria de analisar o uso da expressão *santa religião* durante o movimento do

6 Penso aqui, por exemplo, na coleta de "trovas" e "décimas" feita na região pelo folclorista Euclides José Felippe (1995).

7 Em algumas citações, optei por manter a transcrição em sua linguagem original. Essa é uma delas.

Contestado e, a seguir, pela historiografia e demais representações sobre ele (tais como literatura, teatro, música etc.).

A hipótese que defendo se baseia na análise de um volume razoável de fontes primárias. Não posso, contudo, afirmar que a varredura da documentação foi completa, embora tenha sido ampla. Por conseguinte, trago para o debate com a comunidade acadêmica as minhas observações, feitas com base em pesquisa, sobre o início do uso da expressão *santa religião*. Minha intenção é discutir brevemente sua inserção na região do Contestado, refletindo acerca das raízes mais dilatadas de sua formação cultural, tentando estabelecer uma cronologia a respeito da transformação da religião rústica local no que denominamos *santa religião*.

Ao manipular farta documentação jornalística, em parte pesquisada na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional,[8] outra parte recolhida em investigações anteriores, pude perceber algumas questões que chamaram minha atenção. A pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira foi realizada por intermédio da expressão de busca *santa religião*, no recorte cronológico de 1910-1919, no primeiro momento em periódicos catarinenses. Com isso, foram localizados automaticamente 225 acervos e 91 ocorrências. Dessas ocorrências, apenas uma evidência utilizava a expressão *santa religião* em associação ao movimento do Contestado. Sobre ela, falarei mais adiante. A mesma expressão de busca foi empregada a seguir no recorte de jornais do Paraná, sendo aplicado o mesmo período histórico (1910-1919). Nesse caso, localizei apenas nove ocorrências da expressão em 25 acervos, e em nenhum havia qualquer associação ao Contestado.

Além desses acervos de periódicos disponíveis de forma *online*, consultei o material de antigas pesquisas realizadas presencialmente na Biblioteca Pública de Santa Catarina, as quais englobam os seguintes periódicos: *O Trabalho*, de Curitibanos; *O Dia*, de Florianópolis; *O Imparcial*, de Canoinhas; *A Notícia*, de

8 Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 20 set. 2020.

Lages; e *Folha do Comércio*, de Florianópolis. Por meio dessa revisão, localizei mais um uso da expressão *santa religião* relacionada ao Contestado, no jornal *O Imparcial*, de 15 de dezembro de 1915.

Sendo assim, a pesquisa em vasta documentação periódica referente a jornais que cobrem todo o período cronológico da Guerra do Contestado revelou apenas duas ocasiões em que a expressão *santa religião* surgiu associada àquele conflito. Nas demais situações em que foi utilizada, referiu-se à religião católica, em artigos religiosos, avisos fúnebres, notícias que abordavam a "Santa Religião Romana" ou a "Santa Religião Cathólica". Esse era, portanto, o uso comum e corrente da expressão *santa religião* na época: como referência à religião católica, recém-separada do Estado brasileiro e muito influente. Indo além, creio que essas duas breves menções jornalísticas bastaram para induzir os pesquisadores ao uso da expressão para referir-se à religiosidade cabocla, desconsiderando a terminologia corrente entre os rebeldes ou talvez mesmo ignorando que não se tratava dela.

Como já argumentei em trabalho anterior (ESPIG, 1998), os jornais são fontes importantes para o estudo do movimento do Contestado por algumas razões. Por se tratar, por exemplo, de arquivos do cotidiano, relatando a evolução dos acontecimentos e permitindo inferências com outras documentações. Outro aspecto relevante do ponto de vista da história cultural e mesmo da história social é o fato de que o distanciamento (cultural, de classe, de experiências etc.) e o preconceito contra os rebeldes levavam os periódicos à reprodução de textos (correspondências, proclamações, orações etc.) de provável autoria dos sertanejos. Com isso, os articulistas pronunciavam-se ao comentar sua suposta inferioridade cultural. Dessa maneira, foram publicados textos jornalísticos a respeito de fatores como a devoção aos monges João e José Maria, a crença no Exército Encantado, as leituras públicas sobre a gesta carolíngia, entre outros. A publicação de pequenos textos de autoria (ou suposta autoria) dos rebeldes (hoje vestígios inestimáveis) era usada como argumento à *ausência de cultura* e ignorância ou mesmo quanto à *selvageria* daquelas personagens históricas.

Vários desses pequenos textos publicados nos jornais evocavam parte da linguagem típica do movimento, por meio de termos como *guerra santa*, *santo monge*, *irmandade* etc. Porém a expressão *santa religião* associada ao movimento do Contestado, como afirmado anteriormente, apareceu em apenas duas menções, sendo somente uma delas de autoria de um dos sertanejos. É bem conhecido o seguinte excerto do jornal *O Dia* de 6 de março de 1914:

> graças adeus aqui não se tem medo nem tan. Perdizes, 23 de fev. de 1914. Ilmo. Sr. Meu compadre e amigo Altino Gonsalves de Farias. Participo-lhe que aqui não é tão feio como as notícias q corre pois quem tem medo da morte não é lugar q sirva aqui. S/ os amigos não deseja mar de amigos nem um estamos cumprindo ordem de nosso rei José Maria só cumprimos ordem o q vier contra nós as providências de deus n. sr. e q ade valler nós tomos qui a irmandade *cuidando de obedecer a santa religião* pois não obedecemos lei de govemo se não só a lei do governo do céu lembre-se do q eu lhe disse tantas vezes que a lei q deus deixo no mundo é a lei de rei é a que estamos esperando e se deus quizer ovemos de ver se deus quizer. [...] Francisco Paes de Farias.[9] (O DIA, 06 mar. 1914. Grifo do autor).

Esse mesmo trecho foi reproduzido em 11 de março de 1914 pelo periódico *Gazeta do Commercio*, de Joinville, prática bastante comum na época.

Chama a atenção o fato de que a expressão *santa religião* não foi apropriada pelos articulistas dos jornais. Era então bastante comum que, ao fazer comentários sobre a sedição nos sertões catarinenses, os escritores utilizassem parte da linguagem rebelde, sobretudo para sobrelevar a distância cultural entre uma elite alfabetizada e *civilizada* e os rebeldes analfabetos ou semialfabetizados, pensados como *selvagens*. Isso aconteceu, por exemplo, naquela que é a segunda menção em periódicos à *santa religião* do Contestado e que surge em um texto de comentarista:

> e ao terminar-se a revolta de 1893, aquele *santo monge* fez a última peregrinação pelos sertões do sul, dizendo ao seu povo em suas famosas profecias que a guerra terminante não tinha sido nada em confronto com uma outra, que a sua visão mágica previa através

9 Mantive a transcrição dessa fonte na linguagem original.

> de um futuro de 20 anos, aproximadamente. Esta sim, a *Guerra Santa de São Sebastião*, seria intensa de sinistras consequências a todos os que, desviados da *Santa Religião*, não tivessem pendente ao pescoço salvadoras orações que ele distribuía, que ele ensinava com benefício ao povo seu devoto. (O IMPARCIAL, 15 dez. 1915. Grifos do autor).

Nesse artigo, assinado por Jovil Naim, de Rio Negro (PR), o autor utiliza alguns termos tomados à linguagem rebelde. Expressões como santo monge, guerra santa ou guerra de São Sebastião se encontravam no campo semântico próprio ao movimento. Dessa forma, a locução *santa religião* poderia estar sendo empregada para qualificar a religião própria ao movimento, contudo quero argumentar em sentido contrário.

Tendo em vista a escassez de menções à *santa religião* contestada nas folhas do período (lembremos, a única menção anterior foi em março de 1914, cerca de um ano antes da publicação desse artigo) e o uso corrente (em várias delas) da expressão *santa religião* para significar apenas e unicamente a religião católica, acredito que a frase do articulista – "seria intensa de sinistras consequências a todos os que, desviados da *Santa Religião*, não tivessem pendente ao pescoço salvadoras orações" (O IMPARCIAL, 15 dez. 1915, grifos meus) – se refere ao catolicismo. Com isso, afirmo que os jornalistas da época não perceberam as crenças próprias ao movimento como capazes de configurar uma religião própria nem utilizaram tal expressão nesse sentido, mas apenas como sinônimo de *santa religião católica*. Tendo a pensar também que isso não lhes passou pela cabeça. O discurso predominante nos periódicos parece apontar, com relação à religiosidade do Contestado, para a divergência, inferioridade, ou mesmo desvio perigoso, causado sobretudo pela fé no monge, mas não para uma ruptura completa com a *verdadeira santa religião*. Seria um caso de *fanatismo* misturado à ignorância e ao uso político. Vejamos, por exemplo, a seguinte passagem, retirada de *O Dia* de 17 de dezembro de 1914:

> nos redutos dos fanáticos não há política, estão ali caboclos paranaenses e catarinenses, alucinados, perdidos para o

> trabalho e para a civilização. Tal o seu número, tal a sua obsessão irredutível e sua confiança na proteção divina de José Maria. [...] O foco principal deste movimento tumultuário que anda pelos sertões pertence ao fanatismo. Como é fácil de ver, em uma população como a daquelas regiões, com os elementos heterogêneos, aventureiros, despoliciados, com o pendor ao crime que vem da vida nômade, e das condições do meio, o sentimento de rebeldia alastrou-se, encorajado pelo fracasso do Irani e pelo outros que se seguiram depois. [...] Há os fanáticos e há os que exploram o fanatismo. (O DIA, 17 dez, 1914).

Sobre a fé existente nos redutos, já havia sido transcrita, em edição de 28 de dezembro de 1913 do mesmo jornal, uma narrativa de Frei Rogério Neuhaus, que afirmava:

> A causa principal de todo esse movimento é a crassa ignorância do povo em matéria de religião, abusada por alguns homens mal-intencionados que tinham a astúcia de antes indispor o povo contra os padres, aos quais está entregue a cura espiritual daqueles sítios. Foi assim que no ano passado o já célebre pseudo-monge José Maria incitava o povo contra os padres da Igreja Católica, pregando depois doutrinas em desacordo com as leis do país e perigosas para a sociedade. (O DIA, 28 dez. 1913).

A representação que prevalecia, sobre esse aspecto especificamente, era de que os fanáticos haviam sido instrumentalizados por meio das pregações dos monges e de outras lideranças, que os afastavam da ortodoxia católica. Em outra publicação sobre o mesmo assunto, Frei Rogério chama o movimento de "supersticioso", criticando diretamente o poder republicano: "Novamente por ele se vê quão necessário é o ensino da religião a este povo ignorante do sertão, e quão mal avisado anda o governo quando proíbe o ensino religioso nas escolas" (NEUHAUS, 1915a, p. 74).

Fanatizados, incitados e ignorantes. Assim eram pensados os rebeldes do Contestado, bem como pintados na imprensa, que definia suas crenças como "errôneas mas inofensivas" (FOLHA DO COMÉRCIO, 9 jan. 1914). A expressão *santa religião* não era utilizada profusamente nos vestígios de textos próprios publicados nos periódicos nem na época para qualificar a fé desses atores sociais. O uso de uma expressão dessa monta dependeria da

percepção, por parte dos detratores do movimento, de que tivesse sido gestada uma nova religião, o que não parece ser o caso.

Dito isso, podemos retornar agora ao único vestígio escrito pelos rebeldes, publicado pelo jornal *O Dia* em 6 de março de 1914 e que citei mais anteriormente, do qual consta a expressão em questão. A passagem que Francisco Paes de Farias, conhecido como Chico Ventura, escreve ao seu compadre, Altino Gonçalves de Farias, e na qual afirma que a "irmandade [estava] *cuidando de obedecer a santa religião* pois não obedecemos lei de governo se não só a lei do governo do céu" (O DIA, 6 mar. 1914) pode ser lida a contrapelo. A questão é: estaria Chico Ventura afirmando a autonomia da religião popular do Contestado, uma ruptura com a ortodoxia católica, nominando suas crenças pela expressão *santa religião*?

Acredito que não. Não quero com isso negar a originalidade da religião rebelde, suas particularidades nem mesmo a percepção, por parte dos redutários, de que suas perspectivas religiosas divergiam de um catolicismo ortodoxo. Quero, sim, refletir sobre o uso da expressão *santa religião* pelos rebeldes, e mesmo por seus antagonistas, para exprimir sua fé. Defendo aqui a hipótese a que Chico Ventura se referia, ao falar que estavam "cuidando de obedecer a santa religião": a percepção de que os rebeldes eram aqueles que praticavam a verdadeira religião em sua pureza. Nesse sentido, a santa religião dos rebeldes não seria oposta ao catolicismo, mas sim capaz de redimi-lo.

Analisando o catolicismo rústico no Contestado, Monteiro (1974, p. 81) considera que ele manifestava certa autonomia, expressando-se por intermédio de práticas como batismo e compadrio, além do uso de tratamentos mágico-religiosos para moléstias, recursos de autodefesa e proteção etc. A vida cotidiana, afirma o autor, era impregnada pela religiosidade, sem que houvesse demarcação clara entre natureza, sociedade e sobrenaturalidade. Os monges seriam as grandes personagens dessa religiosidade e expressariam seu caráter mais profundo.

Progressivamente, o monopólio do poder espiritual pelos padres foi sendo questionado, chegando a um confronto simbólico e prático quando do diálogo entre Frei Rogério (representante da ortodoxia católica) e João Maria (símbolo do catolicismo rústico regional). Monteiro (1974) assinala uma atitude dúbia tanto de um lado quanto de outro. O beato, mesmo mostrando-se pouco submisso, não deixou de reconhecer poderes espirituais no frade católico nem, ao mesmo tempo em que os questionou, rompeu relações com eles. Frei Rogério, por sua vez, manifestava certo grau de compreensão diante do catolicismo rústico e dos monges. Portanto, "pode-se falar na existência de uma continuidade entre o catolicismo rústico e o catolicismo oficial como sistemas de crenças e de práticas" (MONTEIRO, 1974, p. 90).

Com a evolução do movimento, os padres ficaram próximos às forças repressoras. Mesmo assim, embora Frei Rogério tenha sido profundamente hostilizado quando da visita a Taquaruçu (SC), em dezembro de 1913, os rebeldes vacilaram diante da possibilidade real de agredi-lo fisicamente ou mesmo matá-lo.[10] Além de vínculos de lealdade para com Frei Rogério e reconhecimento de seus poderes espirituais, havia o "temor de ruptura da continuidade existente entre o mundo religioso rústico e a religião dos padres" (MONTEIRO, 1974, p. 93). Essa ambiguidade parece ter impedido que os redutários se percebessem como artífices de uma nova religião, mas sim como aqueles que professavam com maior pureza a verdadeira *santa religião* – tanto que por ela realizaram uma guerra santa.

Nesse sentido, podemos interpretar a preleção de Praxedes Gomes Damasceno, registrada por Frei Rogério:

> é verdade – afirmou – que nos agrupamos aqui no Taquaruçu, mas isto não foi feito contra o governo. Nós queríamos tratar o nosso corpo doente com José Maria e *praticar a nossa religião católica romana* como os padres nos ensinaram, e fazer comunitariamente as nossas orações. Há nisso alguma coisa que vai contra a Lei? (*apud* STUILZER, 1982, p. 42. Grifo do autor).

10 Para uma análise específica sobre esse encontro, consultar Espig (2000). Vide ainda Queiroz (1966, p. 127-129).

Por essa passagem (embora registrada por um membro do clero, cujo lugar de fala deve ter manobrado as palavras exatas), notam-se certa subordinação à hierarquia católica e a percepção do próprio grupo como católico. Sobre esse fragmento, Machado (2004) considera que o discurso de Praxedes soa falso, pois,

> apesar dos sertanejos se declararem como os verdadeiros católicos, os portadores da verdadeira 'Santa Religião', era de conhecimento geral a desaprovação dos padres em relação às práticas dos monges, inclusive de José Maria. E a recíproca também acontecia. Portanto, num povoado comandado por José Maria não se praticava o catolicismo 'dos padres' (MACHADO, 2004, p. 193).

Dada a ambiguidade apontada por Monteiro (1974), abordada anteriormente, compreendo que, mesmo que seu catolicismo não fosse o mesmo "dos Padres" (e a convicção quanto a isso parece bastante clara em ambas as pontas, isto é, entre os representantes da ortodoxia e entre os sertanejos), ele alimentava o discurso rebelde. Segundo me parece, não existem elementos suficientes para afirmar que esse grupo se percebia como fundador de uma nova religião. Quanto a isso, discordo frontalmente da interpretação de Maurício Vinhas de Queiroz (1966, p. 299), para quem a santa religião ultrapassou o limite de uma simples heresia e se tornou uma nova religião, e tendo a concordar com Monteiro (1974). Para este, não houve cristalização de crenças nem de práticas religiosas definidas, muito menos sedimentação capaz de produzir ortodoxias e heresias. Os deslocamentos, as vicissitudes do conflito, a defesa e a manutenção "não favoreceram uma elaboração doutrinária coerente" (MONTEIRO, 1974, p. 74) que pudesse qualificar a religião do Contestado como uma produção completamente autônoma e inovadora.

A fim de prosseguir na investigação sobre esse objeto tão preciso, considerei importante observar se ocorre o uso da expressão *santa religião* em outras documentações da época, especialmente aquelas que poderiam resgatar falas diretas dos rebeldes. Com essa preocupação, recorri a alguns autos de perguntas e inquéritos policiais militares produzidos no calor do momento.

Embora as maiores preocupações dos militares na condução dos interrogatórios estivessem relacionadas a questões como a localização dos redutos, as alterações de chefia, a quantidade de armas e munições, não deixam de realizar questionamentos sobre os objetivos e a religiosidade dos rebeldes. As respostas desses documentos traduzem pequenas "janelas" de acesso à sua visão religiosa (GINZBURG, 2002).

Assim, vemos que o rebelde *iludido* José Tavares Freire, inquirido em outubro de 1914 e que esteve no reduto de Paciência, declarou ser sua religião a católica, apesar de sua fé em João Maria, "que julga ser santo e achar-se em toda parte" (AUTO DE PERGUNTAS FEITO A JOSÉ TAVARES FREIRE, 1914, p. 3). Innocencio Manoel de Mattos, arrependido por fazer parte do movimento, entregou-se às forças legais por ter conhecimento do apelo do General Setembrino de Carvalho. Sobre a religião "daquele povo", teria como ideais "a restauração da monarchia e *a transformação da religião*, sendo isto o assumpto do dia entre elles, mesmo quando executam as suas manobras (fórmas) gritando vivas à monarchia e diversos santos, vivando tambem o nome de João Maria" (AUTO DE PERGUNTAS FEITO A INNOCENCIO MANOEL DE MATTOS, 1914, p. 4. Grifos do autor). Declarou ainda que possuía mau juízo sobre eles, pois em seu modo de ver roubavam de maneira escandalosa, se manifestavam contra a Igreja e eram inimigos do governo. Em vários inquéritos realizados com indivíduos suspeitos na Vila de Canoinhas, a questão sobre os objetivos dos rebeldes era respondida de modo parecido: teriam vindo aos redutos para trabalhar pela monarquia, religião e execução da sentença de limites. Um deles se fez mais preciso. Segundo Manoel Lourenço Gomes (vulgo Manoel Sebastião), inquirido em fevereiro de 1915 em Rio Negro, a liderança Antônio Tavares havia declarado que, por ordem do monge, "reunia o povo para *levantar a religião cathólica* e decidirem a questão de limites entre este Estado e de Santa Catharina" (INQUÉRITO POLICIAL DE DIVERSOS REBELDES, 1915, p. 2. Grifos do autor).

As menções à religião católica e ao suposto objetivo de "transformá-la" ou "levantá-la" estão em sintonia com a hipótese que defendo. A linguagem do movimento não inclui a terminologia *santa religião*, exceto para referir-se à religião católica, que julgava resgatar com sua luta.

Uma documentação tão rica quanto as orações recolhidas durante o movimento parece corroborar essa suposição.[11] Ao analisá-la, em trabalho anterior, já havia considerado que

> estas fontes nos indicam uma discussão bastante complexa referente à religiosidade do grupo. Embora não possamos negar uma ruptura com a estrutura da Igreja Católica [...] devemos entretanto questionar se tal separação estava clara a nível ideológico. Não questiono a existência de uma 'Santa Religião', fundamentada em crenças não ortodoxas da região, na fé nos monges e em várias outras crenças particulares, porém penso que cabem ainda investigações historiográficas sobre o nível e a intensidade desta ruptura. [...] É possível que, para os rebeldes, ou para parte deles, a Santa Religião não fosse concebida como uma ruptura em relação à religião oficial, mas como um corretivo aos seus problemas. Neste sentido, a Santa Religião seria uma continuidade, melhorada, da Igreja Católica. (ESPIG, 2008, p. 109).

Uma oração atribuída a São José Maria traz inúmeros conselhos próximos à ortodoxia católica, tais como jejum na quaresma, guardar dias de festa, fazer penitência, rezar o terço e confessar aos padres. É bastante claro ao instar: "Meus filhos não abusem com a religião católica" (*apud* D'ASSUMPÇÃO, 1917, p. 361-362). Algumas das orações que circularam naquele período na região parecem ter sido copiadas de algum livro católico, dadas a linguagem e a adequação à ortodoxia, o que parece confirmar certa aproximação entre a religiosidade local e o catolicismo, ou ao menos uma ausência de ruptura (ESPIG, 2008, p. 107).

Parece no mesmo sentido a conhecida "Carta de Jesus Cristo para dar conselho aos errantes do novo século", que critica o distanciamento da fé católica por parte dos cristãos.

11 Por meio das transcrições realizadas em jornais da época e em obras dos *historiadores de farda*, permaneceram vestígios dessas fontes, tão privilegiadas para o conhecimento da religiosidade e da cultura dos rebeldes. Por vezes, as transcrições eram realizadas para demonstrar aos leitores uma presumida *inferioridade cultural*.

> Carta de Jesus Cristo para dar conselho o qual apareceu no mundo para livrar pecadores das penas do inferno que estão merecendo pelo grande erro que estão cometendo. Jamais ninguém adoram santo. Jamais ninguém tem piedade dos necessitados [...]. *Já não procuram ensinar vossos filhos a rezarem a doutrina cristã*, ensinarem a ler para instruírem vossas famílias abrirem os olhos da cegueira em que se criam que ao menos saibam cumprimentar alguém; vivem cometendo grande erro pela brutalidade em que se criam os seus pais de família que só pela grande ambição do trabalho brutal não fazem o menor sacrifício para educação de suas famílias não sabem o grande erro que cometem talvez roubando a felicidade. Seus filhos nem ao menos as crianças sabem fazer o sinal da cruz. Quem não acreditar neste conselho terá no ano seguinte de sofrer medonhos castigos; [...] quem não acreditar e não tiver esta [carta] se arrependerá [...]; quem acreditar e tiver em sua casa será livre com vossa família com vossos frutos com vossos Bens. (*apud* D'ASSUMPÇÃO, 1917, p. 243. Grifos do autor).

Influenciados por esses indícios, os escritores militares (assim como os jornalistas, tal qual já demonstrei) parecem não acreditar em uma *nova religião*, nem usavam a expressão *santa religião* para designar uma ruptura com a religião católica. Ao consultar o relatório do General Setembrino de Carvalho, encontramos rápidas menções àquilo que chamou de "religiosidade primitiva daquelas gentes", contudo a expressão *santa religião* não é encontrada ao longo de suas mais de 300 páginas (*apud* CARVALHO, 1916). Os demais autores militares que consultei (D'ASSUMPÇÃO, 1917; 1918; SOARES, 1931; PEIXOTO, 1995a; 1995b; 1995c), nas raras ocasiões em que utilizaram a expressão, foi de forma incidental, geralmente transcrevendo algum material proveniente dos rebeldes e que pode ser interpretado como uma menção à religião católica, como no trecho a seguir, que transcreve a fala de um crente capturado pelas forças legais, Bernardino José Luiz:

> *Sou um batalhador em prol da santa religião*. Cumprindo a doutrina do 'siô' José Maria, *tudo tenho feito para dizer a verdade que os padres procuram esconder*. As *nossas famílias precisam do amparo da religião para serem felizes*; a 'monarquia é a única lei' que pode bem ajudar a vida dos pecadores; e era isso o que muito desejava o 'siô' José Maria, para felicidade dos 'seus povos' (*apud* D'ASSUMPÇÃO, 1918, p. 295. Grifos do autor).[12]

12 Mantive a transcrição dessa fonte na linguagem original.

Novamente verificamos nesse fragmento o desejo pela renovação da fé católica. Era essa a *santa religião* pela qual Bernardino combatia.

Considero ainda bastante interessante a constatação de que as décimas e trovas coletadas por Euclides José Felippe (1995) não utilizam, em nenhum momento, a expressão *santa religião*. Felippe foi um topógrafo que trabalhou por 45 anos na região e aos poucos se interessou pela cultura local, recolhendo informações e *causos*, tornando-se folclorista. Em 1995 publicou um livro em que relata os episódios do Contestado, mediado por esses contatos e conversas. Ao longo de sua obra, cita textualmente um grande número de poemas, que denomina décimas, elaborados pelos caboclos. Embora nessas criações sertanejas compareçam várias expressões conhecidas do vocabulário rebelde, tais como santo monge, Exército Encantado, quadro santo, entre outras, a fórmula *santa religião* não aparece em nenhum momento.

Considerações finais

Nesse curto ensaio, propus uma hipótese de interpretação acerca da religiosidade do/no movimento do Contestado. Por meio da observação de periódicos no recorte temporal de 1912-1915, constatei que na época a expressão *santa religião* era utilizada essencialmente para referir-se à religião católica apostólica romana e que em apenas duas ocasiões se encontrava relacionada, de alguma forma, aos caboclos do Contestado. Mesmo nessas raras menções, a transcrição literal da fonte abria brechas para um questionamento acerca do sentido atribuído à expressão pelos rebeldes.

Com base nesses vestígios e indícios, parti então para uma revisão mais ampla da imprensa e de outras documentações que pudessem reportar à fala dos redutários. Pude observar, nesse processo, que os jornalistas não utilizavam a expressão *santa religião* para referir-se à religiosidade cabocla. Da mesma forma, não a localizei em autos de perguntas nem em inquéritos realizados

entre agosto de 1914 e fevereiro de 1915. Nos livros produzidos por militares, como Carvalho (1916), d'Assumpção (1917), Peixoto (1995a; 1995b; 1995c) e Soares (1931), a expressão eventualmente surgiu em resquícios de falas dos rebeldes, mas novamente com características de dubiedade, pois pode ser interpretada como uma menção a uma religião católica regenerada ou em vias de regeneração. Dei especial atenção a algumas orações produzidas no seio do movimento e transcritas pela imprensa ou pelos militares e nelas constatei, mais uma vez, a dubiedade a que me referi. A expressão mostrou-se inexistente na coleta de décimas feita pelo folclorista Felippe (1995).

Artigos produzidos por representantes da ortodoxia católica, especialmente Frei Rogério Neuhaus (1915a) e Frei Cândido Spannagel (1915), encontrados na revista *Vozes*, de Petrópolis, bem como o livro de Frei Aurélio Stulzer (1982), não referendam a sugestão de Maurício Vinhas de Queiroz (1966, p. 299) de que o movimento do Contestado produziu uma nova religião e "um novo Deus". Acredito que essa hipótese, mesmo que não tenha sido aceita majoritariamente pela historiografia posterior sobre a temática, influenciou os pesquisadores subsequentes a pensarem a religiosidade local de forma especialmente autônoma. Com isso, considero que o uso da expressão *santa religião* para dizer respeito ao Contestado deve ser visto conforme alguns parâmetros.

- Ao contrário de outras expressões correntes na fala do movimento, tais como Exército Encantado, guerra santa, santo monge etc., a expressão *santa religião* surge em vestígios raros, transcritos em fontes periódicas ou militares;
- A expressão *santa religião*, na época, era popularmente utilizada para designar a religião católica apostólica romana;
- Mesmo nos raros vestígios em que surge associada aos rebeldes, deixa dúvidas quanto ao seu uso, pois, no pensamento religioso local, que oscila entre autonomia e sujeição à ortodoxia, poderia significar o desejo de renovação da Igreja católica, "para dizer a verdade que os padres procuram esconder", pois

"nossas famílias precisam do amparo da religião para serem felizes" (D'ASSUMPÇÃO, 1918, p. 295);

- A expressão *santa religião*, quando documentada nas falas rebeldes, refere-se à religião católica, seguindo o uso corrente na época. Sendo assim, não condiz com o conjunto de expressões particulares ao movimento nem deve ser tida como parte de uma linguagem própria, interna;
- A religião rebelde possuía características próprias, que não analisei aqui, e o fato de não contarem com uma expressão própria para defini-la não diminui sua importância.

Haja vista esses cinco pontos, que discuti ao longo do artigo, traço a seguir algumas considerações relevantes do ponto de vista da historiografia.

Seria um trabalho importante verificar quando e como teve início o uso historiográfico da expressão *santa religião* para definir os contornos da religiosidade própria ao movimento do Contestado. Pelas suas dimensões, essa tarefa escapa aos limites deste artigo, que cumpre a função de dividir algumas suposições e contribuir para o debate mais amplo sobre a cultura local. Acredito que seu uso por parte da historiografia partiu dos documentos citados, nos quais as falas de rebeldes mencionam a expressão. A sugestão de Queiroz (1966, p. 298), que utiliza a expressão *santa religião* para designar uma formação religiosa distinta tanto do catolicismo dos padres quanto da religião rústica existente antes do movimento, parece ter sido fundamental para a popularização historiográfica desses termos. Também acredito que o fato de existirem, de forma mais constante e documentada, expressões e termos que compõem uma linguagem própria ao movimento e que possuem referencial religioso (santo monge, guerra santa, Exército Encantado etc.) tenha contribuído para a rápida aceitação da expressão *santa religião* para se referir ao Contestado.

Isto posto, gostaria de dizer que não vejo problemas em designar a religiosidade cabocla do Contestado por

meio da expressão *santa religião*, seja em meios acadêmicos, seja em populares. Penso que o termo possui contornos próprios, estudados até aqui em produções historiográficas, antropológicas e sociológicas, e acredito que naquele contexto foram gestadas particularidades inéditas e muito interessantes. Como sugestão de uso, porém, destaco que a expressão ficaria mais delimitada se agregássemos a ela o qualificativo *do Contestado*. Ou seja, o tratamento *santa religião do Contestado* tornaria a expressão mais consistente e a distinguiria de forma apropriada da *santa religião* da época, a católica. Nesse caso, entendo que se poderia renunciar ao destaque. Esse uso deverá estar acompanhado da percepção de que, muito provavelmente, os sertanejos não utilizavam essa expressão de modo corriqueiro nem com a mesma especificidade que buscamos atribuir-lhe em nossa visão retrospectiva.

Tendo isso em mente, estaremos nos aproximando de maneira mais sólida das representações e práticas culturais regionais, redimensionando a grande necessidade de debates em torno da religiosidade do movimento, que deverá ainda ser motivo de muitas e consistentes pesquisas. O presente artigo traz elementos para propor, mas de forma nenhuna esgotar, o debate em torno da santa religião do Contestado.

Referências

Fontes periódicas

FOLHA DO COMÉRCIO. Florianópolis, 9 jan. 1914.

GAZETA DO COMMERCIO. Joinville, 11 mar. 1914.

O DIA. Florianópolis, 28 dez. 1913.

O DIA. Florianópolis, 6 mar. 1914.

O DIA. Florianópolis, 17 dez. 1914.

O IMPARCIAL. Canoinhas, 15 dez. 1915.

Fontes impressas

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do Contestado:* as operações da Columna do Sul. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, v. 1, 1917.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do Contestado:* as operações da Columna do Sul. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, v. 2, 1918.

FELIPPE, Euclides José. *O último jagunço: folclore na história do Contestado.* Curitibanos: Universidade do Contestado, 1995.

NEUHAUS, Rogério. Os fanaticos do sertão. Deploraveis fructos da educação areligiosa. *Vozes*, Petrópolis, a. 9, v. 1, p. 72-74, 1915a.

NEUHAUS, Rogério. Os "fanaticos". *Vozes*, Petrópolis, a. 9, v. 1, p. 87-92, 1915b.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995a.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995b.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995c.

SOARES, J. O. Pinto. *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

SPANNAGEL, Cândido. *Os jagunços do sul*. Vozes, Petrópolis, a. 9, v. 1, p. 42-47, 1915.

STULZER, (Frei) Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916):* a contribuição dos franciscanos. Petrópolis: Vozes, 1982.

Autos e inquéritos militares

AUTO DE PERGUNTAS FEITO A INNOCENCIO MANOEL

DE MATTOS. 23 out. 1914.

AUTO DE PERGUNTAS FEITO A JOSÉ TAVARES FREIRE. 18 abr. 1914.

INQUÉRITO POLICIAL DE DIVERSOS REBELDES. Canoinhas, 5 fev. 1915.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JÚNIOR, Jair de. *A religião contestada:* elementos religiosos formadores do messianismo contestado. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria:* interpretação da campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CAVALCANTI, Walter Tenório. *Guerra do Contestado:* verdade histórica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço.* Florianópolis: FCC, 1986.

ESPIG, Márcia Janete. A construção de um "outro século": milenarismo e imaginário no movimento do Contestado. *História Social,* Campinas, n. 7, p. 85-97, 2000.

ESPIG, Márcia Janete. *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado.* Canoas: Editora da Ulbra, 2002.

ESPIG, Márcia Janete. As orações no movimento do Contestado: uma prática cultural. *In*: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (org.). *A guerra santa revisitada:* novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 93-118.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 269-289, 1998.

FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria:* recusa dos excluídos. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

FOGELMAN, Patricia Alejandra. La religión como objeto de análisis: sobre el concepto y tres vías de abordaje histórico. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 7, n. 21, p. 7-23, 2015.

GALLO, Ivone Cecília d'Ávila. *O Contestado:* o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GERSON, Brasil. *Pequena história dos fanáticos do Contestado*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror:* quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força:* história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GÓES, César Hamilton Brito. *Nos caminhos do santo monge:* religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. *In*: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 329-352.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O eremita das Américas:* a odisseia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. *In*: VENDRAME, Maíra *et al.* (org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 245-261.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 133-161.

LUIZ, Aujor Ávila da. *Os fanáticos:* crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. Contribuição para o estudo de antropo-sociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina. Florianópolis: *[s.n.]*, 1952.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século:* um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

OLIVEIRA, Beneval de. *Planaltos de frio e lama:* os fanáticos do Contestado. Florianópolis: FCC, 1986.

OLIVEIRA, Célio Alves de. *A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado, Santa Catarina.* (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *La "Guerre Sainte" au Brésil:* le mouvement messianique du "Contestado". São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O catolicismo rústico no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 5, p. 104-123, 1968.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O messianismo no Brasil e no mundo.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social:* a guerra sertaneja do Contestado – 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário*

de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TONON, Eloy. *Os monges do Contestado:* permanências, predições e rituais no imaginário. Palmas: Kaygangue, 2010.

VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (org.). *Nem fanáticos, nem jagunços:* reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

WELTER, Tânia. *O profeta São João Maria continua encantado no meio do povo:* um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropogia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Monges e frades:
rezas e curas na região do Contestado

Delmir José Valentini

Josiane Suelen Kamin

A presença de monges, frades, curandeiros e benzedores no interior do Brasil é destacada pela historiografia desde os tempos do período colonial, mas foi na segunda metade do período imperial que surgiram personagens profundamente marcantes, com frequência presentes nos jornais, descritas em livros e, sobretudo, reverenciadas pela tradição oral, com atribuições de feitos maravilhosos por meio das rezas, das curas, das profecias, dos conselhos, e não lhes faltam atribuições de milagres realizados.

Entre o fim do século XIX e a primeira década do século XX, os monges João Maria de Agostini e João Maria de Jesus apareceram em inúmeras fontes pela origem estrangeira, pela presença e peregrinação pelo interior do Brasil, principalmente no sul, sendo ambos tributários de fabulosas narrativas e herdeiros de memórias associadas a práticas do bem, incluindo a cura de doentes pela utilização das águas, de ervas medicinais e de rezas poderosas.

A presença da religião oficial no interior de Santa Catarina se intensificou na última década do século XIX, quando os religiosos franciscanos se estabeleceram na cidade de Lages, no vasto planalto onde os ensinamentos e as práticas religiosos encontravam origem nas palavras e atitudes dos monges João Maria de Agostini e João Maria de Jesus, sendo possível, por um diálogo ocorrido entre este último e o Frei Rogério Neuhaus, perceber as práticas realizadas e as disputas protagonizadas pela

ocupação do espaço sagrado, mágico e religioso, na prescrição e administração dos lenitivos para o corpo e para a alma.

Curas e rezas na região do Contestado

As práticas de cura utilizadas naquele contexto, distante dos centros de tratamento de saúde e dos conhecimentos científicos disponíveis, incluem a utilização de ervas consideradas medicinais, cujo recurso já era conhecido e praticado pela população interiorana, com tradições herdadas dos moradores mais antigos, como indígenas, negros, brancos e mestiços, e reforçadas pela presença dos monges, muito antes da religião católica oficial.

Além de observar as condições sanitárias do período abordado, também é importante perceber as diversas doenças que acometiam a população. Em notícias publicadas em jornais[1] incidem descrições detalhadas das *influenzas*, febres do reinado, boubas e outras epidemias, assim como também as condições sanitárias da província e a forma dos atendimentos então prestados, sendo perceptíveis a precariedade e a dificuldade em debelar os surtos.

Um caso noticiado pelo jornal *Correio da Tarde* datado de 25 de abril de 1884 aponta outro problema. O autor da notícia fazia duras críticas à contratação de médicos para atuarem na capital, conforme pretendido pelo presidente da província. O entendimento era de que ali já havia médicos suficientes, porém eram inexistentes nas demais regiões.

Importante observar que durante o período imperial se tinha a figura do físico-mor, que portava uma autorização para medicar. Este podia ser um barbeiro, um médico ou até mesmo

1 Entre os jornais que noticiaram a febre, no ano de 1892, o jornal *Xapecó* divulgou a expressão *influenza* (BORMAM, 1892). No *Correio da Tarde*, apareceu no ano de 1884 a expressão *epidemia*. O jornal *Dezenove de Dezembro*, no ano de 1882, descreveu a epidemia como boubas, a destacava como uma doença de escravos e que estaria cessando com as melhoras sanitárias e também em decorrência do fim do tráfico de escravos na província (LOPES, 1882).

um curandeiro. Além do físico-mor, apenas os médicos que haviam cursado a faculdade de Medicina eram autorizados a medicar. As câmaras municipais tinham um número reduzido de médicos, em geral superados pelo número de curandeiros e constantemente gerando competições acirradas pelos tratamentos e curas.

Nem sempre a disputa favorecia quem tinha autorização para medicar. Um artigo escrito por um médico publicado num jornal no ano de 1881[2] descrevia situações de descrédito e resistência da população:

> a vida do médico põe aquele que a exerce em colisões horríveis. Chamam pra ver um doente de ataque apoplético por exemplo, mas nada fazem do que se aconselha. [...] Na terra só existem uns curandeiros ordinários, e unicamente eu é que posso fazer bem aquele doente. Mas se não fazem o que indico, se tiram-me os meios de obrar e com isso causam a morte do doente, e dahi o meu descrédito? (VELHO, 1881, p. 2).

As moléstias, a distância dos centros onde havia mais médicos e a descrença nos profissionais com autorização propiciavam possibilidades de buscar curas e lenitivos em quem estivesse por perto e na prática comprovasse alívio para os males, que não eram poucos. A população buscava nos curandeiros, benzedores e, principalmente, monges esperança das curas possíveis e imaginárias.

Segundo um historiador catarinense que também exerceu a medicina, embora décadas depois do período de estudo deste texto, as crenças e as superstições tornavam-se na época as únicas alternativas de cura, e isso estava relacionado diretamente com a histórica formação populacional da região do Contestado (CABRAL, 1942, p. 264). Para o sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz (1981), as crenças eram advindas das crendices e superstições e uma "medicina religiosa" era

2 O jornal paranaense *Dezenove de Dezembro* em sua edição 2.186, de 1881, traz o texto de Jorge Velho, o qual descreve as tribulações de um médico da roça, relatando assim como era a relação dos médicos nas sociedades rurais na província paranaense. Como a região do Contestado pertencia a essa província nesse período, estende-se essa visão também aos campos de Palmas e às terras contestadas.

exercida pelos monges na região do Contestado, espécie de mágicos ou sacerdotes.

> Eram agentes através dos quais aquela sociedade arcaica e patrimonialista acreditava poder alcançar num plano sobrenatural o que lhe era negado pelo atraso técnico ou pela injustiça – real e imaginária – das relações existentes entre os homens. (QUEIROZ, 1981, p. 51).

Sobre a presença e a influência dos monges na Região Sul do Brasil, estudos mais recentes destacam que "sob o nome Monge João Maria vários indivíduos se apresentaram" (KARSBURG, 2012, p. 20), mas para a crença popular existiu apenas um único monge, sendo comum a população, diante da possibilidade de existir mais do que um João Maria, se referir a ele usando a expressão o monge verdadeiro. Na historiografia, os papéis são atribuídos a três personagens, cada uma contextualizada em seu tempo: João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria.

> O primeiro deles o monge italiano João Maria de Agostini, peregrino que esteve no Brasil em meados do século XIX; o segundo, inspirado no anterior, aumentou o prestígio do nome, ficando conhecido como monge João Maria de Jesus, atuante em todo planalto meridional brasileiro entre 1893 e 1906; e um terceiro, denominado José Maria de Santo Agostinho, sendo o único dos monges a ter realmente participado da Guerra do Contestado, conflito ocorrido no interior de Santa Catarina entre 1912 e 1916. (KARSBURG, 2012, p. 20).

Na tradição oral, atribuições de que os monges João Maria de Agostini e João Maria de Jesus foram uma única pessoa são feitas até a atualidade, antes de tudo um grande curador: "Pedindo remédio, os moradores das vizinhanças cercavam-lhe o pouso" (QUEIROZ, 1981, p. 49). Ainda é destacado como conhecedor de uma medicina considerada mágica. Por exemplo, em situações em que o doente não conseguia ir até onde o monge se encontrava, alguém comparecia para pedir ajuda. Entre as práticas mais comuns, estava a receita de um chá de vassourinha-do-campo, até hoje utilizada e também chamada de vassourinha-do-monge.

> João Maria não era apenas um grande mago ou curador. Preenchia perfeitamente funções de sacerdote; dirigia rezas coletivas e

> cânticos religiosos. Muitos sertanejos deixavam os filhos anos a fio sem batismo, à espera que um dia aparecesse o monge. Ele não só batizava; também casava e dava bons conselhos. Benzia as roças e o gado. (QUEIROZ, 1981, p. 49-50).

Segundo Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 164), a "figura deste monge curandeiro, conselheiro e profeta, pode ter as mais diferentes origens e épocas distintas, mas, para o habitante do planalto catarinense, só existiu um monge João Maria". Também em Duglas Monteiro (*apud* MACHADO, 2004, p. 166) aparece:

> a atividade dos monges estava a serviço e era a expressão da autonomia do mundo religioso rústico, autonomia que se manifestava [...] através de práticas mágico-religiosas ligadas ao tratamento de moléstia, a recursos de autodefesa e proteção, e à tradição das festas dos padroeiros locais. (MONTEIRO, *apud* MACHADO, 2004, p. 166).

Monges e frades no universo sertanejo

No universo sertanejo da vasta região do Contestado, a palavra já estava semeada pelo(s) monge(s) quando a religião oficial se instalou, com a missão de implantar as práticas do catolicismo ultramontano, até então tarefa desempenhada com carisma pelos curandeiros, benzedores e monges que palmilhavam a região, bem conhecidos e muito respeitados.

A chegada do novo líder, estrangeiro e com sotaque acentuado, falando uma linguagem bíblica desconhecida, não foi a princípio bem-vista por todos. Nos lugares por onde andaram Frei Rogério Neuhaus e os demais franciscanos, juntamente com uma recepção calorosa, também rondavam rumores e desconfianças pela cobrança dos serviços prestados. Mais ainda, não raras vezes as práticas dos frades eram percebidas com descrédito. No momento de reunião de um grande grupo de pessoas no primeiro reduto em Taquaruçu (SC), por exemplo, Frei Rogério chegou a ser hostilizado.

Estabelecidos no convento em Lages, os frades circulavam pela vasta região de serra-acima. Apesar de Frei Rogério ter

origem estrangeira, da sua formação e da dificuldade de transporte e comunicações, diversos pesquisadores concordam com o fato de que ele conseguiu se adaptar aos padrões locais da região de forma relativamente rápida, cabendo-lhe a incumbência de

> tratar da 'cura d'almas' dos católicos de um território imenso, que abrangia desde Lages, São Joaquim, Curitibanos e Campos Novos até as fronteiras ao Norte, com o Paraná, e a outras fronteiras ao Sul, com o Rio Grande do Sul. (AGUIAR, 2017, p. 32).

A incumbência de tratar da "cura d'almas" também pode ser observada nas práticas dos monges, assim como uma relação de proximidade com a Igreja oficial, principalmente por parte de João Maria de Agostini, que é citado por realizar ações exclusivas de sacerdotes, mantendo diálogo com padres e marcando presença em igrejas. João Maria de Jesus, o segundo monge, realizava batizados, mas mantinha certo distanciamento dos padres. Até mesmo se negou a uma confissão e tampouco participou da missa realizada pelo Frei Rogério, para a qual teria sido convidado pelo frade. José Maria, por sua vez, realizava batizados, receitava ervas e fazia rezas e curas. Igualmente ao seu antecessor, negou-se a participar da missa e confessar-se ao padre, afirmando que não queria dar motivo para que falassem dele (QUEIROZ, 1981, p. 83).

Segundo Cabral (1960), a conversa do primeiro monge, João Maria de Agostini,

> era sobre coisas santas, entremeavam-se de conselhos sobre preces e penitências, em tudo condizentes com os mandamentos da Igreja. Estas práticas, entretanto, não eram frequentes, pois ao eremita bastava o contacto que buscava estabelecer com o Senhor, na solidão da sua gruta, através da contemplação, da prece e da mortificação. Afastava-se de contatos mais íntimos com a comunidade – e por isso mesmo a sua ausência, nem sempre chamava a atenção, passando, as mais das vezes, despercebida a da população local. (CABRAL, 1960, p. 113).

Contudo o segundo monge, João Maria de Jesus, mesmo que afirmasse estar pagando penitência, possuía relativa semelhança física com o primeiro. Além disso,

> adotou várias práticas do monge desaparecido. Vários cruzeiros foram erigidos, várias 'águas santas' foram sinalizadas pelo segundo monge, que também evitava aglomerações de fiéis, ficando muito pouco tempo em cada região que passava. (CABRAL, 1960, p. 168).

Sua passagem pela região do Contestado ficou registrada com muito misticismo em torno da sua presença.

> O que auxiliou de forma irresistível o aumento da devoção a São João Maria foram as inúmeras referências às suas prerrogativas e poderes sobrenaturais. Pela tradição cabocla, muitas curas são atribuídas diretamente à ação do monge, ou indiretamente, através da cura nas 'águas santas', do chá que era feito a partir das cinzas de suas fogueiras, das cascas das árvores onde ele 'pousava'. João Maria, como Cristo, tinha poderes especiais, como atravessar rios caminhando sobre as águas, sofrer tempestades e tormentas sem nunca se molhar, realizar curas milagrosas, adivinhar os pensamentos das pessoas e profetizar sobre o futuro. (CABRAL, 1960, p. 168).

Em 1897 num encontro entre Frei Rogério e Monge João Maria de Jesus, realizado num lugar denominado Capão Alto,

> o monge e o sacerdote católico discutiram ainda sobre o fim do mundo, tendo alegado o primeiro que as suas crenças se baseavam na sagrada escritura, da qual ele possuía um exemplar – que seria da 'boa, e não a dos protestantes'. (QUEIROZ, 1981, p. 52).

Após o desaparecimento de João Maria, surgiu em 1911 "um curandeiro de ervas, conhecido por José Maria de Santo Agostinho" (QUEIROZ, 1981, p. 81). Ele não era um curandeiro vulgar,

> sabia ler e escrever e, há muito possuía uns cadernos nos quais anotava as propriedades medicinais – comprovadas pela prática e pela experiência popular – de numerosas plantas da flora de Serra-Acima. (QUEIROZ, 1981, p. 81).

Queiroz (1981) afirma que José Maria chegou a instituir a farmácia do povo, "onde todos que tinham recursos pagariam, no mínimo, dois mil-réis pela consulta. Utilizar-se-iam os fundos assim conseguidos para socorrer os mais necessitados" (QUEIROZ, 1981, p. 81).

Considerações sobre as atividades religiosas e curativas dos monges, até então proféticas, não passavam despercebidas na

serra-acima. Ao mesmo tempo em que os monges circulavam pela região, também havia os padres que auxiliavam nas curas. Com isso, notam-se algumas características bem específicas de cada um deles e como eram vistos pela população.

A figura do padre, mesmo que escassa, também era necessária. Segundo Cabral (1942, p. 261), "os padres sempre foram amigos de curar, não só as almas mas ainda a matéria, aliviando as dores das suas ovelhas". O autor continua: "Nas paróquias do interior, longe de recursos médicos, o padre indiscutivelmente o homem em geral mais adiantado e capaz, não raro era solicitado a curar" (CABRAL, 1942, p. 261). Ainda reforça: "Bastava um 'guia' qualquer, uma botica de emergência ou mesmo homeopática e um homem observador e de bom coração" (CABRAL, 1942, p. 261) para que fosse chamado de curador.

São perceptíveis entre monges e frades diversos diálogos muito próximo e, por vezes, na mesma direção, outros nem tanto e até em direções totalmente opostas. O discurso utilizado pelas diferentes personagens é genuíno e registrado com base em palavras e feitos dos monges e frades, porém muitas narrativas foram registradas ou mesmo contadas por terceiros, em contextos posteriores e diferentes. Tais atribuições, mesmo narradas como dos monges e frases, não conferem.

No caso de atribuições feitas por fiéis e admiradores, por vezes, pairava uma verdadeira idolatria pelos líderes e a crença absoluta nos efeitos práticos, fosse das ações, fosse das palavras, cristalizando percepções de que se tratava de salvadores onipresentes e únicos portadores da chave da salvação. Os monges eram ouvidos pela comunidade, pois "o povo que os cercavam queria remédios" (QUEIROZ, 1981, p. 52). A Igreja católica, representada pela figura de Frei Rogério, instituía a religiosidade católica nos estatutos oficiais na tentativa de converter os fiéis distantes, que escutavam os monges e praticavam uma religiosidade rústica (MONTEIRO, 1974, p. 81-82).

Frei Rogério "mandou vir uma farmaciazinha portátil de homeopatia e começou a receitar" (QUEIROZ, 1981, p. 52). Também há percepções sobre a importância do uso dos remédios largamente oferecidos pelos monges. Ora curando com as águas (João Maria de Agostini), ora com a vassourinha-do-monge (João Maria de Jesus), ora com a farmácia atribuída a José Maria, todos angariavam discípulos fiéis, admiradores e pessoas agradecidos pelas curas proporcionadas.

As receitas e sugestões práticas oferecidas pelos curandeiros, monges e até padres para muitos eram as únicas formas de buscar alternativas de cura (CABRAL, 1942, p. 263). Queiroz (1981, p. 58) vai além e destaca que, com essas práticas, Frei Rogério "principiou a ser considerado um monge" e os doentes que ele tratava "passavam a chamá-lo paizinho".

> Frei Rogério era muito procurado pelos habitantes locais e por pessoas das regiões mais distantes, que acorriam a Lages com a finalidade de receber os remédios homeopáticos que o padre distribuía e para serem curadas de toda sorte de doenças. (AGUIAR, 2017, p. 32).

Com a chegada de sua farmaciazinha, Frei Rogério começou a receitar e aos poucos foi conduzindo os sertanejos para a ortodoxia católica, fazendo especialmente com que aceitassem a confissão e a comunhão como algo costumeiro.

> Em toda parte, por onde andava, Frei Rogério levava consigo sua botica homeopática e seus remédios, que o acompanhavam mesmo nas circunstâncias mais adversas e difíceis para atuar um padre e homeopata. [...] Se a cura para o corpo era a homeopatia, a cura para a alma era a administração dos sacramentos, sem os quais os moribundos não obteriam a preparação necessária para a morte e para a salvação (AGUIAR, 2017, p. 33).Chegaram a atribuir a Frei Rogério poderes mágicos, nos quais acreditavam os seus próprios colegas. Viajava pela região serrana, batizava e pregava, fazia caridade, ameaçava com as penas do inferno os casais não ligados pelo casamento religioso, exorcizava possessos do diabo. (QUEIROZ, 1981, p. 58).

O primeiro encontro entre Frei Rogério e o Monge João Maria de Jesus ocorreu no ano de 1897, conforme apontam diversos autores (CABRAL, 1960; QUEIROZ, 1981; MACHADO, 2004), embora

uma fonte muito importante venha de um livro de Frei Pedro Sinzig (1939), destacando a vida de Frei Rogério no Brasil e, sobretudo, detalhando o encontro entre ambos os párocos.

As práticas de João Maria pairavam como ameaças ao catolicismo de Frei Rogério, pois o monge também executava funções sacerdotais, como batismo, admoestação com mensagens apocalípticas, sugestões de penitência, criando uma relação aparentemente de competição e disputa pelo espaço religioso.Cabe ressaltar, porém, que nem somente de conflitos distanciantes é tecida a colcha que aquece as relações entre Frei Rogério e os monges João Maria. A teia que enreda Frei Rogério e a população sertaneja das regiões pelas quais peregrinava como padre-homeopata também não pode ser simplificada por discrepâncias que não dialogam entre si. O ponto de encontro é que à medida que ia prescrevendo e distribuindo seus remédios homeopáticos, curando enfermos e ganhando fama, Frei Rogério ia se tornando um santo à semelhança dos monges (AGUIAR, 2017, p. 36).

Entre as diferenças e semelhanças nas curas, nem sempre a população estava interessada na origem delas, fossem de padres, fossem de monges. A sua execução resultava no misticismo em torno das práticas por meio da homeopatia, das plantas, bem como das rezas, dos rituais e das crenças. Monges ou frades, o interesse estava na aproximação e aceitação da população. Anúncios publicados em jornais entre os anos de 1880 e 1912 apresentam propagandas de medicamentos indicados para diversas enfermidades, o que de certa forma demonstra que existiam tratamentos considerados eficazes para as moléstias que afligiam a população de serra-acima, mas, mesmo assim, pelo alto custo, pela falta desses medicamentos ou pelo difícil acesso aos estabelecimentos que os distribuíam, a população buscava nos monges e no Frei Rogério as curas possíveis e imaginárias.

Interessante destacar um ponto. Com exceção de José Maria, todos os demais eram estrangeiros e teoricamente desconheciam a flora e suas propriedades medicinais, no entanto todos praticavam curas com base nos elementos naturais e tinham grande

receptividade da população local. Buscavam conhecimentos populares e tradições anteriores para as curas maravilhosas. A população, além das receitas e de destacar milagres, acolheu as personagens como portadores de santidade, lembrando-se deles e venerando-os mesmo na atualidade.

Referências

Jornais

BORMAM, J. B. Influenza. *Jornal Xapecó*, Xanxerê, ano 1, n. 1, 7 fev. 1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=895717&pesq=&pagfis=1. Acesso em: 28 ago. 2020.

CORREIO DA TARDE. Um médico contractado. *Correio da Tarde*, n. 94, p. 2-3, 25 abr. 1884. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=886297&Pesq=%22hygiene%22&pagfis=362. Acesso em: 31 ago. 2020.

LOPES, Jesuino da Silva. Comunicados. *Dezenove de Dezembro*, Curityba, ano 29, n. 6, 21 jan. 1882. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=416398&pasta=ano%20188&pesq=%22curandeiros%22&pagfis=10453. Acesso em: 20 ago. 2020.

VELHO, Jorge. Tribulações de um médico da roça. *Dezenove de Dezembro*, n. 2186, 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/416398/per416398_1881_02186.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Taylor Pedroso. *Resgatando laços entre catolicismo e homeopatia:* práticas curativas e medicina homeopática nas trajetórias de três sacerdotes católicos. (Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CABRAL, Oswaldo R. *João Maria:* interpretações da campanha do

Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 310, 1960.

CABRAL, Oswaldo R. *Medicina, médicos e charlatães do passado*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1942.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O eremita do Novo Mundo:* a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869). Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século:* um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. (Série Universidade 2).

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*. A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

SINZIG, Frei Pedro. *Frei Rogério Neuhaus*. Petrópolis: Vozes, 1939.

II PARTE

O passado revisitado: reflexões sobre historiografia e fontes históricas

Os militares e a questão agrária no Contestado

Paulo Pinheiro Machado

Ao longo das últimas décadas tem acontecido uma importante revisão historiográfica sobre o movimento dos sertanejos do Contestado e da guerra movida contra eles pelo exército e as forças policiais dos estados de Santa Catarina e Paraná. Durante o período da guerra e nos anos seguintes, alguns oficiais militares que participaram do conflito escreveram memórias, livros de campanha, relatórios e obras de análise mais aprofundada tentando explicar a natureza e as especificidades da campanha. São autores com diferentes propósitos e com um razoável grau de diversidade de abordagens. Em que pese uma visão predominantemente urbana e elitista em relação às populações do interior, a literatura militar levantou a questão agrária como parte dos problemas que motivaram o conflito. Esses "historiadores de farda" (RODRIGUES, 2008) escreviam sob o impacto de experiências militares anteriores, notadamente sobre Canudos e a Revolução Federalista.

O envolvimento das forças de primeira linha do exército no combate a insurgências internas, contra a própria população brasileira, não era uma novidade republicana. Vários conflitos durante o Império e o período colonial português ajudaram a moldar toda uma forma de agir e relatar das forças oficiais. Além dessas experiências, os oficiais vinham de uma formação acadêmica específica e estavam inseridos num contexto de educação militar que era parte da educação da oficialidade dos exércitos contemporâneos. Parte dessa formação era refletir sobre a sociedade brasileira com as demandas de seu tempo, que incluíam as necessidades

de modernização do exército e as dificuldades recorrentes do recrutamento militar. Desse modo, não há como desconectar as narrativas militares de uma avaliação do país como um todo, principalmente em suas regiões interioranas.

Com essas observações iniciais, não almejo modificar as avaliações predominantes a respeito da literatura produzida pelos cronistas militares, oficiais do exército brasileiro que, em linhas gerais e com diferenças entre si, justificaram a ação militar sobre as populações sertanejas, pelos mais diferentes propósitos, desde a obediência às ordens governamentais até a imputação de estigmas preconceituosos em relação a populações nacionais do interior, como a imprecação da ignorância, do fanatismo, do banditismo, da selvageria e outros termos pejorativos.

O que pretendo chamar a atenção é que, mesmo de forma subliminar e muito secundária, os cronistas militares, em diferentes momentos, apontaram para os problemas agrários: grilagem de terras públicas, expropriação de posseiros e lavradores pobres, desmando de chefes políticos locais sobre a população pobre, a "politicagem local", o "caudilhismo" e outros termos para explicar o fenômeno e a prática do coronelismo no planalto.[1]

A presença de tropas federais na região era uma realidade desde o começo do conflito. Uma unidade de cavalaria comandada pelo Coronel Pyrro fez expedição de reconhecimento à região de Irani (SC) após a desastrosa derrota da força paranaense em outubro de 1912, no combate que sinalizou o início da Guerra do Contestado. Nesse mesmo ano, o 54.º Batalhão de Caçadores, que atuaria até o fim da guerra, foi transferido de Florianópolis (SC) a Lages (SC). Em 28 de dezembro de 1913 forças do exército secundaram a polícia catarinense no primeiro e malogrado ataque a Taquaruçu (SC). No segundo ataque à localidade, em 8 de fevereiro de 1914, já havia uma tropa de mais de 500 soldados do exército. No ataque a Caraguatá (SC), em março, mais de 900 soldados foram empregados. A derrota

1 Um estudo mais sistemático sobre a questão agrária no Contestado fiz no capítulo "Fronteira, legislação e colonização no planalto meridional brasileiro ao final do século XIX" (MACHADO, 2015).

federal em Caraguatá fez com que esse número aumentasse nos meses seguintes. O aumento do contingente federal acentuou-se com a chegada da expedição do General Mesquita e seus 1.500 soldados, deslocados do Rio Grande do Sul.

A campanha do General Mesquita foi rápida, atuou contra algumas guardas rebeldes e incursionou sobre o reduto de Caraguatá, que havia sido abandonado pelos sertanejos após uma epidemia de tifo. Seu principal combate foi contra a Guarda de Santo Antônio, considerado principal alvo rebelde. Em junho de 1914 Mesquita recolheu suas forças ao Rio Grande do Sul, queixando-se da falta de orçamento, das dificuldades de relacionamento com o General Abreu, comandante da XI Região Militar de Curitiba, com a necessidade de gastar 1/4 de seu orçamento no pagamento a grupos de vaqueanos, além de outras reclamações contra comerciantes e especuladores da região. Mas as acusações de Mesquita são contra os governos estaduais:

> solicitei minha exoneração por ter concluído a minha missão, não me competindo mais andar com forças federais à caça de bandidos, como Capitão de Mato do tempo da escravatura. Aos governos do Paraná e Santa Catarina compete agora, com suas forças policiais, exterminar os bandidos que aparecerem limpando, assim, a zona de elementos perniciosos. Em parte, a culpa é dos referidos governos que descuram da instrução, deixando a ignorância campear livremente, chegando o fanatismo a construir grupos, como o que acabo de aniquilar numa vitória inglória. (SOARES, 1931, p. 73).

A desqualificação dos sertanejos como "bandidos" não deixa de apontar que existia um problema social a reclamar a ação das forças, tal como "Capitães do Mato do tempo da escravatura". É uma referência à frase do Tenente-Coronel Senna Madureira, nos anos finais do Império, quando declarou que o exército não seria empregado como capitão do mato para capturar escravos fugitivos, numa época em que as fugas em massa de cativos se multiplicavam, com apoio de jangadeiros, ferroviários e populações urbanas. Fica evidente a identificação de um conflito social e que este devia ser resolvido pelas polícias estaduais. Mesquita era veterano da Guerra do Paraguai, da Revolução Federalista e de Canudos. Frank

McCann (2007, p. 181) infere que "talvez fantasmas de Canudos tenham visitado a barraca do General à noite, e ele tenha tentado evitar uma nova carnificina".

Terra como direito

O Tenente Herculano Teixeira D'Assumpção, que escreveu sobre a Coluna Sul, chefiada pelo Tenente-Coronel Estilac Leal, na campanha do General Setembrino de Carvalho, informa a respeito de um bilhete encontrado no bolso de um sertanejo morto na Estação Calmon com os seguintes dizeres:

> 'Nós estava em Taquaruçu tratando da nossa devoção e não matava nem roubava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças, portanto o causante de tudo isso é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a Lei de Deus que é a Monarquia. O Governo da República toca os filhos brasileiros dos *terrenos* que pertence à Nação e vende para o estrangeiro, nóis agora estamo disposto a fazer prevalecer os nossos direito' e 'Nóis *não tem direitos de terras* tudo é pras gentes da Oropa'. (ASSUMPÇÃO, 1917a, p. 246, grifo meu).

Esse bilhete foi citado por muitos autores posteriormente, mas nunca foi encontrado em sua forma material, nem em fotografia. Demerval Peixoto (1995) informa que a primeira parte do texto foi escrita a lápis por um sertanejo na Estação São João, a poucos quilômetros de Calmon.

Não se trata de acusar Herculano de falsidade, mas de registrar que talvez ele não tenha encontrado diretamente o documento, mas ouvido alguém mencioná-lo, uma fonte de terceiros. O ataque rebelde a Calmon aconteceu no dia 6 de setembro de 1914, antes da expedição do General Setembrino de Carvalho. A Estação Calmon era uma região distante da área de atuação de Herculano, já que ele foi um oficial da Coluna Sul, sediada em Curitibanos (SC), e a linha norte–sul da estrada de ferro estava sob a guarda de outro contingente militar, a Coluna Oeste, sob o comando do Tenente-Coronel Sócrates. A maior parte das unidades do exército que se destinaram a Curitibanos veio pelo

porto de Itajaí (SC), subindo a serra por Blumenau (SC) e Pouso Redondo (SC), não passando pela Estação Calmon.

Apesar dessas considerações, a situação retratada no citado bilhete era verdadeira. Populações nacionais foram compulsoriamente deslocadas de suas terras de morada e cultivo habitual. A doação de terras públicas contíguas à Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande para fins de colonização europeia era prevista na primeira concessão, em 1889, e nas concessões seguintes, durante os governos republicanos. Além da estrada de ferro, lavradores também eram grilados por proprietários paranaenses em terras contestadas com o estado de Santa Catarina. Outra situação era a apropriação privada de ervais nativos por autoridades ligadas ao Partido Republicano. A luta pela terra, no Contestado, era claramente contra a expropriação de populações nacionais. Portanto, nada mais lógico que observar que a população nacional estava perdendo seu *direito* às terras para os estrangeiros, que agora chegavam com a ferrovia. O texto caboclo também acusa Hermes e o governo da República desses crimes. Daí a ruptura em nome da Lei de Deus e da Monarquia. O bilhete pode ser usado como uma *prova de fanatismo*, pelo fato de trazer essa linguagem popular sertaneja, mas tem força independente em revelar a erradicação dos brasileiros da terra em benefício dos estrangeiros.

Para os militares, havia preocupação inicial e desconforto, que apareceram em muitos momentos. Uma companhia estrangeira recebeu terras e concessões privilegiadas do governo brasileiro, em detrimento de populações nacionais. Essa preocupação acentuou-se em 1917 e 1918, anos posteriores ao conflito do Contestado, quando muitos "historiadores de farda" estavam escrevendo sobre o passado recente ao mesmo tempo em que olhavam para o contexto internacional e viam o Brasil envolvido na Grande Guerra europeia. O Tenente José Octaviano Pinto Soares (1920), que era oficial subordinado ao Capitão Matos Costa e responsável por guarnecer a Vila de Canoinhas, chama a atenção para o perigo de "quistos alemães" e de "propriedades de estrangeiros" no Brasil. Embora a

preocupação imediata fosse quanto aos alemães, novos adversários do Brasil a partir de 1917, a existência de enclaves do tamanho das propriedades da Brazil Railway Company e da Lumber and Colonization Company também preocupava (SOARES, 1920, p. 6-13). Os militares notam que havia uma espécie de corrida por registros de terra, em razão da valorização fundiária relacionada à abertura das linhas da estrada de ferro, além da crescente e constante valorização da erva-mate naquele território.

O relato mais extenso e abrangente da Guerra do Contestado é do Tenente Demerval Peixoto, que publicou sua Campanha do Contestado em 1918. Peixoto cita uma série de documentos, episódios e batalhas, alguns como testemunha ocular, e outros diferentes militares para fundamentar suas teses. Na descrição dos conflitos nas regiões limítrofes, não deixa de apontar dois conhecidos coronéis da Guarda Nacional que foram chefes de grupos de vaqueanos civis empregados na repressão aos rebeldes, mas que praticaram o açambarcamento de terras de lavradores pobres nas regiões dos rios Iguaçu e Paciência. É o caso dos coronéis Leocádio Pacheco e Artur de Paula. Sobre a expulsão de lavradores pobres nas regiões contestadas, Peixoto traz uma informação do Capitão Matos Costa, publicada na imprensa de Curitiba ainda em junho de 1914:

> os jagunços queixam-se de que Artur de Paula e outros chefes políticos tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do governo, por ter se apossado delas pessoas conhecidas e que tem facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois Estados. (PEIXOTO, 1995, p. 156).

O Capitão Matos Costa chegou ao Contestado no começo do ano de 1914, juntamente com a expedição do General Mesquita, e permaneceu na região, guarnecendo a linha da estrada de ferro e tentando diálogo e negociação com lideranças rebeldes em diferentes oportunidades. Foi morto no início de setembro no mesmo ataque rebelde à Estação São João, próxima à de Calmon, na linha do Rio do Peixe. O capitão era outro veterano de Canudos, ocasião em que foi citado elogiosamente por arremessar bananas

de dinamite na população da cidadela, e atuou no Acre em 1910, reprimindo marinheiros rebeldes da Revolta da Chibata que haviam sido desterrados por lá. Apesar desse passado de serviços prestados à República, no Contestado o capitão notava que havia algo por trás do movimento sertanejo que precisava ser visto pelas autoridades:

> a revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos *espoliados nas suas terras*, nos *seus direitos* e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito. (*apud* VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 181. Grifos do autor).

Grande espaço foi dado ao Capitão Matos Costa por Demerval Peixoto (1995). O historiador de farda registrou as andanças do capitão pelo território, principalmente entre o fim da expedição Mesquita e os ataques rebeldes, no segundo semestre de 1914. De igual maneira, muitas publicações, falas e reportagens de jornal do Capitão Matos Costa foram recuperadas por José Octaviano Pinto Soares (1931). O fato de ter morrido de forma trágica num momento decisivo do conflito conferiu a ele autoridade moral e grande destaque. Mas parece haver mais algo aí. Matos Costa foi maltratado por Setembrino de Carvalho e enaltecido por outros tenentes. É como se o oficial tivesse sido ressuscitado e colocado a falar por outros militares.

Matos Costa denunciou crimes de coronéis da Guarda Nacional, principalmente Fabrício Vieira, que atuava em todo o território no açambarcamento de terras públicas e no derrame de dinheiro falso, além de outros abusos. Consta que o capitão andava pela região com trajes de sertanejo acompanhado de um mágico italiano, que distraía e animava os caboclos, enquanto procurava ganhar a confiança deles para um processo de pacificação. Ao mesmo tempo em que vigiava a linha de ferro no trecho entre União da Vitória (PR) e Canoinhas, Matos Costa sentia a revolta dos sertanejos crescer pelos desmandos das autoridades das vilas do planalto norte. Em correspondência ao Governador

Vidal Ramos, Matos Costa afirma que o ataque rebelde à Vila de Canoinhas, comandado pelas forças de Bonifácio Papudo e Antônio Tavares, em julho de 1914, se devia mais a desavenças políticas locais, sobretudo contra os abusos de Major Vieira e seus capangas, "crias do Cel. Albuquerque de Curitibanos", do que à adesão ao movimento sertanejo geral (CARTA DO CAPITÃO MATOS [...], 1914).

A morte de Matos Costa, ocorrida em meio a uma grande ofensiva rebelde generalizada, criou condições políticas para os governos de Santa Catarina e Paraná solicitarem a intervenção federal na região, o que foi realizado pela expedição do General Setembrino de Carvalho, entre setembro de 1914 e maio de 1915. Demerval Peixoto (1995) não deixa de registrar a versão que corria com força na região, de que o Coronel Fabrício Vieira tinha contratado alguns "fanáticos" para matarem o Capitão Matos Costa. Corrobora esse boato o fato de que o comandante rebelde responsável pelo ataque à Estação São João, que matou Matos Costa, Venuto Baiano, foi executado pelos sertanejos por desobedecer ao líder Chiquinho Alonso.

Há um momento em que Demerval Peixoto (1995) defende que o Contestado seja retirado da disputa entre os estados de Paraná e Santa Catarina e seja transformado em território federal, tal como era o Acre, desde 1904, quando foi adquirido da Bolívia pelo Tratado de Petrópolis. A proximidade com a fronteira argentina era uma justificativa (PEIXOTO, 1995, p. 67-68). O assunto já tinha sido levantado em 1896, durante o Governo de Prudente de Morais, quando o Brasil venceu a chamada Questão de Palmas contra a Argentina, agregando os Campos de Palmas no território nacional, depois da arbitragem favorável ao Brasil por parte do presidente Cleveland, dos Estados Unidos (BARBOZA, 2021, p. 113-121). Naquela oportunidade as oligarquias rurais locais, embora divididas entre os estados, venceram a ideia de federalização do território (que só voltaria à tona em 1943, com a criação do Território Federal de Iguaçu). Enfim, a disputa pela jurisdição local entre os estados e entre ambos e a União foi

um elemento a mais para explicar a complexidade do conflito – uma área de fronteira de expansão agropastoril, entremeada de terras públicas povoadas por indígenas, lavradores e ervateiros independentes.

No segundo semestre de 1914, quando o General Fernando Setembrino de Carvalho foi nomeado para comandar as tropas federais na repressão ao movimento sertanejo, o exército multiplicou seu contingente, chegando a reunir mais de seis mil soldados. Como o movimento sertanejo havia tomado a maior parte do interior dos municípios de Lages, Campos Novos, Curitibanos e Canoinhas, no estado de Santa Catarina, e as localidades de Calmon, São João, Valões, Vila Nova do Timbó, Itaiópolis, Papanduva e Três Barras, então sob administração do Paraná, Setembrino decidiu que a situação precisava de imediata contenção. Por meio de quatro colunas postadas nos marcos cardeais, o general passou a cercar o território rebelde e apertar o cerco mediante *raids* das colunas.

Inicialmente, as colunas foram postadas para consolidar posições de domínio oficial e para cercear o abastecimento e comércio das *cidades santas* rebeldes. Dessa maneira, a coluna oeste, sob o comando do Tenente-Coronel Sócrates, colocou suas unidades ao longo do Rio do Peixe, guarnecendo as estações da estrada de ferro da linha norte–sul (entre União da Vitória e Marcelino Ramos) e evitando que grupos rebeldes cruzassem a linha em busca dos Campos de Palmas, na região do Irani (como tinham feito em 1912, seguindo o Monge José Maria). A coluna norte, sob comando do Tenente-Coronel Onofre, deveria guarnecer o ramal oeste–leste da estrada de ferro, no trecho entre União da Vitória e Rio Negro, acompanhando os vales dos rios Iguaçu e Negro. A coluna leste, sob o comando do Tenente-Coronel Júlio César, estava postada nas nascentes do Rio Itajaí e deveria evitar investidas rebeldes nos municípios de São Bento do Sul e Blumenau. A coluna sul, comandada pelo Tenente-Coronel Estilac Leal, reuniu as forças em Lages e estabeleceu-se em Curitibanos para, dali em diante, fazer expedições ao vale do Rio Santa Maria e à Serra da Esperança.

O General Setembrino chefiava as quatro colunas a partir do Comando da XI Região Militar, em Curitiba, que tinha em sua jurisdição os estados de Santa Catarina e Paraná. Os objetivos do cerco das quatro colunas eram estrangular o abastecimento e o comércio com os redutos rebeldes e, com os sertanejos tangidos pela fome, obter a rendição final.

Terra para rendição

Ao mesmo tempo em que era providenciado esse cerco aos redutos rebeldes, Setembrino divulgou um *apelo* aos sertanejos, convidando os que quisessem a rendição. No documento, são prometidas terras escrituradas aos que se apresentassem:

> Apelo. Fazendo apelo aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver forças, a cujos comandantes devem apresentar-se. Aí lhes são garantidos meios de subsistência, *até que o governo do Estado do Paraná lhes dê terras, das quais se passarão títulos de propriedade*. A contar, porém, desta data em diante, os que não fizerem espontaneamente e forem encontrados nos limites da ação da tropa, serão considerados como inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis de guerra. Quartel Geral das Forças de Operações, 26 de setembro de 1914. General Fernando Setembrino de Carvalho. (PEIXOTO, 1995, v. 2, p. 49. Grifo do autor).

O Apelo é uma mistura de atração com ameaça. Ao mesmo tempo em que prometia, pelo governo do Paraná, a doação de terras (o que não era previsto pela legislação de terras do estado, que apenas estabelecia venda de terras públicas a nacionais e imigrantes), ameaçava os sertanejos com "os rigores das leis de guerra". Embora Setembrino tenha informado que o apelo impresso havia sido distribuído por quase todo o planalto, ele não obteve sucesso, e não dispomos de dados precisos sobre sua distribuição. Em fins de setembro de 1914, a ofensiva de expansão rebelde ainda estava em curso, tomando a Vila de Curitibanos, ocupando Itaiópolis, Papanduva e Colônia Vieira, destruindo estações da estrada de ferro, e seguindo ao sul para o assédio da

cidade de Lages, que esteve a perigo de cair em mãos rebeldes até novembro desse ano.

De qualquer maneira, é importante notar que o apelo tinha uma percepção política mais ampla do processo. Se até o primeiro semestre de 1914 as concentrações sertanejas eram pequenas e médias, formadas por devotos seguidores mais próximos dos monges e indivíduos que tinham aderido a um processo de reelaboração mística da experiência de José Maria, no segundo semestre desse ano os sertanejos rebeldes passaram a recrutar a população circundante e a levar muitos habitantes compulsoriamente aos redutos, que viraram enormes *cidades santas*, como Santa Maria (no atual município de Timbó Grande, SC), que chegou a possuir mais de cinco mil casas.[2] Esse parece ter sido o caso de Adeodato, o último chefe rebelde, que foi levado à força aos redutos, mas acabou por integrar o seleto grupo dos Pares de França e, depois da morte do Comandante Chiquinho Alonso, assumiu o comando-geral entre os rebeldes.

O fato é que, mesmo entre os recrutados à força, alguns aderiram ao modo de vida e ao projeto sertanejo dos redutos. Os militares sabiam disso e precisavam isolar os rebeldes mais convictos da massa de seus mais recentes seguidores ou arregimentados. Daí o motivo de o documento usar uma linguagem cuidadosa com os que estavam nos redutos rebeldes "em companhia dos fanáticos", ou seja, habitantes "normais" em meio aos "fanáticos".

Terras como controle e disciplina.

Houve três grandes ondas de rendição no movimento do Contestado. O primeiro momento foi janeiro de 1915, quando

2 O tema recrutamento de sertanejos para as *cidades santas* possui extensa literatura, mas é claramente um processo que teve modificações ao longo do conflito. A historiografia clássica e os novos autores concordam em identificar que os primeiros redutos, como Taquaruçu e Caraguatá, eram pouco numerosos e formados por seguidores voluntários e mais ligados diretamente ao Monge José Maria, enquanto no segundo semestre de 1914 os sertanejos passaram a disputar a população local com as forças oficiais, fazendo ingressar nos redutos pessoas que eram compulsoriamente recrutadas. Sobre esse assunto, ver: Vinhas de Queiroz (1966), Monteiro (1974), Valentini (1998) e Machado (2004).

lideranças do planalto norte se apresentaram para as forças oficiais em Canoinhas. Foram mais de dois mil sertanejos que se apresentaram com os chefes Bonifácio Papudo, Gregório de Lima e Henrique Wolland (Alemãezinho). Essas rendições revelavam o desgaste e o desabastecimento das populações dos redutos próximos a Vila de Canoinhas, do vale do Paciência, da região de Salseiro, Colônia Vieira e proximidades.

A população dessa região era em sua maioria composta de pequenos proprietários e lavradores pobres que sentiam a necessidade de voltar às suas terras para plantar uma safrinha de feijão e milho antes do inverno. Depois de receber milhares de mulheres e crianças que se apresentaram em Canoinhas, as autoridades militares notaram que havia um número muito reduzido de homens adultos que, em grande parte, permaneciam ao lado dos rebeldes armados.

Outra grande onda de rendições aconteceu em abril e maio de 1915, quando foi destruído o grande reduto de Santa Maria, e Setembrino de Carvalho deu por encerrada sua missão. Tendo resistido por vários meses aos ataques da coluna sul, comandada por Estilac Leal, a *cidade santa* de Santa Maria foi destruída por uma expedição proveniente do norte, chefiada pelo Capitão Tertuliano Potiguara. Em seu *raid*, Potiguara evitou fazer prisioneiros, abrindo fogo no grande reduto e incursionando ao sul até o coração da cidadela cabocla. Na Páscoa de 1915, Santa Maria estava tomada pelas tropas do exército. Mais de 600 combatentes rebeldes foram abatidos, e muitos prisioneiros se apresentaram nos dias seguintes às autoridades militares. Outro contingente de sertanejos seguiu mais ao leste, formando novos redutos, como Pedra Branca, São Miguel e São Pedro.

Entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916 houve uma terceira e derradeira onda de rendições, quando quatro mil sertanejos se apresentaram em Canoinhas e seis mil em Curitibanos.

As ondas de rendição assustaram as autoridades, que, inicialmente, não imaginavam a participação em massa tão

numerosa de sertanejos no movimento. O General Setembrino trocou muitos telegramas com o ministro da Guerra e com os governadores dos estados de Santa Catarina e Paraná sobre o assunto. No começo do ano de 1915, o general tinha como objetivo mandar prisioneiros rebeldes para o norte do Brasil, a algum local da Amazônia. O degredo interno era uma solução recorrente que, por causa das condições de transporte e das severidades do clima e doenças, podia representar uma sentença de morte para muitos, tal como já tinha acontecido com os rebeldes da Revolta da Chibata. Era um castigo para um grande número que morreria e um reforço ao povoamento do norte, no caso dos sobreviventes.

No entanto, em março de 1915, em função do grande número de prisioneiros que se apresentavam com suas famílias, o General Setembrino teve uma ideia diferente. Queria localizar os prisioneiros em colônias da região sul. Assim, eles ficariam sob a autoridade de diretores envolvidos em um processo de produção sob certo controle. Para Setembrino, as colônias seriam ideais para o controle e a tutela próximos de um diretor e funcionários do governo.

Em correspondência trocada com o governador de Santa Catarina Felipe Schmidt, porém, Setembrino declarou que o diretor do Ministério da Agricultura responsável pela colonização (a Inspetoria de Povoamento do Solo) alertou que as terras reservadas para colonização estavam aguardando por imigrantes europeus, e não habitantes nacionais, como era o caso dos rebeldes que se apresentavam (TELEGRAMA DO GENERAL SETEMBRINO [...], 1915).

Mesmo havendo um número razoável de imigrantes e descendentes de europeus entre os redutários do Contestado, o grupo predominante era nacional e caboclo, com pele mestiça e escura, denunciando a ancestralidade indígena e africana. A política de colonização republicana não estava preparada para atender às demandas do campesinato nacional, sendo uma continuação das políticas eugenistas e branqueadoras vigentes no

fim do século XIX, quando o racismo foi exercido como política de Estado com "naturalidade científica" (SCHWARCZ, 1993). Como o exército tinha limites orçamentários para o abastecimento de suas próprias tropas, os recursos eram muito escassos para sustentar os sertanejos que se apresentavam. Então, uma solução emergencial tinha de ser tomada.

Duas semanas depois da destruição do reduto de Santa Maria, quando os números de sertanejos rendidos na segunda onda cresciam, o General Setembrino enviou telegrama ao comandante do 54.º Batalhão de Caçadores, unidade que permaneceu atuando na região após o recolhimento da maioria das forças federais, indicando o que fazer com os rebeldes que se apresentavam:

> Telegrama - 14/04/1915.
>
> De: Gen. Setembrino de Carvalho
>
> Para: Cel. Leitão, comandante do 54º Batalhão de Caçadores, Lages
>
> 'A fim de dar liberdade aos prisioneiros que aí existiam antes da tomada do reduto de Santa Maria, convém ouvirdes sobre a conduta deles os Srs. Belisário Ramos [Superintendente Municipal], Dr. Mileto Tavares (Juiz de Direito) e Cel. Emiliano Ramos, que, conforme indicação me fez o governador de Santa Catarina, poderão informar quais os que, pela sua conduta e precedentes, estão em condições de voltar a seus lares, ao invés de serem localizados em colônias. O meu pensamento é o seguinte (em resumo): Devendo existir aí prisioneiros que tem casas e que se achavam obrigados nos redutos, é preferível que voltem a seus lares uma vez que se comprometam a não pegar em armas, servindo os seus precedentes de garantia. Combinai, pois com aquelas pessoas essas providências. Saudações, Gen. Setembrino'. (TALÕES DE MINUTAS DE TELEGRAMAS).

Com essas medidas, passando pela mediação de autoridades locais e membros do poder judiciário, o ritual apontado era transformar a rendição num ato de contrição e arrependimento público dos sertanejos, para que estes voltassem à liberdade e a suas casas e sítios, obedecendo aos coronéis e às antigas autoridades locais. Nota-se que nem as autoridades do regimento de segurança do estado são citadas; o general atirava os prisioneiros aos

pés dos coronéis da Guarda Nacional e de juízes de direito que frequentemente estavam ausentes de suas comarcas.

Nesse contexto, a volta às terras de origem daqueles que ainda as possuíam, ou a volta à condição de peão, parceiro ou agregado, deveria ter o aval dos chefes que acabaram por transformar esses atos num processo de silenciamento e imposição de culpa aos que ousaram sonhar alto, com uma vida nova nos redutos. A ação final do General Setembrino de Carvalho negou as preocupações dos tenentes e do Capitão Matos Costa de distribuição de terras, instrução e justiça aos nacionais e atendeu às demandas da oligarquia local, que saiu reforçada com a derrota sertaneja.

Referências

Fontes manuscritas

CARTA DO CAPITÃO MATOS COSTA AO GOVERNADOR DE SANTA CATARINA. Canoinhas, 18 de julho de 1914. Acervo: arquivo particular de Fernando Tokarski.

TALÕES DE MINUTAS DE TELEGRAMAS. Caixa 5544. Rio de Janeiro. Acervo: Arquivo Histórico do Exército.

TELEGRAMA DO GENERAL SETEMBRINO DE CARVALHO AO GOVERNADOR FELIPE SCHMIDT. Caixa 5544. Rio de Janeiro, , 16 abr. 1915. Acervo: Arquivo Histórico do Exército.

Fontes impressas

ASSUMPÇÃO, José Herculano Teixeira d'. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, v. 1, 1917a.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado*. Curitiba: Fundação Cultural, v. 3, 1995. (Coleção Farol do Saber).

SOARES, José Octaviano Pinto. *Apontamentos para a história do Contestado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto de Electro-Técnica da Escola de Engenharia, 1920.

SOARES, José Octaviano Pinto. *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

Referências bibliográficas

BARBOZA, Gabriel Goulart. *O movimento em prol do Estado das Missões:* uma luta pela emancipação do Contestado (1904-1917). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Fronteira, legislação e colonização no planalto meridional brasileiro ao final do século XIX. *In*: VALENTINI, Delmir; RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *Contestado: fronteiras, colonização e conflitos* (1912-2014). Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Editora da UFFS, v. 1, 2015, p. 19-32.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria:* história do Exército Brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão:* a Guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VALENTINI, Delmir José. *Da cidade santa à corte celeste:* memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. Caçador: Editora da UnC, 1998.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social:* a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

O pedido de *habeas corpus* de Deocleciano Martyr a favor de Francisco Paes de Farias

Ana Crhistina Vanali

Em janeiro de 1914, ao mesmo tempo em que a missão pacifista do deputado paranaense Manoel Correia Defreitas se encontrava no Reduto de Taquaruçu tentando negociar a rendição dos sertanejos para evitar o massacre deles pelas tropas do Exército brasileiro,[1] outra ação estava sendo conduzida por Deocleciano Martyr,[2] da Assistência Jurídica-Militar do Brasil, com a mesma intenção. Para tentar evitar o ataque aos redutos dos sertanejos, o rábula Deocleciano deu entrada no Supremo Tribunal Federal (STF) a um pedido de *habeas corpus* [3] em favor de Francisco Paes de Farias, conhecido como Chico Ventura,[4] e mais cerca de 300 indivíduos que

1 Para saber mais sobre a missão pacifista de Manoel Correia Defreitas, consultar Vanali (2016).

2 Encontramos as seguintes variações referentes à grafia do nome: Deocleciano e Diocleciano, Martyr, Marthyr e Martir.

3 *Habeas corpus* é a proposta por qualquer pessoa em seu favor ou de outrem ou pelo Ministério Público, para assegurar a liberdade pessoal violada ou ameaçada, por ato ilegal de autoridade pública ou de particulares. *Habeas corpus* preventivo é a ação impetrada com o escopo de impedir a consumação de violência ou coação iminente (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008).

4 Francisco Paes de Farias, o Chico Ventura, era um pequeno criador e boiadeiro no arraial de Taquaruçu, em Curitibanos (SC). É considerado uma das principais personagens da Guerra do Contestado, porque foi uma das várias lideranças sertanejas que comandaram com êxito muitos combates e ofensivas. Em 6 de agosto de 1912 participou da Festa de Bom Jesus, em Taquaruçu, que contou com a presença do Monge José Maria. Em setembro do mesmo ano seguiu com o monge para os Campos de Irani (SC) e tomou parte no combate do Irani de 22 de outubro. O Reduto de Taquaruçu formou-se próximo de sua casa, e Chico Ventura acabou tornando-se um dos líderes da primeira cidade santa. Em janeiro de 1914, a pedido de Joaquim, o *menino Deus*, juntamente com Eusébio dos Santos, dirigiu a migração do Reduto de Taquaruçu para o de Caraguatá (SC). Faleceu em 21 de junho de 1915, baleado, em um encontro com um piquete de civis comandado por João Ribeiro no Rio Correntes. Entre seus familiares

se diziam perseguidos pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, sob o pretexto da prática de ritos religiosos (STF, 1914).

Deocleciano alegou o direito de reunião e liberdade de consciência na defesa dos sertanejos. O STF requisitou informações ao governador de Santa Catarina Vidal Ramos,[5] para instruir o *habeas corpus*. No alongado telegrama-resposta, o governador abandonou os proclamados "sentimentos humanitários" para com os sertanejos e enumerou provas para concluir que os meios brandos, até então empregados, não estavam sendo eficazes (QUEIROZ, 1986).

> Pelas informações que me tem sido transmitidas em minuciosos despachos telegráficos, verifiquei que os sertanejos se reuniram em Taquaruçu, grande parte deles movidos por uma perigosa exaltação religiosa. Essa reunião, porém, assumiu desde logo uma feição perturbadora da ordem pública. Além de estarem quase todos os sertanejos armados de carabinas, winchesters, revólveres, etc; de terem estabelecido trincheiras ao longo do caminho que conduz a Taquaruçu, desde uma légua de distância do reduto; de terem mortalmente ferido uma das praças empregadas nesse serviço; de dois ataques consecutivos à vila de Curitibanos; dos saques que praticaram em várias casas comerciais; dos roubos de gado que estão iniciando, os fanáticos estão fazendo constantes exercícios militares sob as ordens de perigosos criminosos, como Benevenuto Alves de Lima[6] e outros contra os quais existem mandados de prisão. Foi para impedir a prática de tais atos, para restabelecer a ordem naquela longínqua zona e para a consequente prisão dos criminosos que ali se acham, que o governo entendeu de seu dever tomar providências decisivas e enérgicas, evitando assim consequências talvez muito tristes para o estado. O governo do Estado pretende, com as providências tomadas, impedir a reunião de indivíduos armados, que dão guarda a criminosos, atacam as forças encarregadas de manter a ordem pública, assaltam audaciosamente a vila, saqueiam casas,

se destacam Maria Ventura (mãe, foi encontrada morta com as vestes queimadas em 1916, aos 110 anos, na Vila de Curitibanos), Sergilio Paes de Farias (irmão), Guilherme Ventura (filho), João Maria Paes de Farias (conhecido como João Ventura, filho) e Rosa Paes de Farias (filha), que fazia a bandeira do movimento e os uniformes dos Pares de França (CANGA, 2008).

5 Governador de Santa Catarina de 28 de setembro de 1910 a 20 de junho de 1914.

6 Benevenuto Alves de Lima, conhecido como Venuto Baiano, era o comandante militar dos sertanejos. Organizava os treinamentos diários, as marchas e os bombeiros que se infiltravam nas tropas do governo para "bombear" informações para os redutos. Havia combatido na Guerra de Canudos e na Revolução Federalista e comandou por algum tempo o Reduto de Caraguatá (QUEIROZ, 1977).

> roubam gado como já fizeram e estão fazendo os fanáticos de Taquaruçu. O governo continua, entretanto, a fazer os possíveis esforços para conseguir a dispersão dos sertanejos fanatizados, por meios brandos e suasórios. (OS FANÁTICOS, 1914d, p. 3).

Vidal Ramos também informou ao STF que 21 sertanejos que estavam em Taquaruçu tinham sido indiciados como réus em processos judiciais pela Comarca de Curitibanos, e havia mandados de prisão expedidos contra eles. Machado (2004) afirma que a maioria dos crimes pelos quais estavam sendo acusados os sertanejos consistia em pequenos delitos, tais como roubos, brigas e ofensas, e que, da mesma maneira que entre os sertanejos não era pequeno o número de pronunciados como réus, o mesmo ocorria entre os vaqueanos que auxiliavam o governo, mas esse detalhe não constou do telegrama de Vidal Ramos enviado ao supremo.

O STF também requisitou informações ao governador do Paraná Carlos Cavalcanti,[7] para a instrução do *habeas corpus*. Este respondeu que estava fora de sua alçada agir no território sob jurisdição de Santa Catarina, acrescentando que

> nas fronteiras do Paraná reinava a completa harmonia depois da presença do Regimento da Segurança nessas divisas. Apenas garantia a soberania do estado afim de evitar incursões perturbadoras da ordem. As forças paranaenses conviviam na harmonia com os sertanejos. (*apud* OS FANÁTICOS, 1914c, p. 8).

Diante das duas respostas, Deocleciano foi à imprensa e solicitou ao STF considerar a resposta do governador do Paraná Carlos Cavalcanti, e não a do catarinense Vidal Ramos:

> HABEAS-CORPUS
>
> Rio, 10
>
> Deocleciano Martyr requereu ao Supremo Tribunal uma ordem de habeas corpus em favor de Chico Ventura, Praxedes Gomes e outros, dizendo-os ameaçados em seu direito de reunião e vida pelas autoridades catarinenses e federais.
>
> Pediu que fosse ouvido o presidente do Paraná e não o de Santa Catarina.

7 Governador do Paraná de 25 de fevereiro de 1912 a 25 de fevereiro de 1916.

> O Supremo julgará hoje. (HABEAS CORPUS, 1914, p. 1).

Porém, diante das informações do governador de Santa Catarina, considerando os sertanejos como perigosos fanáticos perturbadores da ordem pública e seus argumentos de que eles haviam se reunido movidos pela exaltação religiosa e que essa reunião assumira desde logo a feição perturbadora da ordem pública, o STF não concedeu o pedido de *habeas corpus*. Uma das últimas alternativas para se evitar a carnificina que foi o ataque ao Reduto de Taquaruçu havia se esvaecido. Em Curitiba a imprensa anunciava: "Os fanáticos. O STF negou o *habeas corpus* impetrado a favor dos fanáticos do Paraná, por entender que a ação das autoridades contra tais bandos armados é um ato perfeitamente legítimo" (OS FANÁTICOS, 1914a, p. 4).

> Habeas Corpus
>
> Não há constrangimento ilegal no emprego de força federal ou estadual para restabelecer a ordem em território estadual.
>
> Nº 3494 – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus em que são pacientes os declarados a fl.2 e impetrante Deocleciano Martyr, acordam julgar improcedente o mesmo pedido, pois que não constitui constrangimento ilegal o emprego de força federal ou estadual, no único intuito de dispensar bandos de criminosos e armados agindo no claro propósito de revolucionar a rebito os que se encontram no estado de Santa Catarina, como o tornou evidente o oficial do Ministro da Justiça a fl.6 e o minucioso telegrama do governador daquele estado, de fls, 12 a 26.
>
> Supremo Tribunal Federal, 11 de janeiro de 1914. - H. do Espírito Santo, P. - Enéas Galvão, relator. - M. Murtinho - Sebastião de Lacerda - Canuto Saraiva - Amaro Cavalcanti - Pedro Lessa - Pedro Mibielli - G. Nata. (STF, 1914, grifo do original).

O governo republicano decidiu atacar pesado o Reduto de Taquaruçu. No início de fevereiro de 1914, concentraram-se no Espinilho 750 homens sob o comando do Tenente-Coronel Aleluia Pires, equipados com artilharia de montanha (obuses, canhões, metralhadoras). Compunham essas forças repressoras um esquadrão do 14.º Batalhão de Cavalaria e companhias do 54.º Batalhão de Caçadores, além de soldados da Polícia Militar de Santa Catarina e

inúmeros vaqueanos [8] cedidos pelos fazendeiros da região. O ataque ocorreu dia 8 de fevereiro. O General Alberto Abreu aprovou o plano de ataque aos "fanáticos de Taquaruçu por terem falhado as tentativas para uma solução pacífica" (OS FANÁTICOS, 1914b, p. 6).

No dia 10 de fevereiro de 1914, o governador Vidal Ramos enviou ao senador por Santa Catarina Abdon Baptista um telegrama comunicando sobre o ataque de Taquaruçu, no qual morreram cerca de 40 "fanáticos que foram arrastados para a desgraça pela própria ignorância" (OS FANÁTICOS, 1914c, p. 8). O governador ainda exaltou a atuação das tropas legais que tiveram apenas um morto e alguns feridos. Encerravam-se assim, de forma frustrante, as missões de paz de Correia Defreitas e Deocleciano a favor dos sertanejos.

> Os Fanáticos de Taquarussú
>
> O Exmo. Snr. Senador Abdon Baptista recebeu do Exmo. Snr. Coronel Governador do Estado o seguinte telegrama:
>
> *Florianópolis, 10-2-1914.
>
> O Coronel Alleluia Pires comunica que foi ontem tomado o reduto de Taquarussú, no qual pereceram cerca de quarenta fanáticos, tendo o restante se retirado durante a noite. As forças legais tiveram um morto e alguns feridos. Lamentando a desgraça a que foram arrastados pela própria ignorância esses infelizes sertanejos, faço votos para que a ordem se restabeleça inteiramente, sem mais derramamento de sangue. Felizmente não tivemos que lamentar grandes perdas da parte das forças legais nessa triste emergência. (*apud* OS FANÁTICOS DE TAQUIARUSSÚ, 1914, p. 8).

Deocleciano Martyr: o ativista político

Tipo meio doido, impulsivo, muitíssimo apaixonado

(EDMUNDO, 2003, p. 626).

8 Peões de fazenda ou capangas de coronéis armados para guiar as tropas e lutar contra os sertanejos.

Machado (2004, p. 281) fornece algumas informações sobre Deocleciano Martyr: "Foi diretor-editor do jornal florianista, nacionalista e antilusitano *O Jacobino* entre 1894-1901, período no qual deu apoio integral à campanha militar contra Canudos". O autor considera que, "provavelmente", por ter apoiado a campanha militar contra Canudos, agora, no Contestado, estava tentando evitar tragédia semelhante. Ou, conforme Queiroz (1977, p. 130), Deocleciano "certamente foi movido por humanitarismo". Janotti (1986) aponta que em 1897 os jacobinos não haviam desistido da ditatura nacionalista e não tinham dúvidas do caráter restaurador do sistema monárquico do movimento de Canudos.

Deocleciano Martyr (Imagem 1) no fim do período monárquico participou de várias associações abolicionistas e de diversos clubes republicanos, como o Centro Republicano Lopes Trovão, a Federação Republicana Brasileira e o Círculo Republicano Brasileiro, do qual foi presidente no ano de 1891. Em 6 de junho de 1889, juntamente com José de Souza Coelho, fundou na cidade do Rio de Janeiro (RJ) o Club Republicano dos Homens de Cor, que tinha por objetivo

> fazer propaganda das ideias republicanas, contra as instituições vigentes. Não há evidências de que Deocleciano Martyr fosse negro. Sua iniciativa de colaborar na fundação do Club Republicano dos Homens de Cor devia-se possivelmente a suas convicções no campo do jacobinismo, ou seja, do republicanismo radical, que pregava a arregimentação e a participação popular, inclusive de ex-escravos, no movimento republicano. (PETRÔNIO, 2014, p. 278).

> DO CLUBE REACIONÁRIO REPUBLICANO
>
> O reacionário Círculo Republicano Brasileiro, composto em sua maioria de intransigentes e sinceros republicanos, resolve: 'Aderir entusiasticamente às deliberações do Clube Militar em relação à eleição dos dois primeiros magistrados da República'. Pelo Clube, o presidente Deocleciano Martyr. (DO CLUBE REACIONÁRIO REPUBLICANO, 1891, p. 2).

Imagem 1: Deocleciano Martyr, desenho de Marques Júnior. Fonte: Edmundo (2003, p. 629)

Deocleciano é considerado o líder do movimento jacobino no Brasil. Conforme Beatriz Silva (2021):

> Jacobino é um termo importado da Revolução Francesa, cujo significado mudou através dos tempos. No Império, definia os republicanos ardorosos; após a República, os partidários do presidente Floriano Peixoto. Devido às manifestações ruidosas que estes promoviam, jacobino tornou-se sinônimo de desordeiro e hoje identifica o revolucionário radical e extremista [...] Os florianistas diziam-se jacobinos e defendiam o nacionalismo, pois suspeitavam que estrangeiros, especialmente portugueses, conspiravam contra Floriano e contra a República. Tinham dois jornais, O Nacional e O Jacobino, este de Deocleciano Mártir, líder do movimento. (SILVA, 2021).

Durante a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, Deocleciano organizou vários batalhões patrióticos e seguiu com um deles, o Batalhão Tiradentes, para o Paraná. Chegou a Curitiba no início de dezembro de 1893 como tenente comissionado no posto de quartel-mestre do Batalhão de Franco Atiradores. Permaneceu pouco tempo na capital paranaense, retornando para a capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, em 28 de dezembro (CLUB TIRADENTES, 1893, p. 2; FEDERAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA, 1893, p. 1). Pela prestação de serviços de guerra, durante a Revolta da Armada, foi nomeado capitão honorário do Exército por Floriano Peixoto.

Pretendendo aproximar-se do poder, Deocleciano apresentou-se duas vezes como candidato à intendência do Rio de Janeiro, em 1894 e 1896. Também foi candidato a deputado pelo Rio de Janeiro nas eleições de 1894 (CLUB TIRADENTES, 1894, p. 3) e concorreu novamente à intendência do Rio de Janeiro em 1907. Não ganhou em nenhum dos pleitos (ELEIÇÕES, 1894; ELEIÇÕES, 1896).

Fundou vários jornais de orientação nacionalista, como *A Luta*, *O Clarim*, *O Povo*, *Campo de Lucta*, *Revista Biographica do Brazil*, *A Voz Pública* e *O Districto Federal* – todos de efêmera duração. Colaborou em outros, como os cariocas *O Tempo* e *Correio do Povo*. Segundo Triches (2007), "Deocleciano não possuía nenhuma formação intelectual e seus textos eram cheios de erros de português, fato que Artur Azevedo, mesmo sendo fiel simpatizante ao Marechal Floriano, não deixou de ironizar".

> Apareceu, ganhou fama!
> Abre, o leitor, e logo vês,
> Que ele é fiel ao programa
> De fazer guerra ao português! (*apud* LUSTOSA, 1993, p. 82).

Ou seja, para Artur Azevedo, Deocleciano não perseguia nem espancava apenas os elementos portugueses, mas a língua portuguesa também, com os seus erros de escrita.

> CORAÇÃO AFFLICTO
>
> O que tens, meu coração,
> Que te faz ficar afflicto?
> Padeces de alguma ffecção
> Ou de qualquer mal exquisito?
>
> Não tens socego, nem calma,
> Vives pulsando tão forte
> Que as vezes sinto minh'alma
> Quase sumir-se com a morte!
>
> Algum mal e mal secreto
> E que te causa dor?

Oh! Não sejas tã discreto,
Vamos, dize: É mal de amor?

Não queiras o mal aumentar
Nesse mutismo infinito;
Vá: principia a contar
Esse pezar tão contricto

Ah! Continuas mudo e quedo,
Não queres dizer a verdade,
Já sei qual é o teu segredo:
- Padeces a dor da saudade.

Realmente tens razão,
Ô meu triste coração!
Que pode estar separado
Do seu amor adorado?

Quem pode tragar a taça
Do amargo fel da desgraça,
Sem ao menos ter ao lado
O seu amor adorado?

Quem pode arcar com o perigo
Desdenhando do inimigo,
Estando longe, separado
Do seu amor adorado?

Quem ousa ter alegria,
Quem pode gosar folia,
Não repartindo o bocado
Com seu amor adorado?

Tens razão, meu coração
De estares agoniado,
Pois a vida e solidão
Sem nosso amor adorado!

Deocleciano Marthyr (Rio de Janeiro). (ALMANAK LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1903, p. 142).

Em 13 de novembro de 1894 Deocleciano Martyr fundou o jornal *O Jacobino*, que ao longo de sua trajetória teve várias interrupções. Sua direção e redação cabiam a Deocleciano, que, no expediente, assim definia o seu jornal:

> o Jacobino é orgam nativista, noticioso, político e operario; dedicado aos interesses e deffeza dos Brazileiros e consagrado à causa da Republica. Aceita-se franca colaboração e só da-se publicidade á reclames e annuncios de casas commerciaes Brazileiras. Não se admite o anonymato. (QUEIROZ, 1986, p. 93).

O periódico *O Jacobino* reverberava o exasperado estilo político do seu diretor, fundador e redator-chefe, seguido por sequazes que "em tudo" concordavam com o "chefe". Foi o primeiro a se definir como especificamente jacobino e nativista, até mesmo porque Deocleciano Martyr se julgava, assim como era considerado pelos seus sectários, o fundador do "Partido Jacobino do Brazil" (GOMES, 2006).

Luiz Edmundo assim descreveu Deocleciano Martyr, um dos mais destacados jacobinos:

> ainda moço, perdera uma das pernas e andava de muletas.[9] Contudo, mesmo assim, estropiado, capenga, entrava, muita vez, em ação, nos ataques de rua feitos contra os nascidos em além-mar. E era de vê-lo em meio aos mais perigosos conflitos, saltando num pé só: como Saci, o seu bastão de apoio, arma terrível de combate, em rodopios pelo ar. (EDMUNDO, 1958, p. 426).

"Deocleciano Martyr, tipo meio doido, impulsivo, muitíssimo apaixonado, andando de muleta e dela, muita vez, valendo-se como arma de combate, sempre que em rusgas se sentia" (EDMUNDO, 2003, p. 626) (Imagem 2).

9 Deocleciano perdeu a perna direita num acidente que ocorreu logo após apostar com um estrangeiro a travessia a nado da Baía de Guanabara. Sua perna amputada foi preservada no museu da Academia Nacional de Medicina (DEOCLECIANO MARTYR, 1927a, p. 6).

Imagem 2: Deocleciano com sua muleta. Fonte: Deocleciano Martyr (1927b, p. 6)

Jacobino era o termo utilizado, durante os momentos iniciais da República no Brasil, para designar os "republicanos radicais" que lutavam pela consolidação da República e glorificação da nacionalidade. O termo *radical* fazia alusão aos indivíduos intransigentes e intolerantes que defendiam as suas opiniões por meio de ações tumultuárias nas ruas e praças, o que acentuou sua conotação pejorativa (GAHYVA, 2018). Tudo o que lembrasse a "antiga ordem", como os portugueses e a Monarquia, deveria ser banido, conforme a proposta jacobina de identidade nacional (RIBEIRO, 1990).

O ponto alto do movimento jacobino foi de 1893 a 1897, cuja inspiração maior era Floriano Peixoto. Ao longo desse período,

os jacobinos agitaram o cenário político, mas não conseguiram romper com a ideologia da classe rural que dominava o Brasil nem impor um projeto político alternativo.

"O feroz 'leader' do jacobinismo, que era o Sr. Deocleciano Martyr, foi apontado como o autor principal da conspiração que visava a eliminação do chefe da nação" (CASTRO, 2002). Deocleciano foi considerado o maior articulador do atentado ao presidente da República Prudente de Morais, ocorrido no dia 5 de novembro de 1897.[10] Para Nascimento (2015), Deocleciano conjurou uma sociedade secreta que decidiu pelo assassinato do presidente como forma de salvar o regime republicano e, para isso, utilizou a pessoa de Marcelino Bispo, que surgiu por acaso e que mudou a história da República. Nas palavras de Nina Rodrigues (2006, p. 113):

> inteligência acanhada, instrução rudimentar, afetividade mórbida que lhe abria o coração a todas as sugestões em que entrasse uma solicitação de aparência generosa aos seus ideais confusos de grandeza pátria, facilmente convertido pelo ambiente em um fanático pela memória do marechal Floriano, e possuindo toda a violência agressiva de um impulsivo degenerado e hereditário, estava ele admiravelmente talhado para se constituir prisioneiro moral do primeiro aventureiro, de habilidade e sem escrúpulos, que dele quisesse fazer um instrumento perigoso, explorando essas tendências sentimentais. E foi o que dele fez Diocleciano Mártir. (RODRIGUES, 2006, p. 113).

O motivo da oposição ao Governo de Prudente de Morais estava no restabelecimento das relações entre Brasil e Portugal, que haviam sido rompidas oficialmente por Floriano Peixoto. O Governo de Prudente de Morais acatou a indicação do poeta Tomás Ribeiro, que demonstrou em versos o compadecimento ao imperador banido em detrimento da recém-proclamada República, que o expatriara como embaixador português no Brasil.

> Da parte dos 'jacobinos' da Capital, Deocleciano Martyr envolveu em crepe a bandeira nacional da redação de seu

10 Ficha 211.994 do Acervo Jurídico do Arquivo Nacional (BV.O.RMI.0632): peticionário Deocleciano Martyr condenado por tentativa de homicídio contra o presidente Prudente de Morais, vítima e outros. 1903-1904.

> jornal em sinal de luto desde que foi noticiado o reatamento; o Club dos Jacobinos, do qual Martyr era presidente, enviou uma mensagem de protesto a Prudente de Moraes contra a permanência de Thomaz Ribeiro no Brasil. (CAMPOS, 1936, p. 18).

Deocleciano respondeu a processo por esse atentado e pelo assassinato do ministro da Guerra Carlos Machado de Bittencourt, considerado o seu principal articulador. Foi condenado a 24 anos de prisão como implicado.[11] Ficou sete anos preso, e no Governo de Campos Salles foi indultado[12] e saiu da prisão em 1904. Vários periódicos da época faziam campanhas para Deocleciano ser colocado em liberdade, pois não o consideravam o único responsável pela arquitetura do atentado:

> DEOCLECIANO MARTYR
>
> Natural do glorioso estado do Rio Grande do Sul, este intemerato patriota, o fundador de 'O Jacobino', hoje, por crime político, preso e sentenciado nas grades da Correção.
>
> Deocleciano Martyr, valente patriota, que grandes serviços prestou à república, por ocasião da nefanda revolta de 6 de setembro, ao lado do grande Marechal, hoje, infelizmente, os seus amigos esqueceram-no, pelo crime do assassinato de 5 de novembro de 1897, na pessoa do Marechal Bittencourt, e a tentativa do Dr. Prudente de Moraes, quando presidente da república.
>
> Este crime que não está provado ser comum ou político, e que, grande número de inimigo mais trabalharam pela condenação do ex-capitão Deocleciano Martyr.
>
> Moço, ainda é Deocleciano Martyr, com apenas 30 anos de idade, mas bastante patriota, bom servidor da pátria e bom republicano.
>
> Ele, se não fora amigo do bravo Marechal Bittencourt, pouco menos inimigo, antes pelo contrário, sempre soube apreciá-lo, muito embora adversário político.
>
> Mas... Deocleciano Martyr, é um incansável patriota, os portugueses odeiam-no e são eles os que mais acusam-no, devido a intransigência e convicção que ele possui.

11 Aquele que está envolvido numa ação judicial.

12 Que foi alvo de absolvição; que recebeu perdão ou indulto; indultário.

> Lembramos ao ilustre e eminente presidente da república, perdoá-lo, pois, ele, não é tamanho criminoso, e nem foi traidor da república! (DEOCLECIANO MARTYR, 1901, p. 3).

Quando foi preso, Deocleciano revelou que havia um plano para assassinar o presidente da República e instaurar um "governo mais forte" por meio de um golpe e que esse plano era apoiado por políticos e militares (JANOTTI, 1986).

Após ser solto, dedicou-se à advocacia e fundou, com outras pessoas, a Assistência Jurídica-Militar do Brasil, além do semanário *Segundo Districto*, de política moderada, bem diferente de *O Jacobino*. Como advogado, os jornais consideravam Deocleciano defensor de bandidos, por aceitar causas sobre moedeiro falso, estuprador de menores, suborno de inspetores de saúde, soldados que realizavam subornos, entre outros. Em 1909 ele foi o advogado de defesa de Dilermando Cândido de Assis, o assassino do escritor Euclides da Cunha que foi acusado de homicídio e levado a júri popular. Dilermando foi absolvido por legítima defesa. Apesar disso, a visão do público não mudou e ele continuou carregando o estigma do assassinato.

> O aspirante Dilermando de Assis tem passado irritado e demonstrado grande abatimento moral. Dilermando evita tocar no assumpto que se prende a tragédia em que se envolveu. Tem tido pouca febre, mas ainda escarra sangue. O seu ferimento mais grave é o do peito, estando a bala alojada no pulmão direito. Os médicos só o operarão quando apresentar mais calma. Dilermando foi visitado pelo seu advogado Deocleciano Martyr, a quem disse que confirmava o seu primitivo depoimento. (JACOBINISMO, 1909, p. 8).

Desde 1892, Deocleciano era agente municipal da freguesia onde residia, no Rio de Janeiro, a Freguesia de Santa Rita. Após sair da prisão, foi nomeado para o cargo de agente municipal da Freguesia de Campo Grande, bairro da zona oeste da cidade carioca. Por motivos políticos, foi afastado do cargo, sendo reintegrado tempos depois, e permaneceu nele até falecer.

Ainda, foi membro do Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida e, em 1.º de março de 1913, discursou no comício

realizado no Largo de São Francisco de Paula, protestando contra o aumento do custo de vida e incentivando a conquista de direitos sociais, contribuindo para o movimento operário de orientação sindicalista revolucionária do Rio de Janeiro:

> Deocleciano Martyr discursou brevemente, durante cinco minutos, e observou que há 20 anos os trabalhadores não saiam em direção à praça pública, e naquele dia movia-se o alto e legítimo direito do 'povo', o governo, portanto, deveria atender seus reclamos. Deocleciano Martyr concluiu da seguinte maneira: 'o povo não pede, não suplica'. (ALVES, 2014, p. 55).

Com relação à trajetória política de Deocleciano, após sua saída da prisão, ele retomou suas atividades políticas em um tom mais moderado, porém quando precisava fazer a defesa de seus interesses ainda utilizava a bengala e linguagem violenta, desabrida e incitadora, conforme satiriza a revista *O Malho* de 1916 (Imagens 3 e 4).

Imagem 3: Sátira com o uso da muleta por Deocleciano Martyr. Fonte: Outra perda para o edifício (1906, p. 16)

O Turumbama no Jury

Há dias, numa sessão do júri, em que iam ser julgados dois assassinos, não tendo os seus advogados conseguido editar a sessão, como lhes convinha, entraram a insultar o juiz presidente, que os mandou prender, depois de um grosso "chavivari".

Imagem 4: Deocleciano Martyr e sua muleta em ação. Fonte: O turumbama no jury, (1916, p. 21)

Benjamim Magalhães: – Miserável! Não pode! Não pode tolher a estratégia da defesa!

Deocleciano Martyr (agitando a muleta): – Apoiado! É um bandido o juiz que nos faz picardia!

O Presidente> – Prendam esses desavergonhados! Cadeia com eles!

Zé do Povo (entrando no rolo): – Está regulando! O júri não pode estar em desacordo com o resto, com as outras coisas, neste pais de desordem, de anarquia, de falta de juízo! E depois, se a justiça é cega, se os advogados são pernetas, se os defensores são Martires, se outros são uns Benjamins, se a desmoralização é geral, como é que o júri havia de deixar de chegar a isto, que se está vendo!

Deocleciano Martyr: vida pessoal

"Era um homem cheio de atrevimento e de coragem"
(EDMUNDO, 2003, p. 630).

Seu nome de batismo era Deocleciano Marques Teixeira. Passou a assinar Martyr, segundo Lima (1927), por extravagância, para explorar a seu modo o "sentimento popular através do seu trabalho mefistofélico" (EDMUNDO, 2003).

Nasceu em Porto Alegre (RS) em 31 de maio de 1871 e era filho de João de Deus Teixeira e de Rita Angelica Ribeiro Teixeira. João e Rita casaram-se no dia 31 de janeiro de 1864 na Matriz de Sant'Anna, no Rio de Janeiro. O pai era funcionário da Recebedoria-Geral e faleceu em 3 de julho de 1920 (HOMENAGENS, 1927, p. 3). A mãe, conhecida como Ritinha, faleceu em 27 de julho de 1940. Dona Ritinha solicitou várias vezes ao presidente da República Campos Salles o indulto de Deocleciano, "levando-lhe flores e ficando de joelhos", alegando o filho não estar bem de saúde e ter doenças do coração (JACOBINISMO, 1903, p. 1). O casal João e Rita teve, além de Deocleciano (Imagem 5), mais um casal de filhos.

Imagem 5: Deocleciano Marques Teixeira (1871-1927). Fonte: Deocleciano Marques Teixeira (1904, p. 8)

Com sua esposa, Júlia Gonzaga Martyr, teve a filha, América Gonzaga Martyr, nascida em 1.º de julho de 1895. Pelo nome dado à filha, percebe-se o nacionalismo de Deocleciano. Em janeiro de 1913, América casou-se com o funcionário público Ernesto Guaraciaba de Senna, falecido em 26 de fevereiro de 1932.

Deocleciano Martyr faleceu aos 56 anos, em 13 de setembro de 1927, no Rio de Janeiro, onde foi sepultado no Cemitério de São Francisco Xavier (Cemitério do Caju) (FALECIMENTOS, 1927a; 1927b; 1927c; DEOCLECIANO MARTYR, 1927a; 1927b; 1927c; 1932, p. 28).

Na vida pessoal, Deocleciano tinha ideias e atitudes diferenciadas da maioria das pessoas da sua época. Por exemplo, no ano de 1893, recuperou a forca de Tiradentes do Calabouço do Aljube e a levou para o Museu Histórico Nacional (Imagem 6).

A forca de Tiradentes

O *Tempo*, do Rio, dá noticia de estar em poder do tenente Deocleciano Martyr, essa preciosidade historica da nossa vida politica..

Está velha, maltratada e quasi completamente podre!

A escada do patibulo tem 21 degraus, é de grossa e forte madeira de lei.

Os troncos de guindaste são collossaes e ainda conservam a côr vermelha.

Tem diversos furos, entre elles uma gargalheira e um pedaço de algema!

Tem tambem o lampeão da forca, sendo que este está completamente esbandalhado.

Esta reliquia foi encontrada enterrada no calabouço da antiga cadêa dos frades, denominada mais tarde Aljube.

O tenente Deocleciano pretende em breve expol-a á curiosidade publica.

A B

Imagem 6: (A e B) Restos da forca de Tiradentes. Fonte: (A) A forca de Tiradentes (1893, p. 2); (B) Restos da forca de Tiradentes (1948, p. 24)

Em 1891 Diocleciano solicitou permissão para abrir uma fábrica de envelopes. Depois, em 1911, pediu a concessão para uma linha de bondes elétricos, ou auto-ônibus, entre as cidades do Rio de Janeiro e de Petrópolis, mas seu pedido foi indeferido. Nesse mesmo ano fundou uma escola de agilidade corporal no bairro do Meyer.

Foi um dos membros da Liga Brasileira Pró-Alemanha, juntamente com Hildebrando Jorge e o Major João Gaston, no

ano de 1915. Propôs, em 1920, que os ensinos primário, superior e profissional fossem realizados com cinematógrafo falado.

Considerado um homem de pouca cultura, utilizando uma linguagem rude, ríspida, provocadora e desagradável, Deocleciano Martyr ainda hoje é lembrado pelo seu lema "O Brasil é dos brasileiros" (Imagem 7). Foi um "valente de muletas", considera Paulo Fábio (1963, p. 20), pois "com uma das muletas se apoiava e com a outra brandia golpes. Condenado no processo do atentado contra Prudente de Moraes, não foi degradado por ser aleijão – o que teria levantado a opinião pública a seu favor".

Imagem 7: Justiça a murro. Fonte: Justiça a murro (1906, p. 8).

Considerações finais

A literatura localizada até o momento que trata de Deocleciano Martyr se concentra no período da sua atuação no jornal *O Jacobino* e no movimento do jacobinismo no Brasil. Ainda está por ser feito um estudo biográfico que aborde com profundidade suas diferentes trajetórias, sobretudo como rábula e atuante na Assistência Jurídica-Militar do Brasil, da qual foi o fundador em 1916 e presidente até o seu falecimento, no ano de 1927.

Pela documentação levantada até então, não se consegue apontar a motivação de Deocleciano Martyr ao entrar com o pedido de *habeas corpus* em favor de Francisco Paes de Farias (Chico Ventura), Eusébio dos Santos e mais cerca de 300 indivíduos. Tampouco foi localizada documentação referente à sua posição no movimento do Contestado, antes da entrada do pedido de *habeas corpus* até o desfecho oficial do conflito, em 1916.

Muitas questões foram levantadas, com base na documentação analisada até agora, e serão fruto de um próximo trabalho. Por exemplo, interessa saber por que Correia Defreitas foi escolhido para ir à região contestada, ou fora ele que se ofereceu para tal? Correia Defreitas teria conhecido Deocleciano Martyr? Ambos, prevendo o desfecho sangrento, queriam, por meio de negociação, uma saída política para a situação e procuraram alternativas para tal: um foi até a região tentar negociá-la pessoalmente, e o outro, por intermédio de medida judicial – os dois e ao mesmo tempo? As duas ações tiveram relação?

Referências

Jornais

A FORCA DE TIRADENTES. *A República*, Rio de Janeiro, p. 2, 14 jun. 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

CLUB TIRADENTES. *A República*, Curitiba, p. 2, 28 dez. 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

CLUB TIRADENTES. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 fev. 1894. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

DEOCLECIANO MARTYR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 15 set. 1927a. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

DEOCLECIANO MARTYR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 16 set. 1927b. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

DEOCLECIANO MARTYR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 12 out. 1927c. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

DEOCLECIANO MARTYR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 28, 2 mar. 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

DEOCLECIANO MARTYR. *O Jacobino*, Rio de Janeiro, p. 3, 29 jun. 1901. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

DEOCLECIANO MARQUES TEIXEIRA (1871-1927). *Tagarela*, Rio de Janeiro, p. 8, 7 jul. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

DO CLUBE REACIONÁRIO REPUBLICANO. *Jornal do Commercio*, Florianópolis, p. 2, 3 mar. 1891. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

ELEIÇÕES. *O Jacobino*, Rio de Janeiro, p. 3, 1º dez. 1894. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

ELEIÇÕES. *O Jacobino*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 nov. 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

FALECIMENTOS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 17, 14 set. 1927a. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

FALECIMENTOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 31, 14 set. 1927b. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

FALECIMENTOS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 6, 14 set. 1927c. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso

em: 19 jul. 2021.

FEDERAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA. *Diario do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 dez. 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

HABEAS CORPUS. *O Dia*, Florianópolis, p. 1, 11 jan. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

HOMENAGENS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 16, 15 set. 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

JACOBINISMO. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 19 ago. 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

JACOBINISMO. *O Paulistano*, São Paulo, p. 1, 16 nov. 1903. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

JUSTIÇA A MURRO. *O Malho*, Rio de Janeiro, p. 8, 15 dez. 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

O TURUMBAMA NO JURY. *O Malho*, Rio de Janeiro, p. 21, 29 jul. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

OS FANÁTICOS. *A Federação*, Porto Alegre, p. 4, 24 jan. 1914a. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

OS FANÁTICOS. *A Federação*, Porto Alegre, p. 6, 25 fev. 1914b. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

OS FANÁTICOS. *Gazeta do Commercio*, Curitiba, p. 8, 28 jan. 1914c. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

OS FANÁTICOS. *O Dia*, Florianópolis, p. 3, 25 jan. 1914d.

Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

OS FANÁTICOS DE TAQUARUSSÚ. *Gazeta do Commercio*, Curitiba, p. 8, 11 fev. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

OUTRA PERDA PARA O EDIFÍCIO. *O Malho*, Rio de Janeiro, p. 16, 12 maio 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

RESTOS DA FORCA DE TIRADENTES. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 24, 30 out. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 19 jul. 2021.

Referências bibliográficas

ALMANAK LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, p. 142, 1903.

ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência* [manuscrito]: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918). (Mestrado em História). Progra de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

CAMPOS, Moacyr. O atentado de 5 de novembro. *Revista do Professor*, São Paulo, a. 3, n. 17, p. 17-23, nov. 1936.

CANGA. *Os líderes rebeldes*. 14 abr. 2008. Disponível em: http://contestadoaguerradesconhecida.blogspot.com/2008/04/os-lderes-rebeldes.html. Acesso em: 12 set. 2020.

CASTRO, Sertório. *A República que a revolução destruiu*. Rio de Janeiro: e.BooksBrasil.org, 2002. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sertorio.html. Acesso em: 12 set. 2020.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Habeas corpus*. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/habeas%20corpus. Acesso em: 12 set. 2020.

EDMUNDO, Luiz. *De um livro de memórias.* Rio de Janeiro: *[s.n.]*, v.5, 1958.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

FÁBIO, Paulo. Um valente de muletas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 20, 8 dez. 1963.

GAHYVA, Helga Cunha. O rábula, o médico e o anspeçada suicida: Evaristo de Moraes, Nina Rodrigues e o atentado que abalou a República. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 25, n. 2, p. 371-389, abr.-jun. 2018.

GOMES, Amanda Muzzi. *Os jacobinos e a oposição à Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil (1893-1897).* (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA, Hermeto. Deocleciano Martyr. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 16 set. 1927.

LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso:* humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

NASCIMENTO, Herivelto Paiano. *O regicida Marcelino Bispo:* uma reflexão sobre a história do Brasil, do final do Império ao atentado de cinco de novembro de 1897. (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PETRÔNIO, Domingues. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, p. 251-281, jan.-jun. 2014.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. *Messianismo e conflito social:* a guerra sertaneja do Contestado 1912-1916. São Paulo: Ática, 1977.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República.* Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos:* os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Brasília: Senado Federal, v. 76, 2006.

SILVA, Beatriz Coelho. *Verbete:* Jacobismo. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACOBINISMO.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Livro 856-HC*, Acórdão n.º 3.494, de 11 de janeiro de 1914. Brasília: Arquivo Histórico do STF, 1914. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico&pagina=STFdescricaoHC3494. Acesso em: 13 mar. 2021.

TRICHES, Roberta Pedroso. A Labareda da discórdia: o antilusitanismo na imprensa carioca. *Revista Achegas.net*, n. 36, jul.-ago. 2007. Disponível em: http://www.achegas.net/anteriores.html. Acesso em: 12 out. 2019.

VANALI, Ana Crhistina. Manoel Correia Defreitas na literatura sobre o Contestado. *Revista NEP*, Curitiba, v. 2, n. 5, p. 78-114, dez. 2016.

O nevoeiro do epílogo da guerra:
o judiciário em Curitibanos (SC)[1]

João Felipe Alves de Morais

O judiciário catarinense foi convocado a julgar homicídios, assaltos, furtos, abigeatos e incêndios cometidos por caboclos durante a Guerra do Contestado. Este texto procura investigar o processo de criminalização dessas ações dos envolvidos na guerra, por meio da análise do Livro n.º 1a: registro de autos crimes (1915), de Curitibanos (SC), o que permite quantificar os processos e sertanejos autuados na comarca. Ao realizar um estudo de caso sobre a prisão de Firmino Alves Cardoso, caboclo rendido às forças federais naquela vila, buscou-se analisar a atuação do judiciário ao fim do movimento sertanejo, o que levanta a hipótese presente neste artigo de que houve a utilização do judiciário para finalizar o conflito e cimentar os pilares republicanos, postos em xeque com o incêndio da vila de Curitibanos.

Os registros do judiciário

O livro de registro, cumprindo a função de documentação para o direito, permite ao historiador analisar fenômenos temporalmente. Torna-se possível por meio desse documento traçar análises quantitativas, assim como realizar um trabalho nominal, à procura de um sujeito em diversos arquivos. A pesquisa desenvolvida com base nesse material buscou perceber padrões de criminalização em um recorte temporal e espacial demarcado e resistências dos sertanejos perante o aparelho judiciário.

1 Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Tal qual um professor que mantém sua biblioteca organizada, para melhor recorrer a ela em momentos de pesquisa e reflexão, o escrivão deixava seu cartório organizado para a pesquisa e os registros do juiz de direito. A figura do escrivão era uma das bases da atuação do direito, uma das profissões necessárias para seu andamento, ao lado do juiz e do meirinho. Além de quase onipresente em todas as etapas de um processo, o escrivão mantinha notas de todos os autos abertos na comarca, arrolados em livros em seu cartório, produzindo extensas encadernações de inventários, divisas de terras, processos crime etc.

O Livro n.º 1a: registro de autos crimes de 1915 a 1918 foi redigido pelo jovem José Maria Amorim, que servia como interino do escrivão Antônio José Henrique de Amorim. Ambos tiveram nas mãos a tarefa de registrar os autos da comarca de Curitibanos que vieram a processar os caboclos envolvidos na Guerra do Contestado. Não é possível precisar o apego dessas personagens à história, mas é fato que seu trabalho e zelo permitem que historiadores consultem uma série de fontes judiciais sobre o episódio.

Aqueles sujeitos não estavam aquém dos acontecimentos impetrados na região, sendo agentes e parte daquela história. Um caso muito específico sobre sua atuação como guardiães de registros se deu em 1920, momento em que os escrivães foram denunciados pelo desaparecimento de um processo. Esse documento era relativo a um homicídio motivado pela recusa de devolução das armas emprestadas pelo governo a piquetes civis, para combater os sertanejos. "Ao ser incorporado às forças legais cada bando recebia armas e munições do exército brasileiro – em sua maioria de proveniência alemã – e também a mesma ração distribuída aos soldados" (RODRIGUES, 2008, p. 323). Quatro anos decorridos do fim do conflito, era aparente que muitas das questões não haviam se resolvido.

O recorte temporal daquele livro de registros permite traçar uma análise quantitativa a respeito da atuação do judiciário no fim

do conflito. O recorte 1915 a 1918 começou meses após o início da ofensiva rebelde – motivados pela vitória sobre a expedição militar do General Mesquita, no segundo semestre de 1914, os sertanejos principiaram uma ofensiva sobre as bases econômicas e políticas da região: vilas, estações e madeireira (QUEIROZ, 1966, p. 189) – e se finalizou pouco mais de um ano depois do término da guerra.[2] Seguindo a cronologia de fatos, quase como uma peça teatral, o livro inicia-se pelo processo crime contra José Rosa da Silva, relativo à primeira invasão à vila de Curitibanos,[3] e se encerra com o processo de crime funcional[4] contra Hercílio Moreira da Silva, acerca da terceira invasão a Curitibanos,[5] conflito que resultou na morte do Coronel Albuquerque.

O Gráfico 1 descreve em números como se distribuíram os crimes nesse recorte temporal. Os três principais crimes cometidos

2 "Servirá este livro, contendo dez (10) folhas, por mim numeradas e rubricadas com a rubrica – Guilherme Abry – do meu, uso, para registro de autos crimes deste juízo. Além deste termo de abertura existe outro de encerramento na última folha deste livro. Curitibanos 25 de janeiro de 1915" (Livro n.º 1a, 1915). Em tese, havia cuidado do juiz de direito com a documentação. Além do termo de abertura e de encerramento, cada folha do livro era rubricada pelo juiz, avisando que ele estava ciente daqueles registros. Em análise minuciosa, foi possível perceber que as rubricas do juiz Abry foram realizadas antes de o escrivão iniciar o preenchimento do livro, pois páginas não preenchidas estavam também rubricadas. Outro fato curioso que revela o pouco cuidado do escrivão, assim como o pouco zelo do juiz, foi sua utilização para atividades escolares no ano de 1917, contendo entre suas páginas contas matemáticas, redação e poesia.

3 Em janeiro de 1914, o negociante Praxedes Gomes Damasceno, acompanhado de um pequeno grupo, dirigiu-se para a vila para buscar mercadorias vindas de Florianópolis (SC). Ao alegar que entre as mercadorias haveria armas, que supostamente seriam destinadas aos caboclos de Taquaruçu (SC), o Coronel Albuquerque apreendeu o carregamento. O encontro entre os caboclos e o piquete civil de Albuquerque resultou em tiroteio em frente à Praça da República, no qual, de bandeira branca na mão, Praxedes foi baleado e morto, conforme depoimento de Lucas Alves de Carvalho Sobrinho (PROCESSO CRIME DE FERIMENTO GRAVE, 1915).

4 O crime funcional é uma infração da lei penal cometida por funcionários públicos, os quais intencionalmente agem contra a administração pública. Dos crimes contra a boa ordem e a administração pública (BRASIL, 1890).

5 Um extenso processo crime foi autuado contra Hercílio Moreira da Silva (escrivão de paz de Curitibanos), Lucas Alves de Carvalho Sobrinho (funcionário público) e João Granemann de Camargo (fazendeiro) por prática de crime funcional. Nesse processo, os citados falsificaram a perícia realizada em Alfredo Alves Sampaio, assassinado em uma disputa política nos arredores de Curitibanos, pelo então delegado de polícia, tenente César da Silva (PROCESSO CRIME, 1919).

naquela comarca foram homicídio/tentativa de homicídio, agressão/ferimentos e sedição.[6] Em uma análise superficial, é possível perceber que as ações dos caboclos durante o conflito giravam principalmente em torno desses três crimes. No total foram registrados 54 documentos no livro, e nenhum deles foi redigido contra vaqueanos, como o caso do piquete de Francisco de Paula Dias, vulgo Chicão.[7]

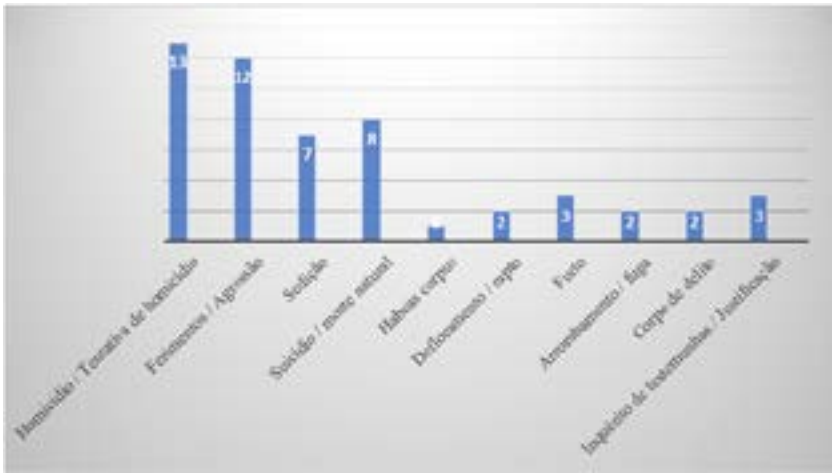


Gráfico 1: Processos criminais referentes à qualificação dos crimes relatados no Livro n.º 1a: Registro de autos crimes, de 1915 a 1918, da Comarca de Curitibanos (SC). Fonte: elaboração própria.

Uma análise minuciosa da lista dos processos, acompanhada da pesquisa dos processos em arquivo, proporcionou a criação de outro gráfico, que buscou quantificar o número de processos relacionados diretamente com a Guerra do Contestado. O Gráfico 2 constata em dois recortes temporais quão relevantes eram em números os processos referentes ao conflito.

6 O arrolamento de suicídios e as mortes naturais eram contabilizados nessa lista, pois se instauravam inquéritos policiais para averiguar o ocorrido.

7 Muitos piquetes, chamados de patrióticos, foram organizados para a defesa das vilas ou perseguição dos sertanejos. O piquete de Chicão foi um dos responsáveis pela defesa de Curitibanos, assim como o de Francisco Lino, que teve como pagamento pelo serviço o saque realizado nas investidas contra os sertanejos (LEMOS, 1954, p. 35).

Gráfico 2: Quantificação dos processos arrolados sobre o Contestado, em periodizações distintas. Na primeira coluna de cada seção foram listados os processos a respeito do Contestado, e na segunda, os de crime comum. Fonte: elaboração própria.

No recorte temporal desse livro de registros, o número de processos relativos ao Contestado se destacou em meio ao de crimes comuns,[8] embora ambos contem quase que com a mesma quantidade. Em um recorte temporal mais restrito, de janeiro de 1915 a setembro de 1916,[9] percebe-se que o número de processos sobre o Contestado se sobrepõe ao de crimes comuns. Algumas explicações são plausíveis, como a intensificação do cerco de Setembrino de Carvalho e o aumento do número de rendições.[10]

A acusação pelo crime de sedição foi a responsável pelo maior número de sertanejos denunciados em Curitibanos. Entre os sete processos de sedição, há documentos com mais de 20 caboclos denunciados. Sedição era um crime previsto no artigo 118 do Código Penal de 1890 e fundamentava-se na criminalização da violência exercida por grupos de mais de 20 indivíduos que viessem

8 Nesse caso, o termo *comum* significa que aqueles processos não possuem ligação contextual ou motivacional com a Guerra do Contestado.

9 Esse recorte vai da abertura do livro de registros até o mês oficial do fim da guerra.

10 "Em janeiro de 1915 o cerco montado por Setembrino de Carvalho apresentou resultados. A fome começou a castigar os fiéis e eles se viram na responsabilidade de lutar contra as forças repressoras e pelo sustento dos sobreviventes. A saída encontrada por alguns líderes foi a rendição de parte ou de todo o grupo que comandava, como o fez Antônio Tavares ao enviar para os acampamentos militares as maiores vítimas da guerra: crianças, idosos e mulheres" (RODRIGUES, 2008, p. 334).

a impedir o trabalho de funcionários públicos, ou a execução de leis e sentenças. A pena pelo crime de sedição deveria ser cumprida apenas pelos líderes do movimento, podendo variar entre três meses e quatro anos de prisão celular (BRASIL, 1890). No caso específico de Curitibanos, o juiz Guilherme Abry,[11] no arquivamento de processo, apontou os crimes que deveriam ser denunciados:

> instaurava-se processo apenas contra aqueles que, como fanáticos, seja individualmente seja como membros de grupos, isto é, coletivamente, praticaram atos sujeitos a penas legais, tais como o incêndio, e saque, o assassinato e outros. (*apud* PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO, 1915b).

A narrativa do juiz desconsiderou como sujeito à pena legal o crime de sedição, listando os crimes de incêndio, saque e assassinato como penáveis. A sedição serviu de base concreta para denunciar grupos de sertanejos. Assim, aberto o processo, eram averiguadas suas efetivas participações nos crimes citados pelo juiz. Logo, a sedição não era o único crime presente na denúncia.

A sedição teve papel importante nos julgamentos, pois, como no caso de Firmino Cardoso – em que faltavam provas concretas de sua atuação em outros crimes –, o discurso presente no crime de sedição foi utilizado na escrita dos quesitos levados ao tribunal do júri, vindo a condenar o sujeito por crimes cometidos pelo grupo do qual fez parte. Sedição não estaria posta como crime penável, mas como discurso em um julgamento por outros crimes.

Em um período de pouco mais de três anos, 132 sertanejos tiveram seus nomes ligados a processos criminais em Curitibanos. De fato, a maioria não foi levada a julgamento, por não ter sido encontrada, ou por ter perecido em encontros com o Exército e os vaqueanos. Para os sertanejos que responderam judicialmente, o conflito não acabou em agosto de 1916 com a assinatura do

11 Natural de Blumenau (SC) e bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, Guilherme Abry exerceu o cargo de juiz de direito de Curitibanos entre 1914 e 1917. Nesse ínterim, teve sua casa incendiada pelos sertanejos, perdendo sua biblioteca e o restante de seus bens. Na função de juiz, atuou nas comarcas de Tubarão, Biguaçu, Itajaí, Curitibanos, Mafra e Joinville, todas em Santa Catarina. Em 1937 foi nomeado desembargador do Superior Tribunal de Justiça. Arquivo de registros, Desembargador Guilherme Abry. Museu do Judiciário Catarinense.

Acordo de Limites, mas sim nas datas dispostas em acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, ao qual recorreram depois da condenação.

O sertanejo entre os autos

O teatro, desde a Idade Antiga, na Grécia e Roma, é caracterizado por ser um espaço em que se apresentam espetáculos para um público, que, ao semicerrar os olhos, assiste a eles estupefato. O palco que serviria de encontro para Firmino Alves Cardoso com o judiciário, como ironia do destino, foi o Theatro Municipal daquela vila. Com data marcada, 14 de junho de 1916, o julgamento do réu iria acontecer.

Julgamentos como o de Firmino Cardoso seriam semanais naquela vila se todos os sertanejos autuados em denúncias nos anos de 1915 e 1916 fossem encontrados, pois 123 indivíduos foram listados em inquéritos (LIVRO N.º 1A, 1915). O fato de o palco do judiciário ter sido o Theatro não era pelas ações que lá ocorreriam naquele júri popular, mas sim pelo incêndio do prédio da prefeitura, ocorrido em 26 de setembro de 1915, o qual abrigava anteriormente o poder judiciário daquela vila. O incêndio fora orquestrado pelos próprios sertanejos que, entre outros motivos, buscavam vingança pela destruição da cidade santa de Taquaruçu, conforme depoimentos de Anna Maria Ferreira, Guilherme Bassow e Redempto Kullmann (PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO E INCÊNDIO, 1915).

Lavrador e analfabeto, Firmino era morador da zona rural de Lages, no lugar chamado Cabaçais. Era natural da vila de Curitibanos, mas vivia com sua companheira havia seis anos no interior da cidade vizinha. Não há citações sobre a subordinação de Firmino a um fazendeiro local, mas é provável que Firmino fosse um posseiro, lavrando um pequeno pedaço de terra à beira de uma mata. Queiroz (1966, p. 28) descreveu o posicionamento caboclo em meio à mata e a prática da roça cabocla quase que como uma sorrateira infiltração.

Em uma das passagens do piquete de Cândido Olegário por sua casa, Firmino resolveu acompanhá-lo, estando presente daquele dia em diante entre aqueles caboclos. Segundo Machado (2004, p. 250), negro Olegário, como também era chamado, foi o líder de um piquete de 19 cavaleiros, que atuaram no arrebanhamento de animais e recrutamento de caboclos para as cidades santas, e o responsável pela entrada de mais de 800 pessoas no movimento.

O piquete de Olegário foi acusado por diversos crimes na região de Curitibanos, entre eles: assassinatos, roubos e incêndios. Olegário era um dos mais temidos líderes sertanejos, veterano da Guerra Federalista, ficou afamado na região de Curitibanos e Campos Novos (SC) por seu piquete levar o terror, cometendo assassinatos de pais e filhos em invasões a fazendas. No processo crime de Firmino, foram citados pelas testemunhas os assassinatos de Francisco Venâncio, no Espinilho, distrito de Campos Novos, e Antônio Velho e Francisco Farrapo, na Picada do Marombas, em Curitibanos. O assassinato de Venâncio teve descrição de crueldade. Além disso, um de seus filhos também foi morto, e outro, deixado ferido com sete tiros e cinco golpes de facão (PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO, 1915a).

O ano de 1916 foi marcado por rendições em massa dos sertanejos presentes nos redutos. Firmino foi um entre tantos que fugiu e se entregou ao destacamento do Exército na vila de Curitibanos, que estava sob o comando do Capitão Vieira da Rosa. Os sertanejos eram colocados à sorte quando rendidos. O futuro estava ligado ao receptor. Autoridades locais aproveitavam-se da situação para a "criação, ou recriação, de situações de dependência e ampliação da patronagem", enquanto, por outro lado, aqueles que "tinham o azar de encontrar pela frente os piquetes vaqueanos de Pedro Ruivo, em Canoinhas, ou Coletti, em Santa Cecília do Rio Correntes, sabiam que seriam massacrados sem piedade" (MACHADO, 2004, p. 326).

Entregar-se era um risco. A vida do sertanejo passaria por diversas situações até sua liberdade ser garantida, fosse

a subjugação a um coronel, fosse a prisão e prestação de depoimentos. Uma narrativa recorrente entre os entregues às forças federais era demonizar a liderança de Adeodato e colocar na figura daquele líder a responsabilidade pelos assassinatos cometidos pelos caboclos.[12] Adeodato foi a última liderança sertaneja na guerra. Sendo grande conhecedor da região, por ter trabalhado como tropeiro e domador de cavalos, além de possuir ótima retórica, como homem de briga na guerra, Adeodato ganhou prestígio entre os sertanejos até ser convidado a ser o líder (MACHADO, 2004, p. 296), o qual foi memorado como uma figura dominadora. Segundo Cabral (1960, p. 250), ele era conhecido por ser destemido, valente, dominador e feroz, sendo então obedecido e temido pelos seus comandados. Adeodato serviria como peça-chave nos depoimentos sobre as motivações que levaram os sertanejos a saírem dos redutos. Em seu inquérito, Firmino afirmou que saiu do reduto fugido, temendo pela própria vida, pois era costume de Adeodato assassinar várias pessoas diariamente.

As rendições às forças federais geraram inquéritos, que, em outras palavras, eram questionários sobre a qualificação do sujeito: nome, idade, naturalidade, residência, profissão e envolvimento no conflito. Nem todos os rendidos eram denunciados ao judiciário; somente aqueles que possivelmente tivessem ligações com crimes como homicídios e incêndios.

O fato de estar no movimento caboclo não era plausível de detenção; era necessário encontrar na trajetória do sujeito narrativas de crimes. A promotoria estava à espreita para denunciá-los, analisando os depoimentos colhidos pelo Capitão Vieira da Rosa em Curitibanos.

Como estratégia de defesa do sujeito, perante o aparato de repressão, Firmino confessou ter acompanhado o grupo de

12 "Duas memórias excludentes são constantemente evidenciadas na Região do Contestado, por um lado, dividindo espaços em altares religiosos, reverenciado como santo, bondade em pessoa ainda permanece a imagem de João Maria e, por outro, herdeiro de atribuições de selvageria e dos traumas das etapa final, Adeodato permaneceu como o resumo da maldade dos caboclos do Contestado". (VALENTINI, 2020, p. 11).

Olegário, mas sem afirmar ter cometido algum crime com aquele grupo. Incontestável seria dizer que o piquete em que esteve Firmino cometeu crimes penáveis. Como parte desse discurso defensivo, o inquerido continuou: "Assistindo todos os crimes praticados pelo mesmo Olegário e seu bando, crimes representados por assassinato e roubos de que toda população deste município tem conhecimento" (PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO, 1915a). Reconhecer que esteve presente no momento em que o piquete cometeu os crimes pode ter sido uma estratégia para que posteriormente não fosse desmentido por alguma testemunha, teoria reforçada pelo uso da palavra *assistir* – ver o que estava a acontecer – e pelo discurso presente na frase "crimes [...] que toda população [...] tem conhecimento". O caráter defensivo utilizado por Firmino no inquérito demonstra que o sujeito buscou se defender colocando-se como não responsável pelos crimes cometidos, em vez de negar ter visto ou praticado algum crime.

> Por trás das palavras expostas nos autos, pode-se ler a maneira como cada um procura se posicionar diante de um poder coercivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação às autoridades. Para isso, apropria-se, de forma bem-sucedida ou não, do vocabulário dominante, e tenta ser ao mesmo tempo o eco inteligível daquele que pode permitir que o considerem inocente ou menos culpado possível. (FARGE, 2009, p. 35).

O parágrafo que foi chave para a promotoria da vila denunciar Firmino foi seu relato sobre estar presente no primeiro dia da invasão e incêndio daquela localidade: "Que assistiu e tomou parte do incêndio da Vila, não permanecendo, porém, nos dias posteriores, quando foram praticados os roubos de diversas casas" (PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO, 1915a). Denunciado e preso, Firmino viria a responder pelos crimes praticados pelo piquete em que esteve presente durante pouco mais de um ano.

Não obstante, assim como o teatro, que necessita do trabalho incansável dos dramaturgos, diretores e cenógrafos, o tribunal do júri também tem peças profissionais que garantem o bom andamento do espetáculo. Com a não presença do juiz de direito

na vila, o responsável por receber a denúncia e dar andamento ao processo foi o *mandão* local, Francisco Ferreira de Albuquerque, que se negou a atuar no caso, pois era parcial aos fatos, por ter sido um dos prejudicados pelo incêndio daquela vila. Nisso, uma sequência de substitutos também afirmou parcialidade, todos prejudicados naquele incêndio. Eram eles: Virgílio Pereira e Altino Gonçalves de Farias. Ficou, então, a responsabilidade para o conselheiro municipal Major João Severo de Oliveira.

Altino Gonçalves de Farias, fazendeiro da região, considerava-se parcial para atuar como juiz, por ter sofrido prejuízos em relação ao incêndio, prejuízos não detalhados nos autos. Dessa maneira, coube-lhe nesse processo a atuação como testemunha. Altino não estava presente na vila de Curitibanos no dia da invasão nem no do incêndio rebelde, e ter sido prejudicado não era suficiente para confirmar versões do acontecimento. Seu relato pontuou crimes em que o piquete de Olegário participou – o incêndio de Curitibanos e os assassinatos de Francisco Venâncio, Antônio Bento de Andrade e França Farrapo –, restando para o réu a acusação de fazer parte daquele grupo que cometeu os referidos crimes.

No processo que arrolou os sertanejos pelo incêndio da vila não estava o nome de Firmino como réu, nem o de Altino como testemunha. As testemunhas daquele processo eram em sua maioria mulheres, pois não conseguiram mostrar resistência, e os homens fugiram da vila antes da invasão. As cinco testemunhas arroladas para o processo de Firmino eram homens, e destacam-se três deles: Altino de Farias; Leogídio Pereira, que foi delegado da vila em períodos em que presos eram surrados a vara de marmelo (PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO E INCÊNDIO, 1915) e repressor dos sertanejos, sendo um dos comandantes do grupo de patriotas; e Sergílio Paes de Farias,[13] também defensor da vila, além de irmão do sertanejo rebelde Chico Ventura. O fato é que Altino, Leogídio e Sergílio eram interessados na acusação do réu, pois

13 Sergílio fez parte da comitiva do Monge José Maria para Irani (SC) e depois do combate não esteve mais entre os rebeldes. Amigo de Albuquerque, participou do piquete civil que protegia a vila de Curitibanos (MACHADO, 2004, p. 178).

tiveram danos pelo episódio do incêndio e fizeram parte do grupo de patriotas que tentou defender a vila, estando alinhados aos mandos e desmandos que ocorriam sob a figura de Albuquerque.

As narrativas das outras testemunhas não diferiram dos apontamentos de Altino, sempre pautados no "ouvi dizer", "vi dizer", "sabia", vindo a transmitir a visão de que o que aconteceu era conhecimento notório da vila, o que deveras era, tratando-se do incêndio. Por outro lado, a atuação de Firmino nesses crimes eram informações baseadas na suposição, que viajavam de conversa em conversa, sem de fato ser possível prová-las. Sergílio relatou que sua esposa havia servido café em sua casa para Firmino e outros sertanejos durante a invasão, mas em nenhum momento ela foi convidada a depor.

A índole e o caráter do réu também foram alvo do promotor. A última pergunta dirigida às testemunhas era se tinham conhecimento sobre sua vida antes de juntar-se aos caboclos. A única testemunha a relatar fatos acerca da vida de Firmino foi Sergílio, que fez um julgamento moral do acusado, afirmando que ele não era dado ao trabalho e viciado em roubo.

O cerco estava armado. O próximo passo para o réu era o tribunal do júri. Tinha-se transcorrido cinco meses desde sua rendição às forças federais. Com formação de culpa já realizada, Firmino foi mantido em detenção na prisão de Lages. Em março de 1916, após o retorno do juiz de direito à cidade, foram solicitadas datas para o julgamento. Como parte da agência do sujeito, ante o iminente desfecho, Firmino e Thomaz Teixeira Palhano, outro caboclo rebelde, réu em um processo de mesmo molde, solicitaram o adiamento do júri. Faltam fontes que comprovem a real motivação para esse adiamento, que durou três meses, descrito como por doença, sendo plausível que esse tempo tenha sido alongado para que os réus conseguissem um representante legal para sua defesa. Ambos receberam um *habeas corpus* do Dr. Henrique Rupp Júnior, conhecido defensor dos sertanejos, que buscou classificar o movimento rebelde como político, estratégia utilizada para tentar levar os processos à alçada do Supremo Tribunal Federal

(*HABEAS CORPUS*, 1916). Para além do *habeas corpus*, Firmino não contou com a defesa de Rupp Júnior, tendo na figura de seu advogado Cornélio de Haro Varela,[14] secretário de Albuquerque. O julgamento estava todo contra o réu, cujo até mesmo advogado de defesa representava os coronéis.

Bourdieu (1989, p. 242), ao escrever sobre o direito, argumenta a respeito do poder simbólico oculto em sua aplicação. Muitos são os fatores que aproximam o jurista das classes dominantes, tais como as formações familiar e escolar, que projetam interesses e visões de mundo próximas. Dificilmente o jurista desfavorece as classes dominantes em casos em que os interesses do réu são antagônicos àqueles.

Remarcado, o tribunal do júri foi formado no mês de junho daquele ano. Três dos jurados sorteados foram recusados pela defesa, sendo um deles o coronel Maximino Antônio de Moraes, um dos vaqueanos que atuaram na repressão dos sertanejos da fase final da guerra. No período entre a rendição e o julgamento, Firmino ficou viúvo, informação que deixa questões abertas sobre o destino de sua família. Os quesitos levantados pelo Dr. Abry para o júri foram pautados na ação do piquete de Olegário. Os 13 itens a serem confirmados ou negados, em meio a provas testemunhais, foram referentes à invasão e ao incêndio da vila, não tendo sido citados os assassinatos cometidos em Campos Novos pelo negro Olegário.

> 1º Em dias do mês de setembro de 1914, a contar do dia 26 daquele mês em diante, esteve nesta vila um grupo denominado de fanáticos?
>
> 2º Do referido grupo de fanáticos quando esteve nesta vila na referida época, fazia parte o réu Firmino Alves Cardoso?
>
> 3º O referido grupo de fanáticos destruiu nesta vila por incêndio casas pertencentes ao Estado, ao município e a particulares?
>
> 4º O referido grupo de fanáticos cometeu o referido crime de incêndio com premeditação, mediando entre a deliberação criminosa e a execução a espaço pelo menos 24 horas? (PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO, 1915a, p. 48).

14 Varela ocupou interinamente o cargo de promotor público da vila no julgamento de Serafim Manoel de Jesus, caboclo processado naquela comarca.

A ação do réu não ficou evidente nas perguntas levadas ao júri; ele respondeu legalmente pelos crimes coletivos cometidos pelo dito piquete. Nesse sentido, com base nas narrativas testemunhais narradas pelo "ouvi dizer", com quesitos de julgamento generalistas e sem apontar ações factuais do réu, o júri aprovou todos os quesitos de acusação, e Firmino foi condenado incurso no grau máximo do artigo 356 do Código Penal, que correspondia às condenações por roubo realizado com violência, a nove anos e quatro meses de prisão simples.

Em apelação ao Superior Tribunal de Justiça do estado, Firmino teve o caso revisto em outubro de 1916, quatro meses após a condenação. Em relatório do acórdão que deu provimento à apelação, o desembargador Navarro Lins anulou a decisão do júri e remeteu o réu a novo julgamento naquela comarca. As motivações do desembargador foram baseadas no erro cometido pelo juiz ao conduzir o questionário ao júri. O juiz não perguntou sobre a coparticipação do acusado nos crimes, limitando-se a perguntas relativas à participação de Firmino no piquete de Olegário e nos crimes cometidos pelo grupo.

O novo julgamento de Firmino nunca aconteceu, pois o sujeito não foi encontrado. Até o momento, não se tem documentos que mostrem o que se passou com ele, mas hipóteses podem ser traçadas. Naquela vila buscariam condená-lo por crimes aos quais não havia provas de que ele os cometera. Dessa maneira, o lavrador viúvo pode ter se escondido nos sertões catarinenses, ou ter sido mais um entre tantos sertanejos assassinados pelos vaqueanos no fim do conflito. Em 1931, 15 anos após o acontecido, o ajudante de escrivão Eugênio Rosso encontrou os autos de Firmino, repassando-os ao juiz atuante, que julgou extinto o processo por prescrição.

A vila em chamas

Em Curitibanos, a guerra teve seu epílogo entre as páginas dos autos e as salas de júri. A vila onde ocorreram as primeiras disputas entre os crentes no monge, na Festa do Bom Jesus, também

foi palco do período nebuloso que perseguiu em processos judiciais os caboclos. Um episódio especificamente foi recorrente nos processos de sedição citados neste trabalho: a invasão e o incêndio de 26 de setembro de 1914,[15] que durou quatro dias e levou a cinzas prédios públicos e particulares.

Em setembro de 1914, sob a liderança de Francisco Alonso, os caboclos efetuaram uma série de ofensivas às vilas e fazendas da região. Em Curitibanos, parte da população dormia nas matas próximas, temendo um ataque noturno. No amanhecer do dia 26, um grupo sertanejo de mais de 200 homens, dando vivas a José Maria, adentrou na vila.

Poucos civis permaneceram na vila para ver o acontecido. Eram eles velhos, mulheres e crianças. As autoridades fugiram de suas casas dias antes, e aqueles que poderiam lutar tentaram oferecer resistência no dia anterior, mas, sem sucesso, fugiram. Diferentemente das ações dos militares em Taquaruçu, os sertanejos não mataram as pessoas de Curitibanos. O adentrar na vila tinha objetivo: destruir a propriedade de seus inimigos e as repartições do governo. No primeiro dia do ataque, 15 edifícios foram queimados, entre eles a prefeitura, a cadeia, a estação telegráfica, o açougue, casas comerciais e residências particulares. No fim do dia, os sertanejos saíram da vila para dormir em uma fazenda próxima, retornando no dia seguinte para continuar os incêndios, queimando a agência do correio e duas casas particulares. Além dos incêndios, os arquivos das coletorias estadual e federal e do cartório foram jogados na rua e incendiados.[16] As chuvas de primavera caíam naquele dia, impossibilitando a queima total dos arquivos, que permanecem até hoje como documento-monumento da ação sertaneja.

15 Os laços sociais e familiares entre os sertanejos rebeldes e a população da vila de Curitibanos foram destaque na análise feita sobre o episódio de incêndio à vila no artigo escrito pelo pesquisador Paulo Pinheiro Machado (2008).

16 A testemunha Chrispim Aguiar relatou que a casa que abrigava o cartório não foi queimada porque a moradora, dona Mathilde Gauz, suplicou a Chico Ventura que não a queimasse, pois era muito pobre e ficaria sem ter onde morar (PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO E INCÊNDIO, 1915).

Os sertanejos seguiram sua ofensiva até dia 30 daquele mês, dando destaque a ações contra as propriedades do Coronel Albuquerque, que teve casas incendiadas e a maquinaria do jornal *O Trabalho* inutilizada. O mesmo ocorreu com as residências das autoridades da vila, com a casa do juiz de direito e a de Virgílio Pereira.

A hipótese levantada sobre a utilização do judiciário como ferramenta para a finalização do conflito em Curitibanos se baseou no fato de que os constrangimentos decorrentes do incêndio de setembro estavam aflorados entre as autoridades da vila, que buscavam responsabilizar os caboclos. De fato, um longo inquérito policial e militar a respeito desse evento foi executado, e mais de 20 indivíduos foram arrolados e levados à denúncia para o judiciário, porém esse não foi o fim judicial do caso. Em outros processos de sedição, a busca por associar os caboclos ao incêndio esteve presente.

Com medo do ataque sertanejo, em meados daquele setembro, as autoridades locais curitibanenses fugiram para Lages e para a capital. O juiz de direito Guilherme Abry, temendo por sua vida, armado, viajou para Florianópolis, e Albuquerque, para Lages. A fuga dessas autoridades foi uma vitória temporária dos caboclos.

O incêndio não foi apenas uma ação de destruição física do aparelho republicano, mas também simbólica. A queima dos prédios públicos representou a destruição de setores do estado que vinham paulatinamente explorando os sertanejos, nos âmbitos econômico, político e social. As mágoas pelo massacre de Taquaruçu, que levou à morte de mulheres e crianças, assim como as próprias ações autoritárias de Albuquerque e dos vaqueanos daquela localidade, teriam sido vingadas pelo incêndio das propriedades das autoridades locais, as quais denunciaram o episódio aos governos estadual e federal.

Simbólica ainda foi a necessidade de criminalizar os caboclos por aquele incêndio, pois os três poderes da base republicana

haviam sido desmoralizados. Na invasão, os processos do arquivo do judiciário foram do fogo à lama. Depois dela, os caboclos foram dos autos à sala do Theatro e ao júri. Criminalizá-los era cimentar os aparelhos institucionais na vila de Curitibanos.

Entre os familiares dos julgados pelo crime do incêndio, estava João Alves de Sampaio. Em uma carta de despedida publicada pelo periódico *O Estado*, Sampaio descreve sua mudança de Curitibanos para Passo Fundo (RS), motivada pelas perseguições de Albuquerque, que, para "quando a justiça da terra faltar, a divina [venha] castigar este Nêro" (*apud* O ESTADO, 1916). Na narrativa de Sampaio, ficam visíveis a pouca crença na justiça dos tribunais e a comparação de Albuquerque com o imperador romano Nero, responsável pelo incêndio de Roma, o que associa a responsabilidade do incêndio de Curitibanos a Albuquerque.

Considerações finais

A invasão e o incêndio de Curitibanos repercutiram nas salas de júri daquela vila. O processo autuado para julgar os participantes do incêndio não foi suficiente para a sociedade curitibanense, que, por meio da promotoria, seguiu a denunciar os sertanejos encontrados no período final do conflito. O grande número de processos de sedição demonstra a busca da prisão preventiva como estratégia para uma posterior investigação de outros crimes e, especialmente, um possível envolvimento no incêndio. A condenação em primeira instância do réu Firmino Alves Cardoso, associado ao incêndio, sem provas concretas de sua ação na trama, sugere a necessidade do poder público local de responsabilizar e condenar os sujeitos daquele episódio. Diferentemente do que ocorreu com os vaqueanos a serviço dos coronéis e do Exército, as ações de guerra dos sertanejos foram denunciadas, julgadas e condenadas nos tribunais do interior catarinense. Na época, a atuação política do judiciário foi então, na prática, reconhecida. Os sertanejos que tiveram a seu serviço advogados recorreram ao tribunal de justiça.

Referências

Fontes

ARQUIVO DE REGISTROS DESEMBARGADOR GUILHERME ABRY. Florianópolis, 2019. Museu do Judiciário Catarinense.

BRASIL. *Decreto n.º 847, de 11 de outubro de 1890*. Código Penal de 1890. Brasil, 1890.

HABEAS CORPUS. Paulino Pereira da Silva e outros. Florianópolis, 1916. Acervo: Museu do Judiciário Catarinense.

LIVRO N.º 1A: Registro de autos crimes. Curitibanos, 1915.

O ESTADO, 25 jul. 1916.

PROCESSO CRIME DE FERIMENTO GRAVE. *Réus:* José Rosa da Silva, Francisco Paes de Farias, Honório Alves de Sampaio. Curitibanos, 1915. Acervo: Museu do Judiciário Catarinense.

PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO. *Réu:* Firmino Alves Cardoso. Curitibanos, 1915a. Acervo: Museu do Judiciário Catarinense.

PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO. *Réu:* Serafim Manoel de Jesus. Curitibanos, 1915b. Acervo: Museu do Judiciário Catarinense.

PROCESSO CRIME DE SEDIÇÃO E INCÊNDIO. *Réus:* Francisco Paes de Farias, Paulino Pereira da Silva e outros. Curitibanos, 1915. Acervo: Museu do Judiciário Catarinense.

PROCESSO CRIME. *Réus:* Hercílio Moreira da Silva, Lucas Alves de Carvalho Sobrinho, João Granemann de Camargo, César da Silva. Curitibanos, 1919. Acervo: Museu do Judiciário Catarinense.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CABRAL, Oswaldo R. *João Maria:* interpretação da campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

LEMOS, Alfredo de Oliveira. *A história dos fanáticos em Santa Catarina:* e parte de minha vida naqueles tempos – 1913-1916. Passo Fundo: Berthier, 1954.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A invasão de Curitibanos: retrato de uma guerra "fraterna?". *In*: MACHADO, Paulo Pinheiro; ESPIG, Márcia Janete (org.). *A guerra santa revisitada*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 73-89.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social:* a guerra sertaneja do Contestado – 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão:* a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008.

Fotografias e representações:
os caboclos nas teses sobre o Contestado

Vanderlei Cristiano Juraski

O presente trabalho é um desdobramento da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, sob orientação da professora doutora Ironita Machado, cujo objetivo consiste em identificar as representações construídas pelos historiadores acadêmicos acerca do Contestado. A investigação revelou que as obras produzidas nos cursos de doutorado em História sobre a temática são relativamente recentes, datando, majoritariamente, do início do século XXI – foram localizadas 14 teses entre os anos de 2001 e 2019. Essa constatação demonstra que o debate sobre os conflitos ocorridos no centro-oeste e no planalto norte de Santa Catarina e Paraná nas primeiras décadas do século XX, apesar de contar com estudos de diferentes áreas do conhecimento e elaborados também fora do ambiente universitário por autodidatas, memorialistas, historiadores diletantes, possui margem para crescimento e aprofundamento na academia.

Seguindo a matriz epistemológica da ciência histórica formulada por Rüsen (2015), as teses foram analisadas, no escopo da pesquisa referida, por cinco vetores:

- carências de orientação em relação à vida prática;
- concepções teóricas para a realização da pesquisa;
- métodos de investigação científica;
- formas de apresentação dos resultados;
- funções de orientação do saber produzido no nível da reflexão teórica.

Desse modo, a análise empreendida neste artigo está inserida nas discussões sobre os métodos de inquérito das fontes, problematizados por Rüsen (2015) e examinados nas teses, objeto deste estudo. Nesse processo, observou-se que as fotos são uma das fontes mais utilizadas pelos historiadores acadêmicos. Logo, o objetivo da presente análise é problematizar o papel desempenhado por elas na produção histórica para entender as representações acerca dos sujeitos envolvidos no movimento social, especificamente nesta publicação os caboclos. Essa abordagem é importante, pois as fotografias servem como argumentos que reforçam as explicações propostas pelos autores a respeito do movimento do Contestado.

Nas teses sobre o tema, os historiadores acadêmicos usaram um grande número de fotografias que retratavam diversos momentos da guerra ocorrida entre 1912 e 1916, assim como a infraestrutura da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e os trilhos de trem da Brazil Railway Company na área contestada. A campanha militar, a rendição dos caboclos e aspectos da religiosidade da população local também foram tratados nas imagens. Nesse sentido, cabe perguntar: como os historiadores acadêmicos empregaram esse material iconográfico? Mais especialmente, como os caboclos foram retratados nas fotos? Esses questionamentos podem se desdobrar em outros, como: a quais argumentos serviram a exposição das imagens nas teses? Considerando que os temas e sujeitos reproduzidos nas fotografias são variados e que não poderiam ser examinados em sua totalidade neste artigo, serão exploradas as imagens em que os caboclos são retratados de forma explícita, ou seja, nas quais há a intenção por parte do fotógrafo de mostrar os sertanejos.

Na primeira seção se problematiza a heurística das fotografias utilizadas nas teses relativas ao Contestado, evidenciando os sujeitos e assuntos retratados, bem como os espaços consultados pelos historiadores acadêmicos para obter as imagens, sobretudo aquelas referentes aos caboclos. Outras questões contempladas

nesse momento são os contextos nos quais tais fotos foram produzidas e se os fotógrafos puderam ser identificados.

Na segunda seção, discutem-se os cuidados metodológicos explicitados pelos historiadores acadêmicos sobre a iconografia presente em suas teses. Para tanto, são identificadas as reflexões efetuadas acerca das fontes, além dos contextos nos quais as fotografias sobre os caboclos foram empregadas. Ou seja, apontaram-se para as intenções dos autores quando do uso desse recurso visual.

Já na terceira seção, o debate concentra-se nas representações dos sertanejos depreendidas da análise das fotografias. Para interpretar as imagens e os respectivos argumentos reforçados por elas, usou-se como referencial teórico o conceito de representação de Chartier (1991).

Tendo em vista o recente debate da historiografia acadêmica sobre o Contestado e o uso cada vez mais frequente de análises iconográficas na ciência histórica, este artigo pode contribuir tanto para o exame da produção universitária a respeito dos conflitos sociais no sertão catarinense e paranaense quanto para o uso de imagens como fontes e argumentos para a explicação do movimento do Contestado. As fotografias, diferentemente de outras fontes, têm a capacidade de despertar o interesse e a curiosidade dos leitores sem formação específica na área, por seu caráter singular (mesmo sendo prática corriqueira), pois por meio delas é possível observar a vida em outros tempos e lugares. Dessa forma, as imagens estabelecem relação de empatia do leitor para com o texto.

A heurística das fotos utilizadas em teses sobre o Contestado

A heurística das fontes faz parte do procedimento metódico elaborado por Rüsen (2015) quando de suas reflexões sobre a matriz epistemológica da ciência histórica. Os procedimentos apontados pelo pensador alemão podem ser aplicados para as

demais fontes utilizadas na investigação científica, contudo optou-se por analisar neste artigo somente o uso de fotos, pois se acredita que elas sejam um elemento importante para a construção das narrativas e, por consequência, do sentido histórico acerca do movimento do Contestado. Essa empreitada justifica-se pela importância que os registros fotográficos têm atualmente tanto para a área do conhecimento quanto para a vida cotidiana.

Fotografar cerimônias e acontecimentos diversos é prática frequente na contemporaneidade. O desenvolvimento tecnológico associado ao acesso facilitado a aparelhos celulares, *smartphones* e *tablets* permitiu, por exemplo, que recentemente as *selfies* se popularizassem, sendo exibidas em redes sociais como o Facebook e o Instagram. As fotografias estão presentes no dia a dia das pessoas, compondo a maneira como o mundo é observado e interpretado. A realidade passa pelo filtro da lente, e, por meio dela, recortes da paisagem, da vida social e de personalidades se eternizam.

Seguindo essa tendência do comportamento humano, o historiador incorporou em seu *métier* a análise de fotografias. Estas, vistas como fontes de pesquisa, requerem alguns cuidados metodológicos para que possam contribuir com os estudos históricos. Inicialmente, evidencia-se que as imagens não são reproduções fidedignas da realidade, mas uma seleção realizada pelo fotógrafo. Além disso, devem-se considerar os recursos tecnológicos disponíveis para a captura das imagens, revelação das fotos e quem pagou pelos serviços (quando for o caso). Todos esses elementos têm de ser analisados quando do uso de fotografias como fonte de investigação científica. Esta seção pretende, então, examinar alguns fatores relativos às imagens, tais como os sujeitos e assuntos retratados, locais onde as fotos estão arquivadas, os contextos em que elas foram produzidas e se os fotógrafos responsáveis por elas podem ser identificados.

Rüsen (2015) propôs um modelo para a compreensão da ciência histórica que vinculava a produção do conhecimento

às demandas da vida prática. Essa aproximação da academia e da comunidade externa é percebida nas perguntas efetuadas pelo pesquisador para seu objeto de estudo, em seu objetivo e justificativa do inquérito, bem como nos tipos de fonte utilizadas por ele. Nesse último quesito, devem-se levar em conta, segundo o pensador alemão, três etapas metódicas: a heurística, a crítica e a interpretação. A primeira refere-se à elaboração da pergunta de pesquisa e a seleção das fontes. A segunda diz respeito à forma como os dados são extraídos dos documentos, e a terceira, ao modo de interligação das informações, a fim de obter conhecimento confiável acerca dos fenômenos investigados.

Entre as fontes consultadas pelos historiadores acadêmicos quando de sua investigação sobre o Contestado, estão matérias de jornal, relatórios, ordens do dia, folhas de pagamento da Lumber, correspondências e atas de reuniões, registros de discursos oficiais de representantes estaduais relativos à guerra, depoimentos orais e fotografias. Essas documentações foram encontradas em diferentes instituições de memória, como museus, bibliotecas, arquivos públicos e particulares, entre outros estabelecimentos congêneres.

Nas teses sobre o Contestado, percebeu-se que, entre os sujeitos retratados nas fotografias, estavam soldados, vaqueanos, caboclos insurgentes, trabalhadores da Madeireira Lumber, além da infraestrutura da empresa, dos trilhos de trem da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande (EFSPRG), patrimônios culturais e artísticos, acervos de museus, locais das batalhas e episódios como a Chacina do Iguaçu, árvores e pastagens da região. Das 14 teses, objeto de investigação, 13 apresentam imagens – exceção feita a Carvalho (2009), que problematizou os interesses das oligarquias dos estados envolvidos no litígio judicial em relação à Guerra do Contestado. Machado (2001), Espig (2008), Rodrigues (2008), Tonon (2008), Valentini (2009), Carvalho (2010), Brandt (2012), Karsburg (2012), Salomão (2012), Tomporoski (2013), Silva (2017), Poyer (2018) e Dallanora (2019) fizeram uso de imagens para reforçar os argumentos na explicação de seus objetos de estudo.

Do acervo fotográfico catalogado por meio da análise das teses, pode-se aferir que os fotógrafos retrataram os caboclos intencionalmente em 32 imagens. Número baixo de registros, se comparado com a quantidade de fotos utilizadas pelos historiadores acadêmicos (no conjunto de suas teses), cerca de 300. Essa constatação pode ser compreendida pelo fato de que os caboclos foram fotografados poucas vezes durante a Guerra do Contestado. Rodrigues (2008) afirma, por exemplo, que o Álbum sobre a Campanha Militar na região, elaborado sob encomenda do Exército, tinha 87 fotos. Destas, em apenas nove os sertanejos foram retratados.[1] Ou seja, a maioria das fotografias utilizadas nas teses – naquelas em que os caboclos apareceram – são registros de descendentes e, como no caso de Machado (2001), pessoas entrevistadas pelo pesquisador. Outro motivo para o reduzido número de reproduções com a intenção explícita de apresentar os caboclos se deve ao objeto de estudo dos historiadores, que trabalharam com diferentes agentes sociais que compuseram o movimento do Contestado: ferrovia, soldados, imigrantes, araucárias etc.

As fotos contendo caboclos têm como tema a ação dos vaqueanos durante a Guerra do Contestado, a rendição do grupo rebelde de Antônio Tavares, personagens como José Fabrício das Neves (o qual ofereceu guarita para o Monge José Maria e seus seguidores quando da estada deles em Irani, PR, em 1912), Henrique Wolland (o Alemãozinho, chefe rebelde que após sua rendição atuou na perseguição aos caboclos insurgentes), a prisão de Adeodato, o "novo monge" Marcos José em Palmas (PR), a cabocla curandeira Nha Emídia e os moradores locais. Essas fotos foram extraídas de diferentes espaços de consulta, como o acervo particular de Paulo Jansson Moretti e Joeli Laba, o Setor de Iconografia do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), o livro *Claro Jansson: o fotógrafo viajante*, escrito por Vito D'Alessio (2003

1 Segundo Rodrigues (2008, p. 249), entre as imagens nas quais os moradores locais aparecem, está uma visita realizada pelo General Setembrino na colônia eslava de Iracema, uma missa campal em Canoinhas (SC), além de vaqueanos e da rendição dos caboclos. Nesse último caso foram evidenciados Henrique Wolland (o Alemãozinho), Bonifácio Papudo e um grupo de fiéis advindos do reduto de Antônio Tavares.

apud VALENTINI, 2009), e *O mato do tigre e o campo do gato*, de Celso Martins (2007 *apud* DALLANORA, 2019), além de obras comemorativas como *Contestado*, publicada em 1987 pela Fundação Roberto Marinho em parceria com o governo de Santa Catarina pelos 70 anos do fim do confronto armado (*apud* RODRIGUES, 2008). A foto da prisão de Adeodato, por exemplo, foi retirada do jornal *O Estado* de 1916 (*apud* VALENTINI, 2009), enquanto outras foram produzidas pelos próprios pesquisadores. As diversas origens das fotografias revelam a disseminação social desse recurso visual e sua inserção na vida cotidiana das pessoas.

Contudo, assim como as demais fontes de pesquisa, o imaginário de que as fotografias fornecem informações óbvias tem de ser problematizado. Nesse sentido, os questionamentos elaborados pelos pesquisadores são de grande importância, pois a escolha dos documentos e mesmo a capacidade que estes demonstram de responder a determinadas questões dependem do inquérito a que foram submetidos. Então, cabe ao historiador, durante a crítica das fontes, retirar da documentação dados que auxiliem na compreensão de seu objeto de estudo. Esse procedimento metódico é efetuado, no escopo do presente artigo, considerando os elementos constitutivos do regime de visibilidade proposto por Menezes (2003).

A crítica das fotografias na perspectiva do regime de visibilidade

O objetivo desta seção é efetuar a crítica de algumas das imagens utilizadas pelos historiadores acadêmicos em suas teses haja vista o "regime de visibilidade", conceito elaborado por Menezes (2003). Os critérios adotados para a seleção das imagens abordadas neste artigo são: retratação explícita dos caboclos pelo fotógrafo e desenvolvimento de reflexão teórica sobre a fotografia por parte do autor que a usou. Nesse sentido, entende-se ser possível delinear o contexto de produção da imagem e de sua apropriação, *a posteriori*, nos estudos históricos. Trata-se, portanto,

como afirmado por Rüsen (2015), de uma metodologia específica que compõe uma das perspectivas sobre o passado.

Menezes (2003) alerta que ao trabalhar com imagens e suas representações é preciso considerar três dimensões: o visual, o visível e a visão. A primeira refere-se aos "sistemas de comunicação visual, os ambientes visuais, a produção, circulação, consumo, ação dos recursos e produtos visuais, as instituições visuais" (MENEZES, 2003, p. 30). A segunda é a "esfera do poder, os sistemas de controle a 'ditadura do olho', ao ver/ ser visto e ao dar-se/ não se-dar a ver, aos objetos de observação e às prescrições sociais e culturais de ostentação e invisibilidade" (MENEZES, 2003, p. 30-31). Por sua vez, a visão é formada pelos "instrumentos e técnicas do observador, os modelos e modalidades do 'olhar' " (MENEZES, 2003, p. 31).

Entretanto, em muitas das fotos sobre o movimento do Contestado, ocorre um problema para contemplar as três dimensões propostas: a indefinição acerca da autoria das fotos. Sobre o assunto, Valentini (2009) realiza uma discussão interessante. Segundo ele, houve pelo menos três fotógrafos na região do Contestado, no início do século XX. O primeiro foi Adão Karwat, cuja história de vida não foi reconstruída pelo pesquisador por causa de falta de documentação, tempo e recursos. O segundo foi Claro Gustavo Jansson. Nascido na Suécia em 1877, veio para o Brasil com 14 anos, estabelecendo-se em Jaguariaíva (PR). Morou em Lapa (PR), Porto União (SC) e Misiones, na Argentina. Trabalhou como oleiro, madeireiro de extração e transporte das balsas pelo Rio Uruguai e ervateiro. Foi juiz de paz e delegado de polícia em Três Barras (SC). Como fotógrafo, foi responsável por alguns registros da Guerra do Contestado,[2] da estrutura e do funcionamento da Lumber, além de eventos como a Revolta Tenentista, a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932. O terceiro foi Luís Szczerbowski. Nascido na Polônia, chegou ao Brasil por volta de 1900. Morou em Curitiba (PR) e em 1911 se mudou para Três Barras. Trabalhou na Lumber como

2 Segundo Rodrigues (2008, p. 134), Claro Jansson foi fotógrafo oficial do Exército durante a Campanha do Contestado: "O primeiro fotógrafo da guerra, senão o único" (RODRIGUES, 2008, p. 302).

apontador e vendedor de terras, além de fotógrafo. Quando saiu da madeireira, em 1914, investiu em uma fábrica de cigarros, uma casa comercial e um açougue na localidade.

As dificuldades para precisar o nome dos responsáveis pela captura das imagens na região do planalto contestado foram evidenciadas por Rodrigues (2008), quando analisou as fotografias relativas à campanha militar:

> qual o nome do fotógrafo da Guerra do Contestado? [Perguntou-se ele] Para o Exército, a autoria das imagens não era elemento essencial para garantir a veracidade do objeto fotografado. O registro em si já era visto como relato imparcial e fidedigno do evento [...]. Tal omissão não era própria dos oficiais militares. Mesmo a imprensa da época raramente informava o nome do autor das imagens fotográficas reproduzidas em suas páginas. (RODRIGUES, 2008, p. 296).

Nesse sentido, um elemento importante para a constituição do regime de visibilidade do movimento do Contestado, em alguns casos, não pôde ser identificado pela historiografia acadêmica, uma vez que a autoria das imagens dificilmente foi atribuída aos fotógrafos. Resta ao pesquisador, então, seguir os vestígios do passado deixados em outras fontes, como periódicos e relatórios, comparando as fotos com aquelas presentes em outras bibliografias, acervos particulares ou arquivadas em museus e demais instituições de memória.

Um aspecto a considerar quando do trabalho com fotografias é que elas, além de serem empregadas como fonte de pesquisa, revelando a vida humana em outros tempos e lugares, são argumentos que auxiliam na explicação de determinados acontecimentos. A máxima popular de que "uma imagem vale mais do que mil palavras" sintetiza o fato de que as fotos são concebidas como provas, suprindo por vezes a ausência de outras testemunhas oculares. A confiabilidade concedida às imagens decorre do silenciamento, proposital ou não, sobre aquilo que o fotógrafo deixou de registrar. Ao questionar a produção, distribuição, consumo, arquivamento e destruição das imagens, o historiador deve ponderar sobre as intenções que motivaram o

registro fotográfico. O pesquisador procura, portanto, observar aquilo que a imagem não mostra, o que o fotógrafo não pôde ou não quis revelar, ou seja, o contexto em que a fotografia foi criada.

Nas fotos acerca dos caboclos, as reflexões relativas àquilo que a imagem obliterou foram realizadas por diferentes autores, mas talvez o exemplo mais significativo esteja na análise empreendida por Rodrigues (2008) do retrato dos habitantes da região do Contestado posando com armas de fogo e instrumentos musicais (Imagem 1).

Imagem 1: Piquete de vaqueanos em Três Barras (SC). Fonte: Claro Jansson. Acervo particular de Paulo Jansson Moretti[3] (RODRIGUES, 2008, p. 306).

Durante muitos anos se acreditou que essa fotografia representasse os rebeldes do Contestado, em parte pelo fato de os modelos estarem portando armas, por sua postura diante da máquina fotográfica e pela tez da pele. O distanciamento temporal e certo silenciamento sobre a Guerra do Contestado na esfera pública nos anos que se seguiram ao confronto armado fizeram com que, quando da redescoberta da imagem, na década de 1980,

3 Assim como nas demais imagens, nesta foi transcrita a legenda conforme indicação do autor em sua tese.

época da publicação do livro *Contestado*, a foto ilustrasse um grupo de caboclos insurgentes.

Foi apenas em 2008, na pesquisa empreendida por Paulo Pinheiro Machado e Márcia Janete Espig, que o contexto de produção da fotografia foi desvendado. Uma análise mais detida sobre a imagem revelou que esses homens faziam parte de um dos piquetes de vaqueanos localizados em Três Barras. Os vaqueanos eram milicianos arregimentados pelos coronéis entre seus peões e agregados para combater, ao lado do Exército brasileiro, os caboclos insurgentes. Por serem naturais da região, é crível que a cor da pele e alguns traços físicos fossem semelhantes aos de pessoas que lutavam do outro lado do *front*. Além disso, conforme discutido anteriormente, Claro Jansson, um dos únicos fotógrafos residentes na área contestada no início do século XX, era próximo das autoridades militares e dirigentes da Lumber, o que indica a maior probabilidade de ele produzir fotos com os homens que atuavam ao lado das forças públicas.

Rodrigues (2008) afirma ainda que as diferenças entre os "jagunços-fanáticos", ou seja, aqueles indivíduos alinhados ao movimento rebelde, e os "jagunços-vaqueanos" residiam nos interesses que motivavam suas ações. Apesar de muitos milicianos compartilharem elementos da cultura dos caboclos, até mesmo a fé em São João Maria, isso não era decisivo para eles aderirem às causas dos sertanejos insurgentes. Preferiam manter os laços de compadrio com os coronéis locais, a fim de assegurar a permanência nas terras ocupadas por eles e os vencimentos pagos durante a luta armada, além de outras vantagens, como os espólios de guerra e vinganças pessoais.

A participação de caboclos dos dois lados da contenda demonstra que a Guerra do Contestado não pode ser vista como uma reação da população local, que, agindo como um bloco, pretendeu conter o avanço de elementos exógenos à região, como os imigrantes, a monetarização da terra e a exploração dos recursos naturais. Ao contrário, Rodrigues (2008) destaca o papel das milícias compostas de caboclos no combate aos redutos

e o auxílio decisivo ao Exército no enfrentamento dos rebeldes no Contestado. Desse modo, o que estava em jogo no período não era a afirmação de uma identidade racial cabocla contra a ação do Estado, mas desejos tão diversos quanto a manutenção dos vínculos entre peões e patrões, antigas disputas políticas e agrárias, além de perspectivas messiânicas e milenaristas sobre a organização da sociedade, o convívio do homem com a natureza e sua relação com a morte.

Essa interpretação transcende a própria crítica da fotografia, evidenciando elementos que a imagem não mostra, mas que podem ser depreendidos por meio da análise do contexto em que ela foi produzida. Nesse sentido, os canais da divulgação da imagem também devem ser problematizados pelos historiadores, pois eles expõem as motivações em publicar determinado material, o público a que se destina e o sentido que os editores atribuíram a dado evento. No caso da Imagem 1, Rodrigues (2008) aponta para sua utilização como capa do álbum *Contestado*, produzido em comemoração aos 70 anos do fim do confronto armado nas regiões centro-oeste e planalto norte de Santa Catarina. Durante o governo de Esperidião Amin (1984-1987), à frente do poder executivo estadual, houve a tentativa institucional de construir uma memória acerca da Guerra do Contestado e do caboclo como ser constituinte da identidade catarinense. A publicação de 1987 esteve inserida nesse contexto.

As fotografias produzem representações sobre eventos, locais e personalidades tanto no momento da captura das imagens quanto na sua utilização posterior. Desse modo, é necessário que elas sejam vistas como textos, e seus elementos explícitos e implícitos devem ser investigados, assim como os sentidos atribuídos quando de sua apresentação ao público.

Na próxima seção, portanto, são discutidas as perspectivas elaboradas sobre os caboclos com base no uso de fotografias que retrataram os sertanejos nas teses objeto deste estudo.

As representações sobre os caboclos do Contestado

Circunscrever as fotografias apenas a fontes de pesquisa não parece ser uma alternativa viável, uma vez que, pelo fascínio que elas despertam no observador, comprovam a vitalidade do passado no tempo presente, atuando muitas vezes como prova cabal de como os eventos procederam. Dessa forma, enquadrar as fotos como argumentos utilizados na produção de narrativas se mostra uma estratégia interessante para analisar o uso desses recursos visuais nas teses sobre o Contestado e no trabalho do historiador de modo geral. Conforme assinalado por Chartier (1991, p. 178):

> estes [os leitores], com efeito, não se confrontam nunca com textos abstratos ideais, separados de toda materialidade: manejam objetos cujas organizações comandam sua leitura, sua apreensão e compreensão partindo do texto lido. Contra uma definição puramente semântica do texto, é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que propõem a leitura. (CHARTIER, 1991, p. 178).

Nesse sentido, as informações que constam das fotografias dificilmente teriam o mesmo impacto em outros suportes. O nível de compreensão das imagens também depende do capital simbólico que os leitores possuem, e a distribuição desse recurso, segundo Bourdieu (1996), ocorre de forma desigual na sociedade. As variáveis envolvidas nesse processo são tão diversas quanto as experiências pessoais do leitor, o seu nível de formação e de familiaridade com as imagens, de entendimento do contexto histórico e das condições nas quais as fotografias foram produzidas, das limitações técnicas próprias do desenvolvimento tecnológico de cada período e dos interesses por detrás dos registros fotográficos. As fotos não podem ser vistas, portanto, como criações ingênuas nem descomprometidas da realidade.

Bourdieu (1996), ao analisar a economia doméstica, afirmou que existem interesses até mesmo em ações consideradas desinteressadas. Essa constatação do sociólogo francês sobre a economia das trocas é oportuna quando se examinam as fotografias.

A crença de que elas exprimem os eventos de maneira fidedigna ao ocorrido já foi discutida neste artigo, contudo ainda cabe problematizar seus conteúdos, ou seja, as mensagens que as imagens pretendem transmitir aos leitores.

Entende-se que as fotografias devem ser lidas como representações de fatos concretos que tiveram curso no passado. Há, portanto, intencionalidade do autor/fotógrafo ao construir seu enredo, ou montar o cenário e posicionar os modelos. As fotos e os livros não são um fim em si mesmos, mas um meio para difundir mensagens. Na Imagem 1, observa-se a ideia de que a Guerra do Contestado não foi um embate entre identidades raciais plenamente constituídas (caboclos *versus* imigrantes), pois os sertanejos lutavam nos dois campos de disputa. Já a Imagem 2, a seguir, também foi efetuada durante o confronto armado e retrata o período final da guerra, momento no qual, segundo Rodrigues (2008), o Exército poderia encenar a vitória sobre os caboclos insurgentes.

Imagem 2: Grupo de rebeldes do reduto de Antônio Tavares aprisionado pela Coluna Leste,[4] destacando-se a presença de mulheres e crianças. Fonte: Setor de Iconografia do Arquivo Histórico do Exército (RODRIGUES, 2008, p. 281).

4 Apesar de a legenda, no original, indicar o aprisionamento do grupo rebelde liderado por Antônio Tavares pela Coluna Leste, há uma série de informações na tese de Rodrigues (2008) que contradizem esse dado. Inicialmente, porque a sede da Coluna Leste era Porto União da Vitória, enquanto Canoinhas era sede da Coluna Norte. Desse modo, a rendição ocorreu para a Coluna Norte, comandada por Onofre Ribeiro.

A Imagem 2 foi produzida em janeiro de 1915 na cidade de Canoinhas e diz respeito à rendição de homens, mulheres e crianças que estavam no reduto dos Tavares. A composição da imagem mostra um grupo de rebeldes, sentados ao centro, rodeados por homens armados e políticos locais. De certa forma, a foto simbolizou a estratégia adotada por Setembrino de Carvalho de cerco aos redutos e o sucesso de tal empreitada. Igualmente, atualizou o ritual de submissão dos trabalhadores aos coronéis, os quais tiveram suas posições fortalecidas após o desmantelamento do movimento social.

Rodrigues (2008, p. 282) salienta ainda que, apesar de as pessoas que lutaram contra o Exército Nacional terem se rendido, o registro fotográfico sugere que elas foram capturadas pelas forças policiais. Esse discurso implícito nas fotos sobre a Campanha do Contestado reforçou os argumentos utilizados por Setembrino de Carvalho com seus superiores no Rio de Janeiro (RJ) e a imprensa da capital federal de que o combate nos sertões foi pautado pela ação profissional dos soldados.[5]

Em outro momento da sua tese, utilizando mais uma fotografia do mesmo evento, Rodrigues (2008) afirma que as negociações para a rendição de Antônio Tavares se iniciaram em 18 de dezembro de 1914, com uma troca de correspondências entre o líder do reduto e o Major Atalíbio Taurino de Rezende. Até o dia 4 de janeiro de 1915 as conversas acerca da rendição do grupo passaram por recuos e avanços, mas em 8 de janeiro os fiéis se apresentaram à Coluna Norte, em Canoinhas. O preço a pagar pelos víveres fornecidos pelo Exército foi a representação da captura, e não a apresentação voluntária.

A composição dessa imagem sugere a superioridade bélica, moral e cívica das forças públicas e a derrota definitiva dos caboclos insurgentes. Essa perspectiva acerca dos desfechos da Guerra do Contestado é corroborada por Valentini (2009) por meio da análise de outra fotografia, a da prisão de Adeodato.

5 A prática da degola, por exemplo, deveria ser omitida da documentação oficial, assim como outros atos arbitrários de violência cometidos em campo de batalha.

"Adeodato Manoel Ramos nasceu em 1887, na localidade de São José do Cerrito, àquela época um distrito do município de Lages" (MACHADO, 2001, p. 293). Ainda jovem, mudou-se com seu pai, Telêmaco Ramos, para Curitibanos (SC), onde trabalhou como agregado de Manoel Gomes Peppe na Fazenda Rio Doce. O último líder caboclo na Guerra do Contestado havia fugido do cerco empreendido pelas forças policiais ao reduto de Santa Maria (RS) e vagou pela região até ser capturado, em Canoinhas, em 2 de agosto de 1916. A publicação de sua foto com dois policiais, um à sua esquerda e outro à direita (Imagem 3), reforça a ideia de que a estratégia adotada pelo General Setembrino foi exitosa, e a área contestada, pacificada.

Imagem 3: Prisão de Adeodato Manoel Ramos. Fonte: jornal *O Estado*, ed. 12 e 13, ago. 1916 (VALENTINI, 2009, p. 236).

Apesar da complexidade que envolve a explicação do movimento do Contestado como a territorialização dos interesses envolvidos nas disputas entre caboclos insurgentes, autoridades locais, forças de segurança pública, empresas colonizadoras e estradas de ferro, a culpa pelo confronto armado recaiu quase que

exclusivamente, segundo os depoimentos prestados pelos caboclos que se rendiam ao Exército nacional, no último líder rebelde. Essa foi uma forma encontrada pelos prisioneiros para se eximir da responsabilidade pelos eventos ocorridos na região, bem como evitar punições mais severas pelas suas ações.

Percebe-se, de outro modo, que a tendência de sintetizar as causas de determinados episódios é intrínseca à vida humana: para compreender, é preciso resumir. Então, o fato de a opinião pública ter entendido a prisão de Adeodato como sinal da liquidação dos redutos faz parte de uma lógica de interpretação de que a guerra apenas findou quando o responsável pelos acontecimentos foi preso ou morto.

Novamente, o caráter de prova incorporado pela fotografia é evidenciado na publicação de agosto de 1916. A circulação da imagem de Adeodato nas páginas de *O Estado*, um dos jornais mais prestigiados de Santa Catarina na época, assinalou aos leitores do periódico a vitória das tropas oficiais, da legalidade e da civilização sobre um grupo de "degenerados e desclassificados do crime" (*apud* VALENTINI, 2009, p. 235).

As três fotografias apresentadas foram utilizadas por Rodrigues (2008) e Valentini (2009) para complementar seus argumentos acerca da participação de caboclos de ambos os lados da contenda, além dos acontecimentos ocorridos no período final da Guerra do Contestado. Os dois autores descreveram de forma breve as imagens e analisaram-nas mais detidamente à luz de fontes como reportagens de jornais e cartas, ou seja, problematizando os silêncios da fotografia, tais como quem foi o fotógrafo responsável pelo retrato, quais foram os sistemas de circulação das fotos (revistas, periódicos, relatórios, álbuns), aquilo que foi permitido ver e o que foi invisibilizado pela preparação do cenário.

Considerações finais

Seguindo as dimensões do regime de visibilidade proposto por Menezes (2003), bem como o acervo fotográfico elaborado

com base na análise das teses sobre o Contestado, selecionaram-se três imagens para serem examinadas neste artigo, considerando as variáveis: contexto no qual foram produzidas, o responsável pela captura da imagem, argumentos que as fotos reforçam na produção histórica e representações construídas por meio do seu uso. Entende-se que as imagens são significativas para explicar o discurso construído em torno dos caboclos e a resistência que esses agentes sociais impingiram contra a desarticulação de seu modo de vida, a desintrusão das terras até então ocupadas e os desfechos da Guerra do Contestado. Buscou-se evidenciar os registros fotográficos como seleções empreendidas pelo fotógrafo, que, por intermédio de sua experiência profissional, dos recursos tecnológicos disponíveis e dos interesses do mecenas, capturou um recorte específico da realidade.

Além disso, os canais de divulgação das fotos (revistas, jornais, álbuns) também condicionaram a escolha dos modelos, equipamentos e lugares que deveriam aparecer nas fotos. O reduzido número de fotografias dos caboclos nas teses a respeito do Contestado, objeto deste estudo, demonstra, por um lado, as poucas imagens produzidas durante o confronto armado sobre esses sujeitos e, por outro, as diferentes problemáticas levantadas pelos intelectuais, quando de sua análise acerca do movimento social. Nas obras que utilizam fotos contendo caboclos, percebe-se que, após o processo de crítica, elas servem como argumentos na explicação de episódios e fenômenos sociais.

Por fim, as teses de historiadores acadêmicos concernentes à temática, apesar de relativamente recentes no debate que envolve as disputas fundiárias, religiosas e políticas no centro-oeste e planalto norte de Santa Catarina, têm algumas contribuições singulares para a discussão, na medida em que procuram estabelecer narrativas que consideram grupos como caboclos, indígenas, trabalhadores da estrada de ferro e soldados. Ademais, a análise de fotografias parece ser uma estratégia interessante para atingir um público maior e não especializado, que agora ingressa nos estudos sobre o movimento do Contestado.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas:* sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRANDT, Marlon. *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta:* a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e consenso na Primeira República:* a Guerra do Contestado (1912-1916). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

DALLANORA, Cristina. *Conflitos no ex-Contestado:* coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ESPIG, Márcia Janete. *Personagens do Contestado:* os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

KARSBURG, Alexandre. *O eremita do Novo Mundo:* a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social,

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916.* Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro; ESPIG, Márcia Janete. *A guerra santa revisitada.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 6 jun. 2020.

POYER, Viviani. *Fronteiras de uma guerra:* imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado 1907-1918. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão:* a guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da história:* uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. *A Guerra de S. Sebastião (1912-1916):* um estudo sobre a ressignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do Contestado. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, Luiz Carlos da. *Museus do Paraná e Santa Catarina:* formas de lembrar e esquecer a guerra sertaneja do Contestado (1912-2012). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em

História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *O polvo e seus tentáculos:* a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto Contestado, 1910-1940. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

TONON, Eloy. *Os monges do Contestado:* permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil:* a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Ética do testemunho:
para que a barbárie da guerra do Contestado não se repita[1]

Sandro Luiz Bazzanella

Entre os escombros dos mais diversos povos e culturas que surgiram na trajetória da condição humana ao longo de milênios sobre a face da Terra, é possível reconhecer dois fenômenos antitéticos. Por um lado, os vestígios de imponentes monumentos, na forma da arquitetura dos edifícios públicos, dos palácios, dos templos, das praças públicas. Por outro lado, a violência perpetrada por governantes que se apresentavam como divindades, ou mesmo legítimos representantes e interlocutores dos deuses. O ponto em comum de todas essas formas de manifestação civilizatória de tempos remotos até a atualidade é a presença de violências, senão de barbárie, de determinados grupos que exerciam algum tipo de poder sobre indivíduos ou parcelas da população. Esse é o pressuposto que confirma a percepção de inúmeros pensadores que, ao longo dos tempos, reconheceram a íntima relação entre cultura e barbárie.

> nas épocas tardias, que podem se orgulhar de sua humanidade, permanece ainda tanto medo, tanta *superstição* de medo frente ao 'animal feroz e cruel, o qual justamente as épocas mais humanas se orgulham de haver subjugado, que mesmo verdades tangíveis

1 O título deste texto é uma alusão ao trabalho reflexivo do filósofo da Escola de Frankfurt Theodor Adorno, que após o término da Segunda Guerra Mundial escreveu "Educação após Auschwitz", em que reflete e, sobretudo, questiona as fragilidades éticas da sociedade alemã circunscrita no Terceiro Reich e, ao mesmo tempo, apresenta diretrizes políticas e éticas para que a barbárie dos regimes totalitários não se repita. Portanto, trata-se de questionar, com base na Guerra do Contestado, os fundamentos da violência estatal e social na qual nos encontramos inseridos e, principalmente, de compartilhar esforços reflexivos e de ação para sua paralisação evitando que se repita *ad aeternum*.

> continuam inexpressivas durante séculos [...]. Quase tudo a que chamamos 'cultura superior' é baseado na espiritualização e no aprofundamento da crueldade. (NIETZSCHE, 2005, p. 121. Grifo do original).

Nessa perspectiva se posiciona Walter Benjamin (2005), sobretudo quando lança o incômodo apelo que nos incita a reconhecer que os vestígios de cultura que chegaram até os nossos dias se apresentam como documentos de barbárie. Assim, cabe a cada geração presente no mundo reconhecer e rememorar constantemente a violência, o sofrimento e a morte a que foram submetidas as gerações que nos antecederam. Talvez, procedendo dessa forma, é que se possa de fato contribuir no tempo presente com o mundo, com a vida em sua totalidade e com a condição humana, especificamente no reconhecimento da importância de se fazer os esforços possíveis para que a barbárie não se repita nem se perpetue como forma e condição civilizatória. É nessa direção que o filósofo nos chama a atenção em sua II tese "Sobre o Conceito de História":

> na representação da felicidade vibra conjuntamente, inalienável, a [representação] da redenção. Com a representação do passado, que a História toma por sua causa, passa-se o mesmo. O passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção. Não nos afaga, pois, levemente um sopro de ar que envolveu os que nos precederam? Não ressoa nas vozes a que damos ouvido um eco das que estão, agora caladas? E as mulheres que cortejamos não têm irmãs que jamais conheceram? Se assim é, um encontro secreto está então marcado entre as gerações passadas e a nossa. Então fomos esperados sobre a terra. Então nos foi dada, assim como a cada geração que nos precedeu, uma fraca força messiânica, à qual o passado tem pretensão. Essa pretensão não pode ser descartada sem custo. (BENJAMIN, 2005, p. 48).

Nesses pressupostos e em certa perspectiva de análise, pode-se considerar que a trajetória do Brasil Colônia aos dias atuais é a expressão da barbárie. Por vários séculos, o país foi colônia de exploração pertencente a Portugal. Nos últimos dois séculos, território dos senhores de engenho, dos barões do café, das oligarquias agrárias e, sua mais recente extensão, da burguesia nacional subserviente ao capital financeiro global. Do descobrimento aos dias atuais, tem-se a violência dos capitães

do mato, dos capatazes, dos segmentos sociais concentradores de terra, da riqueza socialmente produzida. Dispostos a serviço da manutenção de interesses extrativistas e exploratórios desses segmentos sociais, generais, coronéis, majores, capitães e, na repressão e tortura dos movimentos sociais, o soldado raso, o filho das massas despossuídas, que na luta pela sobrevivência não tem outra saída senão caminhar pelas ruas em manifestação. Brutalidade, barbárie, senão trágicas cenas de um povo historicamente violentado, torturado, massacrado por reivindicar a preservação da vida e, quiçá, a constituição de uma forma de vida que expresse a diversidade e a singularidade de sua constituição multiétnica.

> em praticamente quinhentos anos de história, as classes dominantes abriram mão, ideologicamente, de algumas de suas posses e fecharam o domínio sobre outras. Fecharam questão com as virtudes: tudo é deles. E deram aos pobres o conjunto dos fenômenos que forma o 'mau caráter' do povo brasileiro. (CHIAVENATO, 1988, p. 9).

Esclarecedora dessa condição é a análise de Robert Rowland presente no texto "Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente", publicado em 2003 na obra organizada por István Jancsó intitulada *Brasil: formação do Estado e da nação*. Vejamos:

> com a independência a questão da escravidão, já objeto de preocupações da classe proprietária desde a revolta haitiana de 1802-1803, teve de ser equacionada também em relação com o processo de formação da nova nação e com a definição do seu povo. Afirmaram-se duas posições claramente distintas. Por um lado, houve aqueles, como José Bonifácio, que consideravam que o povo brasileiro só se constituiria efetivamente no futuro, superados os efeitos da escravidão, que era necessário abolir. [...] Por outro, havia a posição, mais representativa da visão das elites, que associava as características constitutivas do povo brasileiro à parcela livre e europeizada da população, com exclusão dos escravos e – em certa medida – dos libertos. Com efeito, 'o aspecto selvagem, bárbaro, americano e africano da sociedade era identificado como um outro que, ainda que fisicamente próximo e, nesse sentido, um componente interno dessa sociedade, era externo à civilização portada pela elite identificada com os padrões europeus'. Mas apesar de excluídos *a priori* daquilo que se considerava ser, ou poder vir a ser, o povo,

> os escravos e libertos continuavam a marcar presença, de maneira incontrolável e incômoda, nos projetos, nas representações e nos pesadelos das elites. (ROWLAND, 2003, p. 374).

Exclusão, violência, desprezo expressos no uso corrente e cotidiano da língua portuguesa em termos como *jagunço*, *mulambo*, *fanático*, entre tantas outras terminologias, manifestam a perpetuação da barbárie constitutiva da visão elitista da sociedade brasileira. A tragédia dessa condição se intensifica, porém, quando o preconceito e a violência se espraiam no tecido social de maneira generalizada e se apresentam na visão de mundo daqueles que são o objeto da exclusão e das mais diversas formas de violência imputada pelas estruturas de poder locais e nacionais. Nesse contexto, uma ética do testemunho para que a barbárie da Guerra do Contestado não se repita pode contribuir para a paralisação da violência estatal a serviço do capital sobre homens, mulheres e crianças que constituem a população brasileira.

O racismo de Estado e a Guerra do Contestado

É sintomático o fato de que as barbáries cometidas pelo Estado brasileiro na Guerra do Contestado, por meio de seu braço coercitivo, o Exército, a serviço dos interesses de coronéis regionais, estaduais e do capital, tenham ocorrido na primeira metade do século XX. Período marcado pela violência desenfreada contra povos e etnias pelo racismo de Estado no exercício e na afirmação de sua soberania.

O Estado moderno como razão política, administrativa e jurídica sobre o território e a população alcançou sua forma burocrática no século XIX. Nessa direção, constituiu poderes interdependentes em suas relações, mas permeados por inúmeras instituições e extensas burocracias que passaram a legitimar o uso da violência como condição de afirmação do poder estatal. Ou seja, tratava-se de afirmar um poder que se exerce sobre o corpo biológico dos indivíduos e da população com direito de matar ou deixar viver de acordo com os cálculos e os interesses do poder soberano. Nessa direção, no que concerne à constituição do princípio de soberania

estatal, o filósofo francês Michel Foucault, em sua aula de 17 de março de 1976 no *Collège de France*, publicada posteriormente na obra *Em defesa da sociedade*, esclarece:

> parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico... [...]. Na teoria clássica da soberania, [...] o direito de vida e de morte era um de seus atributos fundamentais. [...] O que é ter direito de vida e de morte? Em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver; em todo caso, que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizariam fora do campo do poder político. [...] O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. (FOUCAULT, 2010, p. 201-202).

A análise de Foucault (2010) sobre as premissas operacionais do poder soberano constitutivo do Estado moderno aponta para o fato de que a vida biológica dos indivíduos e da população se tornou na modernidade, sobretudo no século XIX em diante, objeto por excelência da política estatal. O corpo biológico da população passou a ser concebido como recurso humano à disposição do poder soberano de Estado. A consistência de um Estado está intimamente vinculada ao poder de controle, de vigilância que se estabelece sobre a população. Nesses pressupostos, trata-se de controlar as taxas de nascimento, de mortalidade, de extirpar toda e qualquer ameaça à vida biológica, seja ela da ordem de doenças infecciosas advindas da disseminação de vírus, de bactérias, de ausência de condições adequadas de higiene, seja mesmo derivada de distúrbios internos, ou de ameaças externas. Assim, na prerrogativa de que a vida biológica tenha se tornado objeto da política estatal *par excellence*, do exercício do poder soberano, apresenta-se o racismo de Estado. Nessa direção, uma vez mais Foucault em sua aula no *Collège de France* esclarece:

> o que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em

> certo limite e em certas condições não passe pelo racismo. [...] O racismo vai permitir estabelecer [...] uma relação do tipo biológico: quanto mais as espécies inferiores tenderam a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie [...], a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia: mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 2010, p. 214-215).

Nessa direção, aproximando-se em certos aspectos das análises de Foucault no que concerne à emergência e à afirmação do poder soberano sobre a vida biológica dos indivíduos e da população na modernidade, mas por outros aspectos diferenciando-se significativamente do filósofo francês, o filósofo italiano Giorgio Agamben corrobora com o argumento de que o Estado moderno se constitui na apreensão do corpo biológico da população:

> colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua [...] com o mais imemorial dos *arcana imperii*. (AGAMBEN, 2002, p. 14).

Em suas análises, Agamben (2002) afirma que a inscrição da vida biológica nos cálculos do poder político se apresenta na civilização ocidental desde os primeiros momentos do surgimento da pólis grega. Ao ser capturado pelo dispositivo da linguagem, o animal foi incluído na pólis. Tornou-se humano. Assim, a linguagem emergiu como o dispositivo originário que fundou o humano e o lançou na ordem da política. Foi isso que permitiu a Aristóteles definir o ser humano como *zoon logon politikon*, ou seja, o homem é um animal falante e, por ser falante, é um animal político. Assim, segundo Agamben (2002), toda a política, desde seus primórdios, na cidade-comunidade grega antiga, sempre se apresentou no Ocidente como biopolítica, como vigilância, controle e administrabilidade da vida biológica dos indivíduos e dos cidadãos. "A simples vida natural é, porém, excluída, no mundo clássico, da pólis propriamente dita e resta firmemente confinada como mera vida reprodutiva, ao âmbito da *oîkos*" (AGAMBEN, 2002, p. 10).

Nesses pressupostos, para o filósofo, a política, ao apresentar-se desde os seus primórdios como biopolítica, implica um duplo movimento de inclusão e exclusão. Ao incluir a vida natural na ordem da pólis, do mundo humano, exclui-a de sua condição natural e, ao mesmo tempo, inclui-a como mera vida biológica nos cálculos do exercício do poder soberano, transformando-a em vida nua, em vida que ao se expressar como mera condição biológica pode ser destituída de sua condição qualificada no âmbito da pólis, do fato de possuir direitos que conferem ao humano sua condição humana. Portanto, trata-se de vida biológica submetida à administrabilidade político-jurídica por meio de cálculos de custo e benefício inerentes à sua manutenção. Assim, "o que está em questão é a vida nua do cidadão, o novo corpo biopolítico da humanidade" (AGAMBEN, 2002, p. 17).

Para Agamben (2002), o contexto de inclusão da vida natural na pólis (zoé),[2] bem como de sua exclusão ao direito a uma vida qualificada (*bios*) no âmbito da cidade-comunidade, que garantiriam à vida humana a busca do bem-viver como expressão da participação dos debates políticos práticos na ágora, no espaço público *locus*, do reconhecimento da *bios*, alcança a modernidade no contexto de constituição político-jurídica das ordens características do Estado moderno. Ou seja, o Estado moderno, por intermédio do qual se justifica a existência de um poder soberano, assenta-se sobre a apreensão da vida biológica dos indivíduos, dos cidadãos e, por extensão, da própria população, compreendida como recurso à disposição dos interesses do Estado. Nessa direção, Agamben (2015) demonstra que, no fundamento das declarações modernas dos direitos humanos, o que se apresenta é a apreensão da vida nua, da mera biologicidade do corpo dos cidadãos nos discursos políticos e jurídicos do Estado-nação.

2 Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra *vida*. Serviam-se de dois termos, semântica e morfologicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses), e *bios*, que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo (AGAMBEN, 2002, p. 9).

> os direitos do homem representam, de fato, antes de tudo, a figura originária da inscrição da vida nua natural na ordem jurídico-política do Estado-nação. Aquela vida nua (a criatura humana), que no *Ancien Régime*, pertencia a Deus e que, no mundo clássico, era claramente distinta (como *zoé*) da vida política (*bios*), entra agora em primeiro plano no cuidado do Estado e se torna, por assim dizer, seu fundamento terreno. Estado-nação significa: Estado que faz da natividade, do nascimento (isto é, da vida nua humana) o fundamento da própria soberania. (AGAMBEN, 2015, p. 28).

Nesse contexto e mais uma vez retomando o argumento de Foucault (2010) que demonstra que o poder soberano moderno constitui inicialmente um poder que faz morrer, ou que deixa viver, considerando cálculos de custo e benefício que se impõem sobre o corpo biológico dos indivíduos e dos cidadãos, desenvolve-se o racismo de Estado. O fenômeno do racismo é um fenômeno do Estado moderno. O fortalecimento do poder soberano sobre o qual opera a racionalidade político-jurídica e econômica do Estado implica a potencialização dos recursos humanos que tem à sua disposição. Trata-se de identificar e extirpar anomalias biológicas que afetam a linhagem racial constitutiva de um povo. Assim é que se constitui

> um racismo de Estado: um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social. (FOUCAULT, 2010, p. 52).

Assim, na perspectiva de Foucault (2010), pode-se considerar que o racismo desenvolvido e disseminado pelo Estado moderno se fundamenta no mito originário da raça pura, o que o permite justificar formas de violência política, jurídica e institucional conduzidas internamente sobre minorias da população, acusando-as de raças degeneradas, enfraquecidas e que, por decorrência lógica, conduziriam a degeneração do próprio Estado e de seu poder soberano. Esse racismo de Estado também pode se estabelecer em relação a certos grupos de imigrantes assimilados no interior do próprio Estado e aos povos de outros Estados.

> temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra raça que estamos, sem querer, construindo. [...] A temática racista não vai mais parecer ser o instrumento de luta de um grupo social contra um outro, mas vai servir à estratégia global dos conservadorismos sociais. (FOUCAULT, 2010, p. 52).

Foi nos pressupostos do racismo de Estado, na primeira metade do século XX, que se manifestaram as experiências totalitárias fascistas e nazistas, culminando nas fábricas da morte, nos campos de concentração. Nessa perspectiva biopolítica, mas em um ângulo de análise com nuanças conceituais específicas, Agamben (2002) demonstra que o poder soberano em que se sustenta o Estado moderno em suas prerrogativas políticas, jurídicas e econômicas se transformou numa máquina de produção de vida nua e, portanto, numa máquina letal. "A estrutura biopolítica fundamental da modernidade – a decisão sobre o valor (ou sobre o desvalor) da vida como tal" (AGAMBEN, 2002, p. 144) – é o *modus operandi* da política na modernidade e na contemporaneidade. Ou seja, trata-se de um poder soberano que age constantemente em estado de exceção suspendendo o ordenamento jurídico, o que lhe permite a retirada de direitos que qualificam a vida humana. "O estado de exceção não é um direito especial (como o direito de guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito limite" (AGAMBEN, 2004, p. 15).

A instauração de um estado de exceção permanente se expressa no paradoxo de uma condição legal daquilo que não pode possuir legalidade, que é a própria produção de vida nua. Vida nua é vida concebida por intermédio de sua mera biologicidade e, como tal, pode ser administrada, ou eliminada, de acordo com os cálculos estratégicos do poder soberano. Desta maneira se apresenta: "O significado imediatamente biopolítico do estado de exceção como estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão" (AGAMBEN, 2004, p. 14).

Agamben (2002) chama atenção para o fato de que viver sob a égide do Estado-nação requer ter presente que "a vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente" (AGAMBEN, 2002, p. 146). Essa incômoda condição da vida nas sociedades modernas e contemporâneas se intensifica na medida em que o filósofo italiano argumenta que, em tais imperativos biopolíticos, do estado de exceção, da constante produção da vida nua, o paradigma das sociedades ocidentais é o campo de concentração. É no campo de concentração que se caracteriza, como pleno estado de exceção que se expressou de forma sibilina, a racionalidade político-jurídica e econômica, mediante a qual o poder soberano administra a vida biológica dos recursos humanos (indivíduos e populações) que tem à sua disposição, fazendo-os viver, ou deixando-os morrer.

> o que aconteceu nos campos supera de tal modo o conceito jurídico de crime, que amiúde tem-se deixado simplesmente de considerar a específica estrutura jurídico-política na qual aqueles eventos se produziram. O campo é apenas o local onde se realizou a mais absoluta *conditio inhumana* que se tenha dado sobre a terra [...] o que é um campo, qual a sua estrutura jurídico-política, por que semelhantes eventos aí puderam ter lugar? [...] Como a matriz oculta, o *nómos* do espaço político em que ainda vivemos. [...] Os campos nascem, portanto, não do direito ordinário (e menos ainda, como se poderia inclusive crer, de uma transformação e um desenvolvimento do direito carcerário), mas do estado de exceção e da lei marcial. (AGAMBEN, 2002, p. 173).

Levando-se em conta tais pressupostos conceituais apresentados por Foucault (2010) e Agamben (2002; 2004; 2015), talvez se possa avançar na compreensão de que a violência perpetrada pelos colonizadores sobre os povos nativos das terras do Novo Mundo – para os europeus, que as invadiram, e não para os nativos, que as tinham como o mundo herdado de seus ancestrais –, bem como a violência da escravidão imputada aos povos indígenas, aos povos africanos, transformados em mercadorias humanas no comércio escravocrata, se circunscreve na dinâmica biopolítica sobre a qual opera o poder soberano na administrabilidade da vida biológica. "Para legitimar a ocupação europeia, repudiava-

se previamente qualquer presença autóctone, apagando-se os seus vestígios" (MBEMBE, 2017, p. 48).

Trata-se também de apontar na intensidade da violência com que agiu e age até a atualidade o Estado brasileiro, sobre as inúmeras revoltas populares, movimentos sociais, reivindicações de reconhecimento de injustiças históricas e direitos sociais, para práticas de produção de vida nua na forma do racismo de Estado, de instauração de estado de exceção, por intermédio do qual se desencadearam torturas, assassinatos e massacres.

Nessa ótica, a Guerra do Contestado desenvolveu-se no contexto de plena vigência do racismo de Estado e de seu poder soberano de matar ou deixar viver haja vista cálculos de poder local e regional, bem como custos e benefícios vinculados aos interesses do capital na conjuntura de um país e de um povo lançado na periferia do mundo. Ou seja, a racionalidade político-jurídica do Estado brasileiro, que assumiu num primeiro momento a repressão do modo de vida dos caboclos habitantes das terras invadidas, exploradas e usurpadas pelos interesses de empresas multinacionais, e de coronéis locais e regionais é participe da concepção biopolítica, dos pressupostos racistas sobre o qual opera o poder soberano do Estado moderno.

Porém, ao reconhecer a conformação da racionalidade do Estado brasileiro na trajetória do próprio Estado moderno, é preciso identificar singularidades constitutivas da razão de Estado brasileira, sobretudo sua forte tendência necropolítica.

> o poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. Daí sua indiferença aos sinais objetivos de crueldade. Aos seus olhos, o crime é parte fundamental da revelação, e a morte dos seus inimigos em princípio, não possui qualquer simbolismo. Este tipo de morte nada tem de trágico e, por isso, o poder necropolítico pode multiplicá-la infinitamente, que em pequenas doses [...], quer por surtos espasmódicos – a estratégia dos 'pequenos massacres' do dia-a-dia, segundo uma implacável lógica de separação, de estrangulamento e de vivissecção, como pode ver em todos os teatros contemporâneos do terror e do contra terror. (MBEMBE, 2017, p. 65).

O Estado brasileiro é a expressão da colonização. Nesse exuberante e generoso território além-mar, os interesses extrativistas da metrópole portuguesa estabeleceram-se em toda a sua intensidade. Aqui a violência do racismo de Estado se exerceu e se exerce sobre a população originariamente indígena, posteriormente sobre os africanos acorrentados ao longo de mais de três séculos de escravidão e, na atualidade, sobre os seus descendentes, que conformam maioria no tecido social brasileiro. Ou seja, para além dos fundamentos do poder soberano que caracteriza a razão de Estado moderno, o Estado brasileiro é controlado historicamente por interesses patrimonialistas e clientelistas de circunscrição local, regional e nacional.

> o coronelismo, o *compadrazzo* latino-americano, a 'clientela' na Itália e na Sicília participam da estrutura patrimonial. Peças de uma ampla máquina, a visão do partido e do sistema estatal se perde no aproveitamento privado da coisa pública, privatização originada em poderes delegados e confundida pela incapacidade de apropriar o abstrato governo instrumental (Hobbes) das leis. O patrimonialismo pulveriza-se, num localismo isolado, que o retraimento do estamento secular acentua, de modo a converter o agente público num cliente, dentro de uma extensa rede clientelista. O coronel utiliza seus poderes públicos para fins particulares, mistura, não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios. (FAORO, 2000, p. 259).

O Estado brasileiro, derivado de interesses patrimonialistas e clientelistas vinculados a práticas extrativistas, caracteriza-se historicamente pela forma exacerbada como exerce a violência contra amplos segmentos excluídos da sociedade brasileira, bem como legitima a violência que é exercida no interior da própria sociedade entre pares, indivíduos e cidadãos partícipes do mesmo espaço público, da mesma sociedade. Violência que se expressa nas relações de trabalho pelos excessos de exploração dos trabalhadores.

Em pleno século XXI, convive-se com denúncias e flagrantes de trabalho escravo nas mais diversas regiões do país. Violência característica de uma sociedade patriarcal, que se expressa nos altos índices de feminicídio. Violência de um Estado policialesco

sobre os corpos dos moradores das periferias e favelas das cidades. Violência de um Estado controlado por oligarquias rurais, que concentram a terra. Violência gratuita que se espraia no cotidiano, em jargões populares, tais como: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo", ou em interpelações: "Você sabe com quem está falando?". "A cordialidade brasileira já foi muito denunciada como mistificação e soa hoje risível diante dos índices de violência nas grandes cidades, próximos dos de países em guerra civil" (CARVALHO, 2017, p. 33).

Diante do exposto, talvez se possa afirmar que a violência estatal, circunscrita nas relações entre os indivíduos, é uma das condições que definem a forma de ser brasileiro. A outra forma que se apresenta como sugestão e resultado da ação do Estado no exercício do poder soberano é o esquecimento. As lutas, as revoltas populares, dos negros, dos índios, dos sertanejos, dos caboclos, dos sem-terra, dos sem-teto, enfim das mais diversas etnias e grupos sociais subalternos que compõem a sociedade brasileira, atravessam seu percurso histórico desde a chegada dos portugueses e se mantêm atuantes na contemporaneidade. Em todos esses momentos se tratou e se trata por parte do Estado biopolítico e necropolítico de sufocar, desmerecer e lançar no esquecimento tais movimentos populares que ousaram questionar o poder soberano e seus operadores, os coronéis locais, regionais e nacionais.

> Tais violências têm que ser esquecidas ou interpretadas de maneira a não impedir o sentimento de unidade, a permitir, para usar o jargão de hoje, a produção de uma narrativa coerente, uma escritura, da nação. (CARVALHO, 2017, p. 32).

Nessa direção, prossegue o historiador José Murilo de Carvalho (2017, p. 34-35):

> em seminário organizado em Sevilha, em outubro de 2000, a propósito dos 500 anos, o historiador Fernando Novais exprimiu um pensando atrevido que amplio aqui com alguma liberdade: as duas grandes mudanças políticas por que passou o país, a independência e a república, teriam sido mau negócio para os colonizados internos, os índios, os escravos africanos e seus descendentes. Quer isto dizer que as duas mudanças serviam ao reforço do domínio do senhorio interno. Uma consequência

> desse fato foi a dificuldade criada para o desenvolvimento de uma identidade nacional. [...] Sem comunidade, vivências, sentimentos e propósitos comuns, a identidade nacional passou a ser imaginada por intelectuais, aí incluídos historiadores, com muito esquecimento, muito erro e muita fuga, ao mesmo tempo em que a ação governamental mantinha a colonização interna ao não promover a educação popular, não reformar a estrutura agrária, não democratizar o Estado. (CARVALHO, 2017, p. 34-35).

Diante desse contexto de violência estatal no exercício de seu poder soberano, age-se em constante estado de exceção na produção de vida nua, que se caracteriza como vida administrável e matável, de acordo com os cálculos de custo e benefício em jogo pelo poder soberano. Aqui se circunscreve a Guerra do Contestado, em que foi acionado o "terror estatal para conter a força contestatória, exigindo-se uma repressão tanto insidiosa como expedita, brutal e ilimitada" (MBEMBE, 2017, p. 60), contra um grupo de caboclos que, desconsiderados e esquecidos no interior de territórios pertencentes aos estados do Paraná e de Santa Catarina, resolveram se insurgir ante a exploração e os desmandos dos coronéis locais.

> a partir de 1912, José Maria, a terceira liderança e também sucessor de João Maria [...] criou uma sociedade assemelhada ao comunismo primitivo, sem dinheiro, sem comércio. Canudos e Contestado foram combatidos e destruídos com violência pelo Exército, que não hesitou em usar canhões contra sertanejos pobremente armados. (CARVALHO, 2017, p. 17).

A ética do testemunho para que a barbárie da Guerra do Contestado não se repita

O estabelecimento de uma ética do testemunho em relação à Guerra do Contestado vinculada, sobretudo, a variáveis da filosofia política de Giorgio Agamben implica, num primeiro momento, questionar a compreensão de moral e ética que a tradição do pensamento filosófico e social apresenta como referenciais para a análise das ações desencadeadas no âmbito das sociedades contemporâneas. Ou seja, trata-se de questionar

se tais definições são suficientes diante da violência perpetrada nos campos de concentração, ou, de forma mais específica e de acordo com o objeto de estudo em questão, se tais definições de ética e moral são suficientes para a devida compreensão da violência infringida pelo Estado no exercício de seu poder soberano em âmbitos local e regional aos caboclos envolvidos na Guerra do Contestado. Para Agamben,

> com a experiência dos campos de concentração acontece uma devastadora ausência de normas; a *administração* nazista estabelece uma 'ordem' tão rígida quanto aleatória, os presos são entregues a um arbítrio implacável. (AGAMBEN, 2008, p. 12. Grifo do original)

No contexto da Guerra do Contestado, cabe questionar: como uma comunidade regional, e mesmo nacional, pôde aceitar a violência perpetrada contra os caboclos, com sua singular forma de vida, no interior da qual se encontravam inseridos e foram lançados à margem da sociedade e, ato contínuo, massacrados pelo braço coercitivo do Estado no exercício de seu poder soberano? Ou seja, trata-se de primeiramente questionar a inconsistência dos limites morais e éticos sobre os quais se fundamentam as sociedades ocidentais, as sociedades contemporâneas, e de reconhecer que estamos desprovidos de garantias de que trágicas experiências desse gênero não se repitam. Ou, ainda mais perturbador, que a violência perpetrada nos campos de batalha da Guerra do Contestado, ou nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, continuam manifestando-se cotidianamente nas mais diversas formas de violência sem que nos demos conta da barbárie em que estamos envolvidos.

> Com efeito, na tradição ocidental, filosofia moral e ética foram sempre definidas pela descrição do 'reino das normas', isto é pela reflexão crítica sobre o estabelecimento de leis/normas/regras (*nomoi*) comuns que deveriam reger a vida em comum dos homens, o domínio dos usos e dos costumes comuns, reflexão crítica sobre a fundamentação de tais normas, sua eventual universalidade, suas possibilidades de validação e/ou transgressão. Somente assim as normas éticas podem fornecer limites constitutivos à ação humana, no duplo sentido da palavra limites: podem nos obrigar a obedecer, mas também nos ajudar a dar uma forma

> construtiva ao turbilhão dos nossos desejos. (AGAMBEN, 2008, p. 12).

Ao questionar os pressupostos éticos e morais e sua pretensão de universalidade, com base nos quais pensamos, refletimos e agimos na vida em sociedade, Agamben (2008) indaga a nossa possibilidade de compreensão e de testemunho sobre a violência perpetrada pela Guerra do Contestado, sobre o modo de vida e sobre a própria vida dos caboclos do Contestado. Ou, dito de outra maneira, se nos movemos compreensivamente sobre as mesmas pretensões éticas e morais circunscritas na esteira do processo civilizatório que nos trouxe até a atualidade, quais são as garantias de que não perpetuaremos a violência ao narrar o acontecido? A violência infringida aos caboclos do Contestado "solapa igual e especialmente a possibilidade de emitir um *juízo* ético a respeito daquilo que aconteceu" (AGAMBEN, 2008, p. 13, grifo do original).

Logo, basear-se nas exigências de uma ética do testemunho para que a Guerra do Contestado não se repita requer o firme compromisso político de promoção da vida. Trata-se de um posicionamento público que se contrapõe à biopolítica e à sua radicalização na forma da necropolítica mediante a rememoração das agressões e das formas de violência contra a vida e que nos trouxeram até o presente momento. As violações de direitos por parte do Estado e de seus aparelhos coercitivos, bem como por parte de determinados grupos que controlam a dinâmica econômica e política local, regional e nacional, tendem a se perpetuar. Contrapor-se a tal condição requer amplo e irrestrito debate público como condição *sine qua non* da luta cotidiana contra a barbárie. É preciso que a gerações vivas na atualidade ouçam as vozes que murmuram do passado de violências a que foram submetidas. Talvez somente assim possamos compreender de modo efetivo as demandas de uma ética do testemunho.

> pensar o sujeito ético como testemunha é uma tentativa de colocar sob a perspectiva outra faceta da vida nua, numa tentativa de transformação da biopolítica em uma nova política, cujo ponto de partida é a subjetividade entendida como *resto*, um campo de forças, um espaço percorrido por correntes de subjetivação

> e dessubjetivação. Esse é também o campo do testemunho, da palavra que refuta a separação entre a vida e a sobrevivência. (GIACÓIA JR., 2018, p. 81. Grifo do original).

Portanto, a ética do testemunho para que a Guerra do Contestado não se repita procura num primeiro momento compreender e, sobretudo, colocar em debate a barbárie inscrita na nomeação do conflito em torno da defesa de uma forma de vida presente na região que se transformou no palco do embate. Ou seja, a violência da nomeação do conflito como Guerra do Contestado se apresenta como tentativa de aniquilação física e moral de uma forma de vida que afrontava os interesses do capital naquele contexto.

Assim, o nome oficial imputado ao conflito, Guerra do Contestado, por parte dos vencedores tinha (ou ainda tem) os objetivos de, entre outros, impedir o testemunho e apagar da memória as práticas comunitárias que promoviam uma forma de vida alheia aos imperativos da marcha em direção ao progresso, característica da modernidade; condenar ao esquecimento a violência imputada à população cabocla; justificar o massacre, por parte do poder soberano do Estado, dos caboclos como baixas de guerra; transformar na atualidade a guerra e o palco da Guerra do Contestado em objeto/produto turístico a ser consumido por ávidos e aligeirados turistas; e justificar as práticas do modo de acumulação do capital, característica das sociedades capitalistas. Assim, a ética do testemunho implica reconhecer que a incessante e ininterrupta promoção da lógica da marcha do progresso, ou do desenvolvimento, tem como exigência primeira a destruição de formas de vida que se apresentam vinculadas à vida em sua multiplicidade de formas de manifestação.

Diante da intransferível urgência de que a barbárie perpetrada pela Guerra do Contestado, e, sob certos aspectos, ainda presente nos dias de hoje, em sua própria nomenclatura, não se repita, faz-se necessário afirmar o testemunho como princípio ético de rememoração da violência estatal exterminadora perpetrada contra a forma de vida singular dos caboclos do Contestado. Ou seja, é

preciso ter presente que a nomeação do conflito é uma imposição do vencedor, imputando na própria denominação o equívoco do vencido.

Dito de outra maneira, a nomeação Guerra do Contestado é a continuidade da barbárie, na medida em que expressa a forma da penalização moral ao vencido. Imputa-lhe a vergonha resultante de sua ação despropositada em relação ao *status quo*. Impede e retira-lhe a possibilidade de testemunho tendo em vista que não há para quem testemunhar os sofrimentos, as humilhações nem o aniquilamento dos seus, com base no argumento de que quem questionou, contestou, na condição de derrotado, lhe é imputado naturalmente e, sobretudo, publicamente, o equívoco de sua posição. O vencido arca (a terminologia *Guerra do Contestado* é portadora de tal imperativo) com as dores, com a violência promovida por aqueles que exerceram o poder de nomear o conflito sob pressupostos morais e raciais, com o intuito deliberado de levar a público o equívoco daqueles que contestaram a agressão à sua forma de vida.

Nessa perspectiva, a barbárie da Guerra do Contestado em seu *continuum* cotidiano requer uma ética do testemunho. Nas palavras de Oswaldo Giacóia Jr. (2018), interpretando aspectos da reflexão ética proposta por Agamben:

> a autoridade do testemunho consiste em seu poder de falar unicamente em nome de alguém que não pode falar, enunciar, dizer, nem ser sujeito da enunciação. Ser sujeito do testemunho é ser o resto, a sobra entre a instância da responsabilidade que emerge no falar e aquele que teve seu acesso barrado ao mundo dos homens, privado da instância onde tem lugar a linguagem. (GIACÓIA JR., 2018, p. 82).

Assim, uma ética do testemunho solicita o posicionamento do sujeito ético, que compreenda na clara luminosidade do contemporâneo os paradoxos, as contradições, as inúmeras formas de violência que nos trouxeram até aqui. Nesse contexto, o sujeito ético não se apresenta como o detentor da verdade dos fatos e dos acontecimentos, mas como aquele ser humano provido de suficiente sensibilidade e coragem para testemunhar que a violência perpetrada pelo poder soberano na Guerra do

Contestado continua a se manifestar na nomenclatura pela qual as interpretações oficiais, ou oficiosas, nomeiam os caboclos como *fanáticos*, como *jagunços*, como *bandidos*. Expressa-se no testemunho de que a Guerra do Contestado, ao massacrar o modo de vida, a cosmovisão do caboclo, do nativo, afirma a imposição de um modo de ser brasileiro situado no âmbito da violência cotidiana, numa guerra civil ininterrupta de todos contra todos que impede o reconhecimento da miséria, do sofrimento do outro, promovida pelas práticas de grupos sociais patrimonialistas e extrativistas que controlam o Estado e o exercício do poder soberano.

Outrossim, uma ética do testemunho contrapõe-se ao silêncio imposto pelo Estado, pelo poder soberano em relação à violência perpetrada contra seres humanos cujo único bem era seu modo de vida. Um modo de vida que não admitia a violenta da imposição da mera sobrevivência a serviço da acumulação do capital, da incessante busca do progresso ao custo da destruição da vida em sua multiplicidade de formas de manifestação. "Sobreviver indica a pura e simples continuação da vida nua, comparada a uma vida mais verdadeira e mais humana" (AGAMBEN, 2008, p. 135). Logo, testemunhar significa fazer uso da linguagem procurando entre as palavras aquelas que se apresentam de forma suficientemente verdadeira para levar o testemunho daqueles de quem a violência soberana retirou a vida, o modo de vida, a possibilidade de falar, ao conhecimento das gerações presentes e futuras.

> De fato algo como uma língua humana pôde ser produzido só no momento em que o ser vivo, que se encontrou cooriginariamente exposto tanto à possibilidade da verdade quanto à da mentira, se empenhou em responder pelas suas palavras com sua vida, em testemunhar por elas na primeira pessoa. (AGAMBEN, 2011, p. 80).

Considerações finais

Nesses pressupostos, a ética do testemunho implica o fato de que aquele que testemunha, o sujeito que fala em nome do outro, o faz somente porque o outro já não pode mais falar, ou porque tombou nos campos de batalha, ou ainda porque suas memórias

foram obliteradas pelo peso do universalismo moral do vencedor que imputou ao vencido a responsabilidade pelas atrocidades perpetradas, a vergonha advinda da exposição pública daqueles que ousaram oferecer resistência com a pretensão de manter seu modo de vida. Logo, o sujeito ético é todo ser humano que reconhece os limites da linguagem diante do desafio de narrar os fatos e acontecimentos que brutalmente se impuseram e se impõem a todo e qualquer ser humano, ou grupo social, que oferece resistência aos imperativos do poder soberano no exercício ilegítimo da violência como forma de preservação e promoção de interesses e privilégios de minorias e seus faustosos e deletérios modos de vida para o conjunto da vida e das sociedades humanas.

> O sujeito, nesses termos, é sujeito de uma dessubjetivação, sujeito (autor) que testemunha uma dessubjetivaçao, portanto, inclui as três acepções seguintes: *testemunha, sobrevivente e autor (quem fala em nome do outro, por representação e outro)*. Seu testemunho é a palavra que refuta a separação entre a vida e a sobrevivência, que sustenta a tensão irremovível entre potência de falar e impossibilidade de enunciação, o espaço que resta entre muçulmano e sobrevivente. (GIACÓIA JR., 2018, p. 92).

A afirmação de uma ética do testemunho para que a violência da Guerra do Contestado não se repita requer o compromisso político com a palavra, com a linguagem, com a verdade e a coragem da enunciação diante dos cotidianos discursos que procuram disfarçar a disseminação da violência por parte do poder soberano como modo de ser, como modo de relação entre indivíduos e sociedade por meio de falácias como o mito da cordialidade do povo brasileiro, ou o da hospitalidade, o da alegria contagiante do carnaval, do futebol e de suas festas, ou mesmo expressões que insistem em dizer que nessas terras tudo acaba em samba, ou em *pizza*. Assim, a ética do testemunho apresenta-se como posicionamento de paralisação da contínua violência perpetrada originariamente pela Guerra do Contestado, exigindo comprometimento político com a afirmação do espaço público em que o uso da linguagem, da fala possa ser devolvido ao uso comum, na forma de bem comum, de livre uso comprometido com a expressão da verdade do mundo e da vida.

> Somos hoje as primeiras gerações que vivem a própria vida coletiva sem o vínculo do juramento, e que tal mudança não pode deixar de acarretar uma transformação das modalidades de associação política. Se de alguma maneira, tal diagnóstico for correto, isso significa que a humanidade se encontra hoje frente a uma disjunção ou, pelo menos, frente a um afrouxamento do vínculo que, através do juramento, unia o ser vivo à sua língua. Por um lado, o ser vivo agora está, cada vez mais reduzido a uma realidade puramente biológica e à vida nua, e, por outro, o ser que fala, separado artificiosamente dele, por uma multiplicidade de dispositivos técnicos-midiáticos, em uma experiência da palavra cada vez mais vã pela qual é impossível responder e na qual algo parecido com uma experiência política se torna cada vez mais precário. (AGAMBEN, 2011, p. 81).

Diante do exposto, a ética do testemunho com base na Guerra do Contestado é um convite ao reconhecimento público da violência que perpassa pelo tecido social brasileiro como forma de manutenção do patrimonialismo, do clientelismo, do descaso do Estado, em suas práticas extrativistas que envolvem instituições locais e aquelas que se circunscrevem no território nacional, disseminando nas mais diversas formas de violência a degradação da condição humana constitutiva do tecido social.

Outrossim, uma ética do testemunho para que a violência da Guerra do Contestado não se repita pode se apresentar (por meio da violência perpetrada sobre o modo de vida local) como um convite ao reconhecimento das inúmeras formas de violência perpetradas contra os mais distintos povos e seus singulares modos de vida. Nessa direção:

> o sujeito ético, nesse contexto, é o sujeito do testemunho, que se constitui [...], no espaço restante entre captura e emancipação, como peça capaz de desativar a máquina das relações de poder, jogando um contra o outro os polos que determinam seu funcionamento – a soberania e a vida nua. (GIACÓIA JR., 2018, p. 98).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer:* o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim:* notas sobre a política. Tradução de Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz:* o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *O sacramento da linguagem:* arqueologia do juramento. Tradução: Selvino José Assmann. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 3, 2011. (Homo sacer II).

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: LOWY, Michael (org.). *Walter Benjamin:* aviso de incêndio: uma leitura das teses: "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005, p. 41-146.

CARVALHO, José Murilo de. *O pecado original da República:* debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

CHIAVENATO, Júlio José. *As lutas do povo brasileiro:* do "descobrimento" a Canudos. São Paulo: Moderna, 1988.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronado político brasileiro. São Paulo: Globo, v. 2, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade:* curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GIACÓIA JR., Oswaldo. *Agamben:* por uma ética da vergonha e do resto. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade.* Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antógona, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Além do bem e do mal:* prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução, notas e posfácio de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. *In*: JANCSÓ, István (org.). *Brasil:* formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, Editora Unijauí, Fapesp, 2003, p. 365-388.

O poeta e o historiador:
reflexões sobre linguagem e messianismo na obra o Último Jagunço, de Euclides Felippe

Rui Bragado Sousa

A construção histórica é dedicada à memória dos sem nome (BENJAMIN, 2012, p. 187).

A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p. 25).

Segundo o historiador das religiões Mircea Eliade (1989, p. 17), poucos fenômenos religiosos estão mais diretamente relacionados a circunstâncias sociopolíticas do que os modernos movimentos messiânicos e milenaristas. Esses movimentos são também criações do espírito humano, no sentido de (eles mesmos) se terem tornado o que são – movimentos religiosos, e não meros gestos de protesto e revolta –, por meio de um ato criativo do espírito. Um fenômeno religioso como o messianismo deve ser analisado tal como *A divina comédia* o é, ou seja, utilizando todas as ferramentas possíveis da erudição, recomenda Eliade (1989). A erudição acerca do fenômeno messiânico é candente na filosofia de Ernst Bloch e de Walter Benjamin e encontra sua chama na cultura popular dos caboclos do Contestado na poesia caipira de Euclides Felippe.

Benjamin (2012) por vezes compara metaforicamente a tarefa do historiador com a do catador de papéis (*lumpensammler*). Como quem recolhe os detritos da história e os transforma em conceitos,

livrando-os do esquecimento, fazendo-os falar, o folclorista Euclides Felippe reuniu uma coleção inestimável dos mais belos versos da cultura popular campesina. Essa tradição oral sobreviveu ao massacre da Guerra no Contestado em forma de poemas, de décimas e de sextinas. A poesia cabocla revela traços da tradição e dos costumes do sertanejo, de sua religiosidade e do messianismo característico da guerra santa. Este trabalho procurou interpretar a cultura popular cabocla em síntese com a erudição da filosofia messiânica da história de Benjamin (2012) e de Ernst Bloch (2005-2006).

Assim como Canudos, o Contestado também teve um Euclides como narrador. Com uma diferença abissal, entretanto, quanto ao estilo da narrativa, de abordagem dos atores sociais e cenários e, pode-se dizer, de experiência de vida. Enquanto Euclides da Cunha viveu a maior parte da vida nos grandes centros como Rio de Janeiro (RJ), estudando nos melhores colégios, incluído aí o Colégio Militar, e foi aluno de Benjamin Constant, que muito o influenciou à filosofia positivista, Euclides José Felippe foi topógrafo por 40 anos nos sertões catarinenses e, nesse ínterim, reuniu uma coleção inestimável de versos, décimas, repentes da cultura popular local. A poesia cabocla, em sua totalidade, foi analisada neste trabalho como uma fonte secundária, tendo em vista que o Euclides caboclo não vivenciou diretamente o conflito do Contestado e, como ele mesmo admitiu, fez algumas alterações, ou uma guaribada, para tornar os versos acessíveis, mas no próprio estilo sertanejo, tão simples e fascinante. Semelhantemente à literatura de cordel nordestina, essas trovas representam o folclore regional e, pensando conforme a sociologia das religiões de Durkheim (1996, p. 18), o folclore

> em geral são restos de religião desaparecidas, sobrevivências inorganizadas [...] que se formam espontaneamente sob influência de causas locais'. A mistura de folclore, mito e experiência popular cotidiana constitui o que Antonio Gramsci chama de 'ideologia não-orgânica. (DURKHEIM, *apud* RUDÉ, 1982).

Portanto, as trovas, décimas, sextinas, a poesia caipira compactada sob o título de *O último jagunço* (FELIPPE, 1995) foram material essencial para os objetivos deste estudo.

Nosso irmão José Maria
Toma a espada e vem lutá,
Vem ao lado de São Jorge

Com sua lança pelejá:
O Dragão tá fumacenado
Se aprontando pr'avançá

Lá no seu cavalo branco
O São Jorge vem montado
Com sua lança comandando
O Exército Encantado.
O Dragão tá fumaceando
Tá roncando o condenado.

O São Jorge vem nas nuve
Tráiz corrisco e ventania,
Junto às Forças Encantada

Lá se vê José Maria.
O Dragão tá fumaceando
Tá rugindo noite e dia.

Junto vem o São Migué
Empunhando sua espada,
E mais São Sebastião
Abrindo nossa estrada.
O Dragão tá fumaceando
Avancemo camarada
(FELIPPE, 1995, p. 150).

Mas como fazer? Onde procurar o elemento que liga o messianismo popular à cultura erudita ou vice-versa? Na linguagem e na temporalidade. Mais precisamente no poema, na palavra, seguindo os preceitos metodológicos de Benjamin (1994; 2012), de que "o método histórico é um método filológico". O poeta Hugo von "Hofmannsthal fala em 'ler o que nunca foi escrito'. O leitor que assim lê é o verdadeiro historiador", sustenta Benjamin (2012, p. 184).

Para o pensador dialético, "o que importa é ter nas velas o vento da história universal. Para ele, pensar é, içar velas. O importante é o modo como elas são içadas. Para ele, as palavras são apenas as velas. O modo como são usadas é que as transforma em conceitos" (BENJAMIN, 2015, p. 171).[1] Essa metáfora náutica expressa a relevância da linguagem para a historiografia, contudo a palavra por si mesma não diz nada; importa para o pesquisador

1 Ou, conforme tradução modificada de Seligmann-Silva (2010, p. 71): "Para o dialético, trata-se de apanhar o vento da história mundial [*Weltgeschichte*] nas velas. Para ele, pensar quer dizer: pôr as velas. Como elas são postas é importante. Palavras são a sua vela. Como elas são colocadas, isso faz delas conceitos".

compreender o campo semântico e ideológico em que ela está inserida, sua cultura. A forma como as velas – palavras – são usadas pode conduzir ao naufrágio ou à expedição exitosa. A bússola do navegador – o historiador – é o próprio tempo.

Segundo o filósofo e linguista Mikhail Bakhtin (1981), a palavra é o signo ideológico por excelência, e tudo que é ideológico possui valor semiótico. Pode-se dizer que a filosofia burguesa contemporânea está desenvolvendo-se sob o signo da palavra. A palavra consiste no modo mais puro e sensível da relação social. É precisamente na palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais de comunicação semiótica.

> A palavra reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência social. [...] O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade. A memória da história da humanidade está cheia destes signos ideológicos defuntos, incapazes de constituir uma arena para o confronto dos valores sociais vivos. Somente na medida em que o filólogo e o historiador conservam a sua memória é que subsistem ainda neles alguns lampejos de vida. (BAKHTIN, 1981, p. 46).

Esses "signos ideológicos defuntos" não podem ser apreendidos na concepção positivista e historicista da história, nem pela sucessão linear e pela cronologia dos eventos. Se concebidos dessa forma, estarão isolados no porão da história – na alegoria. Importa, pois, arrancá-los da falsa continuidade cronológica e compreender a relação dialética entre passado e presente, procurar seus "lampejos de vida". Foi talvez pensando nessa relação de vida-morte, presente-passado que Michel de Certeau (1982) disse que a escrita da história e a relação do escritor com o passado são ambas práticas de sepultamento:

> por um lado, no sentido etnológico e quase religioso do termo, a escrita representa o papel de um *rito de sepultamento*; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso. Por outro lado, tem uma *função simbolizadora*; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente. [...] A escrita não fala do passado senão

> para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina (CERTEAU, 1982, p. 118. Grifos do original).

Certeau (1982) compara a obra dos historiadores aos cemitérios das grandes cidades. Ainda que secularizado, trata-se de um ritual ético e religioso. "Se o túmulo é um signo (*sèma*) construído com pedras, o poema também é signo, túmulo (*sèma*) de palavras; ambos têm por tarefa lembrar os vivos de amanhã a existência dos mortos de ontem e hoje" (GAGNEBIN, 2014, p. 15). Por isso, torna-se importante analisar a forma peculiar como os acontecimentos passados são levados a falar e como os acontecimentos futuros passam a ser esperados. Os acontecimentos históricos não são possíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquirimos por meio deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem; elas dependem da mediação da linguagem, mas não se restringem a esta. Linguagem e história permanecem dependentes uma da outra, porém nunca chegam a coincidir totalmente (KOSELLECK, 2006, p. 236).

Espera-se que, assim, por meio da poesia cabocla, o quiliasmo[2] dos camponeses do Contestado e sua ferrenha resistência às tropas legais sejam pensados como uma manifestação cultural, uma manifestação de rebeldia contra os ultrajes impostos a eles

2 De acordo com o *Dicionário crítico de teologia* (LACOSTE, 2004), o texto do Apocalipse (20.1-10) é o ponto referencial da doutrina do quiliasmo (do grego *chilias* = mil), atualmente marginalizado, embora no passado tenha sido uma das bases teológicas de grande parte dos chamados "pais da Igreja". Em linhas gerais, o que o texto diz é o seguinte: após a grande tribulação (capítulos 15 a 19), um anjo com a chave do abismo e uma grande corrente vai trancafiar a antiga serpente, que é o diabo (Ap. 20.2), por um período de mil anos. Depois disso, ele será liberto novamente, mas dessa vez para sua total destruição. Após sua derrota final, os santos que perseveraram na tribulação e pagaram com suas vidas por isso se reunirão com Cristo para com ele reinarem durante o período de mil anos (o milênio), após o qual serão ressuscitados todos os mortos (Ap. 20.11-13), para que seja feito o julgamento de cada um deles. O ensino do quiliasmo aparece na era patrística. A Epístola de Barnabé, apócrifo do segundo século, fala que Cristo virá no sexto dia, que na contagem de tempo do autor significa seis mil anos da criação do mundo. Justino interpretou Isaías ("Criarei novo céu e nova terra") como o Apocalipse, compreendendo que um dia do Senhor é como mil anos. Irineu não se fixava em datas, delimitando a Parusia, mas afirmava que a Jerusalém do alto desceria à terra como a esposa adornada para seu esposo. Em suma, quiliasmo significa a crença na realidade efetiva do reino de mil anos, ou seja, que esse reino terá existência efetiva na Terra.

por uma nova ordem até então estranha: as relações capitalistas de produção da Velha República, que Ferreira e Delgado (2010) definiram como o "tempo do liberalismo excludente".

O monge, o fogo e o relato

Muito d'antes tinha um monge
Se chamava João Maria
Ele andava neste mundo
Quar um facho que alumia
Mau serviço desse monge
Nunca houve por aqui
Mas do que o caluneiam
Tô cansado de ouvi
(FELIPPE, 1995, p. 41).

Nossa vida e os costume
Não deixô nada pa tráis
Ensinô lidá c'as pranta
E as coiêta, como faiz
João Maria, te foste embora
Mas dexaste aqui u'a crença
Que o respeito e a amizade
Se realizem c'a tua bença!

É consenso entre os pesquisadores do Contestado que a origem da crença e do profetismo popular da região se remete ao Monge João Maria. As pregações, práticas e instruções do Monge João Maria de Agostini nos 30 anos que percorreu as Américas possuem certos elementos em comum, e as descobertas de Alexandre Karsburg (2012)[3] permitem algumas reflexões sobre a personagem, que

> é ainda um santo para os homens do planalto, que o canonizaram, como faziam os antigos cristãos aos seus santos, santo que não disputa um lugar nos altares porque o tem no coração dos homens simples das zonas que palmilhou. (CABRAL, 1960, p. 308).

Para Karsburg (2012), Agostini abriu espaço para que grupos normalmente mantidos afastados da esfera das decisões fundassem comunidades autônomas

> pautadas unicamente no Evangelho. Liberdade e igualdade, fraternidade e comunismo, eis as palavras utilizadas pelos jornais de 1848 para descrever, criticamente, os princípios que

3 Até a tese de doutorado de Karsburg, intitulada *O eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)*, apresentada em 2012 à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), não se sabia o itinerário completo do monge. Sabia-se apenas que ele desaparecera por volta de 1850 no Rio Grande do Sul, dando início a uma espera escatológica por seu retorno (ou ressurreição).

> o monge procurava transmitir ao povo. Os jornalistas, em parte, acertaram.(KARSBURG, 2012, p. 453).

Sentença semelhante é de Ivone Gallo (1999), que estudou as representações religiosas do Contestado relacionadas ao livro do Apocalipse. Para a autora, as pregações de João Maria de Agostini eram baseadas na doutrina de cooperação e fraternidade do cristianismo primitivo, com estreita ligação com Cristo e seus 12 apóstolos. São conclusões que encontram evidência material nos documentos Aos do Campestre e no testamento ao povoado do Cerro de San Javier, na Argentina, e quiçá em outros tantos que o monge pode ter deixado pelas Américas.

Bom conhecedor do Evangelho e de teologias, o eremita italiano tinha a capacidade de oferecer nova explicação para os milagres, inserindo-os no contexto do Apocalipse para convencer os ouvintes da proximidade do julgamento final. Por isso, a "pregação de choque", rigorosa, pois só assim poderia despertar os espíritos e convertê-los ao ascetismo. Karsburg (2012) acredita que o eremita não pregava sobre o *millenium*, antes a respeito do juízo final, ou, talvez, do juízo particular, mais de acordo com as ideias religiosas do século XIX. Em situações como essa, o Apocalipse bíblico servia de base para os sermões, elevando o monge, aos olhos das plateias, à condição de profeta. O fim do mundo era um tema utilizado como método pedagógico para melhor conseguir a conversão das almas. O Apocalipse bíblico servia, então, como meio pedagógico eficaz nas mãos dos missionários para reconduzir os cristãos ao bom caminho, cumprindo desse modo a tarefa de reconquistar as almas perdidas do Novo Mundo (KARSBURG, 2012, p. 331-334).

Essa tradição profética e popular foi mantida com o segundo João Maria, no período pós-federalista. Diversas fontes militares comprovam a personalidade histórica do segundo monge, e as reminiscências de Frei Rogério Neuhaus[4] demonstram traços de

4 Frei Rogério, como pároco oficial da região de Lages (SC) desde 1892, conviveu por décadas com os sertanejos e narrou um encontro com João Maria, qualificado por ele como "um homem esquisito". Frei Rogério nasceu na região da Westfália, Alemanha, em 1863, foi ordenado em 1890 e enviado ao Brasil em 1891. Dirigiu-se da Bahia para Santa Catarina, Lages, onde o pároco local havia falecido havia poucos meses (SINZIG, 1934).

sua personalidade e de sua teologia. Conforme a narrativa de Neuhaus, João Maria andava a pé, com uma malinha às costas, desde a fronteira do Rio Grande do Sul até Mato Grosso e Paraná:

> receitava alguns remédios. O povo tinha grande fé nele. Muitos o veneravam como santo. Convidavam-no para padrinho de seus filhos. Várias senhoras fizeram a promessa de batizar os filhos primeiro por ele e só depois levá-los ao padre. Batizei vários meninos e meninas de dez a doze anos, nem mesmo batizados em casa, porque os pais continuavam a espera de João Maria. No tempo da revolução declarava que os federalistas haviam de vencer, mesmo que sobrasse apenas um só deles (SINZIG, 1934, p. 168).

Diante de uma concorrência tão ilustre, Rogério Neuhaus procurou conhecer pessoalmente João Maria e narrou o encontro que ocorreu em dezembro de 1897, quando o monge esteve na região de Capão Alto, próximo à paróquia de Lages (SC). Com base nas indagações do frei ao monge e nas réplicas deste, verifica-se uma interpretação diametralmente oposta do Evangelho. De um lado, o cânone oficial e conservador da Igreja. Do lado sertanejo, uma interpretação radical do Apocalipse. No breve debate teológico, a iniciativa coubera ao monge, e sua retórica de linguagem simples, porém sofisticada, em termos gnósticos, o fez vencedor da polêmica.

Sem cumprimentar Frei Rogério, João Maria logo o advertiu para "que o povo faça penitência, porque vêm muitos castigos de Deus" (*apud* SINZIG, 1934, p. 170-171). O monge insistiu que viria uma grande escuridão, "porque Jesus disse a S. Pedro que o mundo havia de existir mil anos, mas não outros mil" (*apud* SINZIG, 1934, p. 170-171). A afirmação foi contestada por Frei Rogério: "Isto não está na S. Escritura" (*apud* SINZIG, 1934, p. 170-171), mas imediatamente refutada por João Maria, que replicou: "Na minha está, ela é boa; não é a dos protestantes" (*apud* SINZIG, 1934, p. 170-171). Não há uma tréplica de Frei Rogério. Aparentemente desarmado e sem argumentos, limitou-se a proibir o profeta sertanejo de fazer batizados.

É um santo aqui da terra — Ele é home que abençôa
Meu padrinho São João: — Só por bem e afeição,

Faiz suas cura, faiz suas reza
Sem cobrá nenhum tostão.
(FELIPPE, 1995, p. 24).

Só quem manda nele é Deus
Por que tem sua devoção

Se o Monge Agostini ganhou notoriedade e santidade por conta das curas relacionadas às águas santas, o segundo João Maria destacou-se pelo poder milagroso atribuído aos restos de fogo deixados por ele. Na literatura folclórica, nas reminiscências dos franciscanos, ou ainda na literatura militar, existem descrições sobre a utilização dos restos do *fogo* que o monge fazia nos pousos ao relento, verdadeiras relíquias para os sertanejos. Até "as cinzas da fogueira, com que o monge preparava as suas frugais refeições, eram cuidadosamente recolhidas, pois forneciam patuás dos mais eficazes, assim como as 'medidas' do 'santo'"(SOARES, 1931, p. 13). As cinzas do fogo que o velho monge fazia eram avidamente disputadas e colocadas em breves suspensos ao pescoço, a fim de "afugentarem 'coisas ruins' como diziam", narra o Tenente Pinto Soares (1931, p. 13). O carvão feito pelo monge se tornou sagrado para seus devotos, empregados como patuás ou em receitas de cura.

No mesmo sentido, Felippe (1995, p. 25) descreve o depoimento de seu Linhares sobre João Maria: usava um gorro de pele de jaguatirica e calçava alpargatas de couro cru. As águas santas eram remédios medicinais, assim como as plantas (chá de vassourinha-miúda). "O povo carregava o carvão e os tiçãozinhos que restavam, para fazer simpatias. Chegavam até a raspar o chão para recolher a cinza. O carvão moído era o melhor remédio do mundo para a disenteria de crianças" (FELIPPE, 1995, p. 25):

Quando o monge acampava
Do foguinho que acendia,
O povo que rodeava
Toda cinza recoiía.
(FELIPPE, 1995, p. 43).

Os tição era levado
Pra mir coisa eles servia:
Espaiava c'os granizo
Gafanhoto se sumia

Ou ainda, de forma mais burlesca:

Lá no sítio do Meireles
Mais um causo assucedeu:

Otro fato adimirado
Foi aquele do Janoca

Cascavéia deu um bote
No compadre Zébedeu;
Com a cinza do foguinho
C'água santa se benzeu:
Não sentiu mais a picada
Nem sinar apareceu.
(FELIPPE, 1995, p. 38).

Tava ele n'agonia
Afogado com passoca,
Dero um chá de vassorinha
Lá se foi a sororoca
Levantô, saiu andando
Estralando, vê pipoca!

Um dos principais ensinamentos de João Maria diz: "Quem não sabe ler o Livro da Natureza, é 'analfabeto de Deus'" (FELIPPE, 1995, p. 36). Esse preceito lembra a máxima de Benjamin (2012, p. 183): "Ler o que nunca foi escrito". Um período em que a linguagem da natureza precedia a linguagem escrita:

Veio ao mundo João Maria
Percorrê nosso sertão,
Ajudando nóis na vida
E nos dando mir lição:
Ensinô nóis tê respeito
E zelá das criação.
(FELIPPE, 1995, p. 39).

Bem por isso nesta data
Não é dia de provoca,
Já que tudo sêmo irmão
Vamo tudo se abraça,
Espera ano-que-vem
Pr'os festejo renová

Uma das características do complexo estilo de escrita alegórica de Walter Benjamin é o fato de que a metodologia aplicada a determinado ensaio, crítica ou tese ocorre simultânea e inerentemente ao objeto analisado.[5] Isso por vezes complica a compreensão da obra. Por outras, no entanto, torna-se esclarecedor. Dito isso, pode-se traçar um paralelo entre o estilo literário e a metodologia benjaminiana e algumas peculiaridades do Contestado. No ensaio "As afinidades eletivas de Goethe", Benjamin (2009) distingue a função do crítico e do comentador. Enquanto a crítica busca o teor de verdade de uma obra, o comentário atinge apenas o seu teor factual. Essa distinção fica evidente na brilhante alegoria da fogueira:

> se quiser-se contemplar a obra em expansão como uma fogueira em chamas vívidas, pode-se dizer então que o comentador se

5 Um exemplo temático: no conjunto de aforismos intitulado *Rua de mão única*, Benjamin (1995, p. 61) interrompe o texto para expor seu estilo de citação: "Citações em meu trabalho são como salteadores no caminho, que irrompem armados e roubam ao passante a convicção".

> encontra diante dela como o químico, e o crítico semelhante ao alquimista. Onde para aquele apenas madeira e cinzas restam como objeto de sua análise, para este tão somente a própria chama preserva um enigma: o enigma daquilo que está vivo. (BENJAMIN, 2009, p. 13-14).

Esses exemplos demonstram como os comentadores militares e franciscanos, como químicos, viram apenas o teor factual do movimento e o associaram a conceitos pejorativos e reducionistas, como fanatismo, obscurantismo, misticismo e ignorância. Todavia, numa análise crítica, ou alquimista, é a vida que se propaga no simples resquício de uma fogueira. A vida, bem entendida num sentido cultural e sagrado, como manutenção da tradição joanina, propaga a crença e a religiosidade do caboclo na figura dos monges peregrinos daquela região. Pela alegoria da fogueira, pode-se compreender que a cultura sertaneja, o profetismo popular e o catolicismo rústico formaram a base de sustentação de uma longa tradição messiânica, tradição que entrou em choque com a filosofia do progresso positivista, a técnica capitalista liberal e a ética monetária.

Segundo Giorgio Agamben (2018), o fogo (mistério) e o relato (história) configuram-se como os dois elementos principais indispensáveis à literatura, contudo, onde há relato, o fogo apagou-se; onde há mistério, não pode haver história, pois a história é aquilo que o mistério apagou e escondeu seus fogos. Todo relato – toda literatura – é, nesse sentido, memória da perda do fogo. Há, porém, um fio, uma espécie de sonda lançada em direção ao mistério que permite medir a cada vez a distância até o fogo. Essa sonda é a *língua*, e é na língua que os intervalos e as rupturas que separam o relato do fogo se mostram implacáveis como feridas. Os gêneros literários são as chagas que o esquecimento do mistério talha na língua: tragédia e elegia, hino e comédia nada mais são que os modos como a língua chora sua relação perdida com o fogo.

Esse fogo sagrado, ou fogo primordial, Agamben (2018) remete à literatura, ao processo de criação (*techne*), que consiste, segundo Aristóteles (*apud* AGAMBEN, 2018), em transformar

potência em ato. Nesse sentido, se o fogo é potência, o relato consiste na forma singular dada ao escritor à história. Em termos históricos propriamente ditos, Coulanges (2009) afirma ter havido entre os gregos, hindus e romanos uma "religião primeira" ligada ao fogo, muito antes que eles viessem a adorar Zeus, Brahma e Júpiter. O fogo primordial relacionava-se com o culto aos mortos, aos antepassados e manteve-se em toda a Antiguidade.

> A casa de um grego ou de um romano continha um altar, sobre esse altar devia haver sempre um pouco de cinzas e brasas acesas', pois 'os homens viam outra coisa no fogo que queimava sobre seus altares. Esse fogo era divino. (COULANGES, 2009, p. 34-35).

Ao fogo, os povos antigos ofertavam tudo o que acreditavam ser agradável a um deus, como flores, frutas, incenso, vinho e sacrifícios. Eles viam na lareira um deus benfazejo que cuida da casa, do alimento e que protege a família. Daí deriva o costume ainda presente na modernidade de se ter lareira em casa. A própria palavra *lar* tem raiz etimológica em lareira, pois os povos se sentiam em casa na presença de um deus. Não era apenas o fogo que repousava sobre a pedra da lareira, mas um antepassado. A chama do fogo era para honrá-lo. "Esse fogo parecia conservar a vida ou representava a sua alma sempre vigilante", escreve Coulanges (2009, p. 42). Essa tradição enraizou-se de forma tão profunda entre os povos antigos que a religião do Olimpo grego não conseguiu desarraigá-la totalmente. Para tanto, foi preciso o cristianismo, conclui Coulanges (2009).

Daí a relação do fogo sagrado de João Maria com lar sertanejo, a Casa Verde:[6]

Zé Maria reuniu o povo
E rumô pro Contestado
Nós queremo nossas leis
O Governo é detestado
– Invadiu a Casa Verde
– Donde fomo escorraçado
(FELIPPE, 1995, p. 107).

O que é a Casa Verde?
É os mato do sertão
Ela é nossa por direito
Nóis nascemo neste chão
– Casa Verde é propriedade
– Deste povo nosso irmão

6 *Casa verde* também é o título do romance histórico de Noel Nascimento.

É consenso entre os pesquisadores a importância desse segundo João Maria na manutenção da crença sertaneja[7] e, consequentemente, na organização das irmandades místicas do conflito. O médico Aujor Ávila da Luz (1999) reconheceu-o como "o padroeiro do sertão catarinense: o 'São João Maria'". Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) definiu-o como "conselheiro do povo", pois a Monarquia passava a representar a Idade de Ouro perdida, a lei de Deus em oposição à lei do diabo, associada à República. Mais do que um simples indivíduo humano, João Maria tornou-se um mito e um símbolo. A ele, atribuíam-se milagres e prodígios.

> Assim como homens reais podem transformar-se em mitos, existem mitos que se encarnam em homens e mulheres de carne e osso. Poderíamos chamar a isto um *processo de assunção de personalidade mítica*. (QUEIROZ, 1981, p. 60. Grifo do original).

É curioso que João Maria tenha desaparecido por volta de 1908, tal como um ator que, em uma tragédia clássica, deve sair de palco no momento preciso, anotou com perspicácia Queiroz (1981). O protagonista da tragédia sertaneja naturalmente não era o *profeta*, mas sim aquele que ele anunciara: *o Messias* José Maria.

O historiador, o poeta e o messias

Dois dos melhores trabalhos sobre o messianismo na filosofia e na história chamam a atenção para a relação entre o poema e a escatologia, até o momento negligenciada na prática historiográfica. *O tempo messiânico*, de Gérard Bensussan (2009), e *O tempo que resta*, de Agamben (2016), revelam em termos judaicos e cristãos, respectivamente, o que os hinos de Hölderlin e a poesia de Paul Celan já haviam pressentido: que o poema tem temporalidade específica, uma rítmica que escapa ao tempo cronológico, linear, homogêneo.

7 Embora tenha havido outros profetas João Maria no mesmo período, isso não deslegitima sua personalidade histórica. Os caboclos sabiam ao certo qual João Maria aguardar. Ademais, no período de Cristo também existiram outros profetas.

Para Agamben (2016, p. 96), o poema é uma espécie de modelo em miniatura da estrutura do tempo messiânico. A estrutura de dois quartetos e dois tercetos dos 14 versos de um soneto é algo que se sabe, desde o início, que se findará. O poema é, portanto, um organismo, ou um dispositivo temporal que tende, desde o início, para o próprio fim. Há, por assim dizer, uma escatologia interna no poema. Pela temporalidade específica e inconfundível, o poema tem seu próprio tempo. A rima nasce na poesia cristã como uma transcodificação métrico-linguística do tempo messiânico. Isso fica mais claro com o exemplo dos poemas em seis versos, as sextinas.

A sextina é, segundo Agamben (2016, p. 100), "uma máquina soteriológica".[8] Não apenas em sua relação tipológica entre passado e presente, escapando ao tempo cronológico na medida em que possui seu próprio tempo – o tempo que o poema leva para findar –, mas principalmente pelo significado particular da sextina com a narrativa da criação. No sexto dia ocorreram a criação e a queda do homem. Nesse sentido, o movimento da sextina mediante suas seis estrofes repete aquele dos dias da criação e, ao mesmo tempo, articula a relação com o sábado. Vale lembrar que a estrutura rítmica e métrica da poesia cabocla é formada em grande medida por sextinas.

Mas um poeta pode usar as vestes do historiador? É bem conhecida a distinção de Aristóteles (*apud* KOSELLECK, 2006) entre a função do historiador e a do poeta. Não é ofício do poeta narrar o que aconteceu, atribuição do historiador, mas de representar o que poderia acontecer. A história teria de ater-se a *res gestae*, *res factae* (aos fatos), enquanto a poesia viveria da ficção. A posição contrária apoia-se também em Aristóteles (*apud* KOSELLECK, 2006), em que a poesia visa ao possível e ao geral, aproximando-se assim da filosofia, ao passo que a história se orienta unicamente pelo decurso do tempo, ao particular. Lessing, o "aristotélico do Iluminismo", segundo a definição de Koselleck (2006, p. 247-249), diz que "o poeta [...] é senhor da história, podendo se aproximar dos acontecimentos tanto quanto

8 É soteriológico, porque consiste essencialmente no processo de salvação das almas.

queira". A credibilidade do poeta deve-se à verossimilhança interior, graças à qual ele organiza os acontecimentos e as ações que apresenta ou que conduz. O poeta "pode servir-se de fontes autênticas ou fingidas. Ao fim e ao cabo, pode dar melhores informações sobre as situações ou conflitos históricos do que um historiador jamais as conseguiria dar" (KOSELLECK, 2006, p. 247-249).

Como Benjamin (1994) mostrou exemplarmente no ensaio "O narrador", existe um vínculo, uma zona "de indiferenciação criadora" da historiografia (escrita da história) com relação a todas as formas épicas, incluindo aí o conto de fadas. O cronista é o narrador da história, enraizado na tradição das sociedades artesanais. "Na base de sua historiografia está o plano de salvação, de origem divina, indevassável em seus desígnios" (BENJAMIN, 1994, p. 209). Se o escritor russo Nikolai Leskov é para Benjamin (1994) o exemplo do autêntico narrador, Euclides Felippe é para o Contestado a herança da deusa épica da memória e reminiscência, Mnemosine. Por meio de seus escritos primordialmente em verso, as vozes daqueles que se calaram são novamente convidadas a falar. Felippe realizou uma genuína topografia da cultura sertaneja.

Felippe foi topógrafo por décadas na região contestada. Assim como a origem etimológica de seu ofício se remete ao lugar (*topos*), a palavra *cultura*, do latim *culter*, designa a relha de um arado, deriva de trabalho e agricultura, colheita e cultivo. A raiz latina da palavra *cultura* é *colere*, com significado diverso, desde cultivar a adorar e proteger. Também pode significar, via o latim *cultus*, o termo religioso *culto*. Cultura denotava no início um processo completamente material, o que foi depois metaforicamente transferido para as questões do espírito; da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Pablo Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo. A construção cultural está, portanto, desde sua origem epistemológica relacionada com a natureza e com o trabalho. "A cultura não é uma vaga fantasia da satisfação, mas um conjunto de potenciais produzidos pela história e que trabalham subversivamente dentro dela" (EAGLETON, 2011, p. 39).

A história cultural ao incluir novas fontes e métodos não exclui a política de suas análises. Pelo contrário, não seria exagero falar de uma verdadeira renovação do político trazida pela cultura. Da mesma forma, o messianismo não é uma fuga do político para o mítico ou do logos ao *mythos*; ele minimiza a diferença entre o discurso histórico-científico e o discurso poético-mítico. Essa relação entre o tempo messiânico e a cultura campesina messiânica é discutida no próximo tópico.

Messianismo cristão: "a porta estreita pela qual pode entrar o Messias"

Walter Benjamin e Ernst Bloch podem ser representados como o deus romano Janus. Na mitologia romana, Janus (ou Jano) é um deus biforme que mantém uma face para o que foi e outra para o vir a ser, ou seja, uma para o passado e outra para o futuro. Uma é o velho, e a outra, o jovem. É também o deus das transformações e o guardião dos portais e dos caminhos. Como irmãos siameses, ambos os filósofos representam a mais pura tradição judaica e são impregnados de messianismo teórico, com a diferença apenas que Bloch se volta para o horizonte do amanhã, do porvir, das utopias concretas, enquanto Benjamin analisa a experiência em vez da expectativa. Esses filósofos alemães, de origem judaica, mantiveram intensa relação recíproca de crítica e amizade durante toda a década de 1920, período de ascensão nazista.

Bloch (2005-2006) manteve certo distanciamento do judaísmo, voltando-se sobretudo para a moral católica medieval, para o espírito cavalheiresco anterior à ascensão do filisteísmo burguês. Em entrevista concedida a Löwy (1979, p. 291), ele diz: "UIm cavaleiro que não é fiel à palavra empenhada é desonrado. UIm capitalista que não é fiel à palavra dada faz bons negócios". Nesse pensamento tipicamente romântico da juventude – o que era compartilhado também por Lukács (*apud* LÖWY, 1979, p. 291) –, os monges são caracterizados como "uma espécie de

aristocracia da cristandade" (*apud* LÖWY, 1979, p. 291). A própria *Biblia pauperum* de Bloch (2005-2006) parece ser uma expressão conceitual típica nos movimentos messiânicos, uma interpretação literal das Sagradas Escrituras para a fundamentação do reino de Deus aqui na Terra. Essa Bíblia "não teocrática", "subversiva" pode ser observada numa rica representação religiosa dos caboclos:

Bem por isso redobremo
Nossa fé em Zé Maria;
O Exército Encantado
Nossos passo ele alumia
O São Jorge e São Migué
Tão conosco noite e dia!

S. Migué e mais S. Jorge
Em cavalos muito branco,
Galopeavo entre as nuve
Dando espora nos potranco,
Iam deixando a sordadesca
Uns bem tonto e otros manco.
(FELIPPE, 1995, p. 162-186).

Nosso povo arrevortô-se
Contra a canga do estrangero,
Esta terra aqui tem dono
Semo nóis os brasilero,
Guerreamo a peito aberto
Por sê donos verdadero.

Nóis fazemo as devoção
Pra seu Zé e João Maria,
São Migué, S. Sebastião
E a S. Jorge todos dia:
Se não fosse nossos santo
Que de nóis hoje seria?

Em conexão com o Contestado, o que se afirma é que o pensamento de Bloch (2005-2006) mantém importante correspondência com temas cristãos e, em menor medida, judaicos, o que ocorre de forma muito mais discreta no pensamento de Benjamin, impregnado de messianismo judaico. Existem alguns traços do judaísmo no messianismo cristão, como os conceitos de restituição e apocatástase, mas não se pode dizer que há clara relação de afinidade teórica entre a filosofia de Benjamin e os rebeldes do Contestado, pois se trata de um movimento na esfera cultural e teológica do cristianismo, ainda que bastante heterodoxo. As referências dos rebeldes aos mártires, santos, anjos e arcanjos guerreiros remetem o movimento à teologia cristã. Todavia, segundo o livro de Agamben (2016) intitulado *O tempo que resta*, encontramos escondidas entre as teses de Benjamin as cartas do apóstolo Paulo. Não apenas a Cabala, a Torá ou o Talmude, mas também as epístolas do Novo Testamento formam os temas do messianismo de Benjamin. Isso permite pensar uma

relação mais próxima de sua filosofia com a cultura camponesa messiânica do Contestado.

Agamben (2016) tem como objetivo inicial restituir as cartas de Paulo à sua condição de texto messiânico fundamental do Ocidente. Restituir Paulo ao seu contexto messiânico significa, para o filósofo italiano, tentar entender o sentido e a forma interna do tempo que o apóstolo define como *ho nyn kairós* – o tempo de agora. Agamben (2016, p. 14) lê as cartas de Paulo como "o mais antigo e o mais exigente tratado messiânico da tradição judaica". Nesse sentido, a obra busca interpretar o tempo messiânico como um paradigma do tempo histórico. Isso implica compreender o significado da palavra *christós*, ou seja, *messias*. O que significa viver no messias, o que é a vida messiânica? Qual é a estrutura do tempo messiânico? Essas perguntas, que são também as de Paulo, constituem o eixo central do conjunto de seminários reunidos em *O tempo que resta*.

Nos primeiros capítulos, Agamben (2016) interpreta o universalismo de Paulo, o fim messiânico da separação entre judeus e pagãos, e difere o apóstolo do profeta. O profeta é um homem que recebe de Deus uma palavra que não lhe pertence propriamente; ele está essencialmente definido pela sua relação com o futuro. Todas as vezes em que os profetas anunciam o advento do messias, o anúncio concerne sempre a um tempo por vir, ainda não presente. Nisso consiste a diferença entre o profeta e o apóstolo. O apóstolo fala com base na vinda do messias. O apóstolo é um enviado, nesse caso um enviado não por homens, mas pelo messias Jesus e pela vontade de Deus para o anúncio messiânico. "Por isso, a expressão técnica para o evento messiânico é em Paulo: *ho nyn kairós*, 'o tempo de agora'; por isso, Paulo é um apóstolo e não um profeta" (AGAMBEN, 2016, p. 79).

> Podemos então propor uma primeira definição do tempo messiânico: ele é *o tempo que o tempo leva para acabar* – ou, mais exatamente, o tempo que empregamos para fazer acabar, para concluir a nossa representação do tempo. [...] É, antes, o tempo operativo que urge no tempo cronológico e o trabalha e transforma a partir do interior, tempo do qual precisamos para fazer findar

> o tempo – nesse sentido: *o tempo que nos resta*. (AGAMBEN, 2016, p. 85. Grifos do original).

O messias desde sempre faz o seu tempo, isto é, ao mesmo tempo, torna seu o tempo e o conclui. O tempo messiânico em Paulo implica, como tempo operativo, uma transformação atual da experiência do tempo, capaz de interromper aqui e agora o tempo profano. Trata-se de uma cesura que divide a própria divisão entre dois tempos, "introduzindo entre eles um resto, uma zona de indiferenciação inatribuível na qual o passado é deslocado no presente e o presente estendido ao passado" (AGAMBEN, 2016, p 92). Por essas razões, o tempo messiânico não consiste no fim do tempo, mas no tempo do fim.

O ponto central do tempo messiânico em Paulo é o conceito de recapitulação. A passagem decisiva é Efésios 1:10: "Para a economia decisiva do pleroma dos tempos, todas as coisas recapitulam no messias, tanto as celestes como as terrenas". Esse versículo é de fato carregado de significado até o ponto de explodir, tão carregado a ponto de Agamben (2016, p. 93) afirmar que alguns textos fundamentais da cultura ocidental – a doutrina da apocatástase de Orígenes e Leibniz, a retomada em Kierkegaard, o eterno retorno de Nietzsche e a repetição em Heidegger – não são senão fragmentos resultantes de sua explosão. Essa recapitulação do passado produz um pleroma, um preenchimento do tempo e um cumprimento do *kairós*. Recapitulação, *anakephalaíosis*, significa para Paulo que o *ho nyn kairós* (o tempo de agora) consiste em uma contração de passado e presente. Logo, na instância decisiva, é antes de tudo com o passado que devemos acertar as contas. Isso não significa apego ou nostalgia. Ao contrário, a recapitulação do passado é também um julgamento sumário pronunciado sobre ele. Por isso, a representação comum que vê o tempo messiânico como orientado unicamente para o futuro é falsa.

Mas qual é a relação dessa exegese bíblica com a filosofia benjaminiana? Quem é o teólogo corcunda que Benjamin soube ocultar tão bem nas teses que ninguém até então conseguiu decifrar? É possível encontrar nas teses indícios e rastros que

permitam atribuir um nome àquele que não deve de forma nenhuma deixar-se ver? A teologia das teses, reconhecidamente "pequena e feia", remete-se à sua fragilidade. Esse é o ponto de síntese em que Paulo e Benjamin se encontram, segundo Agamben (2016).

Para Paulo, a potência messiânica não se esgota na sua força, mas permanece nela potente na forma da fraqueza. A *dýnamis* messiânica é, nesse sentido, constitutivamente "fraca" – mas é precisamente por meio de sua fraqueza que pode exercitar os seus efeitos: "Deus escolheu as coisas fracas do mundo para confundir as fortes" (1 Coríntios 1:27). Como a potência messiânica se realiza e age na forma da fraqueza, ela tem efeito sobre a esfera da lei e das suas obras não apenas negando-as ou aniquilando-as, mas desativando-as, tornando-as inoperantes. Utilizando o método de citação de Benjamin ("citar um texto significa interromper o contexto em que ele pertence") e a versão datiloscrita das teses, em que na segunda tese, "Sobre o conceito de história", a palavra *fraca*[9] (*schwach*) surge "espaçada" (f r a c a), Agamben (2016, p. 160-161) anota:

> pois bem, eu conheço um único texto em que se teoriza de modo explícito a fraqueza da força messiânica. Trata-se da passagem 2 Cor 12,9-10, onde Paulo pede ao Messias para livrá-lo do seu espinho na carne, e se ouve responder: 'a potência se cumpre na fraqueza'. 'Por isso', acrescenta o apóstolo, 'comprazo-me nas fraquezas, nos ultrajes, nas necessidades, nas perseguições e nas angústias pelo messias; quando, de fato, sou fraco, então sou potente'. (AGAMBEN, 2016, p. 160-161).

Com isso, Agamben (2016) encontra indícios de uma correspondência textual, e não apenas conceitual, entre as cartas de Paulo e as teses de Benjamin:

9 "Foi-nos concedida uma frágil força messiânica para o qual o passado dirige um apelo" (BENJAMIN, 1994, p. 223). Ou, na recente tradução de João Barrento: "Foi-nos dada, como a todas as gerações que nos antecederam, uma ténue força messiânica a que o passado tem direito" (BENJAMIN, 2012, p. 10). Ainda que frágil e ténue sejam sinônimos de fraca, apenas na tradução de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Müller há a conformidade literal das teses com as cartas de Paulo: "Então nos foi dada, assim como a cada geração que nos precedeu, uma fraca força messiânica, à qual o passado tem pretensão" (LÖWY, 2005, p. 48).

> de qualquer forma, acredito que não se possa duvidar de que – separadas entre si por quase dois mil anos e ambas compostas numa situação de crise radical, as cartas e as teses – esses dois célebres textos messiânicos da nossa tradição – formam uma constelação que conhece o agora de sua legibilidade. (AGAMBEN, 2016, p. 161).

Há ainda outras correspondências que o filósofo italiano não cita.

Com uma visão crítica da modernidade, da civilização industrial, o messianismo é incorporado como expressão milenar das esperanças, dos sonhos e das aspirações dos párias e excluídos da história, como uma tradição dos oprimidos, utópica e subversiva, e como a fonte de uma visão descontínua da temporalidade. Contrariamente ao tempo dos relógios ou calendários, vazios e homogêneos, a tradição dos oprimidos está carregada e preenchida de tempo atual ou do agora, que faz explodir o *continuum* da história, no qual há estilhaços do tempo messiânico, "pois nele cada segundo era a porta estreita pela qual podia penetrar o Messias" (BENJAMIN, 1994, p. 232).

Encontramos o referencial teológico da porta estreita no evangelho de Lucas. No processo de peregrinação a caminho de Jerusalém, entre cidades e aldeias, Jesus ensinava a boa-nova – o Evangelho. Nesse percurso alguém lhe perguntou: "Senhor, são poucos os homens que se salvam?". Ele respondeu: "Procureis entrar pela porta estreita; porque vos garanto, muitos procurarão entrar e não conseguirão" (Lucas, 13:22-24).

E o que liga o apóstolo Paulo e o filósofo Benjamin ao Contestado? A resposta breve é: um *salto* (*sprung*). O Contestado representou "um salto de tigre em direção ao passado", como diria Benjamin (1994, p. 230) na XIV tese "Sobre o conceito de história". Um salto dialético a respeito do livre céu da história para explodir o *continuum*, aquele tempo linear, evolucionista, vazio e homogêneo, o tempo dos vencedores, em suma. Mas esse "salto de tigre" não significa apenas um retorno ao passado idealizado de uma sociedade pré-industrial. Inversamente, ele também se volta

para o futuro, para a utopia do reino. Entre o passado e o futuro, ele nega o presente opressor, resgatando as energias da tradição e da utopia vindoura.

De acordo com Löwy (2005, p. 121), o salto de tigre remete-se diretamente a Marx de forma crítica, pois, como se sabe, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* há referências à "poesia do futuro", e não do passado como modelo para o socialismo e para as lutas operárias.

> Não é do passado, mas unicamente do futuro que a revolução social do século XIX pode colher sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despido toda a superstição que a prende ao passado. [...] A revolução do século XIX precisa deixar que os mortos enterrem seus mortos[10] para chegar ao seu próprio conteúdo. (MARX, 2011, p. 28-29).

O que Marx chama de superstição Benjamin chamaria de tradição das gerações vencidas.

Mas há também uma referência a Marx que Löwy não cita. Em *Sobre a questão judaica*, Marx (2010) responde a uma carta de Ruge acerca do sentimento de vergonha perante a censura na Alemanha de 1843. "Vergonha não leva a nenhuma revolução", diz Ruge. Marx responde nos seguintes termos: "A vergonha já é uma revolução [...]. Vergonha é um tipo de ira voltada para dentro. E se toda uma nação realmente tivesse vergonha, ela seria como o *leão que se encolhe para dar o bote*" (MARX, 2010, p. 63. Grifo nosso). Benjamin conhecia esse escrito publicado nos anais franco-alemães em 1843, mas o mais surpreendente não são as alusões a Marx, e sim seu complemento dialético no Novo Testamento, mais precisamente na epístola de Paulo: "Isso pois, vos digo, irmãos, o tempo se contraiu" (1 Coríntios 7). De acordo com Agamben (2016, p. 86), que analisa essa passagem no original em grego, *contrair* indica tanto a ação de baixar as velas quanto a contração de um animal antes de realizar um *salto*.

O que se vê, portanto, é a aproximação esplêndida de temas teológicos e marxistas, políticos e religiosos. Os exemplos da porta

10 A citação indireta de Marx é do Novo Testamento, Lucas 9:60 e Mateus 8:22.

estreita, da frágil força messiânica e do salto de tigre são apenas algumas estrelas da constelação que se forma no pensamento de Benjamin. Luta de classes e teologia não são excludentes, como se viu em Thomas Münzer, no movimento do Contestado e na filosofia de Benjamin e de Bloch (2005-2006).

Considerações finais

Podemos então esboçar uma síntese ou uma afinidade eletiva entre a concepção romântico-milenarista, ou o messianismo histórico, e a cultura popular do Contestado, por meio da ideia de ressurreição do Monge José Maria:

1) Tamo aqui no Quadro Santo
Esperando Zé Maria,
Nóis sabemo que ele disse
Que aqui ressurgiria.

2) Sempre foi muito querido
Nosso bão José Maria
Com certeza há de vortá
Lá por mais ou menos dia.

3) De repente lá vêm eles
Tão aí com João Maria,
Trazê orde nesta Terra
Bem conforme prometia.

4) Arrumemo os Quadro Santo
Prá esperá José Maria,
Há de vi sem mais demora
Isso é que nóis queria.

5) Alegria virá na Terra
Ao chegá José Maria,
Os arroio vira leite
De cus-cuiz nossas coxíia

6) Ninguém mais fica doente
Ao vortá José Maria,
Casa e mesa à todo mundo
Bóia quente e água fria.

7) Não precisa mais dinheiro
Chega a fé em Zé Maria,
Temo forga à vontade
Pra criá nossas famíia.

8) Se alegremo minha gente
Esperando Zé Maria,
Viveremo em Paraíso
Como nunca se vivia

(FELIPPE, 1995, p. 178-179).

As três primeiras estrofes aludem ao retorno de José Maria. A quarta faz referência ao tempo de preparação para o regresso, ou "tempo que resta", na acepção de Agamben (2016). A espera é condicionada pelo desejo da "restituição do tempo primordial", ou restituição integral ("trazê orde nesta Terra") do período em que não haveria mais necessidades de fome (estrofe 5), de doença

(estrofe 6) nem de dinheiro (estrofe 7), representando assim o próprio paraíso na Terra, como os versos que concluem o poema: "Viveremo no Paraíso como nunca se vivia".

Ou então, para citar algumas sextinas:

Zé Maria foi nosso chefe
Que tombô lá no Irani
Não magoando o Paraná
Nóis queria ficá aqui:
Se essas posse Deus nos deu
Deus nos dê Sua compaxão.

Nossas arma é as ferramenta,
Po trabaio temo as mão;
O Governo é traiçoero
Nos vendeu p'otra nação:
Semo agora expatriado
Não podemo mais saí.

Deus proteja nossas vida
Nas filera de S. João,
No Exército Encantado
Que formô São Sebastião:
Vem nos dá a liberdade
Nóis livrá da escravidão'
(FELIPPE, 1995, p. 123).

O próprio Messias e apenas ele, diz Benjamin (2012, p. 165), "é que perfaz todo o advir histórico, no sentido que só ele liberta, cumpre, leva ao cabo a sua relação com o próprio messiânico".[11] Nas notas preparatórias para as teses, Benjamin (2012, p. 165) anota que "o mundo messiânico é o mundo de total e integral atualidade. Apenas nele existe uma história universal". Ele preserva assim a promessa de redenção teológica – "Sei que virá o Messias. Quando ele chegar fará conhecer todas as coisas" (João, 4:25) – e a ideia de libertação política do materialismo histórico, ambos com uma profunda relação de afinidade eletiva com o messianismo caboclo do Contestado.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O fogo e o relato:* ensaios sobre criação, escrita, arte e livros. Tradução: Andrea Santurbano e Patricia Peterle. São

11 A tradução portuguesa do "fragmento teológico-político" feita recentemente por João Barrento (BENJAMIN, 2012) está ligeiramente diferente daquela transcrita por Gagnebin (2009). Barrento é mais fiel ao alemão, traduz a língua de forma literal, mas acaba por sacrificar a poética e o estilo de escrita alegórico de Benjamin. Por esse motivo, optamos pela tradução de Gagnebin.

Paulo: Boitempo, 2018.

AGAMBEN, Giorgio. *O tempo que resta: um comentário à Carta aos Romanos*. Tradução: Davi Pessoa e Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem:* problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Edição e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BENJAMIN, Walter. *Ensaios reunidos:* escritos sobre Goethe. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, v. 2, 1995. (Obras escolhidas).

BENSUSSAN, Gérard. *O tempo messiânico:* tempo histórico e tempo vivido. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2009.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, v. 3, 2005-2006.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria:* interpretação do Contestado. São Paulo: Nacional, 1960.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga:* estudo sobre o culto, o direito e as instituições na Grécia e Roma. São Paulo: Martin Claret, 2009.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa:* o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura.* Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

ELIADE, Mircea. *Origens ou um novo humanismo.* Lisboa: Edições 70, 1989.

FELIPPE, Euclides J. *O último jagunço:* folclore na história do Contestado. Curitibanos: Editora da Universidade do Contestado, 1995.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. *O Brasil republicano:* o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração de Walter Benjamin.* São Paulo: Perspectiva, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração.* Ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: 34, 2014.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *O Contestado:* o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O eremita do Novo Mundo:* a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

KOSELLECK, R. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia.* Tradução de Paulo Menezes. São Paulo: Paulinas: Loyola, 2004.

LÖWY, Michael. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários:* a evolução política de Lukács (1909-1929). São Paulo: Lech, 1979.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin:* aviso de incêndio, uma leitura das teses sobre o conceito de história. Tradução de Wanda Nogueira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUIZ, Aujor Ávila da. *Os fanáticos:* crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas de Nélio Schneider. Prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Apresentação e posfácio de Daniel Bensäid. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*: a guerra sertaneja do Contestado, 1912-1916. São Paulo: Ática, 1981.

RUIDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e Theodor W. Adorno.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SINZIG, Frei Pedro. *Frei Rogério Neuhaus*. Petrópolis: Vozes, 1934.

SOARES, José Octaviano Pinto. *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

III PARTE

A guerra contínua: conflitos e disputas políticas pré e pós-Contestado

A Lumber Company e as disputas políticas no pós-Contestado (1916-1920)

Alexandre Assis Tomporoski

O encerramento oficial da Guerra do Contestado, no ano de 1916, não resultou na superação dos problemas que afligiam a região antes do início do conflito. As disputas fundiárias continuaram vigentes, a ferrovia e a Lumber Company seguiram atuando de forma arbitrária, e os coronéis tiveram seu poder revigorado pelas armas deixadas na região pelas forças oficiais. Por outro lado, novas experiências organizativas foram elaboradas por parte da população da região, tendo como base a tradição religiosa de São João Maria. Pode-se citar o caso de Cruzeiro (atual Joaçaba, SC), em 1921; Mafra (SC), entre 1921 e 1923, com o movimento liderado pelo ex-chefe rebelde Bonifácio Papudo; o movimento de Fabrício das Neves, nos municípios de Irani e Concórdia (SC), em 1923; e, em 1942, no atual município de Irineópolis (SC), o movimento dos Alonsos. Além desses, outros movimentos no Paraná e no Rio Grande do Sul também integraram o conjunto de manifestações posteriores ao Contestado e que continuavam a demonstrar insatisfações em relação à ordem vigente.

O período pós-Contestado foi marcado pela permanência de elementos que estavam vigentes antes da guerra e que contribuíram para a sua eclosão. Ademais, desdobramentos do conflito acirraram as disputas políticas naquela região nos anos subsequentes. Foi o que ocorreu em decorrência da assinatura do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina. Esse ato trouxe significativas transformações para o cenário político da antiga

área contestada, especialmente naquelas localidades paranaenses que passaram ao controle administrativo de Santa Catarina. Foi o caso de Três Barras, sede da madeireira e colonizadora norte-americana Lumber Company.

As novas regras impingidas ao jogo político local resultaram em uma cisão no Partido Republicano Canoinhense e colocaram em frentes opostas os interesses políticos do então governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, e da Lumber Company. O processo de agravamento da tensão entre os dois grupos, que também envolvia interesses em disputas fundiárias na região, culminou, no ano de 1920, na execução do recém-nomeado subdelegado de Três Barras, o Tenente Francisco Arruda Câmara Junior.

Considerando esses elementos, este texto pretende analisar as disputas políticas decorrentes da mudança de jurisdição de Três Barras, no pós-Contestado. O foco principal está no assassinato do subdelegado de polícia do novo distrito catarinense. O crime, executado pelo antigo ocupante do cargo, a serviço da Lumber Company, representou o auge da escalada da tensão entre a empresa (e seus representantes) e o governo do estado de Santa Catarina.

O acordo de limites: instabilidade política na região de Três Barras

Em 20 de outubro de 1916, a assinatura do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina oficializou o término da Guerra do Contestado (1912-1916). Como consequência direta desse fato, o então município paranaense de Três Barras passou ao controle catarinense, na condição de distrito de Canoinhas. Com a mudança, houve acirramento da disputa pelo poder político na região. O número de cargos, o orçamento e a importância política de Três Barras foram reduzidos.

Na prática, no ano seguinte o então superintendente municipal da Três Barras paranaense, Dídio Augusto,[1] perdeu

1 Dídio Augusto nasceu no dia 22 de abril de 1883, na cidade paranaense de Lapa. Desde cedo, exerceu a função de rábula (advogado não formado) e, na falta

seu cargo. Em seu lugar, assumiu o novo intendente do distrito catarinense de Três Barras, Oswaldo de Oliveira.[2] O resultado foi o fortalecimento do poder político deste, a mais proeminente liderança da localidade. A partir de então, o superintendente municipal estava na sede do município, ou seja, em Canoinhas, não mais em Três Barras, ou em Rio Negro (PR). Com a mudança, o eixo do poder deslocou-se para o sul, mas Oswaldo continuou sua trajetória, conseguindo vitórias importantes sobre seus adversários.

Oswaldo de Oliveira era uma liderança regional com características peculiares. Sua força política não estava assentada em uma grande propriedade rural ou no número de agregados armados que poderia mobilizar como demonstração de poder. Enquanto aliado da Lumber Company, o potencial mobilizador de força armada estava assegurado pela empresa, por meio dos homens fortemente armados com que a companhia contava para a manutenção de seus interesses na região. Ademais, o potencial financeiro da empresa azeitava esse jogo de trocas muito bem costurado.[3] Em contrapartida, ao apoiar Oswaldo, a companhia

de autoridades titulares, ocupou diversos cargos, como o de promotor público adjunto, em diversas comarcas. O fato de ocupar cargos, nomeado como substituto, permitiu-lhe acumular farta experiência no que tange à política e à administração dos muitos municípios por onde transitou. Nos primeiros anos da década de 1910, Dídio fixou residência no município paranaense de Rio Negro, do qual Três Barras fora desmembrada em 1.º de abril de 1913. Em Rio Negro, no ano de 1914, foi eleito o primeiro prefeito de Três Barras, sendo reeleito para o cargo, que ocupou até 1917, quando aquele município paranaense passou ao controle de Santa Catarina, como resultado da assinatura do acordo de limites entre os dois estados. Durante as greves dos trabalhadores da Lumber no ano de 1919, atuou como representante dos operários nas negociações com a companhia e foi preso sob ordem dos diretores da empresa (TOMPOROSKI, 2013, p. 45-50).

2 Oswaldo Rodrigues de Oliveira nasceu na cidade de Entre Rios, estado da Bahia, em 6 de maio de 1888. Em 1911, formou-se em Medicina e no ano seguinte chegou a Santa Catarina para trabalhar como médico da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande e, em seguida, da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Transferiu residência para Três Barras em janeiro de 1913, contratado pela Lumber para a função de médico e ocupando a chefia dos serviços sanitários. Foi delegado da higiene em Canoinhas e intendente de Três Barras. Filiado ao Partido Republicano Catarinense, foi deputado estadual entre os anos de 1919 e 1921 e no período entre 1925 e 1927. Foi reeleito em 1926 concomitantemente para prefeito de Canoinhas e deputado estadual, assumindo, a pedido do governador Adolfo Konder, a prefeitura de Canoinhas, para o mandato de 1926 a 1930, quando foi deposto pelo movimento político militar.

3 A nomeação de Theófilo Becker para o cargo de subdelegado de polícia do

podia contar com um braço político expressivo que alcançava não apenas a região do planalto catarinense, mas estendia-se até a capital do estado. Por meio dessa relação, Oswaldo alçou vitoriosa carreira política, tornando-se até mesmo deputado estadual em dois mandatos (1919-1921 e 1925-1927).

Disputas fundiárias

A tensão política resultante das mudanças decorrentes do acordo de limites foi agravada por um litígio envolvendo áreas de interesse da Lumber e um contrato para extração de madeira estabelecido entre a companhia e um fazendeiro local.[4]

Francisco dos Santos Sobrinho era um fazendeiro de Três Barras que havia adquirido um terreno de 150 alqueires de Pedro Pacheco dos Santos Lima, na região conhecida como Pardos.[5] Em 30 de março de 1918, Francisco firmou um contrato com a Lumber para a extração da madeira desse terreno. Segundo o contrato, a empresa deveria extrair todas as madeiras, sem limitação de diâmetro ou comprimento das toras, com exceção apenas das árvores de erva-mate e xaxim.[6] Nesse período, o preço da madeira estava em acentuada alta, mas, nos meses seguintes, houve redução do preço no mercado internacional, em decorrência principalmente do término da Primeira Guerra Mundial, no dia 11 de novembro de 1918. Então, a Lumber propôs a Francisco uma seleção das madeiras a serem retiradas do terreno. Mesmo com a negativa do

distrito de Três Barras no ano de 1917 ajuda a compor parte do cenário político daquele momento. Sua nomeação foi avalizada (ou decidida) pelo intendente distrital Oswaldo de Oliveira, que estava atento às necessidades dos diretores da companhia madeireira.

4 Questão Francisco dos Santos Sobrinho *versus* Southern Brazil and Colonization Company, movida por Ângelo Guarinelo, Canoinhas, 30 de agosto de 1919 (O DEMOCRATA, 1919c).

5 A antiga Fazenda dos Pardos constitui atualmente a Floresta Nacional de Três Barras (Flona), sob tutela do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

6 O preço estabelecido pela madeira era de 600$00 por tora de pinheiro e 2.300$00 por imbuia, cedro, louro, canela-preta e cabriúva. O preço das toras de pinheiro estava bastante reduzido como contrapartida pelo trabalho de retirada de todas as madeiras, deixando o terreno limpo para a agricultura e pecuária.

fazendeiro, a empresa passou a selecionar as toras retiradas da mata e desrespeitou outras cláusulas do contrato.[7]

Para tentar exigir da Lumber o cumprimento do pacto e a indenização pelos prejuízos causados pela quebra do contrato, o fazendeiro Francisco passou procuração a Dídio Augusto, em 25 de abril de 1919. Na condição de rábula, Augusto foi designado para a inquirição das testemunhas no dia 10 de junho do mesmo ano, no entanto, por ordem do delegado regional Alípio Barbosa, o ex-prefeito de Três Barras, redator do jornal *Liberdade* e obstinado contendor dos despotismos da Lumber foi preso nas greves de 1919, por sua atuação como representante dos trabalhadores da companhia, e enviado para São Francisco do Sul (SC), o que impossibilitou o andamento da causa contra a empresa. A prisão ocorreu após Dídio discursar para os trabalhadores em greve.

> por ter feito um discurso veemente em favor dos operários em greve (1919), quando de passagem por Três Barras (eu morava em Rio Negro), fui preso em Canoinhas, [...] até o dia seguinte, quando fui escoltado por soldados embalados (viagem feita num carro tirado por dois cavalos) para a cadeia de Três Barras (onde fui prefeito eleito e reeleito). No dia seguinte, ainda escoltado por praças embaladas, sob o comando de um sargento, fui conduzido para a cadeia de São Francisco do Sul. Assim passei quatro dias, perturbado no meu direito de ir e vir, e quatro noites, literalmente sem dormir, mas sem ficar abatido. (AUGUSTO, 1994, p. 28).

Em 6 de junho, a casa de Francisco dos Santos Sobrinho, na localidade dos Pardos, foi invadida por grande número de homens armados. Mesmo sem mandado judicial, ele foi preso e conduzido até Três Barras. Ali, sob sequestro, foi obrigado a assinar uma petição datilografada segundo a qual ele desistia da ação em andamento. O documento foi-lhe entregue por Oswaldo de Oliveira. Francisco também foi obrigado a assinar uma alteração de cláusula contratual permitindo a seleção por diâmetro e comprimento das toras retiradas de seu terreno, questão que havia motivado a causa. Tanto o sequestro quanto a libertação do fazendeiro seguiram ordens do diretor da

7 A título de exemplo, construiu ramais ferroviários no terreno arrendado, e as fagulhas das locomotivas provocavam constantes incêndios.

companhia Sherman Bischop, com a participação de Alípio Barbosa, delegado regional destacado em Três Barras.

Em 30 de agosto de 1919, o advogado Ângelo Guarinello impetrou uma ação criminal e outra cível pedindo a anulação da petição e da alteração contratual e exigindo indenização para Francisco. Mesmo sem acesso ao processo e aos resultados da ação, sabemos que a empresa continuou a retirada da madeira da região dos Pardos.[8]

Com as dificuldades enfrentadas na extração da madeira dos Pardos, a Lumber voltou sua atenção para outra área, para a região conhecida como Campo das Moças, localizada nos atuais municípios de Canoinhas e Três Barras. A empresa iniciou os procedimentos de extração. Nesse contexto, Luiz Vieira, um antigo morador da área, entrou com ação judicial e obteve ganho de causa. Após recorrer, a Lumber obteve vitória no Superior Tribunal de Justiça, no entanto o estado de Santa Catarina conseguiu embargar a sentença, frustrando as intenções da empresa. Essa disputa pelas centenas de alqueires da região do Campo das Moças teve reflexo sobre as tramas políticas da região, influenciando a relação das facções canoinhenses do Partido Republicano com o governador do estado:

> o governador, o Exmo. Sr. Dr. Hercílio Luz, de maneira alguma permitirá no esbulho de direitos adquiridos pelo povo, ou no sacrifício deste às conveniências de aventureiros prepotentes. *'Nem que seja preciso desapropriar a Lumber, o povo ficará no seu lugar'* – é uma promessa do nosso impoluto Governador, que vem se cumprindo e que será cumprida. Estejam, pois, sossegados os nossos caros patrícios da margem esquerda do rio Paciência. (O DEMOCRATA, 1919d, grifo meu).

O distanciamento entre a Lumber e o então governador Hercílio Luz, em função das disputas em torno da área do Campo das Moças, foi um elemento decisivo para a ruptura que se seguiria.

8 "Depois de destruídas as matas dos Pardos, atual campo do polvo, que fará a Lumber?". A campanha deflagrada pelo jornal *O Democrata* questionava a destruição total das florestas sem um processo de reflorestamento e a ausência de colônias na região, uma das atribuições da companhia (O DEMOCRATA, 1919b).

Ruptura entre a Lumber e o governo estadual

Durante os primeiros anos de sua emancipação administrativa, Canoinhas esteve sob o controle político quase exclusivo do Major Manoel Thomaz Vieira. As terras de Vieira foram-lhe doadas pelo estado de Santa Catarina em função dos serviços prestados durante a disputa de limites entre paranaenses e catarinenses.[9]

Após seu primeiro mandato, Thomaz Vieira foi reeleito para a gestão de 1915-1918, com o apoio de Vidal Ramos e da ala laurista do Partido Republicano Catarinense. Ele, então, governou o município entre 6 de dezembro de 1911 e 25 de julho de 1918, incluindo o segundo semestre do ano de 1914, quando os combates decorrentes da Guerra do Contestado (1912-1916) chegaram à vila de Canoinhas.

Após o primeiro ataque sertanejo, na noite de 14 de julho de 1914, o juiz Mileto Tavares da Cunha Barreto fugiu da vila. Foi seguido em seu ato de bravura por Augusto Lustosa Ferreira de Freitas, promotor público, que se evadiu da vila no dia seguinte. Finalmente, no dia 17 de julho, "o prefeito de Canoinhas, Manoel Tomás Vieira, fugiu após os dois primeiros ataques à vila" (TOKARSKI, 2002, p. 144-145). No ano seguinte, em 1915, o Major Vieira foi eleito para o cargo de deputado estadual,[10] ocupando essa função até fins de 1918. Durante parte do período em que Vieira esteve em Florianópolis (SC), Otávio Xavier Rauen assumiu a superintendência de Canoinhas.

No entanto, em meados de 1918, Rauen e Vieira romperam relações políticas. Conforme periódico da região, "o município

9 Após o recebimento das terras, o Major Vieira passou a vendê-las a colonos poloneses e, no fim de sua vida, ainda possuía cerca de 14 mil alqueires (cerca de 33 mil hectares) (TOKARSKI, 2002, p. 42).

10 No primeiro domingo de dezembro de 1915, ocorreu a eleição dos deputados estaduais que iriam compor o Congresso representativo do estado, na 10.ª legislatura (1916-1918). Naquela época, o estado era dividido em cinco distritos eleitorais. No quinto distrito foram eleitos: Aristiliano Laureano Ramos, com 2.305 votos; Caetano Vieira da Costa, com 2.296 votos; Francisco Ferreira de Albuquerque, com 2.228 votos (duas vezes vice-presidente da mesa diretora); Manoel Tiago de Castro, com 2.269 votos; e Thomaz Vieira, com 2.120 votos (PIAZZA, 1984, p. 355).

de Canoinhas acha-se em grande atividade política dado o rompimento entre o Sr. Manoel Thomaz Vieira e a facção que apoia a candidatura do Sr. Otávio Xavier Rauen ao cargo de Superintendente Municipal" (FOLHA DO NORTE, 1918). A consequência foi a constituição de duas facções no Partido Republicano local. Uma delas continuou sendo chefiada pelo Major Vieira, superintendente municipal e deputado estadual, o qual apoiou a candidatura de Severo de Almeida nas eleições de 4 de agosto daquele ano. Esse grupo também recebeu o apoio de Oswaldo de Oliveira, braço político da Lumber Company, intendente distrital e principal liderança política de Três Barras. A outra facção era comandada por Otávio Xavier Rauen (FOLHA DO NORTE, 1918).

Após a ruptura política ocorrida em Canoinhas, outros jornais da região impingiram ataques à facção chefiada por Rauen.[11] A cisão no núcleo do Partido Republicano de Canoinhas teve reflexos nas eleições daquele ano. Na 4.ª Seção Eleitoral do então distrito canoinhense de Papanduva, como habitualmente sucedia, houve irregularidades, ao ser apurado o total de 95 votos na urna, embora apenas 88 eleitores tenham comparecido ao sufrágio. A comissão do Partido Republicano local resolveu anular a votação daquela seção e validar os resultados apurados nas demais, ou seja, nas seções de Canoinhas, Três Barras e Colônia Vieira. A desqualificação dos votos do distrito de Papanduva

11 O jornal *A Pátria*, de Mafra, publicou em setembro de 1918, dois meses antes do término oficial da Primeira Guerra Mundial, uma notícia proveniente de Canoinhas. Em tom de denúncia, o jornal declarava: "Os boches fizeram insultos ao Brasil no dia 07 de setembro". Segundo o correspondente, nessa data houve grande festa comemorativa no Bouquet Club, um clube que reunia especialmente os jovens das famílias canoinhenses mais abastadas. Durante a festividade, foram proferidos discursos inflamados por parte do juiz de direito e do promotor público, além de várias senhoritas e de outros oradores, todos eivados de grande patriotismo, no entanto os descendentes de alemães, "em peso e premeditadamente", não compareceram à festa nacional promovida pelos jovens das ricas famílias da localidade. Segundo o jornal, os "boches" preferiram uma "reunião na casa de propriedade de Otávio Rauen, onde foi inaugurado um jogo de bocha ao som de '*Deutschland* über *alles*'. Durante o *match* foram entoados diversos cânticos inimigos". A nota é concluída afirmando que todos seriam responsabilizados por esse ato de grande traição. Cabe lembrar que ela foi publicada cerca de duas semanas antes das eleições em Canoinhas (A PÁTRIA, 1918).

contribuiu para a vitória de Otávio Xavier Rauen, que obteve no total 189 votos (O DEMOCRATA, 1919a).

A posse de Rauen ocorreu em 1.º de janeiro de 1919, no entanto a facção rival, formada pelo Major Vieira e por Severo de Andrade, com o apoio determinante do então deputado estadual Oswaldo de Oliveira, que havia sido nomeado pelo próprio major para o cargo de intendente distrital de Três Barras, em setembro de 1917 (O TIMONEIRO DO NORTE, 1917), não reconheceu o resultado do pleito.

Nos meses seguintes, houve incerteza no panorama político do município de Canoinhas e dos distritos de Três Barras e Papanduva. A ruptura gerada no Partido Republicano local alarmou suas lideranças estaduais. Esse processo atingiu o ápice quando o então governador Hercílio Luz enviou um interventor à região, com os objetivos de arrefecer os ânimos e obter o entendimento entre os dois grupos.

O interventor escolhido foi o chefe de polícia do estado, opção que revelava a preocupação do governador e a gravidade da situação. Gil Costa era natural da região e havia sido o primeiro juiz municipal de Três Barras (A COMARCA, 1919). O enviado do governador chegou a Canoinhas no dia 6 de maio de 1919, com a missão de lançar as bases de uma política de reconciliação no município, acalmando os ânimos dos dois grupos em choque. Após sua intervenção, ocorreu uma suposta resolução da contenda entre os republicanos. O resultado da eleição foi ratificado, e Rauen, indicado pelo partido para ocupar a superintendência de Canoinhas, conquistando uma importante vitória, com o apoio do governador Hercílio Luz.

Após os acontecimentos ligados à conciliação no Partido Republicano de Canoinhas, o grupo encabeçado por Otávio Xavier Rauen apoiou o governador na tentativa de conquistar a indicação do Partido Republicano Catarinense para um novo mandato no governo do estado.[12] Com a vitória de Hercílio Luz, o

12 Hercílio Luz foi governador de Santa Catarina por três vezes, exercendo o cargo

grupo que lhe oferecera apoio político na região de Canoinhas teve seu poder revigorado, sobrepondo-se mais uma vez aos interesses de Oswaldo de Oliveira e da Lumber.

Seguindo o padrão de atuação estabelecido naquele contexto, o grupo que apoiara o governador do estado em âmbito local gozaria de vantagens, em contrapartida à sustentação que oferecera: "Seria inconcebível que o chefe supremo da política catarinense deixasse de apoiar aqueles seus amigos sinceros e dedicados, que naquele momento difícil se bateram, a peito descoberto" (O DEMOCRATA, 1920a). Houve tentativas frustradas da facção de Oswaldo de Oliveira de reaproximar-se do governador de Santa Catarina: "O Sr. Dr. Hercílio Luz, apesar de assediado constantemente, por insistentes pedidos pessoais e telegráficos, fechou-lhe os ouvidos, para dar demonstração pública do seu apoio ao pujante partido de que é hoje chefe supremo, neste município, o nosso amigo, Otávio Rauen" (O DEMOCRATA, 1920a).

A vitória de Rauen, o enfraquecimento político de Oswaldo e da Lumber e seu distanciamento do executivo estadual podem justificar a reação aguda de Hercílio Luz na questão do Campo das Moças, porém a principal consequência desse conflito consistiu na perda da capacidade de influência de Oswaldo e da Lumber sobre a nomeação e manutenção de autoridades locais que contribuíam para as ações fraudulentas da empresa, especialmente contra os fazendeiros locais.

Poucos meses após a vitória de Rauen, houve uma mudança na titularidade do cargo de subdelegado de polícia de Três Barras. O então subdelegado, Theófilo Becker, foi destituído do cargo.[13] Em seu lugar, assumiu o tenente da força pública de Santa Catarina

de 28 de setembro de 1894 a 28 de setembro de 1898 e de agosto de 1918 até 1924.

13 Theófilo atuava atendendo às necessidades repressivas da companhia, como no caso das greves de 1919. Também havia instituído um *modus operandi* na condução das investigações relativas aos acidentes de trabalho ocorridos na Lumber. Sua atuação, aliada à de outras autoridades e do próprio Oswaldo de Oliveira, favorecia a companhia, resultando na não condenação da empresa ao pagamento de indenizações aos operários. Tal procedimento foi anteriormente analisado (TOMPOROSKI, 2013).

Francisco Arruda Câmara Júnior, transferido de Joinville (SC) e sem nenhuma ligação com a empresa ou com as relações políticas da região de Canoinhas (O DEMOCRATA, 1920b). Menos de um mês mais tarde, o novo subdelegado foi executado com oito tiros à queima-roupa, dentro da subdelegacia de Três Barras. Com base no processo instaurado para a apuração do crime, pretendem-se analisar a seguir as características e motivações do assassinato.

O novo subdelegado

No período em tela, as nomeações para cargos de delegado e subdelegado de polícia estavam vinculadas às relações políticas em determinada localidade. Formalmente, o comando de tais autoridades era do chefe de polícia do estado, que por sua vez era subordinado ao executivo estadual, contudo o governador seguia "as listas de indicações locais, definidas por cada comissão diretora municipal do Partido Republicano, geralmente sob o controle do superintendente (prefeito) municipal, o principal coronel da região" (MACHADO, 2004, p. 104). Com efeito, os cargos da força policial de cada distrito e município eram definidos pelo superintendente municipal. Além de não remuneradas, essas funções podiam ser ocupadas por leigos (MACHADO, 2004, p. 105). À vista disso, transformavam-se em pilares estratégicos de suporte para as redes políticas locais, muitas vezes com o uso da força explícita.

A cisão do Partido Republicano local, resultado da ruptura entre a facção de Oswaldo de Oliveira (e da Lumber) e o poder estadual, agravou-se ainda mais nas semanas seguintes. A chegada do novo subdelegado a Três Barras teve impacto sobre uma série de interesses da companhia. A Lumber perdeu o favorecimento que até então recebia na condução dos casos de acidente de trabalho ocorridos na empresa (TOMPOROSKI, 2013). Sem o apoio do titular do cargo, a tendência era um aumento bastante significativo nos custos com indenizações, além da perda de outras vantagens, como o auxílio às suas necessidades repressivas e coercitivas, amplamente utilizadas nos movimentos grevistas de 1919 (TOMPOROSKI, 2018).

Todavia, a empresa pretendia continuar a contar com os serviços do antigo subdelegado Theófilo Becker. Após sua exoneração, ele foi imediatamente contratado pela Lumber para a função de chefe do corpo de segurança da companhia. Após anos ocupando um cargo tão influente naquela comunidade, a experiência acumulada por ele e a capacidade de resolver problemas pouco convencionais eram habilidades consideradas muito úteis pelos diretores da companhia.

A substituição no comando da subdelegacia de polícia de Três Barras não ocorreu de forma pacífica. Desde o início da titularidade do Tenente Câmara em sua nova função, muitos problemas surgiram, gravitando em torno de inúmeras questões, especialmente da resistência oferecida pelo antigo ocupante do cargo, que ocultara documentos da subdelegacia. O novo subdelegado se deparou com um arquivo vazio, pois grande parte da documentação do período do antecessor havia desaparecido. Foram inúmeras as tentativas de reavê-la.

Por meio da análise do processo instaurado, foram localizados depoimentos de testemunhas em que houve reiteradas referências a essa questão. O Sargento Miguel Bezerra da Silva afirmou que horas antes do crime passou pelos fundos da casa de Theófilo e "ali parou por ter o mesmo lhe chamado, perguntando-lhe se havia ido buscar o arquivo da polícia..." (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 53). O suplente do Tenente Câmara, José Pacheco dos Santos Lima, declarou que alguns dias antes do crime o escrivão de polícia do distrito de Três Barras Mário Macaggi havia sido procurado por Theófilo, que mandou

> esconder o arquivo desta delegacia, que não era para entregar ao tenente, e se ele lhe procurasse lhe dissesse que estava em casa dele, Theófilo, e assim que o tenente soube que o arquivo estava em casa dele Theófilo, mandou intimá-lo para entregar o arquivo. Respondeu Theófilo que não vinha. (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 53).

Nas declarações prestadas pelo próprio Theófilo Becker, evidencia-se a resistência em entregar a documentação. Segundo ele,

após essa intimação do tenente para devolver o material, o delegado especial João de Deus Ferreira procurou-o para saber onde estava o arquivo da polícia (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 62-63). Desaparecer com a documentação da subdelegacia não era apenas uma tentativa de sabotar o trabalho do novo subdelegado. O material revelaria muito sobre as atitudes ilícitas do antigo ocupante do cargo, especialmente em relação aos negócios escusos da Lumber e à condução dos casos de acidente de trabalho.

Por outro lado, é possível inferir que, em função do acirramento da disputa política que indispôs o governo estadual e a Lumber, o novo subdelegado poderia ter sido instruído a promover uma espécie de caça às bruxas. Desse modo, pretendia reprimir aqueles que de alguma forma estivessem ligados aos interesses da Lumber ou que haviam cometido irregularidades em favor dela.

Sendo essa possibilidade fidedigna ou não, havia indisposição das autoridades locais do distrito com o novo subdelegado de Três Barras. De acordo com o seu suplente, o próprio tenente havia-lhe confidenciado, no dia do crime, os muitos problemas que enfrentava, "tendo nesta ocasião lhe dito que se achava em má situação, visto o povo se achar desgostoso contra nós..." (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 54).

Nessa escalada de tensões, a ruptura definitiva entre o ex-subdelegado Francisco Câmara e o recém-empossado na função decorreu da contratação de um foragido da polícia por Theófilo Becker, para ocupar a função de chefe de uma das oficinas da Lumber. O Tenente Câmara recebeu denúncia contra Hugo Bensch e enviou dois policiais até a Lumber para conduzir o trabalhador até sua presença. Durante a incursão policial, ao meio-dia do dia 28 de outubro, dia do crime, Theófilo surgiu à frente de um grupo de trabalhadores da companhia e impediu a prisão do denunciado. Segundo o próprio Theófilo:

> estava nas oficinas da Lumber quando chegou uma praça e um sargento para efetuar a prisão de Hugo Bensch, ao que protestou, perguntando se eles tinham mandado de prisão, ao que

> responderam que não. Em vista da resposta ele disse ao sargento que era um abuso tirar um chefe da oficina que tinha sob suas ordens cento e poucos homens. (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 54).

Essa atitude de Theófilo consistiu na total desmoralização da autoridade do tenente. Segundo Antônio Gaião, um dos acusados, após o ocorrido os membros do grupo "saíram gritando que tinham tomado o preso do tenente" (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 42). Na tentativa de reafirmar sua autoridade, o Tenente Câmara mandou intimar Theófilo para comparecer à delegacia naquele mesmo dia, às 20h.

Naquela tarde, Theófilo encontrou inúmeras pessoas na estação ferroviária de Três Barras, localizada em frente aos portões da companhia Lumber. No local, aliciou indivíduos e iniciou a organização de um grupo declarando que a intenção era conseguir a retirada do tenente do distrito de Três Barras. O enfermeiro do hospital da Lumber Fructuoso Moreira confirmou essa versão. Segundo ele, "no dia em que o tenente foi assassinado [ele, depoente] esteve quase o dia inteiro angariando assinaturas para dois telegramas de solicitação de remoção do tenente ao Dr. Governador e ao Chefe de Polícia" (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 42). Um dos acusados, José Casado Dias, afirmou (em uma ratificação de sua primeira declaração) que o intuito principal era compor um abaixo-assinado exigindo a retirada do tenente. Porém, em seu primeiro depoimento, declarara que na tarde do crime Theófilo o convidara para ir até sua residência, onde lhe disse: "Tomei um preso empregado da Lumber da polícia e por isso fui intimado para comparecer a Delegacia, irá um grupo de pessoas as 19h30 para fazer o tenente embarcar amanhã" (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 37).

Durante a tarde do dia 28, Theófilo percorreu a vila requisitando auxílio para compor o grupo que, alegava ele, expulsaria o tenente de Três Barras. Em sua casa, reuniu grande número de pessoas e armou-as com *winchesters* e revólveres. O

operário da Lumber Luiz José Guerra disse que naquele dia, ao sair do trabalho, por volta das 18 horas,

> dirigiu-se para sua residência para jantar, logo apareceram ali o espanhol José Casado Dias e Antonio Gaião, os quais lhe convidaram para tomar parte em um grupo de pessoas que nesta noite iam ao quartel intimar ao tenente e obrigá-lo a embarcar para fora deste distrito na manhã do dia 29. (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 48).

Os homens do corpo de segurança da Lumber aliciaram operários da empresa. Podemos presumir que a ideia era constituir um grande grupo para tornar a ação um ato coletivo da população, dissolvendo a culpa da organização e da execução do assassinato do Tenente Câmara e de seu arquiteto, Theófilo. O operário Avelino Pimenta

> disse que às 18 horas do dia 28 de outubro, tendo ele depoente com outros companheiros que trabalham na *Lumber*, largado o serviço se dirigiram para a casa de Luiz Guerra, fornecedor de comida a ele depoente e outros seus companheiros, ali chegando e antes de irem pra mesa de jantar, compareceram José Casado Dias e Antonio Gaião [guardiões] que em nome de Theófilo Becker os intimou para irem ao quartel fazerem embarcar o tenente Câmara. (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 49).

Na noite do fatídico dia 28 de outubro de 1920, o grupo organizado por Theófilo Becker se reuniu em sua residência e seguiu na direção da subdelegacia de polícia de Três Barras. Theófilo liderava e era seguido pelos guardiões da Lumber Manoel Soares Fabrício e Antônio Diogo. Mais atrás vinham os operários da companhia Avelino Pimenta, Luiz José Guerra e Antônio Guerra e José Casado Dias.

Ao chegarem às portas da subdelegacia, Theófilo, Manoel, Antônio e José adentraram no recinto e encontraram o Tenente Câmara conversando com dois moradores do distrito. Theófilo disse: "Estou aqui. Me prenda agora, tenente". Ato contínuo, o grupo iniciou uma descarga de tiros contra a vítima, que morreu instantaneamente, atingida por oito projéteis de revólver calibre 38.

A descrição da arquitetura e execução do crime demonstra que o ato não foi uma vingança pessoal motivada por rivalidade ou inveja. Foi um crime de fundo político, relacionado às disputas relatadas e que incendiaram a Comarca de Canoinhas nos anos 1919-1920. Nas declarações do suplente do subdelegado assassinado José Pacheco, há um indício bastante significativo. Segundo ele, Theófilo teria dito a Manoel Soares Fabrício: "Guri de óculos em Três Barras não se cria [...], e que quando o governo soubesse estaria com os óculos quebrados" (PROCESSO CRIME POR HOMICÍDIO..., 1920, p. 54).

Considerações finais

Este texto pretendeu desvelar aspectos das disputas políticas ocorridas na região de Três Barras no período imediatamente posterior ao fim da Guerra do Contestado. As permanências e transformações vinculadas ao movimento impactaram as relações políticas daquela área, especialmente após a assinatura do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina.

A madeireira e colonizadora Lumber Company, por meio de seu braço político, o médico Oswaldo de Oliveira, intentou obter o controle da superintendência municipal. Essa iniciativa e a contestação do resultado do pleito eleitoral de 1918 resultaram em uma cisão no Partido Republicano local, o que demandou a intervenção do governador Hercílio Luz na tentativa de conciliação das duas facções. Ademais, a Lumber seguia com seu *modus operandi* de açambarcar terras e ludibriar proprietários, até mesmo sob coerção física, o que gerou o agravamento da tensão em toda aquela área.

Por conseguinte, a facção representada por Oswaldo (testa de ferro da companhia Lumber), foi preterida em detrimento do grupo liderado por Otávio Xavier Rauen. Logo, a Lumber perdeu o controle sobre a nomeação das autoridades locais, o que resultou na exoneração do subdelegado de polícia de Três Barras Theófilo Becker, que foi imediatamente contratado como chefe do corpo

de segurança da empresa. Theófilo foi substituído pelo tenente da força pública do estado de Santa Catarina Francisco Arruda Câmara Júnior.

A execução do novo subdelegado ocorreu menos de um mês após ele assumir o cargo, dentro da subdelegacia de Três Barras, com oito tiros disparados por Theófilo e outros homens do corpo de segurança da Lumber. Até mesmo para a Três Barras das primeiras décadas do século XX esse evento impressionou a população e as autoridades locais.

Constatou-se que a empresa empregou meios escusos e ilegais e praticou crimes para contemplar seus interesses. Cabe observar que essa estratégia era combinada com medidas legais, como, por exemplo, a necessidade de firmar contratos com proprietários locais. Outrossim, verifica-se a intrínseca relação entre os jogos políticos em âmbitos local e estadual. Esse entrelaçamento influenciava as decisões tomadas tanto em Canoinhas quanto em Florianópolis. A política coronelística era estruturada em uma engrenagem engenhosa, conectando as indicações feitas pelos superintendentes e as nomeações, as quais deveriam ser ratificadas pelo governador, figura que também se beneficiava, na forma de votos e por meio do controle direto exercido por seus correligionários nas diversas localidades.

Apesar de essas características definirem o fenômeno político do coronelismo, no caso em tela não está presente o coronel, que mediante o domínio fundiário e a mobilização de homens armados impingia sua vontade sobre determinada região. Em certo sentido, a Lumber, por meio de seus apoiadores, tanto políticos proeminentes quanto capangas armados, desempenhou essa função. De todo modo, a questão demanda aprofundamento teórico e empírico para que se avance em sua compreensão.

Por fim, cabe destacar uma constatação relevante acerca daquele contexto de disputas: os indivíduos que foram alvo dos crimes praticados pela Lumber não permaneciam em silêncio!

Tanto médios proprietários rurais, como Francisco dos Santos Sobrinho, quanto políticos e lideranças reconhecidas em âmbito regional, como Dídio Augusto, estavam submetidos a uma atmosfera de violência decorrente do controle imposto pela Lumber na região. Conforme demonstrado, isso se dava por meio da violência direta (Francisco foi sequestrado) ou como resultado da influência da empresa sobre o aparato estatal (Dídio Augusto foi preso).

A atuação da justiça estava em concerto com os interesses da empresa, o que pode ser identificado na ausência de condenação dos envolvidos no assassinato do Tenente Câmara. Apesar disso, aqueles indivíduos, em um cenário absolutamente desfavorável, impuseram resistência tanto por meio de embates travados no âmbito do judiciário quanto na esfera da luta política, como haviam indicado as greves deflagradas pelos trabalhadores da Lumber no ano de 1919. Aquelas pessoas impuseram limites à violência da empresa e demonstraram que há tempos a região do planalto norte catarinense resiste aos despotismos do capital.

Referências

AUGUSTO, Dídio. *In memoriam*. União da Vitória: Uniporto, 1994. (Coleção Vale do Iguaçu).

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

PIAZZA, Walter Fernando. *O poder legislativo catarinense:* das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

TOKARSKI, Fernando. *Cronografia do Contestado:* apontamentos históricos da região do Contestado e do sul do Paraná. Florianópolis: Ioesc, 2002.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *Operários no Contestado:* um

estudo sobre os momentos de organização e luta dos trabalhadores da Lumber Company, 1917-1919. Em Tempo de Histórias, n. 32, 21 ago. 2018.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *O polvo e seus tentáculos*. A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Fontes judiciais

Processo crime por homicídio do Tenente Francisco Arruda Câmara Junior. *Réu:* Theófilo Becker e outros. Canoinhas, 1920. Arquivo Histórico Municipal de Canoinhas.

Periódicos

A COMARCA. *Mafra*, a. 1, n. 3, 13 jul. 1919. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

A PÁTRIA. *Mafra*, a. 1, n. 11, 22 set. 1918. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

FOLHA DO NORTE. *Mafra*, a. 1, n. 5, 14 jul. 1918. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O DEMOCRATA. *Canoinhas*, a.1, n. 10, 9 jan. 1919a. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O DEMOCRATA. *Canoinhas*, a. 1, 25 out. 1919b. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O DEMOCRATA. *Canoinhas*, a. 1, 8 nov. 1919c. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O DEMOCRATA. *Canoinhas*, a. 2, n. 47, 25 dez. 1919d. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O DEMOCRATA. *Canoinhas*, a. 2, n. 67, 19 jun. 1920a. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O DEMOCRATA. *Canoinhas*, a. 3, n. 81, 4 out. 1920b. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O TIMONEIRO DO NORTE. *Canoinhas*, a.1, n. 32, 23 set. 1917. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Conflitos no pós-Contestado:
o movimento dos Alonsos (Timbó Grande, 1942)

Évelyn Bueno

A questão agrária no Brasil é uma herança histórica com raízes no século XVI, quando a distribuição de terras era efetuada mediante laços de amizade e influência com a Coroa Portuguesa, inicialmente com a instituição das sesmarias e, mais tarde, com as capitanias hereditárias, pautadas no latifúndio, no trabalho escravo e na monocultura. Com a independência do Brasil (1822), o regime de sesmarias chegou ao fim, e em 1850 foi aprovada a Lei de Terras (Lei n.º 601), que aprofundou o cenário de desigualdades enfrentado pela sociedade brasileira.

Embora essa legislação tenha estabelecido um novo sistema para aquisição da propriedade, ela reforçou as dificuldades na obtenção do título legal pela população pobre, por causa das rigorosas exigências e do alto custo para sua efetivação. Conforme observou Diacon (1991, p. 20): "The obstacles to the registration of claim were enormous, and not the least of them was the requirement that these poor and generally cash-starved peasants purchase their claim".[1]

A aplicação da Lei de Terras teve importância decisiva para o crescimento do sentimento de injustiça entre a população que não possuía recursos para efetuar o registro fundiário. Suas terras vinham sendo espoliadas paulatinamente pelos grandes latifundiários, que utilizavam a técnica da grilagem[2] para se

1 "Os obstáculos para efetuar o registro de terras eram enormes, especialmente porque os camponeses em geral eram pobres e mal possuíam dinheiro para alimentação e subsistência" (tradução minha).

2 Prática utilizada para falsificação de títulos de propriedade, por intermédio do envelhecimento de documentos quando postos em contato com grilos.

apropriarem de terras devolutas, assim consideradas mediante a ausência do título de propriedade. Portanto, os aspectos históricos da constituição da propriedade reforçam as desigualdades estruturais em relação à concentração fundiária no Brasil.

O processo descrito resultou em inúmeros episódios de resistência e luta pela terra em todo o território nacional. Na Região Sul do país, além de questões ligadas à posse e a aspectos religiosos e culturais, expulsões violentas gradativamente fomentaram organizações de camponeses na luta por justiça social e, sobretudo, pelo direito de acesso à terra.

Diante da discussão sobre a desigualdade estrutural originada pela concentração da terra, a pesquisa respaldou-se na corrente teórica marxista no debate sobre desenvolvimento no Brasil, porquanto a teoria marxista se dedica ao estudo da exploração das heranças da má-formação das estruturas de propriedade e de renda das economias latino-americanas, com destaque às estruturas fundiárias.

Os principais expoentes da historiografia marxista no debate sobre o desenvolvimento foram Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior. Sodré (1982) argumentava que o monopólio da terra era um dos fatores que prejudicavam o desenvolvimento nacional. Guimarães (1981) defendia que o latifúndio era o centro dos problemas da economia brasileira, impedindo a democratização da propriedade. Prado Júnior (1961), ao analisar o sentido da colonização, salientava que a concentração excessiva da riqueza e, por consequência, a concentração fundiária na mão de poucos latifundiários deixavam a grande massa da população em um alto grau de penúria material e moral. Desse modo, a historiografia marxista no debate sobre o desenvolvimento do Brasil se debruça em uma longa linha temporal, compreendida aproximadamente entre os séculos XVI e XX, com foco na disparidade fundiária, no conflito fundiário e na desigualdade social.

Os argumentos articulados pelos autores encontram respaldo nas consequências da aplicação da Lei de Terras, de

1850, que aumentou o abismo fundiário no Brasil, impedindo que os de baixo, os não brancos, os pobres, acessassem a terra, e isso fortaleceu a relação entre concentração fundiária e desigualdade (TOMPOROSKI; BUENO, 2018).

A reforma agrária apontada como instrumento de mitigação de desigualdade ainda não foi implementada, e a existência de movimentos de luta pela terra é a expressão da manutenção dessa desigualdade histórica. Cabe destacar que o movimento sertanejo do Contestado (1912-1916) foi resultado do processo de concentração fundiária e da desigualdade, que, aliado a outros fatores, causou significativas transformações socioeconômicas e intensificou a disputa pela terra. O Movimento dos Alonsos (1942), objeto principal desta pesquisa, também apresenta a disputa fundiária como elemento subjacente, expressando toda a tensão social decorrente dos conflitos fundiários e sua permanência na região do Contestado.

O Contestado: entre o ontem e o amanhã

O movimento sertanejo do Contestado é parte da longa tradição de luta pela terra no Brasil. Mesmo após o término do conflito, surgiram outros movimentos com características similares, tendo como elemento integrador a tradição religiosa de São João Maria. A tradição de São João Maria,[3] na atualidade, está presente nas comunidades constituídas de descendentes dos integrantes dos movimentos denominados pré e pós-Contestado, conforme demonstrado por Welter (2007), que nomeou os devotos de São João Maria de "joaninos".[4]

Conforme destacado por Machado (2013), existe conexão entre os movimentos sociais e a tradição de São João Maria. Num

3 A tradição religiosa de São João Maria fundamenta-se na memória dos três monges que deambularam na região: João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria, todos curandeiros e anunciantes da fé e da religiosidade. Este último participou diretamente da Guerra do Contestado.

4 Os joaninos são indivíduos que possuem laços estreitos de religiosidade em torno do Monge João Maria, sendo sujeitos que reconhecem o monge por referenciais culturais, históricos, religiosos, políticos, comerciais, entre outros (WELTER, 2007).

período de aproximadamente cem anos (1848-1942) ocorreram concentrações camponesas no sul do Brasil em torno da figura do referido monge. Entre os movimentos compreendidos nesse lapso temporal, encontra-se a Concentração do Campestre, no município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, entre 1848 e 1849, quando o italiano Giovanni Maria de Agostini passou a promover curas na fonte de águas da localidade, águas consideradas santas e com propriedades curativas. Rapidamente a comunidade passou a aglomerar-se próximo dali, em busca de curas. O grande contingente de pessoas causou temor nas autoridades locais, e, mediante ação policial, os seguidores foram dispersos do Campestre e o monge foi preso (KARSBURG, 2014).

O movimento do Campestre foi o primeiro que reuniu camponeses em torno da figura de João Maria. Anos depois, em 1897, surgiu o movimento denominado Canudinho de Lages.[5] Naquele período João Maria de Agostini já não estava mais em território nacional havia muito. O Canudinho de Lages, ocorrido na região de Entre Rios (SC), tem profunda conexão com o indivíduo denominado Miguel, ou Miguelito, o qual afirmava ser irmão do Monge João Maria e passou a ministrar curas e penitências a todos os doentes que começaram a dirigir-se em grande número para o local. Nesse evento de maneira particular, a concentração de devotos não era a principal preocupação dos governantes, mas o temor de que o povoado que vinha ali se estabelecendo abrigasse veteranos federalistas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que estavam na região. Diante do temor das lideranças estaduais, em agosto de 1897 o povoado foi atacado, e a concentração, suprimida (MACHADO, 2013, p. 78).

No território sul-rio-grandense, em 1902, na região de Encantado, ocorreu uma aproximação entre veteranos da campanha federalista e a população cabocla chamada de Movimento do Pinheirinho. Naquele momento, além da

5 No mesmo ano de 1897 ocorria a Guerra de Canudos, na Bahia. Logo a imprensa de Florianópolis (SC) e de Lages (SC) alcunhou de "Canudinho" a concentração sertaneja de Entre Rios, embora os movimentos não tenham nenhuma relação (MACHADO, 2013, p. 77).

concentração relacionada com a tradição de João Maria, houve o surgimento do sentimento de luta pela terra, já que "a população cabocla era cada vez mais empurrada por especuladores e grileiros, que ocupavam suas terras para vendê-las a imigrantes europeus" (MACHADO, 2013, p. 81).

Na sequência temporal houve a deflagração da Guerra do Contestado, em cujo movimento a tradição de João Maria estava presente por meio do curandeiro José Maria, que participou do combate do Irani (SC), em 1912, e foi morto no episódio. Após a morte de José Maria, deu-se um processo de reelaboração mística, quando as trajetórias de José Maria (mártir) e João Maria (santo) se fundiram constituindo um tecido religioso e sociocultural que sustentou o movimento, sendo a *santa religião* o elemento aglutinador dos distintos objetivos que motivaram os revoltosos.

No período subsequente ao término da Guerra do Contestado, outros movimentos surgiram, os quais são denominados de movimentos pós-Contestado. Cabe destacar que, após o término da guerra, a força policial ficou vigilante quanto à possibilidade de retomada da organização de camponeses em torno da memória do Monge João Maria.

Entre os movimentos sociais pós-Contestado, podem-se incluir outros seis até o momento identificados: o movimento de Cruzeiro (1921), na localidade de Pinheiro Grande, atualmente pertencente ao município de Joaçaba (SC); o movimento encabeçado pelo ex-chefe rebelde Bonifácio Papudo (1921-1923), entre Rio Negro (PR) e Mafra (SC); o movimento protagonizado por indígenas do grupo caingangue de Pitanga (PR) (1923); o movimento de Fabrício das Neves (1923), nos municípios de Irani e Concórdia (SC); o movimento dos Monges Barbudos de Soledade (RS) (1935-1938); e o Movimento dos Alonsos, deflagrado no atual município de Timbó Grande (SC). Todos esses movimentos tiveram fim com o tratamento comum imposto pelo Estado e pelas elites aos movimentos sociais de caráter religioso e fundiário organizados no Brasil: por intermédio do emprego de violência, de repressão e de negação de sua cultura e de suas tradições religiosas. Tais atos

foram exercidos por diversos motivos: políticos, econômicos e por disputa pela terra, atitudes legitimadas pelo medo e sustentadas por interesses políticos e econômicos.

O Movimento dos Alonsos, de Timbó Grande, foi o mais tardio dos episódios inspirados na tradição de São João Maria. Ele consiste no objeto principal deste trabalho e é analisado em detalhes a seguir.

O Movimento dos Alonsos

O Movimento dos Alonsos desenvolveu-se no distrito de Timbó, então pertencente ao município de Porto União (SC) e hoje em dia a Timbó Grande. O movimento não conseguiu atingir sua maturidade, na medida em que foi rapidamente suprimido pelas autoridades locais após a notificação de alguns fazendeiros do planalto catarinense. Os latifundiários solicitaram a repressão de um grupo de caboclos liderados por Elias Mota e que se reuniam em nome de João Maria.

Por meio de levantamentos preliminares, foi possível constatar que, na localidade de Timbó, às margens do Rio Tamanduá se iniciava um agrupamento de pessoas que viviam em ranchos. No rápido ataque perpetrado pela força policial à comunidade, foram destruídos os ranchos e capturadas as lideranças Elias Mota e Júlio Alonso. Destaca-se que este último participou da Guerra do Contestado ao lado dos rebeldes, juntamente com outros membros, entre eles: Gonçalo José dos Santos, Jorge José dos Santos, João José dos Santos Sobrinho, Euclides José dos Santos e Oliveira Gonçalo.

Cabe anunciar que todos os periódicos até o momento analisados que notificaram fatos relacionados ao movimento elaboraram uma imagem negativa da concentração, com seus integrantes chamados de "fanáticos" (o mesmo termo depreciativo atribuído aos rebeldes durante a Guerra do Contestado) e imputando a Elias Mota características pejorativas, alegando que antes de organizar o movimento era "palhaço" e "vagabundo"

(A NOITE, 1942; A NOTÍCIA, 1942; CORREIO DO PARANÁ, 1942b; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1942).

A repetição reiterada de notícias localizadas nos periódicos investigados até esse momento, com a apresentação de atributos pejorativos, tem como ponto de partida o papel desempenhado pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina (DEIP-SC), criado pelo Estado Novo (1937-1945) e subordinado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que atuava no controle das mídias da época (jornais e rádios). Entre as principais atribuições do DIP, salientam-se as funções de centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e fazer censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa. Para tal fim, o órgão foi estruturado em divisões, e à divisão da divulgação cabiam as atividades de combate à disseminação de quaisquer ideais que pudessem perturbar a unidade nacional (GOULART, 1990).

Em 11 de maio de 1942, o DEIP-SC encaminhou um telegrama para publicação em diversos jornais do estado de Santa Catarina, com uma versão oficial acerca do ataque aos acampamentos pela força policial:

> graças à serena atuação das autoridades catarinenses acha-se restabelecida a normalidade das zonas marginais do rio Tamanduá, Município de Porto União, onde vários grupos de fanáticos chefiados pelo Monge Elias Mota provocaram pânico, levando vários caboclos a abandonarem suas casas e seus fazeres. A escolta da Força Policial, sob comando do Tenente Otaviano Raimundo Colônia, atacou o reduto principal estabelecido no lugar denominado Saltinho prendendo todos os fanáticos, inclusive o Monge Elias. Em seguida, o Tenente Otaviano fez destruir todos os acampamentos. A polícia apurou que, antes de ser monge, Elias foi palhaço de circo e vagabundo. Dissolvidos os grupos, presos os seus componentes e destruídos os acampamentos, o Tenente Colônia procurou as famílias fugitivas, reconduzindo-as às suas propriedades. Entre os fanáticos presos acha-se Júlio Alonso, que, em 1914, foi um dos mais audaciosos e sanguinários adeptos do Monge João Maria. (DEIP-SC, 1942).

O excerto transcrito demonstra indícios da formação física dos acampamentos, na medida em que aponta para a existência de vários grupos, com a constituição de um reduto principal e demais acampamentos. Até o momento não foi possível concluir, com segurança, a dimensão física da organização, se pequenos agrupamentos interligados, mas distribuídos pela região, ou se uma concentração em local específico. Júlio Alonso, contudo, estava entre os membros integrantes do movimento, o que indica uma linha de continuidade entre o movimento sertanejo do Contestado e o Movimento dos Alonsos.

Cabe destacar que no estado de Santa Catarina o interventor nomeado por Getúlio Vargas no ano de 1937, durante o contexto do Estado Novo, foi Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, que esteve diretamente ligado à deflagração do Movimento do Contestado e à violenta repressão desencadeada contra os rebeldes.

Algumas notícias localizadas tinham como título de manchete: "O palhaço que se enfeitava de monge" (CORREIO DO PARANÁ, 1942b); "De palhaço a monge" (A NOITE, 1942); e "Presos os fanáticos: eram dirigidos por um monge que fora palhaço de circo" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1942). Portanto, ficam evidentes os esforços empregados pelo DEIP-SC em desacreditar o movimento que vinha sendo organizado no distrito de Timbó. O telegrama que desencadeou a publicação das demais manchetes objetivava marginalizar o movimento e atribuir elogios à força policial pela ação rápida e efetiva.

É importante realizar a análise do emprego dos termos utilizados no telegrama e que foram reproduzidos nos periódicos: "serena atuação" e "destruição", pois existe contradição ao relacionar uma ação tranquila com a destruição de acampamentos. A estratégia adotada pelo órgão de propaganda no manejo das palavras teve o intuito de atender a uma de suas atribuições principais: o combate à disseminação de quaisquer ideais que estivessem em descompasso com os interesses da ditadura de Vargas, o que explica as características depreciativas atribuídas aos participantes do movimento.

Por outro lado, o evento repercutiu em grande parte do território nacional. Jornais de diversos estados da federação publicaram manchetes do ataque policial ao acampamento, como *A Notícia* (1942), *Diário de Pernambuco* (1942), *Correio do Paraná* (1942a), *A Noite* (1942), *Gazeta de Notícias* (1942), *O Estado de Mato Grosso* (1942), entre outros.

Cabe destacar que em pesquisas iniciais no acervo digital da Biblioteca Nacional, foi localizada manchete que noticia o arquivamento por maioria de votos do Processo n. 2.248 de Santa Catarina, no qual o acusado era Elias da Mota: "JUILGAMENTO DE PRELIMINAR. Processo n. 2.248 – Santa Catarina – Acusado: Elias da Mota. O Tribunal ordenou o arquivamento do processo, por maioria de votos" (O JORNAL, 1942).[6]

A investigação sobre o Movimento dos Alonsos ainda se encontra em etapa de levantamento de dados. Mesmo assim, já foi possível estabelecer ligação em relação ao movimento sertanejo do Contestado, considerando a evidência do compartilhamento da tradição religiosa de São João Maria e o fato de Júlio Alonso ter participado do Movimento do Contestado e também do Movimento dos Alonsos. Ademais, presume-se a resistência pela terra, que é o cerne da desigualdade social no cenário nacional.

Considerações finais

Ao longo do tempo, parte da historiografia brasileira deixou de lado os aspectos relacionados à organização popular na luta por direitos. Exemplo disso é o processo de esquecimento da Guerra do Contestado em âmbitos regional e nacional.

A ampliação da investigação e o refinamento do aporte teórico-metodológico, de maneira especial após os anos 2000, contribuíram para o aprofundamento dos estudos ligados ao

6 O processo foi localizado no Arquivo Nacional, e aguarda-se a disponibilização da fonte para compreender as acusações perpetradas contra Elias Mota e as razões do seu arquivamento. Tal documento possui papel central na investigação das condutas e dos procedimentos adotados pelo aparato estatal e do destino das lideranças do movimento após a prisão.

movimento sertanejo do Contestado, sobretudo por intermédio da obra de Machado (2004). A questão da terra, como relevante para a erupção do movimento, já foi levantada por Peixoto (1916), Queiroz (1966) e Monteiro (1974). Em que pese esse ganho ao estudo do movimento do Contestado e das questões agrárias a ele associadas, demais movimentos regionais e locais ainda possuem obscuridade, principalmente os eventos denominados pós-Contestado. O esforço empregado nesta pesquisa é no sentido de reconstruir aspectos históricos do Movimento dos Alonsos, identificar as razões que motivaram o agrupamento de camponeses, os direitos que se objetivavam reconhecer, o papel desempenhado pelas lideranças, pelos integrantes e pelo Estado, assim como o impacto na sociedade.

A pesquisa ainda está em andamento, mas já foi possível realizar aproximação entre o Movimento dos Alonsos (1942) e o movimento sertanejo do Contestado, notadamente pela influência da tradição religioso-cultural do Monge João Maria e pela presença de Júlio Alonso, sujeito que esteve presente também nas fileiras rebeldes da Guerra do Contestado, na liderança do movimento.

Por outro lado, observou-se o desfecho comum aos movimentos sociais de caráter fundiário e/ou religioso: o emprego precoce e desproporcional de violência pelas autoridades contra os camponeses, bem como a apropriação do conflito pelos *vencedores*. Esse processo encontra respaldo na constatação de que houve manipulação dos meios midiáticos da época (jornais e rádios), pelos quais a luta popular foi criminalizada e a conduta estatal elogiada.

Conclui-se, portanto, que a eclosão de movimentos sociais na luta pela terra e de caráter religioso é a expressão das desigualdades estruturais na distribuição de terra e no acesso a ela, um desafio ainda a ser vencido na atualidade e que pode ser mitigado mediante a efetivação de políticas públicas de acesso à terra.

Referências

DIACON, Todd. *Millenarian vision, capitalist reality:* Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial:* ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. Porto Alegre: Marco Zero, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KARSBURG, Alexandre. *O eremita das Américas:* a odisseia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Uma constelação de concentrações: a tradição de "São João Maria" e movimentos rurais no sul do Brasil. *In*: WEHLING, Arno *et al*. (org.). *Cem anos do Contestado:* memória, história e patrimônio. Florianópolis: Memorial MPSC, p. 71-87, 2013.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século:* um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado:* episódios e impressões. Rio de Janeiro: edição do autor, v. 3, 1916.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social:* a guerra sertaneja do Contestado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil.* 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; BUENO, Évelyn. Terra contestada: as disputas fundiárias nos vales dos rios Negro e Iguaçu e sua influência para a deflagração do movimento sertanejo do Contestado, 1889-1917. *Revista de Estudos do Vale do Iguaçu*, União da Vitória, n. 31, p. 131-146, 2018.

WELTER, Tânia. *O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo:* um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Fontes

A NOITE. Rio de Janeiro, n. 10.865, 12 maio 1942.

A NOTÍCIA. Santa Catarina, n. 3.750, 24 abr. 1942.

CORREIO DO PARANÁ. Paraná, n. 4.331, 30 abr. 1942a.

CORREIO DO PARANÁ. Paraná, n. 4.363, 8 jun. 1942b.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA DE SANTA CATARINA (DEIP-SC). *Cadernos. Florianópolis:* DEIP-SC, 1942. Arquivo Público de Santa Catarina.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pernambuco, n. 109, 13 maio 1942.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, n. 108, 12 maio 1942.

O ESTADO DE MATO GROSSO. Mato Grosso, n. 731, 12 maio 1942.

O JORNAL. Rio de Janeiro, n. 7.205, 5 dez. 1942.

George Bleyer:
estudos sobre os indígenas na região do Contestado

Eloi Giovane Muchalovski

Flavio Braune Wiik

George Carl Adolf Bleyer, também grafado como Jorge Clarke Bleyer, nasceu em Hannover, Alemanha, em 1867. Formou-se em Medicina Tropical no University College, de Londres, Inglaterra, em 1891. Um ano depois, migrou para o Brasil, radicando-se inicialmente em Blumenau, Santa Catarina (COSTA, 2003). Residiu em Campos Novos (SC), Lages (SC), São Joaquim (SC), Palmas (PR), União da Vitória (PR) e Ponta Grossa (PR). No planalto catarinense, Bleyer destacou-se não apenas como médico; foi um entusiasta em pesquisas no campo da etnologia e da arqueologia. Naturalista por excelência, seus estudos foram divulgados no Brasil e na Europa, principalmente na Alemanha. De 1905 (ou 1906)[1] a 1908, integrou a comissão médica da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), momento em que realizou investigações etnológicas com a população indígena remanescente da região do Contestado.

Empenhado em investigar as origens pré-históricas do homem americano, Bleyer desenvolveu estudos sobre os indígenas brasileiros. Dedicou boa parte de suas pesquisas ao levantamento de dados sobre os povos jê meridionais (caingangue, *laklãnõ*-xoclengue e *ngrokòthi-tõ-prèy*-xoclengue) na região do Contestado, sobretudo influenciado pela leitura das obras do também naturalista alemão

1 Apesar de Costa (2003, p. 280) inferir que Bleyer exerceu a função de médico na EFSPRG a partir de 1905, menções na imprensa sugerem que ele só integrou tal comissão em 1906 (A REPÚBLICA, 1906b).

Karl von den Steinen, o qual fez duas expedições ao Xingu (MT) na década de 1880.

No ano de 1903, a pedido de Steinen, Bleyer esteve por alguns meses em Palmas com os caingangue, pesquisando sobre doenças que acometiam aquela população. Em 1904, publicou, com a Sociedade Antropológica de Berlim, a obra "Die wilden Waldindianer Santha Catharina: die Schoklén" ("Os índios da floresta selvagem Santa Catarina: os Schoklén"), na qual demonstrou temor a respeito do futuro dos xoclengue, pois, para ele:

> estes índios necessitam, urgentemente, da paz, mas para a nação guerreira dos Schokléng só haverá paz quando o último desses índios desaparecer das florestas de Santa Catarina e não puder mais vingar-se. (BLEYER, 1904, p. 844. Tradução do autor).[2]

Escassamente citado em estudos etnológicos, Bleyer deixou considerável material para a pesquisa histórica. Com diferentes trabalhos publicados, alguns pouco conhecidos, produziu e preservou sob sua guarda várias anotações de campo e algumas correspondências trocadas com outros pesquisadores, especialmente com o sanitarista, médico e cientista Adolfo Lutz, um dos pioneiros da epidemiologia e da pesquisa de doenças infecciosas no Brasil, com o qual Bleyer manteve constante contato.[3] Para além disso, foi destaque na imprensa da época com expressivo número de matérias sobre seu mister. Esses documentos

2 Importante observar que outros relatos como o do etnólogo Alberto Fric, o qual esteve em pesquisa com os caingangue em Palmas no ano de 1907, e o do pastor luterano Paul Aldinger, que defendia tornar os xoclengue um povo agrícola, também expuseram um discurso de *proteção* aos índios, fosse com postura de opor-se ao extermínio com o objetivo de validar a atração desses grupos via catequese, e sua consequente incorporação à sociedade nacional, fosse pela criação de territórios reservados, sem trazê-los à *civilização*. Tais aspectos necessitam de maior aprofundamento e apresentam-se como promissor objeto para pesquisa futura.

3 Boa parte das correspondências trocadas por George Bleyer e Adolfo Lutz está disponível para consulta na Biblioteca Virtual em Saúde Adolpho Lutz, mantida sob guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Instituto Adolfo Lutz e, principalmente, no Arquivo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O acervo sobre Bleyer está disponível em: http://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/cgi-bin/wxis/iah/scripts/?IsisScript=iah.xis&lang=pt&base=BVLUTZ-CO&nextAction=lnk&exprSearch=Bleyer&indexSearch=AU. Acesso em: 15 jun. 2020.

constituem, portanto, fontes de pesquisa que podem iluminar alguns aspectos acerca do protagonismo indígena na Guerra do Contestado, uma vez que tal objeto se apresenta invisibilizado na historiografia do tema ou em pesquisas etnológicas e só recentemente tem instigado estudos histórico-antropológicos (WIIK, 2018).

A análise dessas fontes – produzidas sobre ou por George Bleyer, especialmente no que tange à sua dedicação à observação dos grupos jê meridionais –, na perspectiva do percurso de vida, contribui para o preenchimento de lacunas a respeito da participação indígena no Contestado.

Parte-se, portanto, do preceito da biografia histórica, ou história biográfica, e propõe-se pensar a trajetória de Bleyer identificando e estabelecendo relações entre sua vida profissional e os momentos de contato com os povos caingangue e xoclengue, fosse como médico da EFSPRG a partir de 1906, fosse sobretudo quanto à sua permanência em Palmas e União da Vitória entre 1903 e 1906, quando empreendeu estudo acerca dos xoclengue, estudo este pouco conhecido e que traz informações sobre a cultura material indígena, bem como sobre a presença dessa etnia no planalto e sua interação com os demais contingentes populacionais da região.

Apesar de pretender-se aqui realizar um estudo de caso por meio da micro-observação de uma trajetória – técnica específica do fazer historiográfico –, pressupõe-se que esse tipo de aporte estabelece pontos de interseção com o campo da antropologia histórica. Portanto, além de objeto histórico, a invisibilidade indígena *vis-à-vis* Movimento do Contestado é também um objeto analítico antropológico *per se*. Ou seja, indígenas daquela região e naquele tempo não podem ser satisfatória ou integralmente expressos ou contidos no termo (categoria ou contingente) *caboclo*, segundo o ideário pelo qual foram, tradicional e hegemonicamente, tratados pelos estudos e pesquisas e, portanto, invisibilizados de acordo com teorias de miscigenação, aculturação, entre outras que advogavam a sua líquida incorporação, esmaecimento e

indiferenciação diante dos demais componentes sociais formadores da sociedade nacional em seu entorno.

Quanto a *persona* Bleyer, há que se considerar que "o indivíduo, seja como papel principal da história ou figurante entre milhões de outros, só conta historicamente pela sua especificidade" (VEYNE, 2014, p. 57). Adota-se, por conseguinte, como metodologia neste trabalho o estudo de trajetória. Não para destacar os feitos de uma personagem, mas sim com os escopos de relacioná-los a seu tempo e vislumbrar nuanças que possam ser ponto de partida para outras pesquisas sobre o Movimento do Contestado tanto na área da história quanto na da antropologia, tal qual a participação indígena no episódio. Afinal, como assinalou Levi (1992), muitas das características da redução de escala, da micro-história, estão ligadas às observações antropológicas.

Nessa perspectiva, observa-se, preliminarmente, a possibilidade iminente de identificação de núcleos de ocupação territorial indígenas antes, ao longo e depois do evento da Guerra do Contestado, muitos deles sobrepostos a locais de existência de redutos rebeldes no desenrolar do conflito, o que pode vir a comprovar uma estreita ligação solidária e associativa, para além das relações belicosas, entre a população indígena e segmentos formadores do movimento sertanejo. Esse movimento é aqui concebido como um conglomerado de coletivos que, embora heterogêneo na sua constituição étnica, cultural e social, se irmanou na e pela intensa luta pela terra, pela manutenção de tradicionais práticas de convivência partilhada do território, de relações sociais, de produção econômica e de troca de bens materiais e simbólicos com base no parentesco secular e religioso que o levou à instituição de um ideário cuja nova forma de sociedade se materializara na criação das cidades santas. Estas, também chamadas de redutos ou quadros santos, consistiam em unidades territoriais cujos espaços primavam pela vida comunitária, em que se pregava que se devia compartilhar tudo com todos, ideal complementado por um cotidiano fortemente sacralizado por meio da realização de orações e procissões diárias.

Trajetória de vida e estudos no Contestado

Ao chegar a Blumenau, em 1892, Bleyer passou a trabalhar como médico, atendendo domiciliarmente nos povoados próximos. Casou-se em 1898 em Lages, local em que passou a residir um pouco antes (BLEYER, 1978). Dedicado a estudos da saúde pública, desenvolveu uma série de textos sobre o efeito das moscas na patologia humana, publicando-os em revistas científicas alemãs, e trechos em jornais de Santa Catarina e do Paraná. Influenciado pelos trabalhos de Karl von den Steinen, médico e antropólogo alemão, Bleyer fez várias viagens pelo interior de Santa Catarina e do Paraná com o objetivo de obter evidências para esclarecer a origem do homem no Brasil (COSTA, 2003, p. 280). Nesse ínterim, coletou diversos dados etnológicos e arqueológicos, assim como materiais zoológicos e microbiológicos. Boa parte desse material era remetida ao Rio de Janeiro (RJ) a pedido de Adolfo Lutz, com o qual mantivera intensa interlocução (COSTA, 2003).

Em Lages, montou consultório próprio para atendimento da população local, tendo como principal fonte de renda a prestação de serviços médicos ao Corpo de Cavalaria de Lages, serviços estes pagos pelo governo estadual mediante requerimentos de pagamento endereçados ao governador.[4] Segundo Cabral (1937, p. 313), a ligação de Bleyer com as forças armadas remonta à Revolução Federalista (1893-1895), quando se engajou como oficial médico das tropas. Em 1903, a pedido de Steinen, viajou para a região de Palmas, com o intuito de pesquisar a origem do povo caingangue, e acabou por transferir residência para aquele município com toda a família, após cativar-se pelo estudo dos indígenas (MANFROI, 2013).

Foi em Palmas que Bleyer escreveu o artigo "Die wilden Waldindianer Santha Catharina: die Schoklén", publicado em Berlim no *Zeitschrift für Ethnologie* (*Jornal de Etnologia*), no ano de 1904. O texto, apesar de citado pela historiografia (COSTA,

4 Vários requerimentos e ordens de pagamento ao Dr. George Bleyer podem ser consultados no Arquivo Público de Santa Catarina, bem como nas publicações legais dos jornais da época.

2003; BRIGHENTI, 2012; MANFROI, 2013), não tivera até o momento uma análise aprofundada, talvez pelo fato de inexistir uma publicação sua no Brasil, o que o tornou raro, difícil de ser encontrado.[5] Contudo, por meio do artigo publicado por sua neta Terezinha de Jesus Thibes Bleyer Martins Costa (2003), na revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, a trajetória de vida de Bleyer obteve publicidade. Foi também por esse texto que as primeiras indagações sobre a relação próxima do médico alemão com o Movimento do Contestado e as populações indígenas do planalto surgiram.

Envolvimento na questão de limites

A disputa por território entre Paraná e Santa Catarina, que ficou conhecida na historiografia como a questão de limites, se arrastava desde 1853, quando do surgimento da Província do Paraná, desmembrada de São Paulo. No mesmo ano, Santa Catarina apresentou um projeto à Assembleia Geral Legislativa para delimitação de seus limites territoriais. A indefinição chegou ao Supremo Tribunal Federal, o qual deu ganho de causa aos catarinenses em 1904. Apesar de os paranaenses terem impetrado embargos, estes foram rejeitados em 1909. Em 1910, a decisão foi reafirmada em favor de Santa Catarina. As tensões sobre a indefinição dos limites estaduais, porém, se agravaram já após a proclamação da República, em 1889, e com a consequente promulgação da Constituição de 1891, quando coube aos estados legislar sobre terras e colonização.

Na região de Palmas, União da Vitória e Canoinhas, conflitos locais e ríspidas disputas políticas, expostas por meio dos jornais, ganharam outra conotação.[6] Viajantes e estudiosos que se deslocavam nesse período oriundos dos estados em conflito eram vistos pela elite política como potenciais

5 Importante destacar que Bleyer, apesar de escrever sobre os Xokleng, não tivera contato direto com estes. Suas observações foram redigidas a partir de depoimentos dos Kaingang de Palmas, "bugreiros" e de um menino xokleng capturado por "bugreiros" no distrito de Bom Retiro, próximo de Lages.

6 Para mais detalhes sobre essas disputas, ver Muchalovski (2018).

adversários, envolvidos em elucubrados discursos sobre possível espionagem. Foi esse o caso do etnógrafo tcheco Alberto Fric, em 1907, durante sua passagem pelo sul do Brasil na intenção de estudar os xoclengue. Acusado pela imprensa local e de Curitiba (PR) de estar em Palmas sob ordens do governador de Santa Catarina, para desestabilizar o andamento do litígio referente à questão de limites (DIÁRIO DA TARDE, 1907), Fric não pôde concluir, conforme desejava, seu estudo etnológico. Do mesmo modo, quando Bleyer foi de Lages para Palmas a fim de realizar estudo semelhante, anos antes, sofreu com acusações de determinada parcela da elite palmense. Contudo, ao contrário de Fric, sua atuação como médico da população lhe proporcionou obter defensores que se manifestavam indignados nos jornais, afirmando que tudo não passava de ciúmes pelo bom conhecimento que demonstrava da medicina (DIÁRIO DA TARDE, 1905).

Em 1905, Bleyer passou a residir em União da Vitória, possivelmente por causa do convite recebido para fazer parte do corpo clínico das obras da EFSPRG. Naquele município, também acabou sendo envolvido no conturbado ambiente de desconfiança política criada em torno da disputa de limites. O correspondente do jornal curitibano *A República* em União da Vitória se mostrou incansável na acusação de espionagem a Bleyer. Seguidamente publicava no periódico da capital textos ofensivos ao médico, denominando-o de desleal, falso e espião catarinense (A REPÚBLICA, 1905). Essas acusações não apenas o atingiam de forma individualizada, mas criavam e fomentavam uma atmosfera de antipatia ao estado vizinho e legitimavam discursos ditos patriotas pela causa paranaense.

Todo o envolvimento de Bleyer na contenda se devia ao fato de ter ele vindo ao Paraná de Santa Catarina, estado que não lhe poupava elogios por meio de sua imprensa. Como agravante, mesmo depois de residindo em terras consideradas paranaenses, teria solicitado à Livraria Econômica, em Curitiba, a marcação de receituários de que constava a inscrição Santa Catarina, algo que,

para o contexto daquele período, era certo motivo para discórdia. Assim escreveu o correspondente:

> o supracitado dr. sabe bem e perfeitamente que está *em terras paranaenses, onde veio, por certo, matar a fome*, e por isso não lhe assiste absolutamente o direito de vir por meio de artimanhas e deslealdades fazer propaganda a favor de outro Estado, que deseja aumentar os seus domínios à custa do embrulho, da injustiça e da irregularidade. (A REPÚBLICA, 1905, grifo do original).

Outro episódio de intriga que envolveu Bleyer se deu em meados de 1906. Segundo nova acusação do correspondente do jornal *A República*, Bleyer estaria por organizar, com a ajuda do bacharel Antônio Cancio de Medeiros Cruz, às 18 horas do dia 5 de agosto, em área central de União da Vitória, uma manifestação que objetivava angariar apoio da população local para a causa catarinense e prepará-la para aceitar a jurisdição daquele estado, na qual assumiria como intendente municipal o próprio Bleyer. O ato, porém, nunca ocorreu, tal qual apontou o próprio periódico (A REPÚBLICA, 1906a).

O médico, sentindo-se perseguido, chegou a pedir à redação de *A República* para que esta publicasse nota informando a todos não ser verídico que ele e Cancio estivessem organizando qualquer tipo de manifestação, conforme a acusação. De acordo com ele, o que ocorreria no dia 5 seria uma manifestação de congratulação, organizada por trabalhadores da EFSPRG, por ter sido nomeado médico da referida estrada (A REPÚBLICA, 1906b). O pedido, contudo, foi revertido em novo discurso que pretendia desqualificá-lo, usando-o mais uma vez como retórica sobre a questão de limites.

As insistentes publicações e o clima de desconfiança que caíra sobre si fizeram Bleyer desistir da permanência às margens do Iguaçu e, consequentemente, o afastaram dos estudos sobre o povo xoclengue. Em outubro de 1906, sem aviso e com receio de possíveis atos contra sua integridade física, mudou-se com a família para Ponta Grossa (A REPÚBLICA, 1906c).

Ao longo de toda a permanência na região do Contestado, entre 1903 e 1906, Bleyer manteve-se empenhado em estudar os

povos jê meridionais. Sua atuação como médico, deslocando-se rotineiramente para o atendimento clínico, o tornava conhecido e respeitado por diferentes núcleos de ocupação do planalto. Tal condição propiciava-lhe acesso aos povoados e contato com muitas pessoas, as quais forneciam a ele informações. Nesse período, coletou artefatos e ossadas indígenas, como também catalogou e descreveu locais de antigas habitações e aldeias. O auge desse trabalho deu-se com a publicação do artigo "Die wilden Waldindianer Santha Catharina: die Schoklén" ("Os índios da floresta selvagem Santa Catarina: os Schoklén"), no qual são apresentados dados, depoimentos e informações reunidos por Bleyer não só durante o tempo em que esteve em contato com os caingangue[7] do aldeamento Antas, às margens do Rio Chapecó, em Palmas, mas também quando ainda residia em Lages.[8]

George Bleyer e o estudo dos xoclengue

Como já explicitado, o trabalho desenvolvido pelo médico alemão com os jê meridionais e materializado por meio da publicação do artigo "Die wilden Waldindianer Santha Catharina: die Schoklén", em 1904, fornecem dados, aqui apresentados, que contribuem para a construção de uma argumentação que objetiva dar visibilidade às populações indígenas no Contestado, especialmente sobre os xoclengue, ainda de maneira mais específica referente ao subgrupo *ngrokòthi-tõ-prèy*-xoclengue, que habitava a região no período amplo do conflito, escassamente

7 Cabe salientar que considerável parcela dos dados aqui apresentados vem da interação direta de Bleyer com os caingangue e das relações destes com os xoclengue. Relações estreitas, belicosas, mas também fluidas, em um momento histórico de uso impreciso de termos para distinguir diferentes grupos étnicos diante da presença de grupos não indígenas.

8 Sobre os caingangue, Bleyer publicou *Die blauen flecken der Mongolenkinder bei kindern Sud-Amerikannischer Indianer beobachtet* (*As manchas azuladas das crianças mongóis observadas nas crianças indígenas da América do Sul*) e *Aerztliche notizen aine Reise Zu Den Caingang: indianer na denufern des Chapecó* (*Notas médicas de uma viagem aos índios caingangue às margens do Chapecó*), nos quais procura explicar a origem do homem americano por meio da observação de manchas azuladas em crianças indígenas, concluindo que tais manchas se assemelhavam às marcas encontradas em crianças asiáticas, comprovando, segundo ele, teorias sobre a povoação da América por meio da travessia de povos pelo Estreito de Bering (MANFROI, 2013, p. 180).

estudado por causa da ausência de fontes substanciais, o que também pode explicar a invisibilidade desses indígenas no contexto do Contestado.

Múltiplos aspectos inerentes à tal invisibilização têm por característica a dificuldade de compreender esse grupo humano como agentes que, à época dos eventos, mantinham uma cadeia de sociabilidades com demais grupos não indígenas. A concepção de isolamento e/ou de constante conflito, reafirmando antigas concepções da indianidade – que definiam como indígena puro apenas aqueles não contatados ou aldeados, considerados selvagens e isolados, ou pacificados via conflito, extermínio, guerra, roubo e estupro de mulheres e crianças, a caminho da integração – restringiu as possibilidades de visualização de sua participação no contexto da época. Toda a política da segunda metade do século XIX até meados do século XX classificava os indígenas de maneira maniqueísta, dualista e estava, por sua vez, a serviço da política de pilhagem de terras indígenas. Indígenas casados com brancos, aculturados, não eram, nessa visão, considerados indígenas. Não necessitavam, portanto, de terras nem se enquadravam na legislação que previa proteção a esses povos desde os tempos do Brasil Colônia.

À vista disso, recentes estudos têm demonstrado ampla articulação e manutenção de relações de interação no Contestado, mesmo antes do marco temporal do contato, estabelecido em 1912, quando da ação do então recém-criado Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN)[9] (WIIK; MUCHALOVSKI, 2020).

O texto de Bleyer (1904) vem, nesse sentido, demonstrar e confirmar a manutenção de convivências pacíficas, mesmo antes do expediente do SPILTN, pois é preciso reconhecer a existência

9 Em 1912, por meio da ação dos sertanistas Fioravante Esperança e João Gomes Pereira, este último conhecido como João Serrano, houve o primeiro contato de pacificação como os xoclengue na região de Palmas e União da Vitória (PEREIRA, 1995, p. 122). No início, Fioravante e João Serrano montaram um posto de atração denominado Pouso Bonito. Com o êxito dos primeiros contatos, estabeleceram, em 1914, o Posto Rincão do Tigre (GOMES, 2010, p. 40).

de alianças surgidas pela própria condição dos diferentes contingentes humanos naquele momento. Havia um inimigo político comum – fosse como consequência da implantação da República, fosse como causa das sequentes alterações de ordem legal sobre a posse de terras –, o qual era responsável pela situação em que indígenas, quilombolas, caboclos, e até mesmo colonos de origem europeia se encontravam. Com suas terras invadidas, expropriadas e sufocadas pelo avanço da estrada de ferro e pela concupiscência dos coronéis sobre áreas já habitadas, é plausível aventar a formação de pontuais coalizões que foram fortalecidas no período da guerra (1912-1916).

As informações apresentadas por Bleyer (1904), mesmo não tendo sido coletadas mediante a convivência etnográfica com os xoclengue, como o próprio afirma no início do artigo, contribuem com o conhecimento de formas pré-contato de sua vida e expressões rituais, ocupação territorial, entre outros aspectos. A menção sobre a existência de casas grandes, arredondadas e poligonais, construídas com postes de árvores finas, galhos, folhas de palmeira, tubos de taquara, ervas, nas quais os indígenas geralmente passam apenas a noite, coadunam com recentes pesquisas arqueológicas empreendidas no planalto catarinense (SCHMITZ *et al.*, 2010), além de aproximar os xoclengue em termos socioculturais dos caingangue e de demais sociedades jê. Segundo Bleyer (1904),

> os Schokléng tendem a realizar suas danças em determinados momentos e lugares mais próximos no meio da floresta. Sua dança é um salto, uma batida com os pés, acompanhada de um canto chato, interrompido por gritos altos e batidas repetidas de mãos. Nos locais em que essas danças são realizadas, o solo é limpo de grama e folhas. Postes de árvores presos no chão com uma copa marcam o local da dança. Ao redor da praça designada, você pode ver fogueiras instaladas em torno das mulheres e crianças. Um líquido fermentado feito com mel selvagem é usado como bebida nesses rituais de dança. Os homens bebem esta bebida em grandes quantidades, até ao ponto de se intoxicar e vomitar. Após esse ritual, os índios costumam cair em um sono profundo. (BLEYER, 1904, p. 833. Tradução nossa).

O uso do *mon*[10] é relatado, e até performado, pelos xoclengue na atualidade. É tido como elemento central dos rituais de iniciação masculina e demais celebrações rituais, tais como casamentos poliândricos anuais realizados em acampamentos coletivos no verão, quando diferentes subgrupos xoclengue se reuniam temporariamente até se dispersarem mais uma vez. Esse mesmo tipo de hidromel, o *kiki*, foi e tem sido utilizado pelos caingangue na *performance* dos rituais funerários, denominados *Kikikoy*, em que o dualismo jê é expresso e vivido substancialmente.

Em outra perspectiva, a concomitância temporal do expediente de Bleyer com o desenvolver de questões que deram origem ao Movimento do Contestado em 1912 está relacionada de maneira íntima com a comprovação da existência e do trânsito de indígenas por quase todo o planalto, o que faz pensar sobre a impossibilidade de esse grupo humano não ter efetivamente participado nem sido protagonista de eventos na eclosão do movimento sertanejo. No decurso de suas andanças, acompanhado por sertanejos adjetivados por ele como "experientes brasileiros conhecedores das florestas" (BLEYER, 1904, p. 832), Bleyer deparou por diversas vezes com habitações indígenas recentemente abandonadas. Um desses casos ocorreu entre dezembro de 1895 e janeiro de 1896, quando ainda morava em Blumenau. Na ocasião, uma pequena expedição encontrou habitações atribuídas aos xoclengue próximas da Colônia Angelina, a cerca de cem quilômetros de Blumenau.

No ofício de médico, não raras foram as vezes que Bleyer prestou atendimento aos indígenas. Quando ainda residia em Lages, tratou de um menino acometido de meningite, tendo a criança uma cura relativamente rápida. Da mesma forma, o médico também relata ter atendido vários adultos que, apesar de bem tratados, sofriam de nostalgia, ou seja, logo que recuperados, voltavam à mata para viver entre os seus. Tal afirmação é mais um indício da existência de um constante fluxo desses indígenas entre as vilas e a

10 O *mon* é um hidromel feito da fermentação do mel em contato com algumas plantas nativas da floresta postos em repouso dentro de um tronco cavado e tapado de araucária.

floresta, o que explicita a possibilidade da interação permanente de determinadas facções. Apesar de serem dois subgrupos de uma mesma unidade social e cultural (*laklãnõ*-xoclengue e *ngrokòthi-tõprèy*-xoclengue),[11] os xoclengue andavam pela mata geralmente em grupos de cinco a sete membros (BLEYER, 1904, p. 837).

Outro elemento importante na argumentação aqui empreendida se refere aos vários relatos contidos em diversas fontes sobre a aceitação e incorporação de grupos não indígenas entre os jê meridionais. Um dos primeiros casos mencionados na historiografia é o depoimento dado por Jacinto Pereira da Silva em favor da comunidade caingangue do Toldo Chimbangue, em 1982. Segundo Jacinto, teria ele passado a viver com os indígenas quando tinha 4 anos de idade. Na memória dos integrantes da aldeia, a família de Jacinto abrigou-se entre eles em 1912, logo após a batalha do Irani, evento considerado o marco inicial da Guerra do Contestado (D'ANGELIS, 1984, p. 55).

Nos jornais também há indicações de ocorrências semelhantes. Em 1908, o jornal *A República* publicou matéria relatando incursão dos xoclengue na linha Moema, próximo a Papanduva (SC), deflagrando um breve conflito com os colonos da área. Durante a contenda, segundo relatos, era possível identificar que os indígenas falavam português (A REPÚBLICA, 1908). Conforme as palavras de *Diário da Tarde*, o próprio cacique dava todas as ordens no idioma dos brasileiros (DIÁRIO DA TARDE, 1908).

Machado (2004, p. 60-61), ao tratar de aspectos que provocaram a eclosão da resistência sertaneja, e com base em ofício da Câmara Municipal de Lages ao presidente da província,

11 Apesar de se mencionar aqui a existência de dois subgrupos xoclengue, havia, desde meados do século XIX, um terceiro subgrupo. Além das facções denominadas *laklãnõ*, que percorria a região de Ibirama (SC) junto ao Rio Hercílio, e *ngrokòthi-tõ-prèy*, que dominava a área de fronteira com o Paraná no atual município de Porto União, havia um grupo menos numeroso, chamado *angying*, estabelecido próximo à Serra do Tabuleiro, no litoral sul de Santa Catarina. Este último nunca foi contatado e é tido como desaparecido. Bleyer (1904, p. 832), entretanto, quando publicou seu artigo sobre os xoclengue, em 1904, afirma que ainda era confirmada a presença dos *angying* em alguns locais de mata nos municípios de Tubarão (SC) e Araranguá (SC).

também menciona a existência de indígenas que detinham certo domínio da língua dos portugueses. O respectivo ofício dava ciência sobre a apresentação de 29 "bugres" às autoridades lageanas no então "acampamento dos Curitibanos". Uma mulher indígena, integrante do grupo e que falava muito bem a língua portuguesa, afirmara ser vontade deles morar com os lageanos e que, em caso do aceite de seu pedido, outros parentes seus, que estavam na mata, também se apresentariam. Vale lembrar que tal fato se deu em 1829, demonstrando haver interação já no início do século XIX, podendo ser esta muito anterior ainda. Essas ocorrências compatibilizam com o trabalho de Bleyer (1904) quando este também descreve a existência de não indígenas inseridos entre os coletivos indígenas.

Toda a argumentação desenvolvida pelo médico alemão se baseia em informações que ele diz ter obtido com os caingangue, "bugreiros",[12] e por um jovem confidente xoclengue chamado Dochawa-Gumẽwa.[13] Segundo menção do garoto, havia "um negro com o pé paralisado que foi aceito em sua horda. No entanto, seus companheiros de tribo não confiavam muito no negro, ele tinha que dormir sozinho à noite, separado dos outros índios" (*apud* BLEYER, 1904, p. 841. Tradução nossa).

A menção sobre o "negro" com os indígenas é apenas mais um caso alistado dessa interação. Há outro, acerca da jovem garota de cabelos loiros e de pele clara que fora encontrada por "bugreiros" durante uma perseguição aos indígenas em área de mata no Rio Canoinhas (BLEYER, 1904, p. 842). Essas informações concordam com várias outras ocorrências tratadas pela imprensa

12 Importante observar que Bleyer, ao tentar descrever para os membros da Sociedade Antropológica de Berlim o que seria um "bugreiro", os chama de "caçadores de índios", e acrescenta: "Essas pessoas não têm boa índole" (BLEYER, 1904, p. 833. Tradução nossa).

13 Segundo Bleyer (1904, p. 841), Dochawa-Gumẽwa acreditava pertencer a uma horda ou subtribo dos xoclengue, a quem ele nomeou de Uwaütas (Uwatá). Relata ainda que os índios caingangue não conheciam subtribos dos xoclengue com o nome mencionado. O menino teria sido capturado no distrito de Bom Retiro, após um ataque de "bugreiros" que exterminou a maioria dos integrantes do seu grupo, sendo ele um dos poucos sobreviventes. O motivo da perseguição aos índios teria sido roubo de gado.

da época, referindo-se à existência de crianças não indígenas entre os xoclengue.

Posto isto, é plausível supor que entre os próprios caboclos não houvesse distinção clara que separasse indígenas e não indígenas, ao menos em termos de autoidentificação. Pois, para além de uma visão idealista sobre os indígenas – um ideal de indianidade associado à pureza, ao não contato com os males da civilização, da alteridade radical que seria quebrada com o contato com o éthos ocidental, que os levaria à aculturação, à perda de cultura e os tornaria menos índios – que desconsidera e nega a indianidade a grupos miscigenados, misturados ou inseridos na sociedade nacional, há que se compreender que vários membros do arranjo social, dito sertanejo, poderiam ora estar vivendo em vilarejos, integrados a grupos ditos caboclos, ora em outros momentos – por nostalgia, como apontou Bleyer (1904) – retornando à floresta, coabitando e compartilhando uma forma de vida autorreconhecida por eles como parte de sua constituição humana, ou seja, como parte de sua indianidade, aquém de características fenotípicas.

Assim como nos jornais, o texto de Bleyer (1904), identicamente, aponta para a presença do idioma português entre indígenas isolados. Outra alusão curiosa se refere à possível existência de um líder alemão em um grupo xoclengue. Conforme já exaustivamente dito, o fato de haver elementos entendidos como não indígenas entre os indígenas não os torna menos indígenas; apenas reforça a argumentação aqui exposta sobre o contato não conflituoso – apesar de não ser a regra, mas a exceção. O próprio autor aduz que "pessoas em fuga de diferentes nações e raças, que tentaram escapar da justiça, foram repetidamente aceitas entre os índios Schokléng" (BLEYER, 1904, p. 841.Tradução nossa). Tal afirmação faz refletir sobre o caso anteriormente mencionado da família de Jacinto Pereira da Silva, refugiado com os caingangue em 1912.

Há também uma série de locais historicamente habitados pelos jê meridionais sobrepostos a redutos ou cidades santas, espaços de culto a São João Maria, bem como as tradicionais

vilas do início do século XX, sugerindo estreita relação entre o movimento sertanejo e os povos autóctones. Essa possibilidade aventa para que múltiplos locais, escolhidos como reduto pelos rebeldes durante a guerra, fossem originalmente espaços dominados, cedidos, habitados e, talvez, coabitados por/com indígenas.

Matéria do jornal *O Dia*, de Florianópolis, por exemplo, publicada em 1915, infere que "bugres", aproveitando-se do descuido das forças militares, lhes roubaram fardamentos, armamentos e munição, utilizando-os para empreender resistência com os revoltosos, conforme havia anunciado São João Maria.

Redutos rebeldes, como de Pedra Branca e Timbó, formados após o ataque a Santa Maria, em abril de 1915, foram erguidos em áreas de tradicional presença indígena. Esses lugares são hoje habitados por uma população que apresenta laços de parentesco reconhecidos com os xoclengue e legados culturais deles, sem, no entanto, se afirmarem como descendentes desse grupo. Memórias e práticas do seu cotidiano se remetem a uma série de similaridades com práticas culturais indígenas, manifestas, por exemplo, na praxe de não salgar carne para o consumo. Apesar da existência em seus discursos de uma alteridade com os povos autóctones, estão ligados a estes por múltiplos laços temporais, culturais e fenotípicos.

Bleyer, quando esteve na região, foi levado por guias a pontos localizados entre o Rio Correntes e o Rio das Pedras, muito próximo de onde, anos depois, se formariam algumas das cidades santas, e deparou com

> um lugar aberto, onde antes existia um assentamento temporário maior dos índios Schokléng selvagens. O local, que está muito escondido no trecho de um riacho entre montanhas no meio da selva, tinha várias centenas de metros de diâmetro e parecia ter sido cercado por um nível de terra escarpado e baixo. Nas imediações deste lugar estranho, havia pontos que alcançavam uma ampla visão sobre o assentamento. Talvez houvesse numerosas cabanas indígenas neste local, hoje morto, e numerosos índios lá vivessem. Estações centrais raras similares dos Schokléng podem ter existido em Boa Vista e no Morro do Itaio (Tejo). Na

> época, os índios Schokléng provavelmente estavam interessados em se proteger em grupos maiores e em lugares seguros contra os índios Caingáeng(e) que os perseguiam e deslocavam-se constantemente. (BLEYER, 1904, p. 843. Tradução nossa).

O interesse científico de George Bleyer pelos indígenas possibilitou que ele se posicionasse entre os que defendiam uma saída humanitária, pela catequese, para sanar o extermínio dos pejorativamente chamados bugres (índios selvagens).[14] No entanto, mesmo sem ter à época dimensão sobre o alcance de seu trabalho, empreendeu uma conjunção de importantes dados para a compreensão de aspectos relevantes a respeito da cultura material e imaterial indígena, além de inferir acerca de pontos precisos que contribuem para o entendimento da manutenção de uma intensa interação entre indígenas e não indígenas.

Suas considerações fazem pensar sobre a existência de múltiplos coletivos indígenas espalhados pelo planalto, convivendo com demais grupos, não necessariamente aldeados e isolados, mas sim coexistindo e compartilhando das mesmas angústias, tendo suas terras expropriadas pelo avanço do capital estrangeiro e pelas políticas republicanas em curso. Esses aspectos desqualificam a existência de um vazio demográfico no Contestado, assim como validam a argumentação, aqui empreendida, de que muitos remanescentes ainda estão lá, espalhados pelo território, vivendo nas periferias das cidades e em locais isolados no interior destas. Pois, para além daqueles indígenas contatados e aldeados em Palmas, Ibirama e Porto União, por exemplo, vários outros, invisibilizados pelas concepções romantizadas da pureza indígena, continuaram e continuam a empreender interações sem necessariamente deixar de ser indígenas.

Por conseguinte, o trabalho de Bleyer ajuda a compreender e demonstrar que o arranjo ocupacional indígena no território do Contestado não era formado apenas por uma dualidade entre

14 Importante salientar que havia, no início do século XX, dois grupos com opiniões distintas sobre os xoclengue. Um defendia a conversão e integração à sociedade nacional, e outro opinava pelo completo extermínio. Para aprofundamento dessa questão, ver: Santos (1987).

indígenas contatados (pacificados) e indígenas isolados (bugres selvagens), mas sim um rizoma, um entretom com muitas formas em que se davam complexas relações, conflituosas, sim, porém em muitos casos com fortes alianças interétnicas. Da mesma forma, a validação sobre a consolidação da presença indígena em vários pontos do território é outro aspecto substancial na sua obra. Atesta e reforça, além das alianças entre caboclos e indígenas durante o movimento, a tese aqui alvitrada de que várias comunidades do atual planalto norte catarinense são remanescentes de pontos de ocupação indígena e de redutos da Guerra do Contestado.

Fontes

A REPÚBLICA. Biblioteca Nacional Digital. 17 jun. 1905.

A REPÚBLICA. Biblioteca Nacional Digital. 14 ago. 1906a.

A REPÚBLICA. Biblioteca Nacional Digital. 1.º set. 1906b.

A REPÚBLICA. Biblioteca Nacional Digital. 29 out. 1906c.

A REPÚBLICA. Biblioteca Nacional Digital. 2 set. 1908.

BLEYER, George Carl Adolf. Die wilden Waldindianer Santha Catharina: die Schoklén. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlim, v. 36, p. 830-844, 1904.

BLEYER, Ondina. *Ondina Belyer:* entrevista [13 maio 1978]. Entrevista concedida a Terezinha de Jesuas Thibes Bleyer Martins Costa para a Universidade de Brasília. Lages, 13 maio 1978. Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

DIÁRIO DA TARDE. Biblioteca Nacional Digital. 21 jan. 1905.

DIÁRIO DA TARDE. Biblioteca Nacional Digital. 22 maio 1907.

DIÁRIO DA TARDE. Biblioteca Nacional Digital. 9 set. 1908.

O DIA. Biblioteca Nacional Digital. 28 nov. 1915.

Referências

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Povos indígenas em Santa Catarina. *In*: NOTZOLD, Ana Lúcia *et al.* (org.). *Etnohistória, história indígena e educação:* contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catarina:* história, evolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

COSTA, Terezinha de Jesus Thibes Bleyer M. Caminhos percorridos pelo Dr. Jorge Clarke Bleyer nos campos da medicina tropical e da pré-história brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 272-285, jan./abr. 2003.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Toldo Chimbangue:* história e luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê: CIMI, 1984.

GOMES, Iraci Pereira. *Os Xokleng do Rio dos Pardos*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 133-162.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. *Bleyer, Sartori e Bertoni:* singulares imigrantes colonizadores de ideias. Dissertação (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. *Fagulhas do Contestado:* os conflitos nos vales do Timbó e Paciência através da imprensa (1900-1908). São Paulo: Liber Ars, 2018.

PEREIRA, Walmir da Silva. *A Ferrovia São Paulo-Rio Grande e os índios Xokleng:* relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antroplogia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil:* a dramática experiência dos Xokleng. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL, 1987.

SCHMITZ, Pedro Ignácio *et al*. Casas subterrâneas no planalto de Santa Catarina: São José do Cerrito. *Pesquisas, Antropologia,* São Leopoldo, n. 68, p. 7-78, 2010.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história:* Foucault revoluciona a história. 4

ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

WIIK, Flavio Braune. Invisibilidades indígenas e o Contestado: ilações exploratórias e preliminares orientadas a estudos e pesquisas em antropologia histórica. *In*: TOMPOROSKI, Alexandre Assis; ESPIG, Márcia Janete (org.). *Tempos de muito posto e pouco rastro*. São Paulo: Liber Ars, p. 61-81, 2018.

WIIK, Flavio Braune; MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. *"Não havia nada, não morava ninguém, só tinha mato, onça e bugre"*: a (in)visibilidade indígena nos jornais e na historiografia do Contestado. Florianópolis, 2020. [No prelo].

O lugar da Guerra da Pitanga na história dos movimentos sociorreligiosos:

um monge entre indígenas Kaingang em 1923, Paraná

Grazieli Eurich

Em um conflito por terra ocorrido em abril de 1923 na Vila da Pitanga (PR) entre indígenas Kaingang e povoadores, uma personagem popular na Região Sul do Brasil reapareceu nos depoimentos apresentados pelos envolvidos. Ela é conhecida como Monge São João Maria, e sua figura geralmente está relacionada ao conflito da Guerra do Contestado, há quase uma década desse acontecimento. Neste texto é abordado o encontro dos Kaingang com o multifacetado Movimento do Contestado, percorrendo a produção historiográfica e antropológica sobre os movimentos sociorreligiosos entre os indígenas, para explorar como os processos de catequese e tradução cultural podem ter influenciado os Kaingang na aceitação da figura do monge como liderança do conflito. Destaca-se o entrelaçamento entre religião, cosmologia indígena e luta pela terra no episódio analisado.

Este trabalho a respeito da participação do monge no conflito Kaingang faz parte de pesquisa de doutorado[1] que utiliza um amplo repertório de fontes primárias, sobretudo um processo crime no qual os indígenas foram julgados pelo homicídio de moradores da vila, assim como jornais da época do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro, mapas, relatórios governamentais e

1 Tese de doutorado intitulada *A fé que move os indígenas: o Monge São João Maria e os "ecos" do Contestado na luta Kaingang pela terra no interior do Paraná*, pelo Programa de Pós-Graduação em História, UFRRJ, Rio de Janeiro.

depoimentos dos indígenas Kaingang sobre o evento colhidos por meio da história oral.

Localizada bem na região central do estado do Paraná, entre os atuais municípios de Pitanga e Manoel Ribas, a terra indígena Kaingang Ivaí não teve seus limites demarcados após a mudança do sítio original, em 1913. Essa confusa política de terras implementada pelo estado, juntamente com vários desentendimentos anteriores, fez com que os Kaingang adentrassem na vila dizendo que estavam retomando o seu antigo território.[2]

O conflito entre índios e moradores na Vila da Pitanga, em 1923, resultou em mortos e feridos de ambos os lados, mas a morte de um casal de moradores da vila, entre eles um alemão, levou os índios detidos a responder como réus em um processo por crime de homicídio. No depoimento dos índios e nos relatos das testemunhas, encontramos a menção ao Monge João Maria como líder da invasão da vila, com ordens para que os índios saqueassem e matassem os portugueses (JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA, 1923, p. 25).

Segundo os depoimentos do processo, o Monge João Maria não esteve no local do conflito, a Vila da Pitanga, mas estaria em um olho-d'água santo perto dali. Quem apareceu com as ordens do monge foram dois indivíduos, chamados de padres. Um deles foi morto em uma ofensiva dos moradores contra os indígenas quando na capela da vila.

Todos os acusados nos interrogatórios foram unânimes no apontamento do Monge João Maria como mandante da invasão à vila:

> no começo deste mez chegou da costa do Ivahy dois moços de nome Roberto de tal e Tonico, a mandado do monge João Maria que havia ficado no olho d'agua Santo, dictos vieram acompanhados

2 O Decreto n.º 294, de 1913, afirma que os limites da terra indígena eram os rios Barra Preta e Marrequinha, mas não estipulou o limite a oeste. A discussão aprofundada sobre os desentendimentos acerca dos limites, da incorporação ou não da área da vila na demarcação e dos mapas confeccionados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e pela Diretoria do Serviço e de Povoamento pode ser consultada no capítulo 2 da tese de Eurich (2019).

> por muitos Índios e Índias do Ivahy entre elles os seus conhecidos [...], e os mesmos torceram ordens do monge já referido para juntamente com os Índios daqui saquearem e matarem o pessoal deste districto fazendo seu alojamento central em Carazinho de onde seguiam para Guarapuava, o que o depoente protestou, sendo obrigado pelos do Ivahy e começaram o saque pela casa de Antonio Forkim, Fernando Marcos, Generoso Walter, João Vidal, Nestor de tal [...] o depoente fugiu com outros companheiros para costa do Ivahy para onde levaram todo roubo e animais furtados sendo intergue ao Monge.[3] (JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA, 1923, p. 4).

O morador da vila José Antunes da Costa, testemunha de acusação, também menciona o monge, dizendo que eram cerca de cem índios com um chefe fictício a quem chamavam de João Maria (*apud* JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA, 1923, p. 33).

As páginas dos jornais[4] da época informaram[5] sobre o conflito que ocorria na Vila da Pitanga e destacaram a relação do conflito com o Contestado e o fanatismo. Na edição da *Gazeta do Povo* do dia 16 de abril de 1923 há uma matéria com o título "A rebelião dos índios: a crendice e a ignorância do sertanejo a serviço dos exploradores". Dela, constam informações de um correspondente do jornal no Ivaí, Domingos Santana.

Ao abordar o acontecimento em telegrama, Domingos Santana chama os indígenas de ignorantes por acreditar que seus parentes e amigos mortos em conflitos de terras com os brancos ressuscitariam. Narra também o aparecimento de uma índia entre eles que se dizia "enviada divina":

---

3 Optamos por manter a grafia original do processo em todas as citações.

4 Nas fontes periódicas, encontramos dados sobre sociedade, questões políticas, culturais, econômicas, entre outras, mas devemos analisar esses documentos sem a concepção de que sejam imparciais. Quanto à pesquisa em fonte periódica, "nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere" (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

5 Em Guarapuava, o jornal semanal *O Pharol*; jornais diários de Curitiba, como *Commercio do Paraná*, *Diário da Tarde*, *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*; e na cidade de Ponta Grossa o jornal *Diário dos Campos*. De fora do estado, os jornais que noticiaram o conflito foram o paulistano *Folha da Noite*, que mais tarde se tornaria *Folha de S. Paulo*, os jornais *O Combate* e *Correio Paulistano*. Também os jornais do Rio de Janeiro *Jornal do Brasil*, *A União*, *A Noite*, *O Jornal* e *O Paiz*.

> accrescem porem, circumstancia de estar desapparecendo sensivelmente o prestigio de Laurindo, entre os aborigenes visto serem elles explorados, talvez, por algum espertalhão que introduziu a ideia de exigirem do governo o retorno as terras da margem direita do Rio Ivahy, e, fazendo crêr aos indios que todos os mortos nestes ultimos annos, alli *ressucitarão*. Assim é, que, appareceu agora uma índia dizendo-se *enviada divina*, que confirma este e outros boatos ainda mais estapafurdios. Não se pode acreditar que taes ideias sejam produzidas pela intelligencia dos selvagens e que não haja nisso a cooperação de individuos interessado na retirada dos indios da margem esquerda do Rio. (*apud* GAZETA DO POVO, 1923a, p. 1. Grifos nossos).

O fanatismo também é destacado por Domingos Santana em telegrama:

> accossados agora pela fome, sentindo as influencias do fanatismo, não podendo mais esperar os demorados recursos dos seus protectores resolveram saquear algumas casas de nacionaes da Serra da Pitanga, provocando um conflicto que resultou a morte de dois indios e ficarem quatro gravemente feridos. (*Apud* GAZETA DO POVO, 1923a, p. 1).

Segundo o telegrama divulgado pelo jornal *Gazeta do Povo*, quem confirmou os fatos foi o capitão do toldo Bufadeira, que afirmou não ter conseguido repelir as influências do fanatismo e temia, assim como os outros, o desenrolar dos fatos se medidas enérgicas não fossem tomadas.

A existência de "monges índios" e a influência do suposto fanatismo entre os indígenas são também apontadas no relatório de 1927 do inspetor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) José Maria de Paula. Os indígenas teriam vindo a Pitanga, segundo o diretor, para "se entregarem ao seu rito religioso, influenciados ou não pelo espírito de sectarismo que dentre elles fazia a santidade dos padres ou monges índios da Campina do Corumbata" (SPI, 1927, p. 27). O relatório de 1927 é a única fonte encontrada que identifica os padres ou monges, como afirma a citação trazida, como indígenas.

O inspetor afirma que havia se propagado um movimento de fanatismo entre os índios, como já havia sido apontado pelos jornais. De acordo com sua narrativa, estava

> avultando cada dia, o número de índios ali reunidos, [...] não queriam attender os conselhos que o nosso Delegado ali já lhes tinha dado afim de abandonarem aquellas praticas de fanatismo e voltarem a cuidar de suas lavouras. (SPI, 1927, p. 31).

Nem o relatório nem os jornais definem o que seria esse movimento chamado de fanatismo. Os jornais mencionam a mensagem da índia de que haveria um retorno dos indígenas à margem direita do Rio Ivaí, terras que haviam sido permutadas por Arakxó em 1913, e que ali os índios mortos em conflitos com os brancos ressuscitariam. Esse seria um movimento inverso da reivindicação que faziam ao invadir a vila; queriam a demarcação do território que ocupavam na margem esquerda do Rio Ivaí e que vinha sendo invadido pelos colonizadores, e não o retorno à margem direita.

Apesar da carência de mais informações sobre o que de fato ocorria entre os indígenas, a aparição da índia que se dizia enviada divina e de padres e monges no movimento, bem como as comparações com o Contestado, sugere que se chamaram de fanatismo pelos jornais e autoridades a reunião de grande número de indígenas em torno de uma figura profética e a realização de rituais de cunho religioso fora da esfera do catolicismo oficial. Igualmente no Contestado, as elites locais e regionais usaram termos como ignorantes e fanáticos para definir os envolvidos no movimento.

Mas importa salientar que algo de fato estava ocorrendo na região e despertando a atenção da imprensa, de moradores e autoridades. Meses antes do conflito, em outubro de 1922, um grupo "suspeito" de jagunços, ciganos e estrangeiros estaria indo para a Serra da Pitanga, segundo notícia veiculada no jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro. O periódico relata que o local era um "covil de bandidos" e que no grupo existia um homem com descrição muito semelhante da que faziam do Monge João Maria:

> um deles que conduzia três carneiros e usa longas barbas e cabelos até os hombros, negou-se, terminantemente, a declarar sua nacionalidade, e desappareceu para logar ignorado. (A NOITE, 1922, p. 3).

O jornal *Diário da Tarde*, no dia 19 de abril de 1923, noticiou que o Capitão Pedro Nolasco foi designado para conter o conflito, porém não encontrou os indígenas nem os grupos "sediciosos" que atuavam na Serra da Pitanga. O mais interessante dessa reportagem é a comparação dos sediciosos da Serra da Pitanga com o movimento qualificado pelo jornal como "ex-Contestado":

> ali poude o sr. Nolasco verificar a extensão dos crimes commetidos pelos sediciosos, actos de banditismo como só houve no ex-Contestado, quando a rebeldia chegou ao seu auge. (DIÁRIO DA TARDE, 1923a, p. 1).

Apresentando outra visão dos fatos, a matéria de capa do dia 23 de abril de 1923 do jornal *Gazeta do Povo*, intitulada "Apparece a verdade e já agora se sabe que os índios foram os aggredidos e não os agressores", traz a correspondência de Dulcidio Costa Pinto que conta que os índios estavam rezando quando foram atacados. A carta frisa a religiosidade dos indígenas e a presença de um padre entre eles. A inocência dos indígenas, que não teriam começado o conflito, e a afirmação da legitimidade de suas ações pela posse da terra são também temas da carta:

> existe em Serra Pitanga (Barra Preta) um toldo de indios, que vivem honestamente do seu trabalho, e, como todos os homens, tem religião, elles tambem rendem o seu culto ao nosso Deus. Pois bem, há dias reuniram-se na sua pequena Igreja, afim de dar expansão aos seus sentimentos religiosos, quando foram inopinadamente atacados por um grupo armado de moradores do local, na sua maioria allemães, em cujo ataque, perderam a vida diversos indios, e um padre que officiava. Em represalia, então, os indios, detonaram suas armas, sem contudo, occasionar mortes. Depois dessas occurrencias, o delegado de Policia de Serra Pitanga (Barra Preta) Dulcidio Caldeira, organizou um bem armado grupo, para ir ao local restabelecer a ordem alterada, e, qual não foi o espanto dos moradores daquella localidade (indios na maioria) quando viram o soberano mirim (Caldeira) fuzilando indios á todo e á direito, queimando suas propriedade e rebanhando animaes! E, tudo isso, sr. Redactor, sem a menor cerimonia. Eis ahi, sr. Redactor, um pequeno resumo dos factos occoridos, que tanto alarmaram o povo, e que agora reclamam sevéra justiça para os autores desse massacre inglorio, onde foram sacrificadas muitas vidas dos verdadeiros donos desta immensa região que se chama Brazil. Pela publicação destas linhas, fica-vos muito grato, o

> vosso constante lêdor. Dulcidio Costa Pinto. Ipiranga, 19-04-23. (*apud* GAZETA DO POVO, 1923b, p. 1).

No entanto, após alguns dias, o tema fanatismo foi retomado na imprensa, assim como a comparação com Canudos e com o Contestado:

> importa aos poderes competentes, abandonar um pouco a vida de gabinete e curar com o justo e necessario interesse, dum caso como este que bem pode degenerar num Canudos ou Contestado, custando mais tarde rios de dinheiro e de sangue a nação. (GAZETA DO POVO, 1923c).

O suposto monge aparece também no relatório do então nomeado subdelegado Pedro Nolasco ao desembargador chefe de polícia publicado no jornal *Diário da Tarde* do dia 7 de maio de 1923. O subdelegado, porém, não acredita na existência do tal monge, que seria invenção de um bandido conhecido naquele local.

> Confessam os criminosos que as ordens do 'Monge' era para fazer Quartel General no Carasinho, em casa do negociante Alberto De ...e de lá seguirem para Guarapuava para saquearem o Banco e o commercio. Elles não dizem que conhecem o 'Monge' e não sabem onde elle está; accredito, porem, não existir tal 'Monge' e que isto é industria de Domingos Palmeano, para poder ficar senhor de todos os roubos e furtos sem responsabilidades. (DIÁRIO DA TARDE, 1923b).

A tradição do monge

O historiador Paulo Pinheiro Machado (2013) conta que houve outras concentrações camponesas no sul do Brasil, muitas anteriores e posteriores ao próprio Contestado e, geralmente, acompanhadas de ação repressiva da polícia e de forças militares, como a concentração do Campestre (Santa Maria, RS, 1848), o movimento do Canudinho (Lages, SC, 1897), o movimento dos Monges do Pinheirinho (Encantado, RS, 1902), o movimento de Fabrício das Neves (Irani e Concórdia, SC, 1924), o movimento dos Monges Barbudos do Fundão (Soledade, RS, 1935-38) e o movimento dos Sertanejos do Timbó (1942).

Segundo Alexandre de Oliveira Karsburg (2014), em todo o planalto meridional do Brasil a tradição religiosa centrada no Monge João Maria já era muito presente desde o século XIX, transformando a devoção ao monge em uma crença viva e em constante transformação na região:

> fontes d'água, grutas, cavernas, lapas, cruzes, capelinhas e imagens do santo estão espalhados de São Paulo ao Rio Grande do Sul, principalmente no interior do Paraná e Santa Catarina, demonstrando a força desta devoção que remonta a um monge andarilho tornado santo pelo povo em meados do século XIX. (KARSBURG, 2014, p. 1035).

De acordo com Karsburg (2014), ao longo das décadas outros sujeitos se fizeram passar pelo eremita João Maria de Agostini, o primeiro da série de monges peregrinos, ou foram confundidos com ele. Entre 1844 e 1912, o nome do Monge João Maria foi atribuído a pelo menos três indivíduos diferentes e importantes (CRÉPEAU, 2010, p. 76).

Machado (2004) relata que o primeiro monge transitava entre Sorocaba (SP), Santa Maria e Lapa (PR), mas não foi mais visto nem mencionado de 1870 em diante. O segundo monge foi João Maria de Jesus, cujo nome era Anastas Marcaf. Fez a sua aparição em torno de 1890 no sul do Brasil e rapidamente ocupou o lugar deixado vago pela partida do primeiro monge, distinguindo-se na pregação e profetizando. Historiadores perderam seu rastro por volta de 1906 (CRÉPEAU, 2010, p. 77). Crépeau (2010) defende que o terceiro monge, que se intitulava José Maria, foi Miguel Lucena de Boaventura, que teria perambulado pelo interior do Paraná e Lages. Era um renomado curandeiro que trabalhava na área de Curitibanos e Irani, pequenas cidades do estado de Santa Catarina. Ex-soldado, desertor do Exército da província do Paraná, essa terceira figura histórica é diretamente associada à Guerra do Contestado (CRÉPEAU, 2010, p. 77). Foi morto na região contestada em um combate no Irani em 1912.

Segundo Karsburg (2014), o papel desses sujeitos na difusão da crença foi importante à medida que eles também

foram itinerantes, curandeiros e pregadores da palavra de Deus, transformando-se em "discípulos" do eremita Agostini. Involuntariamente, um deles se viu envolvido em um conflito que tomou enormes dimensões – a Guerra do Contestado.

Para Crépeau (2010, p. 78), que realizou pesquisa de campo na terra indígena Xapecó, Santa Catarina, os Kaingang contemporâneos e a população não distinguem as três figuras históricas do monge, tomando-os como um mesmo e único monge. Posteriormente, muitas outras lideranças vieram a assumir o poder político e a ligação espiritual com a população regional, acionando ou entronizando a identidade do Monge João Maria. "Embora nossos dados indiquem a existência de várias outras pessoas tendo ocupado em diferentes épocas o lugar destes três principais personagens históricos no Sul do Brasil, as histórias se referem à existência de uma figura única: São João Maria" (CRÉPEAU, 2010, p. 78).

Há também indícios da passagem do monge pela região central do Paraná, porém sem data precisa, como é relatado no livro *Lendas e contos populares do Paraná* (CARNEIRO JÚNIOR, 2005). Segundo a publicação da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, antigos moradores e pioneiros da cidade de Pitanga contam que um monge messiânico conhecido como São João Maria andava pela região pregando a palavra de Deus. No local por onde ele passava as noites, no dia seguinte se formava uma mina de água, um "olho-d'água", com o poder de curar. Conforme o relato, as pessoas que tomavam a água ou molhavam algum lugar ferido com ela obtinham a cura. O olho-d'água passou a se chamar "olho-d'água de São João Maria", e em alguns lugares foram construídas grutas em homenagem à figura do monge. Nos diversos olhos-d'água de São João Maria espalhados pelo município de Pitanga crianças são batizadas.

Em Pitanga, na localidade rural de Rio Batista, há uma gruta e um olho-d'água de São João Maria, conforme mostra a Imagem 1, de junho de 2018. Ainda hoje, no local, são realizados batismos utilizando a água considerada benta, orações e pedidos

destinados a São João Maria. Também ocorre o depósito de imagens de outros santos católicos, como pode ser visualizado na Imagem 1. A reprodução da imagem de um homem no *banner* é de uma das mais conhecidas atribuídas ao Monge João Maria. Na legenda do *banner*, pode-se ler que ele tem 180 anos.

A B

Imagem 1: (A) Gruta e olho-d'água de São João Maria na localidade rural de Rio Batista, Pitanga (PR); (B) *banner* com imagem atribuída ao Monge João Maria, junho de 2018. Fonte: foto de Romildo Eurich

Movimentos sociorreligiosos e indígenas

Segundo a antropóloga Cristina Pompa (1998), os termos mais utilizados no Brasil para tratar de movimentos religiosos e subalternos complexos são "messianismo" e "milenarismo". A antropóloga diz preferir o termo "movimento sociorreligioso", utilizado também por Lanternari (1960). Com base nas teorias e classificações gerais sobre os movimentos, Pompa (1998)

elabora uma definição mínima e operacional de "movimento sociorreligioso":

> – Uma coletividade que conceptualiza a realidade presente como crise e a define como um Tempo (ou um Tempo/Espaço) chegando ao Fim;
>
> – A expectativa de uma mudança mais ou menos radical dessa realidade, mudança definida como salvação e anunciada pelas profecias;
>
> – Um *corpus* de crenças e práticas religiosas, tradicionais ou criadas *ex novo*, com o qual a coletividade visa realizar a mudança e inaugurar a nova ordem;
>
> – A presença de um ou mais personagens carismáticos, que a coletividade reconhece como líderes. (POMPA, 1998, p. 179).

Para a antropóloga, esses elementos seriam comuns a todos os movimentos, não importa se definidos como milenaristas, messiânicos, proféticos, salvacionistas, nativistas, revivalistas etc., incluindo aqueles dos povos indígenas, os da Europa medieval e moderna e o chamado messianismo rústico brasileiro.

Há muitos trabalhos, principalmente da literatura antropológica, que ajudam a entender essa aproximação entre o monge e os indígenas e a ocorrência de movimentos sociorreligiosos, milenaristas, proféticos e messiânicos, tal como foram conceituados pelos autores, entre os grupos indígenas.

Entre os povos indígenas, não foram raros o surgimento nem o desenvolvimento de movimentos sociorreligiosos. No noroeste da Amazônia houve uma eclosão de movimentos messiânicos na segunda metade do século XIX, como o movimento de Venâncio Anizeto Kamiko, o profeta Baniwa, em 1857, analisado pelos antropólogos norte-americanos Jonathan Hill e Robin Wright em trabalho de campo na Venezuela e no Brasil (WRIGHT; HILL, 1986; HILL; WRIGHT, 1988).

Movimentos de tipo messiânico entre os indígenas podem ser vistos também entre os Canela do Maranhão, em 1963, conforme pesquisa realizada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009); no início da década de 1950, entre os indígenas Krahó,

do norte do Goiás (MELATTI, 1972); entre os Pemon, chamado de movimento de San Miguel, na Venezuela na década de 1970 (LEVY, 2003); em Roraima, entre os Taurepáng, na área de fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana no fim do século XIX, com o movimento Aleluia e, posteriormente, na década de 1920, com a entrada do adventismo (ANDRELLO, 1993).

Para citar mais um importante trabalho sobre o tema, o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2002) deteve-se na ocorrência de movimentos sociorreligiosos entre os indígenas Ticuna na década de 1940, no Alto Solimões, fronteira do Brasil, Peru e Colômbia. Fica claro nesses trabalhos que a intenção dos movimentos era operar uma modificação na ordem social vigente, não aceitando a colonização e invertendo o papel de índios e "brancos".

É por meio dessa inversão que tais movimentos passam a esperar um tempo de bem-aventurança. Essa intenção de modificação na ordem vigente também encontramos no movimento dos Kaingang na Vila da Pitanga em 1923, que, como vimos, possui correspondência com as memórias da luta do Contestado e com o monge.

A religião católica foi incorporada e ressignificada pelos indígenas na longa duração de seus contatos, nas missões, nos aldeamentos do Império. A participação dos indígenas como um dos grupos sociais do movimento, ou que pelo menos compartilham da memória sobre o Contestado por meio de suas representações acerca do monge, pode ser encontrada nos trabalhos de Pedro Martins (1995), Nilson Thomé (2007), Flavio Braune Wiick e Rafael Pereira Simonetti (2017) e Grazieli Eurich (2015). As histórias e a crença em São João Maria são também bastante difundidas entre os indígenas Kaingang, até mesmo assumindo papel de guia de kuiãs e curandeiras. Dessa maneira, conseguimos pensar no Monge João Maria, ou em sua representação, como liderança indígena no conflito entre os Kaingang e colonizadores na Vila da Pitanga.

Para o antropólogo Ledson Kurtz Almeida (2004a; 2004b), é relevante que se reconheça a importância das crenças católicas no processo de construção e reconstrução cultural e identitária dos Kaingang. Afinal, desde os

> primeiros contatos com os colonizadores até hoje, a aproximação dos Kaingang com algum tipo de missão é constante. Por isso, a prática religiosa cristã não está desvinculada do universo social e cultural indígena, mas pertence à própria história desse povo (ALMEIDA, 2004b, p. 287).

A importância do catolicismo entre os Kaingang e sua crença em São João Maria são dois aspectos essenciais para o entendimento do processo de legitimação da liderança de um monge e de padres no movimento de sublevação dos Kaingang na Vila da Pitanga. As fontes indicam que, antes desse conflito, os índios da região do Ivaí já estavam mobilizados em um movimento sociorreligioso mais amplo e segmentado que grassava em diferentes momentos e partes do sul do país.

O movimento indígena que invadiu a Vila da Pitanga era uma ação armada e política de resistência à realidade de expropriação. Era igualmente um movimento sociorreligioso, que, em um momento de crise, utilizou a linguagem religiosa e a violência para restabelecer a ordem social. Assim, os Kaingang reconheciam como líder o Monge João Maria e, liderados por ele, buscaram recuperar seus territórios.

A religião traduziu os interesses políticos dos indígenas. A liderança do monge foi aceita e reelaborada por eles, primeiramente por causa da importância histórica do repertório religioso entre os Kaingang. O monge foi também a tábua de salvação dos indígenas, quando foram presos e julgados por homicídio. Não encontrado pelas autoridades, o monge foi apontado pelos índios como o mentor da invasão à vila.

A área da terra indígena Ivaí tem atualmente 7.200 hectares, entre os municípios de Pitanga e Manoel Ribas (PR). Essa demarcação obedece a critérios criados pelo governo em 1949, diminuindo ainda mais a área demarcada em 1924 após o

conflito. Os Kaingang do Ivaí ainda esperam reaver parte do seu antigo território.

O indígena Kaingang Domingos Crispin, em entrevista em 2015, fala da atual terra indígena:

> trinta e seis mil hectares. Nós precisamos do retorno disso aí. Foi pago pelos índios que perderam a vida. Então, por mim foi pago esses 36 mil hectares. Vinte anos atrás nós era pouco. Trinta anos atrásm eu fui cacique, em [19]85 e em [19]91, mas, na época, era só cento e poucas famílias. Hoje tem 300, 400 famílias. Hoje nós queremos retorno da nossa terra de 36 mil, 18 mil hectares. Isso aí que eu tô falando. Eu vou falar duas vezes. Foi pago pelos índios que perdeu sangue, que perdeu a vida. (CRISPIN, 2015).

Na memória indígena, especialmente na de Domingos Crispin (2015), o conflito foi uma guerra, e uma guerra pelo direito de viver na terra que pertencia a eles.

Referências

Processos

JUÍZO DE DIREITO DE GUARAPUAVA. *Processo criminal n.º 92.321.391, caixa n.º 62. Guarapuava, 1923*. Centro de Documentação e Memória de Guarapuava. Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Jornais

A NOITE. Rio de Janeiro, ano XII, n. 3.899, p. 3, 9 out. 1922.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, ano 24, n. 7.483, p. 1, 19 abr. 1923a.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, ano 24, n. 7.497, p. 3, 7 maio 1923b.

GAZETA DO POVO. A rebelião dos índios: a crendice e a ignorância do sertanejo a serviço dos exploradores. *Gazeta do Povo*, Curitiba, ano 5, n. 1.287, p. 1, 16 abr. 1923a.

GAZETA DO POVO. Apparece a verdade e já agora se sabe que os índios foram os aggredidos e não os agressores. *Gazeta do Povo*, Curitiba, ano 5, n. 1.294, p. 1, 23 abr. 1923b.

GAZETA DO POVO. Curitiba, ano 5, n. 1.298, p. 6, 28 abr. 1923c.

Relatórios

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI). *Relatório do inspetor do Paraná e Santa Catarina ao diretor interino do SPI.* Elaborado por José Maria de Paula. SPI, 12 dez. 1927. Microfilme 75, Planilha 809. Acervo do SPI/ Museu do Índio.

Entrevistas

CRISPIN, Domingos. *Domingos Crispin:* entrevista III [jun. 2011]. Entrevistadora: Grazieli Eurich. Terra Indígena Ivaí, 2015. 1 arquivo .mp3.

Bibliografia

ALMEIDA, Ledson Kurtz. *Análise antropológica das igrejas cristãs entre os Kaingang baseada na etnografia, na cosmologia e dualismo.* Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004a.

ALMEIDA, Ledson Kurtz. "História dos antigos" como objeto de reflexão sobre o cristianismo entre os Kaingang. *In*: TOMMASINO, Kimiye (org.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang.* Londrina: Eduel, 2004b, p. 285-315.

ANDRELLO, Geraldo L. *Os taurepáng:* memória e profetismo no século XX. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino:* imprensa e ideologia em O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARNEIRO JÚNIOR, Renato Augusto. *Lendas e contos populares do Paraná.* Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná; Departamento de Imprensa Oficial do Paraná, 2005.

CRÉPEAU, Robert R. La figure de l'étranger chez les Kaingang du Brésil meridional. *Recherches Amérindiennes au Québec,* Montreal, v. 40, n. 1-2, p. 75-81, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

EURICH, Grazieli. *A fé que move os indígenas:* o Monge São João Maria e os "ecos" do Contestado na luta Kaingang pela terra no interior do Paraná.

Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

EURICH, Grazieli. Messianismo em terra de índio: o Monge São João Maria e os Kaingang do Ivaí, Paraná, 1923. *In*: VALENTINI, Delmir José; RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *Contestado:* fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014). Porto Alegre: Letra e Vida; Chapecó: Editora da UFFS, 2015, p. 267-281.

HILL, Jonathan; WRIGHT, Robin M. Time, narrative and ritual: historical interpretations from an Amazonian society. *In*: HILL, Jonathan D. (org.). *Rethinking history and myth*. Urbana: University of Illinois Press, 1988, p. 78-105.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Monge João Maria na tradição religiosa popular do planalto meridional do Brasil. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 1, p. 1035-1054, 2014.

LANTERNARI, Vittorio. *Movimenti religiosi di libertà e di salvezza dei populi oppresi*. Milão: Giangiacomo Feltrinelli, 1960.

LEVY, Gabriela Copello. *Vozes inscritas:* o movimento de San Miguel entre os Pemon, Venezuela. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O profeta João Maria e as concentrações camponesas no Brasil meridional (1848-1942). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. ... *Anais,* São Paulo, v. 1, p. 235-253, 2013.

MARTINS, Pedro. *Anjos de cara suja:* etnografia da comunidade cafuza. Petrópolis: Vozes, 1995.

MELATTI, Júlio Cezar. *O messianismo Krahó*. São Paulo: Herder/Edusp, 1972.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século:* um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Ação indigenista e utopia milenarista: as múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticunas. *In*: ALBERT, Bruce (org.). *Pacificando o branco:* cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Editora da Unesp, 2002, p. 277-309.

POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo: para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil "rústico". *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 177-211, 1998.

THOMÉ, Nilson. *A formação do homem do Contestado e a educação escolar*: República Velha. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

WIIK, Flavio Braune; SIMONETTI, Rafael Pereira. Discursos na imprensa sobre índios e caboclos durante o Contestado: o caso do Diário da Tarde. *Diálogos*, Maringá, v. 21, n. 3, p. 79-95, 2017.

WRIGHT, Robin M.; HILL, Jonathan D. History, ritual and myth: nineteenth century millenarian movements in the Northwest Amazon. *Ethnohistory*, Durham, v. 33, n. 1, p. 31-54, 1986.

No limiar da fronteira:
luta pela terra e direitos de propriedade no Território Federal do Iguaçu (1943-1946)

Viviani Poyer

O presente texto[1] trata dos resultados da pesquisa desenvolvida durante o estágio pós-doutoral realizado na Universidade Federal Fluminense que buscou mapear e compreender as possíveis manifestações e/ou movimentos relativos à luta pela terra e pelo direito de propriedade empreendida por caboclos, colonos e indígenas na região do ex-Contestado catarinense, entre os anos de 1943 e 1946, durante a vigência do Território Federal do Iguaçu.

O então território compreendia o oeste e o sudoeste do Paraná, bem como parte do oeste e do noroeste de Santa Catarina. Geográfica e historicamente, foi palco de importantes conflitos fronteiriços, como a Questão de Palmas (1890-1895), a Guerra do Contestado (1912-1916) e a insurreição armada ocorrida naquela região no ano de 1917, que ganhou vulto com o Acordo de Limites (1916).

O trabalho foi orientado por um vasto levantamento de fontes históricas, e sua respectiva análise objetivou estudar possíveis casos que remetessem a conflitos sociais relacionados à luta pela terra nos atuais municípios catarinenses de Xanxerê, Concórdia, São Miguel do Oeste, Xaxim, Joaçaba e Chapecó. Sobretudo por meio da pesquisa e da análise das fontes, conseguiu-

1 O presente artigo é fruto do desenvolvimento do projeto de estágio pós-doutoral realizado na UFF, entre os anos de 2018 e 2020, e vinculado ao Projeto Internacional História Social das Propriedades e Direitos de Acesso do INCT Proprietas, sob a coordenação de Dra. Márcia Maria Menendes Motta.

se compreender alguns traços que caracterizavam a política estado-novista de implantação dos territórios nacionais. Especificamente sobre o Território do Iguaçu, perceberam-se aspectos como o posicionamento político de paranaenses e catarinenses diante da implementação do território, a exploração de terras indígenas por meio da ação ilegal de fazendeiros e madeireiros da região, as dificuldades governamentais em controlar o contrabando de madeiras e demais produtos pelo Rio Iguaçu e a efemeridade do projeto político nacional estado-novista.

O trabalho com fontes, acervos e arquivos

Em função das dificuldades de acesso a diferentes acervos e arquivos impostas no ano de 2020 como consequência da atual conjuntura mundial endêmica e do avanço da pandemia do coronavírus (Covid-19) no Brasil, algumas fontes não chegaram a ser acessadas fisicamente, e os objetivos iniciais da presente pesquisa sofreram alterações. Contudo, com base no que pôde ser pesquisado de forma digital/virtual e em algumas fontes acessadas anteriormente a esse contexto, conseguiu-se desenvolver o presente trabalho, que pretende ser uma contribuição para a história do oeste catarinense a respeito do referido período.

Como alternativa, para procurar minimizar as dificuldades de acesso às fontes, foi ampliada a pesquisa nos periódicos que se encontram digitalizados nos acervos das diferentes bibliotecas, e inseriram-se na investigação demais acervos que contêm fontes digitalizadas e disponíveis *online*, como anais de congressos nacionais e relatórios ministeriais e estaduais.

Entre os periódicos consultados disponíveis no acervo digital da Biblioteca Pública de Santa Catarina, foram pesquisadas as edições estaduais publicadas entre os anos de 1943 e 1947 dos seguintes periódicos: *O Estado de Florianópolis* (SC), *Diário da Tarde* (SC), *Correio do Povo* (SC), *A Notícia* (SC) e *Gazeta do Povo* (SC). Entre os jornais que compõem o acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, desenvolveu-se a pesquisa nos

periódicos *O Dia* (PR), *Diário da Tarde* (PR), *Diário do Paraná* (PR), *Correio do Povo* (PR), *Gazeta de Notícias* (RJ) e *Diário da Noite* (SP).

No Arquivo Histórico do Itamaraty (RJ), investigou-se ampla e minuciosamente a documentação contida no acervo, com o objetivo de coletar documentos relacionados às diversas colônias de imigrantes estabelecidas na região de estudo, bem como registros das diferentes legações diplomáticas, Ministério das Relações Exteriores e governo federal, durante o processo de implantação do Território Federal do Iguaçu. Nesse acervo, contudo, obteve-se apenas uma contribuição indireta para a composição do cenário geográfico da região, por meio dos dados do Relatório da Comissão de Limites do Setor Sul / Fronteira Brasil-Paraguai-Uruguai. Nesse relatório, são apresentados, entre outros aspectos, a questão dos limites geográficos demarcadores das fronteiras dos três países e estudos sobre o solo, a hidrografia, a agricultura e a astronomia da região, que compreende os três estados do sul do Brasil.

Em função do período político instaurado no Brasil, com a implementação do Estado Novo, em 1937 e em vigor até 1945, e do fechamento do Congresso Nacional, não há documentação referente a decretos ou debates nem na Câmara dos Deputados nem no Senado. Nesse acervo, os documentos digitalizados e disponíveis *online* foram encerrados no ano de 1937, reiniciando-se somente em 1946, sendo o principal teor dos debates transcritos e propostas apresentadas pelos parlamentares a elaboração daquela que seria a nova Carta Magna Constitucional de 1946.

Quanto aos relatórios ministeriais, constatou-se a ausência de informações significativas sobre a temática em questão. Foram consultados os relatórios dos seguintes ministérios: Relações Exteriores, da Agricultura, da Fazenda e da Viação e Obras Públicas.

Nos relatórios do Ministério das Relações Exteriores que vão até o ano de 1944, encontrou-se no que foi o último relatório do referido ministério no Estado Novo um grande e detalhado estudo da Comissão de Fronteiras, com enfoque no estado do Paraná e em

suas fronteiras com o Paraguai. Essa comissão também desenvolveu estudos sobre a região oeste de Santa Catarina e sua fronteira com a Argentina, dando destaque à construção da ponte que faria a ligação entre os dois países. Em nenhum momento o relatório menciona o estabelecimento da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), que antecedeu a implementação do Território Federal do Iguaçu, ou mais especificamente a implantação do próprio território.

Nesse sentido, a ausência de documentos/fontes leva a fazer uma leitura ou pelo menos a perceber a cristalização dos traços da política institucional do Governo Vargas naquele período. Uma das hipóteses iniciais desta pesquisa era que o Ministério das Relações Exteriores teria tido ampla participação na implementação dos territórios federais, uma vez que o governo utilizava como justificativas a defesa das fronteiras internacionais localizadas a oeste do Brasil e o estabelecimento do regime de colônias agrícolas, na maioria das vezes composta de colonos europeus que migraram de colônias já existentes no estado do Rio Grande do Sul, ou até mesmo de outras regiões do próprio estado de Santa Catarina.

Entre os relatórios do Ministério da Fazenda existe um intervalo na sequência cronológica da documentação. Foram encontrados relatórios praticamente anuais até 1943 e depois somente em 1946 em diante, e neles nenhuma informação relevante sobre implementação, instalações de funcionários ou verbas destinadas ao pagamento de indenizações relativas a expropriações foi encontrada.

Sobre o Ministério da Viação e Obras Públicas, nada se pode dizer, pois não existe documentação disponível ao longo de todo o período do Estado Novo, somente de 1945 e anos subsequentes.

Por último, na pesquisa empreendida nos relatórios do Ministério da Agricultura, apesar de abranger também um intervalo cronológico, pois não existem relatórios entre os anos de 1945 e 1951, foram encontradas informações mais relevantes

e que poderiam apontar para outras fontes de pesquisa, ou seja, possibilidades que abririam muitos caminhos se a atual conjuntura fosse outra. Afinal, o trabalho do pesquisador é abrir caminhos, como um mateiro que adentra na mata. Uma fonte leva a outra, e assim desenrolamos os fios que tecem a trama histórica.

No relatório referente às atividades desse ministério do ano de 1944, logo no seu início é apresentado um organograma que mostra todos os setores ligados ao órgão, e dois deles, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o Instituto Nacional do Mate, mereceriam pesquisas pontuais e aprofundadas, a fim de compreender melhor as formas de sua atuação em relação aos indígenas, caboclos e colonos na região de Chapecó (SC). De qualquer maneira, aspectos referentes a esse tema são discutidos mais adiante no presente texto. Esse relatório também traz alguns indícios sobre a questão da colonização de regiões mais a oeste do Brasil, defendida pelo Governo Vargas, fundamentada por meio da campanha Marcha para o Oeste e assim justificada no próprio documento:

> verificado, entretanto, pelo Chefe do Govêrno, que o maior desenvolvimento do país se dera em uma estreita faixa ao longo do seu litoral marítimo, lançou, a guisa de lema de uma campanha redentora, o seu apelo – Marcha para Oeste. E, numa rápida concretização de tal programa, determinou imediatamente a instalação da primeira grande Colônia Agrícola Nacional, em Goiás, em pleno Brasil Central, que passou a constituir o centro de irradiação de imenso sistema de colonização, previamente planejado, que teria de desenvolver-se rumo aos sertões do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Territórios de Iguaçu e Ponta Porã, onde já foram criadas outras grandes Colônias Nacionais. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1930-1944).

A ideia era que os referidos "núcleos de colonização" impingissem uma espécie de modelo para os demais trabalhadores rurais que vivessem na região, buscando implantar não só modelos, mas, mediante o emprego de recursos, novas técnicas agroindustriais e novos padrões de vida, uma vez que se pretendia por intermédio desses trabalhadores "formar células de civilização nova". Ou, como afirmava o relator:

> destarte, servirão ainda de modelo aos lavradores mais abastados da região, quer quanto a essas novas práticas agrícolas, quer quanto a outros hábitos de vida, tais como necessidade de se proverem os indivíduos aí localizados de vivendas confortáveis e higiênicas, ainda que simples. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1930-1944).

Precedentes do Território do Iguaçu

De acordo com a política governamental estabelecida no Governo Vargas, principalmente com a instituição do Estado Novo, despertar no povo o sentimento de pertencimento, brasilidade e, acima de tudo, nacionalidade, sobretudo entre aqueles que viviam em regiões de fronteira, era de suma importância para o desenvolvimento, a integração e a soberania nacional. Era necessário marchar para o oeste e ocupar todos os espaços desse imenso território, visto pelos poderes públicos até então como vazios demográficos.

Outro aspecto a se considerar e de certa forma diretamente relacionado a esse contexto é a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nessa perspectiva, a implantação do Território Federal do Iguaçu ocorreu às voltas da campanha nacionalista empreendida por Vargas que defendia a efetiva ocupação e nacionalização das fronteiras a oeste do Brasil. Diante do contexto bélico vivenciado em âmbito mundial, o discurso de proteção das fronteiras com a Argentina e o Paraguai ganhou força.

Sabe-se que a região em que foi criado o Território Federal do Iguaçu foi historicamente palco de importantes conflitos fronteiriços, tanto de ordem internacional, como a Questão de Palmas, quanto nacional, como o movimento social do Contestado, que culminou com a Guerra do Contestado, questão resolvida, ou melhor, remediada, mediante a assinatura do Acordo de Limites entre os dois estados vizinhos em 20 de outubro de 1916.

Mesmo com o Acordo de Limites, aquela região continuou a sofrer com o descaso dos poderes públicos paranaenses e catarinenses. A população reclamava contra o abandono daquele

território, mas essas informações só ganharam notoriedade nacional com a Revolta Tenentista, de 1924, durante a passagem e o refúgio do grupo liderado por Isidoro Dias Lopes, que ao chegar a Foz do Iguaçu (PR) deparou com aquela realidade. Além das questões ligadas ao abandono, sem nenhum dos dois governos prestar condições mínimas de saúde, segurança e educação para a permanência da população e para o desenvolvimento local, outra situação que por lá imperava era a exploração econômica da vizinha Argentina de "trabalhadores brasileiros em regime de semiescravidão, em grandes latifúndios de exploração de erva-mate" (PRIORI, 2012, p. 64).

Pode-se afirmar que acontecia ali a desnacionalização do território, que acabava sendo dominado pelos argentinos que exploravam e controlavam a madeira e o mate, utilizando o Rio Paraná como meio de transporte dos produtos brasileiros. Grande parte da população daquela região tinha como única alternativa de trabalho remunerado as empresas estrangeiras que contratavam brasileiros, na falta de oportunidades de trabalho geradas pelo governo paranaense ou catarinense, mas esses indivíduos acabavam submetendo-se a míseras condições, semelhantes a trabalho escravo[2]. A influência estrangeira na região era tamanha que o dinheiro usado era o peso argentino, e a língua falada, o guarani e o espanhol. "O sertão do Brasil, ou o interior, estava abandonado, despovoado e indefeso. Foi diante desse cenário que surgiu no governo Vargas a idealização da Marcha para o Oeste" (PRIORI, 2012, p. 65).

2 Um relatório enviado por um militar que atuava na região durante a Guerra do Contestado sobre a forma como se davam o aliciamento e as condições dos trabalhadores de uma dessas empresas estrangeiras, a Laranjeiras e Mendes, revela aspectos característicos de trabalho escravo. Os homens eram aliciados por meio de promessas salariais atraentes, mas ao chegar às instalações da empresa percebiam que a realidade era bem diferente: trabalho de domingo a domingo, sem direito a descanso, alimentação escassa, comunicação com os familiares proibida, condições de higiene dos barracões, bem como da enfermaria para cuidar dos homens que se feriam ou adoeciam, as piores que se possam imaginar. Quando não morriam de doença ou por algum ferimento não tratado, muitas vezes os trabalhadores eram mortos pelos capangas a serviço da empresa e seus corpos jogados no Rio Paraná. Os proprietários exploravam grandes latifúndios no estado do Mato Grosso e também do Paraná, na região de Guaíra, e acabavam sempre que possível estabelecendo acordos com militares e políticos locais de maneira a manter a exploração das terras (RELATÓRIO 20, 1914).

O movimento que ficou conhecido como a Marcha para o Oeste complementava a política nacionalista empreendida por aquele governo e objetivava despertar na população que vivia nas fronteiras do país o sentimento de nacionalidade e brasilidade, além de ocupar os espaços ditos vazios que compreendiam na maioria das vezes terras devolutas, buscando promover o desenvolvimento e a integração nacional. Nesse sentido, esse movimento procurou resgatar as tradições coloniais e tornar viva a figura do bandeirante como herói nacional. A ocupação dessas regiões era vista como crucial para o rápido e o racional estabelecimento e desenvolvimento da nacionalização, da organização social e econômica, da defesa das fronteiras e dos sertões e, por conseguinte, da soberania nacional. Outro aspecto que também corroborou para a marcha e a consequente criação do Território Federal do Iguaçu foi a ideia de que a redivisão do território nacional poderia "facilitar a ação governamental no sentido de recuperar humana, cultural e economicamente as fronteiras brasileiras" (LOPES, 2004, p. 16).

Para além dos argumentos até aqui apontados e que foram utilizados pelo Governo Vargas para a implantação do projeto da Marcha para o Oeste e, mais tarde, para a efetivação do Território Federal do Iguaçu, existem acusações de que havia interesses imobiliários de companhias gaúchas no desmembramento daquela região dos estados do Paraná e de Santa Catarina. Contudo, no Paraná, o então interventor Mário Tourinho, por meio de um decreto estadual de 1930, determinou que as concessões de terra feitas a Brazil Railway Company e sua subsidiária Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco), bem como outros latifúndios e terras devolutas, ficassem, conforme tal decreto, sob controle paranaense.

Em 1931, o governo federal enviou um funcionário ao sudoeste e ao oeste do Paraná para desenvolver um relatório que concluiu que havia certa ingerência do estado paranaense sobre a região, uma vez que esta se encontrava abandonada. Assim, o governo federal encontrou motivos para fortalecer o seu projeto de

desmembrar aquela imensa área, bem como colocar em prática seu planejamento. Mário Tourinho era contrário a essa possibilidade e, por isso, foi demitido por Getúlio Vargas, assumindo o cargo de interventor Manoel Ribas. Como políticos catarinenses e paranaenses eram contrários à criação do território federal, Vargas suspendeu o projeto, aguardando a poeira baixar, contudo a ideia foi retomada no Estado Novo.

Em 1937 foi incluído na Constituição o artigo 165, que "tratava da segurança nacional, proibia a colonização e a construção de estradas numa faixa de 150 quilômetros da divisa com países vizinhos, sem a autorização do Conselho Superior de Segurança Nacional" (MURARO, 2016, p. 175). Essa medida promoveu a perda do direito dos estados ao desenvolvimento de projetos de colonização nas áreas de fronteira.

> Todos os processos de colonização nessas áreas seriam coordenados pelo Ministério da Agricultura e as terras somente poderiam ser concedidas a brasileiros natos ou estrangeiros casados com brasileiras. Somente poderiam ser doadas terras com área menor que 25 hectares e, nos primeiros 30 quilômetros da fronteira, não poderiam ser formadas propriedades maiores que 100 hectares. A partir dessa determinação legal, todas as concessões feitas deveriam ser revistas. (WACHOWICZ, 1987 *apud* POLI, 2016, p. 254).

A Marcha para o Oeste ganhou força em 1938 como política oficial do governo, e este, por sua vez, passou a constituir colônias agrícolas federais com o objetivo de promover a ocupação territorial dessas áreas e a sua integração com as demais regiões do país. Esse foi o caso da região do ex-Contestado que fazia fronteira com a Argentina.

Em 1941, o Conselho de Segurança Nacional fez um pedido ao Ministério da Agricultura para verificar onde seriam criadas colônias nas terras pertencentes à União, com o objetivo de nelas estabelecer reservistas e famílias de colonos. Por meio de um estudo feito por uma comissão, designou-se a área de fronteira do Paraná e de Santa Catarina para a criação da colônia, que não deveria ser em Foz do Iguaçu, mas distante cerca de 10 km de Barracão

(PR), na divisa com a Argentina. Então, foi instalada ali a Cango, pelo Decreto n.º 12.417, em 12 de maio de 1943. No mesmo ano, por meio do Decreto-Lei n.º 5.812, de 13 de setembro, instituiu-se o Território Federal do Iguaçu, juntamente com os demais territórios federais de Ponta Porã, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá, todos em regiões de fronteiras internacionais, áreas em que os poderes públicos julgavam haver dificuldades para povoamento, desenvolvimento e segurança.

O Território Federal do Iguaçu e sua efemeridade

Quando da implantação do Território Federal do Iguaçu, muitas foram as manifestações de apoio ao governo por parte de figuras políticas importantes da região, como pode ser percebido na transcrição da nota publicada no jornal paranaense *O Dia* de 19 de setembro de 1943:

> a propósito da creação do Territorio Federal do Iguaçú, S. Excia. o Presidente Getulio Vargas, recebeu entre outros, mais os seguintes telegramas: 'Rio Caçador - S. Catarina - Imensamente satisfeito peço venia para congratular-me com v. excia. pela criação do Territorio Federal do Iguaçú, mormente por ter esse Territorio abrangido Clevelandia, terra de grandioso futuro. Atenciosas saudações - Climerio Santos'. 'Porto União - S. Catarina - É elogiavel a patriotica criação por v. excia. do Territorio do Iguaçú, conhecida região de grandes possibilidades economicas. Cordiais saudações - Elias Domingues diretor da sucursal de Vida Pencezina'. (O DIA, 19 set. 1943).

Após a publicação do Decreto-Lei n.º 5.812, que criou o território, os periódicos tanto do estado do Paraná quanto de Santa Catarina alternavam suas notas entre elogios e congratulações ao governo federal e sobre o andamento das diversas ações necessárias à efetiva implementação do Território Federal do Iguaçu.

Com certa euforia, os noticiários publicavam congratulações aos primeiros atos do governo federal, no sentido de organizar a estrutura político-administrativa da nova unidade da federação. Por meio de decreto assinado em 3 de janeiro de 1944, Vargas nomeou como governador do Território Federal do Iguaçu o Major

João Garcez do Nascimento, oriundo da arma de artilharia e que servia na Quinta Região Militar. Garcez era natural do estado do Paraná, e os jornais paranaenses afirmavam que a imprensa de todo o país vinha acolhendo com muita simpatia a nomeação do "distinto" oficial do Exército. O jornal *O Dia*, do Paraná, replicou uma nota do periódico carioca *A Manhã* a respeito da repercussão da nomeação:

> teve a mais simpática repercussão nos circulos militares e administrativos do País, a nomeação, por decreto do presidente da República, do major João Garcez do Nascimento para as funções de governador do novo Território do Iguaçú. Figura de relevo das nossas classes armadas, o ilustre oficial é um grande conhecedor da região que vai administrar, sendo um estudioso, há muito tempo, dos problemas que com elas se relacionam. (O DIA, 1944a).

Após a nomeação do governador, foi a vez de nomear como secretário-geral do Território Raul Gomes Pereira, também paranaense e oficial do Exército, professor da Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná. Ele, em entrevista intitulada "Uma verdadeira fonte de riquezas inexgotavaeis", concedida ao jornal *O Dia*, revelou parte dos planos do governo para a implantação do território: "Não há um programa traçado, mas este se impõe por si mesmo trabalhar, trabalhar, trabalhar. Tudo lá está por se fazer, e é, pois, um campo virgem para desenvolver-se um trabalho profícuo e fecundo" (O DIA, 1944b).

Contudo, pôde-se perceber por meio da presente pesquisa que, se existe uma palavra que caracteriza o processo em torno da existência do Território Federal do Iguaçu, é efemeridade. Desde a sua criação, em setembro de 1943, até a sua extinção, em 18 de setembro de 1946, com pouco mais de três anos de existência, tudo foi muito efêmero, inclusive os ânimos dos políticos e, consequentemente, de boa parte da população.

Em relação a essa efemeridade, já em 1944 se veem gradativamente algumas mudanças no teor dos discursos proferidos por representantes políticos, pelo menos do estado do Paraná, quanto ao estabelecimento do território:

> Evolução economica do Paraná
>
> Resta, porém, o estudo mais aprofundado do oeste paranaense em função das suas reservas de riqueza em potencial, cujas perspectivas extraordinárias somente agora começam a despertar invulgar interesse em todos circulos de opinião do Estado e do País, particularmente depois da creação do Territorio Federal do Iguaçú. Abrangendo importante area geografica e dispondo de incalculaveis recursos naturais, com um sistema de comunicações rodoviárias em desenvolvimento, aquela região aguarda a efetivação de uma politica sabia e clarividente que, atendendo aos imperativos reais do progresso e de civilização, possa contribuir simultaneamente para integrar as populações ali radicadas na comunhão dos interesses nacionais. É evidente, assim, que competirá ao Governo da União estabelecer, desde já, um harmonico e equilibrado plano no sentido de promover a colonização das extensas glebas que vieram enriquecer ainda mais o seu patrimonio, de maneira a favorecer e amparar a instalação de nucleos agricolas, constituidos de lavradores nacionais, e executar uma serie combinada de obras publicas tendentes não só a permitir a livre e rapida circulação das riquezas regionais, como também, a assegurar condições de bem estar, estabilidade e segurança às correntes imigratórias que para lá se deslocarem, como fatalmente se registrará. Dificuldades sem conta hão de se apresentar, certamente, aos responsaveis pela execução de tão arduo e importante programa politico-administrativo mas pode se antecipar que, sejam quais forem os impecilhos, a tarefa a que se propoz o Governo será cumprida à risca e integralmente. (O DIA, 1944c).

Nessa nota publicada no jornal *O Dia* em março de 1944, os elogios parecem ceder lugar a palavras carregadas de certo ar de cobrança, aspecto que remete a duas hipóteses: os poderes públicos ou já não estavam mais alinhados à política estabelecida pelo programa estado-novista, ou começavam a sentir-se prejudicados economicamente, em função da perda de uma significativa área territorial expropriada para a implementação do projeto federal.

Em outra nota publicada no mesmo periódico, em data posterior, há nas palavras do procurador regional do Paraná Mário de Vasconcelos Ribeiro cobranças do governo federal em relação à "contribuição" exigida daquele estado à instituição do território:

> mais uma vez, visando a união nacional e concorrendo para a segurança e defesa do Brasil, o Paraná contribuiu com parcelas

> valiosas do seu territorio. Ainda nesta conjuntura, ao apêlo da Pátria, o Paraná, que sem favor, é uma das suas unidades de vida civica mais exaltada, não vacilou pondo-se inteiro ao serviço da unidade nacional. Assim tem sido sempre, e continuará a ser, pois as reservas patrióticas da sua população não medem sacrificios nem conhecem impossiveis para bem servir ao Brasil. A contribuição exigida agora do Paraná, é de valor incalculavel, pois a área de cerca de quarenta mil quilometros quadrados, que foi desmembrado do territorio do Estado para a formação do Territorio de Iguaçú, representava a sua opulência potencial, as suas riquissimas reservas florestais, a fertilidade sem igual, dos grandes vales do seu terceiro planalto, uma terra quasi virgem, acenando ao homem, com maravilhosas perspectivas de riqueza e prosperidade. O Paraná, com a compreensão de que acima dos interesses regionais pairam a segurança nacional e as necessidades vitais e primordiais da defesa do país, sopitando patrioticamente, quaisquer pezares pela diminuição do seu territorio, aceitou a criação do territorio federal em suas terras, que limitam com países vizinhos, colaborando assim com o Govêrno da Republica, na esperança de que o sacrificio que lhe foi exigido, seja compensado para o bem do Brasil, por medidas que tragam a essa região privilegiada, que era todo o seu futuro, os beneficios da civilização e do progresso. (O DIA, 1944e).

Parece que os ventos estavam mudando de direção, e os estados do Paraná e de Santa Catarina começavam a sentir na própria pele reflexos negativos do desmembramento dessa área territorial. Se até então a expropriação dessa imensa região havia sido entendida pelos políticos e pela população local como um ato cívico e patriótico que colaboraria com a implantação do programa governamental de ideais de unidade nacional, de ampliação da defesa territorial nas fronteiras a oeste, de progresso e de civilidade, agora começavam a se manifestar calculando e anunciando perdas e prejuízos econômicos.

"Esta terra tem dono"[3]

Para além dos argumentos até aqui apontados e utilizados pelo Governo Vargas como justificativas para a implementação do projeto da Marcha para o Oeste, a especulação imobiliária de

3 Frase pronunciada pelo índio paranaense Guaraica, cujo nome foi sugerido como substituto ao de Cascavel (PR) quando se cogitou a possibilidade de naquela localidade se instalar a capital do Território Federal do Iguaçu (O ESTADO, 1944a).

companhias gaúchas e os consequentes interesses em desmembrar aquela região dos estados de Santa Catarina e Paraná, questões levantadas pelo governo paranaense na década de 1930, podem ser confirmados com a implantação do Território Federal do Iguaçu, por meio de notas publicadas nos diferentes periódicos pesquisados.

Em 9 de março de 1945, foi publicada uma extensa nota sobre a administração do território no seu primeiro ano. Nela, o secretário-geral do Iguaçu, ao se pronunciar a respeito dos recursos econômicos daquela unidade da federação, afirma que havia grande procura de terras para colonização e também para fins industriais, como pode ser constatado na transcrição a seguir:

> a Votoran, por exemplo, adquiriu uma grande fazenda, onde instalará um frigorífico para beneficiamento da carne de gado vacum e suíno. A firma Lupion & Cia. conseguiu transportar para o Território o maquinário de grande serraria e já possui chatas percorrendo as aguas dos rio Paraná. Outra indústria química, para extração de cafeína da erva mate, já ultimou os estudos nesse sentido com o que muito lucrará a economia iguaçuana. A produção do Território de Iguaçú é variada e abundante, indo desde a criação de gado até a extração de erva mate e madeiras de lei, desde os produtos agricolas até minerais, de maneira que estará atraindo a atenção de quantos busquem campo novo para o desenvolvimento das suas atividades. (O DIA, 1945a).

Já antes da implementação do território federal, essas terras eram alvo de grandes companhias colonizadoras internacionais, como a Brazil Development & Colonization Company, uma subsidiária da Brazil Railway Company e envolvida diretamente na questão de terras que culminou com a Guerra do Contestado, em 1912. A política de colonização de amplas faixas de terras ao norte e ao oeste de Santa Catarina continuava em pleno vigor, e, após a incorporação por meio do Acordo de Limites de 1916, o governo catarinense buscava absorver em grande número os descendentes de imigrantes instalados no século XIX em colônias do Rio Grande Sul.

Pode-se afirmar que essa nova frente colonizadora do oeste catarinense, agora mais extrativista do que agrícola, contribuiu

para acentuar o processo de expulsão de pequenos posseiros, na sua maioria caboclos, de suas terras, contudo é um grande engano achar que as terras indígenas não foram afetadas por essa nova onda. Nas palavras de D'Angelis (2006, p. 319), "a colonização não chegará, de imediato, aos indígenas do rio Irani, mas algumas famílias de caboclos, expulsas pelas colonizadoras, procuravam os Kaingang solicitando abrigo".

No início da década de 1920, o negociante Alberto Berthier de Almeida procurou apropriar-se das terras dos caingangue localizadas à margem direita do Rio Chapecozinho. O interesse desse negociante rio-grandense por essas terras era, sobretudo, a extração da madeira. Estabeleceu-se aí uma contenda judicial, e, enquanto a questão não se resolvia na justiça, Berthier explorava madeiras, na sua maioria pinheiros, da terra indígena.

Entre os anos de 1936 e 1944, o fiscal ou procurador da empresa Luce, Rosa & Cia., juntamente com Giocondo Trentin, planejou lotear e vender as terras indígenas do Toldo Chimbangue, localizadas na região do Irani e que fora palco da batalha do Contestado no estado de Santa Catarina, mandando sair os índios caingangue estabelecidos ali desde 1915. Em 1941, funcionários do SPI visitaram pela primeira vez as terras caingangue do Irani e fizeram o recenseamento da localidade. Em 1944, outros recenseamentos começaram a ser elaborados com maior regularidade, apontando a relação nominal dos moradores e estatísticas agrícolas e pecuárias. No programa de trabalho para 1946 e 1947, essas terras apareceriam na proposta de reserva e regularização de terra suficiente, porém tal proposta não se efetivou.

No oeste catarinense, viu-se ao longo das décadas de 1940 e 50 os últimos redutos de posse, fossem de pequenos proprietários caboclos, fossem terras indígenas, serem tomados pelo processo devastador e extrativista de grandes empresas madeireiras. "No caso dos indígenas, até mesmo as terras a eles reservadas por Decretos reconhecidos dos governos estaduais, como as terras do Xapecó, seriam invadidas e sofreriam a ação do esbulho oficial"

(D'ANGELIS, 2006, p. 324). Ainda sobre esse processo, Sílvio Coelho dos Santos afirma:

> o caboclo e o índio saíram das terras em que as companhias tinham interesse, pela força das armas dos jagunços contratados, ou pela presença da justiça e da polícia constantemente manipulados pelos empresários, ou pela aquisição de benfeitorias pelos empresários. (SANTOS, p. 29-30, 1970).

Além da questão relacionada à concessão de terras a grandes companhias, estrangeiras ou nacionais, e ao esbulho de terras indígenas ou de posseiros da região, outro aspecto que chamou atenção foi o significativo número de anúncios de venda de propriedades localizadas na área que compreende o referido território, sendo muitos dos anunciantes aparentemente ligados a coronéis da região, como é o caso do anúncio que segue:

> vendem-se 33 alqueires de excelentes terras de cultura e pastagem na Fazenda Santana, municipio de Clevelandia, no Territorio Federal do Iguaçú, com aguadas abundantes representadas pelos afluentes do Rio Santana; nesta gleba também se encontram madeiras de lei, em grande quantidade, tais como pinho, cédro, cabriuva. Este lote dista da Rodovia São João Barracão 18 quilometros; rodovia essa que será prolongada brevemente atingindo a gleba. Preço: Cr$ 3.300,00 sendo 1.500 cruzeiros à vista e o restante com um ano de prazo, sem juros. Esta gleba foi havida no espolio de Amantino Amancio Mendes. Os interessados deverão se dirigir ao proprietario Dr. Rufino Maciel, residente em Mandaguari, Norte do Paraná. Para conhecer as terras e colher mais informações os interessados deverão procurar o Sr. Cel. Manoel Lustosa Martins, em Clevelândia (Territorio Federal do Iguaçú). (O DIA, 1944d).

Essas terras oferecidas localizavam-se na região de Clevelândia, ou seja, em terras anteriormente pertencentes ao estado do Paraná. Também nos chama atenção o destaque que é dado aos tipos de madeira que a referida propriedade possui. O anúncio com ar de propaganda vinha ao encontro da atividade madeireira, que estava em franca expansão na imensa área que compunha o Território Federal do Iguaçu. O governo federal dava seu aval para tais comerciantes e até se vangloriava por vezes acerca do crescimento da atividade, já que esta se revertia em significativos ganhos econômicos aos cofres públicos, como

se pode constatar na divulgação de estudos desenvolvidos por comissões federais acerca dos territórios nacionais e de maneira mais específica sobre o Iguaçu:

> a erva mate e as madeiras, principalmente o pinho, constituem a sua maior fonte de renda. No município de Xapecó existem 48 serrarias, todas em funcionamento. As madeiras do Território são, em sua maior parte, exportadas para o Prata. (O DIA, 1946).

No plano quinquenal para o Território do Iguaçu, acrescentava-se que existia um manancial de riquezas a explorar, entre elas as quedas-d'água, a erva-mate, a madeira, o cristal de rocha de Chapecó e várias outras fontes de produção. Entre as que se encontravam em franco desenvolvimento, estava a indústria madeireira, e grande parte das serrarias localizava-se em Chapecó.

> nas margens do Uruguai há madeira no valor de 14 milhões de cruzeiros á ser conduzida rio abaixo, tão logo subam as aguas. Os madeireiros, dentro em breve, assumirão o compromisso de esboçar futuras cidades nas regiões por eles exploradas, construindo escolas e demais melhoramentos possíveis, a par do reflorestamento a que estão obrigados por lei. A principal tarefa do governo serão a abertura de estradas e colonização, deixando à iniciativa particular o desenvolvimento econômico do Território. (A NOTÍCIA, 1944).

Contudo a exploração da madeira existente nessa região nem sempre tinha destino certo e/ou era negociada de acordo com as leis de exportação impostas pelo governo federal. Muitas vezes, a extração e o comércio dessas madeiras nobres acabavam dando-se de forma ilegal.

O contrabando na fronteira oeste e o fim do território

O contrabando internacional de recursos naturais era assim amplamente praticado nas fronteiras brasileiras com Argentina e Paraguai e chamava a atenção dos órgãos de controle e fiscalização das fronteiras, na medida em que desviavam recursos que deveriam ir aos cofres públicos. De acordo com o delegado regional do Serviço Florestal em Iguaçu:

> o regime de águas do Rio Paraná está sofrendo as consequências da devastação de suas margens pelos madeireiros gananciosos que ora afetam a região e que só pensam no preço espantoso que vem de atingir a madeira de lei na vizinha República Argentina, para onde procuram canalizá-la. Em se falando de exportação de madeira torna-se dever patriótico aclarar a situação junto às autoridades sôbre o que se está passando com cedros e ipês centenários, ora sendo derrubados e exportados sem que se atenda ao replantio e raras vezes que se faz algum plantio, êste é o de eucalipto. Permita v. excia., relatar essa situação, pois esteja certo que, se faço, é por me parecer pouco patriótico assistir impassivel a esta canalização de matéria prima, em bruta, para o estrangeiro e que deixa apenas como vestigio de sua passagem a devastação. (O ESTADO, 1945a).

O contrabando nas fronteiras internacionais, mais especificamente na fronteira com a Argentina, era latente, e entre os produtos contrabandeados não estavam somente aqueles oriundos das florestas, mas também produtos industrializados, como pneus, artigo de grande interesse para a vizinha Argentina no contexto da Segunda Guerra Mundial. Ironicamente, pode-se perceber que o comércio ilegal, ou seja, o contrabando internacional, era um fato recorrente na região e não foi sanado mesmo com a implantação do território federal.

Em nota publicada no jornal *O Estado*, de Florianópolis, em 8 de setembro de 1944, é relatada uma apreensão de material contrabandeado feita pela Guarda Territorial do Iguaçu na região de Chapecó, atual município catarinense. O autor da nota afirma que proteger aquela região da ação dos contrabandistas, tarefa atribuída ao delegado regional Tenente Sílvio Van Erven Júnior, era uma "missão altamente espinhosa".

> É sabido que, ultimamente tem-se verificado o contrabando de pneumáticos entre as fronteiras do Brasil e Argentina, sendo aquele artigo vendido a preço elevadíssimo no vizinho país. A propósito, 'O Estado' já tem publicado diversos telegramas. Há pouco, a autoridade policial de Xapecó, em arriscada, mas feliz diligência, apreendeu 180 pneus que se destinavam clandestinamente à República Argentina e eram conduzidos num grande caminhão sem placa. Era uma 'moamba' grossa; pois, segundo dizem, na Argentina se paga de 6 mil a 10 mil cruzeiros por cada pneu! Dias atrás, a mesma autoridade apreendera 276 quilos de pedras semi-preciosas, que se achavam em mãos de

> portadores não licenciados. A vigilância exercida pelo tenente-delegado de Xapecó merece, portanto, todos os elogios. (O ESTADO, 1944b).

Em 11 de setembro de 1945 se tem a notícia de que o Tenente João Ferraz, delegado de Polícia do Território do Iguaçu, faleceu em consequência dos ferimentos causados por tiros alvejados por supostos contrabandistas de pneus.

> Conseguimos apurar que o fato prende-se à campanha de repressão ao contrabando de pneus, que aquela autoridade vinha movendo intensamente. O subdelegado daquele Território, segundo conseguimos apurar estaria envolvido no caso. Ignoramos quem tenha sido o autor do crime. (O ESTADO, 1945c).

Comprovações à parte, o que se sabe é que, por meio da Resolução n.º 35, o presidente do Instituto Nacional do Pinho, considerando deliberação prévia da junta deliberativa, estabeleceu em setembro de 1945:

> 1º - Elevar a 2.000.000 de pés quadrados mensais o contingente de exportação de pinho serrado atribuido ao Território Federal do Iguaçú.
>
> 2º - Permitir a transferencia de Serrarias dos Estados do Paraná e Santa Catarina para o referido Território.
>
> 3º - Estabelecer para essas serrarias a quota proporcional de exportação para o mercado argentino, a qual será integrada ao contingente atribuido ao Território Federal do Iguaçú e desmembrada (O DIA, 1945b).

O fato é que o descontentamento em relação à criação do Território Federal do Iguaçu já começava a aparecer na imprensa nacional antes mesmo de sua completa implementação. Em maio de 1945, setores públicos da sociedade já se manifestavam contra a ação do governo:

> Assentada a reivindicação do Iguaçú ao Paraná
>
> Curitiba, 24 (E.) - A Federação Universitária Paranaense assentou reivindicar o retorno do Território do Iguaçú ao Paraná, visto o desmembramento ter ocorrido sem o consentimento da população interessada, prejudicando a vida do Estado, que perdeu as suas principais reservas econômicas futuras, inclusive as florestas agora devastadas. O movimento

> universitário conta com o apoio da totalidade da população do Estado. (O ESTADO, 1945b).

Matérias polêmicas sobre diversos aspectos que diziam respeito a problemas com a colonização, com o contrabando, com a exploração de reservas naturais e com a paralisação de obras cruciais ao desenvolvimento da economia do território, como as rodovias que seriam construídas naquela região, passaram a ser publicadas com certa frequência a partir de meados do ano de 1945.

Por meio de uma grande nota publicada no periódico *O Dia* em 22 de novembro de 1945, um conhecido e influente advogado morador do território do Iguaçu chama a atenção para diversos problemas enfrentados naquela região com certo ar de provocação ao governo federal, dando indicativos do descontentamento não só do governo paranaense, como de certos setores da sociedade iguaçuense:

> o Território do Iguaçú, aqui se sabe, voltará ao Paraná, e isso é programa geral e politico partidário, ou mesmo (justossim) pretensão atendível pelos interesses do Paraná, que se viu privado de suas reservas. (O DIA, 1945c).

No que se refere à questão de terras e à colonização daquela região, o interlocutor faz uma extensa colocação:

> a opinião que tenho não é oficial. Nem poderia ser. É de quem vive há 6 anos na região e mesmo que queira não pode deixar de observar. De meu ponto de vista é o que sendo mais importante – no progresso –, sempre esteve, nos últimos anos, em maior dificuldade. Creio mesmo que se objeta o Território de inoperoso nesse sentido, o que é flagrante injustiça, de vez que não lhe está aféto resolver sobre terras e a colonização que haja de fazer – e fará – está na dependência de dispor de terras, ou porque a União lhe proporciona ou porque adquira. A mim sempre pareceu imcompreensível a situação, no Território, se é chamado a povoamento da região de fronteira e fomentar a indústria e comércio nacional nela, obstrutivamente não dispõem e nem póde dispor de um palmo de terra devoluta! A 'corrida' foi fantástica – colonos, industriais, enfim povoadores às centenas buscaram o Território – e quer – me parecer que hoje seduzidos pela região, sem favor algum fecunda para todos os ramos, de longe criticam o Governo do Território por este não

> lhes deferir terras, ignorando que não o póde fazer a ninguém, porque não tem jurisdição sobre elas. Como fiel admirador do Governador e compreendendo a importância do tema, só não compreendo porque o Territorio não dipõe de terras ou sobre elas não tem maior ingerência, e isso para mim [...] o absurdo e dá em consequência limitação quasi proibitiva ao povoamento da região. É certo que hoje está mais ou menos levantado o impasse: a União começa a atuar sequentemente a ação do Estado do Paraná. Mas dois anos passaram e talvez os mais propícios para o povoamento expontaneo e aqueles que seriam mais fecundos para a região. (O DIA, 1945c).

Em 31 de outubro de 1945 foi replicada uma nota, ao que tudo indica publicada em Curitiba por algum periódico paranaense, no jornal *O Estado*, de Florianópolis, com o título "Impressionantes perspectivas". Ela procura chamar a atenção sobre o estado de miséria em que aproximadamente 20 mil pessoas estavam vivendo com a paralisação das obras da Estrada de Rodagem Ponta Grossa-Foz do Iguaçu. A referida nota faz ainda uma comparação daquela situação com o abandono à própria sorte de muitos dos turmeiros que atuaram na construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e que foi considerada por muito tempo pela historiografia especializada como um dos fatores propulsores da Guerra do Contestado, ocorrida 30 anos antes.

> Curitiba, 30 (E.) – Obteve grande repercussão em todos os círculos, uma reportagem sobre o desamparo em que vivem 20.000 pessoas, em virtude de falta de verbas federais, para o prosseguimento das obras de construção da Estrada de Rodagem Ponta Grossa – Foz do Iguassú. Os empreiteiros estão sem numerário para atender ao pagamento dos operários e os armazéns estão vazios em virtude do fechamento do crédito aos empreiteiros. No interior do Estado, receia-se ressurjam os bandos de malfeitores, porque os operários, desesperados e famintos, passarão a assaltar as fazendas, vilas e povoados, criando clima idêntico ao existente em 1912 quando da paralização das obras da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. Naquela ocasião, os bandos controlados pelos chefetes políticos, levaram a inquietação, os assaltos e a morte a muitos lares e só foram extintos com a intervenção do Exército. Além do ambiente de insegurança e misérias, criados com o cerceamento das obras da Estrada, a própria União será prejudicada, porque resultará inútil o dispêndio de milhões de cruzeiros com a construção da mencionada estrada, a qual é de necessidade estratégica. Existe esperança de que o governo federal providencie novas verbas,

> possibilitando ao Batalhão Rodoviário o prosseguimento dos trabalhos, e garantindo a subsistência de 20.000 pessoas. (O ESTADO, 1945d).

Em 10 de setembro de 1946, dias antes da extinção do Território do Iguaçu, o jornal *O Estado*, de Santa Catarina, publicou em destaque a seguinte chamada:

> o Território do Iguaçú na declaração das maiores figuras do Exército, não é ponto necessário à defesa nacional. Daí a Assembléia Constituinte manifestar-se contra a sua manutenção. Santa Catarina está de parabens! Xapecó voltará a integrar a nossa área geográfica. (O ESTADO, 1946a).

No estado vizinho, a agitação era considerável em prol da recuperação da região desmembrada, e uma grande manifestação, ao que tudo indica organizada por estudantes da Universidade Federal do Paraná, precisou ser dispersada pelos bombeiros, conforme segue:

> Os bombeiros paranaenses dispersaram a multidão
>
> Curitiba, 12 (E.) – A cidade começou a se agitar, ontem à tarde, com a notícia de que os estudantes iriam realizar um movimento para defender os interesses do povo. Pouco depois aparecia nos principais pontos do centro, placards convidando a população para reunir-se defronte do Café Alvorada, na arteria mais importante da capital. A seguir, porém, surgiram cartazes dos estudantes, desautorizando a reunião e declarando que não se responsabilizavam pelas consequências da mesma. Por outro lado, convidavam o povo a participar de uma grande sessão a ter lugar no salão nobre da Universidade, em regozijo pela recuperação do Território do Iguassú. (O ESTADO, 1946b).

Por meio do art. 8.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 18 de setembro de 1946 (BRASIL, 1946), foram extintos os Territórios Federais do Iguaçu e de Ponta Porã, cujas áreas deveriam retornar aos estados de onde foram desmembradas. Em 1.º de novembro de 1946, realizou-se a reinstalação da comarca e do município de Chapecó, constituídos da área territorial devolvida ao estado catarinense, em virtude da extinção do Território Federal de Iguaçu.

Considerações finais

De forma inédita, a pandemia que ainda acomete o mundo e o Brasil e que alterou a rotina de todas as pessoas e profissionais, independentemente da área, acabou por direcionar a presente pesquisa por caminhos não planejados na sua concepção inicial, contudo algumas alternativas foram lançadas como possibilidades, objetivando minimizar os prejuízos causados pela falta de acesso a acervos e fontes cruciais ao desenvolvimento de trabalhos cujas características são o ineditismo e a significativa contribuição à historiografia do tema em análise. Como exposto inicialmente, os objetivos propostos não foram alcançados em sua plenitude, porém alguns *insights* puderam ser lançados, e espera-se que venham a contribuir para o desenvolvimento de trabalhos futuros, com níveis de aprofundamento maiores.

A ausência remete-se a um silêncio que, por sua vez, fala. Esse silêncio guiou a outros acervos, na busca por fontes que pudessem dar indícios sobre a temática em questão, pois segundo Ginzburg, "não é o objeto, mas sim a abordagem que justifica uma pesquisa" (*apud* VENÂNCIO, 1990, p. 5). Todavia, a mesma dificuldade de acesso a informações relevantes sobre a temática foi constatada nesses últimos acervos, o que só vem a reforçar características constantes como o obscurantismo e a inacessibilidade a documentos de governos ditatoriais como o implantado durante o Estado Novo.

Aspectos como contrabando, colonização, exploração madeireira e avanço contra as terras indígenas no período precedente à implementação do Território Federal do Iguaçu e ao longo de seu estabelecimento são temas cruciais à compreensão da política defendida e instituída por Getúlio Vargas no longo período em que esteve à frente do governo, entre os anos de 1930 e 1945. Contudo, para a comprovação de algumas hipóteses e questionamentos aqui levantados, seria necessária uma ampla investigação em outros acervos de arquivos nacionais, estaduais e locais, pois somente por meio do cruzamento entre as fontes

de naturezas diversas e de um jogo de escalas poderiam ter sido encontrados indícios suficientes de modo a ajustar as lentes que possibilitassem perceber numa escala micro-histórica como essas relações se deram *in loco*.

A impressão que se tem ao tratar de aspectos como o contrabando nas fronteiras é que o governo fazia vistas grossas quando a mercadoria era madeira, bem provavelmente por conceder o direito de extração e comercialização a grandes proprietários da região, fossem eles fazendeiros, fossem companhias colonizadoras. O governo acabava não tendo controle sobre a extração madeireira daquela região. Nesse sentido, acredita-se que boa parte da produção/extração acabava sendo desviada e também comercializada pelos proprietários de forma ilegal, sonegando impostos aos cofres públicos. O comércio ilegal de madeira naquela região é apenas um dos aspectos que demonstram a fragilidade do controle pretendido pelo governo federal na fiscalização das fronteiras brasileiras, mesmo com a implantação dos territórios.

Os territórios quase na sua totalidade não funcionaram como pretendia o governo, sequer tiveram suas implantações concluídas, como foi o caso do Território Federal do Iguaçu, que de forma muito efêmera, em 1945, começou a ruir em função da resistência encontrada no meio político e das sociedades paranaense e catarinense.

A restituição aos estados de Santa Catarina e Paraná da área que compunha o Território Federal do Iguaçu era questão de tempo e tema recorrente nas imprensas paranaense, catarinense e nacional. A causa ganhava a cada dia mais adeptos. Entre os representantes parlamentares, acreditava-se que a implantação do território era uma espécie de golpe contra a integridade dos dois estados.

Assim como os demais territórios, o do Iguaçu não deu certo e, com a queda do governo Vargas, também sucumbiu. O projeto de implantação dos territórios foi tão efêmero que se pode

lançar a ideia de que já nasceu morto e o sertão do sul do Brasil continuou tão ou mais desprotegido e abandonado quanto estava anteriormente à Marcha para o Oeste.

Referências

Fontes

A NOTÍCIA. Joinville, 12 abr. 1944.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Relatório:* 1930-1944. Seção Colonização. Brasil: Ministério da Agricultura, 1930-1944. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=80&s=0&cv=21&r=0&xywh=-2%2C1447%2C1854%2C1308. Acesso em: 10 dez. 2018.

O DIA. Curitiba, 19 set. 1943.

O DIA. Curitiba, 9 jan. 1944a.

O DIA. Curitiba, 1.º mar. 1944c.

O DIA. Curitiba, 2 mar. 1944d.

O DIA. Curitiba, 18 maio 1944e.

O DIA. Curitiba, 9 mar. 1945a.

O DIA. Curitiba, 15 set. 1945b.

O DIA. Curitiba, 22 nov. 1945c.

O DIA. Curitiba, 4 jan. 1946.

O DIA. Uma verdadeira fonte de riquezas inexgotavaeis. *O Dia*, Curitiba, 16 jan. 1944b.

O ESTADO. Florianópolis, 14 mar. 1944a.

O ESTADO. Florianópolis, 8 set. 1944b.

O ESTADO. Florianópolis, 14 fev. 1945a.

O ESTADO. Florianópolis, 25 maio 1945b.

O ESTADO. Florianópolis, 11 set. 1945c.

O ESTADO. Florianópolis, 10 set. 1946a.

O ESTADO. Florianópolis, 13 set. 1946b.

O ESTADO. Impressionantes perspectivas. *O Estado*, Florianópolis, 31 out. 1945d.

RELATÓRIO 20. *Caixa 9, Pasta 12*. Fundo Contestado. Arquivo Histórico do Exército (AHEX), 1914.

Bibliografia

BRASIL. Constituição. *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1940-1949/constituicao.adct-1946-18-setembro-1946-365201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 20 mar. 2019.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, a. 19, n. 23, 2006.

LOPES, Sérgio. O Território Federal do Iguaçu e a "Marcha para o Oeste". *Espaço Plural*, a. 5, n. 11, p. 16-18, 1.º sem. 2004.

MURARO, Valmir Francisco. Sobre fronteiras e colonização. *In*: RADIN, José Carlos *et al*. (org.). *História da fronteira sul*. Chapecó: Editora da UFFS, 2016, p. 167-189.

POLI, Jaci. Revolta dos posseiros do sudoeste do Paraná. *In*: RADIN, José Carlos *et al*. (org.). *História da fronteira sul.* Chapecó: Ed. UFFS, p. 249-270, 2016.

PRIORI, Ângelo *et al.* O Território Federal do Iguaçu. *In:* PRIORI, Ângelo *et al.* (org.). *História do Paraná:* séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, p. 59-74, 2012. Disponível em: http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf. Acesso em: 22 mar. 2018.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional:* a função dos postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1970.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A história e a micro-história: uma entrevista com Carlo Ginzburg. *LPH Revistas de História*, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 1-6, 1990.

IV PARTE

História pública e ensino de História: diálogos sobre o Contestado

A Guerra do Contestado por meio do samba-enredo Contestado, 100 anos da Insurreição Xucra, da Protegidos da Princesa (2012):

usos do passado e o ensino de História

Fabiolla Falconi Vieira

Os sambas-enredo e o ensino de História

Existem diversas denominações do que é o samba-enredo. Na enciclopédia musical, a definição mais comum consiste naquela que o identifica como uma modalidade de samba em que a letra deve ser composta de um

> resumo poético do tema histórico, folclórico, literário, biográfico ou mesmo criação livre, que for escolhido para enredo ou assunto da apresentação da escola de samba em seu desfile-espetáculo diante do público. (MELLO, 2000, p. 215).

Entretanto, concorda-se com Bezerra (2010) quando ele diz que essa definição é um pouco simplória em relação ao universo no qual o samba-enredo está inserido. O autor fala da complexidade que é a criação de um samba-enredo, que abrange todo o universo carnavalesco. Ou seja, o samba é gerado "a partir de um processo composicional que cumpre sua função maior ao compor um universo multi-artístico denominado por Desfile das Escolas de Samba no Brasil" (BEZERRA, 2010, p. 15). Nesse universo multiartístico de que fala o autor, o samba-enredo é marcado pela obrigatoriedade de apresentar um conteúdo verbal acerca da temática escolhida pelas agremiações.

Dessa forma, o samba-enredo é uma composição, coletiva ou não, que envolve várias etapas atreladas à construção do desfile como um todo. Primeiramente, a escola de samba escolhe um enredo, ou seja, um tema específico, para apresentar como desfile na avenida. Em seguida, divulga-se a sinopse do enredo ao público em geral e, com base nessa sinopse, os sambas são construídos pelos compositores. Em geral, as escolas de samba promovem concursos de sambas-enredo para selecionar o samba que vai para a avenida, porém isso não é regra; há agremiações que encomendam sambas ou já têm compositores específicos na própria escola que os produzem. Quando um samba é escolhido pela agremiação, ele pode ou não sofrer alterações de acordo com o desejo da escola. Após essa etapa, o samba está concluído e realiza-se a sua gravação oficial.

Em Florianópolis (SC) até o ano de 2014, os sambas escolhidos pelas agremiações eram gravados pelas próprias escolas de samba, em estúdios próprios ou alugados, como é o caso do samba no qual se debruça este artigo.

Considerando todo esse processo de criação, toma-se aqui o samba-enredo como um material de linguagem específica que abarca todo o universo carnavalesco. Essa linguagem, além de compor o universo multiartístico do desfile das escolas de samba, como pontuado por Bezerra (2010), é permeada por elementos de intertextualidade que incorporam outros textos em sua produção, reproduzindo o sentido incorporado ou transformando-o em outros sentidos (BARROS; FIORIN, 2011).

Este trabalho ancora-se nas discussões de Guimarães (2003) acerca dos usos e das potencialidades das fontes históricas em sala de aula e da produção do conhecimento histórico escolar por meio da pesquisa. Segundo a autora, ao se utilizarem fontes históricas em sala de aula, "o aluno assume um outro papel no processo de ensino aprendizagem: deixa de ser submisso, passando a exercer um papel ativo" (GUIMARÃES, 2003, p. 122), construindo por intermédio da pesquisa histórica o conhecimento histórico escolar em conjunto com os docentes. Logo, o samba-enredo emerge como fonte e linguagem com grande potencial para a história ensinada em sala de aula.

Nessa perspectiva, ao enquadrar o samba-enredo em uma categoria mais ampla denominada de música popular, concorda-se com Napolitano (2005) quando ele ressalta a composição dessa categoria por um híbrido de elementos culturais de diversas classes sociais, etnias e regiões. Dessa forma, utilizar os sambas-enredo como fonte de análise em sala de aula permite compreender determinados aspectos de nossa sociedade e construir, em conjunto com os estudantes, o conhecimento histórico.

Hermeto (2012) dá um salto no que diz respeito ao uso da música como fonte histórica em sala de aula. Propondo um modelo de sequência de ensino que vai além da utilização das letras em sala de aula, a autora apresenta uma problematização inicial: o desenvolvimento da narrativa do ensino, a aplicação de novos conhecimentos e a reflexão sobre o que foi apreendido. Para análise de cada documento utilizado, seja a canção, sejam os documentos auxiliares para a sua interpretação, Hermeto (2012) destaca cinco dimensões do documento – material, descritiva, explicativa, dialógica e sensível –, empregadas para o desenvolvimento da metodologia de análise do samba-enredo que permeia a possibilidade didática apresentada neste trabalho. As fontes devem ser interrogadas "tanto no que se refere aos seus aspectos históricos mais gerais, quanto no que tange ao problema que está sendo investigado" (HERMETO, 2012, p. 29-30).

No campo do ensino de História, os sambas-enredo como fonte de pesquisa começaram a ser analisados na década de 2000. É possível encontrar algumas publicações em revistas e anais de eventos acadêmicos que contemplam experiências didáticas em sala de aula, como de Silva e Burity (2014), que promovem experiências com a perspectiva de comparação entre sambas-enredo; e de Lucindo (2015), que propõe o uso de sambas-enredo para a construção do conhecimento histórico escolar acerca da cultura afro-brasileira. Como trabalhos de conclusão de curso, há o de Cattani (2008), que também trata de experiências em sala de aula na perspectiva comparada. No âmbito dos cursos de pós-graduação, a dissertação de mestrado intitulada *O samba pede*

passagem: o uso dos sambas-enredo no ensino de História inaugurou trabalhos desenvolvidos no intuito de apresentar possibilidades para o uso dos sambas-enredo em sala de aula (VIEIRA, 2016). Posteriormente, encontram-se outros três trabalhos, de Nascimento (2018), de Silva (2018) e de Guedes (2019), todos com propostas didáticas para o ensino de História.

Dessa forma, é da proposta desenvolvida como produto final do Mestrado Profissional em Ensino de História,[1] da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2016, que este trabalho se ocupa. A discussão perpassa pela proposta didática de análise do samba-enredo do Grêmio Cultural Esportivo e Recreativo Escola de Samba Os Protegidos da Princesa *Contestado, 100 anos da Insurreição Xucra*, no ano de 2012, que visa problematizar os usos do passado. Essa proposta integra o terceiro eixo da metodologia de uso de sambas-enredo no ensino de História, presente no Guia de Professores.[2]

Breve análise do samba da Protegidos da Princesa (2012): Contestado, 100 Anos da Insurreição Xucra

Ê caboclo ê
Faz da sua vida uma oração ao criador
A luz sagrada é a espada
Como o santo monge ensinou
Caboclo rezava com fé
Mostrando que divina é a força de cada fiel
Fazer da terra seu pedaço lá do céu
Mas um dia chegou a dor
Pelos trilhos da ambição

1 Esse mestrado, criado em 2014, de cuja primeira turma a autora deste artigo participou, tem a peculiaridade de ser pensado para discutir exclusivamente o ensino de História no Brasil. Além disso, diferentemente dos mestrados intitulados acadêmicos, é obrigatório o desenvolvimento de uma dissertação propositiva para o ensino de História, que pode apresentar, além da dissertação, um produto que expresse a proposição produzida.

2 O material completo do Guia de Professores está disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/0BxP3QbLsQ3kwUzVxbU9KOFM5dTA?usp=sharing. Acesso em: 18 ago. 2021.

A fumaça nos ares corta campos e lares
Parecia o mal na forma de um dragão

Era o sangue na mata, a revolta crescia
Contestado em guerra, uma voz resistia
A bela 'rosa' guia cada sonhador
Visões de amor

Salve a 'resistência'!
Por liberdade em seu chão
A força da tirania
Não mata a raiz da libertação
Ah, se esta terra fosse minha...
Reinaria o amor
E hoje o oeste do estado

É poema encantado, a chama ficou

Valeu a esperança, os sonhos não foram em vão!

Se alguém duvidar, em cada disputa
Verá que um filho teu não foge à luta!

Canta, princesa guerreira!
Valente, altaneira e sempre a lutar
Canta, princesa guerreira!
Levanta a bandeira pro povo sambar

(GRÊMIO CULTURAL ESPORTIVO E RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA OS PROTEGIDOS DA PRINCESA, 2012, grifos meus).

O samba apresentado foi produzido para o carnaval de 2012, em parceria formada pelos compositores Willian Tadeu, Fred Inspiração, Conrado Laurindo e Ricardo Abrahan.[3] Por meio dele, a escola homenageou os cem anos da Guerra do Contestado, escolhendo dar voz e vida às pessoas que vivenciaram o conflito. Assim, Willian Tadeu relata em entrevista como se deu a escolha do tema:

> *a escolha do tema é uma coisa muito difícil. Essa pergunta, todo mundo e a imprensa costumam fazer muito essa pergunta.* [...] *As pessoas levam pro*

3 Willian Tadeu Melcher Jankovisk Leite é historiador. Frederico Freire de Lima Neibert Ferreira é músico. Conrado Laurindo é administrador. Ricardo Ávila Abraham é advogado. Todos são também compositores de sambas-enredo.

> *presidente* [os temas], *pra algum diretor, pra alguém que faça parte do comando da escola, pra que façam as suas propostas chegarem. E aí vai dele* [o presidente] *definir e como ela vai decidir.* [...] *Esse enredo de 2012 era de autoria da Marta Gonzaga.* [...] *Há muitos anos ela já era apaixonada pela história do Contestado. E era uma pesquisa não acadêmica, autodidata, digamos assim.* [Ela] *Gostava de ler, de ir nos lugares para conhecer. E, por ser 100 anos da Guerra do Contestado, ela resolveu apresentar essa proposta na Protegidos, e, até onde eu sei, aconteceu aquilo que eu te falei, que na ocasião encantou o presidente.* [...] *Ela mandou essa proposta, e as pessoas se encantaram pela ideia, com uma certa facilidade até. Um tema que cativou as pessoas.* (TADEU, 2015).

Segundo a sinopse do enredo, construída por Martha Gonzaga (2011), a escola iria recriar na avenida "o universo da época de um episódio bélico de sangrentos combates entre a população cabocla, os poderes estadual, federal dos estados do Paraná e Santa Catarina, no começo do século XX" (GONZAGA, 2011, p. 12). Porém, ao relatar o processo de composição do samba com base no enredo, Willian Tadeu chama a atenção para o fato de que, mesmo seguindo a sinopse do enredo, "[quem compõe o samba] *tem que achar um caminho que sensibilize pessoas*" (TADEU, 2015). Dessa forma, a linguagem do samba-enredo, além de objetivar retratar a história contada pela sinopse do enredo em avenida, busca apresentar uma "*narrativa palatável pro público*" e despertar nas pessoas empatia (TADEU, 2015). Por essa razão, ocorreu a escolha de uma narrativa mais sensível em relação à Guerra do Contestado, pois, se a narrativa não despertar "*a sensibilidade das pessoas pra Guerra do Contestado*" e se for "*muito dura, muito factual*" e "*enumerar personagens*", não se tornará agradável ao público (TADEU, 2015).

Ainda quanto à forma como a escola decidiu retratar a Guerra do Contestado, o compositor afirma:

> *eu lembro que, quando a gente tava compondo, tinha uma coisa que sempre me vinha à cabeça: a gente não tá contando a história da Guerra do Contestado, a gente tá contando a história das pessoas que viveram a Guerra do Contestado.* [...] [O samba] *não trata a guerra de uma maneira fria, ele lembra que tinha pessoas vivendo aquela guerra. Como diz meu professor Paulino, que eu tive na* [Universidade do Estado de Santa Catarina] *Udesc,* [...] '*é que nós temos que lembrar que estamos contando as histórias dos mortos e nós temos que respeitar os mortos' Então,*

> *aquele samba foi muito isso. Respeitar a dor que aquelas pessoas viveram e tentar traduzir de alguma maneira no samba.* (TADEU, 2015).

Pela fala do compositor, fica visível a escolha da escola ao retratar a Guerra do Contestado, dando ênfase às pessoas que participaram do conflito, nesse caso os caboclos, como mostra a letra do samba. Trata-se de uma escolha deliberada, enfatizando a vida desse caboclo, sua religiosidade e sua relação com a terra, em detrimento de outros aspectos, para tornar a narrativa mais sensível e plausível ao público, na visão do compositor. Além disso, ao optar por mostrar o cotidiano das pessoas que vivenciaram o conflito, é como se por meio dos relatos e das reportagens, presentes na pesquisa da autora do enredo, fosse possível transportar o sentimento dessas pessoas para a avenida.

O episódio da Guerra do Contestado é relativamente conhecido pela sociedade brasileira e ensinado na maioria das escolas do Brasil, visto que é um conteúdo presente nos livros didáticos como uma das revoltas mais populares que sucederam ao início da República, juntamente com o conflito de Canudos, ocorrido algumas décadas antes. A Guerra do Contestado deu-se entre os anos de 1912 e 1916, envolvendo os moradores da região oeste de Santa Catarina, especialmente Taquaruçu, Irani e Caraguatá, que fazem divisa com o Paraná, e os poderes estaduais e federal.

Percebe-se, na letra do samba, a aproximação da vida dos caboclos, a presença da crença no divino e no místico, trabalhando a religiosidade em todo o conflito. O samba também retrata a ideia da luta pela terra, associando-a à liberdade, e o conflito gerado pelas empresas de construção da ferrovia. Logo, a escola de samba apropria-se de alguns marcos históricos em relação à Guerra do Contestado, abordando-os em seu samba-enredo.

Porém, por ser uma apresentação artística, tem a liberdade de representar feitos do passado sem o compromisso ético, político e metodológico com a narrativa do passado, como a historiografia o faz. Dessa forma, a escola utiliza recursos narrativos como a

poesia, versos e metáforas para a construção do passado, criando uma narrativa que, embora não seja falsa, tampouco reproduz a narrativa científica, mas contribui substancialmente para a formação de uma memória histórica.

Assim, na primeira estrofe do samba, a figura do caboclo aparece como a principal personagem da narrativa criada pela escola, sendo evocada já no início (Ê caboclo ê/ Faz da sua vida uma oração ao criador). Também se associa a vida dos caboclos aos ensinamentos sagrados deixados pelos monges presentes em diversos momentos do conflito (A luz sagrada é a espada/ Como o santo monge ensinou), à luta pela terra (Caboclo rezava com fé/ Mostrando que divina é a força de cada fiel/ Fazer da terra seu pedaço lá do céu) e ao conflito que emergiu com o aparecimento da estrada de ferro, representada pela figura de um dragão (Mas um dia chegou a dor/ Pelos trilhos da ambição/ A fumaça nos ares corta campos e lares/ Parecia o mal na forma de um dragão).

Paulo Pinheiro Machado (2001), ao descrever em seus estudos a Guerra do Contestado, confirma que o movimento "iniciou-se como um fenômeno religioso de exaltação milenar com fortes características messiânicas, mantendo basicamente essas características místicas, com maior ou menor intensidade, até sua liquidação final" (MACHADO, 2001, p. 6). O autor, porém, chama a atenção para não tornarmos a guerra "tão uniforme e homogênea", caindo em classificações tipológicas desenvolvidas pela sociologia das religiões, que reduz o movimento a questões messiânicas e místicas. Segundo o autor, "paralelamente ao discurso religioso", os

> sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo que defendia os interesses dos endinheirados, dos 'Coronéis' e dos estrangeiros. (MACHADO, 2001, p. 6).

Dessa forma, é possível perceber que o samba-enredo tratado aqui faz uma escolha ao retratar a parte do movimento

relacionada à crença religiosa. Apesar de trazer também o conflito pela terra e a presença da empresa Brazil Railway Company, construtora da estrada de ferro na região, não apresenta elementos que corroborem a questão apontada por Machado (2001) nem enfatiza a questão social da luta de classes. Ao que parece, a luta de classes não é um elemento que mobiliza a sensibilidade do público, nem dá conta de retratar a história das pessoas que vivenciaram a guerra. Talvez, se a narrativa fosse construída em função da luta de classes, não seria possível uma abordagem tal qual feita no samba. Isso deixaria de lado o elemento mítico da religiosidade dos sertanejos e tiraria o caráter quase divino atribuído à presença dos monges, das virgens, das crenças e do resultado da guerra proposto no samba, que apresenta o oeste do estado como um resquício dessa esperança de alcançar o paraíso, ainda que pela guerra.

O primeiro refrão do samba tenta recriar a tensão presente nos conflitos da guerra (Era o sangue na mata,/ A revolta crescia/ Contestado em guerra,/ Uma voz resistia), ao mesmo tempo em que evoca novamente a presença do mítico e da religiosidade, na figura das "virgens santas", aparecendo como uma espécie de salvação aos caboclos (A bela "rosa" guia a cada sonhador/ Visões de amor).

Em certa medida, o primeiro refrão dialoga com o combate de Caraguatá, tido como um dos mais ferozes da guerra, vencido pelos "pelados" (caboclos) e "considerado pela memória local o principal feito de Maria Rosa", a virgem que conduzia os "Pares de França", grupo de destaque entre os sertanejos que defendiam os redutos (MACHADO, 2001, p. 226). Machado (2001) descreve o conflito dizendo que, no combate de Caraguatá:

> as forças militares do exército e do Regimento de Segurança de Santa Catarina, reforçados por vaqueanos civis, sob o comando do Ten. Cel. Gameiro, tentaram investir contra Caraguatá em 9 de março de 1914. A própria aproximação da força oficial foi cercada por um conjunto de dificuldades. Alguns dos civis que serviam como vaqueanos, apontando os caminhos em direção do reduto, foram acusados posteriormente de bombear

> (espionar) para os 'fanáticos' e dirigirem os soldados para os locais previamente planejados de emboscadas. Durante a refrega, os sertanejos empregaram todos os seus ardis de lutadores do mato. Uma coluna de sertanejos vestidos com roupas de mulheres distraía os soldados, enquanto vários franco-atiradores, escondidos em ocos de imbuias e em galhos elevados de araucária, dizimavam a coluna militar. No momento seguinte, houve combate corpo-a-corpo, com os caboclos demonstrando mais habilidades com seus facões de aço ou de madeira de guamirim, do que as longas baionetas caladas nos fuzis *mauser* dos praças. Soldados eram atraídos por determinados caminhos dentro da mata e emboscados em locais sem saída, cheios de espinheiros de inhapindaí. A certa altura, os 'pelados' envolveram a retaguarda e atacaram o hospital de sangue do exército, improvisado numa clareira. As forças do governo tiveram 24 mortos, 21 feridos e 3 extraviados. Contaram entre os sertanejos 37 mortos, mas não conseguiram entrar no reduto. (MACHADO, 2001, p. 226-227).

Observa-se que há forte influência desse conflito na construção do primeiro refrão, em que aparecem claramente a figura da virgem Maria Rosa (A bela "rosa" guia a cada sonhador) e elementos que caracterizam o conflito descrito no excerto, como a alusão à mata e a dupla alusão ao sangue, em relação aos mortos no combate e possivelmente ao ataque ao hospital de sangue do exército (Era o sangue na mata,/ A revolta crescia).

A segunda estrofe do samba-enredo parece preocupar-se em descrever a questão da terra presente no conflito (Ah, se esta terra fosse minha.../ Reinaria o amor). Além de aludir à resistência dos caboclos no que se refere à permanência na terra, ainda que simbólica, já que várias vezes ocorreram o deslocamento dos caboclos e a formação de redutos em diversos locais (Salve a "resistência"!/ Por liberdade em seu chão), e a resistência no tocante às forças militares estaduais e federal (A força da tirania/ não mata raiz da libertação), estabelece uma ponte com o presente, enaltecendo o oeste do estado de Santa Catarina como um local de herança da bravura e da luta empreendida pelos caboclos (E hoje o oeste do estado/ É poema encantado, a chama ficou).

Ainda que o samba mencione a questão da terra presente na luta dos caboclos, opta por não citar a questão da propriedade da terra, que passa a ser transformada em capital em meados do século

XIX, com a aprovação da Lei de Terras, em 1850, que estabelecia a compra como única forma de acesso à terra. Dessa forma, na região do Contestado, localizada no planalto de Santa Catarina e caracterizada como região de fronteira, com

> forte presença de camponeses nacionais, agregados e posseiros', esses grupos sentiram também 'o forte, e muitas vezes violento, efeito da transformação da terra em capital, na mesma medida em que destinavam parte de sua produção ao mercado e também eram homens livres. (MACHADO, 2001, p. 11).

O fim da segunda estrofe e o terceiro refrão representam, ao que parece, a *vitória* do estado de Santa Catarina na questão das terras contestadas tanto por Santa Catarina quanto pelo Paraná. Assim, o samba concebe o fim da guerra como algo positivo em relação à construção do oeste catarinense (Valeu a esperança, os sonhos não foram em vão!) e exalta os caboclos como "filhos" daquela região (Se alguém duvidar, em cada disputa/ Verá que um filho teu não foge à luta!)

O último refrão constitui-se da exaltação à própria escola, característica marcante presente em todos os sambas-enredo como identificação da escola e mesclada a aspectos do próprio enredo. Assim, o samba reverencia a escola dizendo "Canta, Princesa guerreira!/ Valente, altaneira e sempre a lutar", com *princesa* aludindo ao nome da escola, Protegidos da Princesa. Ainda, os adjetivos enaltecem a escola, ao mesmo tempo em que se identificam com a questão da guerra. Concluindo: "Canta, Princesa guerreira!/ Levanta a bandeira pro povo sambar", em que a presença da palavra *bandeira* faz alusão ao pavilhão[4] da escola.

Nas palavras do compositor Willian Tadeu (2015), o

> percurso entre o caboclo, a chegada do grande dragão de ferro, todo o conflito, o massacre, e aí depois o oeste renascendo e aquela ideia que a chama cabocla permanece viva até hoje no oeste do estado [...] que o samba faz [...] é muito eficiente para uma história e emocionar as pessoas.(TADEU, 2015).

4 O pavilhão é o símbolo máximo da escola de samba, representado por uma bandeira que tem as cores e o brasão da escola e, geralmente, a quantidade de títulos que ela possui.

Nessa perspectiva, é importante lembrar que a escola de samba não tem a pretensão de contar ou retratar uma verdade histórica, nem mesmo prender-se à historiografia oficial ou acadêmica, embora por vezes as informações apresentadas coincidam com alguns elementos historiográficos. As escolhas narrativas não são neutras; elas contêm uma versão histórica sobre o passado que traz consigo a bagagem cultural e a sabedoria de toda uma instituição já consolidada em nossa sociedade. Por isso, sua análise permite, em sala de aula, problematizar aspectos de nossa sociedade contemporânea e dos usos que ela faz acerca do passado, ou seja, quais memórias históricas produzimos, com quais objetos as fazemos e quais memórias se consolidam em nosso cotidiano, dando sentido à nossa existência no presente.

Que versão histórica o samba da Protegidos da Princesa conta: uma proposta didática para as aulas de História

A proposta didática aqui apresentada é composta das duas últimas atividades presentes no terceiro eixo do Guia para Professores sobre o uso de sambas-enredo no ensino de História, que podem ser utilizadas de forma independente, mas que devem ser entendidas como parte de uma totalidade. Logo, para desenvolver essas atividades, dialoga-se diretamente com as dimensões apontadas por Hermeto (2012), cuja proposta é pensar o documento como "entidade composta por diferentes dimensões", ou seja, elementos distintos que constituem sua totalidade, podendo ser observados e analisados separadamente, mas que apenas em "conjunto constroem a identidade do documento" (HERMETO, 2012, p. 141-142).

A primeira dimensão mobilizada nessa atividade é a explicativa, que se refere à abordagem do tema na narrativa, especialmente no que diz respeito a que versão histórica é apresentada no documento e à criação de explicações para o tema, evocando conceitos históricos (HERMETO, 2012). Também se utiliza a dimensão dialógica, que trata das referências com

as quais o texto dialoga, analisando as fontes usadas para a construção do texto e as referências culturais empregadas para a elaboração da narrativa histórica (HERMETO, 2012). Para isso, propõe-se, tal como a autora o faz, o diálogo com textos e fontes de outra natureza que confrontam ou corroboram a versão histórica criada no texto.

Nas duas atividades referentes à versão histórica retratada pelos sambas, também se dialoga com os estudos acerca da cultura histórica, desenvolvidos principalmente por Rüsen (2009), e com os estudos dos usos do passado no ensino de História feitos por Rocha (2014), que discute a diversidade de produtos que evocam o passado, como filmes, músicas, novelas, jogos, revistas etc., e a forma como as professoras e os professores se apropriam desses produtos para utilizá-los em sala de aula.

O conceito de cultura histórica apresentado por Rüsen (2009) e outros autores consiste em uma nova maneira de compreender a relação que determinado grupo mantém com seu passado. Segundo Marcos (2009), essa cultura histórica visa a uma análise mais abrangente do que a historiografia sugere e propõe "rastrear todos os estratos e processos da consciência histórica social, prestando atenção nos agentes que a criam, nos meios pelos quais são difundidos, as representações que divulga e a recepção criada pelo público" (MARCOS, 2009. Tradução do autor). Rüsen (2009) define a cultura histórica como

> a esfera ou parte da percepção, da interpretação, da orientação e do estabelecimento de uma finalidade que toma o tempo como fator determinante da vida humana. O tempo é experimentado e interpretado, e a atividade e o sofrimento humano são orientados de acordo com a passagem do tempo, e os seus efeitos são identificados de acordo com sua extensão temporal. Porém não é qualquer interpretação do tempo que é história, ou, melhor dizendo, produz história. [...] A cultura histórica refere-se, portanto, a uma maneira particular de abordar interpretativamente o tempo, precisamente aquela que resulta em algo como 'história' enquanto conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida de orientação e determinação da finalidade. (RÜSEN, 2009, p. 6. Tradução do autor).

Dessa forma, a cultura histórica expressa-se por meio das narrativas criadas por aqueles que se mobilizam a falar do passado, constituindo os produtos – filmes, novelas, jogos, livros de ficção, músicas etc. – nos quais os usos do passado se apresentam.

Dialogando com Rüsen (2009), Rocha (2014) explica que o autor propõe a existência das dimensões estética, política e cognitiva no interior da cultura histórica. É na primeira que "temos as realizações artísticas como novelas e dramas históricos" (ROCHA, 2014, p. 36), que se comunicam e interferem nas outras duas dimensões: a política, que usa a história ou a memória para obter a legitimidade nas dominações e no estabelecimento das identidades nacionais; e a cognitiva, na qual o conhecimento histórico é estruturado e amparado pelas regras e pelo rigor do ofício na produção do conhecimento (ROCHA, 2014, p. 36).

Assim, os usos do passado expressos pelas narrativas produzidas na dimensão estética oferecem diferentes elementos de representação histórica que pouco dependem da história produzida pelos historiadores.

> os usos sociais do passado, apelando à história ou à memória, para fins de entretenimento, busca de erudição, conhecimento ou como argumentação social, são constitutivos da cultura histórica, expressos em produtos diferenciados, realizados por agentes diversos para diferentes públicos. (ROCHA, 2014, p. 38).

O samba-enredo utilizado nas atividades pertence a essa dimensão estética apresentada por Rüsen (2009) e explicada por Rocha (2014), pois faz uso social do passado com o intuito de mobilizar determinado tipo de interpretação histórica. Ao reconhecer-se isso, propõe-se uma forma de usar nas aulas de História essa representação, que atinge um grande público que participa direta ou indiretamente do carnaval.

A primeira atividade, que compõe o terceiro eixo do material completo, emprega o método de pesquisa histórica para tratar o samba-enredo como uma fonte histórica produzida por sujeitos históricos em dado momento histórico, com o objetivo de transmitir esteticamente na avenida um tema histórico escolhido

pela escola de samba. A intenção é usar essa linguagem para fins de entretenimento, buscando construir com os estudantes saberes históricos, por intermédio da investigação histórica, produzindo conhecimentos históricos que não se limitem ao senso comum, mas dialoguem com o conhecimento científico.

Essa investigação histórica proposta é dividida em quatro momentos. No primeiro os estudantes, em grupos, devem analisar as fontes iconográficas – fotografias do desfile e logomarca do enredo – e uma fonte escrita – letra do samba-enredo – guiados pela mediação dos docentes e por uma ficha de análise. Após as análises, deve-se construir uma narrativa coerente acerca dos acontecimentos apresentados nas fontes. No segundo momento, essa narrativa construída deve ser compartilhada com a turma.

Em seguida, os estudantes têm de analisar os trechos da versão historiográfica sobre a Guerra do Contestado escritos por Machado (2001) e previamente selecionados para compor o material entregue com o guia. A análise deve ser realizada em perspectiva comparativa com a interpretação já realizada, buscando perceber pontos em que as interpretações se aproximam e se distanciam. Para finalizar, os docentes devem promover uma discussão com base nos apontamentos levantados pelos estudantes acerca das diferentes concepções possíveis do tema histórico analisado.

Como avaliação do processo de apropriação, os estudantes devem produzir um texto a respeito das diferentes concepções históricas sobre a Guerra do Contestado existentes em nossa sociedade.

Na segunda atividade, propõe-se a construção de uma nova narrativa quanto à Guerra do Contestado, ou a outros temas históricos de preferência dos estudantes ou sugeridos pelo docente. A intenção é que seja criado um enredo refazendo o percurso apresentado até o momento, ou seja, utilizando a pesquisa histórica como método para a construção da narrativa. Após a criação do enredo, propõe-se a finalização do trabalho com a elaboração

de um samba-enredo que dê conta dos elementos expostos no enredo. Esse percurso sugere a interação entre algumas disciplinas do currículo, como Português, que pode auxiliar nos recursos linguísticos; Artes, que ajuda na construção da plasticidade do enredo e do samba-enredo por meio das discussões sobre música realizadas na disciplina,[5] além de contribuir na criação de figurinos e alegorias possíveis de serem levados à avenida; e os projetos ou as disciplinas de Música,[6] quando presentes na escola, que podem auxiliar na criação de arranjos melódicos do samba-enredo.

Com base nas atividades desenvolvidas, buscou-se construir estratégias que ampliam nos estudantes a noção de historicidade da narrativa apresentada, identificando os elementos que a compõem e que explicam como a ação dos seres humanos no tempo está representada no samba-enredo (HERMETO, 2012). Dessa forma, o uso dos sambas-enredo no ensino de História, associado a diferentes fontes históricas, proporciona um meio de criar explicações para o tema abordado, utilizando conceitos históricos e desenvolvendo o senso crítico e as habilidades de interpretação e de elaboração de narrativas textuais, estéticas e/ou musicais nos estudantes.

Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin Mikhail*. São Paulo: Edusp, 2011.

BEZERRA, Frederico Freire de Lima Neibert. *O samba-enredo em Florianópolis:* perspectivas históricas e a produção de sambas-enredo entre membros da "Protegidos da Princesa". Dissertação (Mestrado em

5 A Lei n.º 11.769, de 2008, instituiu o ensino obrigatório de música nas escolas brasileiras, o que foi incluído no componente curricular de Artes. A Base Nacional Comum Curricular consolidou o ensino de música no componente curricular de Artes em 2017. Diversas escolas, especialmente as municipais de Santa Catarina, já incluíram em seus currículos o ensino de música e capacitam seus professores para tal, como é o caso de Joinville e de Florianópolis.

6 Aqui, pensa-se em diferentes escolas do Brasil que possuem a disciplina de Música, como é o caso de Seropédica, no Rio de Janeiro. Dez unidades do município de Florianópolis também ofertam Música como componente curricular, com professores habilitados. Além disso, diversas escolas no país oferecem projetos de música como fanfarras, corais, percussão etc., que podem ser mobilizados para trabalhar a interdisciplinaridade.

Música). Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. *Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação brasileira.* Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

CATTANI, Helena Cancela. *O uso do samba de enredo como ferramenta didática auxiliar no ensino de História:* o carnaval do ano 2000. (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GONZAGA, Martha Fernandes. Sinopse do enredo: Contestado – 100 Anos da Insurreição Xucra. *In*: NÓS SOMOS A RESISTÊNCIA DO SAMBA. Florianópolis: Os Protegidos da Princesa, 2011.

GRÊMIO CULTURAL ESPORTIVO E RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA OS PROTEGIDOS DA PRINCESA. *Contestado, 100 anos da Insurreição Xucra.* Florianópolis, 2012. Disponível em: https://letras.mus.br/protegidos-da-princesa/contestado-100-anos-da-insurreicao-xucra/.

GUEDES, Rafael Pereira. *Negritude e sambas enredo no carnaval de 1988:* a Caixa do Samba e os G.R.E.S. Beija-Flor, Mangueira, Tradição e Vila Isabel em interface com o ensino de História. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História:* experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

HERMETO, Miriam. *Canção popular brasileira e ensino de História:* palavras, sons e tantos sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

LUCINDO, Willian Robson Soares. "Acende a vela Iaiá, Senta no toco Ioiô, Sou negro velho, Tenho histórias 'prá' contar": uso de sambas-enredo como recurso de construção do conhecimento histórico escolar. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. ... *Anais*, Florianópolis, 2015.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação*

política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MARCOS, Fernando Sanchez. Cultura histórica. *Culturahistorica.es*, Espanha, 2009. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/index.html. Acesso em: 31 out. 2020.

MELLO, Zuza Homem de. *Enciclopédia da música brasileira:* samba e choro. São Paulo: PubliFolha, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. *História & música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NASCIMENTO, Clemir Barbosa do. *Abram alas pra História! Da concepção do enredo à Sapucaí:* os desfiles das escolas de samba como proposta didática para o ensino de História em escolas de provação de liberdade. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA, Helenice. A presença do passado nas aulas de História. *In*: MAGALHÃES, Marcelo *et al.* (org.). *Ensino de História:* usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 33-52.

RÜSEN, Jorn. ¿Qué es la cultura histórica?: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. *Culturahistórica*, 2009.

SILVA, Ana Lúcia da. *Pedagogias culturais nos sambas-enredo do carnaval carioca (2000-2013):* a história da África e a cultura afro-brasileira. Dissertação (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

SILVA, Vânia Cristina da; BURITY, Luís Mário Dantas. "E que o apartheid se destrua": uma proposta de ensino de História a partir de sambas-enredo. *Revista do Lhiste*, v. 1, n. 1, jul.-dez. 2014. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/revistadolhiste. Acesso em: 11 out. 2020.

TADEU, Willian. *O samba pede passagem:* o uso de sambas enredo no ensino de História. Entrevistadora: Fabiolla Falconi Vieira. Florianópolis: UFSC, 2015. (Entrevista oral).

VIEIRA, Fabiolla Falconi. *O samba pede passagem:* o uso dos sambas-enredo no ensino de História. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Relíquias do Contestado:
a produção de material didático sobre a guerra sertaneja

Felipe Augusto Werner dos Reis

Em conferência coordenada pela TED, organização que abrange as áreas de tecnologia, entretenimento e *design*, no ano de 2009, a escritora Chimamanda Adichie apontou os perigos de uma "história única". No seu discurso, ela expôs as armadilhas e os problemas causados por narrativas estereotipadas que geram apenas uma forma de compreender povos, culturas, sociedades e indivíduos. Em análise sobre a forma como sua colega de quarto estadunidense a enxergava assim que chegou ao país para estudar, Adichie relatou que era tratada com uma mistura de "arrogância bem-intencionada e pena":

> nessa história única não havia a possibilidade de africanos serem iguais a ela de forma alguma. Nenhuma possibilidade de sentimentos mais complexos do que a pena. Nenhuma possibilidade de conexão como humanos. [...] Então, depois de ter passado alguns anos nos Estados Unidos como uma africana, eu comecei a entender a reação da minha colega de quarto para comigo. Se eu não tivesse crescido na Nigéria e tudo o que eu soubesse sobre África viesse das imagens populares publicadas, eu também pensaria que a África era um lugar de paisagens bonitas, animais bonitos e pessoas incompreensíveis, disputando guerras insensatas, morrendo de pobreza e Aids, incapazes de falar por si mesmas, esperando para serem salvas pelo estrangeiro branco e gentil. [...] Então, comecei a perceber que minha colega de quarto deve ter visto e ouvido, durante toda sua vida, diferentes versões de uma história única. (ADICHIE, 2009).

A reflexão chama a atenção não apenas para a construção dos estereótipos, mas para a forma como eles são propagados e, especialmente, conservados, pela repetição de narrativas históricas

que restringem grupos e indivíduos a uma única caracterização, em que não existe possibilidade de fuga. Toda e qualquer ação desses sujeitos é padronizada e tipificada como confirmações de sua natureza, previamente imposta.

No caso do Contestado, a "história única" é caracterizada pela desumanização constante dos caboclos, como se as crenças do grupo fossem uma espécie de patologia que se amplia para todos os âmbitos de suas vidas, impedindo os sertanejos de criar, construir ou elaborar qualquer coisa que não de natureza fanatizada e caráter incivilizado.

A ruptura com esse ideal uníssono por intermédio da elaboração de novas narrativas com diferentes métodos impõe uma série de desafios e quebras perceptivas que vêm se desenvolvendo mediante produções afinadas com a nova historiografia sobre o movimento.[1]

A fim de somar-se a essas produções, o *e-book O relicário do Contestado*, elaborado no Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, propõe, usando uma linguagem lúdica e acessível, abordar a utilização, por parte dos sertanejos, de uma série de objetos como patuás, rezas escritas em papéis, bandeiras de santo, facões, munições e tantos outros artefatos sagrados, visando tornar a cultura material do grupo uma porta de entrada para a compreensão do movimento no seu sentido mais amplo. Levam-se em consideração também o potencial de encantamento e o conhecimento histórico capazes de atrair a atenção de jovens estudantes de História para a complexidade e importância sociopolítica dessa que foi uma das mais importantes lutas rebeldes da história republicana do Brasil.

Para além de uma ressignificação, a obra aventa uma forma de construir no presente as condições para assegurar, inicialmente, a compreensão do movimento e sua posterior manutenção no

1 Produções como os documentários *Terra cabocla* e *A maravilha do século*, dirigidos por Márcia Paraíso, além de produções teatrais, como o espetáculo de animação *Contestados*, da Cia Mútua, de Itajaí, e de romances históricos, tal qual *O bruxo do Contestado*, de Godofredo de Oliveira Neto, entre outras.

curso da história regional e nacional. Trata-se de um modo de publicizar e popularizar o conflito por meio do desenvolvimento de um produto aplicável em sala de aula, adaptando os objetos e as orações recolhidos pelos militares para uma linguagem lúdica, criativa e original. Dessa maneira, cria-se uma obra de caráter histórico, público e para consumo que pode contribuir para a fixação do tema no ambiente escolar e na memória social.

Diante disso, expõem-se neste artigo algumas análises da forma como se dá a incorporação ou não da temática do Contestado no contexto escolar, além de pontos sobre a elaboração do relicário e o modo como este pode contribuir para a ampliação do conhecimento histórico sobre o conflito.

Contestado na escola

Qualquer metodologia utilizada para entender o que ocorreu na Guerra do Contestado deve basear-se na seguinte assertiva: o termo *conflito* e seus equivalentes nunca devem ser compreendidos nem analisados apenas no singular.

Os *campos de batalha* do movimento, além de uma particular multiplicidade espacial, tendo em vista a fragmentação geográfica das cidades santas espalhadas pelo planalto catarinense, ampliavam-se também para esferas da memória, da religiosidade, do gênero, da política, além das questões étnicas e econômicas.

Todavia, a complexidade do Contestado, se não tratada com a devida cautela, torna-se um fator agravante na busca por sua compreensão, principalmente no momento de traduzir para o domínio público os múltiplos aspectos da luta cabocla, bem como adaptar a produção acadêmica sobre o movimento para processos e linguagens voltados ao ambiente escolar.

O volume de produções sobre o conflito e sua memória aumentou significativamente nas últimas três décadas.[2] Com

2 Para uma melhor compreensão da visão historiográfica recente sobre o conflito, cabe a leitura dos trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965), Maurício Vinhas de Queiroz (1966), Oswaldo Cabral (1979), Ivone Gallo (1996), Delmir Valentini (1999),

a descoberta de documentos originais, novos relatos e imagens inéditas, surgiram diferentes análises e reflexões a respeito do processo histórico ocorrido entre os anos de 1912 e 1916, na região do meio oeste catarinense.

Teses, dissertações, monografias e artigos eclodiram em diversas áreas do conhecimento acadêmico, como história, geografia, sociologia, antropologia, literatura, educação e até mesmo direito, na tentativa de compreender e ressignificar a experiência de luta vivida por homens, mulheres e crianças na região.

Tal adensamento produtivo, contudo, não se converteu necessariamente em uma inscrição na memória social nem na memória didática. Por isso, há demanda de estratégias metodológicas que busquem fixar, marcar e, se possível, popularizar a temática do Contestado, evitando que a produção acadêmica sobre o conflito se transforme apenas em conteúdo para debates entre pequenos grupos de pesquisadores ou iniciativas efêmeras de apropriação da memória do movimento na esfera pública.

Apesar de a história, como defende Peter Lee (2006, p. 114), ser "uma forma pública de conhecimento" e "que deve ter respeitada suas próprias normas e critérios", fato que a diferencia da simples apreensão do passado, notoriamente existe um desafino entre o que se produz em âmbito acadêmico e o que efetivamente se inscreve nas memórias social e escolar. Isso não se aplica apenas ao Contestado, mas, no caso específico desse movimento, algumas barreiras têm dificultado essa popularização. Entre elas, cabe destacar o fato de o conflito ser visto como história regional, além de ser um movimento rebelde de comunidade agrária e de não estar situado no sudeste do Brasil. Por conta disso, é necessária uma reflexão sobre as potencialidades de se inscrever o Contestado nas vertentes centrais da estrutura da história social e política da Primeira República. Nesse contexto, dois aspectos educacionais são importantes: a produção de material didático e a formação de professores.

Duglas Teixeira Monteiro (2006), Márcia Janete Espig (2008), Rogério Rosa Rodrigues (2016) e Paulo Pinheiro Machado (2017).

Na concepção de Paulo Pinheiro Machado (2017), constantemente os materiais didáticos que se dedicam a tratar da temática se limitam a reproduzir uma visão historiográfica ultrapassada e parcial. Essa visão, por muito tempo, pautando-se nos relatos produzidos pelos chamados "historiadores de farda",[3] buscou construir a imagem do sertanejo como ignorante, aculturado e selvagem, retratando um claro processo de desumanização do grupo.

Referindo-se a uma obra didática[4] sobre o movimento, o historiador Rogério Rosa Rodrigues (2016) também expôs o processo de manutenção da antiga e superada narrativa de exaltação do imigrante europeu como "herói" do processo de colonização da região não apenas do meio oeste catarinense, mas de todo o estado, diluindo, dessa forma, a história do movimento sertanejo e relegando o Contestado à condição de apêndice da história colonial.

> não bastasse repetir os velhos jargões da historiografia tradicional, diluir a história do Contestado na história da colonização européia em Santa Catarina, o autor conclui um livro, cujo subtítulo é 'a revolta dos caboclos no sertão catarinense', com exaltações a empresa colonizadora de terras, a mesma que expulsou os sertanejos e foi uma das causas da rebelião. (RODRIGUES, 2016, p. 45).

Além de contribuir com o processo de invisibilidade dos sertanejos na esfera escolar, certa produção didática, mais comprometida com o mercado editorial do que com a história e a memória de luta dos homens e das mulheres do Contestado, insiste em limitar-se a uma narrativa oficial profundamente atrelada a um ideal de história nacional.

Referindo-se ao Contestado, juntamente com o levante liderado por Antônio Conselheiro e a sedição ocorrida em Juazeiro (BA), o sociólogo Duglas Teixeira Monteiro (2006) denuncia o processo de marginalização dos movimentos nas produções historiográficas sobre o período republicano:

3 Categoria construída por Rodrigues (2016) para designar os oficiais do Exército que atuaram na repressão do conflito e se dispuseram a redigir a história oficial do movimento. Eram, via de regra, vinculados a academias de ciência e de história do seu tempo.

4 Ver: Kaiser (2014).

> nos manuais mais divulgados de História do Brasil, os movimentos aqui estudados em geral aparecem – quando aparecem – sob a forma de referências breves, quase sempre distorcidas. Na melhor das hipóteses, têm sido tratados como erupções perturbadoras no curso da realização de alguma coisa como uma espécie de 'destino nacional'. Quando é este o caso, são, por exemplo, mencionados, no contexto da corrente histórica mais importante, como obstáculos enfrentados pelo processo de consolidação da República. (MONTEIRO, 2006, p. 95).

Para Monteiro (2006), sujeitos e grupos sociais são excluídos da historiografia por não serem vistos como relevantes para o arcabouço explicativo de uma história defendida como nacional, ou por não partilhar do modelo de cidadania pretendido socialmente pela classe política e pela elite econômica do país. Tal fato, na concepção de Machado (2017), resulta em problemas na formação de professores para o desafio de ensinar a história do movimento:

> muitas vezes, o descompasso da produção acadêmica com o ensino tem origem em obras gerais de autores consagrados no meio acadêmico, muito influentes na formação de professores. Essas obras gerais tendem a generalizar movimentos, apontados como episódios secundários e marginais da narrativa central, frequentemente focada na política institucional e no mundo urbano das capitais. (MACHADO, 2017, p. 75).

O trecho aponta para a urgente necessidade de revisão de algumas produções de grande circulação no âmbito acadêmico, as quais insistem na manutenção de uma historiografia ultrapassada, a qual apenas corrobora com uma história colonizada e predefinida pelo poder público, que usualmente se guia por interesses econômicos e políticos.

Cabe, então, ao docente a missão de buscar referências atualizadas e comprometidas com a história social e ampla do movimento e que fujam de reducionismos e simplificações para explicar o conflito multifacetado, ou, na linguagem de Adichie (2009), tirar a narrativa do Contestado da tradição de uma história única.

A adaptação do conhecimento historiográfico para a linguagem escolar não é tarefa fácil. Exige disposição e estratégias

metodológicas diversas para se alcançar a compreensão dos estudantes, além de preparo para estabelecer relações entre a produção do conhecimento histórico e a forma de transmiti-lo didaticamente. *O Relicário do Contestado*, nesse contexto, apresenta-se como uma ferramenta que se pretende criativa, lúdica e original, mas que permanece no limite atrelado aos usos e às concepções de história do docente, especialmente na sala de aula.

O relicário

Para além das produções que alimentam as pesquisas acadêmicas, o Contestado tem gerado uma profusão de narrativas para consumo, sejam os objetos expostos em museus, sejam obras de artes plásticas e visuais como pinturas e peças teatrais, sejam, por fim, livros paradidáticos. Em todos, é possível verificar o passado colocado à vista e ao consumo. Esse passado, não formalizado em narrativa histórica tradicional, é vendido e contemplado em nosso presente. Antes de condenar essa produção, caberia refletir sobre como essa forma de história pode potencializar o ensino e o compromisso ético e político que assume com a memória dos mortos.

De acordo com Jerome de Groot (2016), professor de Literatura Inglesa da Universidade de Manchester e pesquisador da área de história pública e para consumo:

> o modo como uma sociedade consome sua história é crucial para a compreensão da cultura popular contemporânea, os problemas que estão em jogo na própria representação e os vários meios de autoconstrução social disponíveis. As práticas de consumo influenciam o que é empacotado como história, trabalham para definir como o passado se manifesta na sociedade. (DE GROOT, 2016, p.22).

O argumento proposto por de Groot (2016) possibilita uma análise alternativa para a produção histórica, na medida em que elege o consumo como um dos elementos fundamentais na definição de como o passado é representado socialmente e, por conseguinte, de que maneira essas produções devem se constituir para atingir determinados públicos, no ambiente escolar ou não, de maneira

especial aqueles com certa aversão à história *tradicional*, mas entusiastas de um formato criativo, lúdico e original.

Longe de estabelecer um juízo de valor acerca desses processos, De Groot (2016) apenas busca assinalar que houve profundas mudanças em como o público entra em contato com a história para além dos muros das instituições de ensino e, por consequência, como se apropria do passado e dá significado a essas experiências.

> Se aceitarmos que cinema, TV, documentário, ficção, jogos, *hobbies*, museus e afins, todos contribuem para um imaginário histórico (permitem pensar e aprender sobre o passado), além de possibilitar um imaginário historiográfico (eles contribuem para uma compreensão de como a 'história' é construída), então percorremos um longo caminho para entender nossa historicidade cultural contemporânea. Juntando isso com noções de 'uso', recepção, mercantilização e consumo, existem várias maneiras pelas quais a cultura popular processa o passado e as consequências para isso. (DE GROOT, 2016, p. 27).

O estabelecimento das relações entre a produção cultural para o consumo e a construção do imaginário histórico contemporâneo é a chave para o desenvolvimento de um saber histórico. Nesse contexto, uma produção histórica deve extrapolar a condição de fonte e transformar-se numa obra atrativa, dinâmica, lúdica e divertida sem perder de vista sua função formativa pública e educacional.

Para o autor, trata-se da criação de métodos e processos tangíveis para o alcance da atenção e do interesse dos estudantes em confluência com o ensino escolar, principalmente pensando em crianças que precisam elaborar as informações passadas com base em conhecimentos prévios e peculiares da faixa etária. Diante disso, para de Groot (2016), é indispensável a concepção de uma história pública, consumível e que pressuponha relação de empatia com o sujeito que se pretende atingir.

> É evidente a partir de guias de revisão e currículos que cronogramas, fontes, interpretação de dados e informações-chave ainda são os elementos mais importantes – a história não é apenas sobre 'fatos, mas como usá-los'. De fato, a história secundária ainda é muito tradicional em muitos aspectos, não menos importante, no

> conjunto de temas e nas historiografias ensinadas. No entanto, esse senso de empatia histórica, se não parte do ônus da avaliação, é cada vez mais utilizado como uma ferramenta pedagógica. Essa empatia impulsiona o desenvolvimento educacional, com pesquisas sugerindo que as crianças 'tornam-se cada vez mais capazes de fazer suposições, de entender outros pontos de vista e valores diferentes dos seus' (DE GROOT, 2016, p. 163).

Conforme o trecho, é possível conceber o jovem leitor enquanto um sujeito que se pretende subversivo em sua ótica de mundo e na apropriação de significados que lhe são conferidos. Sendo assim, talvez, para criar um produto didático que ofereça história de forma eficiente ao público não apenas infantil, mas jovem, escolar e em geral, seja necessário perceber a história também de maneira *subversiva* em seus métodos.

Além de uma tarefa metodologicamente desafiadora, resta articular seu conteúdo com um movimento da importância e da complexidade da Guerra do Contestado. Envolve pesquisa, leitura a contrapelo dos discursos construídos, elaboração de uma narrativa, bem como pensar e cuidar esteticamente do trabalho e, sobretudo, assumir um compromisso político não só com a formação dos jovens leitores, mas com todos os homens e mulheres mortos. Homens e mulheres que, mesmo após a morte, seguiram aviltados como sujeitos, tratados como bárbaros, ignorantes e incivilizados.

A elaboração do e-book

A princípio, a escolha do público precedeu à opção pela linguagem. Em termos adaptativos, a linguagem deveria ser flexibilizada em favor do foco da obra, entretanto a experiência subverteu a teoria.

No momento da concepção do produto, o público-alvo havia sido definido como infantojuvenil, especialmente pela característica lúdica da obra e seu alinhamento com a saga *Harry Potter*, de autoria de J. K. Rowling. Além disso, a escolha justificava-se pelo período escolar em que a Primeira República é em geral estudada, o 9.º ano do ensino fundamental.

A transposição dos saberes acadêmicos e conteúdos da pesquisa histórica para uma linguagem compreensível visando a essa faixa etária, no entanto, se transformou em obstáculos infelizmente intransponíveis, pelo tempo disponível para a sua realização e, talvez, para a formação do autor deste artigo enquanto historiador.

A atualização do foco etário, para além da questão linguística pontuada, levou em consideração o fato de a temática da Primeira República ser contemplada também no 2.º ano do ensino médio. Cabe assinalar ainda que, mesmo com um público-alvo definido, a obra mantém sua tentativa de divulgação e popularização da história do Contestado. Por conta disso, o livro tem potencial para se comunicar de forma fluida com diversas faixas etárias.

Chegando aos capítulos, sua estruturação tomou como base as fontes e possibilidades abertas pelas características, pelas afinidades e pela disposição dos artefatos. Sendo assim, a obra foi dividida em três partes: "Arsenal", "Amuletos de proteção" e "Relíquias".

Nos capítulos, a exposição dos objetos organiza-se com base na importância e no protagonismo desses instrumentos. Os artefatos principais, que possuem poder mágico reconhecido, abrem a sessão. Os demais objetos são organizados na chamada "Sessão extra".

Tal segmento visa contribuir para a formação de um conjunto de objetos alinhados entre si, reforçando a importância da cultura material na guerra, entretanto não são alçados a uma condição superior, por não apresentarem registros suficientes de sua magia, caso da panela que multiplicava comida, utilizada por João Maria, ou por efetivamente não terem tal característica perante o movimento ou no contexto maior da guerra, a exemplo do cajado, também usado pelo monge, e das armas de fogo.

No primeiro capítulo, intitulado "Arsenal", a obra apresenta um conjunto de armas empregadas durante a guerra. Aparecem nesse momento espingardas, revólveres e até mesmo a metralhadora de origem inglesa Maxim Nordenfelt, utilizada pelas forças oficiais

contra os sertanejos. O objeto que protagoniza a sessão, entretanto, é o facão, ou, de acordo com a crença cabocla, a espada elétrica.

Já o segundo capítulo, "Amuletos de proteção", versa sobre os patuás e as orações feitas pelos sertanejos com o objetivo de fechar o corpo. Ele inicia-se com os patuás, contextualizando o uso de símbolos e objetos com função protetiva ao longo da história para, posteriormente, descrever esses objetos, seu processo de produção, a forma como as forças oficiais enxergavam a prática e a crença sertaneja no seu poder.

Por fim, o terceiro e último capítulo apresenta as "Relíquias" utilizadas no conflito. O foco dessa parte da obra está nas bandeiras, especialmente na bandeira do Divino carregada por João Maria de Jesus e no clássico estandarte branco com a cruz verde ao centro, com frequência usado durante as batalhas para simbolizar a presença dos sertanejos.

Ao partir para a iconografia, o *e-book* esbarrou nos limites da oferta de imagens como forma de reproduzir a experiência física sugerida.

De acordo com Ivan Gaskell (2019), professor de história cultural e museologia da Universidade de Harvard, os objetos oferecem traços do passado. Tais reminiscências materiais podem levar, ou não, a revelações em grande escala, mas essas nuanças abrem uma perspectiva de compreensão por meio de novos sentidos.

Haja vista essa assertiva, o professor defende uma história por intermédio dos objetos. A diferença é fundamental. Ele expõe sua crítica àqueles que analisam a cultura material como mera ilustração subordinada ao texto escrito. Não se trata de uma história dos objetos, mas com base neles, alçando-os à condição de protagonistas das análises e reflexões acerca de determinado contexto histórico.

A inversão metodológica sugerida por Gaskell (2019) vai ao encontro da proposta de análise presente no produto didático que buscou subverter o papel da cultura material nos discursos e nas

análises de uma historiografia oficial, a qual comumente registra o uso desses objetos de cunho sagrado pelos sertanejos como forma de ilustrar o que estes compreendem como crença fanatizada.

Logo, o viés analítico sugerido pelo historiador da cultura material foi adotado com o objetivo de articular um produto didático com potencial de publicizar o conflito, ao mesmo tempo em que propõe uma ressignificação da forma como os artefatos são compreendidos, bem como sua crença cabocla de maneira mais ampla.

Gaskell (2019) chama a atenção, entretanto, para a tangibilidade como característica fundamental ao desenvolvimento dessa forma de análise. É necessário o uso dos sentidos para construir essa nova compreensão, experiência que infelizmente não pode ser mimetizada em sua completude pela análise de imagens.

Mesmo enquanto um recurso que visa ampliar a possibilidade de acesso aos objetos históricos, tendo em vista que estes se localizam geralmente em museus situados em locais não acessíveis a todos, coleções particulares ou mesmo lugares incertos que necessitam de pesquisa para desvendar seu paradeiro, as imagens como modo de representar a produção material carregam consigo limites que precisam ser observados. É o caso do *e-book*, visto que o público acessará os objetos por meio de imagens técnicas, como fotografias, descrições de época e recriações efetuadas por artistas contemporâneos.

O contato com os objetos utilizados no material se deu em larga medida mediante os registros de militares ou outras descrições textuais com raízes em relatos orais. Não houve contato direto com os artefatos retratados para além de sua forma descritiva e imagética, fato que cria uma lacuna e restringe a possibilidade de classificar a metodologia de análise da obra enquanto um produto de história material.

Por conta disso, optou-se por uma tentativa de traduzir a experiência do contato com os objetos e a sensibilidade que envolve o processo utilizando ilustrações originais, criadas especialmente para o produto. Associando essa iconografia a outras produções

artísticas, como alguns quadros e painéis de artistas que retrataram o movimento, buscou-se extrapolar o caráter ilustrativo e alcançar um efeito sensível mais próximo possível do contato material. Assim, propôs-se transformar a iconografia em uma espécie de narrativa que expõe uma memória sobre o movimento ou auxilie na construção de uma memória inédita.

Além disso, compreender a produção iconográfica como uma linguagem independente que complementa a forma textual, em vez de submeter-se a ela, abre algumas possibilidades de reflexão sobre como os autores e artistas utilizam a memória como base para a composição e escolha dos elementos representativos de um movimento como o Contestado.

A elaboração dessas imagens, a cargo do artista Nicollas Munhoz, formado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, foi fruto de um detalhado processo de pesquisa e leituras que Munhoz desenvolveu em constante diálogo como os demais segmentos da obra, com o intuito de estabelecer um padrão iconográfico e unicidade entre as partes que compõem a produção. Além disso, todas as ilustrações são dispostas e propostas enquanto forma de linguagem autônoma no material, visando problematizar os elementos de sua constituição e gerar reflexões acerca do uso de determinados símbolos como forma de representar o movimento.

Em depoimento sobre o desenvolvimento da iconografia, o artista relatou:

> foi bem próximo de uma pesquisa histórica, mas voltada para a construção de imagens. Pesquisei algumas fotos do Contestado, li artigos, o seu trabalho [o trabalho do autor deste artigo] e através disso tentei chegar em símbolos imagéticos que remetessem a uma ideia de resistência brasileira totalmente ligada ao contexto e às reivindicações que fazem parte da Guerra do Contestado. Acabei trabalhando bastante com a figura do sertanejo, tentando retratar a imagem do sertanejo dessa época. Por isso, a utilização do chapéu, do bigode e das armas. Além disso, também busquei representar a magia, que é a grande questão do seu trabalho, tentar traduzir essa magia de alguma forma. Para isso, usei asteriscos, pontinhos e traços em volta dos objetos que trazem essa ideia de subjetividade. Até no quadrinho você pode encontrar isso e também na minha referência maio,r que é a xilogravura, principalmente a brasileira. E alguns

> artistas que vejo no Instagram que trabalham com ilustração, tatuagem e até como falei anteriormente com xilogravura. A ideia é essa. (MUNHOZ, 2020).

É possível perceber na fala de Munhoz (2020) preocupações que extrapolam o processo produtivo de uma iconografia apenas ilustrativa. A elaboração do material baseou-se no mesmo pressuposto teórico utilizado pelos demais formatos de linguagem do livro: a pesquisa histórica. Ademais, o artista propõe a construção de um universo essencialmente brasileiro e caboclo, um dos objetivos centrais do produto, reafirmando, mesmo por intermédio da técnica da xilogravura, a raiz sertaneja do movimento, afastando a possibilidade de leituras coloniais e europeizantes do conflito.

Conclusão

A elaboração do relicário partiu de um descompasso entre alguns pontos relativos à popularização da Guerra do Contestado, desacertos especialmente relacionados à produção acadêmica sobre o conflito e sua transição para o ambiente escolar, à produção de materiais didáticos, à formação docente, aos métodos utilizados pela história e por suas produções para alcançar os estudantes e o público mais amplo e à necessidade de reforçar aspectos historiográficos em prol de uma história diversa e multifacetada em oposição a um ideal de história única.

No que tange ao Contestado e sua inserção no ambiente escolar, notoriamente ainda há muito trabalho a ser feito, sobretudo ao considerar não apenas a urgente necessidade de inclusão do movimento no conjunto de eventos históricos de importância reconhecidamente nacional, mas a necessidade de se zelar pela forma como a historiografia poderá fazer essa inclusão. Além disso, o aspecto metodológico adotado para a tarefa precisa igualmente de vigilância. A memória dos sertanejos sobre o movimento não pode mais se dar ao luxo da passividade nem de mostrar-se somente para aqueles que por interesse buscam acessá-la. É preciso que as histórias, crenças, ações e discursos dos caboclos

se apresentem até mesmo para os que não possuem *a priori* nenhum interesse no conflito ou mesmo em história.

Ainda que resguardando os métodos da história e os processos de pesquisa, não é possível ocultar o fato de que o relicário não visa popularizar a temática como um objetivo em si mesmo, ou arte pela arte, de maneira especial no contexto atual, em que a função do historiador vem sendo constantemente atacada por grupos que, além de outras coisas, lutam pela possibilidade de controle das narrativas e dos rumos da história. A obra também ambicionou advogar em prol da luta sertaneja travada até os dias de hoje por meio de conceitos como memória, identidade, representatividade e demandas sociais.

Ainda é premente, entretanto, a necessidade de que outros trabalhos sejam produzidos a fim de dar conta da popularização da guerra. Pesquisas que aprofundem as relações entre o movimento e a cultura material, que de forma geral são poucas ou não preconizam a relação, ou mesmo outras temáticas sobre o conflito, por meio de metodologias lúdicas e imaginativas no campo da história pública e para consumo. O relicário é apenas uma contribuição, uma picada aberta a facão com muita dificuldade, que deixou alguns clarões, mas também muitos trechos de mata fechada.

Referências

Fontes

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. 2009. 18m49s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc. Acesso em: 28 jun. 2020.

Referências bibliográficas

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

DE GROOT, Jerome. *Consuming history:* historians and heritage in

contemporary popular culture. 2. ed. Londres: Routledge, 2016.

ESPIG, Márcia Janete. *A presença da Gesta Carolíngea e o movimento do Contestado.* Canoas: Ulbra, 2008.

GALLO, Ivone. *O Contestado:* o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

GASKELL, Ivan. History of things. *In*: TAMM, Marek; BURKE, Peter (org.). *Debating new approaches in history*. Londres: Bloomsbury, 2019.

KAISER, Jakzam. *Guerra do Contestado:* a revolta dos caboclos no sertão catarinense. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. *Educar em Revista*, Curitiba, p. 131-150, 2006.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O Contestado na sala de aula. *Cadernos do CEOM*, v. 30, p. 73-80, 2017.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. *In*: FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: Difel, v. 3, 2006, p. 46-102.

MUNHOZ, Nicollas. *Relato sobre as ilustrações do e-book***.** Entrevista concedida a Felipe Augusto Werner dos Reis. Florianópolis, 2020.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Messianismo no Brasil e no mundo.* São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social* (a guerra sertaneja do Contestado – 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

REIS, Felipe Augusto Werner. *O relicário do Contestado*. 2020.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Nas águas do esquecimento: o movimento do Contestado e o dever de memória. *In*: PRIORI, Ângelo; GRUNER, Clóvis Mendes (Org.). *Contestado:* 100 anos de uma guerra sem fim. Curitiba: Editora Anpuh, v. 1, 2016, p. 29-53.

VALENTINI, Delmir José. *Da cidade santa à corte celeste*. Florianópolis: Insular, 1999.

O mediador dos tempos:
a Guerra do Contestado entre o passado e o presente

Rogério Rosa Rodrigues

Como narrar o tempo em uma superfície bidimensional? Esse é um problema que envolve narrativas de forma geral, mas quando o tema em questão são episódios históricos o cuidado é ainda mais complexo, pois como bem afirma o filósofo Walter Benjamin (2005, p. 62): "A verdadeira imagem do passado passa célere e furtiva". Isso significa que, para além da complexidade dos elementos que envolveram determinada experiência histórica, há que se pensar também na dimensão da atualização dessa história na mente e na própria experiência coletiva dos sujeitos no presente.

Para um conflito da dimensão da chamada Guerra do Contestado, esse é um desafio nem sempre fácil de resolver. Em primeiro lugar, porque os elementos articuladores da experiência coletiva foram marcados por fatores sobrepostos: desde lutas pela terra, sonhos milenaristas e crenças místicas em santos católicos até articulações político-governamentais, investimento do capitalismo internacional e disputas políticas locais.

Como narrar e temporalizar todos esses elementos sem criar determinantes econômicas, políticas ou culturais? Como reconhecer as estruturas de poder que antecedem essa experiência histórica, provenientes de épocas distantes, mas que assumem características singulares no planalto catarinense a ponto de fazer emergir uma insatisfação popular capaz de elaborar um mundo regido por normas e leis contrárias àquelas vigentes até

o momento? Entre elas, a exploração da terra, a desigualdade social, a devastação ambiental, a violência estatal dirigida aos trabalhadores e às trabalhadoras que lutavam pelo básico da vida: terra, comida e respeito?

Reconhecer essas permanências, assim como a forma como elas têm se sofisticado no nosso próprio tempo, é tarefa dos historiadores e das historiadoras que entendem que a história diz respeito ao compromisso ético e político que devemos ter tanto com os vivos quanto com a memória dos mortos. Tal lição é bem apresentada por Walter Benjamin (2005, p. 65), quando adverte: "Também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso". Isso significa que nosso compromisso com a memória dos derrotados no passado é mais que um ofício; trata-se de uma empreitada que se impõe ao historiador e à historiadora que não se furta em tomar posição sobre o presente e o passado.

Os desafios impostos a essa tarefa aparecem em tons mais sombrios quando verificamos que o exercício de poder dos opressores foi capaz de atingir os homens e as mulheres do Contestado com a tecnologia bélica da época, mas também ergueu um conjunto de narrativas de glorificação aos feitos dos vitoriosos que se mantêm e se atualizam no nosso presente. É por isso que Benjamin (2005, p. 70) nos lembra que "os dominadores de turno são os herdeiros de todos os que, algum dia, venceram".

Como dominadores de turno da história do Contestado, poderíamos elencar sujeitos e instituições que se arvoram porta-vozes dos caboclos na atualidade e que seguem atribuindo a eles papéis de bandidos, ignorantes, títeres de grandes políticos ou espertalhões de plantão. Essa forma derrisória ainda se encontra em narrativas visuais e historiográficas que circulam na academia, nas escolas e nos remanescentes do Contestado. É o que se observa, por exemplo, na versão "bem-intencionada" do general Aureliano Pinto de Moura (2003), que, quase um século após os historiadores de farda (RODRIGUES, 2012) publicarem livros imortalizando os feitos militares, conclui sua narrativa ressaltando a importância de estudarmos o Contestado hoje. Para esse autor, isso deve ser feito

para não repetirmos outros tantos erros históricos, entre eles "que a miséria do caboclo, do povo humilde, não venha, mais uma vez, a ser usada para conquistar objetivos escusos através do sangue dos soldados e do sofrimento dos excluídos" (MOURA, 2003, p. 241).

Atribuir ao caboclo a ideia de miséria e humildade é um eufemismo para a ideia de ignorância, geralmente associada aos povos sertanejos. Não é menos sintomática a frase ser concluída com "sangue dos soldados" antes de "sofrimento dos excluídos", pois faz parte da perspectiva do dominador de turno colocar os seus antes dos demais. Se é verdade que soldados, alguns inocentes, morreram no Contestado, as maiores vítimas da ação repressora do Estado estavam entre o povo caboclo, pois foi nesse grupo que, além dos homens em luta, crianças, mulheres e idosos foram assassinados. Enquanto isso, a família dos oficiais militares estava em segurança em suas casas.

Ainda no tópico "dominadores de turno", vale citar Paulo Ramos Derengoski (1986), membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Ele concluiu um de seus livros repetindo uma análise muito presente em outras narrativas sobre o conflito: o movimento teria nascido sem maldade concebida e descambou para o banditismo e a selvageria. Ao tratar da última liderança rebelde, Adeodato Ramos, o autor afirma:

> em delírios de grandeza, o Rei dos Carrascais, o Imperador sertanejo das trovas, emboladas e entreveros, na verdade apressou o desmoronamento do universo milenarista e apocalíptico: ele próprio – paranoico total – chegou a se auto-intitular: o Flagelo de Deus. (DERENGOSKI, 1986, p. 154).

Além de não citar as fontes da informação de que Adeodato Ramos se autointitulava o "flagelo de Deus", o pesquisador mobilizou um preconceito comum que muito contribuiu para a demonização da liderança rebelde e, por conseguinte, de toda a fase final da história do Contestado. Atribuir a ele o que chamou de "desmoronamento do mundo jagunço" é desviar o foco para o fato, mais que documentado, de que as ordens de ataque, o cerco militar e a fome imposta nas cidades santas foram obra de um Estado que

atendia às demandas de coronéis, governadores e demais lideranças políticas e econômicas da época. Não foi Adeodato quem apressou o fim do sonho de uma sociedade igualitária no Contestado; ele defendeu esse projeto coletivo e estendeu-o no tempo e no espaço do planalto catarinense. E pagou com sua vida essa defesa.

É possível alistar Moura (2003) e Derengoski (1986) na fileira dos dominadores do turno do presente. A eles, podem ser atribuídas outras palavras de Benjamin (2005, p. 70), a de que "todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra".

É por vivermos em tempo regido pela norma, pela empatia com os vencedores que na condição de historiadores e historiadoras temos o dever de tentar interromper o fluxo desse cortejo. Isso pode ser feito pela denúncia desse tipo de identificação que perpetua a lógica de repressão, tal como a crítica de muitos pesquisadores e pesquisadoras na atualidade (MACHADO, 2004; RODRIGUES, 2016; POYER, 2018; DALLANORA, 2019), mas também pela tentativa de construir a história na contramão desse cortejo triunfal. Para isso, faz-se necessário não apenas revisitarmos os vestígios do passado e analisá-los a contrapelo, como ficarmos atentos a pequenas linhas de fuga desse rastro de dominação. Linhas de fuga que podem se apresentar em pequenos gestos sociais, como na prática do pixurum, analisada por Alexandre Tomporoski (2013), ou na constituição de lugares de memória das práticas de cura do monge investigada por Márcia Espig e Gabriel Kunrath (2018), ou então em gestos infantis, como o desenho de crianças que vivem na região do planalto catarinense e que arrancam de sua imaginação imagens sobre o Contestado.

A presentificação do passado pelo olhar infantil

Em setembro de 2020 recebi em meu perfil particular da rede social Facebook um alerta feito pelo pesquisador João Felipe Morais de que estava circulando na página da Associação Cultural

Coração do Contestado um concurso de desenhos infantis sobre o conflito. Eram aproximadamente 300 desenhos produzidos sob incentivo de professores e professoras do município de Lebon Régis (SC). Iniciativa paliativa, visto que a pandemia do coronavírus impedia um encontro presencial que possibilitasse uma festividade já consagrada no calendário oficial do município: a Semana do Contestado. Digitalizados e divulgados nessa rede social, foi possível não somente acessar esses desenhos, mas também ouvir comentários, baixar os trabalhos e entrar em contato com os organizadores do evento e com professores e professoras da região.

Entre as centenas de desenhos produzidos por crianças, adolescentes, jovens e adultos, um deles capturou meu olhar. Trata-se de uma representação que apresentava mais de um tempo na mesma imagem (Imagem 1).

Imagem 1: Desenho de Mateus Nogueira Siabeni. Fonte: acervo particular da Associação Cultural Coração do Contestado, Lebon Régis (SC).

Cortada ao meio por uma linha do tempo representada por uma estrada de ferro, a história do Contestado foi dividida inicialmente em dois momentos: de um lado, o tempo das cidades santas; e, do outro, o tempo do modelo de progresso. Progresso

trazido para o planalto catarinense pela estrada de ferro da *Brazil Railway Company* e pela empresa subsidiada por ela, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, ambas capitaneadas pelo empresário norte-americano Percival Farquhar.[1]

O jovem artista mostrou, à esquerda, um tempo regido pela harmonia. Em primeiro plano, um pequeno lavrador trabalha na terra, enquanto ao seu redor verificamos pinheirais nativos, um rio de águas cristalinas e um animal que coabita com o ser humano sem espanto. No centro, uma casinha simples, mas em dimensões maiores que os outros elementos dispostos na cena. A desproporcionalidade da casa parece indicar o valor que o jovem confere à habitação. Ao fundo, no último pinheiro, ele ainda teve o cuidado de colocar no galho uma pequena ave de cor azul, possivelmente uma gralha, responsável pela disseminação das sementes de pinhão pelo planalto catarinense.

No outro lado do trilho é representado o tempo da barbárie. Onde outrora dominava o verde, agora predomina o marrom. Os belos pinheirais foram reduzidos a amontoados de madeira. A motosserra nas mãos do homem é usada para fatiar as toras que são conduzidas para a fábrica e, na sequência, vendidas para os países do norte. Frontalmente disposto na parede da casa, tem-se outro homem. No seu peito há um buraco causado por um projétil do capanga da ferrovia, por onde jorra sangue, que rega a terra. Entre o lenhador mecanizado e o homem sangrando na parede, outro corpo depositado no chão. Este, aparentemente, é o da mesma criança que antes cultivava a terra no cenário idílico entre matas, água e animais.[2]

Tal como o morto anterior, o sangue do corpo da criança inunda a terra e espalha-se como um pequeno córrego em direção ao que sobrou da árvore cortada. Na margem esquerda da casa

1 O impacto da chegada da estrada de ferro e da madeireira na região tem sido objeto de importantes estudos, dos quais destaco Monteiro (1974), Espig (2011) e Valentini (2015).

2 Estudos recentes têm ressaltado o impacto ambiental que a chegada da madeireira causou na região, o que alterou não apenas a paisagem, mas as relações sociais e políticas do planalto catarinense. Ver, especialmente, Tomporoski (2013).

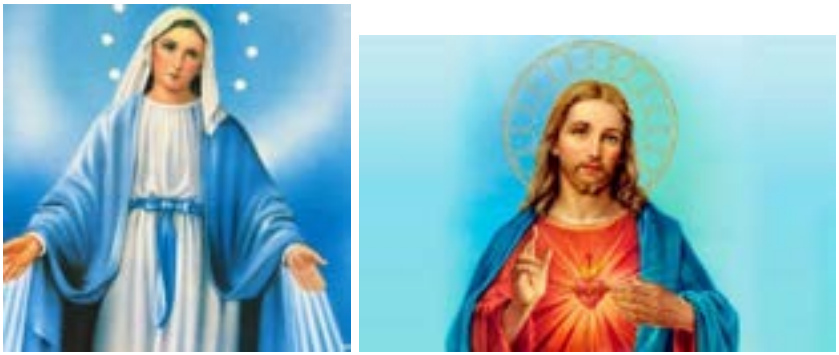
o algoz aparece de pé com uma arma na mão e ali fica postado, para que o trabalho de corte da madeira não seja interrompido. Na margem direita da casa, a bandeira branca com cruz verde identifica os moradores como fiéis seguidores dos monges São José e São João Maria. No céu, a gralha azul abandona o local. Ali não tem mais onde pousar, tampouco o que comer. Atrás dela, dois pássaros negros aproximam-se da cena desoladora. Se para a ave colorida o ambiente é inabitável, para os abutres que chegam os corpos servirão de alimento.

A habitação que aparece nesse cenário é desproporcionalmente maior que os outros elementos. Ela é, melhor dizendo, tão grandiosa quanto o pinheiro que ainda não foi cortado e que domina a direita da cena. Destelhada, com remendos na parede, a casa é desenhada sem janelas e mais parece um cubículo. É ela outro vestígio da precarização da vida após a chegada do progresso. Nesse cenário apocalíptico, praticamente irrespirável, nenhum sinal de água, elemento vital para o planeta. O que está ausente, portanto, é tão revelador quanto o que foi incluído na cena. No imaginário dos seguidores de São João Maria, a água ocupa lugar central. É fonte da vida, da harmonia com a natureza e tem o poder de cura. Sem água, não se tem folhas, animais, mata, ar, vida. Sem água, impera a morte.

Os trilhos do trem de ferro marcam a divisa dos dois momentos históricos. Ao fundo, a linha do horizonte foi contornada de verde, como se a indicar que a vida buscou abrigo em terras distantes, mas ainda assim visível ao olhar. Nas duas margens do sol, o azul projeta-se no céu como um grande manto até se misturar ao vagão do trem, o mesmo trem que abriga a promessa de salvação pelo progresso, mas que também traz os males para a região. O vermelho da locomotiva só aparece no sangue dos mortos e no título da obra. O azul, por sua vez, estende-se do céu até o vagão do trem e desce, como o anjo do apocalipse, para espalhar a destruição e a morte. No lugar das trombetas, a chaminé.

O azul-turquesa da cabina do motorneiro lembra os mantos de Nossa Senhora e do Sagrado Coração de Jesus presentes em

afrescos de diversas capelas no Brasil (Imagem 2), bem como em pinturas que artistas medievais e renascentistas usavam para indicar as vestes sagradas e que hoje reaparecem nos tetos de igrejas do interior do Brasil e em algumas imagens do Sagrado Coração de Jesus. Curiosamente, é a mesma cor da gralha-azul, essa espécie de ave do paraíso que foge apressada da região. É também bem próxima do azul da água que corre no rio, na margem esquerda do tempo.



A B

Imagem 2: (A) Nossa Senhora das Graças; (B) Sagrado Coração de Jesus. Fonte: domínio público.

O que temos aqui é a experiência traumática da Guerra do Contestado sintetizada em um desenho complexo construído pelo olhar infantil, e nada inocente, de uma criança. Em cena única, o jovem artista plasma em uma folha A4 questões temporais, factuais, artísticas e, eu diria, até teológicas. Ele encontra soluções aparentemente fáceis para narrar algo bastante complexo: a multiplicidade de questões que envolveram o conflito do Contestado, tais como as disputas pela terra, a exploração selvagem da natureza, os interesses capitalistas internacionais, a inserção de novas tecnologias de exploração da terra, a violência e a degradação do modo de vida. Tudo isso contraposto a um tempo de bonança e equilíbrio.

Não menos interessante é notar a atualização feita por meio da motosserra, esse objeto que o artista inseriu no desenho por entender que é com ele que hoje se destroem as florestas de forma

rápida e cruel. Não passa despercebida, tampouco, a ausência de mulheres nesse cenário. Ausência, confesso, que me instiga a uma conversa com o artista. Afinal, toda criança atenta geralmente tem na ponta da língua uma explicação para aquilo que arranca da sua imaginação e faz animar uma superfície, seja ela papel, seja lousa, seja tela.

O desenho foi feito por um artista de 10 anos de idade. Seu nome: Mateus Nogueira Siabeni. Ele estuda em uma escola construída para atender as crianças de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) situado no município de Lebon Régis: a Escola de Educação Básica 30 de Outubro. É importante observar que Mateus não se nega a tomar posição sobre o conflito. Seu desenho possui uma potência política que o torna tão instigante quanto criativo. Ele denuncia a devastação do meio ambiente e cria um portal do tempo que conecta nosso presente ao passado do Contestado. É como se aquelas pessoas assassinadas pelos capangas, a serviço da madeireira, saíssem da terra dos mortos para pedir aos sujeitos do presente que não deixem que suas mortes ficassem em vão.

Mateus soube ouvir esse clamor e serviu de mediador dos tempos. As pessoas que escolheu incluir no desenho e a localização que deu para os sujeitos, os animais, as plantas e os objetos são indicativos da sua sensibilidade no tocante à luta dos homens e das mulheres do Contestado. Até as cores, possivelmente limitadas pelo conjunto de lápis coloridos que dispunha para o desenho, se remetem a uma forma de se relacionar com o mundo e com as imagens, que, por serem involuntárias, são sinceras e reveladoras da conexão que o jovem artista estabeleceu entre os mortos e os vivos, entre o passado e o presente. É o que constatamos na análise feita entre o desenho de Mateus e as representações do manto sagrado na Imagem 2.

A escolha do mesmo tom de azul para colorir o céu e o vagão de trem sugere uma promessa de salvação que articula a modernidade ao misticismo religioso. Como dito, esse registro

pode ser conectado a uma memória inconsciente que se remete a imagens do Sagrado Coração, do manto sagrado da Virgem Maria e de tantos outros elementos de uma cultura visual que antecede as próprias escolhas pessoais de Mateus. Talvez por isso mesmo elas sejam capazes de atrair nosso olhar com tanta força. Não deixa de ser curioso também o fato de que o trem, que começa com as cores que remetem à esperança, fica vermelho e desce velozmente rumo à destruição da cidade santa. Ou seja, a estrada de ferro é tanto a promessa de salvação como a destruição do modo de vida presente na região.

O desenho de Mateus, esse garoto de 10 anos de idade, diz muito a respeito do Contestado, mas não deixa de dizer algo sobre nosso presente, que também é o dele. Nisso quero me deter, para reafirmar a potência desse desenho como uma atualização político-poética do Contestado. Narrativa que tem um posicionamento em favor da memória dos mortos, que faz pensar sobre o passado, sem, contudo, negligenciar os problemas e conflitos sociais pela terra, pelo meio ambiente e pela violência no mundo contemporâneo. Não creio que esse posicionamento tenha sido teorizado pelo jovem estudante, porém esses elementos aparecem e ganham forma no desenho, o que torna este ainda mais instigante como produção didática e artístico-infantil. Isso porque, diferentemente de outros pesquisadores e pesquisadoras que consultaram os arquivos, que aprofundaram os estudos sobre o Contestado e que, talvez, tenham sido acessados pelo jovem artista em algum material didático ou nas redes sociais, Mateus conseguiu fazer o que os dominadores de turno não alcançaram: interromper o cortejo triunfal dos vencedores. Cortejo que, sabemos, é bastante sedutor e se espalha em diversas estruturas narrativas, sejam elas áudio, sejam imagem, sejam texto.

A violência nossa de cada dia

Como o foco da imagem de Mateus está na destruição do

meio ambiente e na violência com que a terra dos caboclos foi usurpada por meio da força do capital, gostaria de tensionar um pouco mais as questões abertas pelo seu desenho e apresentar algumas conexões, em uma espécie de inventário dos problemas que se articulam com aqueles mostrados na imagem. Ao fazê-lo, chamo a atenção tanto para a permanência de estruturas de dominação e exploração social, política e econômica que conectam o nosso presente ao passado do Contestado, como também para a força que a imaginação de uma criança, uma vez estimulada pela comunidade escolar e amparada na experiência social das comunidades de assentamentos de terra, comuns nessa região, pode ter na luta contra determinadas estruturas de dominação que seguem fabricando novos dominadores de turno. Isso pode ser observado no conjunto de desenhos enviados para o concurso infantil promovido pela Associação Cultural Coração do Contestado e também no concurso de poemas sobre o Contestado promovido por Delmir Valentini, que rendeu uma publicação recheada de imagens literárias de grande valor histórico-pedagógico.[3]

A lista que apresento destaca a sincronicidade entre o momento em que Mateus fabricou o desenho e o contexto social e político do Brasil em 2020 – período de uma grande pandemia, mas também de devastação ambiental, de recrudescimento da violência contra populações do campo e de repressão a homens e mulheres que atuam em coletivos sociais:

- Enquanto Mateus, com seus 10 anos de idade, ouvia o clamor dos mortos do Contestado, a pandemia do coronavírus tinha ceifado a vida de mais de 150 mil brasileiros. Passados seis meses da produção do desenho, o Brasil já contabilizava 400 mil mortos (número referente a abril de 2020). Lebon Régis, onde vive o jovem artista com a avó, tem aproximadamente 12 mil habitantes. Trezentos mil mortos é, portanto, 25 vezes a população do município;

3 Ver: Valentini *et al.*, 2013.

- Enquanto Mateus desenhava a catástrofe ambiental e social do Contestado, o Brasil assistia à destruição de um dos mais ricos biomas do planeta: o pantanal brasileiro. Destruição antecedida pelas queimadas criminosas na Amazônia. Quem se beneficia com essa devastação ambiental? Os defensores da pecuária e da lavoura em grande escala, os senhores do agronegócio, que têm sangrado o modo de vida dos pequenos agricultores, quer pela disputa desleal para terem uma bancada política poderosa que defenda seus interesses no cenário político nacional, quer por expulsar trabalhadores de suas terras para transformá-las em lavouras de soja e milho, ou em pastos em grande escala para criar o gado que abastece o mercado internacional de carne;
- Enquanto Mateus produzia sua pequena denúncia sobre a violência no campo, o povo brasileiro seguia sem saber quem mandara matar a liderança política Marielle Franco e Anderson Gomes;
- Enquanto Mateus fazia seu desenho, o número de conflitos armados no campo apareceria como um dos maiores existentes nos últimos 10 anos do país. De acordo com os dados publicados no relatório da Comissão Pastoral da Terra (*apud* BARBOSA, 2020), o ano de 2019 bateu outro recorde: o maior número de assassinatos de lideranças indígenas da última década;
- Enquanto Mateus desenhava uma cena de violência da Guerra do Contestado ocorrida no planalto catarinense há mais de cem anos, fazia 16 anos do assassinato de Irmã Dorothy Stang, religiosa que defendia o direito à terra aos mais pobres na região do Pará. Seus executores foram presos, mas os mandantes seguem impunes;
- Enquanto Mateus compunha seu desenho, muitos brasileiros seguiam chorando a morte do guardião da floresta Paulo Paulino Guajajara, assassinado no estado do Maranhão em novembro de 2019, após emboscada de madeireiros.

A escola, os/as professores/as e a pandemia

Como não cabe concluir a análise de um desenho elaborado com tanta criatividade evocando apenas morte e tristeza, quero registrar a potência das escolas e o papel fundamental de professores e professoras do nosso país, profissionais que foram os primeiros a serem jogados na modalidade de ensino remoto, o que foi feito, em sua maioria, sem consulta e sem garantia de preparação técnica e psicológica para que enfrentassem os desafios impostos pela pandemia.[4] Apesar de toda a pressão política, da crise sanitária e da tentativa de instrumentalizar essa experiência para virtualizar o ensino básico, muitos professores e professoras conseguiram encontrar linhas de fuga, construir roteiros e experiências didáticas que, ao mesmo tempo em que se ligam às exigências do conteúdo programático, fazem conexões com a situação sanitária, política e social do presente.[5] Os desenhos do Contestado estão entre essas atividades, pois, promoveram um trabalho trans e interdisciplinar, abordaram a história pela narrativa visual e usaram as redes sociais para divulgar esses trabalhos, que, por sua vez, amplificaram o público capaz de acessá-los. Não fosse por essa iniciativa, esses desenhos

4 O filósofo Paul Preciado (2020) tem chamado esse processo de virtualização do trabalho de "pornificação do trabalho". Sobre o assunto, ver, além de Preciado (2020), Beccari (2020).

5 As experiências e angústias dos professores e das professoras de História da rede básica de ensino do Brasil diante do ensino remoto instituído como modalidade de ensino por causa da pandemia do coronavírus têm sido tematizadas por mim em diversas estruturas narrativas: cinco vídeos com depoimentos de professores e professoras, sob minha coordenação, por meio do Projeto Relatos da Quarentena (2020), realizado pela equipe do Laboratório de Imagem e Som da Udesc, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sEsLZ2qDA0g&t=51s&ab_channel=Laborat%C3%B3riodeImagemeSomUniversidadedoEstadodeSantaCatarina, com acesso em 31 de março de 2021; a mesa-redonda do XVIII Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História – Seção Santa Catarina (ANPUH-SC) – intitulada "Ensinar história em tempos de pandemia" (2020), disponível no canal do YouTube da Universidade do Extremo Sul Catarinense, campus Criciúma: https://www.youtube.com/watch?v=xWZlka3mrbg&ab_channel=UnescTV, com acesso em 31 de março de 2021 – as falas dessa mesa foram transformadas em texto publicado pelo periódico Fronteiras, também sob minha coordenação (RODRIGUES, 2020) –; e, por último, o projeto Profcast, o podcast do Mestrado Profissional em História e do Laboratório de Imagem e Som da Udesc, disponível em todas as plataformas de divulgação de podcast e também no YouTube, em: https://www.youtube.com/watch?v=b4AZ6Jt3V_4&ab_channel=Profhist%C3%B3ria-Nacional, com acesso em 31 de março de 2021.

possivelmente ficariam restritos à comunidade escolar ou, no máximo, aos sujeitos da comunidade de Lebon Régis.

Foi graças à criatividade e ao zelo desses profissionais que centenas de crianças se sentiram motivadas a arrancar da imaginação episódios de um conflito que eles só conheciam em livros, vídeos, redes sociais e, ocasionalmente, na memória dos homens e das mulheres mais velhos da região. Conflito que não goza boa fama na cultura histórica da população do planalto,[6] mas que na mente de Mateus aparece como um alerta: "Olhem para o que aconteceu no Contestado!".

A Escola de Educação Básica 30 de Outubro, local onde Mateus estuda, atende um vasto público infantil e desenvolve projetos incríveis com seus discentes. Trata-se de uma escola que incentiva e produz jovens talentosos como Mateus, que possui uma profunda conexão com as lutas sociais pela terra, que atua com a proposta de uma educação sensível por intermédio da música, do teatro e do desenho[7] e que inclui a história local em seu projeto pedagógico, em conexão com a memória e as lutas sociais pela terra. Isso é posto como importante princípio de formação dos seus estudantes. Escola que educa para a empatia, para o encontro e para o respeito em relação a homens e mulheres que morreram para que hoje seus pais, mães, irmãos, irmãs, tios e tias possam seguir lutando pela memória dos/das caboclos do Contestado. Luta que reforça a dimensão política do trabalho coletivo dos homens e das mulheres da região no presente, atualiza a experiência dos mortos do Contestado e sinaliza para a construção de um mundo menos desigual.

Post scriptum

Mateus Nogueira Siabeni é neto de assentados da reforma agrária. Isso não explica seu talento nem sua sensibilidade para

6 Há todo um debate sobre a produção da memória social do Contestado e seus desafios no tempo presente. Destaco aqui dois trabalhos: Paulo Pinheiro Machado (2011) e Rogério Rosa Rodrigues (2021).

7 Sobre as atividades desenvolvidas pela Escola 30 de Outubro, ver nesta publicação o depoimento da professora Hellen Heine Barreto Ferreira.

as questões de violência e luta pela terra incluídas em seu desenho, mas nos aponta para uma pequena fagulha pela qual é possível nos aproximarmos da sua imaginação criadora, tão fértil quanto sensível. Além do desenho, ele também compôs um poema sobre a luta dos rebeldes do Contestado, registrado aqui como homenagem.

Poema do Contestado
Quando ouço falar em guerra,
Já me lembro do Contestado.
Por causa de uma estrada de ferro,
O povo foi massacrado.

Expulsaram os caboclos de suas terras.
Suas vidas ceifaram,
Sem remorso nem piedade.
O sangue foi derramado e seus sonhos acabaram.

Roubaram toda a madeira.
O sertanejo ficou ao léu,
Sem ter onde morar,
Pois teve que lutar
Contra as ordens do coronel.

O trilho ficou bonito,
Ligou São Paulo a Rio Grande do Sul,
Mas com o trem também
Vieram a dor, a fome e a morte
E fumaça ao céu azul.

Em nossa cidade e região
Foi marcante essa guerra.
Por isso existem muitas
Famílias, agricultores sem terra.

Mateus Nogueira Siabeni (26/09/2020)

Referências

BARBOSA, Catarina. Com Bolsonaro, número de conflitos no campo é o maior dos últimos 10 anos. *O MST*, 2020. Disponível em: https://mst.org.br/2020/04/17/com-bolsonaro-numero-de-conflitos-no-campo-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/#:~:text=conflitos%20no%20campo.-,O%20n%C3%BAmero%20de%20assassinatos%20no%20campo%20apresentou%20um%20aumento%20de,dados%20de%20viol%C3%AAncia%20do%20campo. Acesso em: 20 out. 2020.

BECCARI, Marcos N. A pornificação do trabalho: uma reflexão a partir de Paul B. Preciado. *V!RUS*, São Carlos, n. 21, dez. 2020. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus21/?sec=4&item=2&lang=pt. Acesso em: 30 mar. 2021.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. Tradução de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. *In:* LÖWY, Michel. *Aviso de incêndio.* São Paulo: Boitempo, 2005, p. 41-146.

DALLANORA, Cristina. *Conflitos no ex-Contestado:* coronelismo e bandoleirismo em região de fronteira. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço.* Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.

ESPIG, Márcia Janete. *Personagens do Contestado:* os turmeiros da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Pelotas: Editora Universitária da UFPel, 2011.

ESPIG, Márcia Janete; KUNRATH, Gabriel. Os mapas de devoção a São João Maria: um estudo sobre lugares de memória e fé popular nos estados do sul do Brasil. *In:* TOMPOROSKI, Alexandre Assis; ESPIG, Márcia Janete (org.). *Tempos de muito pasto e pouco rastro.* São Paulo: Liber Ars, 2018, p. 135-153.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 178-186, jan./jun. 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século.* São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOURA, Aureliano Pinto de. *Contestado:* a guerra cabocla. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

POYER, Viviani. *Fronteiras de uma guerra:* imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado 1907-1918. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

PRECIADO, Paul B. *Aprendendo do vírus*. São Paulo: N-1, 2020. Disponível em: https://www.n-1edicoes.org/textos/26. Acesso em: 31 mar. 2021.

RODRIGUES, Rogério Rosa. A solidão das testemunhas: trauma, memória e história do Contestado. *In:* BORGES, Viviane Trindade; RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *História pública e presente.* São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 51-70.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *As trincheiras das palavras:* os historiadores de farda e as narrativas históricas sobre o Contestado. *In:* VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (org.). *Nem fanáticos, nem jagunços:* reflexões sobre o Contestado (1912-1916). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, p. 237-261.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Nas águas do esquecimento: o movimento do Contestado e o dever de memória. *In:* PRIORI, Ângelo; GRUNER, Clóvis Mendes (org.). *Contestado:* 100 anos de uma guerra sem fim. Curitiba: Editora Anpuh, 2016, p. 29-53.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Vozes docentes. *Fronteiras*, n. 36, p. 224-251, 18 dez. 2020.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *O polvo e seus tentáculos:* a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VALENTINI, Delmir J. *Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado.* Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Editora UFFS, 2015.

VALENTINI, Delmir J. *et al.* (org.). *Centenário do Contestado:* poesias, memórias e canções. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

Diálogos estéticos entre imagem e história:

a Guerra Sertaneja do Contestado pelas aquarelas de Manih

Rita Inés Petrykowski Peixe
Márcia Elizabéte Schüler
Analice Dutra Pillar

A reconstrução do conflito por meio da sua crônica visual: alguns caminhos

Iniciamos nossos apontamentos com um desabafo do artista Aldemir Martins acerca das ilustrações[1] em bico de pena de sua autoria realizadas para a 27.ª edição, do ano de 1967, do livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Em uma carta escrita pelo artista em 1961, quando de sua passagem pela Europa, e publicada no catálogo de uma exposição na Galeria Bonino produzido em maio de 1979, para a inauguração da Sala Aldemir Martins, no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, ele declara: "Ninguém viu senão os cangaceiros, quero dizer: o assunto. Ninguém prestou atenção ao desenho, linhas, formas, manchas" (MARTINS, 1979, p. 12).

A afirmação traduz um pouco da ansiedade de um artista diante da relação estabelecida entre sua obra e os espectadores. Trata-se de um comentário indignado, de quem talvez ensejasse mais do que apenas a visão de um tema histórico sugerido pelo artifício da imagem. Mesmo porque as alegorias por ele descritas e

1 Fazemos uso aqui do termo *ilustração*, porque, ao longo do tempo, muitos artistas foram ilustradores profissionais, no entanto vale destacar que neste texto o termo *ilustração* está sendo utilizado de maneira indiscriminada, tanto para o desenho quanto para a imagem. Ilustração não significa um complemento do texto verbal, mas uma imagem. Texto verbal e imagem têm a mesma importância.

apresentadas fazem parte desse imaginário artístico que usa como argumento/assunto narrativo um fato e, como matéria-prima, o traço, a tinta, as lentes ou objetos orgânicos transformados em desenho, pintura, fotografia e escultura, expressões que vão além do assunto. Dessa maneira, as circunstâncias em que as imagens foram produzidas deveriam dizer mais sobre o trabalho artístico e menos acerca daquilo que parecem ser os fatos ilustrados da história, considerando as possibilidades narrativas que transitam entre o conteúdo literário e as imagens produzidas pelo artista.

Ao falar que o seu novo desenho é antigo, aludindo a uma mudança na estrutura das suas formas expressivas, Aldemir Martins (1979) aponta para as suas origens e acrescenta que, passados oito anos daquela série de cangaceiros líricos e truculentos, "retomei o filão e executei cinco ou seis desenhos, trabalhando o mais possível com manchas e formas. Outra vez ninguém reparou nada. Paciência" (MARTINS, 1979, p. 12). Esse lamento, conteúdo da carta escrita a um amigo e publicado em 1963 pelo jornalista Odorico Tavares (MARTINS, 1963), bem como a publicação nos catálogos anteriormente mencionados, convence-nos da ideia de uma leitura da produção artística que tem a possibilidade de ir para além do assunto. Enseja, desse modo, a compreensão de que um estudo sobre as imagens não fique limitado apenas à sua catalogação, ou mesmo ao quanto elas se propõem a apresentar, mas que seja um convite a pensar a memória histórica pela perspectiva do seu projeto iconográfico.

Tratando-se dos aspectos iconográficos, descrevemos na sequência algumas investigações que abordam caminhos empreendidos na reconstrução da crônica visual cujo tema é a guerra sertaneja do Contestado. Assim, o ponto de partida para o percurso pelo universo artístico que diz respeito a essa temática, da qual fazem parte um amplo acervo visual e um significativo número de artistas que o produziram, foi um mapeamento preliminar com registros imagéticos, em 2006, inicialmente em um documentário,[2] intitulado *Retratos do Contestado: a história*

2 O documentário em questão foi produzido apenas em formato de DVD, com

através da arte, envolvendo sete artistas. Esse documentário teve como propósitos "levantar e catalogar os artistas cujas produções estiveram relacionadas à Guerra do Contestado" (RETRATOS DO CONTESTADO, 2006). Embora algumas iniciativas do registro de aspectos desse patrimônio visual já estivessem em curso, elas resultavam em breves aproximações que requeriam outros aportes e aprofundamento.

Ao longo de três anos, foram rastreados, em bibliografias, acervos e materiais visuais, os elementos referenciais para dar *corpus* a esse trabalho que resultaria no documentário. Tais investigações possibilitaram catalogar, conforme mencionado, sete artistas, que foram estudados e incluídos no trabalho, o qual organizou didaticamente as produções visuais acerca da guerra sertaneja do Contestado. Pinturas em tela e painéis, desenhos a nanquim, histórias em sequência, módulos em palha de milho, gravuras e instalações fazem parte do acervo que foi catalogado, trazendo a interpretação visual e documental, por meio de fontes diversas, de inúmeros aspectos e cenas do conflito (RETRATOS DO CONTESTADO, 2006).

Desse material visual organizado e produzido, é imprescindível apontar algumas inferências, como a de que cada artista salienta elementos que julga relevantes no contexto que está propondo-se a conceber, imprimindo ali o seu sentido. Isso tudo moldado em uma linguagem que lhe é própria. Nessa ótica, destacamos a reflexão de Albuquerque Júnior (2007, p. 25):

> nada é evidente antes de ser evidenciado, ressaltado por alguma forma de nomeação, conceituação ou relato. Os documentos são formas de enunciação e, portanto, de construção de evidências ou de realidades. A realidade não é pura materialidade que carregaria em si mesma um sentido a ser revelado ou descoberto. A realidade, além de empírica, é simbólica, é produto da dotação de sentido trazida pelas várias formas de representação. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 25).

tiragem de 100 exemplares, tendo sido distribuído a instituições museais e de ensino. Ele não se encontra disponível virtualmente.

Essa é a razão pela qual as representações configuradas em cada uma das produções artísticas possibilitaram a organização de um primeiro acervo visual e documental, escopo para o DVD *Retratos do Contestado: a história através da arte,* cujo conteúdo se traduz em um diálogo entre arte e história, criando interfaces mediadoras e, ao mesmo tempo, contraditórias ante o lido, o vivido e o retratado pelos artistas. O entrelaçamento de linguagens, que se presentifica na relação dos conteúdos simbólicos apresentados no material, seja nas imagens artísticas, seja na trilha sonora – sertaneja, clássica e popular associada ao Contestado –, seja ainda no conteúdo textual do áudio, configurados ao longo dos quase 40 minutos de vídeo, revela um rico acervo que roteiriza, mediado pelos olhares estéticos, a guerra sertaneja do Contestado.

Essa primeira aproximação às imagens sobre o Contestado, que resultou na produção do primeiro documentário, se colocou como uma provocação que, de algum modo, se abriu à oportunidade de novos diálogos, sugerindo investigações mais abrangentes e consistentes. Outros desafios emergiram por meio dessa iniciativa, ensejando a ampliação do campo de discussão mediante a inserção de mais artistas e de suas produções com a temática da guerra sertaneja do Contestado, mantendo a motivação para seguir pesquisando, com o propósito de estabelecer distintas interfaces e reflexões significativas concernentes ao assunto.

Posteriormente, esse material investigativo foi ampliado e ganhou um *corpus* reflexivo mais consistente, sendo fundamentado como tese de doutoramento defendida em 2012 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob o título *Imagens que (re) constroem história: alegoria e narratividade visual da guerra sertaneja do Contestado* (PETRYKOWSKI PEIXE, 2012), do qual fizeram parte os sete artistas presentes no documentário anterior e mais cinco, totalizando 12: Claro Jansson, Willy Alfredo Zumblick, Hiedy de Assis Corrêa, Renato Perré, Dea Catharina Reichmann, Poty Lazarotto, Meinrad Anton Friedrich Horn, Eleutério Nicolau da Conceição, Grupo Cabeça Oca, Leandro Vitto, Gerson Witte e Itacir Bortoloso.

A tese traça um panorama sobre a obra desses artistas e enseja uma aproximação às imagens com as quais empreende reflexões e cria conexões, desenvolvendo análises e buscando problematizar de que maneira as imagens artísticas que tematizam a guerra sertaneja do Contestado constroem esse acontecimento histórico por meio de suas narratividades e alegorias visuais, assim como que significados desse episódio elas produzem. Por intermédio da pesquisa doutoral, foram obtidos dados biográficos e recolheu-se o material imagético (fotográfica e digitalmente apresentado), que foi compilado e organizado para estudo das possibilidades reflexivas oferecidas pelas imagens, considerando ainda as referências para sua produção (livros ou imagens que as originaram) e os seus processos artísticos.

Esse segundo levantamento, conforme apontamos, que resultou na inclusão de 12 artistas, reuniu um número superior a mil obras (de 1912 a 2011), possibilitando informações importantes sobre suas respectivas trajetórias. A análise proposta nessa abrangente e variada produção artística enfocou os seguintes assuntos narrativos: aspectos gerais, como a região do Contestado, paisagem e ambientes; personagens e suas ligações com o conflito; e contexto da guerra, com destaque à organização e às ações militares contra os redutos e ao desfecho do episódio. Os resultados revelaram que a reiterada veiculação de imagens nos materiais que tratam do acontecimento apresentava eventuais disparidades, sobretudo quanto à sua utilização, meramente como recurso editorial ou para aludir ao fato sem preocupação reflexiva. A conclusão evidenciou que, utilizando variadas referências imagéticas, linguagens, estilos e processos criativos, os artistas construíram diferentes efeitos de sentido, possibilitando a reconstrução da história da guerra sertaneja do Contestado sob distintas formas alegóricas e narrativas.

Um aspecto primordial a considerar-se no presente enfoque é que, no período de finalização da pesquisa, uma artista da cidade de Videira (SC) despontava com ilustrações cujo conteúdo versava, entre outros temas, sobre a guerra sertaneja do Contestado. Embora

não tenha sido incluída no acervo tratado na tese, a produção de Márcia Elizabéte Schüler (Manih) com o uso da técnica da aquarela foi estudada paralelamente, e foram produzidos textos curatoriais para algumas exposições de suas obras, a respeito das quais tratamos neste artigo, organizadas de acordo com a data de sua produção, que teve início em 2006 com *Família de caboclos* (Imagem 1).

Imagem 1: Família de caboclos (2006). Fonte: acervo de Márcia Schüler

Aproximação pertinente para se pensar as relações entre imagem e história

As experiências estéticas às quais estamos sujeitos na atualidade têm nos possibilitado incursões a um universo de estímulos sem precedentes, talvez nunca antes imaginados ou vivenciados. Sons e imagens repercutem, em todos os espaços que habitamos, provocando-nos e exigindo de nós permanentes respostas perceptivas e sensoriais. Se "imagens são mediações entre o homem e o mundo" (FLUSSER, 2002, p. 9), quando as olhamos, é inevitável que sejamos estimulados a nos relacionar com elas, e isso pode ocorrer de distintos modos. Reagimos àquilo que elas

nos comunicam, questionando, interferindo, rejeitando ou apenas aceitando. Todavia, essas reações não se dão por mero acaso, sem uma aproximação voluntária, na qual elas se ofereçam ao nosso olhar.

> ao vaguear pela superfície, o olhar vai estabelecendo relações temporais entre os elementos da imagem: um elemento é visto após o outro. O vaguear do olhar é circular e tende a voltar para contemplar elementos já vistos [...]. O tempo projetado pelo olhar sobre a imagem é o eterno retorno. (FLUSSER, 2002, p. 8).

Mediante esse ir e vir, o interesse em explorar por meio do olhar propicia que nos relacionemos com o visto e até com o não visto – e ainda com o imaginado –, que também faz parte desse universo de significados que vão sendo atribuídos àquilo que vivenciamos, à medida que vamos conhecendo e reconhecendo o mundo, a nós mesmos e aos outros, num exercício de alteridade e busca de identidade.

Os indícios da experiência humana no tempo histórico estão diretamente ligados aos registros orais, iconográficos, visuais, escritos, entre outros, dos quais nos apropriamos para tomarmos ciência dos acontecimentos, mesmo que temporalmente distantes de nós, de maneira que nos aproximamos de seus contextos e os exploramos. Assim como o registro pode ratificar determinado fato e conferir-lhe *status* histórico, as imagens podem referenciar um acontecimento e dar-lhe significação. Nesse sentido, Knauss (2006) traz à reflexão um importante conteúdo ao afirmar:

> as imagens pertencem ao universo dos vestígios mais antigos da vida humana que chegaram até nossos dias. [...] Isso significa dizer que, diante dos usos públicos da História, a imagem é um componente de grande destaque, mesmo que nem sempre seja valorizada como fonte de pesquisa pelos próprios profissionais da História. A imagem condensa a visão comum que se tem do passado. (KNAUSS, 2006, p. 98-99).

Vale acrescentar ainda que as imagens provocam o imaginário, criam analogias ou negações, fascinam, seduzem, narram e se deixam narrar, pois não podemos nos furtar de levar

em conta a sua inegável afinidade com a história. A esse respeito, o historiador Peter Burke diz:

> imagens são fontes não confiáveis, espelhos que distorcem a realidade. Contudo, elas compensam esta desvantagem ao oferecer substancial evidência num outro nível, de tal forma que historiadores possam transformar um defeito em qualidade. (BURKE, 2003, p. 37).

Conforme as convenções que lhe são próprias, há que considerar-se os pontos de vista pelos quais as imagens são produzidas ou capturadas, muito embora elas estejam aptas a mostrar os modos de vida, as visões de mundo, os conflitos e as expressões de determinado grupo – e para muito além dele –, entre outros aspectos.

Se mitologias inteiras foram edificadas em torno de imagens, tendo sido possível redimensionar e reconstruir aspectos do cotidiano antigo ou de outros tempos e espaços em razão de achados imagéticos (como foi o caso de Pompeia, bem como de tantas outras civilizações), é justo que essas imagens de fatos históricos possam ser tratadas como documentos históricos, pois "a iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutidas as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada" (PAIVA, 2006, p. 17).

Durante muito tempo e ainda na atualidade, muitos questionamentos acerca das imagens como evidências históricas se instauram no âmbito acadêmico, principalmente no que alude à autenticidade da imagem na condição de referência visual para um fato ou como fonte documental. Burke (2003, p. 12) reúne argumentos importantes a respeito da utilização das imagens:

> quando utilizam imagens, os historiadores tendem a tratá-las como meras ilustrações, reproduzindo-as em seus livros sem comentários. Nos casos em que as imagens são discutidas no texto, essa evidência é frequentemente utilizada para ilustrar conclusões a que o autor já havia chegado por outros meios, em vez de fornecer novas respostas ou levantar questionamentos. (BURKE, 2003, p. 12).

O posicionamento do autor faz menção à determinada abordagem histórica que foi recorrente em décadas anteriores no que diz respeito ao uso das imagens, sobretudo as artísticas. Há ainda outro aspecto a ser ponderado: a banalização da imagem enquanto recurso editorial. Isso pode ser verificado em um número significativo de livros, principalmente os de caráter didático, nos quais muitas vezes os conteúdos históricos apresentados têm o seu correspondente visual oriundo do âmbito artístico, como as imagens pictóricas, escultóricas etc. Na tentativa de endossar componentes que poderiam mediar o discurso do texto histórico ou na ausência deles, imagens artísticas passam a ser meramente apêndices das intenções do autor ou do editor, com o propósito de preencher um espaço que requer um endosso visual ou, ainda, na melhor das hipóteses, como algo dado, sob o pretexto de leituras (descomprometidas) de imagem, isentas de qualquer interesse pela arte ou motivação de ordem metodológica, o que pouco acrescenta no âmbito da reflexão estética.

Nesse enfoque, é importante afirmar que há uma distância significativa, e que precisa ser considerada, entre a produção artística e o fato histórico. Em muitas situações, o que ocorre é a imagem artística ser tomada por muitos como um reflexo da realidade ou uma reportagem do real.

A simples existência da arte já é um feito importante (HASKELL, 1993, p. 2). Em todas as épocas, sob diferentes enfoques, as imagens tiveram efeitos sobre a imaginação histórica na exploração do passado, não sendo, de modo algum, facilmente decifráveis, como Haskell (1993) situa ao longo do seu livro *A história e suas imagens*. Nele, o autor rechaça a teoria de que o foco entre o historiador e o historiador da arte seja o mesmo, sendo esse reconhecimento necessário para que a cooperação possa ocorrer. Para ele, o historiador interpreta o que chamamos de arte se o estuda com outro testemunho disponível: "A arte tem uma linguagem própria que somente podem entender aqueles que se esforçam por desentranhar

seus propósitos, convenções, estilos e técnicas em permanente mudança" (HASKELL, 1993, p. 9).

Como, ao tratar de história, nada é definitivo ou completo, nas próprias imagens também está evidente o caráter de infinitude e incompletude interpretativa, pertinente a cada época, porque, ao "ser lida *a posteriori* pelo historiador, pelo especialista e pelo leigo é reconstruída. A ela, no conjunto ou nos detalhes, são agregados novos significados e valores" (PAIVA, 2006, p. 20). Essa é uma razão pela qual as imagens, conforme são apropriadas, despertam, em distintos momentos históricos, interesses diversos.

Outro elemento importante de ser mencionado é que a própria história tanto estabelece a relação do discurso com as técnicas que o produzem quanto transforma os elementos naturais em culturais, articulando-os e fazendo deles história. Por ser o tempo o material de análise do historiador, ele segue regras, no intuito de transformar objetos físicos em história. Assim, para,

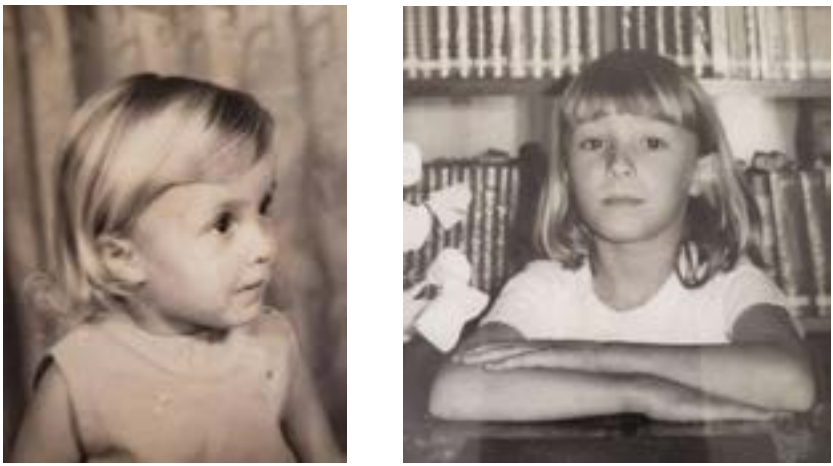
> fazer história é uma prática [...] se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isto ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção [...] cada sociedade se pensa 'historicamente' com os instrumentos que lhe são próprios. (CERTEAU, 2007, p. 78).

Entre tais objetos, encontram-se incluídos os artefatos visuais que necessitam de um olhar mais atento e estudos apurados – e que não ignorem a importância da imagem em todos os seus aspectos –, os quais podem contribuir para a compreensão e ampliação dos referenciais culturais presentes em cada tempo e espaço histórico.

Diante do exposto, como o propósito deste artigo é, além de promover diálogos estéticos entre imagem e história, incluir no acervo visual da guerra sertaneja do Contestado uma artista que propõe reflexões significativas por meio de suas imagens, faz-se primordial integrá-la nesse cenário, visando abordar aspectos de sua vida e produção.

A artista que referencia estes escritos: alguns aspectos biográficos

Márcia Elizabéte Schüler nasceu na madrugada do dia 4 de agosto de 1967 no município de Videira, situado no Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina. Manih é filha de pai autodidata e mãe alfabetizadora. Sua formação e ligação com a arte vêm desde os primeiros estímulos e de sua própria família, quando ainda era muito pequena. As caixas de lápis de cor, com que frequentemente era presenteada pela mãe, enchiam de alegria aquela criança (Imagem 2). Como consequência, a criatividade expandia-se:



A B

Imagem 2: Márcia Elizabéte Schüler, a Manih, em diferentes fases da infância. Fonte: acervo pessoal de Márcia Schüler.

Tinha o sonho de ser arqueóloga, no entanto formou-se em Arquitetura e Urbanismo no ano de 1990, seguindo os passos do irmão, também grande incentivador das investidas artísticas da jovem irmã, a quem carinhosamente a família chama Manih, alcunha adotada mais tarde como identidade artística. Atualmente, Márcia é professora do Instituto Federal Catarinense de Videira e desenvolve investigação doutoral na Universidade de São Paulo (USP).

No que tange à sua produção artística, ela foi permeada por lápis, pincéis, tintas e suportes, que acompanharam Manih por toda

a adolescência e idade adulta, na busca por falar além de palavras e projetos (Imagem 3). Participou de algumas mostras em Videira, oficinas com amigos artistas, circulando com tranquilidade no meio artístico e cultural que se lhe apresentava. O contato com a história do Contestado, presente no seu entorno, fez florescer a sua expressão artística e deu significado a ela.

Imagem 3: Márcia Elisabéte Schüler, cujo nome artístico é Manih. Fonte: acervo pessoal de Márcia Schüler

Transitou por algumas técnicas artísticas como o desenho e a pintura em tinta acrílica até encontrar na aquarela sua manifestação mais potente, quando experimentou e desenvolveu uma técnica expressiva própria, a qual descreve como distinta dos padrões acadêmicos, normalmente apresentados nessa modalidade. Nesse sentido, a pintura de Manih parece não se caracterizar por meio de grandes aguadas nem de traços convencionais, considerando os elementos marcadamente expressivos, plasmados nas suas telas. A pintura distingue-se desde a sua elaboração, com o uso de finos pincéis, que nunca são lavados. A partir daí, a água é introduzida a conta-gotas na paleta.

No seu processo de produção pictórica, Manih parece entrar em outro universo, indo de emoção em emoção e traçando aquilo que a alma ordena, experimentando e passando por assuntos que lhe são caros. Encomendas? Nem pensar! Isso parece estar

fora de cogitação para a artista. Quem encomenda suas obras é o estímulo emocional que o seu entorno provoca: a guerra, os gatos, as pessoas, o cotidiano e o mundo do trabalho (objeto dos seus estudos acadêmicos), permeados por certa abstração, entre outros conteúdos temáticos que lhe parecem convidativos. Para ela, a pintura é uma forma de transcendência, e isso fica evidente quando relaciona seu pintar aos pensamentos e sentimentos, pois reitera que pinta o que sente e, no seu sentir, pintando, transcende.

Incorporando toda essa espontaneidade e esse desprendimento na sua produção, não parece haver dimensão definida, tampouco regularidade, em seu processo. Manih afirma que tudo o que teria a dizer o faz pintando e acrescenta que produz quando acontece. Ou seja, o seu produzir arte é sempre um acontecimento.

Sua obra apresenta tamanhos variados, assim como as temáticas e o colorismo nela empregados. O que não parece alterar-se são os delicados contornos e a força expressiva presente nas figuras plasmadas em suas obras. Algumas delas foram exibidas em uma mostra no ano de 2013 na comuna francesa de Saint-Germain-em-Laye, região administrativa de Île-de-France, em um evento intitulado La Nuit des Artistes, e ainda trabalhos seus foram aceitos no Salão de Artes de Neauphle-le-Château em 2014, também na França.

A produção artística de Manih e a guerra sertaneja do Contestado

Após apontarmos aspectos importantes da vida artística de Márcia Schüler, apresentamos dois textos curatoriais resultantes de mostras individuais nas quais a artista expôs sua produção. A primeira, com 20 obras de temáticas diversas, intitulada Fluidez, ocorreu no Centro de Eventos de Videira de 11 de novembro a 12 de dezembro de 2019. O texto que acompanha a exposição e orienta-nos sobre as produções da artista parte de um questionamento que sugere múltiplas respostas, tal é a forma como a obra de Manih chega ao nosso olhar: o que nos vem à percepção e quais são as nossas sensações

quando pensamos em fluidez? Com base nessa pergunta, ao longo dos escritos[3] de Petrykowski Peixe (2019), são oferecidas algumas possibilidades de transitar e pensar acerca da obra de Manih:

> uma paisagem, um bicho, uma forma qualquer que se transforma (ou se deforma?), abstraída ou traduzida em elementos outros... Cotidianos plasmados em combinações de discursos cromáticos e diálogos com a natureza, com a espontaneidade da vida pulsante. Nas produções pictóricas de Manih transitam múltiplas linguagens, permeadas por memórias pretéritas ou futuras, presentificação de reminiscências e recordações, contradições, cheios, vazios, traços que se esticam ou se retraem. Contornos delicados e sutis se entrelaçam e se espaçam, soltos e vibrantes, livres, como se estivessem ao sabor do vento. Elementos hábeis e espontâneos, em composições carregadas de despojamento e, ao mesmo tempo, singeleza, são materializadas em sua obra. Há um sentido reflexivo, mágico e dinâmico nessas figuras flamejantes que se manifestam nos traços de uma artista inquieta e questionadora como Manih. Conquanto, sua arte foge de preceitos técnicos ou cânones acadêmicos, dos ditames ortodoxos e das prescrições sociais, principalmente porque, por meio das suas pinturas, dinâmicas e despojadas, a artista se propõe liberar e nos liberar, abrindo espaço para que vejamos um pouco além, traços de nós mesmas em cada uma de suas telas, nos múltiplos olhos e olhares que ela nos apresenta. (PETRYKOWSKI PEIXE, 2019).

Outro conteúdo escrito anteriormente ao já exposto fez parte da mostra nomeada Contestado em Cores, que foi apresentada em 2014 no II Simpósio Nacional sobre o Centenário do Movimento do Contestado: Fronteiras, Colonização, Conflitos e Meio Ambiente, ocorrido na Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó (SC). A mostra percorreu diversos municípios e participou de outros eventos, tendo sua última exibição na primeira edição do Congresso Nacional do Contestado, em 2019, na cidade de Caçador (SC).

O texto curatorial que acompanhou essa mostra foi intitulado "Desenhar com água e cor" e versou sobre o acervo de obras produzidas sobre o Contestado (PETRYKOWSKI PEIXE, 2014). A exposição intitulada Contestado em Cores teve uma forma peculiar de apresentação. Nela as peças foram arranjadas

3 Embora não tenha sido publicado, o texto em questão foi exposto ao lado das obras e veiculado localmente visando elucidar a mostra ao público participante.

em espaço de formato circular, lembrando um redil. O espectador avançava diante de cada obra, começando pelo primeiro quadro, que apresentava o Monge João Maria, até chegar ao ponto de partida, marcado pela presença de um espelho emoldurado que ensejava trazer o observador ao presente, visando que fosse incluído nas cenas, como se fizesse parte de todo esse contexto, sendo refletido nas imagens e refletindo-as.

A inclusão de uma artista ao acervo visual da Guerra Sertaneja do Contestado

Para tratar dos aspectos da guerra sertaneja do Contestado na obra de Manih, seguimos lançando mão do texto curatorial escrito por Petrykowski Peixe (2014) que versa sobre sua produção cujo título é "Desenhar com água e cor",[4] anteriormente mencionado. Dele, consta que o traço aquarelado de Márcia Schüler, a Manih, transita entre a fúria da guerra e a serenidade da paz, imprimindo às suas obras um sutil movimento que, ora linear, ora circular ou flamejante, se revela inquieto e questionador:

> a guerra, como bem se sabe, fragmenta, confunde e secciona. Aqui, a violência e melancolia da Guerra Sertaneja do Contestado não estão sendo mitigadas pelo colorismo ou pela delicadeza da arte. Ao contrário, Manih as quer desvelar suavemente, convidando o espectador a lançar um olhar mais atento e cuidadoso, que transite pelo emaranhado linear e pictórico das suas produções. Uma linha difusa e lírica ondula, brinca e se desfaz, mesclando-se entre os intensos matizes do conjunto compositivo, no qual cada personagem se complementa, nas suas formas, cores e vazios. Há um '*continuum*' entre as estruturas propostas pela artista, criando conexões inusitadas – embora carregadas de propósitos – que remetem à complexa ideia de fractais. (PETRYKOWSKI PEIXE, 2014).

Esse conteúdo propõe-nos um convite a lançar um olhar mais atento às aquarelas produzidas pela artista com o tema Guerra do Contestado, algumas das quais serão apresentadas na sequência (Imagens 4A, 4B, 5, 6A, 6B, 7A, 7B, 7C, 8A, 8B e 9). Conforme já

4 Embora não tenha sido publicado, o texto em questão foi exposto ao lado das obras e veiculado localmente visando elucidar a mostra ao público participante.

explicitado, a seleção das obras aqui veiculadas traz como critério os elementos cromáticos e as datas em que foram produzidas, iniciando-se pelas primeiras e mais antigas até as mais recentes. Importante acrescentar que, considerando a sua extensão, o presente artigo intenciona tratar de apenas algumas obras da artista e não contemplará detalhamentos acerca dos seus conteúdos nem enfoques mais descritivos de cada uma das suas produções, ficando esse aprofundamento reservado para outra oportunidade.

A B

Imagem 4: (A) *Mandala de pinhão* (2008) e (B) *Turbilhão* (2009). Fonte: acervo de Márcia Schüler.

Imagem 5: Madrugada no Irani quase batalha (2010). Fonte: acervo de Márcia Schüle

A B

Imagem 6: A) *Dor e esperança* (2012) e (B) *Monge Fé e Esperança* (2012). Fonte: acervo de Márcia Schüler.

Imagem 7: (A) *Prelúdio da dor* (2012), (B) *Caboclo Adeodato* (2014) e (C) *Menino tamboreiro* (2018). Fonte: acervo de Márcia Schüler.

A

B

Imagem 8: (A) Menininhas do Timbó (2014) e (B) Anunciação (2018). Fonte: acervo de Márcia Schüler.

Imagem 9: Maria Rosa do Contestado (2017). Fonte: acervo de Márcia Schüler

Da memória visual do Contestado: ainda há muito o que pesquisar

Diante das imagens, procuramos um ponto de partida que nos possa indicar, inevitavelmente, o lugar de onde olhar, ou ainda o espaço que queremos ocupar para criarmos as interlocuções. Isso significa que, ao interagirmos com obras e imagens de qualquer natureza, assumimos posições, determinados pontos de vista. Trata-se de um processo de (re)conhecimento e (re)construção, um desafio que nos convida a abandonarmos permanentemente a uma nova experiência visual.

No que se refere às imagens da guerra sertaneja do Contestado, como detentoras de uma articulação com o passado, elas envolvem, além da temática que lhes é intrínseca, outras possibilidades às reflexões que suscitam, pois "a imagem não pode ser reduzida a uma ação exclusiva de preservação dos traços, mas demanda interferências visuais" (JEUDY, 1990, p. 78), e estas têm sido motivo de amplos estudos, como os brevemente expostos ao longo deste artigo.

Vale dizer que as imagens produzidas, embora tratem do mesmo assunto narrativo, apresentam as distintas maneiras de receber, perceber e interpretar de cada artista, sendo possível visualizar esse conteúdo na composição (Imagem 10), com a presença da ferrovia. São, portanto, essas maneiras, recepções, percepções e interpretações que delineiam a forma como os artistas propõem seus diálogos e nos convidam a lançar nossos olhares para a sua produção.

O trem de ferro nas imagens artísticas sobre a guerra sertaneja do Contestado parece ser um elemento recorrente e, ao mesmo tempo, emblemático, bastante controverso, considerando as condições da implantação da malha ferroviária naquele contexto.

Imagem 10: Excerto da tese de doutoramento intitulada *Imagens que (re)constroem história: alegoria e narratividade visual da guerra sertaneja do Contestado*. Fonte: Petrykowski Peixe (2012, p. 207-217).

E não é para menos. Peixoto (1995, p. 49), no terceiro volume da sua obra, ao descrever Perdizes Grandes, uma localidade da região catarinense onde hoje se localiza Lebon Régis que fora abandonada pelos seus habitantes para adesão à causa cabocla,

imprime o seu ponto de vista à percepção dos sertanejos acerca da ferrovia:

> Eram, pois, irreconciliáveis inimigos do trem de ferro. Havia-se gerado entre aquela ignorante gente a convicção de que as iniciais E.F.S.P.R.G. [Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande] nos trens, traduziam a esquisita sentença: Estrada Feita Somente Para Roubar pro Governo [...] A estrada de ferro fora-lhes, portanto, um espantalho; havia-lhes preterido nas posses das terras devolutas do governo (PEIXOTO, 1995, p. 49).

Diante de tais equívocos e compreensões desencontradas, olhar para a ferrovia pela percepção dos artistas propicia algumas aproximações quanto à sua importância naquele contexto. Em muitas produções, a locomotiva é apresentada em um plano geral e normalmente ao fundo, como forma de mostrar ou denunciar a presença da estrada de ferro. Na composição de imagens proposta (Imagem 10), a ferrovia é retratada como elemento fundamental, na ótica de cinco diferentes artistas: D C Reichmann (*O menino que enfrentou o dragão de fogo*, 1993), Hassis (*A Brasil Railway Lumber*, 1984, e excerto do painel *Contestado Terra Contestada*, 1985), Jansson (*Lumber em Três Barras SC*, 1914), Horn (*A ferrovia*, 2002) e Manih (*Trem da Morte II*, 2013). Em todas as imagens, não apenas elementos comuns são mostrados em posições muito semelhantes – a linha férrea, a máquina a vapor, a paisagem e a presença (na maioria das cenas) de pessoas –; em cada uma delas, há algum aspecto inusitado que acompanha a imagem e transcende o assunto narrativo.

Tomadas mediante a linguagem de cada um dos artistas, as imagens ganham sentidos diferenciados, uma vez que os aspectos particulares nelas apresentados dão à composição características únicas que promovem outros desdobramentos interpretativos. As alegorias presentes nas obras apontam para as mudanças empreendidas pela chegada da estrada de ferro, para a sua interferência naquele cotidiano simples e para como isso pode ter se refletido na atitude da população. O dinamismo das cenas mostradas nesse assunto narrativo é expresso, para além das linhas de fuga presentes nas perspectivas da ferrovia, em vários

outros elementos das pinturas: pela nuvem de fumaça expelida na chaminé dos trens e, ainda, pela posição com que, nas imagens, o trem se desloca em direção ao observador (ou em sentido contrário a ele).

Muito se poderia discutir acerca do elemento simbólico trem, que se configura como protagonista no grupo de imagens apresentado, razão pela qual reforçamos a importância da compreensão daquilo que cada artista fixa na obra e no próprio processo que lhe dá origem, o qual consiste nas suas escolhas, no seu método, nas suas descobertas, criando assim a sua identidade expressiva e única. É possível afirmar, nesse sentido, que o mesmo tema ou contexto figurativo não parece ser fator decisivo para a criação de uma obra, uma vez que "a seleção de aspectos relevantes nunca se dá ao acaso ou arbitrariamente, partindo, isto sim, de valores íntimos, em obediência a uma lógica coerente e expressiva" (OSTROWER, 1991, p. 310).

Para concluir, destaca-se que os artistas que produzem as imagens, numa atitude semelhante à dos historiadores, se debruçam sobre o passado, procurando, por meio dele, propor as suas narrativas e o fazem com singularidade – de maneira romântica, lírica, heroica, satírica ou mesmo irônica –, buscando mostrar e reconstruir, narrativa ou alegoricamente, o espetáculo de um episódio, reelaborando a experiência dos sujeitos, considerando que, "para a maioria de nós – os espectadores comuns –, a obra de um artista não pertence apenas à vida do artista, mas também à nossa própria vida" (MANGUEL, 2001, p. 207).

Logo, coerentemente com os artistas que vêm sendo estudados no decorrer desses anos, a obra de Manih reivindica ser incorporada nesse acervo visual e documental, propondo novas abordagens e narrativas visuais, de modo a ampliar os meios expressivos com os quais é possível estabelecer aproximações significativas à guerra sertaneja do Contestado e a suas nuanças históricas e estéticas.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História:* a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. São Paulo: Edusp, 2007.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular:* história e imagem. Bauru: Edusc, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa-preta:* ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

HASKELL, Francis. *La historia y sus imágenes:* el arte y la interpretación del pasado. Madri: Alianza, 1993.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan./jun. 2006.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens:* uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, Aldemir. Aldemir por Aldemir: auto-explicação de Aldemir Martins. *Carta enviada de Roma para Aloísio Medeiros*, em Fortaleza, em 1961. 1963. Disponível em: http://www.art-bonobo.com/carlosvonschmidt/artes/aldemirdeaaz/05.html. Acesso em: 21 ago. 2011.

MARTINS, Aldemir. *Carta de Roma a um amigo do Ceará.* Catálogo Sala Aldemir Martins, Galeria Bonino. Fortaleza: Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará, 18 maio 1979. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/51290/1/1979_cat_amartins. Acesso em: 20 dez. 2020.

OSTROWER, Fayga. *Universos da arte*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado:* as raízes da rebeldia. Curitiba: Fundação Cultural, v. 3, 1995.

PETRYKOWSKI PEIXE, Rita Inês. *Desenhar com água e cor*. *In*: II SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O CENTENÁRIO DO MOVIMENTO DO CONTESTADO: FRONTEIRAS, COLONIZAÇÃO, CONFLITOS E MEIO AMBIENTE, 2., 2014, Chapecó. Texto curatorial para a mostra intitulada Contestado em Cores. Chapecó: Universidade da Fronteira

Sul, 2014.

PETRYKOWSKI PEIXE, Rita Inês. *Fluidez:* texto curatorial para a mostra das obras de Márcia Schüler. Videira: Centro de Eventos de Videira, 2019.

PETRYKOWSKI PEIXE, Rita Inês. *Imagens que (re)constroem história:* alegoria e narratividade visual da guerra sertaneja do Contestado. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RETRATOS DO CONTESTADO: a história através da arte. Produção: Rita Inês Petrykowski Peixe. Chapecó: Cinesc, 1 DVD. 2006.

A região do Contestado nas fotografias de August Suiter:
o rural, o cotidiano e a ferrovia (1907-1911)

Luiz Carlos da Silva

No Brasil do início do século XX, fotografar já era uma atividade bem estabelecida em praticamente todas as regiões. Estúdios fotográficos nas principais cidades, fotógrafos itinerantes embrenhando-se pelo interior do país motivados por interesses pessoais, encomendas ou acompanhando missões científicas, imigrantes chegando ao país e trazendo na bagagem seus apetrechos fotográficos ou aqui aprendendo a fotografar como modo de ganhar a vida. A comercialização dessas imagens estava consolidada das mais diversas formas, com destaque para os retratos, cartões-postais e encomendas oficiais que documentavam a implantação de obras públicas. O resultado dessas várias formas do fazer fotográfico podemos encontrar hoje em instituições responsáveis pelos acervos históricos, tais como: casas da memória, bibliotecas, museus, arquivos públicos, fundações culturais públicas e privadas. Além disso, há as coleções particulares, que ajudam a compor a construção da memória de incontáveis famílias.

Essa profusão de imagens à disposição de pesquisadores e curiosos não garante, contudo, o claro entendimento de sua gênese. As referências de muitas delas foram perdidas, fazendo-se necessárias atualmente dedicadas pesquisas para que se possam reelaborar seus lastros históricos e entender seus significados. Nesse sentido, há que se lembrar das palavras de Pierre Sorlin (1994, p. 87), historiador francês e crítico de cinema:

> o que quero dizer é que, ao contrário do que se diz frequentemente, a imagem não fala. Sem comentários, uma imagem não significa rigorosamente nada, e podemos imaginar qualquer coisa, dependendo da nossa fantasia, quando a vemos. (SORLIN, 1994, p. 87).

Todas essas características apontadas, em graus variados, podem ser aplicadas a uma região muito específica do território nacional em princípios do século XX. Estamos falando das serras de Santa Catarina, comumente divididas em planalto norte, onde se situam hoje municípios como Canoinhas, Porto União, Três Barras e Mafra, e serra catarinense, com destaque aos municípios de Lages, Curitibanos e Campos Novos. Grande parte desse território é historicamente conhecida por integrar a região do Contestado, uma extensa área de cerca de 48 mil km2 disputada por Santa Catarina e Paraná entre os anos de 1853 e 1916 (daí o termo Contestado).[1] Era um lugar marcado por tensões no campo, pobreza, autoritarismo dos coronéis, construção de uma ferrovia e instalação de unidades madeireiras.

Com a proclamação da República, em razão do desejado progresso e de questões estratégicas, acelerou-se a implantação do ramal sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), que ligaria as cidades de Itararé (SP) a Santa Maria (RS), um projeto que se arrastava desde a década de 1880, ainda na Monarquia. Entre as cidades de Porto União da Vitória (PR) e Marcelino Ramos (RS), os 372 km de ferrovia ficaram a cargo da Brazil Railway Company, holding do empresário norte-americano Percival Farquhar, que assumiu a obra em 1907 e a concluiu no fim de 1910. Foi de responsabilidade desse empresário também a instalação de unidades da madeireira e colonizadora Southern Brazil Lumber and Colonization Company nas cidades de Calmon (1908) e Três Barras (1911) – na época, localidades sob jurisdição do Paraná – e de um ramal ferroviário ligando União da Vitória a São Francisco do Sul, no litoral catarinense, ainda em obras naquele momento. Esses empreendimentos, cujas arbitrariedades

1 O mapa produzido pelo Paraná em 1896 incluía um território contestado de aproximadamente 65 mil km2, mas esse espaço foi apenas um sonho cartográfico e político; jamais chegou perto de se efetivar.

contaram com o apoio e a benevolência dos governadores do Paraná e de Santa Catarina, além do governo federal, foram ingredientes que ajudaram a deflagrar a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916).

Foi nesse cenário instável e de transformações que viveu por poucos anos o imigrante alemão August Suiter. Trabalhando como marceneiro, construtor e arquiteto, desenvolveu também a prática fotográfica. O que restou dessa iconografia está hoje no Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina (MIS-SC), em Florianópolis (SC). Algumas dessas imagens já haviam sido divulgadas sem que se soubesse o nome do fotógrafo. Outras ainda são desconhecidas do público, e até esse momento grande parte delas está sem a devida localização das paisagens registradas pelo autor. Há que se supor que outras tantas imagens tenham sido elaboradas por ele e talvez estejam guardadas em algum arquivo pessoal.

Nosso objetivo foi trazer novas informações a respeito dessas imagens quase sem referências e incorporá-las aos estudos sobre a região do Contestado. Além de entender a inserção do imigrante Suiter nessa sociedade, procuramos também compreender de que forma ele registrou essa vivência em suas imagens, o que foi enfatizado e o que ficou de fora, quais são os silêncios que podemos identificar e o significado dessas escolhas.

Os 21 negativos analisados foram levados pelo fotógrafo quando voltou à Alemanha, em 1914. Sua sobrinha Olga Suiter encontrou-os e trouxe-os novamente ao Brasil, doando a coleção à Fundação Catarinense de Cultura, em 1991. As fotos de Suiter não se prenderam a um assunto específico, captando aquilo que o olhar do imigrante achou interessante em terras distantes e muito diferentes. Apresentamos a seguir apenas alguns exemplos de seus registros fotográficos.

Inicialmente apontamos os poucos dados biográficos que possuímos sobre esse imigrante. Em seguida se dá espaço às análises de algumas de suas imagens, salientando os tipos de natureza, uma vez que todo o acervo foi produzido em ambiente externo.

Enfatizamos ainda a preferência do fotógrafo pelo ambiente rural e seus habitantes mais característicos, bem como um breve diálogo entre Suiter e Claro Jansson,[2] indicando as diferenças e certa aproximação entre eles.

Uma breve permanência no Contestado

August Suiter nasceu na cidade alemã de Tutzing, próxima a Munique. Seu pai era proprietário de uma madeireira com cerca de 120 empregados. Portanto, tratava-se de um cidadão de posses. Suiter chegou ao Brasil em 1902 e foi morar na localidade de Indaial, em Santa Catarina. Por lá, casou-se e teve três filhos. Não sabemos exatamente quando trocou a cidade para estabelecer-se na serra catarinense, onde deixou registros entre o fim de 1907 até meados de 1911. Em 1914 já estava morando na cidade de São Paulo (SP), como consta de uma publicação de 1938 intitulada (em tradução livre) "Cruz no Sul: Folheto da Comunidade Evangélica Alemã de São Paulo". Entre os vários assuntos abordados nessa publicação estava uma lista dos "alemães de São Paulo que morreram na Primeira Guerra Mundial" (KREUZ IM SÜDEN, 1938, p. 66). Até aquele momento os organizadores da lista tinham anotado o nome de 21 pessoas, incluindo a personagem em questão: "August Suiter, de Tutzing, na Baviera, casado, arquiteto da Companhia Antarctica Paulista, morreu no Regimento de Infantaria de Reserva da Baviera n.º 1 na 1.ª Companhia em 21 de outubro de 1914, perto de Courtrai" (KREUZ IM SÜDEN, 1938, p. 66).[3] Levando-se em conta que a guerra se iniciou em julho daquele ano, o tempo decorrido entre a partida do Brasil e sua morte na Bélgica foi bem curto.

2 Claro Gustavo Jansson (1877-1954), fotógrafo sueco radicado no Brasil em 1891. Em relação ao Contestado, ficou famoso pelas fotografias que fez da construção da EFSPRG, da madeireira Lamber e da Guerra do Contestado (D'ALESSIO, 2003; SALLAS; BEZERRA, 2008; RODRIGUES, 2014).

3 Outras informações foram conseguidas com o MIS-SC e em uma entrevista publicada no jornal Correio Lageano (1997) com os filhos de José Suiter, irmão de August Suiter, que passou a morar em Lages em 1907, notabilizando-se por implantar a energia elétrica na cidade.

Nos jornais publicados na região serrana podemos, de certo modo, observar parte das andanças de Suiter. A primeira citação a seu nome apareceu na edição de número 1 do jornal O Trabalho, de Curitibanos, num anúncio de seus serviços na cidade: "Grande Officina de Marcineiro de Augusto Suiter. Contracta por preços vantajosos construcções de casas, dando garantias. Prepara mobilias para todos os misteres" (O TRABALHO, 1907a, p. 4). Seu nome fora abrasileirado. O primeiro estranhamento veio por conta da profissão: procurávamos um fotógrafo e encontramos um marceneiro. Suiter já era conhecido na região antes do início da publicação desse periódico, pois na segunda edição deste, em matéria sobre o evento de lançamento, seu nome apareceu entre os mais de 80 convidados que compareceram à impressão da primeira edição, no dia 21 de novembro (O TRABALHO, 1907b).

O jornal pertencia ao coronel da Guarda Nacional Francisco Ferreira de Albuquerque, que na ocasião ocupava o cargo de superintendente (prefeito) de Curitibanos. Albuquerque, aliado da família Ramos (o clã político mais importante do estado), teve participação nos eventos que desencadearam a guerra sertaneja do Contestado. Considerado um sujeito autoritário e violento e alimentando inúmeras desavenças políticas, foi assassinado em 27 de dezembro de 1917.

Suiter publicou nesse jornal até novembro de 1908, além de prestar serviços à prefeitura. Um mês antes já havia anunciado no jornal Vanguarda, de Campos Novos, onde passou a morar. Em anúncios mais elaborados, apresentava-se como arquiteto e construtor. Na mesma cidade anunciou também no jornal O Libertador, deixando registros de atividades na região até pelo menos 1911.

Como fotógrafo, a única citação que encontramos foi no supramencionado jornal Vanguarda. O autor da matéria descreveu a região da Limeira[4] em direção ao sul, indicando nomes de moradores e comerciantes, além de algumas operações comerciais

4 Atual Herval d'Oeste, a cerca de 35 km de Campos Novos.

e agrícolas instaladas nos arredores: "Além dos hotéis, temos casas de negocios, entre ellas a do sympathico Abrahão de origem syria; O atelier photographico do nosso amigo August Suiter, systema 'reinassance', encanta a qualquer que o avista" (VANGUARDA, 1910, p. 1). Diferentemente dos próprios anúncios do imigrante alemão, que não ofereciam serviços fotográficos, o amigo do jornal atribuíra-lhe essa profissão ou prática.

Suiter conseguiu os contatos necessários para estabelecer o seu negócio. Tendo iniciado a sua trajetória em Indaial (na época, pertencente a Blumenau), foi buscar em outros lugares as condições para dar prosseguimento ao seu trabalho. Seguiu o caminho de muitos alemães no Brasil, desenvolvendo atividades urbanas em detrimento do trabalho no campo. Integrante de família economicamente abastada da Alemanha, é provável que tenha sido por lá que aprendera a fotografar. Como imigrante, tentando sobreviver, não podemos duvidar que, mais dia, menos dia, tirasse da fotografia algum ganho.

A fotografia de Suiter é toda em ambiente externo, explorando os mais diversos planos. Com base nessa característica, propomos neste artigo um diálogo com a historiadora Vânia Carneiro de Carvalho (1991) e sua pesquisa sobre as representações da natureza na pintura e na fotografia brasileira no século XIX no Brasil. De forma sintética, a autora reuniu o resultado de seu estudo em três tipos de representação: natureza plástica, natureza urbanizada e natureza produtiva. A primeira destaca a água, o céu, as matas, as pedras e "situações atmosféricas"; a segunda é representada por uma natureza "controlada", "civilizada" nos parques e praças urbanos; e a terceira, por um conjunto comprometido com a "imagem de um país compatível com o universo capitalista" (CARVALHO, 1991, p. 225). Observa-se a preponderância da fotografia no universo diretamente relacionado ao capitalismo e derivado da Revolução Industrial, em que a própria fotografia pode ser vista como produto e registro do processo.

A natureza plástica

Em uma das imagens, destacam-se os rios que definiam, na ocasião, a tríplice fronteira no Contestado (Imagem 1). Ela é uma das duas únicas fotos nas quais August Suiter acrescentou a legenda do local retratado. Aqui, o que mais chama a atenção são os elementos da natureza, pontilhados por edificações. Trata-se de um panorama, e o fotógrafo está posicionado na localidade de Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Adiante, está o Rio Uruguai, e à margem oposta, observa-se o Rio do Peixe, seu afluente. As matas ciliares, pequenas casas, o morro ao fundo e o céu completam os elementos da fotografia.

Imagem 1: August Suiter. No encontro de três estados: Rio Grande, Paraná, Sta Catharina. Negativo em vidro cristal, 13 × 18 cm, *[s.d.]*. Fonte: acervo do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

Levando-se em consideração a legenda, havia algum interesse do fotógrafo pelas características políticas e territoriais do registro, além do estético, que de fato se destaca no enquadramento. Desde 1879, o Rio do Peixe vinha servindo como um dos divisores territoriais entre Santa Catarina e Paraná enquanto não se resolvia a longa questão de limites, que, como se

sabe, só foi solucionada em 1916. Na imagem temos então o Rio Grande do Sul (que não estava envolvido na pendência) de um lado e, na margem oposta do Uruguai – a partir do Rio do Peixe –, Santa Catarina à direita e o Paraná à esquerda. Suiter talvez sabia das discussões sobre os limites estaduais, mas a presença do fotógrafo em Marcelino Ramos pode ter sido influenciada pela construção da estrada de ferro, ou simplesmente pela prática fotográfica. Na época da foto, a ponte ferroviária ainda não havia sido construída.

As paisagens nos arredores de Campos Novos, onde o fotógrafo morou e trabalhou, também foram registradas por suas lentes, a exemplo de uma cachoeira. Não há indicação do local nem do nome dessa queda-d'água. Comparando essa cachoeira com algumas imagens de cachoeiras localizadas na serra catarinense, notam-se semelhanças com uma das cachoeiras do Rio Santa Cruz, afluente do Rio Canoas, situada em Campos Novos.

Dessa forma se observa que os rios e as cachoeiras dos altos da serra agradaram ao olhar desse imigrante. As potencialidades plásticas de tais elementos naturais são evidentes, no entanto era uma escolha do fotógrafo se tais cenários ganhariam lugar em sua coleção de imagens. Nas paragens rurais por onde passou, de poucas vilas e muita natureza, não faltavam variações naturais que possibilitavam a Suiter exercitar sua perspectiva estética, "resultado em imagens que poderiam tanto servir como lembrança pessoal quando serem comercializados na Europa".

A natureza urbanizada

Seguindo stricto sensu o que propomos anteriormente, não há na referida coleção uma imagem que se encaixe nessa forma de representação. Há uma foto da Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ), registrando o que parecem ser obras de melhoramento urbano (iluminação ou saneamento). No Contestado temos apenas o panorama da cidade de Campos

Novos por volta de 1910 (Imagem 2), o que não corresponde aos jardins nem às praças que caracterizariam a "natureza urbanizada" (CARVALHO, 1991).

Imagem 2: August Suiter. Campos Novos/SC. Negativo em vidro cristal, 13 × 18 cm, [*s.d.*]. Fonte: acervo do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina, Florianópolis (SC)

Quase tão irrelevante quanto um cavalo, que também aparece no enquadramento, temos a presença de um homem que aparenta ser de posses, talvez um dos coronéis daquela área. A personagem está nos limites do vilarejo, onde as pastagens passam a tomar conta da paisagem. Ao centro, a Igreja Matriz, elemento comum nas imagens panorâmicas das antigas e modestas localidades de variados cantos do Brasil. Logo atrás da figura humana, estão os espaços cercados em que se confinavam os animais. Um único cavalo aparece no canto esquerdo da imagem. Observa-se que esses espaços ficavam nos fundos das residências, limitados por uma estrada (caminho) e pelos campos. Próximo à personagem, havia um poste, que talvez servisse para o cabo telegráfico.

A natureza produtiva

No período em que esteve nos altos da serra, Suiter pôde presenciar o que foi a maior obra do início do século por aquelas terras: a construção de um dos trechos do ramal sul da EFSPRG. Essa construção impactou de diversas maneiras a vida dos habitantes da região. Muito da iconografia que chega até nós sobre essa área tem como referência a ferrovia. Os registros mais conhecidos foram feitos por outro imigrante, o sueco Claro Gustavo Jansson, que sobressaiu também por fotografar parte das movimentações militares durante a Guerra do Contestado.

Das 21 imagens da coleção que analisamos, nove são relacionadas à estrada de ferro. A "paisagem produtiva" (CARVALHO, 1991), dessa forma, ganhou destaque. Os jornais da época estampavam reportagens em tons eufóricos sobre o "progresso" que chegava aos rincões distantes da serra. Em um deles, dizia-se que a "monotonia" estava desaparecendo como que "por encanto" às margens do Rio do Peixe, que o panorama se alterava com a construção de casas e ranchos e que "as locomotivas, sibilando em ambas as direcções, attestam o que pode a actividade humana: o capital, a picareta, a polvora e a dynamite" (VANGUARDA, 1910, p. 1).[5]

Foram fotografadas as atividades da construção da EFSPRG desde seu início até a sua inauguração, embora Suiter o tenha feito em poucos registros, o que não permite ampla observação das muitas características do processo construtivo. Em uma das imagens, os trabalhadores, ou turmeiros, como também eram chamados, ocuparam o plano mais aproximado do fotógrafo (Imagem 3). Assumiram assim relevância não eclipsada por outros elementos da paisagem.

5 A matéria foi reproduzida em duas partes em O Dia (1910a; 1910b).

Imagem 3: August Suiter. Trabalhadores. Negativo em vidro cristal, 13 × 18 cm, *[s.d.]*.Fonte: acervo do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina, Florianópolis (SC)

Chama a atenção a faixa etária desses 19 trabalhadores. Dois deles se encaixam entre a infância e a adolescência, o que não era incomum na construção da ferrovia. Assim como em outras fotografias tanto de Suiter quanto de outros fotógrafos, blusas listradas e lenços ao pescoço compunham o estilo de alguns dos trabalhadores. O indivíduo em pé quase ao centro se postou de forma exibicionista, com sua marreta de trabalho e carregando na cintura arma e facão e, tal qual outros, estava descalço. Não há sinal da implantação dos trilhos, ainda em fase inicial nesse trecho, cavando e quebrando pedras. Ao fundo, o corte em V nos dá a impressão de um obstáculo sendo superado, dando passagem para a ferrovia. É de onde vem a luz, que, além de marcar um grande contraste com o resto do enquadramento, dificulta o equilíbrio na transição das partes mais escuras para as mais claras. A diversidade étnica do grupo é outra característica que merece destaque nessa imagem. Afrodescendentes, indígenas, alemães, italianos, poloneses, entre outros, contribuíram para a formação da população local.

Em dezembro de 1910 a obra foi dada como pronta, mas, antes disso, alguns trechos, à medida que iam sendo entregues, reuniam curiosos para o momento festivo. A chegada do trem a Marcelino Ramos movimentou a comunidade local (Imagem 4). Essa é a segunda das duas únicas imagens com legenda da coleção. Com o Rio Uruguai ao fundo, é possível afirmar que o trem já havia cruzado a ponte e estava em território gaúcho, muito próximo da estação da pequena vila. As personagens foram captadas em uma diagonal até o trem. Os homens trabalhando parecem estar relacionados à construção de embarcações, e não à da ferrovia. O poncho do cidadão em cima de uma estrutura de madeira e os longos casacos de grande parte dos participantes indicavam um dia frio de julho na tríplice fronteira do Contestado.

Imagem 4: August Suiter. A primeira machina da EFSP-RG na margem do Rio Uruguay 17 VII 1910. Negativo em vidro cristal, 13 × 18 cm, 1910. Fonte: acervo do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

Certas fotos de Suiter já foram publicadas, mas sem indicação de autoria. Há então um descompasso entre essa informação, que a Fundação Catarinense de Cultura já possuía desde 1991, e o uso de algumas dessas imagens (3 e 4). Além dessas, outra também é comumente utilizada sem a sua autoria (Imagem

5). Trata-se da Estação de Trem do Herval, na localidade de Limeira. Suiter fotografou a edificação já em funcionamento. O morro que aparece à direita da imagem (na atual cidade de Joaçaba, separada de Herval d'Oeste pelo Rio do Peixe) é onde se encontra edificada hoje em dia a estátua de Frei Bruno. O trem estava direcionado para o sentido norte e, um pouco antes do morro (embora não apareça na imagem), serpenteia o Rio do Peixe.

Imagem 5: August Suiter. Estação de trem. Negativo em vidro cristal, 13 × 18 cm, [*s.d.*]. Fonte: acervo do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

O espaço rural e o habitante comum

As legendas são de fundamental importância para definir o espaço circunscrito por um conjunto fotográfico. Com exceção da fronteira provisória entre os estados do sul, as demais imagens do acervo estudado aqui não tinham legendas nos negativos que indicassem uma localidade específica. O que direciona o olhar do observador e ajuda a definir uma espacialidade é a construção da ferrovia. Por isso, podemos usar com alguma precisão o termo Contestado.

Mas, nem todas as imagens nos dão essa certeza. Se deixarmos o termo Contestado de lado, definido sobretudo por quem observa, e não pelo fotógrafo, que espaço geográfico de fato salta aos olhos? O espaço rural, bem como as personagens que facilmente são encontradas nesse ambiente socialmente específico. É aí que a ferrovia está inserida. É no espaço rural que os impactos da obra são sentidos. O fato de haver uma imagem do Rio de Janeiro na coleção a torna apenas um ponto fora da curva; mostra que Suiter não fincou raízes, mas viveu tempo o suficiente em uma região para produzir um conjunto de imagens relacionadas a um território em transformação, ditado pela obra da ferrovia.

Os atributos fotográficos mais destacados, além da própria obra ferroviária, são os rios, as cachoeiras, as corredeiras, os morros e as matas, que emolduram o elemento central da fotografia, ou são eles próprios o tema central. A maioria das pessoas retratadas é característica desse universo rural. Mesmo na construção da ferrovia, grande parte dos turmeiros foi recrutada entre a população local. Em apenas uma imagem temos o que parece ser um técnico e/ou engenheiro em atividades de medição. Os funcionários especializados foram trazidos de outras cidades do Brasil e dos Estados Unidos.

Se esse acervo de 21 fotografias sintetiza de alguma forma o olhar do fotógrafo que definiu as características de outras imagens do autor, dispersas em arquivos públicos e/ou privados, e ainda não devidamente referenciadas como suas, então devemos destacar o anonimato das pessoas simples de melhor estrato social. Não há nomes em seus negativos, o que talvez tenha sido feito no verso das cópias que ficaram com os fotografados. Retomando a imagem anterior, os distintos cavalheiros que compareceram à chegada do trem a Marcelino Ramos (Imagem 4) foram colocados em primeiro plano, mas sem nenhum outro tratamento distintivo além disso. As personagens, por mais importantes que pudessem ser na região, foram relegadas ao anonimato. Eternizaram-se o momento, a aparência, até o status,

mas, intencionalmente ou não, não lhes foi atribuída identidade. O trem foi o grande destaque no enquadramento. Também na imagem de Campos Novos (Imagem 2), a personagem de melhor status social, talvez um coronel, é absolutamente irrelevante no enquadramento.

Seja pela falta de legendas, seja pela organização dos elementos fotográficos, não é possível ter, por meio dessas imagens, ideia das relações sociais de Suiter. O autoritário Coronel Albuquerque, de Curitibanos, não tem imagens atribuídas ao imigrante, tampouco as têm outras autoridades, a exemplo do Coronel Henrique Rupp, que foi superintendente de Campos Novos, deputado estadual e principal personalidade da vila na ocasião, com quem possivelmente Suiter teve contato. Foi só pelo jornal de propriedade do próprio Albuquerque, por exemplo, que se pôde apontar a presença do alemão no evento de publicação da primeira edição do periódico, em novembro de 1907. Ainda, há a possibilidade de Suiter ter trabalhado na ferrovia, e não apenas a fotografado. No entanto, diferentemente de Claro Jansson, por exemplo, o alemão não fotografou diretores nem outros funcionários de alto escalão da empresa.

Curiosamente, foram os habitantes simples que ganharam destaque nas fotografias de Suiter. Isso não quer dizer efetivamente mais respeito, mas apenas, quem sabe, curiosidade pelo diferente. Talvez fosse inusitado encontrar essas pessoas em seus afazeres diários ou ainda nas obras da ferrovia. Famílias morando provavelmente de forma provisória em um canteiro de obras, outra em seu pedaço de terra com sua casa e animais, homens cuidando do gado no pasto ou atravessando um rio com animais de carga, turmeiros removendo pedras para a construção da ferrovia. Enfim, atividades corriqueiras naquele período e naquelas localidades. Nesse sentido, na foto dos trabalhadores (Imagem 3), são eles que tomam quase todo o enquadramento, misturando alegria, curiosidade, exibicionismo ou simplesmente os semblantes e os gestos de quem nem sabia ao certo como se portar diante de uma câmera.

Entre as imagens que retratam a lida diária com os animais, destacamos um momento de travessia de rio (Imagem 6). Nela, apesar de o nome de catalogação fazer referência a cavalos, observamos duas mulas e um bovino na balsa, bem como duas pessoas. Uma canoa também está amarrada à balsa. Do outro lado do rio, vemos uma canoa e mais quatro animais (mulas ou cavalos). Mas é o caboclo, no lado esquerdo, que se destaca. De braços cruzados e observando o fotógrafo, sua postura é até natural, sem aquela pose rígida de alguém tentando postar-se da maneira que julga conveniente para o momento.

Imagem 6: August Suiter. Balsa com cavalos. Negativo em vidro cristal, 13 × 18 cm, [*s.d.*]. Fonte: acervo do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

August Suiter e Claro Jansson: um breve diálogo entre imigrantes

Aqueles que hoje visitam as exposições em museus e/ou leem livros sobre a região do Contestado, especialmente a respeito da guerra, da construção da ferrovia e das atividades da madeireira, têm como guia visual as imagens do fotógrafo sueco Claro Jansson e

do Álbum da Campanha do Contestado, organizado pelo Exército e resultado da participação de vários fotógrafos. Sempre haverá alguma exceção, com fotos de outros autores menos conhecidos, no entanto majoritariamente foram os diversos usos desses dois grandes grupos fotográficos que formaram ao longo de mais de um século a memória visual que temos acerca do Contestado em seus momentos mais tensos e violentos, além das transformações sociais e econômicas ocorridas nas duas primeiras décadas do século XX. Só por essa característica já podemos perceber a primeira grande diferença entre Suiter e Jansson: um é desconhecido, e o outro, parte fundamental da iconografia sobre o assunto.

Além do inegável domínio técnico de Jansson, o que de fato explica essa diferença entre ele e Suiter é que Jansson fez da fotografia o seu trabalho. Como bem observaram a socióloga Ana Luisa Fayet Sallas e Rafael Ginane Bezerra (2008, p. 71), "ao invés de instantâneos, as fotografias são encomendadas e, portanto, negociadas. Não é a câmera do fotógrafo que se desloca para encontrar o tema. É esse último que encena para aquela". É para o uso profissional da fotografia, bem como para imagens que podem ser negociadas, que o historiador Rogério Rosa Rodrigues (2014) aponta quando comenta a relação do fotógrafo com o Exército:

> não se pode perder de vista que Jansson buscava se firmar como fotógrafo profissional, o que significa empreender uma tentativa de viver desse trabalho; para tanto, se não o fez por encomenda, ao menos deve ter vendido suas imagens para o Exército. (RODRIGUES, 2014, p. 392).

Diferentemente de Suiter, de quem não se pode ter ampla noção das relações sociais desenvolvidas na região com base somente em suas fotos, Jansson, pelo comprometimento profissional e contratual, fotografou várias personalidades destacadas, como, por exemplo, Schermann A. Bishop, um dos diretores da Lumber. Essa proximidade com personagens importantes também ficou evidente em relação ao Exército. Entre setembro de 1914 e maio de 1915, o General Fernando

Setembrino de Carvalho comandou a maior ofensiva militar contra os caboclos dos redutos durante a guerra sertaneja do Contestado. As movimentações foram amplamente fotografadas com o intuito de mostrar uma corporação bem preparada e disciplinada. Vários fotógrafos, entre eles Jansson, contribuíram de alguma forma para esse portfólio da corporação.

"Esses foram alguns fatores que determinaram as diferenças entre os trabalhos de Jansson quanto de Suiter, além do domínio técnico de cada um". Entre as aproximações possíveis, podemos mencionar a necessidade de mobilidade para ganhar a vida em terras desconhecidas. Sendo ambos imigrantes, não tinham um itinerário definido e moldaram-se conforme as possibilidades que foram surgindo, embora Suiter tenha se valido dos conhecimentos aprendidos na marcenaria de seu pai ainda na Alemanha, enquanto Jansson assumira a carreira de fotógrafo por causa de conhecimentos adquiridos já como imigrante. Outra aproximação possível é no que se refere à construção da ferrovia, que teve de ambos os fotógrafos o registro de suas várias fases, dos funcionários e das famílias que os acompanhavam.

É possível citar ainda uma comparação com base naqueles instantâneos esporádicos que o fotógrafo sueco tirava em suas andanças pelo Brasil e por países vizinhos. Aí podemos observar o habitante desvinculado da ferrovia e da madeireira, os tipos humanos que despertaram sua atenção, as paisagens. Sem a obrigação de uma encomenda, Jansson capturou outras características do Contestado e demais regiões que visitou. As possibilidades estéticas de rios e cachoeiras também não escaparam do seu crivo, assim como chamaram a atenção de Suiter.

Jansson, em 1911, fotografou um dos locais mais bonitos do Rio Uruguai (Imagem 7), nas proximidades da cidade gaúcha de Marcelino Ramos, onde fica, como já vimos, uma das estações da EFSPRG. Ele registrou também pequenos grupos indígenas como foi o caso dos carijó na Argentina, em 1907, e dos botocudo em Palmas (PR), em 1910. Há fotografias da atividade ervateira e de caçadores de animais, como aquelas

feitas em Palmas no período da guerra, em Marcelino Ramos (1918) e em Três Barras (1920). Fora do Contestado há cenas em Joinville (SC), Antonina (PR), Santos (SP) e mesmo em outro país, a exemplo do Iate Clube de Buenos Aires (1927), entre muitas outras.

Imagem 7: Claro Jansson. Estreito do Rio Uruguai. Negativo de vidro, estereoscópica, 4 × 4,5 cm, 1911. Fonte: D'Alessio (2003, p. 24).

Considerações finais

De forma similar a outros imigrantes alemães em Santa Catarina naquele período, August Suiter (Imagem 8) iniciou suas atividades no Vale do Itajaí (Indaial), onde casou e teve três filhos, porém não permaneceu ali. Não se sabe os motivos de sua mudança, mas o que geralmente forçava a procura por outros lugares de moradia eram as dificuldades econômicas. Apesar de considerada uma colônia de significativa prosperidade, Blumenau e arredores também tinham suas limitações, e nem todos alcançaram estabilidade econômica e social.

A região serrana catarinense já vinha a algumas décadas recebendo alemães e seus descendentes do Rio Grande do Sul e de

Santa Catarina quando Suiter chegou por lá em data incerta (talvez 1906 ou 1907), vindo a instalar-se primeiramente em Curitibanos. Seus conhecimentos em marcenaria, aprendidos com seu pai ainda na Alemanha, garantiram sua permanência ali por algum tempo, fazendo-o também participar de obras públicas contratadas pela Superintendência de Curitibanos comandada pelo Coronel Albuquerque. Há a possibilidade de que tenha feito parte de obras da Igreja Matriz da cidade, bem como que tenha sido funcionário da Brazil Railway Company. Em Campos Novos, seguiu com suas atividades de marcenaria, projetos arquitetônicos e engenharia, segundo seus anúncios em diversos jornais. O tempo que permaneceu na serra ainda gera dúvidas; há anúncios seus nos jornais até 1911.

Imagem 8: Autor não identificado. Retrato de August Suiter, *[s.d.]*. Fonte: acervo do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina, Florianópolis (SC)

Em relação ao acervo fotográfico, as potencialidades estéticas de rios, matas e cachoeiras não passaram despercebidas por esse imigrante. Geograficamente, as imagens registram em sua maioria o território que vai dos arredores de Campos Novos

até a fronteira com o Rio Grande do Sul, no Rio Uruguai, na localidade de Marcelino Ramos. Há algumas imagens sem identificação, e por isso não se pode descartar que o imigrante possa ter visitado outros recantos da região serrana catarinense. Suiter teve contato com autoridades locais, no entanto parece não ter sido prioridade o registro desses encontros. As pessoas simples em seus trabalhos diários mereceram maior atenção. Fosse na construção da ferrovia, fosse na lida com os animais de transporte e o gado nas fazendas, o morador de baixo estrato social (caboclo ou colono) ganhou protagonismo.

Se o ambiente rural marcou a geografia e o habitante simples foi o tipo humano priorizado (pelo menos no que tange ao acervo analisado aqui), a EFSPRG constituiu o elemento novo e foi fotografada com grande interesse por Suiter. Notamos as várias fases da obra, embora não seja possível observar todo o aparato usado pela Brazil Railway Company para a construção. Em seu lugar, vemos os funcionários, ou turmeiros, em seu trabalho braçal. Aqui, mais uma vez não foram as pessoas importantes (nesse caso, a diretoria) que mereceram a dedicação do fotógrafo, e sim os simples trabalhadores.

O fato de ter priorizado a população comum tanto no campo quanto na construção da ferrovia talvez se deva ao apelo exótico que essas populações de países distantes, tropicais, despertavam nos europeus, não se tratando, pois, de respeito ou consideração. O ambiente era novo ao imigrante, e foram os encontros ocasionais que marcaram sua fotografia, ou seja, aquilo que lhe pareceu diferente. Foi esse olhar marcado pela alteridade que acabou definindo suas escolhas.

Na relação com Jansson, há apenas poucas comparações possíveis. O imigrante sueco fez da fotografia a sua profissão, bem como estabeleceu muitos contatos com políticos, empresários e militares. Nas imagens da ferrovia e das paisagens do planalto serrano, estendendo-se até a fronteira com o Rio Grande do Sul, encontramos alguma similaridade na produção fotográfica de Suiter e na de Jansson.

Referências

ÁLBUM DA CAMPANHA DO CONTESTADO. Rio de Janeiro: *Arquivo Histórico do Exército*, 87 fotos. 1914-1915.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. A representação da natureza na pintura e na fotografia brasileiras do século XIX. *In:* FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia:* usos e funções no século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 3. p. 199-231, 1991. (Texto & Arte).

CORREIO LAGEANO. Lages, a. 56, n. 11.109, p. 10, 25 out. 1997.

D'ALESSIO, Vito (org.). *Claro Jansson:* o fotógrafo viajante. São Paulo: Dialeto Latin American Documentary, 2003.

KREUZ IM SÜDEN: deutsches evangelisches Gemeindeblatt für São Paulo – Stadt Villa Marianna. a. 2, n. 9, p. 66, mar. 1938.

O DIA. Florianópolis, a. 10, n. 4.572, p. 2, 5 jul. 1910a.

O DIA. Florianópolis, a. 10, n. 4.573, p. 1, 6 jul. 1910b.

O TRABALHO. Curitibanos, a. 1, n. 1, p. 4, 21 nov. 1907a.

O TRABALHO. Curitibanos, a. 1, n. 2, p. 1-2, 3 dez. 1907b.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Animatógrafo da guerra: Canudos e Contestado e a fotografia militar no Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 9, n. 2, p. 383-401, maio-ago. 2014.

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEZERRA, Rafael Ginane. Da trajetória de um fotógrafo e da legibilidade da fotografia: esboço interpretativo sobre o trabalho de Claro Jansson. *Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 4, n. 5, p. 59-80, jul./dez. 2008.

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 81-95, 1994.

VANGUARDA. Campos Novos, a. 4, n. 4, p. 1, 1.º jun. 1910.

Repertórios de ação e atores sociais no território do Contestado

João Cláudio Casara

Implicada por diversos fatores de ordem social, política, econômica, cultural e religiosa que se entrelaçam, a Guerra do Contestado (1912-1916) é um acontecimento complexo tanto pelos episódios que ali se deflagraram quanto pelos seus desdobramentos históricos, que conformam o que hoje é denominado de território do Contestado.

A expropriação das terras dos caboclos e caboclas, por meio do avanço do capital estrangeiro sobre as suas posses, e a consequente destruição de suas formas tradicionais de existência marcaram o início da guerra, entretanto as terras do sul do Brasil representam historicamente um território em disputa. A chegada do poder econômico estrangeiro e suas implicações políticas alteraram as formas estabelecidas do poder local, cuja estrutura de mandonismo resultava enfraquecida. A República, recém-formada, via o movimento como uma ameaça à sua legitimidade e não hesitou em enviar para a região seu poder militar. Ao mesmo tempo, a experiência religiosa, matizada pela passagem dos monges itinerantes pela região e pelos ensinamentos que ali plantaram, configurou um modo de vida e alimentou a esperança e a resistência cabocla, incidindo nas tradições religiosas locais atuais (MONTEIRO, 1974; VINHAS DE QUEIROZ, 1977; AURAS, 1991; GALLO, 1999; FRAGA, 2006; MACHADO, 2001, 2004; VALENTINI, 2009).

Marginalizados do acesso à terra, os caboclos e caboclas resistiram construindo um modo caboclo de vida que, de alguma maneira, foi expresso na edificação das cidades santas.

Nesses redutos caboclos se construiu uma forma de oposição e resistência ao violento processo de expropriação em curso que as elites dominantes da época chamavam de progresso, materializado na construção da estrada de ferro e na concessão de terras destinadas à europeização, pela implantação das colônias de povoamento ao longo do trajeto da estrada de ferro com imigrantes europeus e seus filhos. Uma concepção de progresso acessível a poucos, que só se realizava mediante o aumento das desigualdades, da concentração de renda e do empobrecimento das populações marginalizadas. O modo de vida caboclo, por sua vez, estruturava-se em saberes tradicionais, nos ensinamentos dos monges, especialmente de João Maria, e na prática da vida comunitária e da partilha dos recursos, da solidariedade. Os redutos tornaram-se pontos agregadores, e muitos imigrantes passaram a viver ali, aderindo à luta dos caboclos, porque viram que havia justiça e um projeto com o qual eles se identificavam. Os caboclos e as caboclas do Contestado construíram uma identidade inclusiva, que configurou o caráter multiétnico e plural dos redutos (MACHADO, 2001; 2004; FRAGA, 2006).

No conflito, esse modo de vida acabou sendo cercado e destruído pelas forças militares e pelos grupos de vaqueanos civis, uma espécie de milícia privada contratada pelos grandes fazendeiros para perseguir os caboclos e suas famílias tanto no período da guerra como posteriormente, coibindo toda e qualquer forma de concentração e organização cabocla. No momento mais crítico da guerra, a fome e a violência também fizeram parte da vida dos redutos. O desfecho do conflito foi um grande banho de sangue, imposto pela violência e pela força das armas, cujas consequências acompanham em termos históricos a realidade de sofrimento, pobreza e todo tipo de expropriação, agravada pela ausência de políticas públicas de reparação por parte do Estado na região, que atualmente concentra os mais baixos índices de desenvolvimento humano do estado de Santa Catarina, com grandes simetrias no estado do Paraná. O desfecho da guerra com

a vitória do Exército representa, no entanto, o aniquilamento de um processo de tomada de consciência e organização social. A negação de um grito por direitos marcou um conflito inacabado. A memória da luta dos cabocos foi historicamente abafada, o que tem expressão social muito forte até os dias de hoje (FRAGA; LUDKA, 2012; PAGANI, 2017).

A omissão do Estado em reparar e promover as condições sociais locais empurra caboclos e caboclas para a condição de trabalhadores mais pobres da região, camada mais marginalizada da população trabalhadora. Da parte do Estado:

> as políticas dos estados em questão não conseguiram incorporar socioeconomicamente a região da Guerra do Contestado, pois há um misto de incompetência dos dois estados e, inclusive, do governo federal no que se refere às políticas públicas de inserção dos municípios que compõem a região. (FRAGA, 2012, p. 14).

O próprio estado de Santa Catarina reconhece que a guerra "resultou em muitos milhares de mortos e em feridas sociais até hoje não cicatrizadas" (SANTA CATARINA, 2019, p. 95).

As comunidades caboclas são, hoje, as mais pobres da região. Essa é uma situação que revela as condições históricas de ocupação desse território e de expropriação e marginalização não apenas de ordem econômica e social, mas também política e cultural (GEMELLI, 2018). Alinhada com essa condição, por muito tempo existiu uma espécie de silêncio público sobre a Guerra do Contestado. Até os dias atuais, em decorrência desse processo, parte da população cabocla ainda apresenta

> uma memória da guerra fortemente impactada pela versão dos vencedores e pelos ressentimentos do esquecimento público. A vergonha da derrota mistura-se com a sensação de irrelevância pública de uma experiência trágica presenciada. (MACHADO, 2011, p. 178).

Entretanto, no marco do primeiro centenário da guerra, o território do Contestado voltou a ser espaço de uma luta por reconhecimento que traça um limite de ruptura com essa realidade velada e naturalizada da condição social dos caboclos e caboclas.

Marcados pela discriminação histórica, pelo peso do preconceito e pelo silêncio ensurdecedor de uma história negada e de uma memória ultrajada, caboclos e caboclas engrossam, novamente, as fileiras da resistência, reúnem-se e organizam-se. A organização social, por meio de associações, entidades ou grupos identificados com a causa do Contestado, dignifica a memória histórica do povo caboclo. Nessa luta, as Semanas do Contestado, aqui abordadas como um repertório de ação, são implementadas por uma rede plural e multifacetada de atores que forçam os limites dessa realidade historicamente imposta.

Refletindo sobre movimentos sociais contemporâneos

Tendo como pressuposto a retomada da luta social no território do Contestado, na esteira das atuais frentes de investigação, caracterizada pela emergência e mobilização de uma rede plural de atores e da efetivação de novos repertórios de ação, esta pesquisa analisa esse processo por meio da abordagem teórico-metodológica dos movimentos sociais e da ação coletiva.

Quanto aos atores envolvidos nesse processo, segue-se a definição de Diani e Bison, para quem os movimentos sociais são como

> redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada. (DIANI; BISON, 2010, p. 220).

De acordo com Scherer-Warren, as articulações ou redes, caracterizadas por diferentes atores, grupos e organizações, aproximam atores e permitem o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos,

> o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 116).

Para mobilizar nosso objeto de pesquisa, servimo-nos do conceito de repertório conforme elaborado por Tilly (2006) no interior da teoria do processo político. Essa abordagem explica o surgimento e o desenrolar de mobilizações coletivas mediante a reconstrução do contexto político, ou da estrutura de oportunidades e restrições políticas, principalmente as relações de força entre os que detêm o poder e os desafiantes que se encontram excluídos dele (ALONSO; BOTELHO, 2012). Nessa perspectiva, a mobilização social não pode ser compreendida de modo alheio às especificidades dos contextos social e político, pois uma mudança no sistema político modifica o ambiente em que os atores sociais atuam, influenciando o início, o desenvolvimento e os resultados da ação coletiva.

Repertório, de acordo com Tilly (2006),[1] compreende o conjunto de formas de ação política surgidas em meio a conflitos em dada época e que permanecem à disposição dos atores sociais. O conceito de repertório, remetendo-se à descrição das práticas da ação coletiva, permite "apreender padrões da ação que estão social e culturalmente disponíveis aos atores de um determinado contexto sócio histórico" (SILVA, 2015, p. 147). Os repertórios baseiam-se nas identidades, nos laços sociais e nas formas organizacionais que constituem a vida social cotidiana, e por intermédio deles emergem tanto as reivindicações coletivas que as pessoas expressam quanto os meios que elas têm para produzi-las (TILLY, 2006, p. 53). No curso de disputa ou na observação de outros atores, as pessoas apreendem as interações que podem fazer diferença política, bem como os significados compartilhados localmente dessas interações.

Tarrow (2009, p. 51) define repertório como "um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e

1 O conceito de repertório na sociologia de Charles Tilly, desde os anos de 1970 até seus últimos trabalhos, em 2008, incorpora a dimensão cultural na explicação dos processos políticos mediante a reconstrução das várias formulações. Tilly partiu, em 1976, de uma noção de repertório como formas de ação reiteradas em diferentes tipos de conflito – abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação e privilegiando atores singulares. Trinta anos depois, o conceito de repertório apresenta-se relacional e interacionista, privilegia a experiência das pessoas em interações conflituosas e o uso e a interpretação dos *scripts* em *performances* (ALONSO; BOTELHO, 2012, p. 32).

executadas mediante um processo relativamente deliberado de escolha". Ou seja, para ele, os repertórios não são exclusivamente reflexos de conjunturas históricas, mas também resultados de avaliações e opções dos sujeitos engajados na ação coletiva. Os repertórios passam a ser uma expressão da interação entre os movimentos sociais ou ações coletivas e os outros atores envolvidos em determinado conflito. Apesar da escolha de como organizar-se ser profundamente influenciada por experiências passadas e normas sociais, atores a todo o momento modificam seu repertório de ação coletiva, experimentando e combinando diferentes práticas em formas de organizar-se, mobilizar apoio e expressar demandas.

Articulamos esse conceito em duas perspectivas. Uma delas compreende a relação entre Estado e movimentos sociais não apenas pela ótica da oposição e externalidade, mas pela contínua atuação dos movimentos no interior do Estado e pela interação com agentes públicos, sobretudo em cenários nos quais se identifica o compartilhamento de projetos políticos. É o que a literatura tem denominado de repertórios compostos (ABERS; VON BÜLOW, 2011; SILVA, 2015). A própria criação de movimentos importantes resulta de alianças entre indivíduos dentro e fora do Estado, o que problematiza a visão do Estado como contraponto do movimento. Isso faz com que seja necessário não apenas "teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado", mas também "como às vezes movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal" (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 78).

A outra perspectiva compreende a sociedade composta de múltiplas instituições. Nela, as disputas podem ocorrer contra qualquer uma ou contra todas essas instituições. Assim, os atores sociais podem ter como alvo o Estado ou outras instituições. Nesse sentido, os objetivos de um movimento tendem a apontar para demandas por redistribuição de recursos e significados culturais. Em certa medida, os movimentos pretendem tanto metas culturais

e de mobilização quanto mudanças políticas (ARMSTRONG; BERNSTEIN, 2008).

Estudos de caso de movimentos sociais

A metodologia adotada nesta pesquisa utilizou procedimentos qualitativos de coleta e análise de dados, considerando que a pluralidade de fontes e técnicas de pesquisa tende a enriquecer os seus resultados. A base empírica tem caráter interpretativo e abordagem predominantemente qualitativa. Conforme Gibbs (2009), a pesquisa qualitativa ajuda a entender, descrever e às vezes explicar os fenômenos sociais "examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo" (GIBBS, 2009, p. 8).

Já o estudo de caso é um importante recurso metodológico de pesquisa. Embora se limite quanto à possibilidade de falseamento e de replicação, permite a compreensão aprofundada do objeto, apresentando, ao mesmo tempo, capacidade generalizadora, por intermédio da qual é possível a formulação de hipóteses e desdobramentos teóricos implicados em modelos e mecanismos causais. Um parâmetro para o uso do estudo de caso é o conhecimento do campo no qual o caso se encontra inserido, pois não se trata de abordar um caso em si mesmo, mas da oportunidade de, por meio de induções e inferências, usá-lo estrategicamente como exemplo de um fenômeno social geral (GERRING, 2006).

Para a análise das Semanas do Contestado, que envolvem aspectos de organização política, cultural e religiosa, esta pesquisa baseou-se em uma revisão de literatura acerca do tema. Além disso, no trabalho de campo[2] e na coleta dos dados empíricos, as entrevistas, o mapeamento e a análise de documentos (*sites*,

2 Para a coleta de dados empíricos, o roteiro da entrevista considerou um histórico do entrevistado, seu engajamento na organização e sua percepção sobre o Contestado. As entrevistas foram realizadas entre os dias 2 de março e 15 de julho de 2020. Entrevistaram-se oito lideranças: cinco membros da comissão organizadora da Semana do Contestado de Caçador (SC) e três da comissão organizadora da Semana do Contestado de Lebon Régis (SC). *No corpo do texto se usam nomes fictícios ao citar os entrevistados.*

cartas, atas de reuniões etc. das organizações) serviram de base para a pesquisa.

O roteiro para as entrevistas foi elaborado de forma a obter-se um conjunto amplo de respostas acerca dos atores pesquisados e dos repertórios de ação mobilizados a respeito das Semanas do Contestado. O roteiro de entrevistas foi composto de 22 questões articuladas em seis eixos:

- identificar a origem e a estruturação das semanas;
- mapear oportunidades e constrangimentos na sua execução;
- identificar a composição e as redes de relações entre as entidades e os grupos participantes (parcerias);
- verificar a possibilidade de construção de processos identitários, o uso estratégico de elementos simbólicos e culturais e o papel atribuído à memória da guerra;
- identificar possíveis avanços (políticos, sociais, culturais etc.) obtidos mediante esse repertório;
- registrar a avaliação das próprias lideranças quanto aos efeitos da realização das semanas.

Além das fontes orais, o recurso às fontes documentais é uma técnica importante na pesquisa qualitativa e uma rica fonte de dados, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos de um tema ou problema. Uma das vantagens das fontes documentais é o estudo de pessoas ou de realidades sociais às quais não temos acesso físico, por questões temporais ou de distância. Ademais, os documentos constituem uma fonte não reativa; as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Os documentos podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem em determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto (GODOY, 1995). Nesta pesquisa serviram de fontes documentais atas da Câmara de Vereadores de Caçador, jornais impressos, *sites* e redes sociais.

As semanas do Contestado

As Semanas do Contestado são um repertório complexo formado por um conjunto de atividades que reúnem um quadro plural de atores e têm se destacado como expressão de um movimento amplo de reproposição e ressignificação da questão do Contestado, sua história e suas consequências, bem como de tensionamento das estruturas sedimentadas de marginalização social dos caboclos e caboclas.

Trata-se de uma iniciativa que ocorre em diversos municípios da região, entretanto é em Caçador e Lebon Régis, desde o ano de 2015, na última semana de outubro e na terceira semana de agosto, respectivamente, com programação que abrange sobretudo as dimensões cultural, religiosa e científica e que pautam um debate político e social sobre o Contestado, que esse repertório tem produzido efeito social significativo.

Um ponto de resistência: a experiência de Caçador

As Semanas do Contestado no município de Caçador, segundo o relato de Maria, foi "*impulsionada pelo período em que se comemorava os 100 anos de Contestado*". No contexto do centenário da guerra, a proposta inicial visava à valorização "*da origem do povo de nossa região*", cuja história, embora documentada, permanecia localmente pouco conhecida e era até mesmo "*rejeitada pelos filhos e netos daqueles que fizeram parte desse embate*". Marcelo conta que a proposta da Semana do Contestado nascia da necessidade de se

> fazer um debate, uma grande discussão sobre a realidade dos caboclos e caboclas da nossa região [...]. A proposta inicial foi de nós sermos um embrião junto com os municípios próximos pra ir crescendo isso e fazer um debate estadual, nacional até, se fosse possível. (MARCELO, 2020)

Sobre os temas centrais de cada edição, Luciana afirma que, na edição de 2015, realizada de 22 a 27 de setembro, a ênfase era no resgate e na valorização da cultura e das características do povo do Contestado. Para isso, como estratégia de mobilização,

criou-se a chamada nas redes sociais *#orgulhocaboclo*, que marcou presença em todas as atividades desenvolvidas naquele ano. Entre essas ações, estavam "*a sensibilização para o tema durante todo o mês, gravações de depoimentos em vídeos ressaltando o orgulho caboclo*".

Na segunda edição do evento, de 17 a 30 de outubro de 2016, as ações enfatizaram os processos educativos focando no trabalho nas redes pública e privada de ensino. Para tanto, fez-se um concurso nas escolas para relacionar a Guerra do Contestado aos fatos históricos da vida e do cotidiano do povo do Contestado na atualidade.

Em 2017, a terceira edição da Semana do Contestado propunha novos olhares sobre a guerra. As atividades tiveram como foco ampliar a discussão histórica do conflito, marcada principalmente pelos relatórios militares e carregada de preconceitos por parte daqueles que venceram.

Um olhar científico na história de um povo foi o tema da 4.ª Semana do Contestado de Caçador, no ano de 2018. Nessa edição, além das atividades culturais e religiosas, foi promovido o I Congresso Nacional do Contestado, que reuniu pesquisadores de todo o Brasil para debater o tema. Da realização do congresso, surgiu a Rede Contestado de Educação, Ciência e Tecnologia para a Redução das Desigualdades, formada por um conjunto de entidades[3] e pesquisadores presentes na região unindo entes públicos e comunitários em prol do conhecimento e da universalidade da educação, construindo agenda e buscando as formas de financiamento e divulgação das ciências necessárias ao desenvolvimento das práticas de redução de desigualdades na região do Contestado.

De 21 a 27 de outubro de 2019, a 5.ª Semana do Contestado de Caçador teve programação direcionada para a questão do

3 O Instituto Federal de Santa Catarina, *campus* Caçador, em conjunto com o Instituto Federal Catarinense, *campus* Videira, a Universidade Federal de Santa Catarina, *campus* Curitibanos, e a Universidade do Oeste de Santa Catarina, *campus* Videira, além de inúmeras outras instituições que participaram do congresso, iniciou esse projeto.

meio ambiente, recuperando os ensinamentos da lei da natureza do Monge João Maria. Segundo Joana, a questão ecológica "*tem tudo a ver com a cultura do caboclo*". Essa edição refletiu, ainda, sobre a importância da religiosidade do povo caboclo, representada pelas personalidades do monge e de São Francisco de Assis, patrono da ecologia e também padroeiro do município de Caçador.

É considerado um avanço significativo nesse processo de mobilização a criação da Lei Municipal n.º 3.298, sancionada em 4 de maio de 2016, que regulamentou formalmente a Semana do Contestado. O projeto de lei foi elaborado por um grupo de pessoas envolvidas com questões culturais, históricas e religiosas do Contestado. A lei estabeleceu a data a ser comemorada a Semana do Contestado, em Caçador: "Anualmente na última semana do mês de outubro", com o objetivo de "promover uma reflexão sobre a Guerra do Contestado, resgatando o orgulho do povo caboclo e de sua identidade cultural" (CAÇADOR, 2016).

A Lei n.º 3.298 definiu as principais ações a serem realizadas em cada edição:

> Encontros, atividades culturais e artísticas, celebrações religiosas, painéis de debate, envolvendo os diversos atores e grupos sociais, com vistas a incidir nas políticas públicas sociais, educacionais e econômicas do município. (CAÇADOR, 2016).

Determinou a organização, o planejamento e a condução das atividades da semana, sob responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura[4] em conjunto com a mesa diretora da Câmara Municipal, que devem constituir uma comissão organizadora composta de representantes das entidades envolvidas no evento, ou seja, "escolas das redes estadual, municipal e particular de ensino, entidades associativas, culturais e religiosas, além de particulares interessados neste tema" (CAÇADOR, 2016). A lei estabelece ainda que a prefeitura disponibilize recursos financeiros

4 A Lei n.º 3.468/2018 alterou essa responsabilidade, passando-a para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, uma vez que a Fundação Municipal de Cultura foi extinta em 2018.

para as atividades e que, por meio da Secretaria de Educação e da Fundação de Cultura, tenha atuação ativa na sua organização.

De acordo com a percepção dos organizadores, as Semanas do Contestado têm produzido uma "*mudança de pensamento do que é ser caboclo*", numa nova dimensão da relação com o meio ambiente. Relacionando educação e pesquisa, pode-se afirmar que foi por intermédio das mobilizações da Semana do Contestado que o I Congresso Nacional do Contestado, em Caçador, promoveu, como afirma Vítor:

> novas organizações e mobilizações em rede da cultura, da cidadania, do direito, da ciência e da tecnologia. Diante dessas ações de divulgação, popularização e resgate da educação, fomentando as demandas da comunidade local, articulou-se pensar o Contestado de forma coletiva, abrangente, frente aos desafios sociais que o município enfrenta, marcado sobretudo pela desigualdade. (VÍTOR, 2020).

As perspectivas de continuidade dos trabalhos, mantendo a valorização da história e da cultura cabocla, segundo Maria, mostram a preocupação em atingir de maneira mais contundente as periferias, articular a criação de leis que atendam às demandas voltadas à justiça social, mapear a população mais diretamente ligada à etnia cabocla, efetivar a inserção do Contestado e da cultura cabocla nos currículos das redes de ensino, promover festivais da cultura cabocla e recolher lendas, causos, rezas, benzimentos e demais fazeres e saberes da cultura cabocla.

Rompendo a invisibilidade: a experiência de Lebon Régis

A primeira edição da Semana do Contestado foi realizada nos dias 14 a 18 de julho de 2015 com o tema Semana do Centenário da Guerra do Contestado. As atividades davam conta de situar o espaço geográfico que hoje pertence a Lebon Régis no período histórico da guerra, evidenciando o modo como o município participou dela e como nele permanecem as suas marcas, sejam

elas religiosas, sejam sociais, sejam econômicas. Buscavam voltar à história de um município e de um povo marcada pela guerra. Nesse sentido, destacaram-se as atividades de recuperação simbólica da memória da guerra, como a inauguração do monumento dedicado ao Monge João Maria na praça da Igreja Matriz de Santo Antônio, cuja atividade foi denominada Retorno de São João Maria, 100 Anos Depois, bem como a instalação de uma placa alusiva aos 100 anos da participação de Lebon Régis na Guerra do Contestado, na prefeitura.

Em 2016, de 16 a 22 de outubro, a segunda edição teve como tema Mundo Caboclo: do Acordo dos Limites aos Limites que nos Cercam, em referência aos 100 anos da assinatura do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, firmado oficialmente em 20 de outubro de 1916. O evento caracterizou-se pela visita a duas localidades do município marcadas pela guerra. Uma delas foi a Serra da Boa Esperança, para a qual se fez a Romaria de São João Maria, na qual este foi chamado de santo dos caboclos, sendo levado pelos cavaleiros do Contestado. Na ocasião, também se celebraram a missa cabocla, com a inauguração da Gruta do Monge São João Maria, e a festa cabocla com a comunidade. A outra localidade visitada foi São Sebastião do Sul, tratada na programação como "chão de memórias do Contestado", na qual houve a entrega da imagem histórica de São Sebastião, a celebração da missa cabocla, o almoço comunitário com pratos típicos caboclos e a palestra "Território, memória e limites: São Sebastião do Sul, o pouso do Contestado".

Com o tema Centenário do Massacre Invisível: 100 Anos de Luta e Resistência Cabocla e o lema "O sonho caboclo não se apaga", a terceira edição da Semana do Contestado, de 17 a 20 de agosto de 2017, promoveu o lançamento oficial e a apresentação do projeto para o Complexo Turístico, Cultural e Ambiental do Monge João Maria. Inseriu-se nessa edição a temática do meio ambiente, valorizando o bioma local.

A quarta edição, realizada de 21 a 26 de agosto de 2018, trabalhou os "desafios de ser e estar no coração do Contestado: um

tributo ao semeador do Contestado Vicente Telles". A temática foi escolhida em homenagem ao artista e historiador Vicente Telles, falecido em dezembro de 2017, cuja trajetória de vida foi marcada pela dedicação à pesquisa e divulgação da história do Contestado.

A quinta edição da Semana do Contestado, entre 18 e 25 de agosto de 2019, destacou "o monge profeta João Maria no coração do Contestado", sendo a personagem ícone do cuidado e do respeito em relação à natureza. Com essa motivação ecológica, realizou-se a I Caminhada Ecológica e Cultural do Coração do Contestado, bem como uma cavalgada. A reflexão foi aprofundada com a conferência "O monge profeta João Maria no coração do Contestado", com a professora Tânia Welter, que também fez na oportunidade o lançamento do seu livro *Encantado no meio do povo: a presença do profeta João Maria em Santa Catarina*.

Um dos resultados das mobilizações da Semana do Contestado foi o reconhecimento do município de Lebon Régis como o "Coração do Contestado", no ano de 2018. O Projeto de Lei n.º 108/2017 transitou na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina no ano de 2017,[5] sendo aprovado no dia 8 de janeiro de 2018. Logo em seguida, foi sancionado pelo governador do estado João Raimundo Colombo em 10 de janeiro de 2018, por meio da Lei n.º 17.466/2018.

Esse reconhecimento não se deve apenas à posição geográfica central da área atual do município na região do Contestado, mas principalmente em tributo aos que naquele chão tombaram lutando pelos seus direitos a uma vida digna. A justificativa do projeto de lei considerou o território que hoje pertence a Lebon Régis como "um dos maiores protagonistas da Guerra do Contestado", em que as

> maiores batalhas, ataques e emboscadas ocorreram em localidades como São Sebastião do Sul, Serra da Boa Esperança,

5 O projeto de lei contou com o apoio da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sendo aprovado em primeiro turno na votação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Informações disponíveis em: http://www.alesc.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia/PL./0108.1/2017. Acesso em: 15 jun. 2020.

> Perdizinhas e dois dos maiores redutos caboclos do Contestado, Caraguatá e Santa Maria também pertenciam a esse território. (SANTA CATARINA, 2017, p. 28).

Ademais, atualmente o município

> guarda lembranças do embate e que necessitam ser preservadas, como cemitérios da época da guerra, trincheiras de pedra utilizadas pelos sertanejos, casas da época, igrejas, capelas e cerca de 12 crematórios, descobertos recentemente por pesquisadores, e que eram utilizados para queimar corpos de vítimas das batalhas. (SANTA CATARINA, 2017, p. 28).

No sentido de reconhecer o valor de pessoas e entidades que se destacam por prestar algum serviço relevante à história e à memória do Contestado, em todas as edições do evento é feita a entrega da Condecoração de Santo Antônio do Trombudo de Bravura Cabocla do Contestado. Amparada pela Lei Orgânica Municipal, essa condecoração foi solicitada à administração pública pela equipe de organização das semanas para que contemplasse os "serviços de preservação e resgate da memória material e imaterial do município".[6] De acordo com Salomão, essa homenagem é concedida para pessoas e entidades ou organizações considerando alguns critérios, como "*ser descendente dos caboclos que lutaram na guerra ou guardar lembranças daquele período, ter sítio histórico na propriedade ou trabalhar em prol da questão do Contestado*". A escolha dos homenageados enaltece os dignitários dessa condecoração por "*honrarem a memória do Contestado*" e "*por terem paixão pelo Contestado*".

As Semanas do Contestado abriram espaço tanto para o debate acadêmico e científico quanto para muitas expressões populares que encontraram eco na vida e nas memórias dos caboclos e caboclas. No âmbito da religiosidade, as missas caboclas, os cantos próprios com compositores locais, a presença constante da figura de João Maria, as imagens e os símbolos da região, as celebrações nos sítios arqueológicos e lugares santos do Contestado reavivaram a memória religiosa e se tornaram elementos de produção de reconhecimento e legitimidade da

6 Texto inserido na placa entregue às pessoas ou entidades condecoradas.

cultura e do povo caboclo. Ao mesmo tempo, despertaram a autoestima e o autorrespeito dos caboclos e caboclas.

Outras atividades, como as festas e homenagens nas comunidades, com a mesma imagem de São Sebastião que fez parte das procissões no Campo Santo do Caraguatá, do Exército Encantado de São Sebastião, tinham a mesma significação. Além disso, segundo Salomão, as apresentações culturais produziram "*canções originais referentes ao centenário, recuperaram danças e tradições, como a dança do facão de Chica Pelega, poesias, produção literária, teatros da cidade e convidados de fora, artesanato, galerias de fotos, pinturas e desenhos*". Esse aspecto cultural nas diversas expressões da arte penetrou nos espaços educacionais, envolvendo professores, alunos e suas famílias.

A valorização e a visibilidade da história, da identidade e da cultura cabocla, contudo, enfrentaram resistências. Meireles entende que parte da resistência que se percebe contra as atividades da Semana do Contestado é, no fundo, uma mudança de paradigma social, por meio da qual emerge o valor do caboclo. Segundo ele,

> a história sempre foi contada pelos vencedores e agora ela começa a ser reescrita pelos vencidos. A gente tem dado vez e voz pra pessoas humildes que nunca foram entrevistadas e tem gente que não quer mudar a visão. Não é que eles não sabem. É que não querem mudar. (MEIRELES, 2020).

As organizações que promovem e apoiam as Semanas do Contestado reconhecem que, com o início da realização do evento, "*a imagem do caboclo foi valorizada*".

Ao analisar as Semanas do Contestado em Caçador e Lebon Régis, identificou-se que no território do Contestado ocorre um movimento constituído de uma rede plural de atores, articulados e mobilizados por princípios identitários e valores compartilhados. Quanto à sua localização, alguns estão inseridos na esfera da sociedade civil e outros nos espaços estatais, comportando ainda um fluxo/trânsito entre esses dois espaços. Os resultados dessa análise mostram que esses atores dirigem suas ações tanto para a sociedade civil, tensionando a ruptura com o preconceito, a

estigmatização, o silenciamento histórico, construindo valores e identidade e almejando mudanças nas representações sociais a longo prazo, quanto para o poder público, ambicionando a inclusão dessa parcela da população, por meio de políticas públicas de reparação e reconhecimento, nos projetos de desenvolvimento local.

A escolha das atividades que compõem cada edição da Semana do Contestado em ambos os municípios considera a legitimidade social que essas atividades possuem e a capacidade mobilizadora que comportam. Ao longo das edições, elas se combinam em novas formas de organizar, mobilizar apoio e expressar as demandas e se adaptam a tais formas. Com atividades culturais e artísticas (música, dança, teatro, esporte), sessões de cinema, celebrações religiosas, painéis de debates, feiras, palestras, conferências, lançamentos de livros, caminhadas e acampamentos, oficinas com ervas medicinais, rodas de conversa, debates nas escolas, mutirões ecológicos, visitas aos lugares históricos do Contestado, essa pluralidade de atividades confere ao repertório diversidade de estratégias de expressão de símbolos e comunicação de ideias que atingem variados públicos, realizando, por um lado, a releitura crítica da história e da memória e, por outro, processos de mudança no imaginário social e afirmando identidades.

Além disso, a Semana do Contestado em Caçador e Lebon Régis estabelece uma relação entre atores sociais e políticos. Os organizadores articulam-se também mediante o aparato estatal, inserindo-se nas instâncias de poder ou mobilizando agentes que atuam nessas instâncias e adentrando na disputa pelo poder interpretativo das políticas públicas. Costuram-se por intermédio dos espaços institucionalizados as oportunidades de atuação institucional e, desses espaços, impulsionam-se atividades e ações. Isso ficou caracterizado, nesta pesquisa, pela estratégia de envolver agentes públicos na organização. De acordo com os limites e as aberturas possíveis, utilizam-se os espaços e o poder institucional para fortalecer seus próprios objetivos. Em alguns

casos, a própria estrutura pública é parte da organização do repertório.

As atividades culturais e religiosas, somadas aos debates científicos e acadêmicos, compõem parte do processo de construção de identidades coletivas. Os elementos simbólicos são recursos usados para tornar públicas a resistência e a insatisfação diante das condições de vida infligidas ao povo caboclo e ao trabalhador de modo geral. A dimensão artística, a música, a dança, o teatro, a contação de história são recorrentemente acionados como ferramentas políticas, de intervenção e de resistência. Os elementos artísticos surgem como uma forma singular de expressão e comunicação de ideias e de emoções. Nas Semanas do Contestado, essa capacidade é potencializada pelo fato de a maioria das apresentações artísticas ser preparada nas escolas e por grupos populares locais que evidenciam os entraves sociais em *performances* carregadas de emoção e alimentadas por conflitos que experimentam no cotidiano.

As atividades religiosas e culturais mostraram-se importantes fontes de produção e transmissão de significados, influenciando o engajamento e a participação pela capacidade de questionar a estrutura social e de atingir, de maneira significativa, seus interlocutores. Ocupando o espaço público, quebram o ritmo da rotina da vida das pessoas, ponderando sobre a história e os problemas sociais. Ao mesmo tempo, essas atividades divulgam símbolos e um conjunto de pensamentos que os acompanham. Por exemplo, a bandeira do Contestado carrega muito mais elementos do que apenas a imagem nela estampada. Uma imagem de João Maria ou de São Sebastião diz muito mais do que apenas a qualidade artística do artefato. A produção simbólica e cultural das Semanas do Contestado confere a esse repertório de ação, tal como desenvolvido por Tilly (1978), uma gama de estratégias de expressão de símbolos e comunicação de ideias, permitindo formas sensíveis de intervenção política e de resistência.

Conclusão

Por muito tempo, caboclas e caboclos foram tratados como uma parcela invisibilizada e silenciada socialmente, resistindo à margem, como coadjuvantes do processo histórico. No entanto, ao construírem interpretações e promoverem atividades que atribuem novos significados às suas identidades, passaram a ocupar o espaço social e a ser reconhecidos e valorizados. A atribuição de valor à sua cultura, memória e história tem contribuído para que caboclos e caboclas se autoafirmem como participantes legítimos da vida social. Isso os leva, também, a direcionar suas ações para o poder público, buscando assegurar, embora ainda timidamente, políticas destinadas à sua integração na dinâmica social.

As Semanas do Contestado atribuíram significados a diversos símbolos culturais, tornando-os símbolos mobilizadores. A herança de dor e de sofrimento, de esquecimento e de marginalização do povo caboclo é identificada como uma injustiça cometida pelo Estado e pelos coronéis, seja pela atuação do Exército no período da guerra, seja pela ausência das políticas públicas históricas e atuais. Essa construção interpretativa, enlaçada com sentimentos e emoções, mobiliza as pessoas para a ação. Os símbolos são extraídos seletivamente e combinados com ideias orientadas para a ação, que vão desde o poder público a interlocutores da sociedade civil, visando alterar as representações sociais sobre eles.

As Semanas do Contestado, firmando-se ao longo das edições, construíram uma dimensão consistente, com certa formalização e permanência que motiva as pessoas a engajar-se. Com uma pauta que gira em torno de uma grande ferida identificada na sociedade, reúnem-se pessoas em volta de símbolos culturais herdados, ampliando a construção de redes sociais relativamente densas e estruturas conectivas cujo resultado são as interações sustentadas ao longo do tempo. Os grupos mais mobilizados com a questão do

Contestado, de algum modo, foram capazes de irradiar a ação coletiva, influenciando outros atores menos mobilizados. Em consequência, surgiram inovações nas formas de engajamento, nos quadros interpretativos da ação coletiva e na combinação de participação organizada e não organizada.

As Semanas do Contestado, aos poucos, instituem-se como um espaço aglutinador de militantes, grupos e entidades até então muito dispersos e/ou com pouca expressão política e social. O processo de interpretação por parte dos atores sociais e a identificação de determinadas condições conjunturais como oportunidades afetaram a constituição e a atuação das organizações sociais, de modo que as mudanças ocorridas na estrutura de oportunidades políticas, em conjunto com o desenvolvimento de uma consciência política e a precedente atuação de outras organizações, ofereceram os meios básicos para que atores políticos com pouca ou nenhuma possibilidade de poder político se expressassem e ocupassem a esfera pública.

O Contestado é um território em disputa ainda hoje marcado pela violência e pela resistência. Se é possível, por um lado, identificar um processo de silenciamento e estigmatização, por outro há a resistência ante essa condição. Há mais de um século, caboclos e caboclas carregam um grito por justiça social, por reconhecimento e pela defesa da própria memória que, nos últimos anos, se faz ouvir. Colocam em marcha um processo de transformação da história como legítimos participantes dela. Revisitam e ressignificam a história, articulando o saber científico e acadêmico com as experiências e memórias presentes no território do Contestado. Fazem uma releitura do passado que não se limita à compreensão abstrata e conceitual, mas que se deixa envolver na poeira e na lama das antigas trilhas caboclas por debaixo das velhas araucárias, e reconstroem a narrativa da história abrindo novos horizontes no cotidiano de vida. Caboclos e caboclas do Contestado reavivam memórias, estabelecem redes de relações e parcerias, superam preconceitos e medos e, com a mesma coragem e bravura de outrora, começam um novo tempo no Contestado, cujas

marcas principais são o orgulho que carregam no peito e a alegria de, novamente, se reunirem, se reencontrarem, se reconhecerem e serem reconhecidos como população herdeira e portadora de uma história valorosa.

Referências

Fontes

GOMES, Wiliam Douglas Perez. *Wiliam Douglas Perez Gomes:* entrevista [14 mar. 2020]. Entrevistador: João Cláudio Casara. Caçador, 15 jul. 2020.

MEDEIROS, Antônio Amarildo de. *Antônio Amarildo de Medeiros:* entrevista [17 abr. 2020]. Entrevistador: João Cláudio Casara. Lebon Régis, 17 abr. 2020.

NASCIMENTO, Nilse de Fátima. *Nilse de Fátima Nascimento:* entrevista [2 mar. 2020]. Entrevistador: João Cláudio Casara. Caçador, 2 mar. 2020.

PAES, Lucinei. *Lucinei Paes:* entrevista [2 mar. 2020]. Entrevistador: João Cláudio Casara. Caçador, 2 mar. 2020.

PASA, Valmir. *Valmir Pasa:* entrevista [15 jul. 2020]. Entrevistador: João Cláudio Casara. Lebon Régis, 15 jul. 2020. E-mail.

PELEGRINELLO, Ricardo. *Ricardo Pelegrinello:* entrevista [9 mar. 2020]. Entrevistador: João Cláudio Casara. Caçador, 9 mar. 2020.

PIACENTINI, Mariana. *Mariana Piacentini:* entrevista [23 jun. 2020]. Entrevistador: João Cláudio Casara. Caçador, 23 jun. 2020. E-mail.

SILVA, Carlos Nedir Veiga da. *Carlos Nedir Veiga da Silva:* entrevista [18 jun. 2020]. Entrevistador: João Cláudio Casara. Lebon Régis, 18 jun. 2020.

Bibliografia

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, n. 28, p. 52-84, 2011.

ALONSO, Ângela; BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. *Sociologia &*

Antropologia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 11-19, 2012.

ARMSTRONG, Elizabeth; BERNSTEIN, Mary. Culture, power, and institutions: a multi-institutional politics approach to social movements. *Sociological Theory*, n. 26, p. 74-99, 2008.

Assembleia Legislativa de Santa Catarina. *Lei n.º 17.466.* Florianópolis, 2018. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/7115dia.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense:* da guerra dos "fanáticos" do Contestado "opção pelos pequenos". Tese (Doutorado em História da Educação). Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

DIANI, Mário; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 219-250, 2010.

FRAGA, Nilson César. *Contestado em Guerra:* 100 anos do massacre insepulto do Brasil. Florianópolis: Insular, 2012.

FRAGA, Nilson César. *Mudanças e permanências na rede viária do Contestado:* uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FRAGA, Nilson César; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. *In:* COLÓQUIO INTERNACIONAL GEOCRÍTICA... *Anais,* Bogotá, 2012.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *O Contestado:* o sonho do milênio igualitário. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1999.

GEMELLI, Diane Daniela. *"Onde planta o pinus não dá mais nada":* degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher, natureza (terra-trabalho). Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2018.

GERRING, John. *Case study research:* principles and practices. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. *Topói,* v. 12, n. 22, p. 178-186, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916.* Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em Hitória, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Errantes do novo século:* um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos. A Guerra do Contestado e o legado para a região catarinense: pobreza e desigualdade no município de Timbó Grande. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 3, p. 49-62, 2017.

PREFEITURA de Caçador. *Lei Ordinária n.º 3.298*. Caçador, 2016. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/cacador/lei-ordinaria/2016/329/3298/lei-ordinaria-n-3298-2016-institui-a-semana-do-contestado-e-da-outras-providencias. Acesso em: 16 mar. 2020.

PREFEITURA de Caçador. *Lei Ordinária n.º 3.468*. Caçador, 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/cacador/lei-ordinaria/2018/346/3468/lei-ordinaria-n-3468-2018-altera-dispositivo-da-lei-n-3298-de-4-de-maio-de-2016-que-institui-a-semana-do-contestado-e-da-outras-providencias. Acesso em: 16 mar. 2020.

SANTA CATARINA. *Diário da Assembleia*, Florianópolis, a. 66, n. 7.115, p. 1-32, 2017. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/7115dia.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTA CATARINA. *Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.* Atlas Geográfico de Santa Catarina: população. 2. ed. Florianópolis: Editora da Udesc, 2019. [Fascículo 3].

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath. Atores, espaços e repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. *In:* SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (org.). *Movimentos sociais e engajamento político:* trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora UFSC, v. 1. p. 133-160, 2015.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento:* movimentos sociais e confronto político. São Paulo: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Indianápolis: Anderson-Wesley, 1978.

TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

VALENTINI, Delmir. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil:* a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social:* a guerra sertaneja do Contestado. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

V PARTE

Ensinar História em território do Contestado: relatos de professores

Ensino de História fora da caixa:

uma experiência com aprendizagens significativas sobre a Guerra do Contestado

Mateus Henrique Torcatto

Ao monge, cova rasa. Funeral ao coronel. Caboclos e soldados numa vala, como lixo a granel (Vicente Telles).

Quando eu era criança, em fins dos anos de 1990, nas brincadeiras com meu grupo de amigos do bairro, acabava assumindo diversos papéis: empresário, apresentador de TV, super-herói, ator, piloto de avião, médico, padre (ou pastor, dependendo da minha inclinação religiosa do dia). Eram personagens cheias de personalidade, umas boas, outras más, e todas fruto da imaginação quase infinita daquele eu criança. O curioso disso tudo é que, nas brincadeiras solitárias, aquelas feitas quando os amigos não podiam brincar, ou quando minha mãe não me deixava sair de casa, eu assumia quase sempre um único papel, o de professor.

Sim, eu gostava de carrinhos, de jogos de tabuleiro, de assistir a desenhos, como toda criança da minha idade, no entanto a lembrança que ecoa em minha mente até hoje é a da sensação prazerosa de pegar um quadrinho verde de giz (presente de aniversário de minha irmã mais velha), posicioná-lo numa cadeira na cozinha de casa e dar aula por horas, enquanto minha mãe lavava louça ou fazia alguma tarefa por perto. Naquela época, eu ainda era um professor das séries iniciais, lecionando várias disciplinas para uma mesma turma, inspirado nas minhas queridas professoras da escola e, embora meus alunos imaginários fizessem um pouco de bagunça, eu sentia uma autêntica (e ingênua) vontade de ensiná-los.

Anos depois, mais precisamente em 2014, quando me vi entrando numa sala de aula real, com alunos reais, percebi que minha vontade – antes ingênua – de ensinar havia se transformado em verdadeiro comprometimento. Notei, naqueles primeiros momentos em sala, que eu queria, poderia e deveria fazer a diferença. Além do mais, tinha como meta não repetir os mesmos erros de alguns professores cujas metodologias tradicionais firmadas na memorização haviam cruzado o meu caminho.

A experiência que pretendo compartilhar com vocês neste breve relato, realizada em 2018, se provou uma das mais emocionantes dessa minha curta carreira docente, e eu a levarei como exemplo de atividade bem-sucedida e rica de aprendizagens significativas, uma vez que o engajamento e o *feedback* dos alunos se mostraram muito além das minhas expectativas iniciais.

Sou professor de História da educação básica na região do Contestado desde 2014. Hoje leciono no município de Videira (SC), a cerca de 400 km de Florianópolis (SC), para as séries finais do ensino fundamental, mas foi atuando na cidade vizinha de Arroio Trinta (SC) em 2018 que realizei, com os alunos do 3.º ano do ensino médio de uma escola da rede estadual, uma viagem de estudos à cidade de Irani (SC), palco daquela que foi considerada a primeira batalha da Guerra do Contestado e que culminou na morte de dezenas de caboclos e do Monge José Maria. Nessa viagem, além do passeio guiado por locais históricos, como a Vala dos 21, a cova do monge, o descampado onde ocorrera o massacre executado pelo Regimento de Segurança Pública do Paraná, bem como o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado e o Cemitério do Contestado, os alunos gravaram um curta-metragem, cujo resultado foi incluído num projeto maior de valorização da história local e apresentado aos pais e à comunidade num evento que movimentou o município.

A ideia inicial surgiu como um dos projetos feitos pela escola no contraturno, em função das aulas em período integral ofertadas pela instituição. Assim, numa reunião de professores responsáveis pelos grupos de trabalho, decidimos produzir um

curta-metragem sobre a história local. O primeiro esboço do projeto foi no sentido de trabalhar a colonização e a imigração europeia, no entanto algo me incomodava. Tudo parecia mais do mesmo, em virtude de a escola já desenvolver atividades educativas e culturais relacionadas a esse tema há anos, de maneira quase automática.

Com essa inquietação, levei a demanda em questão à turma que eu ficara responsável (3.º ano) e, aproveitando o contexto da Primeira República, com o qual estávamos trabalhando em sala, os alunos levantaram a possibilidade de apontarmos alguns elementos que, até então, não haviam tido espaço em tudo o que já fora produzido no município a respeito da história local. As ideias borbulharam quando eles trouxeram à pauta da conversa o processo de construção da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, um dos caminhos pelos quais a segunda geração de imigrantes italianos chegou a Santa Catarina vinda do Rio Grande do Sul. Da estrada de ferro, chegamos à Guerra do Contestado! Assim, a problemática do projeto estava posta à mesa: como contar a história local agregando nela outros fatores da formação sociocultural da região que não apenas a repetida imigração europeia?

Uma viagem de estudo ao município de Irani, distante 90 km de Arroio Trinta, se apresentou como uma proposta ajustada aos objetivos do projeto e à produção de um curta-metragem, sendo a batalha do Irani uma das sequências da filmagem sugerida, o produto final da ação. O passeio foi aguardado com bastante ansiedade pelos alunos, os quais, nos dias que antecederam a viagem, providenciaram todo o aparato técnico, com pesquisa, elaboração de roteiros, obtenção de figurinos e até objetos de cena, como armamentos e adereços.

Como toda viagem escolar, uma mistura de farra e cantoria encheu meus ouvidos e os dos demais professores convidados durante todo o trajeto de ônibus, de aproximadamente duas horas. Chegamos a Irani por volta das 9 h da manhã, num dia nublado e que se mostrava pouco convidativo à realização de uma trilha

no meio da mata. Depois de uma breve parada na prefeitura em busca de informações, partimos em direção ao Museu Histórico do Contestado, pequena estrutura de madeira bruta que, ao viajante desatento cruzando a Rodovia Transbrasiliana (BR-153), passa despercebida. Ao lado do museu, o Cemitério do Contestado chamou de imediato a atenção dos alunos por sua aparência antiga e, segundo expressão de alguns, "saído de um filme de terror".

Nesse ínterim, fomos apresentados ao nosso guia, um senhor muito simpático, colaborador da Prefeitura de Irani, de aparência acolhedora e ao qual solicitei permissão para que, ao fim do passeio, pudéssemos gravar algumas cenas para um curta-metragem sobre a guerra. Muito solícito, concordou prontamente com meu pedido.

Tivemos nosso momento típico de grupo de turistas, no qual fotografamos as peças do museu e também registramos a turma em frente ao Monumento do Contestado, estrutura de concreto localizada do outro lado da rodovia, numa representação simbólica de duas mãos segurando uma cruz e algumas balas de espingarda: o povo, a religiosidade e a guerra. Em seguida, partimos para o passeio guiado.

O tempo permanecia nublado, mas sem sinais de chuva aparente. Após 15 ou 20 minutos de trilha, chegamos ao primeiro ponto de parada: a cova do Monge José Maria, o último das três figuras místicas que percorreram o território dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná entre o século XIX e meados do XX, os quais se fundiram no imaginário local num só ser. José Maria caíra morto 106 anos antes a alguns metros de onde estávamos. O local, uma cruz de madeira rodeada por pedras, permaneceu como um santuário, e a brisa mística de seu morador ilustre podia ser sentida por alguns alunos que, ao menor cochicho, mandavam os colegas ficarem quietos, enquanto o guia nos contava as histórias.

Seguimos a trilha e chegamos à Vala dos 21, uma cova coletiva em que foram enterrados 21 corpos, entre militares do Regimento de Segurança Pública do Paraná e caboclos, após o

combate do amanhecer de 22 de outubro de 1912. A identificação dos nove militares ali sepultados se mostrou rápida. No entanto, numa época e num local nos quais os registros civis inexistiam, os 12 caboclos caídos na batalha permaneceram no vazio do esquecimento por quase um século. De qualquer maneira, uma placa localizada ao lado da vala nos chamou a atenção. Instalada em 2017, não pude deixar de notar e compartilhar com meus alunos os significados distintos expressos naquele pedaço de metal onde se liam 21 nomes: a Polícia Militar do Paraná homenageava seu corpo militar morto em batalha, e a Prefeitura de Irani reverenciava seus filhos mortos em defesa de suas famílias, crenças e territórios. Dois lados da contenda, dois pontos de vista.

No decorrer da trilha, deparávamos com pequenas placas instaladas em cepos ou até mesmo pregadas em algumas árvores. Nessas placas, havia frases e poemas de autores desconhecidos ao nosso grupo, mas de renome aos moradores daquelas paragens. Carregadas de significados, elas nos guiaram até o local onde o massacre teve início: uma clareira gramada com duas árvores altas (identifiquei um butiazeiro) e rodeada por vegetação rasteira que parecia, à primeira vista, arbustos de jardim. Nessa área, a tropa militar comandada pelo Capitão João Gualberto atacou os caboclos liderados por José Maria no primeiro grande confronto desse que se tornaria um dos conflitos mais importantes do período republicano brasileiro. Nosso guia, após linda fala sobre os sertanejos que ali caíram, transformou aquela experiência fantástica em algo misterioso: "Reza a lenda que essa vegetação rasteira ao nosso redor só nasce em locais onde a terra foi embebida com sangue, onde houve derramamento de sangue".

Confesso que a sensação sufocante vivenciada em meu íntimo naquele momento e depois confirmada pelos demais professores e alunos foi aquela que somente o peso de dezenas de mortes inesperadas e brutais podia conferir.

Ao fim da trilha, depois de recompostos pelas palavras carinhosas e animadas de nosso guia no trajeto da volta, visitamos o Cemitério do Contestado, e algo nos chamou a atenção de

imediato. Entre túmulos e cruzes de mais de um século, um concreto recém-feito e repleto de flores não desbotadas pelo tempo se encontrava bem no meio do local. Era o túmulo do grande folclorista, músico e historiador Vicente Telles. Engajado na luta por preservar o patrimônio histórico esquecido por anos pelo poder público, Telles falecera alguns meses antes da nossa visita e, com honras pela contribuição dada à memória e história de Irani, bem como do estado de Santa Catarina, foi o único, em quase 40 anos, autorizado a ser sepultado no Cemitério do Contestado, onde jazem muitos daqueles que viveram a história de perto. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de ouvir os causos do Contestado por meio de suas músicas.

Por fim, iniciamos os nossos trabalhos cinematográficos, tentando reproduzir de maneira um tanto improvisada a batalha do Irani. Seguindo o roteiro escrito pelos alunos, reproduziríamos algumas cenas do Monge José Maria andando pelas matas com seus seguidores, bem como os sertanejos em sua rotina, e, posteriormente, os soldados comandados pelo Coronel João Gualberto atacando o reduto. Como de praxe, não pude deixar de participar das gravações (como figurante). Tudo pronto. Luz, câmera, ação![1]

Não sei qual é a profissão do caro leitor, mas, se é professor, saberá entender a sensação prazerosa que eu tive ao ver meus pupilos produzindo, trabalhando e pondo em prática as ações planejadas com afinco pelo grupo de professores que ali estava. Não eram adolescentes reproduzindo comandos, muito menos decorando datas ou nomes. Eram jovens aprendendo e sendo protagonistas daquela aula. Alunos de 16 e 17 anos, filhos de agricultores, em sua maioria, nascidos e criados em uma cultura que valoriza apenas o imigrante europeu, disputando quem seria o soldado ou o caboclo, como deveriam representar o Monge José Maria ou como as mulheres sertanejas se vestiam naquele período. Jovens que, ao embarcarem no ônibus ao final da tarde, reviam

1 Imagens referentes à viagem e às filmagens podem ser acessadas em https://www.facebook.com/eebgb2018/posts/945324598983515.

as gravações feitas em seus celulares e se impressionavam com as cenas, selecionando como editariam essas cenas posteriormente.

Quando as cenas da batalha do Irani, com inúmeros efeitos de tiros, explosões, imagens envelhecidas e trilha sonora, apareceram no telão do pavilhão da Igreja Matriz de Arroio Trinta e vi pais, alunos, colegas professores e a comunidade se emocionarem durante a exibição, percebi que havia trazido à luz uma história até então marginalizada pelos livros didáticos e pelos próprios professores, bem como pelos moradores da região (muitos deles até mesmo desconheciam o episódio), apresentando-a como protagonista, e não apenas coadjuvante.

Envolvidos no projeto, meus alunos levarão essa experiência de vivenciar e sentir o local de um fato histórico tão rico de significados por toda a vida. "Professor, esses lugares têm muito mais história do que falam por aí, né?", disse um aluno no ônibus enquanto voltávamos. Era isso o que eu queria ouvir. Lembrei-me, então, daquele menininho com seu quadrinho de giz ensinando seus alunos imaginários e tive a real certeza de que o que fora brincadeira ingênua ou sonho de criança se tornou realidade. Assumindo meu papel de professor verdadeiro, eu agora alimentava a imaginação dos meus alunos que, tal como eu, podiam assumir inúmeros papéis, ser artistas, cineastas, militares ou caboclos do Contestado. Percebi, então, que havia conseguido!

Equipe docente

Mateus Henrique Torcatto (professor)

Mariele Perico (professora)

Moara Alquieri (professora)

Estela Maia (professora)

Alunos

César Levandovski (Monge José Maria)

Lucas Baldo (Capitão João Gualberto)

Chaiara Di Domenico (cabocla)

Larissa Lehana Cordeiro (cabocla)

Bruna Oliveira Santos (cabocla)

Kálita Cordeiro (cabocla)

Keila Barbacovi (cabocla)

Sara da Silveira (cabocla)

Gabriel de Bortoli (caboclo)

Alan Lidani (caboclo)

Guilherme Maffioletti (caboclo)

Jeraldo Soratto Júnior (caboclo)

Eduardo Cividini (militar)

André Luiz Martins (militar)

Lorenzo Tasca (militar)

Cássio Betinelli (militar)

Pedro Farinon (militar)

Cléberson Carlim (militar)

O Contestado em imagens e letras

Roseclei Golynski Nogueira

Meu nome é Roseclei Golynski Nogueira, tenho 37 anos, sou natural de Santa Isabel d'Oeste (PR), filha do meio de uma família de classe média. Passei praticamente toda a minha infância em Francisco Beltrão (PR). Quando completei 9 anos de idade, meus pais mudaram-se para o município de Fraiburgo (SC), onde resido atualmente. Estudei sempre em escola pública e, mesmo meus pais tendo apenas a 3.ª série do ensino fundamental, nunca deixaram de cumprir com o dever de manter suas filhas na escola nem de cobrar bons resultados.

Aos 18 anos de idade me tornei mãe. Por esse motivo, iniciei tardiamente minha vida acadêmica, no entanto sempre acreditei que nunca é tarde demais para se adquirir conhecimento. Dessa maneira, em 2007 ingressei no curso de Licenciatura em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), *campus* Fraiburgo, na primeira e única turma do município. Ao finalizar a graduação, em 2011, dei continuidade aos estudos com a especialização em História pela Universidade de Santa Cecília. Durante a graduação e após finalizá-la, nunca tive vontade nem mesmo coragem de entrar em uma sala de aula, embora possuísse a experiência do estágio realizado na graduação. Creio que não estava preparada o suficiente, ou estava talvez acomodada demais para desbravar novos horizontes. Com os diplomas da graduação e de uma pós-graduação em mãos, guardei-os na gaveta e continuei minha vida profissional em outra área. Contudo, certo dia, olhei-me no espelho, abri a gaveta e falei a mim mesma: "Chegou a hora. Se você não tentar, nunca saberá".

Em 2015 fiz minha inscrição no processo seletivo para professores pela Secretaria Municipal de Educação de Fraiburgo e acabei conseguindo a vaga. Toda mudança é difícil, e não poderia ser diferente comigo. Iniciei minha experiência profissional lecionando em cinco escolas: Centro Educacional Municipal (CEM) São Miguel, Escola de Educação Básica Municipal (EEBM) Padre Biagio Simonetti e CEM São Sebastião, ministrando a disciplina de História; e CEM Macieira e CEM Arnoldo Frey, com a disciplina de Filosofia para discentes do ensino fundamental I, uma experiência gratificante e inesquecível. Lembro como se fosse hoje. Entrei na sala de aula e vi todos os alunos olhando-me e eu sem saber o que fazer direito. Engatei a primeira marcha e, assim, os 45 minutos pareceram segundos, haja vista o quão gratificante foi aquela experiência. Percebi que havia me encontrado, apaixonei-me pela profissão e pelas disciplinas que escolhi lecionar.

No ano de 2017, passei no concurso público de Fraiburgo e hoje sou professora efetiva de História e Geografia ministrando aulas para 317 discentes, nas seguintes escolas: EEBM Padre Biagio Simonetti, que, embora esteja situada no perímetro urbano, atende em sua maioria alunos oriundos do interior do município, e a Escola Municipal José de Anchieta, voltada para uma clientela bairrista, ou seja, proveniente, na maioria dos casos, do bairro Jardim América, onde a escola está localizada. É possível notar uma disparidade muito grande em relação à condição social dos alunos nas duas escolas. Enquanto a primeira apresenta uma clientela de classe social baixa e famílias desestruturadas, e o lanche escolar vem a ser a única refeição decente do dia, a segunda, por sua vez, é composta de alunos de classe média e vindos de famílias bem estruturadas.

O teatro que teve como tema o Contestado foi desenvolvido na Escola Municipal José de Anchieta, situada na Rua Emílio Vescovi, 111, bairro Jardim América, na cidade de Fraiburgo.

A referida instituição atende atualmente alunos do pré ao 9.º ano do ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino.

A equipe escolar é composta de 41 funcionários, entre os quais estão professores, auxiliares de sala, psicóloga, psicopedagoga, coordenadora pedagógica, diretor, diretora adjunta, secretária e auxiliares de serviços gerais e cozinha.

O Contestado foi e ainda é um tema desvalorizado pela história. Durante a minha formação nos ensinos fundamental e médio, a temática não foi abordada por meus professores. No decorrer da graduação, lembro-me vagamente de o assunto ter sido apresentado no componente curricular referente à história de Santa Catarina, porém de maneira imprecisa e rápida.

Ao iniciar minha vida docente foi que de fato resolvi me aprofundar na história do Contestado, contudo, apesar de sua importância para a Região Sul, os livros didáticos evidenciam informações vagas sobre o tema em dois ou três parágrafos, deixando para os educandos a impressão de que a guerra não foi significativa para a nossa região. Assim, busquei outras fontes bibliográficas para uma melhor compreensão do assunto, como internet e livros, a exemplo da obra intitulada *Taquaruçu: a pérola do Contestado*, de autoria do professor Sérgio de Lorenzi.

Fraiburgo está diretamente ligada à história do Contestado, pois a comunidade do Taquaruçu (SC), localizada a 25 km do município, foi o palco da mais violenta das batalhas travadas durante toda a guerra, um verdadeiro massacre contra as pessoas que viviam na região; homens, mulheres, crianças e idosos foram cruelmente assassinados no episódio.

O Museu do Jagunço, localizado na comunidade do Taquaruçu, conta com um acervo que contém armas, utensílios, cartas, fotos e outros que marcaram profundamente o período. Fraiburgo também abriga a Gruta do Monge João Maria, o qual é considerado o monge pioneiro do Contestado. Situada na Avenida Beira Lago, a gruta, pertencente ao Hotel Renar, guarda uma fonte de água que foi abençoada pelo monge em sua passagem pela região, a qual, segundo ele, nunca haveria de secar (o que de fato aconteceu).

Anualmente, promovida pela Secretaria Municipal de Educação de Fraiburgo, acontece no referido município a Feira do Livro, evento que envolve todas as escolas da rede municipal de ensino. Nesse sentido, a ideia de fazer algo sobre o Contestado surgiu no ano de 2019 em uma conversa de corredor, fim de intervalo, em que eu, a professora Jussara, da disciplina de Geografia, e a professora Juliana, da disciplina de Língua Portuguesa, conversávamos sobre a feira e o que poderíamos para ela trazer a fim de inovar e sair da caixinha.

Nosso intuito era deixar de lado as histórias tradicionais e buscar algo novo e principalmente que tivesse relação com nossa cidade ou estado. Assim, com o objetivo de valorizar a cultura regional, decidimos adaptar para o teatro o livro *O dia em que viajei no tempo: minha família e o movimento do Contestado*, o qual aborda o tema Contestado, de autoria de Karoline Fin, professora de História, da rede municipal, sugestão feita pela professora Jussara. Como eu já havia realizado a leitura desse livro e o achara extraordinário, acatei a sugestão imediatamente. Todas nós vibramos e decidimos que a apresentação de nossa escola, na Feira do Livro, seria sobre o Contestado. Comunicamos a ideia à direção da Escola José de Anchieta, instituição em que o teatro foi realizado, e à organização do evento.

Escrito pela professora de História da rede municipal Karoline Fin, o livro *O dia em que viajei no tempo: minha família e o movimento do Contestado* conta a história que envolve uma longa conversa entre uma avó, sua filha e seus netos. Além das personagens principais, como a avó Cecília, sua filha, Rosa, e seus netos, Mariana e Joaquim, também aparecem outras personagens, como tataravós, bisavós, tios, tias, primos e primas, todos membros da família da avó Cecília. Também fazem parte da narrativa os monges João Maria e José Maria e a menina Teodora, todos relacionados à Guerra do Contestado.

Tudo começa no momento em que a avó Cecília convida sua filha e seus netos para visitar um lugar muito importante que, segundo ela, fez parte da história da família. Ao chegarem ao local,

a avó começa a contar a Mariana a história do Contestado, a qual teve relação com seus antepassados que viviam naquela região.

Mariana ouviu atentamente a história que a avó contava com tanta emoção e fez muitas perguntas também, conseguindo perceber todas as mudanças que ocorreram com o passar do tempo, como o uso de tecnologia, luz elétrica, vida mais urbana. Tudo para a menina parecia tão difícil no tempo que ficou para trás.

Quando a avó estava finalizando a história, Joaquim e a mãe aproximaram-se das duas, ele todo empolgado, pois havia encontrado uma bala de fuzil. Imediatamente, a avó Cecilia o informou que não se tratava de uma bala de fuzil, e sim de um cartucho velho. Para que pudessem compreender melhor, ela pediu que seu neto verificasse se o cartucho possuía uma cruz, símbolo este feito pelos caboclos para mostrar que os cartuchos haviam sido benzidos. Caso o cartucho não apresentasse a cruz, era porque pertencia ao Exército. Joaquim não conseguiu ver nada, e sua vó pediu o cartucho para entregá-lo ao Museu do Jagunço, que saberia o que fazer com ele. Joaquim, ainda no calor da emoção, falou a Mariana que a mãe estava contando-lhe uma história muito legal sobre os antepassados da família e que envolvia uma guerra. Mariana relatou que a avó Cecília estava fazendo o mesmo, e os dois pediram para que ela terminasse a história.

Mariana e Joaquim ficaram perplexos. Como podia um lugar tão pequeno e distante guardar acontecimentos tão importantes? Até uma guerra ocorrera ali, e a família deles estivera envolvida. No trajeto de volta para casa, Mariana e Joaquim viajavam em seus pensamentos, pois estavam ansiosos para buscar mais conhecimentos relacionados à Guerra do Contestado.

O tempo de preparação da peça teatral foi de aproximadamente dois meses. Após o empréstimo do livro pela professora Karoline, o texto foi adaptado para o teatro pela professora de Língua Portuguesa. Após a finalização do roteiro, baseado quase que inteiramente no livro, a professora Juliana enviou uma cópia do material para os demais professores

envolvidos para que fizessem suas contribuições. Dessa maneira, o roteiro foi reescrito diversas vezes em virtude do tempo da apresentação e sobretudo para que nenhuma informação importante fosse descartada ou esquecida. Este era o nosso maior desafio: transmitir na íntegra os motivos, os desdobramentos e as consequências da guerra de maneira clara e objetiva.

A ideia do teatro foi apresentada pelos docentes que a organizaram para os alunos do 6.º ao 9.º ano e foi muito bem acolhida por eles, que participaram de todas as etapas, falas das personagens, figurino, cenário – este último contou com a ajuda e a criatividade da professora de Artes Marilene. Ensaiamos muito, nas aulas de História, Geografia, Artes, Língua Portuguesa e também nas de Educação Física, atitude proveniente dos próprios alunos envolvidos. O comprometimento de todos foi fantástico. Conforme os ensaios avançavam, os alunos ficavam cada vez mais empolgados em relação à história do Contestado, especialmente porque ocorrera em nossa região e por ser um assunto tão pouco valorizado em livros didáticos.

Enfrentamos muitos desafios durante a preparação da peça. Um deles foi contar a história do Contestado em apenas 15 minutos, razão pela qual o roteiro fora reescrito diversas vezes. No entanto, após algumas semanas, o roteiro final estava pronto, as falas e personagens haviam sido distribuídas, e os ensaios já tinham começado. No decorrer dos dias, percebemos o quanto os alunos foram evoluindo nas interpretações e como sua curiosidade pelo Contestado foi ficando cada vez mais aguçada. Nos depoimentos dos discentes envolvidos, ficaram registradas informações sobre o que eles mais gostaram e como vivenciaram tal experiência, como por exemplo nas falas de alunos do 9.º ano: "O Contestado foi um assunto muito bom de estudar, pois é a nossa história, nossa cultura e ocorreu no lugar onde vivemos"; "adquirimos mais conhecimento e aprendemos com mais facilidade, pois o conteúdo foi passado de maneira diferente. O teatro foi fantástico"; "através do teatro, viajamos no tempo e revivemos a história"; e "jamais esqueceremos o

Contestado, pois aprender através do teatro foi bem mais divertido".

O evento foi realizado no Centro de Eventos Sebastião Andrade dos Santos em maio de 2019. Fizeram-se presentes pais, alunos, professores, comunidade escolar e convidados em geral. Também contamos com a presença ilustre da autora do livro, Karoline Fin.

A autora do livro presenteou-nos com um depoimento emocionante:

> Enquanto autora do livro transformado em teatro pela equipe da Escola Municipal Padre Anchieta, eu me senti, primeiramente, honrada. Foi incrível o sentimento de imaginar minha obra sendo lida e debatida por alunas e alunos de uma escola que eu não conhecia. Após esse momento, confesso, fiquei preocupada, cogitando quais seriam os entraves que a minha narrativa poderia gerar para a organização de uma obra teatral. Afinal, não havia pensado nela para esta finalidade. Entretanto, sabendo da competência das professoras envolvidas no projeto, me tranquilizei, pois sabia que elas fariam um excelente trabalho, como, por fim, pude confirmar. Assistir à apresentação, sentir o retorno do público, a emoção das atrizes e atores, o empenho que tiveram em retratar a história foi, sem sombra de dúvidas, um dos momentos mais emocionantes que vivi. Ver minha obra por outros olhos, outras vozes, tomando outras proporções é com certeza saber que o objetivo ao qual me propus foi alcançado, e eu serei eternamente grata às minhas colegas de profissão e às alunas e aos alunos que tornaram isso possível.

A apresentação foi o maior sucesso, algo totalmente diferente do que o público estava acostumado a ver. Saiu tudo perfeito. Eu e as demais professoras envolvidas – Jussara, Juliana e Marilene – ficamos orgulhosas de nossos alunos e de nós mesmas, por resgatarmos a história local e regional que muitos até já ouviram falar, mas que não sabiam de fato como ocorrera.

Para mim, foi uma experiência única e gratificante. Embora a prática de metodologias que envolvam paródias, telejornais e seminários seja comum em minhas aulas, foi inexplicável a emoção vivida após a apresentação. Ficou ainda mais evidente que tais metodologias valorizam o papel do educando como sujeito ativo

de sua aprendizagem. Quando os discentes aprendem por meio daquilo que está mais próximo, são levados a refletir a respeito de seus papéis como sujeitos históricos, e isso é extraordinário. Os alunos iniciaram os estudos sobre o Contestado como tábulas rasas que foram sendo lapidadas no transcorrer do projeto, o que os possibilitou ampliar seu conhecimento e finalizar o projeto com melhor compreensão e construção do seu saber histórico acerca do Contestado.

Quero agradecer aos professores, aos alunos e à direção escolar o empenho e a dedicação em todo o processo de construção do nosso trabalho e parabenizá-los por tal feito, desde a idealização e elaboração até a apresentação no dia do evento, que foi um verdadeiro sucesso. Nada seria possível sem o envolvimento e o comprometimento de todos. Meu muito obrigada!

Referências

DE LORENZI, Sergio. *Taquaruçu:* a pérola do Contestado. Fraiburgo: Joanei Artes Gráficas, 2003.

FIN, Karoline. *O dia em que viajei no tempo:* minha família e o movimento do Contestado. Joaçaba: Editora Unoesc, 2018.

O Contestado, vídeos e educação:
uma ideia na cabeça

Arthur Luiz Peixer

Ser professor é um desafio e tanto. Ser professor de História na educação básica e pública da região do Contestado é algo que o desafia e provoca constantemente. Meu nome é Arthur Luiz Peixer, sou professor há quatro anos e a cada vez mais me descubro nesse universo educacional. Por causa da baixa carga horária das disciplinas ligadas às humanidades e do salário reduzido dos profissionais da educação, bem como da instabilidade profissional de quem atuou em regime contratual, aventurei-me como professor de diversas áreas. Nesse percurso, tive como saldo certa experiência no manejo com a realidade escolar, que inclui a experiência docente, mas também muitas provas para corrigir, muitas pautas para preencher e algumas demandas de pais e alunos. Desde 2019, sou efetivo na rede pública do município de Rio das Antas (SC), uma pequena cidade do meio oeste catarinense, na região do Contestado.

Posso considerar que foi um encontro triplo: eu, Rio das Antas e o Contestado. Nesses anos de docência, as minhas conexões com arte e filosofia, além de meus estudos na pós-graduação, me ajudaram a moldar a consciência, para acreditar que a educação deve ser inovadora, tecnológica e significativa. Após lecionar em Lebon Régis (SC), no ano de 2018, o coração do Contestado, percebi que havia algo muito importante na região. Uma experiência que eu poderia congregar aprendizagem e paixão; era o chamado do Contestado. Meu primeiro contato com o tema foi em 2012, na graduação em História pela Universidade Estadual do Paraná, contudo minha atenção se voltou para o

assunto apenas em 2018, por conta de um detalhe que hoje percebo ser um pilar da percepção que construí a respeito da educação: a vivência histórica.

Não era para menos. Eu estava na região que fora palco do conflito do Contestado, ensinando História (pela primeira vez em minha carreira) e entendendo que tinha a oportunidade de valorizar a experiência de todos os meus alunos que viviam ali, mas também começar a me perceber como morador dessa distinta região do sul do Brasil. Foi nesse momento que resgatei em minhas memórias uma experiência que tornou para mim a escola interessante e significativa quando estudante: a produção de vídeos. Sempre fui apaixonado pelo audiovisual, e compreender que isso poderia ser parte da minha prática pedagógica acendeu uma luz em minha cabeça. Nesse momento, veio a minha primeira produção em conjunto com os alunos do 3.º ano do ensino médio. *Impactos do Contestado*,[1] além de unir a turma em torno de um bem comum, possibilitou, conforme as condições de uma escola pública da região do Contestado, articular história e cinema. Exibimos o vídeo na V Semana do Contestado de Lebon Régis e posteriormente o divulgamos no YouTube.[2] Por mais que houvesse defeitos técnicos e somente uma câmera com figurinos improvisados, é algo de que os alunos se lembram até hoje em trocas de mensagens nas redes sociais.

Talvez esse primeiro momento com o ensino de História fosse um teste, pois no mesmo ano de 2018 consegui efetivação no município de Rio das Antas, onde comecei a lecionar em 2019. Essa relação de acolhimento, tanto pela escola quanto pelo município e pelos alunos, começou tímida e vagarosa, porém logo notei que os estudantes estavam prontos para acompanhar meus devaneios cinematográficos. Foi em uma conversa de intervalo com a

1 Ver: IMPACTOS DO CONTESTADO. Lebon Régis, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Mbgm917yQPU&t=7s&ab_channel=ArthurPeixer. Acesso em: 20 nov. 2020.

2 Ver: LEBON RÉGIS, O CORAÇÃO DO CONTESTADO. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QYv1S14s_Js&ab_channel=EnsinArthur. Acesso em: 20 nov. 2020.

professora de Português que começou a surgir meu primeiro projeto escolar. Por que não explorar a ficção em um contexto histórico? Surgiram, dessa maneira, os contos de amor ambientados na região do Contestado. Compreendi que o que eu não pude fazer em Lebon Régis poderia realizar em Rio das Antas, proporcionando uma experiência completa de Contestado vista e sentida.

A cidade de Rio das Antas foi uma das poucas colônias de imigrantes implantadas antes de 1912, princípio da Guerra do Contestado. Dessa forma, parte do elemento que compôs a batalha de Rio das Antas, em 1914, deriva desse estabelecimento amplo de alemães e italianos. Como afirma o historiador Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 261), entre julho e novembro de 1914 o movimento do Contestado congregou um período de "ofensiva generalizada". A historiadora Márcia Espig (2019) ainda conta que foi nesse período que se estabeleceu o comando do General Setembrino de Carvalho, que possuía já investimento e contingente maior do que expedições anteriores.

Naquele período, o comando-geral dos redutos caboclos estava com Francisco Alonso de Souza, o Chiquinho Alonso. Ele havia avisado no início de outubro de 1914 que atacaria o Rio das Antas. Essa teria sido uma estratégia usada em vários ataques para evitar resistências e mortes (ESPIG, 2019, p. 96). Assim, não se esperava resistência por parte dos imigrantes de Rio das Antas. "Ali, alguns dos homens que compunham o piquete de Alonso tinham pendências a resolver, pois eram ex-posseiros desalojados (talvez com a esperança de retomar a posse das terras)" (ESPIG, 2019, p. 96). O combate contou com ampla resistência dos imigrantes e deu-se no dia 2 de novembro de 1914, vitimando o líder Francisco Alonso de Souza e promovendo nos redutos a liderança geral de Adeodato Leonel Ramos.

Nisso, começava a ampliar minhas pesquisas e aprofundamentos sobre o tema, surgindo daí o material didático base para o trabalho. Entendendo o contexto regional, há ausência de profundidade em livros didáticos acerca do Contestado, o que torna o processo de pesquisa mais lento, porém mais eficaz

e interessante. Foi aí também que passei a adquirir bibliografias acerca do tema, fazendo uso do acervo disponível no maior museu sobre a temática de toda a região atingida pelo conflito, o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, na cidade de Caçador (SC), onde resido. Essa aproximação resultou na primeira experiência extraclasse, uma visita museológica guiada.

Após o sucesso da visita ao museu com os alunos do 9.º ano do ensino fundamental do ano letivo de 2019, consegui articular uma viagem para Irani (SC), local onde ocorreu a batalha que marca o início da guerra e também a morte do Monge José Maria. Lá houve um maior contato histórico dos alunos com o acervo museológico e sítios históricos, resultando em debates bem interessantes, que começaram na preparação do passeio, se intensificaram no percurso dos locais visitados e se prolongaram na viagem de volta. O despertar final desse processo de vivência veio com a ida dos alunos a um evento acadêmico, o I Congresso Nacional do Contestado, realizado em Caçador em maio de 2019. Lá os estudantes acabaram por se deslumbrar com a infinidade de pessoas que estudam o Contestado, além de vivenciar a experiência de um evento universitário.

Com a construção dessas perspectivas, a professora de Português abordou teoricamente como seria a produção dos contos de amor, o que resultou na produção desses textos, porém ambientados na região do Contestado. Os alunos haviam visualizado as paisagens regionais, presentes também nas suas vivências cotidianas, sentindo o que foi o conflito e tratando do tema na teoria. Os resultados dos contos foram surpreendentes. A ideia era uma produção em formato de sequência didática, o que fez com que lêssemos e corrigíssemos os textos algumas vezes. O resultado definitivo saiu em outubro.

Como se tratava de três turmas de 9.º ano, resolvemos escolher três contos para, com base neles, produzir um vídeo que pudesse representar cada turma. A ideia era dividir os alunos em grupos para cumprir diferentes tarefas. Eles auxiliaram na escolha dos contos selecionados, figurinos, filmagens, roteirização

e produção. A escola possuía uma câmera, e eu utilizei a minha filmadora pessoal, os alunos e os seus celulares para a realização de diversos registros.

O mês de novembro de 2019 foi direcionado para esse trabalho, que resultou no lançamento dessa produção audiovisual, no início de dezembro do mesmo ano.[3] Além dos surpreendentes resultados, verificou-se que os alunos captaram a essência de autonomia e coletividade, deixando as diferenças de lado e unindo-se em prol de um bem comum. De certo modo, essa irmandade cabocla estudantil fez com que surgissem ótimos resultados e uma menção honrosa em sua formatura. Ao ver os alunos lembrando-se de todo o processo, criando e inovando com pouco, senti que o objetivo fora atingido e que os jovens estavam mais conectados com aquilo que os define como sujeitos históricos identificados com o lugar onde vivem.

A essência das produções fílmicas buscou mostrar como se podem criar coisas incríveis na escola pública e divulgá-las, retirando esses trabalhos do âmbito interno, de onde foram produzidos, e observando sua recepção fora da comunidade escolar e por meio das redes sociais.

Os estudantes entenderam-se como produtores de conhecimento, e os vídeos estão amplamente divulgados nas redes sociais. Eu, como professor, aprendi muito e me envolvi com os estudantes de forma bastante efetiva, mas não menos profissional. Foi a congregação de tudo o que entendo como fundamental na educação: inovação, identificação e sentido. Como afirma a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), o trabalho em questão visou a algumas competências e habilidades elencadas, como:

> 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa,

3 Ver: AMOR PROIBIDO: contos contestados. Rio das Antas: Escola Nucleada Municipal Jacinta Nunes, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jmrPqcCEKWE&t=1s&ab_channel=ArthurPeixer. Acesso em: 20 nov. 2020.

> democrática e inclusiva. [...] 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, p. 9, 2017).

Com o sucesso de 2019, planejei, portanto, adentrar em 2020 com novas e ousadas ideias. Coloquei todos os passeios, articulações, tudo o que havia dado errado e certo na balança para criar condições e horizontes de trabalho, mas veio a pandemia de Covid-19.

Em razão do contexto pandêmico, em pouco menos de um mês de aula, as atividades presenciais estavam suspensas, e todos nós, professores e estudantes, envoltos pelo medo das consequências desse episódio histórico. Eu fiquei sem rumo no ano em que queria modificar e aplicar diversos projetos de ensino. Pensando em não ficar ocioso e prosseguir com meus estudos sobre o Contestado, tirei um velho sonho da gaveta: criei um canal no YouTube a respeito do ensino de História. A ideia era auxiliar meus alunos remotamente e produzir conteúdo, sobretudo acerca da Guerra do Contestado, pois não havia nada no gênero de forma profunda na internet. Seria também a chance de ampliar meus conhecimentos e dar continuidade às minhas pesquisas.

O canal[4] foi lançado, oficialmente, no dia 12 de abril de 2020, com a postagem do vídeo intitulado *A história é sobre todos nós*. Eu não imaginava que ele teria relevância, mas pensava que seria algo pessoal e que eu seguiria uma lógica de compromisso e responsabilidade com os vídeos produzidos, porém as redes sociais e meu projeto chamado EnsinArthur foram mais longe do que pensava, resultando em reconhecimento e certa visibilidade para a pauta do conflito do Contestado. A ideia era ampliar o debate e democratizar o acesso ao conhecimento histórico de forma leve

4 Ver: ENSINARTHUR. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCn9Q6OLfdG1iPq8fMRnIsMA. Acesso em: 4 ago. 2021.

e divertida, considerando o canal um meio de dividir como vejo o conhecimento histórico com contextualização e profundidade. Foi por intermédio desse projeto que consegui estabelecer debates com pesquisadores de áreas diferentes, oportunizando um espaço de diálogo mediante também as chamadas *lives*, trazendo discussões relevantes e até lançamento de livros.

O canal passou a ser uma plataforma que pode trazer documentários universitários, relançar projetos relevantes e conhecer inúmeras pessoas e chegou em seis meses à marca de quase 600 inscritos. No contexto em que leciono – cerca de 230 alunos em 13 turmas de ensino fundamental –, é um número relevante. Entre esses inscritos, segundo dados estatísticos do próprio YouTube, a maioria é o público feminino entre 18 e 34 anos.

Levar o Contestado para as redes foi um exercício de pesquisa, aprofundamento e redescoberta que me permitiu permanecer muito ativo durante a pandemia. Nesse período me obriguei a modificar minhas práticas para o ensino remoto, ao qual me dedico todos os dias, tendo de ir à escola semanalmente marcar presença, pegar trabalhos dos alunos, atualizar-me sobre a situação dos alunos que têm acesso ou não à internet etc. Por mais que nesse contexto a sala de aula me faça enorme falta, as redes sociais, que são um espaço de bastante polarização política e ódio, também se converteram em um meio de manifestação social para trabalhar as origens da região onde vivo e tentar me reconectar de maneira mais profunda com os meus estudantes.

Inicialmente, houve bastante contato dos alunos com as produções que venho realizando, algumas auxiliando-me quando a rede pública no município ainda se adequava à questão da pandemia. Alguns dos vídeos foram divulgados na página da escola. Sempre recebi *feedbacks* dos alunos, e creio que esse material será útil em práticas pedagógicas futuras em sala de aula.

Com esses debates, pesquisas, leituras e vídeos, foi possível acessar outro meio de entendimento sobre o Contestado e a história, interligar e levar para as redes, Facebook, Instagram

e YouTube, caminhos para divulgar o conhecimento e o debate social sobre identidade regional e vivências da região do meio oeste catarinense. Viver aqui me fez perceber o quanto esse sertão contestado precisa de ações sociais de valorização da educação, cultura e arte como modo de trazer o orgulho caboclo e a autoestima perdida no conflito já centenário. Pensar o Contestado mediante o incentivo à produção de vídeos estudantis, à criação de conteúdo nas redes e em diversos momentos e espaços de debate.

A ideia do projeto em si não é tornar alunos *youtubers*, jornalistas ou somente produtores de conhecimento, mas sim proporcionar-lhes momentos de protagonismo e autonomia. Trata-se de focar em vídeos com referências e pesquisas, como sempre apresento nas descrições dos materiais que produzo para o YouTube, transformando-os em pequenas resenhas em vídeo e demonstrando o caráter educativo que podem ter as plataformas de mídia, em meio a tantos *sites*, canais e vídeos que não utilizam o aparato histórico adequado como base, ou nem os cita, tornando-se um caminho fácil para a desinformação e a vilanização das redes sociais.

Muito embora as redes sociais sejam perigosas e, em sua maioria, inadequadas, elas envolvem responsabilidade. Nas entrelinhas, o canal que criei visa elucidar essa responsabilidade com o conteúdo, com o conhecimento e com a informação, destacando uma nova percepção sobre educadores nas redes sociais, possibilitando que também sejam influenciadores digitais. Ao ver hoje professores e estudantes do curso de História nas redes, compreendemos esse atrelamento do método com a responsabilidade na produção de conteúdos, gerando opções de aprendizado no século XXI.

Ainda sendo organizados os métodos do trabalho acadêmico em redes sociais, resolvi pontuar minha maneira de produzir, envolvendo uma dedicada edição de vídeo e o amplo uso de livros e artigos. No caso da abordagem sobre a Guerra do Contestado, por exemplo, eu utilizo em média dois ou três livros por vídeo,

por causa das diferenças de época nas pesquisas dos autores. Nos vídeos, aponto quem cita as informações, incluindo também os vídeos e as imagens selecionados para complemento. Dessa forma, o trabalho de produção, que vai de leitura e roteirização, pesquisa, organização, gravação até edição, é de três dias, conciliados com correção de atividades, formulação de apostilas, estudos complementares e projetos futuros para o meu ofício docente.

Espaços universitários interligados diretamente com a produção social popular e com a escola pública por meio de falas em eventos, festivais e iniciativas de extensão são fundamentais para uma educação inovadora e significativa. Não é somente sobre como serão feitos, mas para quem e por quem serão feitos os próximos 100 anos desse Contestado visto e sentido. As diversas narrativas populares que existem e se constroem cada vez mais acerca da temática permitem visualizar outras maneiras de formação da identidade cultural e histórica. O estudante que se apropria da produção de vídeos, escrita, teatralização, dança etc. e se apresenta nela rompe com o lugar de receptor e se torna um contador da sua própria narrativa.

Além de quebrar a hierarquização da sala de aula, modificando também o papel do educador, agora mediador do desenvolvimento do trabalho, os alunos apresentam-se como sujeitos amplamente ativos do conhecimento e dominam uma narrativa que é parte de sua própria história. Seus descendentes, que morreram no chão contestado, são representados e recontados por intermédio da arte por esses herdeiros, que vêm entendendo sua luta e buscam por liberdade nesse sertão brasileiro. Eles são parte da reconstrução da memória dos mortos, por uma visão do povo que valoriza e dignifica a oralidade e o sentimento de pertencimento. Entender essa perspectiva do oprimido, captando o conflito do Contestado como parte do processo de opressão e luta pela terra, desencadeado historicamente pelo Estado nacional brasileiro, é perceber as bases que formam nossa nação na contemporaneidade. Tomar para si a própria história é demonstrar que somos nós, o povo, que devemos por

direito, mediante uma educação libertadora e inclusiva, narrar os próximos séculos da Guerra do Contestado.

Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

ESPIG, Márcia. O combate de Rio das Antas (novembro de 1914): algumas considerações iniciais. *Cadernos do Ceom*, v. 32, n. 50, p. 92-103, 2019.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora Unicamp, 2004.

Os bastidores da arte no coração do Contestado

Hellen Heine Barreto Ferreira

A Escola de Educação Básica Trinta de Outubro localiza-se no interior do município de Lebon Régis, estado de Santa Catarina, no assentamento de reforma agrária denominado Rio dos Patos, onde vivem 56 famílias. A comunidade é formada por trabalhadores rurais que se sustentam, na sua maioria, por meio da agricultura familiar. As mulheres desempenham um papel muito importante na comunidade, visto que vendem os produtos coloniais que são produzidos nos sítios, como hortaliças e legumes, bem como produtos caseiros fabricados pelas mãos delas, guerreiras e provedoras de seus lares, complementando assim a renda familiar.

Conhecer a própria história é imprescindível para a formação do ser humano. Aprender sobre sua gente e utilizar os seus talentos para contar essa mesma história potencializam o conhecimento e a visão crítica acerca do seu mundo. Amar somente é possível quando o objeto do amor é conhecido. Para isso, faz-se necessário conhecer. Conhecendo e aprendendo a respeito do Contestado, iniciou-se na escola uma nova tradição: fazer teatro usando o tema.

O amor pela história verídica da Guerra do Contestado aconteceu depois que os alunos ouviram e tiveram conhecimento sobre tal acontecimento. O interesse em aliar o estudo da Guerra do Contestado ao teatro surgiu da ideia de contar a história real, levando a comunidade a uma reflexão quanto ao episódio, pois Lebon Régis, denominado o coração do Contestado, se encontra

nessa história. Na cidade existe uma forte herança sociocultural cabocla. Além da história, que permanece viva na memória e no linguajar de seu povo, bem como nos costumes, o município conta com sítios históricos que guardam parte do referido episódio.

A escola, como provedora de saberes, tem tentado de alguma forma preservar tal riqueza histórico-cultural, assumindo o papel de guardiã da cultura local. Utilizar a variedade de talentos, muito visíveis e pouco conhecidos, da escola de assentamento agrário, juntamente com a vontade dos pais e professores, foi um desafio enriquecedor e eficiente para que, por meio da arte, fosse recontado esse fato triste e sangrento da história.

A fim de contar essa história real, a escola investiu nos talentos dos alunos. A princípio, identificar talentos da música e da poesia não foi difícil, visto que os alunos se expressavam de forma linda nos momentos de intervalo, recreação, apresentações e até mesmo nas práticas escolares. Então, entre atividades aleatórias, surgiu uma oportunidade específica, na qual a escola participaria de um evento cultural do município: a Semana do Contestado. Esse evento busca resgatar a história do conflito com apresentações culturais, feitas por grupos escolares e não escolares, como dança, música, teatro, trabalhos manuais, palestras, cavalgadas, missa cabocla, jantar caboclo, entre outras. Em tal contexto, houve a criação de peças teatrais, sendo a primeira recortes e adaptações de uma peça já elaborada anteriormente, no ano de 2016 e concretizada em 2017. No ano seguinte, os educandos passaram a produzir textos, e foi então composta uma nova peça, intitulada *Nos trilhos do trem, rastros de sangue*. Porém foi em 2019 que se consolidou a tradição teatral sobre o Contestado na escola, na produção da peça *Nas trincheiras da guerra, a fé é a arma*.

Houve no primeiro momento palestras e aulas referentes ao assunto, ministradas pelos professores da escola e pelo presidente da Associação Cultural Coração do Contestado Carlos Silva. Ainda, ocorreu o estudo do tema por intermédio de reportagens, artigos, livros didáticos, vídeos, bem como discussões e debates

sobre a Guerra do Contestado, buscando abordar aspectos como dor, morte, perda, crianças órfãs, fé, messianismo, justiça e poder. No caso da última peça teatral, especificamente, o foco maior foi na compreensão da fé, do messianismo e do agarrar-se ao monge, que foi o alento aos corações sofridos e despedaçados pela guerra e pela dor. As entrelinhas também foram exploradas.

Para contar a história por meio da arte, envolvendo declamações, música e dança, foi necessário tentar sentir as possíveis peculiaridades das emoções que porventura foram vivenciadas pelo caboclo – adulto, jovem, idoso, mulher ou criança –, que outrora sentiu fome, frio e dor. Não somente a dor física, mas a dor de perder sua casa, a terra que tanto amava, seu ente querido. A ausência da sua família, de seus filhos, sua mãe ou seu amor. Quis-se compreender que o mesmo caboclo sofrido também lutou para proteger a terra perdida, a família, ou o que dela restava. Lutou por amor à sua terra, por amor à sua vida. Lutou valentemente contra a força genocida e opressora do estado que tirou sem dó o tão pouco que era tanto para ele.

Com base no conhecimento histórico e no entendimento das peculiaridades, alunos e professores passaram a produzir textos – narrativas, poemas, memórias, entre outros. As composições foram feitas metodologicamente em sala de aula, com todos os alunos, de todos os níveis escolares, desde os anos iniciais até o ensino médio, e depois foi realizada uma coletânea. Alguns fizeram composições em outros espaços e tempos, em casa, com seus pais e familiares. Uma classificação foi feita logo após a entrega do material produzido, e muitos textos foram unidos para formar um contexto, uma cena, uma fala que enriquecesse o teatro.

No mesmo período, analisaram-se músicas para serem cantadas e tocadas, bem como coreografadas. Houve um cuidado especial com todas elas, sobretudo com a canção que retrata o Massacre do Taquaruçu, em que crianças e mulheres foram mortas cruelmente. A cena responsável por esse episódio teve uma linda coreografia, que incorporava o sentido do massacre, interagindo com o público, de forma que as crianças sobreviventes, assim como

uma mulher, saíssem em busca de suas mães, perguntando para as pessoas onde estavam, emocionando os presentes.

A última fala da peça teatral foi dedicada ao líder caboclo Adeodato Ramos, em contexto que antecede sua prisão. Foram incluídos poemas que demonstram o poder do estado, enquanto explorava a madeira e exterminava o povo indefeso. Povo que Adeodato defendia assumindo as frentes de batalha e cumprindo o papel que deveria ser do estado: garantir justiça e segurança ao povo caboclo. Para encerramento, a música *A vitória do trigo*, de Dante Ramon Ledesma, retratou a luta contra a fome, uma das faces mais covardes da guerra movida contra os caboclos. Na letra, algumas frases reforçam a importância da terra, da comida e da luta, tais como: "Basta um pedaço de terra para a semente ser pão", "cada pai é um soldado quando é o pão que se disputa", ou ainda "não precisa ser herói para lutar pela terra, porque, quando a fome dói, qualquer homem entra em guerra".

Todas as formas de arte foram contempladas e passaram a ser exploradas para produzir um trabalho único, envolvendo toda a comunidade escolar: pais, alunos e professores. Inicialmente, os alunos trabalharam de maneira coletiva com os professores, aprendendo a escrever em conjunto textos, história e poemas. As produções textuais passaram a ser em duplas e depois individuais. Escritores revelaram-se e descobriram-se, narrando, poetizando a história nas suas particularidades e nos possíveis sentimentos vividos. Surgiu então o inesperado, a surpresa em contemplar a arte na forma mais viva. O texto mais longo do teatro foi composto por uma aluna de 9 anos do 3.º ano do ensino fundamental.

A música foi imprescindível, e o repertório privilegiou obras de domínio público para serem interpretadas cantando e dançando. Os poemas, de escritores diversos da escola, foram integrados, formando falas declamadas por outro aluno, que deu voz aos textos. Houve troca de saberes e solidariedade ao entregar a sua obra para que o outro a interpretasse. Nesse gesto é possível perceber a força do trabalho coletivo, mas também a beleza e o prazer na parceria e identificação com os colegas. Quando uma

aluna disse: "Eu fiz o texto, mas ele ficará muito mais bonito na voz de outro aluno", percebemos ali que o esforço de construção coletiva se efetivava.

Foram selecionados depois os alunos que fariam parte do elenco da peça. De forma muito natural, os que dispunham de habilidades visíveis ao canto, à dança e à fala manifestaram o desejo de atuar. Ao todo, foram selecionados 54 crianças e adolescentes para o elenco. Os papéis foram distribuídos, e os ensaios começaram por grupos específicos e separadamente: falas, músicas, dança etc. A construção dos figurinos contou com a participação de pais e mães, que auxiliaram nesse processo, para que, quando fosse necessário, costurassem, fabricassem as roupas, ou pedissem para que alguém o fizesse.

Os ensaios aconteceram na escola, nas três primeiras semanas do mês de agosto de 2019, durante os momentos de intervalo das aulas, mas também aos sábados, domingos e até em noites frias, sem medir esforços. Tratava-se de um esforço coletivo, em contraturnos e dias de folga.

A primeira apresentação ocorreu no dia 24 de agosto de 2019, na Igreja Matriz de Lebon Régis, na missa cabocla, em uma noite fria de sábado, com um público que tomou conta do espaço, faltando lugar para alguns. Emocionados, os alunos deram todo o seu potencial. A música *Contestado*, de Romário José Borelli, foi usada para introduzir a peça. Por meio dela, foi apresentada a figura do Monge João Maria. Nesse momento também foram introduzidos o trabalho do homem caboclo do campo e os símbolos da terra: mudas de plantas simbolizavam a terra e o alimento, enxadas equivaliam ao trabalhador do campo e o facão indicava defesa e trabalho. Com esses elementos, fazíamos uma analogia à mística, popular prática dos camponeses agrários em suas organizações.

Textos foram expostos declamados por seus autores e por outros alunos que deram vida às falas, explicitando o orgulho de ser catarinense e o sofrimento pela luta por seu pedaço de

chão. Uma personagem foi contemplada, uma antiga moradora de Lebon Régis, já falecida. Ela foi retratada no seu discurso de cabocla nativa dessa terra coberta de suor e sangue. Logo depois, grandes tochas de fogo, trazidas pelo Exército, iluminaram a cena escura, com crianças tentando proteger-se, com medo, agarrando-se às suas mães, quando a música *Do amor e da guerra*, canção de Marcus Viana, era entoada.

Nesse momento começou a coreografia ensaiada pela professora (voluntária) Gabriela Barreto, em que as meninas e um menino retratavam a luta e o Massacre de Taquaruçu. Quase todas elas morreram no fim da música. Uma mãe e três filhas sobreviveram. Quando as garotas se viram sozinhas, saíram na escuridão, em meio ao público, aos gritos, procurando por suas mães. Quando a menor das meninas percebeu que estava sozinha, começou a falar o texto, que foi escrito por sua colega do 3.º ano do ensino fundamental. A fala era longa e emocionante, levando o público às lágrimas. Após essa cena, fez-se um ritual, ainda praticado por muitos caboclos nos rituais fúnebres, que são as rezas cantadas por rezadeiras, velando assim as mulheres e crianças mortas no massacre. A referida reza foi uma contribuição do grupo cultural Renascença Cabocla, de Fraiburgo (SC).

Em seguida, músicas foram cantadas e entrou Adeodato, falando seu último discurso ao seu povo antes de ser preso. Em mais um momento de grande emoção, ele foi preso por autoridades do estado. A cena, dramatizada por duas adolescentes recitando com força dramática e veemência o texto concebido por uma delas para esse momento, reforçava o papel das mulheres no passado e no presente como sujeitos da história. O texto também denunciava o poder de repressão e autoritarismo do estado diante das minorias. O momento era de muita tensão. Adeodato foi preso, sem poder fugir. O texto *Coração do Contestado*, composto pela professora Zenilda Dias de Lima dos Santos, foi declamado, valorizando o território habitado pelos caboclos, e a música *Vitória do trigo* foi cantada por todos os 53 alunos. Nesse momento, mudas de plantas, simbolizando o alimento e a terra,

foram distribuídas ao público. A peça foi aplaudida por muitos minutos de pé, em meio às lágrimas dos presentes.[1]

Essa experiência foi gestada e aperfeiçoada na comunidade escolar, porque a escola consentiu e apoiou essa atividade. A escola do campo é diferente, pois se trata da ampliação do trabalho de casa. O campo é vivo, o campo é a terra, é a planta que vive. O conhecimento empírico que os educandos trazem de casa tem forte engajamento com os movimentos sociais e profundos laços afetivos com a história dos sujeitos do Contestado, especialmente na luta pela terra, haja vista que as conquistas são feitas de lutas. Essa lição é viva e faz parte da própria experiência vivida nas ocupações ou nos acampamentos. Soma-se a isso a ajuda das famílias dos alunos que apoiam o trabalho e o planejamento integrado dos professores. A insistência em fazer o trabalho coletivo, seja por área, seja por afinidade, seja por turma, tem rendimento quando há entrega de todos. A valorização do que os alunos fazem é fundamental, pois a produção mais singela ou mais grandiosa vem carregada de significado. Há a percepção de que o que eles dizem têm valor, que suas vozes são escutadas pela comunidade.

O reflexo da comunidade do campo é orgânico, mas o que chama atenção é o êxodo urbano, na ida dos alunos da cidade para o campo. Isso tem permitido um encontro culturalmente muito complexo no ambiente escolar, o que propicia muitas vezes aproximar nossos alunos das atividades desenvolvidas na escola. Por se tratar de uma escola rural, erguida em comunidade de assentados, o estudo do Contestado é intencional. A escola recusa a suposta neutralidade. Ela toma posição diante dos conflitos e movimentos rebeldes da história, sobretudo daqueles que lutaram pela terra. Há clareza da proximidade dos moradores da comunidade e de sua realidade com os movimentos sociais. Então, considerando esse contexto, os demais projetos existentes na escola têm relação com esses moradores e significado para a

1 Imagens dos preparativos e da atuação dos alunos e alunas podem ser vistos em https://www.facebook.com/587612671612129/posts/894182174288509/ e https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2470957873149495&type=3 . Um vídeo (caseiro) se encontra em https://youtu.be/QFFglnOSbCI .

vida deles. A ressignificação do conteúdo e do que eles aprendem na escola dá vida ao teatro, aos projetos e à escola; os alunos são nossa maior inspiração.[2]

Como reconhecimento do trabalho coletivo e homenagem a todos e todas que colaboraram na montagem dessa peça teatral, para que esta ganhasse a dimensão que ganhou, listam-se a seguir os nomes dos que contribuíram com a sua realização.

Professores responsáveis:

Hellen Heine Barreto Ferreira (organização geral, coordenação da peça, músicas e produção dos textos dos alunos dos anos iniciais)

Edinei Inhaia (professora de Língua Portuguesa, coordenação de produção dos textos dos alunos do ensino médio)

Dilamar Martins Pins Pischeidt (suporte)

Gabriela Heine Barreto Ferreira (coreógrafa)

Marcio Rocha (suporte)

Michele Carlin Padilha Silveira (gestora da unidade escolar)

Marcos Antonio Ferreira (orientador pedagógico)

Zenilda Dias de Lima dos Santos (escritora e assistente de educação)

Alunos:

Ana Laura Szyndrowski (dançarina)

Bianca Emanuelle Marins (cantora)

Nathanael Granemann Domingues (cantor)

Nauane Maisa Gonsalves (dançarina)

João Felipe de Oliveira Gomes (monge)

Lívia Catarina Borga (dançarina)

2 Inspiração que motiva a muitos. Nesse momento (dezembro de 2021) a cineasta Márcia Paraíso prepara um documentário que abordará o processo de estudo do Contestado na Escola de Educação Básica Trinta de Outubro e o processo de criação cultural dos elementos da peça retratada nesse artigo.

Isadora Gomes Pierdoná (dançarina)

Eloisa Cesar Moreira (dançarina)

Letícia Ketlin Formagini Carneiro (cantora e rezadeira)

Julia Adelina Tomacheski (dançarina)

Emilly Gabriella David (cabocla)

Rafaella Dal Mas Belli (cabocla, rezadeira e escritora)

Maria Clara de Linhares Rosa (cabocla e dançarina)

Ingrid Luisa Preto Koehler (dançarina)

Clara Lavinea Matos do Prado (dançarina)

Gustavo Rosa Fogaça (caboclo e escritor)

Leandro Kaleo Torres de Medeiros (caboclo)

Maria Eduarda da Silva Gudoviski (dançarina e escritora)

Pedro Henrique Carneiro dos Santos (caboclo e cantor)

Geovana Aparecida Alves Peretti (cantora)

Natasha Formagini (rezadeira)

Matheus Ferreira Maia (dançarino e ator)

Gessica Caroline Pontes (cabocla e rezadeira)

Antonia Paula Pereira da Silva (cabocla e rezadeira)

Raíssa Alves Vieira (cabocla e rezadeira)

Rafael de Souza Batista (soldado)

Ana Livia Barzotto (soldado/Estado)

Leticia Eduarda Padilha Silveira (compositora, cantora e soldado/Estado)

Vinicius Alan Lopes Sudatti (soldado)

Maria Eduarda Pires de Lima (cabocla, cantora e instrumentista)

Diego Roberto Felipus (instrumentista)

Matheus da Silva Ferreira de Souza (Adeodato e cantor)

Igor Junior Pedroso (soldado)

Igor da Silva (soldado)

Alberto Davi dos Santos (instrumentista)

Luiza Cavalheri Rocha (dançarina)

Manuela Szyndrowsky (dançarina)

Thiago Turossi (cantor e caboclo)

Emily Isabela da Silva (cantora e rezadeira)

Maria Clara Schmidt Lazarotto (dançarina)

Emilli Jamini Bilibio (dançarina e mãe)

José Henrique Martins de Souza (caboclo)

Erica Cristina Scheregele (cabocla)

Thiago Granemann Domingues (caboclo)

Felipe da Silva Ferreira de Souza (cantor)

Vanessa Domingues (cantora e dançarina)

Ellen De Lima Veloso dos Santos (cantora)

Leonardo Augusto de Paula (instrumentista)

Edson Laner (instrumentista)

Yasmin Granemann (escritora)

Julia Sophia Granemann de Melo (dançarina)

Maria Eduarda Borba (dançarina)

Vitória Caroline da Silva Alves (dançarina)

Gabrieli Cristini Pereira

Referências

LEDESMA, Dante Ramon; DARDE, Vaine. *Dante ao vivo II*. Manaus: UISADISCOS, 1999. Vitória do trigo.

Sobre os autores

Ana Crhistina Vanali

Professora da Faculdade da Indústria de São José do Pinhais e do Colégio da Polícia Militar de Curitiba. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Membro do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado. E-mail: anacvanali@gmail.com.

Analice Dutra Pillar

Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Artes pela ECA/USP, vinculada ao PPGEDU/UFRGS – Grupo de Pesquisa em Educação e Arte (GEARTE). E-mail: analicedpillar@gmail.com.

Alexandre Assis Tomporoski

Professor da Universidade do Contestado (UnC). Doutor em História pelo Departamento de História da UFSC. Membro do Grupo de Investigações sobre o Movimento do Contestado. E-mail: alexandre@unc.br.

Arthur Luiz Peixer

Professor de História do Ensino Fundamental II na Rede Municipal de Rio das Antas, Santa Catarina. Especialista em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica pelo Instituto Federal de Santa Catarina e especialista em inovação na Educação pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. E-mail: arthurpeixer@gmail.com

Cleber Duarte Coelho

Professor do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: rebelc2000@yahoo.com.br.

Daniel Luciano Gevehr

Professor titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: danielgevehr@faccat.br.

Delmir José Valentini

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Investigações sobre o Movimento do Contestado. E-mail: valentini@uffs.edu.br.

Eloi Giovane Muchalovski

Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: eloigiovane@gmail.com.br.

Évelyn Bueno

Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado (UnC). Bolsista PRONEM/FAPESC. Vinculada ao Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado. E-mail: evelyn.schermack@gmail.com.

Fabiolla Falconi Vieira

Professora da Escola de Educação Básica Professora Laura

Lima/SED-SC. Doutoranda do PPGH/UDESC. Bolsista FUMDES/UNIEDU. E-mail: fabiollafalconi@gmail.com.

Felipe Augusto Werner dos Reis

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente na Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). E-mail: werner077@gmail.com

Filipe Pinto Monteiro

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. E-mail: filipemhst@gmail.com.

Flávio Braune Wiik

Professor de Antropologia junto ao Departamento e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina no Paraná (UEL). Ph.D. em Antropologia pela Universidade de Chicago. Participa do Grupo de Investigações sobre o Movimento do Contestado. E-mail: flaviowiik@gmail.com.

Francisco Régis Lopes Ramos

Professor titular da Universidade Federal do Ceará. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador do CNPq. Email: regisufc@hotmail.com.

Gerson Witte

Professor de Artes Visuais do Instituto Federal de Santa Catarina IFSC – Campus Chapecó. Mestre em Educação pela UNIOESTE, artista e pesquisador da cultura da região do Contestado. E mail: gerson.witte@ifsc.edu.br

Grazieli Eurich

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. E-mail: graeurich@hotmail.com.

Hellen Heine Barreto Ferreira

Professora na Escola de Educação Básica Trinta de Outubro, município de Lebon Régis, Santa Catarina. E-mail: eu-hellen@hotmail.com

João Cláudio Casara

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES. E-mail: jccasara03@yahoo.com.br.

João Felipe Alves de Morais

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: joaofelipemorais@gmail.com

Josiane Suelen Kamin

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: josikamin@hotmail.com

Luiz Carlos da Silva

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: carlos.luiz226@gmail.com.

Márcia Elizabéte Schüler

Professora da Rede Federal de Educação no Instituto Federal Catarinense – IFC/Campus Videira. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública - USP- SP. E-mail: m.schuler@usp.br.

Márcia Janete Espig

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Participa do Grupo de Investigações sobre o Movimento do Contestado. E mail: marcia.espig@terra.com.br.

Mateus Henrique Torcatto

Realiza mestrado profissional em Ensino de História (ProfHistória) pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professor substituto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Fraiburgo. E-mail: mateus.thistoria@gmail.com

Paulo Pinheiro Machado

Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em História pela UNICAMP. Integrante do INCT-PROPRIETAS e bolsista em Produtividade de Pesquisa II do CNPQ. Líder do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado. E-mail: paulo.pinheiro.machado@ufsc.br.

Pedro Lima Vasconcellos

Professor da Unidade Educacional Palmeira dos Índios e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. Doutor em Ciências Sociais: Antropologia pela

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: plvascon@uol.com.br.

Rita Inês Petrykowski Peixe

Professora de Arte no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC/Campus Itajaí. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vinculada ao Grupo de Pesquisas DZArt/GEARTE. E-mail: ritapeixe@hotmail.com.

Rogério Rosa Rodrigues

Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Santa Catarina. Atua no Programa de Pós-Graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) da UDESC. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Investigações sobre o Movimento do Contestado. E-mail: rogerio.rodrigues@udesc.br.

Roseclei Golynski Nogueira

Professora efetiva da Rede Municipal do município de Fraiburgo – Santa Catarina, áreas de História e Geografia. Licenciada em História pela Unoesc/Fraiburgo. Realizou especialização na Pós-Graduação em História / Universidade Santa Cecília. E-mail: rosenogueira.fb@gmail.com

Rui Bragado Sousa

Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail:_ruibsousa@hotmail.com.

Sandro Luiz Bazzanella

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Programa de Mestrado e

Doutorado em História pela Universidade de Passo Fundo. Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas (CNPq). E-mail: sandro@unc.br.

Vanderlei Cristiano Juraski

Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. Professor do Instituto Federal Catarinense – campus Fraiburgo. Membro do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural. E-mail: vanderlei.juraski@ifc.edu.br.

Viviani Poyer

Professora do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Membro pesquisadora do Grupo de Investigações sobre o Movimento do Contestado e do INCT Proprietas/UFF. E-mail: vivianipoyer@gmail.com.

(27) 3376-0363

facebook.com/EditoraMilfontes

@editoramilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes.
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!

Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas Cormorant Infant.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.

MILFONTES